Google

This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.

+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.

+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.

+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at http://books.google.com/

Google

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em http://books.google.com/

981.06
I59t

REVISTA TRIMENSAL

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

O Sr. D. Pedro II

TOMO XXXIII

Parte primeira

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui.

RIO DE JANEIRO

B. L. Garnier — Livreiro-editor

69 Rua do Ouvidor 69

1870

ZIMMERMAN PAGE

6,828,629

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

1º TRIMESTRE DE 1870

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(Continuado da pag. 261, 2º trimestre do tomo XXXII parte primeira)

CAPITULO III

1—3. Lourenço Castanho Taques, casou com D. Maria de Lara, filha de D. Diogo de Lara, e de sua mulher D. Magdalena Fernandes de Moraes Feijó (em titulo de Laras § 4º) na matriz de S. Paulo a 24 de Novembro de 1631. Este paulista se conservou sempre na patria, sem que o infeliz successo de seu irmão Pedro Taques, morto a falsa fé por Fernando de Camargo (cap. I), o abrigasse a seguir a mudança, que fizeram outros irmãos, porque o seu grande respeito, e força de armas o promptificava para pôr em cerco aos inimigos do partido contrario. Teve assento na mesma fazenda da Ribeira do Ypiranga, que tinha sido de seu pai Pedro Taques. Não lhe foi adversa a fortuna nos cabedaes, com que se fez opulento para conservar o respeito e o tratamento de pessoa potentada. Nas occasiões do real

serviço sempre deu acreditadas mostras de honrado vassallo com liberal despeza da propria fazenda. Assim o praticou quando Salvador Corrêa de Sá e Benavides passou a S. Paulo feito administrador geral das minas de ouro e prata no anno de 1659 com o governo das tres capitanias do Espirito-Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente e S. Paulo (camara de S. Paulo liv. n. 4º, titulo 1658 a fls. 62 a 64), por ordem de el-rei D. João IV, datada em Lisboa a 7 de Junho de 1644 (archivo da camara de S. Paulo liv. de registros capa de couro de veado, n. 2, titulo 1642 a fl. 60 e seg.) e, se dilatou pela capitania do Espirito-Santo, para onde passou primeiro a tratar do descobrimento das esmeraldas, tendo Lourenço Castanho a incomparavel hónra de receber uma carta do monarcha firmada do seu real pulso, em que lhe recommendava désse ajuda e favor ao administrador e governador Salvador Corrêa de Sá e Benavides para ter effeito a diligencia, a que era enviado (1). Assim o fez ; e conservando-se em S. Paulo até 1661 o dito governador e administrador geral dando execução ás diligencias, de que fôra encarregado, obraram os officiaes da camara do Rio de Janeiro e povo d'aquella cidade em 1660 um attentado contra as pessoas de Thomé Corrêa de Alvarenga, governador da praça, do sargento-mór Martim Corrêa Vasques, do provedor da fazenda real, Pedro de Sousa Pereira, prendendo a todos em uma fortaleza, e os depuzeram do governo, negando tambem inteiramente a obediencia ao governador-geral Salvador Corrêa de Sá. Este em S. Paulo se achava quando chegaram as noticias do insulto ; e muito mais quando os mesmos officiaes da camara escreveram aos da de S. Paulo uma carta, de que abaixo daremos uma fiel cópia para instrucção d'este attentado. Logo se dispôz o go-

(1) Secretaria do conselho ultramarino, no livro das cartas de el-rei D. João IV.

vernador geral a pôr-se a caminho e ir para o Rio de Janeiro socegar o tumulto e dar o merecido castigo aos cabeças e autores da sedição ; mas reconhecendo-se o grave perigo de vida a que ia exposto, ou ao menos de ficar desautorisado experimentando a violencia que costuma a produzir o desafogo da paixão, intentou Lourenço Castanho Taques com o seu grande respeito, a que se uniram gostosos os paulistas da primeira nobreza, atalhar este damno, supplicando com instancias de leal vassallo não quizesse sua senhoria pôr em tão evidente risco a vida e a autoridade. E porque o valor e constancia de Salvador Corrêa de Sá não admittiu a pratica, por julgar que não ficava bem deixando-se capacitar d'estas rogativas e residir em S. Paulo até a real resolução sobre materia de tanto peso, assentou Lourenço Castanho acompanhal-o com forças de armas até o Rio de Janeiro ; mas nem este auxilio admittiu elle. Com este total desengano fomentou Lourenço Castanho que a nobreza se juntasse em corpo de união com o senado da camara para por carta e da parte de Sua Magestade se lhe ponderar a materia com esperanças de aceitar as ponderações que se lhe fizessem. Emfim aquelle cavalheiro reconheceu a lealdade dos paulistas, o seu animo, e o interesse que tinham da quietação publica em serviço do seu monarcha, e como já tinha mandado lançar bando a som de caixas no Rio de Janeiro, promettendo o perdão em nome de Sua Magestade aos delinquentes, assentou ir para Ilha Grande com o fundamento de ter alli em que occupar-se, e ser aquella villa uma das da capitania de S. Vicente e S. Paulo. Conhecido esse intento sempre lhe quizeram atalhar a resolução para se evitar algum novo attentado contra um tal governador de tres capitanias, de cujo zelo fiára tanto Sua Magestade quanto se conhecia da sua provisão. Isto assim ponderado se tomou em camara um as-

sento, de que abaixo faremos menção. Passemos primeiro a ver o teor da carta dos officiaes da camara do Rio de Janeiro.

« São tantos os apertos, ou para melhor dizer as tyrannias, com que o máo governo de Salvador Corrêa de Sá e Benavides e seus parentes têm opprimido a toda esta capitania, que não podendo já supportal-os (por mais que o intentou), se resolveu a nobreza, clero, e povo, unanimes e conformes, a deitar de si a carga, com que já não podia, fiados na justificação ante os reaes pés de Sua Magestade das causas que tiveram e os moveram, em que se fundaram para depôr ao dito Salvador Corrêa de Sá e Benavides e a Thomé Corrêa de Alvarenga do governo em que, por sua ausencia, o deixou, tirando tambem do seu posto ao sargento-mór Martim Corrêa Vasques e ao provedor da fazenda Pedro de Sousa Pereira (todos ficam presos na fortaleza d'esta cidade), pois a todos estes senhores reconhecia esta miseravel capitania, com outros parentes seus, por governadores d'ella, tratando só de seus accrescentamentos, e por muitas vias da nossa destruição, de que os moradores d'essa capitania, que a esta vêm com suas drogas, são bastantes testemunhas, pois experimentando o rigor com que se lhes tomavam e o máo pagamento que elles sostinham, acudindo-nos, como tão bons vizinhos, com o ordinario sustento que aqui necessitamos, devendo ser differentemente correspondidos ao beneficio que nos fazem, como será d'aqui em diante, sendo Deus servido.

« Supposto isto, queremos com toda a verdade representar a Sua Magestade, entre outras cousas, o procedimento com que o administrador geral Pedro de Sousa Pereira se tem havido n'ellas, em razão dos estanques que ha mandado fazer de aguas ardentes e vinho, e outras fa-

zendas, para com ellas comprar ouro e mandar a Sua Magestade, a titulo de que é rendimento dos quintos, afim de ir sustentando o muito que tem promettido a Sua Magestade pretende tirar das sobreditas Minas. E tambem o que n'essa capitania se tem alcançado sôbre o mineiro Jayme Commere, do qual corre por cá fama que fôra violentamente morto, em respeito de haverem mandado a Sua Magestade, em nome do dito mineiro, alguns avisos fantasticos para se ir continnando com o engano sobredito. Pedimos a Vmcês. nos queiram mandar informação certa de todo sobredito, pois tambem vêm Vmcês. a fazer n'isto serviço a Sua Magestade, que tanto deseja saber com certeza o desengano d'estas Minas e de todo o procedimento d'ellas, fazendo tambem (e a nós se lhes parecer) aviso ao dito senhor, enviando-nos as cartas para por nossa via se lhe remetterem.

« Tambem pedimos nos queiram mandar informação certa, e, se puder ser, juridica, dos preços por que de 20 annos a esta parte se vende o sal n'essa capitania, e por cuja conta está carregado ou já todo ou parte d'elle: n'isto farão Vmcês. um grande serviço a este povo e a nós mercê, e com ella reconheceremos, para não faltarmos nunca com a mesma correspondencia, que com razão o devemos fazer, visto a chegada vizinhança com que estamos, não faltando a ella uns e outros.

« Guarde Deus a Vmcês. Rio de Janeiro, em camara, a 16 de Novembro de 1660 annos. Eu Jorge de Sousa, escrivão da camara, a fiz escrever e subscrevi.—*Clemente Nogueira.—Fernando Falleiro Homem.—Simão Botelho de Almeida.—Diogo Lobo Pereira.* »

RESPOSTA DOS CAMARISTAS DE S. PAULO

« De 16 de Novembro é a carta que aqui recebemos de Vmcês., cujo cuidado presente sentimos grandemente, e muito mais as causas d'elle. Deus Nosso Senhor, que nos maiores trabalhos costuma dar, por meios mui suaves, alegres fins, se sirva concedêl-o assim a este de Vmcês. para que lhe possamos dar o parabem, como agora o pezame dos seus enfados. A informação que Vmcês. nos pedem dos estancos, que o administrador das minas Pedro de Sousa Pereira mandou fazer, de vinhos e aguas ardentes, não podemos satisfazer, porque n'esta villa nunca os pôz, e se nas outras o fez por razão de que lhe ficavam ellas em via para a jornada das Minas é tão fóra de mão como esta. As camaras d'ellas devem informar a Vmcês. n'este caso da verdade, que nós ignoramos.

« Emquanto á morte do mineiro Jayme Commere, supposto que a principio a fama, como em outras cousas, publicou fôra violentado, todavia em contrario se praticou depois, e entre nós serve n'esta camara quem com curiosidade perguntou pelo successo a pessoas que foram presentes, as quaes lhe disseram que fôra a morte casualmente desastrada, porque, indo a mudar, com passo mais largo, o dito mineiro de uma para outra pedra, por haver antes o ruido, escorregára, e, cahindo, se despenhára na cata ou alta cova que se fazia ; tambem d'isto podem ter mais plena noticia os que são vizinhos ao lugar, onde succedeu o caso. Acerca do sal não temos noticia por cuja conta tem vindo á villa de Santos ; os preços têm sido varios: os moradores da tal villa avisarão a Vmcês. d'esta materia. Em razão do general o Sr. Salvador Corrêa de Sá e Benavides, experimentamos tanto pelo contrario as mal fundadas queixas d'esse povo, que, com todos os

d'estas capitanias juntas, lhe não devessem parte do muito, que a essa estranham a novidade do successo a que Vmcês. devem acudir com o remedio para que Sua Magestade fique melhor servido, e nós não faltaremos á obrigação que temos de seus leaes vassallos.

« Guarde Deus a Vmcês. S. Paulo, em camara, aos 18 de Dezembro de 1660 annos.—*Antonio de Madureira Moraes.—Manoel Alves Preto.—Antonio Paes Leme.—João Vieira da Silva.* »

Resposta do general Salvador Corrêa á carta que lhe escreveu a nobreza de S. Paulo, com os prelados das religiões o Rev. D. abbade de S. Bento Fr. Hieronimo do Rosario, o prior do Carmo Fr. André de Santa Maria, o guardião de S. Francisco Fr. Gaspar de S. Innocencio, o vigario da igreja Domingos Gomes Albernaz; os camaristas Estevão Bayão Parente, Constantino de Savedra, Francisco Dias Leme, Manoel Cardoso e Paulo Gonçalves; os da primeira nobreza foram Lourenço Castanho Taques e seu filho Lourenço Castanho Taques, o moço, o capitão-mór Antonio Ribeiro de Moraes, D. Francisco de Lemos, João de Godoy Moreira, João Ortiz de Camargo, Hyeronimo de Camargo, Antonio Pires, D. Simão de Toledo Piza, Paulo da Fonceca Bueno, Antonio Lopes de Medeiros, Manoel Dias da Silva, Antonio do Canto de Mesquita, Antonio de Godoy Moreira, Estevão Fernandes Porto, Gabriel Barbosa de Lima, Estevão Gomes Cabral, Gaspar Maciel Aranha, Manoel Alves de Sousa, e outros muitos paulistas de veneração e respeito, que constam do mesmo accordão á fl. 117 do livro de registros n. 4, tit. 1658 do archivo da camara de S. Paulo, onde se contam 58 pessoas assignadas:

« Conheço o zelo com que Vmcês. e mais ministros, camara, cidadãos e povo, tratam do serviço de Sua Magestade, como tão leaes vassallos seus : eu lhe representarei em todas as occasiões que se offerecerem do augmento d'estas capitanias e moradores d'ellas, e da minha parte fico com o devido agradecimento da mercê que me fazem em abonar as minhas acções; supposto hão sido com o desejo de acertar, as vezes não são agradecidas.

« A Vmcês. lhes é presente o que tenho obrado, e que me não fica que fazer por esta banda do sul ; e não é justo que estando no derradeiro quartel da vida me fique n'esta villa tratando de conveniencias proprias, quando posso occupar o tempo nas do serviço de Sua Magestade, indo-me chegando á cidade do Rio de Janeiro a dar calor á obra dos galeões que alli está começada, porque considero que os moradores, á vista do bando que já mandei lançar e lhes dava modo do bom governo, accommodando-me ás suas desconfianças, espero obrem como leaes vassallos, conhecendo que a minha attenção não é mais que conservar a jurisdicção real ; que, supposto com a ajuda de Vmcês. e d'esta capitania, e zelo dos moradores d'ella no serviço real, podia eu tratar do castigo, me conformo antes em obrar em materias de povo, com toda a prudencia, até resolução de Sua Magestade, para com ella obrar o que me mandar. Espero que n'esta occasião e em todas as mais que se offerecerem do serviço de Sua Magestade, e por me fazerem mercê, os ache com a mesma vontade que em esta occasião experimento. S. Paulo, 2 de Março de 1661.— *Salvador Corrêa de Sá e Benavides.* »

Não se aquietou o ardor do zelo de Lourenço Castanho Taques, desejando sempre acredital-o no real ser-

viço. Por este motivo, achando-se com disciplina militar na guerra contra barbaros indios e pratico conhecimento dos sertões, que havia penetrado na conquista de varias nações dos mesmos indios, tendo recebido uma carta do principe regente o infante D. Pedro, datada em 23 de Fevereiro de 1674 (2), sôbre o descobrimento de minas de ouro e prata, para cuja diligencia tinha já partido Fernando Dias Paes, com patente de governador da gente da sua leva ou tropa (de que no titulo de Dias Paes fazemos menção), tomou Lourenço Castanho a si, pelos seus cabedaes e força do corpo de armas, penetrar o sertão de barbaros indios *Cataguazes*, e entrou para esta conquista com patente de governador, com jurisdicção e poder correspondente ao caracter da sua patente (3), largando a serventia do officio de juiz de orphãos, que occupava por provisão de mercê vitalicia, como tinha sido seu pai Pedro Taques (4). E conseguiu o primeiro conhecimento, que depois veiu a produzir a fertilidade das minas de ouro, chamadas no principio do seu descubrimento Cataguazes, e depois, estendendo-se em muitas leguas de distancia, mas no mesmo sertão, os novos descubrimentos, vieram estas Minas a ficar conhecidas com a nomenclatura de geraes, em que se conservam.

Recolhido das conquistas dos *Cataguazes* o governador Lourenço Castanho Taques, quebradas já as forças por avançada idade de annos, pouco tempo lhe durou a vida, que a perdeu a 5 de Março de 1677. No seu testa-

(2) Secret. do conc. ultramarino, livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl. 2 v. e seg.

(3) Cart. da proved. da fazenda real de Santos, liv. 5° de registros, á fl.

(4) Cart. da cam. de S. Paulo, liv. de registros, capa de olandilha, n. 8, anno de 1662, á fl. 67 v.

mento determinou que no jazigo proprio, que seu pai Pedro Taques tinha na igreja dos Carmelitas, fosse sepultado: n'elle descansam as suas cinzas em sepultura rasa, sem campa que lhe declare o nome. Sua mulher D. Maria de Lara já era fallecida em 8 de Dezembro de 1670 (5). E teve 10 filhos, que foram nascidos e baptizados em S. Paulo.

2— 1.	Lourenço Castanho Taques, o moço.	§ 1°
2— 2.	Francisco de Almeida.....	§ 2°
2— 3.	Pedro Taques de Almeida.....	§ 3°
2— 4.	Thomé de Lara de Almeida.....	§ 4°
2— 5.	Diogo de Lara e Moraes.....	§ 5°
2— 6.	Antonio de Almeida.....	§ 6°
2— 7.	José Pompeo de Almeida.....	§ 7°
2— 8.	D. Anna de Proença.....	§ 8°
2— 9.	D. Branca de Almeida.....	§ 9°
Bisavó-m: 2—10.	D. Maria de Lara.....	§ 10

§ 1°

2—1. Lourenço Castanho Taques foi chamado moço por differença de seu pai do mesmo nome e appellidos, e igualmente com o sêr da natureza lhe herdou os espiritos de ardor e zelo pela utilidade publica da patria e do real serviço. Serviu os honrosos cargos da republica de S. Paulo, onde foi juiz ordinario e de orphãos, cujo pesado cargo occupou muitos annos com utilidade dos pupilos; porque aos que eram de inferior condição recolhia, quando desamparados, á sua paternal providencia, mandando-os ensinar a lêr e escrever, e officios mecanicos, para ficarem com elles estabelecidos. Foi muito estimado e respeitado geralmente de todos os moradores de S. Paulo, porque o seu grande respeito se adornava das virtudes da be-

(5) Cart. de orphãos de S. Paulo, masso 1°, letra I. Inventario de Lourenço Castanho Taques n. 6.

neficencia, docilidade e compaixão. Não havia differença ainda entre os mais poderosos que Lourenço Castanho não vencesse em harmonia e amizade. A sua casa era de numerosa escravatura, com lugar destinado para o lavor das officinas, em que trabalhavam os mestres e officiaes de varios officios, seus escravos, de que percebia os lucros dos salarios que ganhavam. Além das virtudes moraes praticava aquellas que adornam a um bom catholico temente a Deus. Na educação dos filhos, que foram muitos, excedeu muito pelos dictames e maximas catholicas em que os instruia, não se esquecendo do tratamento de cavalheiros com que cada filho varão se portava, tendo cavallos de estribaria, distinctos uns dos outros, para cada filho, e os criados escravos mulatos (vulgo *pagens* no Brasil) que os serviam, reconhecendo estes o dominio do senhorio para a obediencia a cada um de seus senhores.

Quando se achou em S. Paulo o Exm. Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, de quem fizemos menção no cap. II d'este titulo, o hospedou Lourenço Castanho Taques, em cujo animo e zelo achou este general uma efficaz prova do amor, da honra e lealdade de bom vassallo; algumas ordens lhe incumbiu, e na execução d'ellas se fez elle merecedor de que Arthur de Sá informasse a Sua Magestade el-rei D. Pedro, que por carta de 20 de Outubro de 1698, firmada de seu real pulso, lhe escreveu o seguinte:

« Lourenço Castanho Taques.—Eu el-rei vos envio muito saudar. Por ser informado pelo governador e capitão-general do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes do zelo com que vos houvestes na expedição das ordens que tocavam a meu serviço, que o dito governador para este effeito expediu, e a grande vontade com que vos achaveis em tudo que vos recommendou, mostrando n'isto a boa leal-

dade de honrado vassallo, me pareceu por esta mandar-vos agradecer, e segurar-vos que tudo o que n'este particular obrastes me fica em lembrança, para folgar de vos fazer toda a mercê quando trateis de vossos requerimentos. Escripta em Lisboa aos 20 de Outubro de 1698.—Com rubrica de Sua Magestade. »

Esta mesma cópia fica lançada no cap. II, § 3.º d'este titulo, quando tratámos de Antonio de Godoy Moreira. O mesmo monarcha escreveu tambem esta mesma carta a outros paulistas, como veremos quem elles foram quando tratarmos de cada um d'elles, conforme o titulo a que pertencem; e se acham todas lançadas no registro da secretaria ultramarina no livro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, desde fl. 198 até fl. 199, sendo primeira a que se escreveu a Lourenço Castanho Taques.

Depois de ter casado os filhos e dotado as filhas, vendo-se já sem as pensões de os manter, como d'antes, quando juntos os conservava debaixo do patrio poder, de tal sorte praticou a virtude da caridade com a pobreza dos fieis, que durando-lhe a vida em avultada idade de annos, admiraram a sua decadencia os mesmos que reconheceram-lhe os cabedaes. Onde apurou o resto da sua grandeza foi na fundação e construcção do recolhimento de Santa Theresa, que emprehendeu por dictames do Exm. e Revm. D. José de Barros de Alarcão, primeiro bispo do Rio de Janeiro, passando de visita a S. Paulo, onde fez assento muitos annos e travou amizade com Lourenço Castanho, que lhe deveu honrosissimas demonstrações. O destino d'esta obra foi deixar para a posteridade um excellente commodo para as suas netas e mais descendentes, que quizessem abraçar o instituto da matriarcha Santa Theresa, cuja vocação se deu ao recolhimento, com a bem nascida esperança de que a real grandeza o passasse a convento

professo ; e com este bem projectado intento se construiu já a obra com tal formalidade que não necessitasse de reforma para a sua apertada clausura. Mancommunou-se elle com seu irmão o capitão-mór e alcaide-mór Pedro Taques de Almeida, o qual, concorrendo com dinheiro, ficou sobre elle a despeza da erecção e formatura de todo o recolhimento, principiando-se a fundamentar os alicerces para as paredes ; para estas madeiras e ferragens concorreu só Lourenço Castanho e muito ; apenas o sitio, que se via occupado de duas moradas de casas pertencentes a Manoel Vieira Barros, não custou dinheiro, porque este, com liberal mão, entregou tudo para se fundar o dito recolhimento. Acabou-se este, com os dormitorios, cerca, igreja, côro e tudo o mais em sua ultima perfeição, com muito custo, correndo a direcção do risco pela idéa do Exm. bispo, a quem se deu a gloria de fundador e protector no anno de 168... em que entraram, com solemne festividade de missa cantada, sermão e sacramento exposto, para recolhidas do mesmo recolhimento tres filhas de Manoel Vieira Barros, tomando o habito de Santa Theresa. Este recolhimento ainda existe sem profissão solemne (porque, mortos os fundadores, faltou o respeito que lhe solicitasse a graça de passar a convento), conservando-se, porém, n'elle algumas recolhidas, que, para chorar peccados e segurarem a salvação, de propria vocação se clausuraram, alimentadas do pequeno patrimonio que tem a casa, supprindo a de seus pais e parentes com muita parte do necessario sustento, para o qual resplandeceu sempre a caridade dos fieis. N'este estado o achou o primeiro bispo de S. Paulo em 7 de Dezembro de 1746, em que fez a sua publica entrada o Exm. e Revm. D. Bernardo Rodrigues Nogueira, cuja alta esphera, zelo, economia, actividade, rectidão e governo o farão sempre suspi-

rado objecto da saudade que nos deixou a sua exemplar vida, que acabou no dia 7 de Novembro de 1748, com irreparavel perda no augmento que se perpetuava nas direcções do seu pastoral governo. Este santo prelado dictou uma instrucção para servir como de regra ás suas amadas ovelhas, esposas de Jesus-Christo, no recolhimento de Santa Theresa, que ainda hoje se conserva tão inalteravel, como se fôra dado pelo summo pastor. Dando conta o Exm. bispo do Rio de Janeiro á camara de S. Paulo para se extinguir o recolhimento, visto não ser professo e não ter recolhidas em 1718, mandou Sua Magestade por ordem de 26 de Dezembro do mesmo anno, expedida ao dito bispo, fizesse conservar o dito recolhimento de Santa Theresa de S. Paulo. E por ordem de 3 de Setembro de 1745 tomou Sua Magestade debaixo da sua real protecção o dito recolhimento (Secret. ultramarina,liv. 1° das cartas de S. Paulo, fl...). Não passamos a mais por nos termos já afastado muito da genealogia que seguimos.

Voltando o discurso a Lourenço Castanho Taques, foi este casado com D. Maria de Araujo, natural de S. Paulo, que na pia da sua igreja matriz a recebeu Deus a 20 de Agosto de 1645, filha de Luiz Pedroso de Barros, capitão que foi de infantaria paga na restauração de Pernambuco, e de sua mulher D. Leonor de Siqueira Goes Araujo, da cidade da Bahia, irmã inteira de João de Goes de Araujo, que foi desembargador da relação de sua patria, e n'ella juiz do civel, pelos annos de 1666. Em titulo de Pedrosos Barros, cap. III. Falleceu Lourenço Castanho Taques com evidentes signaes de predestinado e geral sentimento de todo um povo, em S. Paulo, sua patria, em Dezembro de 1708 (Cart. 1° de notas de S. Paulo, masso de inventarios antigos, letra L, o de Lourenço Castanho Taques). E teve

do seu matrimonio 11 filhos, todos naturaes da mesma cidade, que foram:

3— 1. Lourenço Castanho Taques.
3— 2. Maximiano de Goes e Araujo.
3— 3. Luiz Pedroso de Barros.
3— 4. José Pompeo Castanho.
3— 5. D. Leonor de Siqueira.
3— 6. D. Angela de Siqueira.
3— 7. D. Maria de Araujo.
3— 8. D. Ignacia de Goes.
3— 9. D. Theresa de Goes.
3—10. Antonio Pompeo Taques.
3—11. D. Maria de Lara.

3—1. Lourenço Castanho Taques, que foi verdadeiro herdeiro das virtudes de seu pai do mesmo nome. Casou com D. Anna de Arruda (Em titulo de Arrudas, cap. I, § 1° e seg.), filha de Francisco de Arruda Sá, da Ribeira-Grande da ilha de S. Miguel, e de sua mulher D. Maria de Quadros. Em titulo de Arrudas com sua descendencia.

3—2. Maximiano de Goes e Araujo, casou com D. Maria de Arruda na villa de Parnahyba a 13 de Janeiro de 1695, filha de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Arrudas, cap. II, § 9°, com sua descendencia.

3—3. Luiz Pedroso de Barros, que falleceu a 30 de Abril de 1731, sargento-mór do regimento dos auxiliares da villa de Parnahyba; teve mercê de el-rei D. João V de um habito de Christo, com tença effectiva de 50$ pagos no almoxarifado da fazenda real da praça de Santos, o que se verificou por renuncia em seu sobrinho direito o mestre de campo Manoel Dias da Silva, de quem fazemos menção n'este cap. III, n. 2—3, de Pedro Taques de Almeida. Foi casado com D. Agostinha Rodrigues, sem geração. Em titulo de Jorges Velhos.

3—4. José Pompeo Castanho, que foi casado com D. Isabel de S. Paio, filha de André de S. Paio e Arruda e de sua mulher D. Anna de Quadros. Em titulo de Arrudas, cap. III, § 7. Sem geração. Fez assento na villa de Itú e estabelecimento de boas fazendas de cultura ; e porque não tiveram filhos fizeram liberal doação dos seus bens (que foi de 6:000$) ao convento do Carmo da mesma villa, por escriptura na nota do tabellião da dita villa, em 1740, tendo antes d'ella dotado a tres sobrinhas com 800$ a cada uma e uma morada de casas.

3—5. D. Leonor de Siqueira, que foi casada com Domingos Dias da Silva, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica e foi juiz ordinario. Foi este paulista intrepido, liberal e muito amante do real serviço, á imitação de seu irmão direito Alexandre da Silva Corrêa, que, depois de lente da universidade de Coimbra, onde a sua grande litteratura será sempre applaudida pela sua *Postilla*, que dictou sôbre a lei Gallus, fl. de..... passou para a casa da supplicação e acabou conselheiro do Ultramar. Em titulo de Pires, cap. VI. Casou dito Domingos Dias da Silva na matriz de S. Paulo a 12 de Fevereiro de 1684. Estabeleceu-se na opulenta fazenda chamada Ajuhâ, com grandes culturas, e passando para as Minas-Geraes, estando n'ellas muito opulento pela abundancia do ouro que extrahiam os seus escravos, chegando a noticia de que a cidade do Rio de Janeiro estava invadida pelo poder do inimigo francez, para soccorrer a esta praça marchou Domingos Dias da Silva com um troço de soldados á sua custa, em cujo serviço gastou avultado cabedal ; porque tanto na sahida, como na residencia e regresso, sustentou sempre com liberalidade o troço todo ; e então se lhe conferiu a patente de brigadeiro d'aquelle exercito por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-ge-

neral do Rio de Janeiro e S. Paulo, e d'este cavalheiro recebeu distinctas estimações, porque, como zeloso do real serviço, sabia conhecer os cavalheiros de S. Paulo que n'elle se faziam distinctos. Deixando nas Minas-Geraes a sua numerosa escravatura entregue á administração de seu filho Manoel Dias da Silva, se recolheu a descansar de tantas fadigas a S. Paulo, sua patria, onde não gozou muitos annos da tranquillidade dos povoados, porque acabou a vida a 22 de Março de 1719 (Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1º, letra D. Inventario do brigadeiro Domingos Dias da Silva). E teve do seu matrimonio 2 filhos, naturaes de S. Paulo.

4—1. Manoel Dias da Silva.
4—2. Ignacio Dias da Silva.

4—1. Manoel Dias da Silva, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica e o de juiz ordinario e orphãos em 1729. Foi mestre de campo dos auxiliares das minas do Cuyabá por patente do Exm. Rodrigo Cesar de Menezes. A mercê do habito de Christo, com 50$ de tença effectiva feita a seu tio o sargento-mór Luiz Pedroso de Barros, n'elle se verificou com a grandeza que se nota no padrão da tença, em que Sua Magestade declarou que os venceria desde o dia que lhe tinha feito a mercê do habito, que antes de o pôr aos peitos tinha percebido mais de tres titulos de tença. Estando em minas de Goyazes estabelecido com lavras mineraes e numerosa escravatura em 1736 (achava-se n'este tempo a praça da Colonia do Sacramento posta em assedio pelas tropas castelhanas, debaixo do commando de D. Miguel de Salcedo, governador da provincia de Buenos-Ayres), se publicou a real ordem, pela qual a magestade de el-rei D. João V deu a conhecer o muito que seria do seu real agrado que os seus vassallos paulistas invadissem as Indias de Hespanha pelas povoa-

ções da provincia de Paraguay, em cima da serra. Bastou este leve aceno para que o mestre de campo Manoel Dias da Silva projectasse que, passando com um corpo de armas de soldados, escolhidos pela experiencia do valor da sua disciplina, a demandar as povoações da Vacaria, faria um particular serviço ao real agrado, destruindo as ditas povoações para evitar-se a que a força d'esta gente não emprehendesse dar subitamente sôbre as minas da Villa-Real do Cuyabá, sendo-lhes muito facil a resolução d'esta idéa por terem na abundancia dos gados vaccuns das campanhas chamadas Vacaria todo o sustento para qualquer grosso pé de exercito. Como para Manoel Dias da Silva pôr em execução este intento precisava atravessar o vasto sertão, que medêa entre o rio Camapoã, da navegação do Cuyabá, e Villa-Boa de Goyazes (todo habitado de innumeraveis aldêas dos bravos e barbaros indios da nação *Cayapó*), não foi a sua resolução apoiada dos melhores sertanistas, com os quaes conferiu a materia, porque demandava de uma força grande para sustentar na marcha os repetidos assaltos d'esta potencia Cayapó, que é formidavel no tal sertão. Porém Manoel Dias da Silva, que só media pelo valor proprio o dos estranhos, não desistiu da acção; e, reforçando mais o corpo com que se achava, que não passava então de 80 armas, intrepido se metteu a cortar rumo a demandar o sitio de Camapoã, atravessando o vasto sertão que tinha para passar. Consistia tambem a difficuldade no temor de não acertar com o sitio de Camapoã por falta de geographia, cuja sciencia totalmente ignorava, bem como todos os antigos paulistas, que sem outro adjutorio mais do que o rumo do nascente ao poente, a que lhes servia de verdadeira agulha o sol, penetraram a maior parte dos incultos sertões da America, conquistando nações barbaras, de cujos indios se serviam, como admi-

nistradores seus, pelo beneficio de os terem desentranhado do paganismo para o gremio da igreja. Assim succedeu a Manoel Dias, que, com tres mezes de jornada, chegou a salvamento ao sitio de Camapoã, que frexou tão direito que foi sahir afastado da sua tranqueira meio quarto de legua.

N'este sitio deu descanso á tropa, que nos tres mezes se sustentára da providencia da boca da arma; e conseguindo o necessario ocio, já bem guarnecidos os seus soldados de todo o necessario, se pôz em marcha para as campanhas da Vacaria. Chegou a estas, e, correndo-as até grande distancia, estranha a novidade de faltarem os gados, que n'ellas sempre existiram em numerosa multidão e inutilidade. Avizinhou-se mais á serra, e para logo descubriu a cautela dos castelhanos. Tinham estes retirado aquellas indiziveis manadas de gados e bestas cavallares para os ferteis campos de cima da serra, só para que os moradores das minas do Cuyabá se não viessem a utilisar de tão bellas manadas, quando fossemos atacados dos mesmos castelhanos e nos achassemos em qualquer aperto de sitio. Discorrendo ou penetrando mais as campanhas para a parte do Paraguay encontrou com uma franca estrada, e o abarracamento em que, haveria um mez (até pela figura dos ranchos e cinzas do fogão conheciam os sertanistas, pouco mais ou menos, o tempo que tinha passado depois que n'aquelle sitio ostivéra alguma tropa), tinham alli estado os castelhanos, e pela configuração do terreno que occupava o centro do abarracamento se conheceu que a barraca era de commandante de patente grande, como a de mestre de campo, de quem os castelhanos costumam fiar as suas tropas na provincia de Paraguay e outras. Pela estacaria, que circulava em grande peripherio o abarracamento, via-se que o numero dos cavallos que n'ella se

atavam excedia ao de 800. Este grande corpo na retirada tinha feito abrir a franca estrada que encontrou Manoel Dias da Silva.

Pôz este em consulta o movimento que lhe occorreu, e, approvando-lhe a temeridade os da sua comitiva, dispôz as escoltas, que fez emboscar em diversos postos da mata por onde seguia aquella estrada, ficando elle com o resto dos soldados em sitio, de d'onde, avançando de tropel, ficasse completa a victoria que esperava alcançar pela sua premeditada idéa. Era esta que, ganhando distancias certo numero de soldados bem montados e avistando aos castelhanos, voltassem costas, como fugindo, e d'este modo os trouxessem enganados para perecerem todos nas emboscadas referidas, e ficando nós senhores da cavalhada pudessemos dar com toda a força das nossas armas a acabar o inimigo. Foi Deus servido que já os castelhanos estavam totalmente recolhidos ás suas povoações, porque do contrario ou pereceria, ou ficaria prisioneira toda a tropa do mestre de campo Manoel Dias da Silva, e quando nada ficaria rôta uma guerra em tempo que a que na Colonia se sustentava por assedio era com o systema de carta coberta, que é a maxima que costuma praticar o gabinete de Castella sôbre a praça da Colonia, por algumas vezes posta já em sitio.

No regresso encontrou o mestre de campo Manoel Dias da Silva com o effeito d'aquelle grande corpo, que, não contente com a retirada dos gados e cavallos da Vacaria, deixou um padrão de pedra lavrada, em fórma de cruz, posta ao alto, a que servia de base outra pedra em figura triangular, de seis palmos de alto, com proporcionada grossura á altura do padrão; n'elle estavam abertas as letras do idioma castelhano, que diziam: « Viva el-rei de Castella, senhor dos dominios d'estas campanhas. » Não

tinha o mestre de campo instrumentos para deitar abaixo aquelle padrão, e por isso mandou cavar a terra á roda até que, faltando-lhe esta e perdendo a machina o equilibrio, veio abaixo, fazendo-se em tres pedaços. Conseguido com facilidade este intento fez elle conduzir aquelles pedaços para diversos sitios, e sepultar cada um d'elles em altas covas dentro das matas. Do madeiro mais grosso e menos corruptivel mandou lavrar em quatro faces uma cruz, em que lhe gravou as letras no idioma portuguez, que diziam : « Viva o muito alto e muito poderoso rei de Portugal D. João V, senhor dos dominios d'este sertão da Vacaria. »

Recolheu-se o mestre de campo Manoel Dias da Silva pelo mesmo sertão ao Cuyabá, onde então era ouvidor d'aquellas minas o Dr. João Gonçalves Pereira, a quem, dando conta do successo, se juntou com officiaes da camara e os republicanos d'ella, em cuja presença deu elle conta do que tinha examinado e obrado. D'isto formou-se um assento nos livros d'aquelle senado, onde então se discorreu sôbre o evidente risco em que estavam as minas do Cuyabá de serem invadidas pelos castelhanos, ainda que já este mesmo temor tinha ponderado a Sua Magestade Vasco Fernandes Cesar, vice-rei do Estado da Bahia, em carta de 20 de Junho de 1721, avisando que os paulistas haviam descuberto minas de ouro no sertão do Cuyabá, o que dava grande ciume aos padres da companhia de Jesus dos dominios da Hespanha (Secretaria do conselho ultramarino, no maço das cartas de 1721). Expediram-se as cartas para o general da capitania, o conde de Sarzedas Antonio Luiz de Tavora, e para os camaristas da cidade de S. Paulo. Estes, recebendo as cartas e estando ausente o general em Goyazes, convocaram os cidadãos em acto de camara, e presidiu o ouvidor e corregedor o Dr. João Rodrigues Campello, e lidas as cartas dos cama-

ristas do Cuyabá, do ouvidor e do mestre de campo, ponderada a materia e attendidas as razões que expendeu o capitão Bartholomeu Paes de Abreu, com a sua grande intelligencia, sôbre a mesma materia, concordaram todos que se devia pôr em execução a abertura de um caminho de terra, pelo qual se pudesse a qualquer tempo soccorrer o Cuyabá com tropas e gente de cavallo, o que não admittia a navegação dos rios, a qual podia ser impedida pelos castelhanos, subindo em lanchões desde a cidade do Paraguay até á barra do rio dos Porrudos, que vai ter ao porto geral do desembarque, e d'elle por terra meia legua até o Cuyabá. Que para a factura d'este caminho havia uma fiança de 50 tt.^{os} (assim está escripto, que entendo ser 50,000 cruzados, como certamente é), celebrada por Manoel Gonçalves de Aguiar, Sebastião Fernandes do Rego e Antonio Gonçalves Tigre, cada um por si e um por todos, a favor de Manoel Homem Godinho, quando no anno de 1722 ajustou a factura d'este caminho com o governador e capitão-general o Exm. Rodrigo Cesar de Menezes, por cuja causa não vinha a gastar a fazenda real um só real pela factura d'este caminho(6). D'este accordão se lavrou termo em 17 de Agosto de 1737, que se remetteu ao mestre de campo João dos Santos Ala, governador da praça de Santos e interino da comarca pela ausencia do general d'ella o conde de Sarzedas. Nada teve effeito, porque o prejudicado Manoel Gonçalves de Aguiar soube atalhar o damno que lhe ameaçava a bolsa, repartindo liberal certos cartuxos de moedas por pessoa, que cala a prudencia o nome por lhes evitar a vileza da injuria. Deu-se conta á Sua Magestade pelo conselho ultramarino em 1733, e na secretaria d'elle se acham

(6) Esta determinação approvou Sua Magestade, como se vê da sua real ordem de 7 de Outubro de 1722, expedida ao dito Cesar. Secretaria ultramarina, liv. 4° das cartas, tit. 1720, á fl...

estas representações no maço do dito anno, e tambem na camara de S. Paulo, no livro grande, capa de pasta negra, que serviu de registros, titulo de 1726 até 1740, fl. 118 até fl. 120, o que diffusamente trataremos no corpo da historia de S. Paulo, se Deus quizer dar-nos vida para este trabalho que intentamos tomar, sem forças de talento para a sua execução.

Sua Magestade mandou ao Dr. João Gonçalves Pereira, ouvidor de Cuyabá, que informasse, tirando um summario de testemunhas sôbre a materia da representação, que se lhe tinha feito da acção que obrára na Vacaria Manoel Dias da Silva: assim executou aquelle activo mineiro. O certo é que em 1738 mereceu o mestre de campo os votos de alguns conselheiros do conselho ultramarino para governador de Cuyabá, com 4 tt.^{os} de soldo, e vindo a informar sôbre a materia e caminho, que Manoel Dias se offereceu a el-rei fazer á sua custa para o Cuyabá, a Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, por ordem que se lhe expediu pelo mesmo conselho de 9 de Setembro de 1739(7), não sabemos por que occulto destino se pôz silencio n'ella. Parece que os paulistas contrahiram um novo peccado original para não serem jámais bem vistos, e ser a fazenda real a prejudicada só para que elles não tenham o premio.

Nas minas do Cuyabá ficou existindo o mestre de campo Manoel Dias da Silva, querendo do jornal dos seus escravos emendar o estrago da grande despeza a que o obrigou o seu zelo e leal intento. N'ellas estava sendo juiz ordinario quando falleceu o Dr. ouvidor Manoel Antunes Nogueira (8), cujo lugar substituiu na fórma da ordenação do

(7) Secretaria ultramarina, liv. 1° de cartas das Minas, 1726, á fl. 236.

(8) O Dr. ouvidor Manoel Antunes Nogueira falleceu em Abril em

reino. Das suas grandes providencias, logo que tomou posse, para vedar a extracção dos diamantes no rio Paraguay, descuberto pouco tempo antes da morte do antecessor, serão perpetuas testemunhas, que proclamem o seu ardente zelo, as cartas de agradecimento que lhe escreveu o governador e capitão-general, que então tinha em 1749 o governo da capitania de Cuyabá e Goyazes, o Exm. Gomes Freire de Andrada, que acabou digno conde de Bobadella, que se acham registradas todas nos livros da camara do Cuyabá. Succedeu-lhe o Dr. ouvidor João Antonio Vaz Morilhas (9), que, por se afastar da virtude de limpeza de mãos, como lhe deixava exemplos a distincta honra do seu antecessor, cahiu em desaccordos taes, que, antes de lhe chegar successor, foi deposto do lugar pela *admiravel rectidão* do Exm. D. Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-general d'aquella capitania (que depois foi conde de Azambuja, tenente-general, general da Estre-

quinta-feira santa de 1748, em cujo dia pegou na vara de ouvidor o mestre de campo Manoel Dias da Silva, como juiz mais velho, e contra o mesmo quiz fazer ouvidor ao segundo juiz o coronel Manoel Antunes Belem de Andrade uma maloca, que foi presa e ficou criminosa na devassa que tirou o mesmo ouvidor pela lei (*Historia do Cuyabá*, anno 1749).

(9) O Dr. João Antonio Vaz Morilhas chegou ao Cuyabá em 1749 e tomou posse a 30 de Novembro do dito anno. Para a deposição d'este ministro houve ordem expressa de el-rei, a quem déra parte D. Antonio Rolim de Moura, que lhe havia concebido entranhavel odio. E' certo que não exercitou o lugar desde certo tempo por ordem do dito general, que consultou esta materia aos generaes de Goyazes novo, e o que acabava, que resolveram em junta que, visto já ter vindo successor e syndicante, que falleceu em caminho, devia ser suspenso aquelle ministro Elle não foi na verdade muito limpo de mãos ; porém D. Antonio foi incansavel no seu odio e vingança por causas que ainda lembram aos antigos do Cuyabá. Vide a Historia d'estas minas que tenho.

madura na côrte, presidente do conselho da fazenda e conselheiro do conselho de guerra, em cujos postos falleceu a... de... de 1782). E ficando esperando o dito Morilhas pela sua residencia, na qual entendia sahir canonisado, como é regra geral em todos os ministros da America, antes de lhe chegar este santelmo sahiu preso, e, sequestrados os bens, foi conduzido do Cuyabá para Mato-Grosso, e d'alli para o Pará, e, finalmente, para o reino, onde mereceria o premio ou castigo, conforme os seus bons serviços. Em 1752 falleceu o mestre de campo Manoel Dias da Silva, distante da villa do Cuyabá dois dias de jornada, para cujo retiro o fez conduzir o estrondo de tantas injustiças, que via praticadas na dita villa em damno de todos. Foi casado na matriz de S. Paulo com sua prima em terceiro gráo de consanguinidade duplicado (em cujo impedimento foram dispensados pelo Exm. bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe) D. Theresa Paes da Silva, filha do capitão Bartholomeu Paes de Abreu e de sua mulher D. Leonor de Siqueira Paes, de quem fazemos menção n'este mesmo § 2°, n. 23. E teve d'este matrimonio dois filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. D. Anna Leonor, falleceu solteira

5—2. Alexandre da Silva Corrêa, falleceu na flôr dos seus annos.

4—2. Ignacio Dias da Silva (filho do brigadeiro Domingos Dias da Silva e D. Leonor de Siqueira, n. 35 retro) foi de gentil presença, docil e affavel genio, com cujas virtudes soube merecer geral estimação, não só dos parentes, mas dos estranhos Na arte de andar a cavallo excedeu a todos os do seu tempo e ainda aos do passado, e sabia na ultima perfeição todo o manejo da cavallaria, e foi de tantas forças que com ella executava a cavallo algumas acções, em as quaes não achava quem o competisse. Na

violencia da carreira se debruçava pelo lado direito ou esquerdo a levantar do chão qualquer cousa que se lhe destinava em qualquer baliza, e n'isto mesmo era a execução do brinquedo com tanta destreza e airoso garbo, que sempre conseguia os applausos dos circumstantes. (O autor continúa a fazer varias descripções a este respeito.) Nas grandes e magnificas festas de escaramuças, sertilhas, canas e encontroadas, que se executaram com liberal despeza em applauso de ter cantado missa nova o Rev. Eusebio de Barros Leite (filho da matrona D. Maria Leite de Mesquita, viuva de Pedro Vaz de Barros, um dos cavalheiros mais potentado entre os seus nacionaes paulistas, e de quem fazemos larga menção em titulo de Pedrosos Barros, § 2°, e no de Mesquitas). Levou Ignacio Dias da Silva em todas as tres tardes sempre os premios de louvor entre os muitos e destros cavalleiros d'aquella funcção, da qual foi elle o primeiro mantenedor e guia nas escaramuças. Sempre gozou Ignacio Dias das delicias e tranquillidade da patria, sem vêr a cara á aspereza dos sertões, porque quando seu pai Domingos Dias da Silva se ausentou para as Minas-Geraes ficou elle governando a casa, em companhia de sua mãi D. Leonor de Siqueira, que na educação dos filhos mereceu os applausos da matrona a mais advertida e ajuizada. Seus pais o casaram, com aquella discreta eleição de sua nobreza, com D. Anna Maria do Amaral Gurgel, e se receberam na matriz de S. Paulo a 30 de Janeiro de 1719 (ainda vive ella em 1763), a qual era sua prima em quarto gráo de consanguinidade, em que foram dispensados, filha do sargento-mór Bento do Amaral da Silva e de D. Escholastica de Godoy (fl... n. 2—3). Poucos annos se gozaram, porque na flôr d'elles falleceu Ignacio Dias da Silva, com geral sentimento dos que o conheciam, deixando d'este amoroso vinculo tres tenros filhos, para cuja educa-

ção não fez falta a vida do pai pelos cuidados de D. Anna Maria do Amaral, que rejeitou varios casamentos que se lhe propuzeram, não querendo dar padrasto a seus filhos, que foram :

5—1. Bento do Amaral da Silva.
5—2. Dominges Dias do Amaral da Silva, falleceu solteiro.
5—3. Ignacio Dias da Silva, casou nos Curraes da Bahia. Falleceu com geração.

5—1. Bento do Amaral da Silva, cidadão de S. Paulo, que, não só na imagem, mas até nas prendas, foi verdadeiro retrato do seu pai. Excedeu a todos do seu tempo na arte de audar a cavallo, obrando com airosa gentileza as mesmas destrezas, que seu defunto pai soube executar melhor que todos. Era tão destemido que passou a ser temerario, porque montava o mais manhoso cavallo sem perder o assento da sella, nem a recta positura do corpo, nem as estribeiras; e quando se apeiava já o cavallo estava manso e sem os defeitos de corcovear. Foi tão destro n'esta arte, que, estando em S. Paulo D. Antonio Rolim de Moura esperando monção para embarcar para o Cuyabá, a tomar posse de governador e capitão-general d'aquellas minas, e hospedado no collegio dos jesuitas, confessou que lhe causava admiração vêr um tão excellente e airoso cavalleiro, que, sem as lições das picarias da Europa, merecia o louvor que muitos, dentro da mesma côrte de Lisboa, instruidos por excellentes mestres e muito peritos, não executavam o que Bento do Amaral fazia; e quando este sahia de passeio a cavallo occupava aquelle as janellas emquanto elle atravessava o pateo do dito collegio. Estando servindo de juiz ordinario de S. Paulo em 1752, que tinha sahido na eleição de Pellouro, andando de ronda com os officiaes de justiça na noite do dia 29 de Março, encontrou-se com Manoel Soares (era este um regulo facinoroso,

que, tendo culpas de graves delictos commettidos na comarca, havia vindo da villa de Guaratinguetá com o diabolico intento de matar ao Dr. José Luiz de Brito, que occupava o lugar de ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, de que, tendo avisos, o dito corregedor vivia acautelado, sem sahir á rua, e por terror panico lhe não applicava as providencias para prender-se este aggressor de mortes e outros insultos), o qual, sendo conhecido dos da ronda, em que, além dos officiaes de justiça, andavam quatro soldados inferiores e varios homens, se puzeram em vergonhosa retirada no mesmo ponto em que o juiz ordinario, sem mais armas que a temeridade do seu valor e ardor dos annos, que só eram 33, deu um accelerado passo a lançar a mão ao criminoso, o qual, tendo uma pistola debaixo do capote, lh'a disparou, penetrando-lhe o vasio, de cujo mortal golpe cahiu morto immediatamente, ficando assim livre o delinquente, que muito a seu salvo se pôde escapar pelo desamparo em que todos os da ronda deixaram ao juiz ordinario, e desappareceu da cidade, posto que logo se teve noticia do lugar onde vivia occulto, sem que o corregedor tivesse estimulo para lhe solicitar a prisão até pagar por sentença da justiça em uma forca os seus delictos. Foi esta morte tão sentida, como era estimada a vida de Bento do Amaral da Silva; porém morreu quem morreu, e a lima do tempo tudo consome, e só lamenta os estragos da ruina quem participa do golpe para chorar os effeitos d'elle, como até hoje, com viva dôr, chora a viuva sua mulher o desamparo dos tenros filhos que lhe ficaram. Estava casado com D. Catharina Alvares Fidalgo, filha de José Alvares Fidalgo, cidadão de S. Paulo e natural da villa de Freixo de Espada á Cinta, e de sua mulher D. Maria Leite da Silva. Em titulo de Dias Paes. E teve seis filhos, naturaes de S. Paulo.

6—1. Fr. Ignacio do Amaral, carmelita calçado; e professou no convento de S. Paulo a 20 de Julho de 1760.
6—2. D. Anna Maria do Amaral e Silva.
6—3. João Leite do Amaral.
6—4. D. Brites Leonisa do Amaral.
6—5. D. Mathildes Policena do Amaral.
6—6. D. Maria Emilia do Amaral.

3—6. D. Angela de Siqueira (pag. 14 e 19). Foi casada com Manoel do Rego Cabral. Em titulo de Arrudas, cap. I, § 5º. Com sua descendencia.

3—7. D. Maria de Araujo (idem). Foi casada com José de Sá e Arruda. Em titulo de Arrudas, cap. I, § 7º. Com sua descendencia.

3—8. D. Ignacia de Godoy (idem). Foi casada na matriz de S. Paulo a 9 de Janeiro de 1695 com José de Barros Bicudo Leme, filho de Antonio Bicudo Leme e de sua segunda mulher Luzia Machado. Falleceu o dito José de Barros em Parnahyba a 20 de Agosto de 1714. Cart. de Parnahyba n. 466, inventario de José de Barros Bicudo. Em titulo de Bicudos, cap. I, § 1º, n. 4—11. E teve oito filhos.

4—1. Antonio Bicudo de Barros.
4—2. Lourenço Castanho de Barros.
4—3. Braz Teves Leme.
4—4. João de Almeida Pedroso, o ruivo.
4—5. Bento de Barros Bicudo.
4—6. D. Ignacia de Goes.
4—7. D. Maria de Araujo.
4—8. D. Escholastica Bicudo.

4—1. Antonio Bicudo de Barros, natural da Araçariguama, casou na matriz de Itú com D. Josepha de Arruda, filha de Pedro Dias Leite e de sua mulher D. Antonia de Arruda. Em titulo de Botelhos, cap. I, § 4º, n. 2—9. Com sua descendencia.

4.—2. Lourenço Castanho de Barros. Falleceu solteiro no sertão dos Curraes da Bahia.

4.—3. Braz Teves Leme. Falleceu de tenra idade em Itú, sua patria.

4.—4. João de Almeida Pedroso, chamado o ruivo, natural de S. Paulo, casou na matriz da Penha de Araçariguama com D. Gertrudes Ribeiro, filha de André de São Paio Botelho, natural da villa de Parnahyba, e de sua mulher D. Maria Leite da Escada, filha de Manoel Corrêa Penteado e de D. Beatriz de Barros, acima já nomeados. E teve 12 filhos.

5— 1. Ignacio de Almeida Pedroso.
5— 2. João de Almeida.
5— 3. André de São Paio.
5— 4. Joaquim de Almeida.
5— 5. Alexandre de Almeida.
5— 6. Pedro de Almeida.
5— 7. D. Maria de Almeida, mulher de Manoel Francisco Bueno, filho de Francisco Bueno Luiz e de D. Maria Jorge, e natural de Parnahyba.
5— 8. D. Isabel de Almeida.
5— 9. D. Anna Maria, natural de Sorocaba, casou em Itú com Antonio Ribeiro da Silva, natural de Pitanguy, filho de Antonio Ribeiro da Silva, natural de Barcellos, e de sua mulher Catharina Bueno. E teve tres filhos: Manoel, Maria Josepha e Josepha Maria.
5—10. D. Maria....
5—11. D. Gertrudes....
5—12. D. Antonia.... etc.

4.—5. Bento de Barros Bicudo, natural da Penha de Araçariguama, casou em Itú com Maria Garcia, natural d'esta villa, filha de Antonio Garcia Borba e de sua mulher Rosa de Campos. Em titulo de Campos, cap. VIII, § 5°, n. 3—5. E tem quatro filhos que são: José de Barros, Maria, Rosa, Ignacia.

4—6. D. Ignacia de Góes, natural de Araçariguama, em cuja freguezia casou com André de São Paio Botelho, estando viuvo de D. Maria Leite da Escada, já referida. E tem tres filhos.

5—1. José de São Paio Góes, casou com Anna de Campos, filha de Pedro Dias Ferraz e Maria Paes.

5—2. Bernardo de São Paio Barros, clerigo de S. Pedro.

5—3. Elias de São Paio Castanho, que falleceu em Sorocaba em 1765.

4—7. D. Maria de Araujo, natural da Penha de Araçariguama, onde casou com Paschoal Leite Paes, natural de Parnahyba, filho de Francisco Bueno Luiz e de Maria Jorge, já referidos em titulo de Buenos. E teve :

5—1. D. Maria Jorge, casou na Vuturuna com o capitão-mór Domingos Rodrigues do Prado, filho de Domingos Rodrigues do Prado. Em titulo de Buenos, cap. VIII, na descendencia do capitão-mór Bartholomeu Bueno da Silva, descubridor das minas dos Goyazes.

4—8. D. Escholastica Bicudo, natural de Araçariguama, casou com José de Arruda Sá, natural da villa de Itú, filho de Francisco de Arruda Sá e de D. Anna de Proença. Em titulo de Botelhos, cap. II, § 1°. E teve dez filhos.

5— 1. Francisco de Arruda.
5— 2. José Bicudo.
5— 3. Matheus de Arruda.
5— 4. Antonio Bicudo.
5— 5. Ignacio Bicudo.
5— 6. Vito de Arruda.
5— 7. D. Maria Bicuda, casou em Itú com Francisco Xavier Ferraz, filha de Pedro Dias Ferraz e de Maria Paes de Campos.
5— 8. D. Ignacia Bicuda.
5— 9. D. Angela.
5—10. D. Isabel.

3—9. D. Theresa de Araujo (filha de Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Araujo, pag. 14 e 19), foi casada com João Barbosa Pires, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Diogo Barbosa Rego e de sua mulher Maria Rodrigues. Em titulo de Pires, cap. VI, § 9°. Com suas ascendencias. E teve sete filhos, naturaes da cidade de S. Paulo.

4—1. João Barbosa Lara.
4—2. Diogo Barbosa Lara.
4—3. Francisco de Almeida Taques.
4—4. D. Maria de Araujo.
4—5. D. Gertrudes de Araujo.
4—6. D. Leonor de Siqueira.
4—7. D. Angela de Siqueira.

4—1. João Barbosa Lara teve patente de sargento-mór. Falleceu na comarca de Villa-Boa de Goyazes, na sua lavra mineral do sitio da Anta: foi casado primeira vez com sua prima D. Isabel Ribeira de Alvarenga. Sem geração. Segunda vez casou em S. Paulo com sua parenta D. Joanna de Toledo Canto, filha de João de Toledo e de sua segunda mulher D. Anna do Canto de Mesquita. Em titulo de Toledos, cap. I, segundo matrimonio. Em titulo de Pires, cap. VI, § 5°, n. 4—5. Deixou geração. E teve duas filhas.

5—1. D..... que casou na sé de S. Paulo em 1747 com seu parente José Jacintho Flores, filho de José de Góes Cardoso e D. Maria de Almeida (d'este capitulo e § 9°).

5—2. D. Rita de Toledo casou em Goyazes com Balthazar de Godoy Bueno e Gusmão, guarda-mór das minas de Villa-Boa, filho do capitão-mór Bartholomeu Bueno da Silva. E teve sete filhos, nascidos na freguezia do Senhor Bom-Jesus das Minas da Anta....

4—2. Diogo Barbosa Lara, está casado com...

4—3 Francisco de Almeida Taques, vulgarmente chamado o *gentil-homem*, casou e não deixou geração.

4—4. D. Maria de Araujo, casou com João Preto de Moraes, irmão inteiro de Antonio de Moraes, que foi protector e administrador por herança da capella de Nossa Senhora do O', filhos de....

4—5. D. Gertrudes. Falleceu solteira.

4—6. D. Leonor. Falleceu solteira.

4—7. D. Anna de Siqueira e Araujo, casou com Domingos Gomes Albernaz na sé de S. Paulo.

3—10. Antonio Pompeo Taques (pag. 14 e 19), ainda vive em 1763 no arraial e freguezia da Anta, termo de Villa-Boa de Goyazes. Foi verdadeiro herdeiro da liberalidade de seu pai Lourenço Castanho Taques, posto que praticada com contrario effeito, porque a sua total beneficencia tem servido de ruina á herança de seus filhos por se haver reduzido ao estado de pobreza, comparando-se o tempo passado ao presente. Na arte da cavallaria logrou a singularidade entre os da sua mesma idade, e basta saber-se que ainda nos avançados annos que conta (que já excedem aos de 80) não tem perdido a firmeza do assento da sella e estribos, conservando um airoso garbo, sem que a velhice lhe tenha roubado as forças para lhe destruir a compostura. Entre os irmãos foi o de mais gentil presença, a que se uniu a viveza; e com esta carta de recommendação encontrou sempre no paiz estranho as estimações de todos e amizade de seus iguaes. Estes merecimentos, com o concurso inseparavel do sêr da natureza, pela qualidade do nobre sangue que em muitos costados lhe anima as vêas em gráo de illustre, o adoptaram para o casamento de D. Maria das Neves, que então era o maior nos Curraes da Bahia. Esta senhora estava viuva do primeiro marido, que

por não ter filhos a deixou herdeira de um grosso cabedal, que formava o fundo d'aquelle monte, assim em dinheiro cunhado, como em moveis de ouro e copa de prata com muitas arrobas, sendo o patrimonio da mesma casa quatro fazendas de gados vaccuns e bestas cavallares, cujo rendimento annual era copioso Os irmãos d'esta senhora, que igualmente eram ricos e abundantes como a mesma irmã, o capitão-mór Manoel Affonso Gaia, que foi casado na cidade da Bahia, Miguel Gonçalves Figueira e João Gonçalves Figueira, todos estabelecidos em grossas fazendas de gados e eguas, tratavam a Antonio Pompeo Taques com particular veneração e amizade, e unidos venceram a irmã, já então quinquagenaria, a despozal-o, o que com effeito se verificou. Passados alguns annos falleceu D. Maria das Neves sem geração e sem testamento, e com sua morte se pôz em divisão aquelle grande fundo, posto que já mais diminuido pela profusão com que elle se tratava e lustre que ostentava dentro do mesmo sertão dos Curraes da Bahia, chamado do Rio de S. Francisco.

Os Curraes da Bahia, ainda que era paiz fertil, de grande opulencia, concurso de negocio e de outras muitas utilidades, não perdia a natureza de sertão. Este dissabor estimulou a Antonio Pompeo Taques a deixar as grossas fazendas que possuia e retirar-se a S. Paulo, sua patria, vendendo indiscretamente as ditas fazendas fiadas. Porém passou-se d'alli a gozar do estrondoso concurso que havia attrahido a grandeza das Minas-Geraes no tempo do descubrimento da villa de Pitanguy, onde fez assento e ostentou os disperdicios do animo e do seu fidalgo tratamento. Casou sem mais conveniencia de dote que a eleição dos merecimentos, que adornavam a nobreza de D. Escholastica (filha de José Rodrigues Betink e de sua mulher Marianna Bueno), uma das mais formosas senhoras

d'aquelle tempo em a villa de Pitanguy, onde residiam seus pais. Passados annos e enfraquecidas as minas da sua primeira opulencia, recolheu-se á sua patria com suas cunhadas e mais familia. Estas extraordinarias despezas estragaram o grande cabedal que possuiu Antonio Pompeo Taques, que hoje lamenta a sua falta por não poder exercitar o seu generoso animo, sempre costumado a não contentar-se com pouco. Agora, sim, póde a differença dos tempos e a sua já muito avançada idade contêl-o para se accommodar aos limitados rendimentos, que percebe de uma lavra que tem no arraial da Anta, onde podemos dizer que vive sepultado aquelle mesmo que algum dia foi nas Minas-Geraes, Curraes da Bahia e na cidade, côrte do Estado do Brasil, muito applaudido. Do matrimonio de Antonio Pompeo Taques ha filhos, que ignoramos pela distancia em que residem.

3—11. D. Maria de Lara (filha de Lourenço Castanho Taques, pag. 14 e 19), foi casada com João Gonçalves Figueira (irmão do capitão-mór Manoel Affonso Gaia, de quem fallámos no numero antecedente), natural da villa de Santos e cidadão de S. Paulo, onde, occupando os cargos da republica, foi juiz ordinario e de orphãos em 17.. e superintendente regente das minas de Parnapanema por provisão de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general de S. Paulo. Em titulo de Arrudas, cap. I, § 3°, n. 3—10. E teve cinco filhos, naturaes de S. Paulo.

4—1. João Gonçalves de Almeida, que existe. Casou com sua prima D. Maria de Almeida, e foram dispensados em terceiro gráo de consanguinidade. Em titulo de Arrudas, cap. I, já referido.

4—2. Lourenço Castanho Figueira, que, estando nas suas fazendas do Rio de S. Francisco, falleceu solteiro.

4—3. O padre Manoel Affonso Gaia, do habito de S. Pedro. Falleceu na flôr dos seus annos, com igual sentimento dos que conheciam a sua capacidade, brandura, liberalidade e letras.

4—4. Antonio Gonçalves Lara, que, passando para as suas fazendas dos Curraes da Bahia, Rio de S. Francisco, alli casou com D. Maria de Lara, sua sobrinha. Em titulo de Arrudas, cap. I, § 1°, n. 2—6 e seg.

4—5. D. Maria das Neves, nome que lhe puzeram seus pais em memoria de outra de quem fallámos no n. 3—10. Casou em S. Paulo com Agostinho da Costa Nogueira, cidadão de S. Paulo, de onde passaram para o Rio de S. Francisco e existem em 1763. Sem geração.

§ 2°

2—2. O padre Francisco da Almeida Lara (filho do governador Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Lara, pag. 5 e 14) passou á côrte de Lisboa a tomar ordens, na falta de bispo no Rio de Janeiro, que ainda n'aquelle tempo o não tinha, por ter sido o primeiro D. José de Barros de Alarcão em 1681, como se vê na secretaria do conselho ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl. 23, na ordem de 18 de Novembro de 1681, expedida para a consignação das congruas da cathedral do Rio de Janeiro. Foi o padre Almeida doutor e protonotario apostolico por bulla do SS. Papa Clemente.... com uso de habito prelaticio, e teve grão de doutor, como se vê da attestação que em 23 de Novembro de 1681 passou em S. Paulo, dos serviços que fez, o governador Fernão Dias Paes, a qual se acha no cartorio do tabellião do Rio de Janeiro, nos serviços do dito Fernão Dias, nas notas em 1703. Voltou para S. Paulo, sua patria, onde viveu com decente tratamento dos seus bens patrimoniaes. Jaz sepultado na capella-mór dos padres jesuitas, com quem teve

sempre boa amizade, e a cujo collegio deixou seus moveis e livraria.

§ 3°

2—3. Pedro Taques de Almeida (filho do governador Lourenço Castanho Taques, pag. 5 e 14), cidadão de S. Paulo, onde occupou todos os cargos da republica. Pelos grandes serviços feitos á corôa, á custa sempre da sua fazenda, el-rei D. Pedro o tomou por fidalgo da sua casa, com o fôro e moradia de cavalleiro fidalgo, que era o que tinha seu bisavô Antonio Rodrigues de Almeida, como temos referido em titulo de Proenças. Foi capitão da fortaleza da Vera-Cruz do sitio de Itapema da praça de Santos, com 40$ de soldo por anno (almoxarifado da fazenda real de Santos, no quaderno dos filhos da folha até o anno de 1680), e passou a provedor e contador da fazenda real da capitania de S. Paulo, juiz da alfandega e vedor da gente de guerra da mesma praça, com 80$ de ordenado (cartorio da provedoria da fazenda da praça de Santos). Foi capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo por patente régia, com 80$ de soldo, como se vê da folha secular da provedoria de Santos, dos annos 1684, 85, 86 e 87. E tendo tomado posse na camara da villa de S. Vicente, cabeça da comarca, e estando governando a capitania em que tinha succedido a Diogo Pinto do Rego, para continuar mais no dito governo houve segunda provisão, datada em 5 de Outubro de 1684. Camara de S. Paulo, livro de registros, 1675, fl. 130 v. Teve jurisdicção para prover postos militares, como se lê das suas patentes ; e em seu nome se passaram as provisões seguintes: uma de provedor e contador da fazenda real da capitania, passada a Gaspar Gonçalves de Araujo, e outra de ouvidor e corregedor da comarca de S. Vicente e S. Paulo a D. Simão de

Toledo Piza, e outras muitas, que todas se acham registradas na camara de S. Paulo no livro de registros, tit. 1675, de fl. 137 v. até fl. 166. Foi alcaide-mór, administrador geral das aldêas do real padroado por mercê da rainha da Grã-Bretanha a Sra. D. Catharina, infanta de Portugal, estando regente d'este reino, por carta de 13 de Setembro de 1704 (10). Foi o capitão-mór Pedro Taques um dos paulistas do maior respeito e veneração; assim o conheceu a patria até o seu fallecimento. Dos seus grandes merecimentos foi informada a magestade de el-rei D. Pedro II, que se dignou honral-o com uma carta datada em 20 de Outubro de 1698, firmada do seu real pulso, cujo theor é o mesmo que deixámos na cópia da que recebeu seu irmão Lourenço Castanho Taques no n. 2—1, que por isso aqui não repetimos. Da sua honra e lealdade foi tanta a confiança e conceito, que mereceu ao Sr. rei D. João V, que bastou só uma conta que lhe deu Pedro Taques de Almeida sôbre os procedimentos do desembargador João Saraiva de Carvalho, ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, para, sem mais outra informação, ordenar Sua Magestade se não reconhecesse o dito desembargador por ouvidor, de que para maior instrucção pômos abaixo a cópia da real ordem (11).

Dando conta a Sua Magestade de que já estava muito velho, e tão cheio de achaques, que, por não poder montar a cavallo, não visitava as aldêas, e faltavam as necessarias providencias da sua presença para se conservar illeso o real serviço, foi o mesmo senhor servido mandar-lhe dizer, por carta firmada do seu real pulso, que ordenava nomeasse pessoa ou pessoas que entendesse eram capazes de

(10) Camara de S. Paulo, liv. 1° das reaes ordens á fl. 15 v.

(11) Cartorio da camara de S. Paulo, liv. 1° das reaes ordens, a fl. 17 v.

lhe succeder no governo e administração geral das aldêas do seu real padroado (12). Esta incomparavel honra soube alcançar o capitão-mór Pedro Taques de Almeida pelos merecimentos do grande zelo, que tinha acreditado sempre no serviço do principe soberano em uma seguida serie de annos, consumidos todos no real serviço, sem o menor descuido que arruinasse o bem merecido conceito que soube adquirir. Por isso não se aproveitou da liberdade de eleger pessoa ou pessoas para o pesado serviço de administrador das aldêas do real padroado, porque até soube cortar pelo interesse proprio, deixando de nomear a seu filho José de Góes e Moraes, que já n'este tempo tinha dado reconhecidas mostras do seu zelo em serviços do seu monarcha, quando occupára os empregos, dos quaes em seu lugar faremos menção no n. 3—3. Reconhecendo com larga experiencia, que as aldêas do real padroado só ficavam bem administradas tendo cada uma d'ellas superior missionario, que com jurisdicção parochial lhes administrasse os sacramentos, e para algumas disposições do economico e politico governo da mesma aldêa houvesse um capitão-mór, um sargento-mór e alguns capitães dos mesmos indios, ficando todos debaixo da jurisdicção dos ministros de justiça, que já então havia em S. Paulo ouvidor e corregedor, que era o desembargador Antonio Luiz Peleja, que foi o primeiro que creou ouvidoria separada da do Rio de Janeiro, conservando-se na provedoria da fazenda a mesma congrua destinada em 25$ aos padres superiores para guizamento das igrejas, de vinho e hostias, que já se tinha conferido de antes por real ordem de 28 de Janeiro de 1701 (13).

(12) Secretaria do conselho ultramarino, no livro das cartas de 1701, á fl...

(13) Secretaria ultramarina. Consultas, maço do anno 1701.

Deu conta do seu arbitrio, que, achando inteiramente a real approvação, mostrou o effeito esta verdade. Para logo mandou Sua Magestade expedir as suas reaes resoluções ; e ficaram as aldêas com a nova fórma de administração que havia apontado o seu administrador geral. Aos RRevs. monges de S. Bento se entregou a aldêa de Nossa Senhora do Monserrate do sitio dos Pinheiros, a de Maruyry aos RRevs. carmelitas calçados, a de S. Miguel aos RRevs. capuchinhos, a da Escada e a de S. João na marinha do sul aos mesmos capuchinhos ; os quaes pôem na aldêa um religioso, que se chama superior e exercita todas as funcções parochiaes, e são devassados nas visitas que fazem os seus prelados. Os capitães-móres, etc., são feitos pelos governadores, a quem estão sujeitas as mesmas aldêas ; e a estes officiaes recorrem os superiores, como auxilio secular, para serem castigados os indios que não obedecem ás admoestações catholicas do seu parocho, etc.

Cópia da carta de el-rei D. Pedro II, escripta aos officiaes da camara de S. Paulo sôbre a conta que lhe havia dado Pedro Taques de Almeida a respeito do ouvidor-geral o desembargador João Saraiva de Carvalho.

« Officiaes da camara da villa de S. Paulo. — Eu el-rei vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me deu Pedro Taques de Almeida sôbre a incapacidade de Bento do Amaral da Silva, a quem o ouvidor-geral João Soares de Carvalho deixou em seu lugar, ausentando-se para o Rio de Janeiro por ser um homem criminoso ; me pareceu ordenar-vos, como por esta faço, lhe não obedeçais, nem ao mesmo ouvidor-geral proprietario se tornar a entrar na correição. E porque o mesmo Pedro Taques me representou a grande perturbação que causou n'esse povo as moc-

das falsas, que se acharam n'essa capitania, vos ordeno que n'este particular procedais com aquella diligencia e cuidado que pede materia tão importante. Escripta em Lisboa a 3 de Abril de 1709.—Com rubrica de Sua Magestade. »

Nunca a inveja soube conter-se nos limites do soffrimento sem romper no desafogo de alguma barbara tyrannia. Não tinham os inimigos do capitão-mór Pedro Taques de Almeida liberdade para lhe não concederem a distincta qualidade de sua reconhecida nobreza hereditaria de uma seguida serie de avós paternos e maternos, entre os quaes se não descobria algum que tivesse claudicado com facto de mecanismo, porque todos, sem discrepancia, tinham tido os honrosos empregos do real serviço. Para os fazer persuadir melhor d'isto mesmo e lhes tirar a liberdade de poderem empregar as suas malevolencias na pureza do seu nobre sangue, requereu no juizo ecclesiastico as diligencias de genere pelos costados dos seus quatro avós, e por elle se expediram cartas requisitorias, uma ao Exm. e Revm. bispo da Guarda, que então era D. Rodrigo de Moura Telles, para se inquirir da pureza de sangue de Antonio de Proença, moço da camara que tinha sido do infante D. Luiz, e natural da villa de Belmonte, como temos mostrado em titulo de Proenças; outra para o Éxm. e Revm. arcebispo de Lisboa sôbre a pureza de Pedro Taques, natural da villa de Setubal, de que já fizemos menção no principio d'este titulo; outra para o Exm. bispo de Çamora, no reino de Castella, a velha, para o exame da pureza de D. Diogo de Lara, de que temos feito menção no titulo d'este illustre appellido, e illustre avô materno do dito capitão-mór Pedro Taques, e outra, finalmente, sôbre Balthazar de Moraes de Antas, fidalgo da casa real, natural da villa de Mogadouro. Depois foi julgado o dito capitão-

mór por varias sentenças proferidas pelos dignos vigarios geraes e juizes das justificações de genere do bispado da cidade do Rio de Janeiro, em cuja camara episcopal, e hoje tambem na do bispado de S. Paulo, existem os autos originaes.

Foi fundador de um jazigo para si e seus herdeiros na capella da ordem terceira do Carmo da cidade de S. Paulo, em todo o pavimento da casa da via-sacra, que á custa da sua fazenda fez construir, collocando n'ella, em altar de talha, a sagrada imagem de um santo crucifixo, com o titulo do Senhor Bom Jesus da Boa-Morte. Emquanto sua vida, fazia celebrar n'este altar todas as sextas-feiras de cada semana uma missa, antes da qual se corria o véo que encobria a sagrada imagem, havendo n'este acto ductos de incenso e na missa o mesmo; e no dia 3 de Maio havia missa cantada com musica. Fundou mais no mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo um altar adornado de talha, toda dourada, em que collocou uma excellente imagem da Senhora, com o titulo da Conceição; e a 8 de Dezembro se lhe fazia a festa de missa cantada, sermão e sacramento exposto no altar-mór da mesma igreja. Alguns annos antes de fallecer Pedro Taques de Almeida fez o seu testamento, em cujas pias disposições se está conhecendo o pio e religioso animo d'este cavalheiro, e as grandes virtudes de que foi adornado. Calculando o seu cabedal (já bastantemente diminuido em mais de 30... pelo emprestimo que havia feito á razão de juro, sem mais segurança que o conceito que lhe mereceram a verdade dos devedores, os quaes, cahindo em pobreza, com ella se perderam os dinheiros que deviam), soube dispôr e deixar pios legados, que ainda hoje se executam e se executaram, de oito capellas de missas de 320 réis, a festa de 3 de Maio acima referida, e da Senhora da Conceição no mosteiro de

S. Bento, com a mesma solemnidade com que em vida do fundador se praticava. (O pavimento todo d'este altar, que é colateral ao pé do arco da capella-mór da parte da epistola, ficou pertencendo por escriptura de transacção ao fundador, para seu jazigo e dos seus legitimos descendentes, *in perpetuum*.) Determina que a administração da sua terça ande sempre na sua descendencia depois da morte de seu filho José de Góes e Moraes, a quem instituiu testamenteiro, com o premio de 50$ em cada anno, com a obrigação de fazer cumprir todas as mais pensões testamentarias, de que daria conta no residuo secular da correição da cidade de S. Paulo, a cujo ministro e seu escrivão destinou premio annual pelo trabalho annual de tomarem a conta ao administrador da sua terça, e até n'esta advertencia e politica economia quiz estabelecer uma firme acção de justiça aos corregedores d'esta cidade, aos quaes servisse de estimulo, primeiro que a obrigação do seu ministerio, a lembrança do instituidor no premio que lhes destinou. Importou esta terça em 7:000$, que, postos e estabelecidos em juros, sirvam os rendimentos d'estes para a satisfação das despezas determinadas, acautelando que os residuos d'este lucro se unissem sempre ao capital, para que, quando d'elle houvesse alguma quebra, não se experimentasse diminuição no todo. Antes de dispôr o seu testamento havia o capitão-mór governador Pedro Taques, de commum accordo com sua mulher, mandado estabelecer no reino de Portugal uma missa quotidiana. Falleceu a 4 de Agosto de 1724, e se mandou sepultar no seu jazigo ao pé do altar do Senhor Bom-Jesus da Boa-Morte, em cuja campa estavam abertas as armas dos Taques, Proenças Laras e Moraes, em quatro quarteis dentro de um escudo, na fórma que lhe foram illuminadas no brasão, que tirou em Lisboa por sentença do Dr. Gonçalo da Cunha Villas-

Boas, desembargador da casa da supplicação, em 5 de Julho de 1707 (14).

Pelo desembargador Antonio Luiz Peleja, ouvidor-geral e corregedor da comarca de S. Paulo, obteve sentença em 16 de Maio de 1702 o capitão-mór governador Pedro Taques, proferida pelo merecimento dos autos semelhante á sua fidalguia hereditaria de seus ascendentes; e porque n'estes autos de *puritate et nobilitate probanda* juntou os instrumentos de Balthazar de Moraes de Antas, seu bisavô, processados em a villa de Mogadouro em 1567 (fazemos d'elle menção em titulo de Moraes), foi elle julgado por este costado de Moraes Antas por legitimo setimo neto de Mendo Affonso de Antas, senhor donatario e alcaide-mór da villa de Vimioso, como consta dos ditos instrumentos. E dos livros genealogicos, entre os quaes tem toda a primazia a obra do conde D. Pedro, consta o mesmo que se lê nos instrumentos de Balthazar de Moraes de Antas, que veio casar em S. Paulo em 1580, como temos referido em titulo de Moraes. (Cartorio da ouvidoria geral de S. Paulo, maço... letra P, autos de justificação do capitão-mór Pedro Taques de Almeida em 1702.)

Casou o capitão-mór Pedro Taques de Almeida com D. Angela de Siqueira, que nasceu em S. Paulo e se baptizou na sua matriz no 1° de Junho de 1648, filha de Luiz Pedroso de Barros, capitão de infantaria de picas hespanholas na restauração de Pernambuco, e de sua mulher D. Leonor de Siqueira (em titulo de Pedrosos Barros, cap. III), a qual falleceu em S. Paulo a 9 de Outubro de 1703, e mandou sepultar na igreja dos jesuitas (15). Estava D. Angela de Siqueira, viuva de seu primeiro marido Se-

(14) Camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1721, á fl. 51.

(15) Ouvidoria de S. Paulo, testamento de D. Leonor de Siqueira. Cartorio de orphãos, inventario letra L, maço 1°, n. 31.

bastião Fernandes Corrêa, segundo provedor e contador proprietario da fazenda real da capitania de S. Vicente e S. Paulo. Em titulo de Freitas, § 1.° Falleceu D. Angela de Siqueira com testamento em 1728 (16). E teve do seu matrimonio varios filhos, que, por fallecerem solteiros, já d'elles não fizeram menção os pais nos seus testamentos, e só dos que se criaram, que foram oito, todos naturaes de S. Paulo.

3—1. José de Góes e Moraes.
3—2. D. Appollonia de Araujo.
3—3. D. Branca de Almeida Taques.
Bisavó-m. 3—4. D. Maria de Araujo.
3—5. D. Leonor de Siqueira Paes.
3—6. D. Theresa de Araujo.
3—7. D. Catharina de Siqueira Taques.
3—8. D. Angela de Siqueira Taques.

3—1. José de Góes e Moraes, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da sua republica e duas vezes de juiz ordinario. Foi creado sargento-mór da comarca de S. Paulo, com 80$ de soldo por anno, pagos no almoxarifado da fazenda real da praça de Santos por mercê de el-rei D. João V, e succedeu por fallecimento do sargento-mór Manoel Lopes de Medeiros (Cartorio da provedoria-mór da fazenda real do Estado do Brasil, livro de registros das patentes para os filhos da folha secular, e provedoria da fazenda real da praça de Santos nas folhas seculares desde 1704 para diante). Passou a capitão-mór governador da capitania de S. Paulo e de S. Vicente, em cuja camara, como de cabeça de comarca, tomou posse aos... de... de 17... e por ser esta patente o melhor documento da grande honra e zelo do real serviço de José de Góes e Moraes da-

(16) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, o do capitão-mór Pedro Taques, e appenso o de D. Angela de Siqueira.

mos a cópia d'ella no fim d'este numero. Passando a viver dos interesses que convidavam as grandezas do ouro, que extrahiam os escravos nas Minas-Geraes, n'ellas se fez tão opulento em cabedaes, que, recolhido á patria, não teve no seu tempo quem o igualasse no tratamento, porque de cavallos da melhor fama e bondade tinha muitos, e todos bons em actual cavalharice, e tão briosos que nem para beber agua sahiam para fóra sem antolhos e cabeções. Adornou a sua casa de ricos e excellentes moveis, e grande copa de prata. Teve muitos mulatos escravos, e tão claros na côr que competiam com os brancos n'este accidente, e todos bem vestidos da libré da casa o serviam, e acompanhavam de pé e de cavallo.

Discorrendo que para firme estabelecimento da sua casa era bem advertida idéa comprar ao Exm. marquez de Cascaes cincoenta leguas de costa das cem de que era senhor donatario na capitania de S. Vicente, que as possuia com todas as villas, que se achavam fundadas desde o tempo do primeiro donatario Martim Affonso de Sousa (a quem a real grandeza de el-rei D. João III havia feito doação por carta passada em Evora a 20 de Janeiro de 1535, sendo seu escrivão da puridade o bispo D. Miguel da Silva, pela qual se mostra esta liberal doação; e principiam as primeiras cincoenta e cinco leguas de treze leguas ao norte de Cabo-Frio, e acabam no rio de Curûparê; e as quarenta e cinco leguas começam do rio de S. Vicente e acabam doze leguas ao sul da ilha de Cananéa. Estas cem leguas de costas comprehendem todas as ilhas até dez leguas ao mar, com todo o sertão e terra firme que lhe ficar fazendo fundo, até onde fôr terras e conquistas da Magestade que fez esta doação a Martim Affonso de juro herdade para sempre), communicou este intento a seu pai o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, a quem sempre professou uma pro-

funda obediencia, e conseguindo a paternal approvação pôz em effeito o projectado interesse.

Por seus procuradores em Lisboa se ajustou a venda das cincoenta leguas com o marquez de Cascaes D. Luiz Alvares de Tayde Castro Noronha e Sousa, de que na primeira frota do Rio de Janeiro do anno de 1710 vieram os avisos; e, indo o dinheiro no regresso da mesma frota ao tempo de celebrar-se a venda, houve quem ponderasse a el-rei D. João V a utilïdade que se seguia á sua real corôa ficarem a ella encorporadas as cincoenta leguas, que o marquez vendia a José de Góes. Esta advertencia veio a reduzir todo o ajuste a nenhum effeito, porque Sua Magestade mandou dar ao marquez de Cascaes 45,000 cruzados pelas cincoenta leguas, e ficou José de Góes mallogrando um intento o mais util e honroso, que podia lucrar para augmento e estabelecimento de uma das maiores casas no Brasil. Celebrou-se a escriptura com o procurador da corôa em 19 de Setembro de 1711 na nota de Manael Baracho, tabellião em Lisboa, e n'ella repetidas vezes se faz menção de que as ditas cincoenta leguas tinha elle marquez ajustado em titulo de venda com José de Góes e Moraes (Camara de S. Paulo, livro de registros, tit. 1708 á fl. 59 v., a escriptura de venda de cincoenta leguas que fez o marquez de Cascaes á real corôa). Mallogrou-se a compra, como temos referido, e perdeu-se tambem o grande cabedal que se tinha remettido á côrte para esta negociação, porque, empregando-se em fazendas para por negocio se distribuirem em partidas no Rio de Janeiro, e, embarcadas todas em um navio, foi este no mar roubado do francez Pexelingre; mas este infeliz successo não arruinou o fundo dos grandes cabedaes que então possuia José de Góes, que, no desengano da pretendida compra das cincoenta leguas da capitania de S. Vicente e S. Paulo, passou a fundamentar o patrimonio

de sua casa e● ferteis fazendas de gados vaccuns e manadas de eguas nos campos geraes, chamados da Coritiba, para se utilisar dos seus grandes rendimentos na extracção das boiadas. Com effeito não lhe sahiu errada esta bem advertida resolução, por ter mostrado a experiencia que no Brasil são os curraes de gados e cavalgaduras o verdadeiro estabelecimento para a conservação das casas. Ficou senhor das fazendas, que se denominam e conhecem com os titulos de S. João, dos Carlos, e S. Bento.

Foi dotado de claro juizo, grande comprehensão e discrição. O conde de Assumar D. Pedro de Almeida, general de S. Paulo e Minas, lhe mandou passar em 1718 patente de guarda-mór das minas de Parnampanema, e foi o primeiro que teve as ditas minas (Secretaria de S. Paulo, na do Rio de Janeiro no registro de D. Pedro de 1718). Teve natural docilidade a que soube unir a urbanidade, sem diminuição do respeito que sempre gozou, ainda em avançados annos, porque chegou a 92, acabando a vida no de 1763, a 20 de Agosto, com testamento, no qual com humildade pediu que sem pompa funeral fosse sepultado na capella da ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, onde, irmão professo, tinha jazigo proprio, em que descansam suas cinzas, sem campa nem epitaphio que aos fieis lembre o nome d'este cavalheiro, que na patria soube conservar, com applauso e geral obsequio, todo o louvor. Foi casado em 21 de Outubro de 1714 com D. Anna de Ribeira Leite, filha de sua prima co-irmã D. Maria de Lara Leite (tendo precedido a dispensa de tão apertado impedimento), de quem fazemos menção no n. 3—1 do § 6º d'este cap. III. E teve cinco filhos nacionaes de S. Paulo.

4—1. D. Angela Maria de Ribeira Góes e Moraes, falleceu solteira.

4—2. D. Leonor Theresa de Ribeira Góes e Moraes.

4—3. D. Maria de Lara Leite.
4—4. João Raposo da Fonceca e Moraes.
4—5 D. Escholastica Jacintha de Ribeira Góes e Moraes.

4—2. D. Leonor Theresa de Ribeira Góes e Moraes, que existe e foi casada aos... de... de 17... com Manoel Antunes Belem de Andrade, professo da ordem de Christo (irmão inteiro de Francisco Marques de Andrade e Silva, professo da ordem de Christo e proprietario do officio de secretario da universidade de Coimbra, que se conserva em seu sobrinho Miguel Carlos da Motta e Silva, doutor em leis, professo na ordem de Christo, etc., que é irmão inteiro do padre-mestre Dr. Fr..... D. abbade-geral da ordem de S. Bernardo, esmoler-mór de Sua Magestade, etc., em 1783), natural de Lisboa, freguezia de...

Quando chegou a S. Paulo Manoel Antunes Belem de Andrade, desfructando os applausos que lhe conciliavam os merecimentos de seu tio o eminentissimo cardeal D. João da Motta e Silva, como primo-irmão de sua mãi D. Filippa (sei que era parente remoto), foi com muita distincção estimado do Exm. conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, e com esto exemplo se adiantava a lisonja de todos para outros obsequios, a que fazia grande concurso a publica demonstração que se observava em o ouvidor-geral o Dr. João Rodrigues Campello, em cuja companhia tinha chegado a S. Paulo, e na mesma se conservava. Sempre a dependencia foi mãi que soube gerar na officina da lisonja os primeiros applausos, emquanto a sua productiva causa ou o tempo a não diminua, ou o desengano a não destroe. Realçava para o conceito as circumstancias das recommendações, que do Rio de Janeiro soube adiantar para S. Paulo o Exm. bispo D. Fr. Antonio de Guadalupe. Estes merecimentos lavraram para logo na eleição dos estranhos um

perfeito genro do capitão-mór José de Góes; e tomaram as vozes tanta força que se effectuou o casamento. Foi Manoel Antunes Belem cidadão de S. Paulo, e, servindo os cargos da sua republica, foi juiz ordinario em 1738 e o segundo juiz de orphãos triennal da mesma cidade depois da lei de... de... de 173.. O conde general o constituiu regente e superintendente das minas de Apiahy, com patente de sargento-mór, em que se não conservou muito tempo por abandonar a vida do mato, que não soube soffrer. Passou a coronel do regimento das ordenanças da cidade de S. Paulo por patente de D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general, passada a... em cujo posto passou para as minas do Cuyabá, onde falleceu, deixando cinco filhos nacionaes de S. Paulo.

5—1. Fr. Manoel Joaquim, religioso de S. Francisco na provincia da Bahia. Existe em 1783.

5—2. Fr. Felisberto Antonio da Conceição Lara e Moraes, monge benedictino. Existe em 1783. Foi sempre estimado na sua religião em S. Paulo pelas qualidades de excellente orador, zelo em promover os interesses do seu convento e pelo respeito que todos lhe tributam. E' igualmente louvado e estimado dos seculares pelos seus talentos, civilidade, liberalidade e grandeza de animo, e pelas bellas obras poeticas com que mimosêa aos amigos, que a isso o obrigam com rogos.

5—3. Fr. Reginaldo Octavio Ribeira e Andrade, religioso carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro. Existe em 1783 em Lisboa feito presidente do hospicio que tem a dita provincia n'esta cidade, e é procurador-geral d'ella, succedendo n'este cargo em Setembro do dito anno de 1783 ao padre-mestre Dr. Fr. Salvador de Santa Rosa Machado, natural de

Taubaté. Lêu theologia no convento de S. Paulo em 1772, e, vindo para o do Rio, n'elle existiu até vir para Lisboa em Março de 1782, e lá alcançou do pontifice o gráo de doutor de *tibi quoque*, e é excellente orador, virtuoso, com uma rara habilidade para tudo, a que une uma natural graça, com que faz estimada a sna convivencia.

5—4. D. Onistalda Mathildes da Penha de França, que existe solteira. E' dotada de excellentes dotes do espirito, tal como é sua mãi.

5—5. José de Góes e Moraes. Assistindo com os tios e primos-irmãos em Coimbra, formou-se em canones, e o Illm. Sr. João Pereira, em cuja casa esteve em Lisboa, o fez despachar ouvidor do Sabará, cousa que fez uma grande novidade, não só pela qualidade do lugar, mas por ser o primeiro que ia servir, cujo cargo occupou até 1775, em que por calumnias, que lhe excitou a inveja, veio preso, e foi solto e julgado innocente, restituidos os seus bens logo depois da morte d'el-rei D. José em 1777. Casou em 1779 no mez de... com...

4—3. D. Maria de Lara Leite, que existe casada com seu primo em terceiro gráo de consanguineidade José de Góes e Siqueira (17), natural da villa de Itú, cidade de S. Paulo, onde serviu os cargos da sua republica. Foi juiz ordinario em 1760; foi fiscal da real casa da fundição da mesma cidade, e d'ella thesoureiro dos reaes quintos até o tempo que se aboliu a dita casa, por arbitrio do Exm. conde de Bobadella, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, a cuja capitania está sujeita a de S. Paulo desde 1749 (em 1765 foi para alli por governador e capi-

(17) Em titulo de Arrudas, cap. II, § 9°, e n'este de Taques, cap. III, § 1°, n. 3—2.

tão-general D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, a quem succedeu em 1775 Martim Lopes Lobo de Saldanha, fazendo a sua entrada a 13 de Junho do dito anno), em que se mandou recolher para o reino a D. Luiz Mascarenhas, que a governava ; e se crearam duas distinctas capitanias, uma em Mato-Grosso do Cuyabá, outra em Villa-Boa de Goyazes, cujas minas descubriram á sua custa os paulistas: Paschoal Moreira Cabral as do Cuyabá em 1719, e as dos Goyazes Bartholomeu da Silva e seu genro João Leite da Silva Ortiz em 1725. Estando José de Góes servindo de guarda-mór das terras mineraes da cidade de S. Paulo e seu termo, passou de casa mudada para o patrio leito, onde se tem estabelecido senhor de engenho de assucares. Existe em 1783 feito mestre de campo do terceiro auxiliar de... em cujo posto o promoveu o general Martim Lopes na mesma occasião em que proveu outros postos de graduação nos paulistas benemeritos, para o que levou ordem expressa e grandes recommendações de emendar a pessima conducta que a este respeito tinha praticado o seu antecessor o morgado de Matheus, que por semelhantes causas e mais por esta estava no desagrado do ministerio. E tem um filho, natural de S. Paulo.

5—1. José de Góes e Moraes. Fazendo o pai toda a diligencia para que seguisse os estudos, o seu desinquieto e vivo genio, repugnante á applicação séria das sciencias, venceu o gosto paternal. Mas mostrou o seu engenho, acti vidade e industria no cuidado que pôz, ainda com poucos annos, em ajudar a seu pai em promover os interesses da sua casa.

4—4. João Raposo da Fonceca e Moraes, existe solteiro em minas de Mato-Grosso. Do posto de sargento-mór commandante das ordenanças de Villa-Bella, no qual se con-

servou bastantes annos, passou ao de capitão-mór do mesmo corpo em 1789.

4—5. D. Escholastica Jacintha de Ribeira Góes e Moraes. Casou em S. Paulo com Francisco Pinto do Rego, natural da praça de Santos, cidadão de S. Paulo, cavalleiro fidalgo da casa real por alvará de 16 de Fevereiro de 1750, registrado no livro 19 da matricula a fl. 224 em Lisboa. Foi coronel do regimento dos auxiliares das villas de Mogy e Jacarehy por patente de 15 de Outubro de 1737, registrada na secretaria do governo da capitania de S. Paulo, filho de André Cursino de Mattos, natural da villa de Cascaes (que acabou capitão de infantaria da guarnição da praça de Santos por patente de 16 de Fevereiro de 1720 de el-rei D. João V, registrada no livro 1º da vedoria da praça de Santos á fl. 93 v.), e de sua mulher D. Anna Pinto do Rego, natural da mesma praça, neto por parte paterna de José Monteiro de Mattos Cortez, cavalleiro fidalgo da casa real (filho de Antonio Monteiro de Mattos), que foi governador da praça de Santos, com patente de mestre de campo, passada pelos annos de 1703, e veiu render a Jorge Soares de Macedo; e de sua primeira mulher D. V... Neto pela parte materna de Diogo Pinto do Rego, natural da cidade de Lisboa, freguezia da Magdalena, que, militando em Portugal, serviu nas fronteiras com grande reputação até o posto de capitão de infantaria, e foi despachado por el-rei D. Pedro II com patente (em 2 de Janeiro de 1677) de capitão-mór governador da capitania de S. Paulo e S. Vicente, em cuja camara tomou posse; e de sua mulher D. Maria de Brito e Silva, natural da praça de Santos (irmã inteira de Francisco de Brito Peixoto, capitão-mór, fundador e povoador da villa da Alaguna na costa do sul, á custa dos seus grandes cabedaes (Secretaria ultramarina, livro 3º das cartas, á fl... carta de 6 de Fevereiro de 1714),

e mereceu honrosissimas cartas firmadas pelo real pulso, que são dignas de ser lidas pelas expressões que contêm, e se acham na secretaria ultramarina, por cujo conselho correram os requerimentos para os premios d'estes admiraveis serviços do mestre de campo de auxiliares da cidade de S. Paulo Diogo Pinto do Rego, e proprietario de escrivão da ouvidoria geral e correição da mesma cidade, que é irmão inteiro do coronel Francisco Pinto do Rego). Por seu avô, o dito capitão-mór governador Diogo Pinto do Rego, é bisneto de Antonio Pinto do Rego, natural de Lisboa, freguezia da Magdalena (irmão inteiro de Luiz Pinto do Rego, que foi capitão dos privilegiados em Lisboa, das sete casas, almoxarife e juiz dos direitos reaes das tres casas), e de sua mulher D. Isabel do Rego, natural de Lisboa, freguezia de S. Christovão. Ter-neto de Manoel Paes da Costa, natural de Lisboa, freguezia da Magdalena, que foi capitão-mór governador no reino de Angola, e de sua mulher D. Francisca do Rego Pinto. Por sua bis-avó a dita Isabel do Rego ter-neto de Paulo Rodrigues Brandão e de sua mulher Catharina Paes, ambos de Lisboa, freguezia de S. Christovão. O capitão-mór governador Diogo Pinto do Rego tirou em Lisboa instrumento de sua qualificada nobreza pelos costados de seus avós paternos e maternos, dos quaes temos relatado os nomes, naturalidades e empregos; e se acha registrado na camara de S. Paulo em 5 de Outubro d'este anno de 1763 no livro dos registros das ordens reaes de fl. 99 v. até fl. 103 pelo escrivão João da Silva Machado. Por sua avó materna D. Maria de Brito Silva é bis-neto de Domingos de Brito Peixoto, natural da villa de Santos (irmão inteiro de Gaspar de Brito Peixoto, que fez assento na villa de Parnahyba, onde procreou familia por legitimo matrimonio de D. Maria da Silva, que foi mulher de Paschoal Leite Paes, irmão inteiro do governador das esme-

raldas e seu descobridor Fernão Dias Paes, e de Sebastião de Brito, que falleceu na Bahia, em casa do parente o senhor da Torre), que pelos seus grandes merecimentes e zelo do real serviço teve a honra de receber uma carta de el-rei D. Pedro, datada a 2 Maio de 1682 (18), recommendando-lhe ajudasse a Fr. Pedro de Sousa nas diligencias e exames das minas de prata a que era mandado, acompanhando ao dito religioso á serra de Hybirassoyaba, termo da villa de Sorocaba, e de sua mulher D. Anna da Guerra, que foi irmã inteira de Pedro da Guerra Leme, que, estabelecendo-se na fazenda do Cubatão, teve tal respeito, que o seu nome não consumirá a lima do tempo; e tambem ao mesmo Guerra escreveu el-rei D. Pedro no dito anno de 1682 para ajudar ao sobredito Fr. Pedro de Sousa, como se vê no livro acima citado do conselho ultramarino. Ter-neto de Francisco Rodrigues da Guerra, natural da villa de Castello de Vide, cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Lucrecia Leme. Em titulo de Guerras ou em titulo de Lemes, cap. I. Estando a praça da Colonia em assedio pelos castelhanos em 1737 se confiou de Francisco Pinto do Rego o conduzir uma recruta de soldados e mantimentos, que executou, embarcando-se em Santos com excessiva despeza da sua fazenda, entregando em Santa Catharina a recruta de soldados e o mais que levava. O coronel Francisco Pinto do Rego falleceu a 15 de Março de 1775, abreviando-lhe a morte o sentimento que lhe causou a morte de sua mulher, que tinha fallecido no antecedente anno de 1774 a... do mez de Maio. Esta senhora ainda conservou até sua morte o rosto talvez o mais bello que se achava na cidade de S. Paulo, a que unia uma grande discrição e juizo.

(18) Secretaria ultramarina, livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, fl. 30.

E teve (prescindindo dos que em tenra idade falleceram) seis filhos, todos nascidos em S. Paulo.

5—1. D. Anna Esmeria, casou em S. Paulo em 1770.
5—2. José Joaquim Monteiro de Mattos, clerigo de S. Pedro.
5—3. D. Maria da Annunciação, existe solteira. Casou.
5—4. Joaquim José Pinto do Rego. Foi promovido a capitão de cavallos dos voluntarios reaes, sendo um dos quatro capitães que por ordem régia, que para isso levou Martim Lopes Lobo de Saldanha, elegeu este, e que á sua custa pôz a companhia que lhe competia; e existe assim em 1783. Casou.
5—5. D. Joaquina Euphrasia. Recolhida no recolhimento de Santa Theresa.
5—6. D. Jacintha Angelica, existe solteira. Casou com....

3—2. D. Appollonia de Araujo (filha do capitão-mór Pedro Taques de Almeida), foi casada a 12 de Fevereiro de 1695 com Martinho de Oliveira Leitão, natural da villa de Santos. Em titulo de Oliveira Leitão. Sem geração.

3—3. D. Branca de Almeida (idem), foi casada a 13 de Fevereiro de 1695, um dia depois do casamento de sua irmã D. Appollonia de Araujo, com Antonio Pinto Guedes, natural e cidadão de S. Paulo. Em titulo de Pintos Guedes, § 1.º E teve unica filha, que foi

4—1. D. Isabel Ribeira de Alvarenga, que casou duas vezes, sem geração, a primeira com Sebastião Pinheiro (em titulo de Raposos Tavares, cap. III); a segunda com seu primo João Barbosa Lara, de quem fazemos menção n'este cap. III, § 1º, n. 3—9.

3—4. D. Maria de Araujo, que foi casada com D. Francisco Matheus Rendon, natural e cidadão de S. Paulo. Em titulo de Rendons, cap. I, § 1º, n. 3—5, com sua descendencia. E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

4—1. Pedro Taques de Almeida.
4—2. D. Francisco Taques Rendon.
4—3. D. Maria de Araujo da Ascensão.
4—4. D. Angela de Siqueira Rendon.
4—5. D. Ignacia Francisca Rendon de Araujo.
4—6. D. Custodia Paes de Araujo Rendon.

4—1. Pedro Taques de Almeida, que, sendo oppositor muitos annos na universidade de Coimbra, n'ella soube estabelecer um perpetuo louvor pelo merecimento da litteratura, com que se fez estimado entre os oppositores do seu tempo. Nas ostentações de 1735 obteve honrosissimas nformações dos vogaes; porém podendo mais que o merecimento proprio o respeito alheio ficou preterido, assim como muitos outros benemeritos oppositores que se seguiam depois d'elle, sendo Taques o mais antigo entre todos (O autor se estende muito nos seus elogios e nas circumstancias que houveram; a substancia do mais é o seguinte). Veio o Dr. Taques a Lisboa, fallou ao primeiro ministro de Estado o cardeal da Motta, que o recebeu benignamente e lhe deu boas esperanças. Sendo, porém, despachado outro para a cadeira que lhe pertencia por patrocinio de Fr. Gaspar Moscoso, representou esta injustiça ao dito cardeal, que, instruido da magoada queixa que lhe assistia, assegurou-lhe, que Sua Magestade lhe conferia a mercê de beca para a Bahia; que a aceitasse, beijando a mão a Sua Magestade pela mercê. Porém Pedro Taques, que já se achava com avançados annos, reflectindo bem n'esta materia, achou que era melhor o asylo de uma religião. Assim destinou o céo, porque no mesmo dia em que Sua Eminencia lhe havia segurado a mercê da beca recebeu pelo correio uma honrosissima carta do Revm. D. abbade-geral de Tibaens, em que lhe offerecia a illustre cogula do patriarcha S. Bento. Abraçou este acaso o Dr. Ta-

ques, e por não faltar á politica foi se despedir de Sua Eminencia, que, com apparencias de sentimento, lhe quiz voltar a resolução. Immediatamente partiu para Tibaens, onde recebeu o habito, e depois de professo e ordenado logo de presbytero foi mandado residir no mosteiro de S. Bento da Saude da côrte de Lisboa. N'elle passou alguns annos como sacrificio da sua obediencia, porque a sua austera e bem religiosa vida se não accommodava com o estrondo da grandeza d'aquelles claustros. Pediu e conseguiu o Rev. Dr. Fr. Pedro da Conceição Taques a mudança para Tibaens, onde se lhe conferiu o pesado ministerio de pedagogo dos noviços. No tempo de oppositor em Coimbra foi admittido para familiar da santa inquisição de Lisboa, na qual obteve sentença para se lhe passar a carta pelos annos de 1745 ou 46. Foi creado familiar a 8 de Março de 1748. Já n'este tempo estava religioso benedictino, e se duvidou n'aquelle tribunal passar-se carta de familiar a quem já estava clausurado, e devia ser esta a de commissario ou a de qualificador.

4—2. D. Francisco Taques Rendon, que, aproveitando os estudos de grammatica latina e philosophia, em S. Paulo, no mesmo tempo de seu irmão Pedro Taques de Almeida, pôz em desprezo o progresso das letras por querer fazer fiel companhia a seu pai D. Francisco Matheus Rendon, que então assistia nas Minas-Geraes. Recolhido para S. Paulo, sua patria, desfructou n'ella as estimações que lhe conciliavam as qualidades não só do sangue, mas tambem as das suas prendas, entre as quaes mereceu os applausos na arte de andar a cavallo, além da bella figura que tinha. Foi destro no tirar das lanças e igualmente nas escaramuças, para cujo exercicio o convidava a naturalidade do genio, por força da qual nunca reparou em preço para deixar de possuir bons e excellentes cavallos. Trajou

sempre com luzimento, acompanhado de criados escravos, mulatos claros. Nunca admittiu pratica de casamento, até que, considerando com mais reflexão nos perigos da alma no estado de solteiro, o venceram as rogativas de sua mãi, que foi de uma vida escrupulosa e penitente. Casou, com acerto da eleição, com sua prima D. Maria de Almeida Lara, que n'aquelle tempo era uma das senhoras que na freguezia da Penha de Araçariguama merecia os applausos de mais formosa e dotada de grandes virtudes, a que fazia para merecimento de pretendida, concurso grande e dote que seus pais lhe destinavam. Venceu-se D. Francisco, e, conseguida a dispensação do parentesco, casou com sua prima a dita D. Maria de Almeida Lara. Sem geração.

4—3. D. Maria de Araujo da Ascensão, que, elegendo o estado celibato, falleceu de bexigas com avançada idade de annos no de 1762.

4—4. D. Angela de Siqueira Rendon de Quevedo ; foi casada com o capitão-mór regente das minas de Parnapanema Diogo de Toledo Lara; e para contrahir o matrimonio foram dispensados do impedimento de ser elle primo em segundo gráo de consanguinidade com sua sogra D. Maria de Araujo. N'este cap. III, § 1º, trataremos com maior relação d'este cavalheiro, que falleceu a 20 de Janeiro de 1742, sobrevivendo-lhe muitos annos sua mulher D. Angela de Siqueira, que falleceu a 24 de Setembro de 1764, segunda-feira, pelas 6 horas da tarde, dia da Senhora das Mercês, de quem era summamente devota, quasi repentinamente de um ataque do peito, que tinha tido principio tres dias antes pelos excessos que obrára na assistencia sem interrupção, que fez de dia e de noite a sua amada filha D. Maria Theresa de Araujo e Lara em uma maligna que lhe atacou fortemente, da qual veiu a fallecer tres dias depois de sua mãi, sem saber uma da outra, ainda

que as suspeitas que uma e outra teve do perigo ou da morte da que não via presente contribuiram muito para aggravar-se mais a molestia, principalmente da mãi, que ouviu soar a campainha e as vozes dos que acompanhavam o Sagrado Viatico para a filha, e esta por lêr no semblante das irmãs, e mais parentes que a assistiam, a dôr que, a seu pezar, queriam disfarçar. Foi esta a scena a mais compungivel que se póde considerar, e que nunca esquecerá aos que foram d'ella testemunhas. Foi D. Angela de Siqueira tão virtuosa e tão escrupulosa em tudo o que podia prejudicar a sua pura consciencia, que passou a ser excessiva; basta dizer-se que dispendia tudo quanto tinha em esmolas, que procurava occultar com grande cuidado; e continuamente estava a mandar dizer missas pelas almas dos dizimeiros, a quem ella pagava os dizimos das suas fazendas (em S. Paulo andam por contratadores que os arrematam á fazenda real, a quem pertence por direito de padroado) por lhe ficar o escrupulo de que haveria alguma falta, sendo aliás ella tão exacta; e por isso sempre occultava isto de seu filho o Rev. Dr. Antonio de Toledo, que procurava socegar-lhe ou tirar-lhe semelhantes escrupulos. E teve cinco filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. Antonio de Toledo Lara.
5—2. D. Maria Theresa de Araujo Lara.
5—3. D. Anna de Toledo Lara Rendon.
5—4. D. Escholastica de Toledo Rendon de Alarcão e Luna.
5—5. D. Ursula Maria das Virgens de Toledo Rendon.

5—1. Antonio de Toledo Lara, que, aproveitando o seu bello engenho e viveza de discurso, sempre com prudente recolhimento, desde o estado da infancia, soube adiantar-se nos estudos de philosophia em que tomou o gráo de mestre em artes, e passou a consummar-se na sagrada theologia, em que não reconheceu superioridade de conhe-

cimento d'ella em outro algum do seu tempo. Ordenou-se de presbytero.

5—2. D. Maria Theresa de Araujo e Lara, que falleceu a 27 de Setembro de 1764 em uma quinta-feira, ás Ave-Marias, e jaz sepultada na capella-mór da sua ordem terceira da Senhora do Carmo. Foi casada com Agostinho Delgado e Arouche, guarda-mór das minas de ouro da villa de Parnahyba, e que tem servido os cargos da republica de S. Paulo, filho de Francisco Nabo Freire, sargento-mór dos auxiliares da villa de Santo Antonio de Guaratinguetá, comarca de S. Paulo, e de D. Anna Pires Leite de Barros. Em titulo de Chassim, cap. VI, § 2.º E teve onze filhos naturaes de S. Paulo, exceptuando o primeiro que falleceu de tenros annos.

6— 1. D. Anna Theresa de Araujo Rendon.
6— 2. Francisco Leandro de Toledo Rendon.
6— 3. D. Caetana Antonia.
6— 4. Diogo de Toledo Lara Ordonhes.
6— 5. D. Pulcheria Leocadia de Toledo Rendon.
6— 6. José Arouche de Toledo.
6— 7. D. Maria Rosa.
6— 8. Francisco Joaquim de Toledo Arouche.
6— 9. D. Gertrudes Genebra.
6—10. D. Joaquina.
6—11. D. Rudezinda.

6—1. D. Anna Theresa de Araujo Rendon. Nasceu a...

6—2. Francisco Leandro de Toledo Rendon, baptizado a 29 de Março de 1750. Estudou em S. Paulo grammatica latina, philosophia e theologia, e foi para Coimbra com seus dois irmãos em 1774, e formou-se em leis em 1779. Habilitou-se pelo desembargo do paço em... de 1781 e teve a... de... Foi despachado para ouvidor-geral da comarca de Parnaguá a 2 de

Abril de 1783 pela consulta que fez o desembargo do paço em Novembro de 1782.

6—3. D. Caetana Antonia.

6—4. Diogo de Toledo Lara Ordonhes, cujo nome lhe puzeram seus pais em memoria de seu avô o capitão-mór Diogo de Toledo Lara, cuja saudosa memoria sempre foi e ha de ser respeitada de todos aquelles que, habitando por herança na mesma antiga casa em que elle e seus antepassados sempre viveram, devem por honra sustentar o mesmo lustre que antigamente tinha. Nasceu a 16 de Dezembro de 1752, e foi baptizado a 21 do dito mez e anno por seu tio o M. R. conego Antonio de Toledo Lara (19).

6—6. José Arouche de Toledo, baptizou-se na sé da cidade de S. Paulo a 22 de Março de 1756. Desde os seus primeiros annos mostrou uma excellente indole, viveza de engenho e actividade em tudo que emprehendia fazer, não se embaraçando com inconvenientes de pouca entidade. Estudou com facilidade a grammatica latina, e já n'esse tempo tinha uma propensão natural para a poesia, que a cultivava com bom successo antes de vir para Coimbra, onde não lhe permittiram lembrasse mais d'ella os rigores dos estudos. Veiu para Coimbra em 1774 em companhia dos seus dois irmãos, e formou-se no anno de 1779 em leis, em cujo quinquennio foi exactissimo e assiduo no seu estudo em que fez progressos, tendo o dom de clareza nos seus argumentos, etc. Leu no desembargo do paço a... de Novembro de 1780. E conhecendo as demoras que têm os despachos, e que eram tres irmãos a gastar em Lisboa, não lhe soffrendo

(19) Livro dos baptismos da Sé de S. Paulo a fl. 6.

o seu genio estar ocioso, e sem augmentar, como elle dizia, os interesses da sua casa, embarcou para o Rio de Janeiro a 29 de Dezembro do dito anno. Chegou a S. Paulo, onde foi recebido com geral contentamento dos parentes e estranhos, e muito mais das tias, irmãos, pai e tio.

5—3. D. Anna de Toledo Lara Rendon (pag. 64).

5—4. D. Escholastica de Toledo Rendon.

5—5. D. Ursula Maria das Virgens de Toledo Rendon.

4—5. D. Ignacia Francisca Xavier Rendon, viveu no estado celibato que elegeu, e falleceu a... de... de 176., com bem avançados annos.

4—6. D. Custodia Paes de Araujo Rendon, que existe (em 1783). Foi casada com Simão de Toledo e Almeida, para o que foram dispensados por ser o contrahente sobrinho em terceiro gráo de consanguinidade de sua esposa D. Custodia, porque elle era filho de Floriano de Toledo Piza e de sua mulher D. Antonia de Medeiros Cabral, a qual é prima direita em segundo gráo com D. Custodia. Em titulo de Rendon ou em titulo de Toledos. Foi Simão de Toledo e Almeida natural e cidadão de S. Paulo, onde foi creado capitão de infantaria em Outubro de 1762 para marchar de soccorro (com mais tres companhias que se crearam no mesmo tempo, com o numero de duzentos soldados, todos paulistas, assim como eram os seus officiaes) para as fronteiras do Rio-Pardo, da parte do norte do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, que estavam expostas á invasão do inimigo castelhano pelas guerras que sustentava Portugal nas suas fronteiras contra o mesmo, que tinha invadido pela provincia de Traz os Montes, e já a praça da Colonia estava dominada por D. Pedro Cebalhos, general de Buenos-Ayres, por força da infidelidade com que se portou o governador da mesma praça Vicente da

Silva da Fonceca. Chegou ao Rio-Pardo o capitão Toledo com a sua e mais companhias, e acharam aos d'aquella fortaleza bastantemente receiosos por haverem os castelhanos em o espaço de seis dias construido uma fortaleza, em cuja bateria estavam cavalgadas seis peças de grosso calibre, e d'ella era governador D. Antonio Catani. Constava o presidio de uma companhia de tropas regulares e de dois mil indios. Ponderando-se em uma facção gloriosa ás nossas armas e de grande credito ao valor paulistino, temerariamente, mas com feliz successo, se pôz em pratica a idéa projectada. Entre os quatro capitães paulistas mostrava-se o mais intrepido Miguel Pedroso Leite, porque antes de occupar o posto de capitão da infantaria, em que foi creado, havia resistido aos incommodos e aspereza do dilatado sertão do reino dos barbaros indios *Cayapós* na capitania de Goyazes, debaixo do commando de João de Godoy Pinto e Silveira, capitão-mór da conquista d'esta brava nação por successor de Antonio Pires de Campos, coronel d'ella, com quem se havia ajustado a dita conquista pelo premio de um habito de Christo, com 50$ de tença, e de propriedade o officio de escrivão da ouvidoria e correição das minas de Goyazes por ordem de 8 de Maio de 1746, expedida pelo conselho ultramarino a D. Luiz Mascarenhas, capitão-general de S. Paulo e Minas. E como experimentado sertanista o capitão Miguel Pedroso, cingindo a patrona á cinta em lugar de banda, e empunhando um facão em lugar de bastão, se pôz na frente dos duzentos soldados paulistas a abrir picada por uma seguida mata, até vencer a sahida no lugar da fortaleza inimiga, deixando a estrada capaz para a retirada. Assentou-se que ella fosse acommettida por assalto, de madrugada, e que o capitão Francisco Pinto Bandeira, filho natural de Francisco de Brito Peixoto, natural de S. Paulo, capitão-mór

e povoador da villa da Alaguna, e seu filho Raphael Pinto Bandeira, que na guerra de 1775 e annos seguintes se fez tão celebre e bem fallado na côrte, merecendo de el-rei D. José I grandes honras de fôro, tenças e o posto de coronel, independente de subordinação aos governadores, etc., commandasse as companhias de cavallos, para este no mesmo ponto do assalto correr a companhia inimiga e fazer reconduzir para o Rio Pardo os gados vaccuns, bestas cavallares e muares, que com abundancia tinham os inimigos, e que o capitão Miguel Pedroso commandasse a infantaria. Chegada a hora premeditada, com valorosa resolução, no maior silencio da madrugada, avançaram por assalto a fortaleza, sendo os primeiros que a entram o dito capitão Pedroso e o capitão João de Siqueira Barbosa, e o seu tenente Cypriano Cardoso de Barros, e tambem Bento da Gama Chassim, natural da cidade de S. Paulo, que (sem ser praça) se introduziu como soldado particular, o qual então se achava no Rio-Pardo por conta de commercio. Não esperava o inimigo esta briosa resolução dos portuguezes, que em breve tempo conseguiram destruil-o com morte de muitos. A indiada não supportou muitas descargas dos nossos arcabuzes, vendo o estrago que elles faziam, e se pôz todo aquelle apparatoso corpo em vergonhosa fugida, á qual seguiu o governador Catani, com a unica camisa com que se levantára da cama ao estrondo e echo das armas, a tempo que já na fortaleza tudo era confusão e mortandade. Aprisionaram-se varios officiaes de graduação e entre elles dois padres jesuitas, que eram artilheiros, os quaes em breves dias falleceram, posto já no Rio-Pardo, por conta de uma bala que recebêra no conflicto. N'este foi tão grande a felicidade da nossa parte que não morreu um só soldado.

Conduzidos os prisioneiros ao Rio-Pardo (que foram

um mestre de campo, um tenente, um forriel e o tal jesuita artilheiro de roupeta), tambem a elle chegou com igual successo de fortuna o capitão Francisco Pinto Bandeira, com mais de cinco mil cavallos e nove mil rezes. Rendida a fortaleza, não foi pequeno o saque, que constava de muita prata e alfaias, de que se aproveitaram inteiramente os soldados dragões do terceiro do capitão Francisco Pinto Bandeira, que chegaram depois de rendida a fortaleza. D'ella se conduziram as seis peças de artilheria, todos os arcabuzes, os barris grandes de polvora e as balas, que tambem foram muitas. Chegados ao Rio-Pardo foram recebidos do commandante governador com todas as demonstrações de contentamento que o feliz successo requeria, sendo reconhecido que o instrumento da victoria fôra a resolução e temeridade do capitão Miguel Pedroso Leite (20).

Do Rio-Pardo foram mandados conduzir os prisioneiros para a praça do Rio-Grande, que então governava o coronel governador Ignacio Eloy de Madureira, pelo capitão Simão de Toledo e Almeida, com toda a sua companhia. Chegando alli fez entrega dos prisioneiros, que depois foram mandados para o Rio de Janeiro, onde chegaram para padrão do valor de uns soldados bisonhos, sem arte nem disciplina militar, porque, apenas se formaram as companhias em S. Paulo em Outubro de 1762, logo no mesmo mez embarcaram para Santa Catharina, de onde marcharam a pé até o Rio-Pardo, e d'alli emprehenderam e conseguiram a acção referida, quiçá porque o mesmo ardor da lealdade do real serviço lhe deu toda a sciencia pratica e valor para a felicidade que conseguiram, sendo certo que

(20) Esta narração a fez depois muito prolixa e mais circumstancias pelas novas informações, que tirou em titulo de Rendons, pela qual emendo algumas coisas d'esta.

para se vencer o rompimento da dilatada meta trabalharam todos os soldados como robustos escravos, e se sustentaram de mel de abelhas e de raizes de páos de digestão (como sempre costumavam os antigos paulistas), a que chamam *guaribá*, por não terem levado o necessario sustento, e não lhes ser permittido matar caça para não serem sentidos pelo écho das armas.

No mesmo ponto que o capitão Simão de Toledo de Almeida fez entrega dos prisioneiros foi mandado com sua companhia pelo governador Ignacio Eloy Madureira assistir ao coronel Thomaz Luiz Osorio, que guardava o passo da angustura de Castilhos, em cuja fortaleza se achava com o regimento dos dragões e muita infantaria, com que formava um pé de exercito de mais de novecentos soldados. Treme a mão para narrar a vileza de espirito que mostrou este grande corpo quando viu allucinado o seu governador Osorio, que, avistando o exercito inimigo e na sua frente o general D. Pedro Cebalhos, sem acção da menor resistencia, fielmente lhe entregou o passo, pelo qual entrou o inimigo, acompanhado já de trezentos dragões nossos, que se passaram para o seu campo, com o triumpho de não ser preciso o menor movimento das armas para a victoria. N'este desaccordo e infeliz lance se não foi entrega occulta, como receiamos, por ser difficultosa a crença para manchar a honra de um soldado tão distincto como Thomaz Luiz Osorio; porém se os effeitos costumam acreditar as suas causas não bastára a falta de credulidade a lavar a mancha de que se não livra aquelle coronel). Elle e todos os officiaes e soldados ficaram prisioneiros, e por culpa da fraqueza do dito Osorio tambem fez companhia aos prisioneiros o capitão Simão de Toledo e Almeida, e com elle seu filho o alferes Francisco Xavier Matheus Rondon e o tenente Antonio Castanho de Moraes Antas, seu primo,

sendo maior a affronta e injuria do que este destino, a com que os seus nacionaes paulistas (por arbitrio nescio) lhe accusam a frouxidão de não terem, primeiro que o inimigo entrasse, morto ao seu coronel Osorio, e se defendesse á custa de todas as vidas aquella angustura; porque se assim dictasse o valor cabia no tempo que se disputasse a entrada, o serem soccorridos, e ficar em todo ou em parte destruido o inimigo, que apenas appareceu com novecentos homens de tropas regulares, e tudo o mais era apparato de um corpo de indiada, que não chega a supportar a segunda carga, que se não ponha logo em ligeira fuga, como de antes se verificou na fortaleza que renderam os paulistas, em que havia dois mil indios de guarnição. E d'esta entrada se seguiram os mais desastres, porque o governador Ignacio Eloy de Madureira foi o primeiro que se pôz em vergonhosa fugida, passando para a parte do norte logo que soube que o inimigo tinha penetrado a salvamento a angustura de Castilhos, deixando em total desamparo os povos habitadores do Rio-Grande da parte do sul, que inteiramente ficaram dominando os castelhanos, depois de terem assolado e destruido todas as grandes manadas de eguas, cavallos, mulas, machos e gados vaccuns, de que haviam ferteis estancias fundadas pelos portuguezes vassallos de Portugal (21). O dito coronel Thomaz Luiz Osorio foi enfor-

(21) Achava-se em Castilhos o capitão João Alves Ferreira, commandante da fortaleza de S. Miguel, por instancias d'este convocou a conselho o coronel Osorio todos os officiaes de patente que allí se achavam na fortaleza a tempo que o inimigo estava proximo do passo de Castilhos. Votando o capitão Simão de Toledo, rompeu dizendo que elle era um soldado bisonho, sem experiencia nem disciplina militar; que sahira de S. Paulo, sua patria, sem mais interesse que o real serviço, no qual se achava com seu filho alferes Rendon e o tenente Luiz Castanho Navarro de Moraes, seu primo; que se havia

cado em Lisboa, e o capitão Simão de Toledo e Almeida e seu filho estiveram presos no Limoeiro, e tendo-os o conselho de guerra julgado livres e innocentes em 1768, o pai morreu ainda antes de ser julgado innocente e de sahir do Limoeiro no anno de 1766, e o filho morreu já andando solto no de 1768. E teve dois filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. Francisco Xavier Matheus Rendon, que seu pai offereceu para o real serviço e foi seu alferes na expedição do Rio-Pardo, e teve o infeliz successo já referido.

5—2. D. Quiteria Rendon de Toledo. Existe casada com Francisco Felix Corrêa de Toledo, seu parente, com quem casou em 1769.

3—5. D. Leonor de Siqueira Paes (filha do capitão-mór Pedro Taques de Almeida, pag. 41 e 49), que falleceu em 1774 no mez de... Foi casada a 17 de Setembro de 1701 com Bartholomeu Paes de Abreu, natural da ilha de S. Sebastião (irmão inteiro de João Leite da Silva Ortiz, conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes* em 1725. Em titulo de Lemes, cap. V, § 5º, n. 3—6 e seg.) e cidadão de S. Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica. Em 1705 foi juiz ordinario. N'esta occupação deu acreditadas provas do amor da justiça, zelo e honra d'ella, defendendo a jurisdicção real contravertida dos ministros ecclesiasticos, por cuja causa supportou adversidades entre povos ignorantes

de acabar, com injuria rendidos dentro de uma fortaleza, abrindo-se as portas d'ella ao inimigo, se sahisse a disputar-lhe e entrada emquanto era tempo, e que havia forças para formar-se um luzido corpo de tropas; e que, morrendo na campanha elle, seu filho e seu primo com seus soldados patricios conseguiriam a gloria do real serviço. Estas expressões communicou em S. Paulo o dito capitão João Alves Ferreira, que, depois de estar prisioneiro na cidade de Cordova, pôde livrar-se, retirando-se fugitivo a S. Paulo.

d'aquelles procedimentos, porque usando-se da formidavel espada da santa igreja (não deve ser desembainhada como effeito da paixão e capricho da teima, mas sim como producto da mesma rectidão e merecido castigo da contumacia do rebelde desobediente) foi excommungado pelo Dr. André de Baruel, vigario da vara da villa de S. Paulo. Teve origem a causa no caso seguinte. Estava presidindo em acto de camara o dito juiz ordinario, quando soou o estrondoso echo de um bacamarte, que junto á cadêa, para a parte do pateo do Carmo, tinha disparado um mameluco (assim chamam no Brasil e Indias de Hespanha aos filhos do homem branco com mulher *carijó*), chamado Mathias, e morto a um europeu. Acudiu promptamente o juiz ordinario com seus officiaes, e não desamparando o sitio e lugar do delicto o aggressor da morte, ou porque se fiava em uma pistola que tinha armada na mão, ou porque a mesma culpa lhe prendia os passos, chegou-se a elle primeiro que todos o juiz ordinario, contra quem não permittiu Deus que pegasse fogo na escorva a arma que o facinoroso quiz disparar; e lançando-lhe as mãos ao pescoço lhe arrancou a pistola a tempo que chegaram os officiaes de justiça. No mesmo lugar se lhe lançou uma corrente de ferro, na qual, sendo conduzido para a cadêa, ao passar o preso pela porta da igreja do recolhimento de Santa Theresa, pôde agarrar-se ao ferrolho da dita porta, clamando que lhe valesse a immunidade da igreja. Observou o juiz ordinario, e com elle toda a mais gente que tinha concorrido, que a corrente não sahira das mãos dos officiaes de justiça; e mandou que conduzissem o preso á cadêa. D'esta resolução tomou grande escandalo o tal vigario da vara, e para logo declarou excommungado ao juiz ordinario, que, aconselhado que elle procedia *ad ulteriora*, não cedeu aos dictames da sua paixão.

Augmentou-se o escandalo, e o Dr. Baruel soube representar o facto com tão diversas côres ao Exm. bispo D. Francisco de S. Hieronymo, segundo bispo da cidade do Rio de Janeiro, onde então se achava, que este se preoccupou inteiramente para apoiar ao vigario-geral um procedimento que a doutrina dos doutores e pratica do reino lhe não facultava. Aggravando-se-lhe mais as censuras pela constancia com que supportava os procedimentos; pretenderam que largasse a vara, procedendo-se de barrete a novo juiz; porém Bartholomeu Paes de Abreu tinha sequito grande de respeito que obviava a resolução de outros, que seguiam o partido contrario, e nunca jámais largou a vara, e com ella continuou na administração da justiça. Vista esta causa em largo processo na relação do Estado do Brasil, passaram-se as cartas rogatorias a favor da parte por quem se tinha tomado o assento; porém o Dr. vigario da vara, por ordem já do seu prelado, não quiz cumprir o assento. Não havia ministro regio a quem se recorresse, na fórma das ordens régias, para o procedimento que ellas em tal caso determinam. Corria o tempo e não cedia o ecclesiastico de fulminar censuras sôbre censuras, porque chegando a quaresma, e desobrigando-se do preceito o juiz censurado, apresentou a seu parocho certidão de se haver confessado e commungado na igreja dos padres jesuitas, que nunca lhe impediram o ingresso e o admittiam aos sacramentos da penitencia; porém esta doutrina foi declarada pelo mesmo prelado por erronea, como proposição condemnada pelo papa Innocencio... contra o padre Dianna.

Repetidas cartas escreveu do proprio pulso o Exm. bispo a Bartholomeu Paes de Abreu, e na ultima lhe declarou que emquanto não cedesse com humildade de filho obediente á santa madre igreja, pedindo absolvição, estivesse

certo que lhe não valeriam os recursos, em cujo direito fundava as esperanças de ser absolvido; dizia-lhe *per formalia*: « E empenharei a propria mitra até á Santa Sé Apostolica. » Porém o juiz ordinario, aconselhado de que os procedimentos eram uma seguida serie de attentados, resolveu-se a recorrer a Sua Magestade. Ao mesmo senhor deu tambem conta o capitão-mór Pedro Taques de Almeida dos excessos praticados contra seu genro Bartholomeu Paes, e mereceu n'esta occasião a incomparavel honra de que Sua Magestade lhe mandasse escrever carta firmada de seu real pulso, avisando-o de que pelo conselho ultramarino se expediam as vias ao Rev. bispo para mandar levantar as censuras a seu genro. Este foi o juiz que serenou a tempestade. Sua Magestade dizia na sua carta ao bispo que, tomado o assento a favor da parte e passadas as cartas, devia o ecclesiastico cumpril-as, e no entanto mandar ao reino se entendesse que na relação da Bahia fôra mal tomado o assento, o que tambem podia praticar a mesma parte, e que lhe estranhava não ter mandado logo cumprir, como era obrigado. Não menos de quatro vias se expediram; e o agente em Lisboa foi tão activo, que remetteu a terceira e quarta via ao capitão-mór Pedro Taques para atalhar que o bispo puzesse em silencio a primeira e segunda, tendo vindo ao dito capitão-mór as ditas cartas em termos de se lhe poder fechar á obrêa. Foi para logo restituido o juiz ordinario á sua tranquillidade, e conseguida esta largou a vara, que passou aos que sahiram no Pellouro, que se não tinha aberto até então, sendo já passados dois annos. N'esta causa se consumiu bem cabedal, porque já tocava em pontos de honra e capricho pelos incidentes que foram occorrendo; porém valeu de muito o bom nome que estabeleceu entre naturaes e estranhos o

capitão-mór Pedro Taques de Almeida no tempo que foi governador das capitanias de S. Vicente e S. Paulo.

Estavam os moradores d'aquellas capitanias desejosos de serem governados por governador positivo, e não por capitães-móres governadores subordinados á capitania do Rio de Janeiro, e representando em 4 de Março de 1698 a Sua Magestade, os fundamentos não foram por então attendidos, como se vê da real resolução de 31 de Outubro do mesmo anno (Secretaria ultramarina livro de cartas do Rio de Janeiro, tit. 1673, á fl 206). Correu o tempo e vieram a conseguir o mesmo que se lhes tinha denegado. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (no anno de 1667 esteve governador e capitão-general do Maranhão, como se vê na secretaria ultramarina, livro das cartas e ordens, tit. 1673, á fl. 376) foi o primeiro governador e capitão-general que Sua Magestade concedeu a capitania de S. Paulo, mandando-o passar do Rio de Janeiro, onde era governador por ordem de 9 de Novembro de 1709. E por ordem de 28 de Outubro de 1712 teve o general permissão para crear duas companhias pagas de cincoenta soldados cada uma em pessoas da primeira nobreza de S. Paulo, conforme os seus merecimentos, de que teria assento na vedoria da praça de Santos, a que seriam sujeitas as ditas companhias em qualquer occasião de necessidade, conservando-se o mais tempo para respeito e guarda dos generaes de S. Paulo (dita secretaria, titulo 1712). E reconhecendo o dito general a qualidade da nobreza, e merecimentos adquiridos no real serviço de Bartholomeu Paes de Abreu, o creou, pela faculdade régia que para isso tinha, capitão de infantaria paga ; e na sua patente se relatam as acções e serviços que o dito capitão tinha obrado á custa da sua fazenda, e riscos de vida em utilidade da real corôa.

Passados alguns annos deu Bartholomeu Paes baixa á praça de capitão, por querer a sua liberdade para intentar maior serviço para augmento da real fazenda e utilidade de sua casa. Da idéa que tinha concebido fez representação a Sua Magestade na carta seguinte:

« Senhor.—Do porto de Santos até o da Alaguna, ultima povoação da comarca d'esta cidade de S. Paulo, fazem ser cento e vinte leguas pela costa do mar, e se acham nove villas, que ha muitos annos estão povoadas, sendo entre todas a mais avultada a de Santos pelo commercio dos moradores de serra acima. Da povoação da Alaguna para a parte do sul serão sessenta leguas até o Rio-Grande todo o deserto e costa lavada, sem porto mais que o da barra do mesmo Rio-Grande, que é para sumacas e outras embarcações pequenas. Adiante da Alaguna buscam as serranias da costa o interior do sertão, e abeiram campos ás praias até o Rio-Grande, que se estendem a confinar com a cidade do Sacramento da nova Colonia, que ainda estão por povoar, e só habitadas estas terras de gentios barbaros; e será a distancia de cento e cincoenta leguas da Alaguna até a Colonia. Toda esta campanha do Rio-Grande para diante produz gados vaccuns e cavalgaduras em muita quantidade, sem mais utilidade para a real corôa de Vossa Magestade que alguma coirama fabricada na mesma Colonia; e se não póde conseguir maiores conveniencias com a sahida d'estes animaes por falta de caminho de terra, que pela costa não permittem as serranias, matas e bahias de mar; e só terá lugar esta extracção abrindo-se caminho pelo interior do sertão, vindo-se do Rio-Grande a demandar a comarca d'esta cidade, que poderão ser cento e oitenta leguas, mais ou menos. D'esta diligencia segue-se povoarem-se as terras e augmentar-se a real fazenda no contrato dos dizimos, no dos direitos dos mesmos animaes

extrahidos ; no das passagens dos rios que ficaram pelo sertão dentro; descubrirem-se minas de ouro ou prata, ou pedras preciosas, que todo este vão do sertão ainda em si occulta ; e a experiencia nos tem mostrado com as minas de ouro dos *Cataguazes*, que, em poucos annos do seu descobrimento, se acham tão augmentadas, como já di vididas em tres grandes comarcas, sem mais provimentos de gados e bestas que os que se extrahem dos curraes da Bahia, e sobretudo reduzir-se a multidão dos gentios barbaros ao gremio da igreja, e ter Vossa Magestade n'esta reducção muitos milhares de novos vassallos. Acho-me com talentos e cabedaes para, com forças de um avultado corpo de armas, fazer entrada ao Rio-Grande sem a menor despeza da fazenda real, talar aquelle vasto sertão e abrir caminho pelo centro d'elle, demandando o rumo da comarca de S. Paulo, tendo por premio d'este particular serviço, á custa da minha fazenda e riscos de vida, as mercês seguintes : ser donatario de quarenta leguas de terra, abeirando o Rio-Grande, vinte para a parte do norte e vinte para a parte do sul, medidas por costa, com todo o sertão que se achar pertencer a Vossa Magestade, de juro herdade para sempre, com um padrão de 200$, estabelecido na passagem do Rio-Grande, sendo capitão-mór d'aquellas campanhas. Os primeiros nove annos livres de direitos os animaes que extrahir por mim ou socios meus ; ser guarda-mór geral de quaesquer minas que se descubrirem nas vertentes do Rio-Grande e serras annexas, com os mesmos ordenados que se conferiu ao guarda-mór das Minas-Geraes de S. Paulo. Para poder merecer estas e as mais honras com que a grandeza de Vossa Magestade costuma engrandecer, honrar e premiar os seus vassallos, constará de meu zelo pelos papeis de serviços, que com esta offereço no conselho ultramarino, dos quaes se verifica o augmento que tenho dado

á fazenda real de Vossa Magestade n'esta capitania, com muitos mil cruzados nos contratos dos dizimos; e n'esta cidade, sendo juiz ordinario no anno de 1705, me oppuz a defender a jurisdicção real, contravertida pelos ministros ecclesiasticos, com muito risco da minha vida e despezas de fazenda; susteutei a causa perto de dois annos, vexado com censuras e exposto a motins entre povos ignorantes d'aquelles procedimentos, sendo o meu sempre interessado n'este, e nas mais occasiões ser vassallo zeloso do serviço de Vossa Magestade, que mandará o que fôr servido.

« A' real pessoa de Vossa Magestade guarde Deus, como todos os vassallos havemos mister. S. Paulo, 23 de Maio de 1720. Aos reaes pés de Vossa Magestade.—*Bartholomeu Paes de Abreu.* »

Chegou a frota ao Rio de Janeiro, e n'ella não teve o capitão Bartholomeu Paes a menor solução do seu requerimento. N'este tempo estavam já descubertas as minas de ouro do Cuyabá por Pascoal Moreira Cabral, natural de S. Paulo, que foi áquelle inculto sertão, seguindo d'este povoado pelo rio Anhamby, hoje conhecido pela nomenclatura de Tieté até ás novas minas. O conde de Assumar D. Pedro de Almeida, então governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, que se achava nas Geraes, reconhecendo que as novas minas do Cuyabá não podiam ser dilatado estabelecimento, dependendo o commercio das monções de anno a anno pela navegação dos rios, e era utilissimo conseguir-se caminho de terra, não duvidou em nome de Sua Magestade ajustar a factura do caminho de terra com Gabriel Antunes Maciel, nacional de S. Paulo, com grande pratica d'aquelles sertões, conferindo-lhe por premio varias mercês, de que lhe mandou passar provisão; porém Gabriel Antunes n'esse mesmo anno de 1720 se-

guiu a navegação e se recolheu ao Cuyabá, deixando infructuosa a esperança do caminho ajustado á sua custa, porque para conseguil-o era necessario muito dinheiro. O capitão Bartholomeu Paes de Abreu, que sempre meditava em que fazer algum particular serviço á corôa e á utilidade publica, persuadido de que se puzéra em desprezo a sua representação, que já referimos, propôz em camara (supposta a ausencia do general em Minas-Geraes) que queria á sua custa abrir o caminho de terra para o Cuyabá, dando-lhe principio pelo morro de Hybyticatú do termo da villa de Sorocaba ; e, sendo-lhe approvada a resolução, se dispôz para o rompimento da campanha, para cujo serviço entrou com força de armas e bons trabalhadores, ajustando-se e taxando-se na mesma camara o salario de 4$ por mez a cada indio dos que pediu para a factura do caminho. Sahiu de S. Paulo para o sertão do Cuyabá em 1721, e, tendo chegado com picada á altura do Rio-Grande, deixando tres feitorias de plantas de milho, feijão e outros legumes, e em uma d'ellas duzentos e cincoenta bois para se sustentar a tropa, voltou a S. Paulo com a noticia de ter chegado Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general (que tinha sido despachado em lugar de Pedro Alvares Cabral, que se havia escusado d'este governo ao tempo de fazer o pleito de homenagem pela capitania que vinha governar) da capitania de S. Paulo (Secretaria ultramarina, liv. 4º das cartas, tit. 1720 usque 1723, nas ordens de 28 de Fevereiro, 31 de Março, 1º e 10 de Abril, todas do anno de 1721). Trouxe o general Cesar ordem para ajustar com o capitão Bartholomeu Paes de Abreu a abertura do caminho do Rio-Grande de S. Pedro do Sul para que se tinha offerecido ; e foi este serviço muito recommendado ao dito Cesar por haver o ministerio penetrado que este era o meio do estabelecimento das terras

desde o Rio-Grande até a Colonia do Sacramento, ficando d'esta sorte segura a corôa de Portugal d'estes dominios antes que os castelhanos se estabelecessem nas mesmas terras, que até então as defendia á custa de todas as forças o capitão-mór povoador e fundador da Alaguna Francisco de Brito Peixoto (pag. 57). Porém Rodrigo Cesar, que, quando chegou a S. Paulo, achou ausente a Bartholomeu Paes no sertão do Cuyabá, teve tempo de palpar outros animos sobre a pretenção d'este, e achou disposto o orgulho de um Sebastião Fernandes do Rego, sujeito de diabolicos enredos (descubriu depois o tempo os venenosos effeitos d'este simulado vassallo, que, estando provedor da casa da fundição em 1728 por provimento do dito Cesar, teve o atrevimento de tirar o ouro e metter chumbo nos mesmos cunhetes, que do Cuyabá tinha remettido o dito Cesar com oito arrobas de ouro de quintos, cujos caixotes os recebeu e recolheu em sua casa o dito Sebastião Fernandes, de onde foram em conducta de guarda militar, na fórma do estylo, para o Rio de Janeiro, e d'ahi para Lisboa, onde se achou a troca do chumbo miudo por ouro, de cujo attentado devassando-se foi logo preso e confiscado o dito Sebastião Fernandes do Rego, que, passados annos foi mandado recolher á côrte, de onde com a lima dos mesmos annos e astucias diabolicas, de que era dominado, teve idéa para voltar a S. Paulo na frota de 1739, com um grosso commercio de fazendas seccas, que saccou aos estrangeiros Pedegache e Blan; mas quando em Lisboa se deu no engano, e se passaram as ordens para prisão e confiscação dos bens do dito Fernandes, já este estava morto, e só teve lugar a execução nos seus bens) para preoccupar a Rodrigo Cesar, de que podia conseguir o mesmo intento sem os avultados premios que Sua Magestade, por sua real grandeza, mandava conferir ao capitão

Bartholomeu Paes de Abreu. D'isto seguiu-se guardar o general silencio a este respeito, e tão sómente conferir a materia com o dito capitão, lendo-lhe a sua representação e perguntando-lhe se ainda estaria do mesmo animo, e achando-lhe o mesmo ardor não fallar-lhe mais n'isto. O capitão Bartholomeu Paes de Abreu não só ficou excluido da abertura do caminho do Rio-Grande do Sul, mas tambem da do sertão do Cuyabá, a que já lhe tinha dado principio tão adiantado; porque no anno de 1722 se ajustou a factura d'elle a Manoel Godinho, de quem era socio o dito Sebastião Fernandes do Rego e Manoel Gonçalves de Aguiar (tambem não teve effeito por occulta Providencia Divina; e Cesar, para emendar o erro da primeira eleição, de que já tinha dado conta a Sua Magestade, ajustou-o com o sargento-mór Luiz Pedroso de Barros, com a mercê de um habito de Christo, com tença effectiva de 50$ por anno, que depois se verificou em seu sobrinho o mestre de campo Manoel Dias da Silva, como referimos, pag. 21), de que se lavrou escriptura de obrigação e fiança pelo dito Godinho (Secretaria de S. Paulo, anno de 1722, e secretaria ultramarina, liv. 4° das cartas, tit. 1720 usq. 1723, nas ordens expedidas a Pedro Alvares Cabral em 1721 e a Rodrigo Cesar de Menezes em 1722). Ficaram inuteis, finalmente, as grandes despezas que tinha feito o capitão Paes. Porém assim mesmo não se aquietou o ardor do seu zelo, porque, tendo mallogrado a maior parte dos seus cabedaes, sempre consumidos no real serviço, quiz de uma vez apurar o resto. Voltou-se para a empreza do novo descubrimento e conquista do inculto sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes*, ficando igualmente socio nas despezas, como nos futuros premios, com seu irmão João Leite da Silva Ortiz e seu primo Bartholomeu Bueno da Silva, que, á custa de uma muito avultada somma do dinheiro, trabalhos, incom-

modos da vida e riscos d'ella, depois de tres annos e tres mezes de conquistas, conseguiram o descubrimento das opulentas e ferteis minas de ouro, chamadas hoje de Villa-Boa de Goyazes (em que já Sua Magestade creou nova capitania por resolução de 9 de Maio de 1748, expedida aos officiaes da camara de S. Paulo, e com a mesma data a Gomes Freire de Andrada, governador e capitãe-general do Rio de Janeiro; e foi o primeiro governador de Goyazes D. Marcos de Noronha, de que tomou posse em Setembro de 1749, e no seguinte teve a mercê de conde dos Arcos), de que temos succintamente tratado em titulo de Buenos, cap. II, § 2º, n. 3—1, Bartholomeu Bueno da Silva.

Desde 1727 em que principiou a perceber o real erario o dizimo dos quintos do ouro das ditas minas de Goyazes até o 1º de Janeiro de 1738, em que acabou a vida de enfermidade de bexigas em S. Paulo o capitão Bartholomeu Paes de Abreu (seguindo sempre na côrte o seu requerimento, por si e seus socios, para serem encartados no direito dos rios do caminho de Goyazes, de que Sua Magestade lhes tinha feito mercê por ajuste celebrado por ordem sua com Rodrigo Cesar de Menezes, por tres vidas sujeitas á lei mental), não chegou a vêr o premio dos seus serviços. (seu filho Pedro Taques conseguiu pouco antes da sua morte, que por isso ficou sem effeito em 1776, como logo veremos no n. 4—6). Os rios são o de Mogy e o de Sapucahy. Deixou do seu matrimonio oito filhos, naturaes da cidade de S. Paulo.

4—1. D. Maria Paes Leme da Silva.
4—2. D. Angela Maria Paes da Silva.
4—3. D. Theresa Paes da Silva.
4—4. D. Escholastica Paes da Silva.
4—5. Bento Paes da Silva.
4—6. Pedro Taques de Almeida Paes Leme.
4—7. D. Leonor Caetana de Escobar e Silva.
4—8. Antonio Paes da Silva Lara e Abreu.

4—1. D. Maria Paes Leme da Silva. Falleceu solteira com avançada idade em 1750.

4—2. D. Angela Maria Paes da Silva. Existe solteira com mais de 76 annos em 1783.

4—3. D. Tneresa Paes da Silva, que foi casada com seu primo em terceiro grão duplicado de consanguinidade o mestre de campo Manoel Dias da Silva, n. 4—1, § 1° d'este cap. III. Ella falleceu em 176...

4—4. D. Escholastica Paes da Silva. Existe em 1783 no recolhimento de Santa Theresa com o nome de D. Escholastica de Santa Theresa, e tem sido muitas vezes regente do dito recolhimento.

4—5. Bento Paes da Silva, que depois de formado pela universidade de Coimbra, e estando em Lisboa tratando do requerimento e encartamento dos rios, de que era donatario seu pai, falleceu a 22 de Outubro de 1738 afogado junto a Trafaria, porque, tendo sahido em um barco a despedir-se no mesmo dia na náo de guerra, que conduzia a D. Luiz Mascarenhas, que ia general para S. Paulo, no regresso espertou o vento, e fazendo vogar para a Trafaria não chegou á terra.

4—6. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, cidadão de S. Paulo, em cuja pia foi baptizado no 1° de Julho de 1714. Em 1737 foi creado sargento-mór do regimento da nobreza de S. Paulo, e em 1763 guarda-mór das minas de ouro da mesma cidade e seu termo. Tendo passado ás minas de Goyazes foi encarregado pelo governador e capitão-general D. Marcos de Noronha para crear a intendencia, com missão para a cobrança da real capitação no arraial do Pilar, comprehendendo o de Crixás, no anno de 1750, sem mais outro algum official que o ajudasse na dita intendencia. Nos dois annos que serviu a Sua Magestade por se abolir a real capitação n'aquellas minas em 1752 desem-

penhou o conceito que tinham formado do seu activo zelo, dando de augmento em dois annos acima de 20,000 oitavas, fazendo-se argumento do tempo em que de antes estava a cobrança da capitação a cargo dos juizes ordinarios e seu escrivão, o que consta melhor dos livros na provedoria e intendencia geral da Villa-Boa de Goyazes. No mesmo tempo serviu em ambos arraiaes das minas do Pilar e de Crixás de provedor commissario das fazendas dos defuntos e ausentes.

Casou na cidade de S. Paulo a 31 de Janeiro de 1735 com D. Maria Euphrasia de Castro Lomba, natural da mesma cidade, filha de Gregorio de Castro Esteves, natural da villa de Vianna do Minho, freguezia de Monserrate, capitão do regimento de cavallaria das minas de Villa-Boa, creado por D. Luiz Mascarenhas por ordem régia, e de sua mulher Catharina Velloso, natural da mesma cidade, irmã inteira do Rev. Manoel Velloso Vieira, clerigo secular; e do M. R. padre-mestre Fr. Bento da Annunciação, religioso do patriarcha S. Francisco da provincia do Rio de Janeiro. Em titulo de Alvares Sousas. E teve seis filhos, dos quaes falleceram tres em tenra idade, e dos mais faremos abaixo menção. Falleceu D. Maria Euphrasia a 20 de Agosto de 1757, e jaz sepultada debaixo do Arco da capella dos terceiros de S. Francisco da cidade de S. Paulo.

Casou segunda vez no Rio de Janeiro a 10 de Maio de 1761 com D. Anna Felizarda Xavier da Silva, que falleceu sem geração em S. Paulo a 25 de Dezembro de 1762, e jaz na capella-mór da igreja do convento do Carmo da dita cidade.

Os tres filhos que lhe ficaram do primeiro matrimonio foram:

5—1. Fr. Joaquim Antonio Taques, baptizado em S. Paulo a 5 de Setembro de 1747. Tomou o habito

de carmelita calçado a 4 de Dezembro de 1762 no convento de S. Paulo. Tinha tantos talentos, que foi eleito mestre de philosophia ainda em corista e a leu em S. Paulo, e falleceu no Rio de Janeiro, já presbytero, com grande sentimento dos seus religiosos, que n'elle esperavam um grande credito á religião.

5—2. Balduino Abagaro Taques de Moraes, nasceu em Villa-Boa de Goyazes, em cuja matriz foi baptizado a 27 de Outubro de 1749. Falleceu em S. Paulo em 1773. Foi bem instruido nas bellas-letras e estudou philosophia no curso que leu seu irmão.

5—3. D. Emilia Flavia da Conceição Taques de Moraes, nasceu no arraial das minas do Pilar da comarca de Villa-Boa a 8 de Dezembro de 1750. Existe em 1783. Falleceu...

3—6. D. Theresa de Araujo (filha do capitão-mór governador Pedro Taques de Almeida, pag. 49). Foi senhora de grande juizo, respeito e formosura. Falleceu solteira com 72 annos de idade, de enfermidade de bexigas no de 1762.

3—7. D. Catharina de Siqueira Taques, falleceu solteira em 1745.

3—8. D. Angela de Siqueira, falleceu em 177...

2—4. Thomé de Lara de Almeida (pag. 14 e 15 filho do governador Lourenço Castanho Taques) cidadão de S. Paulo. Passados alguns annos deixou os lares patrios, e fez estabelecimento na villa de Sorocaba, da qual foi capitão-mór, e loco-tenente do donatario da capitania de Itanhaem da Conceição e conde da ilha do Principe. El-rei D. Pedro o honrou com uma carta firmada do seu real pulso, datado a 20 de Outubro de 1638, que contém as mesmas expressões da que receberam seus irmãos Pedro Taques de Almeida e Lourenço Castanho Taques, cuja cópia

vai n'este capitulo § 1.º Teve sempre um grande respeito igual aos merecimentos da sua distincta honra e louvaveis procedimentos. A sua casa foi abundante com grande tratamento. Praticou liberalmente a virtude da caridade com a pobreza de Sorocaba. Fugiu sempre, e conseguiu não ser occupado nos cargos da republica. Deveu grande veneração aos generaes Arthur de Sá e Menezes, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e D. Braz Balthazar da Silveira, que a todos hospedou com muita profusão quando passaram áquella villa attrahidos das dependencias do real serviço. O mesmo praticou com os ministros que passaram á dita villa em correição.

Casou duas vezes : a primeira em S. Paulo com D.Maria de Almeida Pimentel, onde foi baptizada a 4 de Outubro de 1648, filha unica do capitão Antonio de Almeida Pimentel, e de sua mulher D. Lucrecia Pedrosa de Barros. Em titulo de Pedrosos Barros cap. 8.º A segunda vez casou com com D. Maria de Campos, de quem fazemos menção em titulo de Campos.

Do primeiro matrimonio teve onze filhos naturaes da villa de Sorocaba.

3—1. Fernando Paes de Barros.
3—2. Antonio de Almeida Lara.
3—3. José Pompeo Ordonho.
3—4. D. Lucrecia Pedrosa de Barros.
3—5. D. Maria de Almeida Lara.
3—6. D. Sebastiana de Almeida.
3—7. D. Branca de Almeida.
3—8. D. Francisca de Almeida.
3—9. D. Ignacia de Almeida.
3—10. D. Luzia Leme.
3—11. D. Maria de Almeida Lara Pimentel.

E do segundo matrimonio teve mais cinco.

3—12. Lourenço Castanho de Campos.
3—13. Francisco Cardoso de Almeida Campos.
3—14. Thomé de Lara Campos.
3—15. D. Gertrudes de Campos.
3—16. D. Maria de Campos.

3—1. Fernando Paes de Barros foi casado com Joanna Garcia, filha de André Domingues Vidigal, e de sua mulher Anna Barbosa, natural da villa de Sorocaba. E teve tres filhos.

4—1. João Paes de Barros, existe solteiro em 1772 em Sorocaba.
4—2. Hieronimo Paes de Barros, foi para Viamão, onde casou.
4—3. Thomé de Almeida Paes, existe na villa da Faxina. Casou em Sorocaba com Bernarda Raposo da Silveira, sua parenta; filha de Estevão Raposo da Silveira, e de sua mulher D. Thomazia de Almeida, vide n.° 3—11 annexo 4—8.

3—2. Antonio de Almeida Lara, que com mulher e filhos passou a morar á Goyazes, casado com D. Custodia Paes, filha de José Rodrigues Betim, e de sua mulher Marianna Bueno, em que fallámos já no § 1° d'este capitulo no n. 3—10, no segundo casamento de Antonio Pompêo Taques. E teve oito filhos.

4—1. José Betim.
4—2. Thomé de Lara.
4—3. Bento de Lara.
4—4. Luiz de Almeida.
4—5. D. Maria de Almeida.
4—6. D. Anna Maria,
4—7. D. Luzia de Almeida.
4—8. D. Gertrudes de Lara.

3—3. José Pompêo Ordonho, foi casado com D. Roza de S. Paio, filha de André de S. Paio de Arruda, e de sua mulher D. Anna de Quadros. Em titulo de Arrudas cap. 3° § 6° com sua descendencia.

3—4. D. Lucrecia Pedrosa de Barros, foi casada com Fernando Dias Falcão, natural da villa de Parnahyba. Este paulista com os honrosos estimulos do sangue que lhe animava as vêas soube desempenhar as obrigações da sua nobre qualidade. Fez-se muito distincto nas occasiões do real serviço, em que foi empregado até fallecer. Na villa de Sorocaba foi capitão da infantaria das ordenanças tres annos, e passou a sargento-mór do mesmo regimento por nomeação dos officiaes da camara onde tinha servido de juiz ordinario e de orphãos varias vezes. Depois passou a capitão-mór da dita villa, em que soube dar acreditadas mostras da sua grande capacidade nos nove annos que occupou o pesado cargo de capitão-mór, conseguindo um geral louvor pelas affectos de prudencia e affabilidade de que foi dotado. No fim d'elles se ausentou para as Minas Geraes, donde foi mandado por D. Braz Balthazar da Silveira, governador e capitão-general de S. Paulo, a crear a villa de Pitangui, cujo arraial se fornecia de criminosos, turbulentos e regulos. Fernando Dias Falcão com o grande respeito, e muita bondade, que tinha venceu com maximas prudentes, pôr em socego e quietação os sediciosos animos d'aquelles moradares. Levantou-se pelourinho, e creou-se a villa, da qual elle foi o primeiro juiz ordinario e de orphãos, e provedor da fazenda real, e dos defuntos e ausentes, que tudo executou com os seus costumados acertos. Tudo se vê melhor na sua patente de capitão-mór regente datada em 27 de Março de 1724, registrada no liv. 1° de registro geral á fl. 145 da secretaria de S. Paulo.

Recolhido para desfrutar em companhia de sua esposa e filhos dos seus cabedaes e ferteis fazendas de lavoura, que fazia cultivar por numerosa escravatura na villa de Sorocaba, foi para o sertão do Cuyabá, cujas minas havia

descuberto o coronel Paschoal Moreira Cabral, natural de S. Paulo, pelos annos de 1720 (22). Os povos, que já se achavam n'ellas, sem fórma alguma de governo civil, ou militar, reconhecendo os venenosos effeitos que costumam produzir a falta de disciplina economica, todos a uma voz o elegeram para cabo maior d'aquellas novas minas por termo feito em 6 de Janeiro de 1721. Recolheu-se para S. Paulo em 1723 assim que ao Cuyabá chegou a noticia de que já havia governador e capitão-general na pessoa de Rodrigo Cesar de Menezes. Trouxe o primeiro ouro dos reaes quintos, que foi o numero de novecentas e quarenta e duas oitavas e meia, que o mesmo Falcão tinha cobrado. Foi recebido do general Cesar com os applausos, que adquiriam os seus grandes merecimentos, e que sabia o dito Cesar praticar com as pessoas benemeritas. O coronel Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *America Portugueza* pag. 643 faz menção honrosa dos merecimentos do capitão-mór Fernando Dias Falcão.

Como el-rei D. João V havia concedido ao general Cesar a mercê de nomear e conceder em seu real nome (até doze pessoas) um habito de Christo com 50$ de tença effectiva, pagos no almoxarifado da provedoria da fazenda da mesma capitania de S. Paulo, foi Fernando Dias Falcão um dos dignos d'esta honra, que elle a não viu verificada, porque, sendo necessario tratar-se dos alvarás pela mesa da consciencia e ordens em Lisboa, cuidou mais em consumir as forças e os cabedaes no real serviço do que em adiantar a sua casa, e pôr corrente a mercê do habito. A rogos do mesmo general Cesar voltou Fernando Dias para as minas do Cuyabá com patente de capitão-mór regente d'ellas datada em S. Paulo a 27 de Março de 1724 (retro). Correndo os annos, quando foi no

(22) O descobrimento foi em 1719.

de 1726 passou para o Cuyabá o mesmo Cesar, e chegando em fins do dito anno logo occupou a Fernando Dias Falcão em provedor da fazenda real e quintos por provisão datada no Cuyabá a 5 de Dezembro de 1726, registrada no liv. 2º de registro geral á fl. 103, e tomou posse e juramento a 6 do dito mez. D'esta patente de capitão-mór regente do Cuyabá, e da provisão de provedor da fazenda real e quintos se conhece e consta tudo quanto referimos dos merecimentos de Fernaudo Dias Falcão.

Foi este, como já dissemos, natural da villa de Parnahyba e filho de Antonio de Almeida Cabral, natural de S. Paulo (que falleceu na Parnahiba, em 1669), e de sua mulher D. Maria da Silva Falção, natural de S. Paulo (que falleceu na Parnahiba com testamento a 6 de Outubro de 1674) (23). Neto por parte paterna de Luiz Leme, e de sua mulher Anna Cabral (24), e bis-neto de Antão de Leme (em titulo de Lemes cap. II § 5.º) : e pela materna foi neto de Francisco da Fonseca Falcão, natural da freguezia de Nossa Senhora das Neves, termo da cidade de Ponte Delgada da ilha de S. Miguel ; e de sua mulher D. Maria da Silva, com quem casou no 1º de Maio de 1634 na matriz de S. Paulo. Este dito Francisco da Fonseca Falcão foi filho de Antonio Lopes da Fonseca, e de sua mulher Maria Alves; e foi professo na ordem de Christo, e capitão-mór governador e alcaide-mór da capitania de S. Vicente e S. Paulo (25) (Vide isto muito melhor em titulo de Proenças Abreus cap. III). E sua mulher D. Maria da Silva foi filha de Pedro da Silva, e de sua mulher Luzia Sardinha,

(23) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 208.

(24) Livro dos baptizados da Sé de S. Paulo em 29 de Março de 1643, que se baptizou Antonio de Almeida Cabral.

(25) Camara de S. Paulo livro de registro n. 2º capa de couro de veado titulo 1642 pag 39 v.

a qual foi filha do affamado paulista Affonso Sardinha, primeiro descobridord as minas de ouro em todo o Estado do Brasil em S. Paulo nas serras de Iaguami mbaba, que agora se chama Mantaguyra ; na de Jaraguá, termo de S. Paulo ; na de Vuturuna, termo da villa de Parnahiba ; e na de Hybiraçoyàba, termo de Sorocaba. Este Affonso Sardinha, teravô de Fernando Dias Falcão, fez muitos serviços á sua custa á real corôa, não só com os descobrimentos de minas de ouro já no anno de 1590, mas tambem quando foi capitão da gente de S. Paulo para a reger e governar, de que teve patente datada em 20 de Abril de 1592 por Jorge Corrêa, moço da camara, capitão-mór governador, e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo em qual se vê os muitos e grandes serviços que havia feito a Sua Magestade (camara de S. Paulo liv. de registro tit. 1583 pag. 26 v.). Este Affonso Sardinha fez fabricar dois engenhos de ferro, em que se fundia excelle nte ferro, e com muita abundancia, dos quaes ainda no presente tempo existe no serro de Hybiraçoyaba uma muito grande bigorna, que a todos accusa e recorda a certeza d'aquella fabrica (falleceu no tempo do morgado de Matheus, e continuou por pouco tempo). Em 1606 era provedor e administrador d'estas minas Diogo de Quadros por ordem regia, como se vê na camara de S. Paulo no caderno de vereações tit. 1606 pag. 18.

N'esta mesma serra de minas de ferro descobriu Affonso Sardinha as de ouro e prata ; de sorte que, tendo d'isto inteira informação D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general do Estado do Brasil, passou em 1599 da cidade da Bahia por ordem regia para a villa de S. Paulo, onde constituiu capitão a Diogo Gonçalves Laço em Julho de 1601 ; e n'esta provisão se declara que o descubridor fôra Affonso Sardinha (camara de S. Paulo tit. 1600 pag. 36). Porém muito tempo antes havia o mesmo general provido ao dito

Laço em capitão das minas de ouro e prata com 500 cruzados de soldo por provisão do 1º de Outubro de 1599, como se vê na dita camara, e dito caderno tit. 1598 pag. 46. E já em 1602 era fallecido o dito capitão Laço, e os 200$ do seu ordenado conferiu o mesmo D. Francisco de Sousa ao neto do dito Laço, que tambem se chamava Diogo Gonçalves Laço, por provisão datada em S. Paulo a 8 de Maio de 1602. (Camara caderno tit. 1600 pag. 44.)

Affonso Sardinha contentou-se só com a gloria do real serviço, fazendo os descobrimentos dos tres metaes, ouro, prata e ferro, tudo á sua custa. Até os engenhos para se fundir o ferro entregou a Sua Magestade. Porém correndo os annos houveram mais engenhos; porque os d'el-rei administrava Diogo de Quadros como provedor. E em 1609 ainda existia o dito Quadros com esta administração, como se vê na camara de S. Paulo no caderno de vereações do anno de 1607 pag. 23 e 23 v., d'onde consta que os ditos engenhos foram de Affonso Sardinha, que os déra a Sua Magestade por lhe fazer este serviço etc. Em 1629 falleceu em S. Paulo Francisco Lopes Pinto, cavalleiro fidalgo da casa real, professo na ordem de Christo; e no seu testamento declarou que era senhor de um engenho de ferro, cuja metade vendêra por preço de tres mil cruzados a D. Antonio de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, governador e capitão-general que fôra do Estado do Brasil (26). Porém ao presente tempo não existe mais certeza, que a do sitio onde as pedras de ferro são em grande abundancia. E por falta de quem anime o corpo da pobre capitania de S. Paulo (que foi a que deu tantas minas de ouro, e pedras preciosas á real corôa pelos seus nacionaes paulistas, que ainda continuam nos mesmos descobrimentos ao presente)

(26) Cartorio de orphãos de S. Paulo, inventarios, letra F.

estão muitos haveres debaixo da terra, podendo existir patentes para augmento do real erario, etc.

Teve o capitão-mór Fernando Dias Falcão dez filhos naturaes todos da villa de Sorocaba.

4— 1. Antonio de Almeida Falcão.
4— 2. Francisco de Almeida Falcão.
4— 3. Thomé de Lara Falcão.
4— 4. José Paes Falcão.
4— 5. D. Thomazia de Almeida.
4— 6. D. Gertrudes de Almeida.
4— 7. Pedro Taques de Almeida. Falleceu solteiro no Cuyabá.
4— 8. Antonio. }
4— 9. Raymundo. } Fallecidos em tenra idade.
4—10. Fernando. }

4—1. Antonio de Almeida Falcão soube imitar o mesmo ardor de espirito de seu pai, acompanhando-o nas conquistas dos barbaros indios, fazendo muitas entradas ao sertão do Rio-Grande, e Pardo para a parte que confina com a provincia do Paraguay de Hespanha. Serviu na patria os honrosos cargos da sua republica; e passando ás minas de Cuyabá penetrou aquelles sertões em serviços da real corôa, com intento de novos descobrimentos de minas de ouro á sua custa. Com esta disciplina se fez bastantemente experimentado na agreste vida que soffrem os sertanistas. Teve patente de mestre de campo, em cujo posto foi creado por Rodrigo Cesar de Menezes general da capitania de S. Paulo e Minas em 1726, pelos grandes merecimentos que n'elle reconheceu. Em 1726 procedendo-se na cobrança dos reaes quintos pelo provedor da fazenda Jacintho Barbosa Lopes se ausentaram fugitivos do Cuyabá o capitão Bento Gomes de Oliveira com vinte e tantos escravos com seis homens brancos da sua comitiva, tomando o sertão dos Morros, distante d'alli mais de sessenta leguas. Para cobrança e segurança dos reaes uintos se valeu o

provedor do capitão-mór regente Fernando Dias Falcão, que reconhecendo as circumstancias honrosas e perigosas d'esta facção, nomeou para ella a seu filho Antonio de Almeida Falcão, que escoltado de 12 soldados e de seus proprios escravos, tudo á sua custa, e acompanhado do capitão Salvador Martins Bonilha com 6 escravos seus armados, se pôz em seguimento dos transgressores, que foram finalmente presos, estando já muito entranhados por aquelles incultos sertões, e foram conduzidos á cadêa d'aquellas minas.

Estando já bem avançado em annos, gozando da doce companhia de sua esposa e dos abundantes fructos que annualmente recolhia da sua fazenda de Sorocaba, foi inquietado para ainda empregar o resto dos annos no real serviço em 1753. Era preciso que os paulistas descobrissem navegação, que fosse dar ao sertão que medêa entre o Rio-Grande e a villa do Carumatim da cidade do Paraguay, nas Indias de Hespanha, para que os marcos,que se haviam de conduzir para serem assentados no lugar chamado as *Sete Quédas* do mesmo Rio-Grande pudessem vir ao dito lugar. Para esta expedição havia Gomes Freire de Andrada, mestre de campo general, e commissario plenipotenciario da corôa fidelissima de Portugal (tendo por seu conferente para a divisão da America Meridional o marquez de Valdelirios) nomeado por cabo de uma partida ao sargento-mór José Custodio, que, sahindo das campanhas do Jacuhy, tinha chegado a salvamento á villa de Corumatim, e não podia penetrar o sertão, que lhe fazia frente, e se devia atravessar para seguir-se a navegação de alguns dos rios, que sepultam as suas aguas no Grande. Consistia toda a difficuldade na certeza de ser o dito sertão habitado de indios barbaros, entre os quaes eram os mais temidos por mais valorosos os da nação *Montezes*, de cujos

assaltos estavam os castelhanos bem castigados ; e se temia que o mesmo estrago experimentassem as armas dos nossos soldados, sem disciplina para pelejarem com semelhante inimigo. Mandou Gomes Freire recommendar esta expedição ao respeito do Exm. bispo D. Fr. Antonio da Madre de Deus Galvão quanto para vencer os animos dos paulistas, que se descobrissem com pratico conhecimento de taes sertões ; e para tambem formar o troço dos soldados paulistas para esta empreza ordenou ao coronel Ignacio Eloy de Madureira, que tambem era governador da praça de Santos, passasse a S. Paulo a tratar d'esta importantissima recruta, sem a qual ficava frustrada a passagem dos Maraes desde a cidade do Paraguay até o lugar das Sete Quedas no Rio-Grande.,

Foi lembrado com igual informação de todos o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão para desempenho d'esta facção; e sendo convidado por carta do real serviço promptemente veiu a S. Paulo, onde o governador Eloy e o bispo souberam representar-lhe o muito que obrava em serviço de Sua Magestade aceitando o commando da expedição. Não reparou elle nem nas indispensaveis despezas a que sem remedio o encaminhava esta empreza, nem nos muitos annos de idade, que já contava setenta e cinco, que devia ser o maior obstaculo para se eximir do convite ; porém reconhecendo a necessidade que havia de paulistas, com pratica de sertões, e de semelhantes guerras, se entregou ao sacrificio. Deu-se-lhe para adjunto a João Raposo da Fonseca Leme, tão cheio de honra, como de nobreza pelo sangue, que em diversos costados lhe animava os vêas com estimulos para o desempenho do real serviço, á imitação dos seus avós, que tanto se distinguiram na America pelos augmentos da real corôa. Com a presteza possivel se formou o corpo de oitenta soldados do escope-

tas, que entregues ao cabo principal da expedição, o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão embarcaram todos em canôas no porto da freguezia de Nossa Senhora Mãi dos Homens do sitio de Araraitaguaba. Rodaram pelo rio Tieté, e chegando onde este se mette no Grande seguiram a corrente d'este até o lugar das Sete Quedas, onde se haviam pôr os marcos da divisão. Como observaram as barras de alguns rios que da parte do sertão do Corumatim, e cidade do Paraguay correm a metter-se no Rio-Grande, elegeu o mestre de campo um rio a que as antigos paulistas puzeram o nome de Camambaya. Por elle acima navegaram muitos dias, e dando em outros rios acertaram subir por um, que lhes deu porto para o desembarque no sitio chamado o Estreito dos Guãicurús. Saltaram para terra, e confiados no valor das armas, e na constancia de tolerar a fome por falta de mantimentos que não podiam conduzir pelo sertão dentro, o penetraram com tanta felicidade, que, fazendo picada por uma mata de quinze leguas, vencido isto deram em campanhas rasas, onde em poucas leguas existe a villa de Corumatim, em que se achava a partida do sargento-mór José Custodio. Celebrou-se esta chegada com muito contentamento de um e outro commandante. O sargento-mór fez conduzir os marcos, e todos em uma nova tropa vieram embarcar no mesmo passo, onde os paulistas tinham desembarcado. Chegaram ao lugar e sitio destinado para a divisão nos tratados, e firmados os marcos se despediram os commandantes seguindo em retrogrado para Corumatim o sargento-mór José Custodio, a quem acompanhou voluntario João Raposo da Fonseca, ambicioso de querer empregar-se na guerra contra os indios das missões do Uruguay, que disputavam a entrada dos dois commissarios das duas corôas catholica e fidelissima ; e para S. Paulo se recolheu Fal-

cão, que chegou com feliz successo com todos os seus soldados. O premio d'esta acção foi o louvor, que então se lhe deu, e recolheu-se a sua casa na villa de Sorocaba, onde poucos annos durou, porque acabou a vida no de 1755. Foi casado com D. Gertrudes de Arruda, filha de Paschoal de Arruda Botelho. Em titulo de Arrudas cap. 2° § 4° e ahi a sua descendencia.

4—2. Francisco de Almeida Falcão, depois de servir os honrosos cargos da republica da villa de Sorocaba, acabou em patente de sargento-mór do regimento das ordenanças da mesma villa. Foi casado com D. Escholastica de Arruda, filha de Paschoal de Arruda Botelho. Em titulo de Arrudas cap. 2° § 6° com a sua descendencia.

4—3. Thomé de Lara Falcão. Foi sargento-mór, e foi casado com D. Joanna Garcia, filha de Gabriel Antunes Maciel, e de sua mulher Hieronima de Almeida. Em titulo de Carvoeiros cap. 1° do segundo matrimonio n. 2—8.

4—4. José Paes Falcão, que existe em 1764 nas minas do Cuyabá na sua opulenta fazenda chamada dos Cocaes com lavras mineraes, em que occupa duzentos escravos proprios. E' capitão das ordenanças, e um dos paulistas do maior merecimento pelas virtudes moraes, de que é adornado. A sua fazenda tem uma excellente capella com vocação de S. José, na qual se celebra o sacrificio da missa, e os Sacramentos á sua numerosa escravatura cujas casas formam uma formosa povoação, e tão grande que parece villa. E' verdadeiro imitador de seus nobilissimos ascendentes não só no ardor, estimulo do real serviço, como na caridade praticada com os pobres, que se valem do seu piedoso animo. Tem servido os cargos da republica d'aquellas minas sempre com geral louvor, que lhe adquirem a sua affabilidade, rectidão, etc.

O Exm. D. Antonio Rolim de Moura quando passou go-

vernador e capitão-general d'aquella nova capitania, já separada da antiga de S. Paulo em 1750, entre as pessoas de maior merecimento soube estimar a José Paes Falcão, de sorte que, estando ausente do Cuyabá, com actual residencia na Villa Bella de Mato-Grosso, que o mesmo general fundou por ordem régia, mediando a distancia de mais de 12 dias de jornada, não perde o gosto, que tem de corresponder-se com José Paes Falcão por cartas, o qual foi o mais prompto em soccorrêl-o com um troço de trinta soldados armados á sua custa, e escravos seus, que eram mineiros (cujos jornaes perdidos se avaluam em mais de seis mil oitavas), quando o dito conde general no anno de 1762 se viu obrigado a desalojar o inimigo castelhano que se tinham fortificado em uma fortaleza, que construiram no rio Guaporé para impedirem o commercio que se fazia do Pará ao Mato-Grosso. Não obstante a grande despeza que fez quando promptificou o soccorro, e a cessão dos lucros que tem dos seus escravos, está actualmente n'este anno de 1764 guardando á sua custa um passo, no qual conserva gente armada com forças capazes de resistirem ao inimigo, no que tudo nenhum outro vassallo o tem igualado, por ser avaluada esta despeza em uma muito avultada somma de mil cruzados.

Está José Paes Falcão casado com D. Antonia Rodrigues das Neves, filha de Pedro Rodrigues Neves, natural de Lisboa (irmão inteiro de Francisco Rodrigues Neves, que foi coronel em um dos regimentos de Lisboa, e passou a governador de Angola, ou S. Thomé), e de sua mulher Antonia de Leme, a qual foi filha de José Barbosa Leme (filha de D. Lucrecia Pedrosa, mulher de Thomaz Mendes Barbosa; em titulo de Cerqueiras § 5º n. 3—3. E tambem irmão de D. Maria de Jesus, mulher de João Lourenço Corim, no mesmo titulo), e de sua mulher Francisca Corrêa, a qual

foi filha de Lourenço Corrêa de Araujo e de sua mulher Maria Pereira, moradores que foram da villa de Itú.

4—5. D. Thomazia de Almeida. Foi casada com Paschoal de Arruda Botelho, natural da villa de Itú, filho de Sebastião de Arruda Botelho. Em titulo de Arrudas, cap. 2º § 3º com sua descendencia.

4—6. D. Gertrudes de Almeida, que ainda vive (27). Foi casada com Mathias de Madureira Calheiros, natural de S. Paulo (irmão inteiro do R. Francisco Alves Calheiros clerigo secular), que serviu de capitão das ordenanças da villa de Sorocaba.

5—1. O padre Vito de Madureira Calheiros, clerigo secular, que passando para as minas do Cuyabá pereceu ás mãos do gentio *Payaguá*, que a muitos annos costuma invadir de assalto aos que de S. Paulo passam para o Cuyabá, seguindo os rios da navegação.

5—2. Antonio de Madureira Calheiros, que existe casado com Isabel Maria do Espirito-Santo de Camargo, natural de Acuthia, filha de Matheus Lopes de Camargo, e de sua mulher Maria Paes da Silva. Este Matheus Lopes foi filho do coronel Estevão Lopes de Camargo e de sua mulher Isabel Paes de Siqueira, natural de S. Paulo, a qual foi filha de Matheus de Siqueira Mendonça, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher D. Antonia Paes, natural da ilha de S. Sebastião, que era viuva de Salvador de Oliveira. Em titulo de Camargos, cap. 1º § 1º n. 3—1 e seg.

5—3. Claudio de Madureira Calheiros. Existe casado com D. Angela de Siqueira, natural da villa de Itú, filha de João da Costa Aranha. Em titulo de Arrudas, cap. 1º § 5º n. 2—10. E tem tres filhos.

(27) Cartorio da Ouvidoria da cidade de S. Paulo, autos civeis D. Gertrudes d'Almeida e seus filhos, autores, contra João de Almeida Leite, réo, anno de 1757.

5—4. Gregorio Dias da Silva, existe solteiro em Cuyabá em 1764. Falleceu em Mato-Grosso solteiro.

5—5. Mathias de Madureira Calheiros, falleceu solteiro em 1766.

5—6. D. Gertrudes de Madureira, solteira.

5—7. D. Hieronima de Madureira, solteira.

5—8. D. Maria de Madureira, que foi casada com Salvador Domingues Barbosa por alcunha o Coimbra, natural de Sorocaba.

5—9. D. Isabel de Madureira, casou com José Pires de Arruda. Em titulo de Arrudas cap... §...

5—10. D. Thomazia de Almeida. Existe casada com Francisco Rodrigues Penteado, natural e cidadão de S. Paulo. Em titulo de Penteados, cap. 7° § 2° com sua descendencia.

3—5. D. Maria de Almeida Lara (filha do capitão-mór Thomé de Lara pag. 88). Foi casada com Antonio Rodrigues Penteado, natural da villa de Parnahyba. Em titulo de Penteados, cap. 2°. Do seu matrimonio nasceram onze filhos naturaes de Sorocaba.

4— 1. Francisco Rodrigues Penteado.

4— 2. Thomé de Lara, que casou com Martha de Arruda, filha de Francisco de Arruda, e de sua mulher Anna de Procença. Em titulo de Arrudas, capitulo....

4— 3. Amaro Rodrigues Penteado, casou com Francisca de Arruda, natural de Itú. Em titulo de Arrudas.

4— 4. José Rodrigues Penteado, casou com Maria de Almeida. Em titulo de Arrudas, cap. 1° § 8.°

4— 5. Clara de Miranda, casada com Sebastião de Arruda Botelho. Em titulo de Arrudas, capitulo....

4— 6. Maria de Almeida Pimentel casada com Miguel de Arruda Botelho. Arrudas, capitulo....

4— 7. Ignacia de Almeida, casou com Antonio de S. Paio. Em titulo de Arrudas, capitulo....

4— 8. Andreza Leite de Almeida. Casou com Fernando de Almeida Leme, natural da villa da ilha de S. Sebastião, filha de Francisco de Almeida Cabral, e de sua mulher D. Maria de Cassere (Em titulo de Moreiras, cap. 3º § 4º n. 3—4), natural da cidade do Rio de Janeiro, que foi irmã inteira de João da Veiga Coutinho, conego que foi da Sé da dita cidade, e fundador da capella do Senhor Bom Jesus do Perdão, que hoje é freguezia de S. José dos Pinhaes, termo da villa de Curitiba. Neto pela parte materna de Manoel Fernandes Cassere, e de sua mulher D. Maria de Sousa Coutinho, da nobre familia de Botafogos do Rio de Janeiro. E pela paterna de Luiz Leme, e de sua mulher Anna Cabral, de quem temos tratado na ascendencia do capitão-mór Fernando Dias Falcão n. 3—4. E teve quatro filhos naturaes de Sorocaba.

5—1. José de Almeida Leme. Existe capitão-mór da villa de Sorocaba por eleição dos officiaes da camara, e carta patente do conde de Bobadella, general do Rio e S. Paulo, casado com D. Maria Egypciaca de Moura, irmã inteira do padre Pedro Domingues Paes, clerigo, e do Rev. Fr. João Paes, carmelita calçado. E teve dez filhos.

6—1. Fernando de Almeida Leme.

6—2. O padre Pedro Domingues Paes. Seguiu os estudos de philosophia e theologia em S. Paulo, em que se fez muito habil. Veiu ordenar-se a Lisboa em 1770, e em 1781 foi collado na igreja da villa de Parnaguá.

6—3. José de Almeida Leme.

6—4. D. Escholastica de Almeida Paes, mulher de Francisco Manoel Fiuza, natural da villa de Ponte de Lima, capitão de cavallos dos auxiliares da villa de Sorocaba, filho de José Luiz da Guerra e de sua mulher Rosa Maria Fiuza.

6—5. Antonio, Bartholomeu, João, Francisco, Luiz, Luciano.

5—2. João de Almeida Leite. Existe juiz ordinario por eleição de Pelouro em 1764, guarda-mór das terras mineraes da villa de Sorocaba.

5—3. D. Maria de Almeida Leite. Existe viuva de Luiz Teixeira da Silva, natural da cidade do Porto, freguezia de S. Ignez, irmã inteira do M. R. Fr. Ramiro da Predestinação, religioso benedictino, que foi presidente do mosteiro da villa de Sorocaba, filho de Paulo Teixeira de Andrade, e de sua mulher Maria de Vasconcellos. E teve unico filho (28).

6—1. O padre José Teixeira de Almeida Leme. Foi graduado em philosophia, falleceu Lazarino em 1771.

5— 4. Francisco Paes de Almeida, existe casado com D. Antonia Pacheco de Arruda, filha de Antonio Ferraz de Arruda, e de sua mulher D. Maria Pacheco. Em titulo de Arrudas, n. 1 cap. 1º § 2.º

4— 9. Potencia Leite de Almeida, casou com João de Arruda, natural da villa de Itú. Em titulo de Arrudas, capitulo § ..

4—10. Antonia de Almeida. Casou com João Pires de Arruda. Em titulo de Arrudas, capitulo...

4—11. Anna de Almeida. Casou com Bartholomêo Bueno da Silva, filho de Antonio Bicudo da Silva, natural da Parnahyba, e de sua mulher Bernarda Ortiz de Camargo, natural de S. Paulo. Neto paterno de Bartholomêo Bueno, natural de Parnahyba e de sua mulher. Em titulo de Lemes,capitulo...E teve nove filhos naturaes de Sorocaba.

Antonio, José, João, Amaro, Gonçalo, Maria, Isabel, Escholastica, Anna, todos com appellidos de Buenos.

3—6. D. Sebastiana de Almeida (filha do capitão mór

(28) Camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de José Teixeira em 1755.

Thomé de Lara, pag. 88). Casou com João Bicudo de Proença, natural de Parnahyba, filho do capitão Paulo de Proença de Abreu, e de sua mulher Maria Bicudo de Brito (29). Em titulo de Bicudos. E teve dez filhos naturaes de Sorocaba.

4— 1. Sebastião Bicudo de Almeida.
4— 2. Thomé de Lara Taques.
4— 3. José Pedroso. Falleceu casado com Maria Pontes.
4— 4. Francisco Paes de Barros.
4— 5. Antonio de Almeida.
4— 6. Maria de Almeida Pimentel.
4— 7. Maria de Almeida Taques.
4— 8. Joanna de Almeida.
4— 9. João de Almeida.
4—10. João Paes de Proença.

3—7. D. Branca de Almeida (pag. 88). Casou com Amaro Domingues Vidigal, natural de Sorocaba, filho de Braz Domingues Vidigal e de sua mulher Isabel Pedrosa (30). E teve dez filhos naturaes de Sorocaba.

4— 1. O padre Braz de Almeida. Falleceu afogado no rio dos Pinheiros.
4— 2. Thomé de Lara Vidigal, casou em Sorocaba. Sem geração.
4— 3. Lourenço Castanho Vidigal, casou em Sorocaba com filha de Gaspar Cubos Ferreira, de Itú. Sem geração.
4— 4. Giraldo Domingues Vidigal, casou em Sorocaba.
4— 5. Pedro Taques de Almeida.
4— 6. Miguel de Almeida.
4— 7. João de Almeida.
4— 8. Antonia de Almeida.
4— 9. Joanna de Almeida.
4—10. Maria de Almeida.

3—8. D. Francisca de Almeida (pag. 88). Casou com

(29) Cartorio de orphãos de Parnahyba. Inventario letra P. n. 261, o de Paulo de Proença.

(30) Camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de Braz de Almeida.

Antonio de Proença de Abreu, natural de Parnahyba, filho do capitão Paulo de Proença de Abreu, e de sua mulher Maria Bicudo de Brito ; de que tratámos já no numero 3—6. E teve naturaes de Sorocaba, oito filhos.

4—1. Thomé de Lara de Abreu, casado com D. Maria de Almeida, filha de Luiz Castanho de Almeida, e de sua mulher D. Isabel Paes. Em titulo de Laras, § 7.°

4—2. Antonio Pedroso. Casado com Isabel Soares, filha de Domingos Soares Paes, e de sua mulher Maria Leite da Silva.

4—3. Hieronimo de Almeida. Casado com Leonarda de Moura, filha de José Francisco, e de sua mulher Gertrudes de Moura.

4—4. Lourenço Castanho, casou com D. Theresa Diniz Ponce de Leon, irmã inteira do padre José Ponce Diniz, legitimos descendentes por linha recta sem quebra de bastardia de D. Gabriel Ponce de Leon, e de sua mulher D. Maria de Toralis; elle natural da cidade real de Guairá, provincia do Paraguay da corôa de Castella, filho legitimo do capitão Barnabé Contreras, e de sua mulher D. Violante de Gusmão: o que tudo consta do testamento com que falleceu em Parnahyba o dito D. Gabriel Ponce a 7 de Outubro de 1655, que se acha acostado aos autos de inventarios de orphãos da dita villa, letra G. n. 128. E camara episcopal de S. Paulo, auto de genere de José Ponce Diniz, letra I.

4—5. Anna de Proença de Almeida. Casou com Sebastião Monteiro de Carvalho, europêo.

4—6. Isabel de Proença. Casada em Sorocaba com Francisco Paes de Mendonça, natural do Algarve.

4—7. D. Lucrecia de Almeida. Casou com José de Barros Lima, que foi capitão-mór de Sorocaba, intendente e super-intendente, com jurisdicção no civel e

crime das minas de Parnampanema, natural da villa de Vianna, filho de Antonio Martins de Barros, e de sua mulher Francisca de Lima, ambos da dita villa. E teve dez filhos em Sorocaba.

5—1. João de Lima e Abreu, nobre cidadão de Sorocaba, onde tem servido de juiz ordinario, duas vezes até Janeiro de 1773, e foi juiz de orphãos triennal. Casado em Sorocaba com Antonia Paes de Camargo, filha de Matheus de Camargo e Siqueira. Em titulo de Camargos, cap. 1º. E tem até 1773 nove filhos que são :

José, Antonio, Francisco, Lucrecia, Maria, Maria, Maria, Anna e Euflabia? (Esta descendencia de D. Lucrecia é de letra estranha, mas emendada pelo autor).

5—2. Hieronimo José de Lima. Casou em Sorocaba com Maria Leite de S. Paio, sua parenta, filha de Antonio Rodrigues de S. Paio, descendente de D. Maria de Almeida Lara, retro em n. 3—5. Sem geração.

5—3. Vicente, que nasceu mudo e falleceu solteiro.

5—4. José de Lima Barros, solteiro em 1772.

5—5. Miguel de Lima Barros, idem.

5—6. Antonio de Lima Barros, idem.

5—7. D. Maria Bernarda de Lima. Casou em Sorocaba, com José de Camargo Paes, filho de Matheus de Camargo, supra n. 6—1.

5—8. D. Ursula de Almeida Lima. Casada com José Pereira da Silva, natural das Geraes, da familia do Dr. Salvador Pereira da Silva, ouvidor e corregedor da comarca de S. Paulo. Sem geração.

5— 9. Anna de Almeida Lima, solteira.

5—10. Francisca de Almeida Lima, solteira.

4—8. Francisca de Almeida (filha ultima de D. Francisca de Almeida supra). Casou com Bento Soares.

3—9. D. Ignacia de Almeida (filha do capitão-mór Thomé de Lara pag. 88). Casou com Antonio Bicudo de Almeida, natural da Parnahyba. Em titulo de Bicudos. E teve quatro filhos.

4—1. Maria de Almeida Pimentel.
4—2. Thomaz de Almeida.
4—3. Anna de Almeida.
4—4. Escholastica de Almeida.

3—10. D. Luzia Leme (pag. 88). Foi casada com o coronel João Antunes Maciel, provedor que foi da real fazenda nas minas do Cuyabá. Dos grandes serviços que este paulista fez á real corôa, todos á custa da propria fazenda, e riscos da vida, constam no conselho ultramarino, p r onde foram consultados em 1755, e subindo esta consulta á real presença sahiu despachada com a mercê de um habito de Christo com 40$ de tença, e a propriedade dos officios de tabellião do judicial e notas da villa do Itú, e de escrivão da camara da mesma villa, além da tença de 100$, durante a vida da viuva D. Maria Paes de Jesus, sua segunda mulher. O coronel João Antunes Maciel foi filho de João Antunes Maciel, e de sua mulher Joanna Garcia. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1º do segundo matrimonio de Antonio Lourenço, n. 2—8 ao n. 3—1. E teve naturaes de Sorocaba dois filhos.

4—1. Miguel Antunes Carrasco, que teve o infeliz destino de perder a vida ás mãos do barbaro gentio *Payagud*, na mesma occasião em que com muitos outros tambem pereceu o desembargador Antonio Alvares Lanha Peixoto, que de ouvidor do Cuyabá se recolhia para S. Paulo na mesma monção. E o gentio levou muitas arrobas de ouro, que, sem conhecer o seu valor,

as foi entregar aos castelhanos da cidade do Paraguay, com os quaes têm estes indios commercio.

4—2. D. Joanna Garcia, que foi casada com José Vieira Castanho. natural de S. Paulo, onde tem geração. Em titulo de Machados Castanhos.

3—11. D. Maria de Almeida Pimentel e Lara (pag. 88), que ainda existe n'este anno de 1764. Foi casada com Francisco Paes de Almeida, natural de S. Sebastião, filho de Francisco de Almeida Cabral, e de sua mulher D. Maria de Cacere, irmã direita do conego João da Veiga Coitinho, retro no n. 3—5, e teve naturaes de Sorocaba nove filhos.

4—1. Carlos Raphael de Almeida.

4—2. Francisco Paes de Almeida. Deixou o seu nome acreditado quando passou de soccorro a militar com as tropas de que era general o conde de Bobadella na divisão dos dominios portuguezes e hespanhóes, de que era commissario plenipotenciario. Está casado com Josepha de Moura, filha de Bernardino de Moura, tenente-coronel que foi do regimento de Sorocaba, provedor dos reaes quintos, super-intendente, e intendente da real capitação das minas de Paranapanema, e de sua mulher D. Gertrudes Paes. (Camara episcopal de S. Paulo, autos de genere do padre Francisco de Moura, 1760.)

4—3. D. Maria Paes de Almeida. Casou com Gabriel Antunes.

4—4. D. Isabel Maria de Almeida. Casou com João de Sousa Maciel. Sem geração.

4—5. D. Francisca Paes de Almeida. Casou com João de Macedo e Faro. Sem geração.

4—6 D. Bernarda de Almeida. Casou com João Vieira da Silva, natural da freguezia de S. Jorge de Lima de Selheiro, termo de Guimarães. Tomou juramento de familiar do santo officio em S. Paulo a 7 de Janeiro de

1766 por carta passada em Lisboa a 16 de Janeiro de 1764, registrada no livro 18 a 19 do dito mez pelo secretario André Cursino de Figueiredo. Foi capitão das ordenanças da freguezia de Araritaguaba, do regimento de Itú, e provedor do registro do ouro das minas do Cuyabá na mesma Araritaguaba; filho de Mathias Vaz e de sua mulher Antonia da Silva (auto de genere do padre Thomé Vieira e Fernando Vieira na camara episcopal de S. Paulo). E tem sete filhos, naturaes de Sorocaba.

5—1. O padre Thomé Vieira de Almeida Lara, que em 1764 estava vigario das minas de Apiahy. Existia em 1792 em um sitio rio abaixo da freguezia de Araritaguaba.

5—2. O padre Fernando Vieira da Silva.

5—3. Francisco da Silva Guimarães.

5—4. João de Almeida da Silva.

5—5. D Joanna da Silva e Almeida, casada com João Alves de Araujo, natural da freguezia de S. Payo de Moreira dos Conegos, termo da villa de Guimarães, filho de Domingos Alves e de sua mulher Marianna Vieira, ambos da mesma freguezia.

5—6. D. Marianna da Silva.

5—7. D. Anna da Silva Lara.

4—7. D. Isabel Maria da Annunciação. Está casada com Vicente dos Santos Chaves, natural da villa de Santos (irmão inteiro do M. R. Fr. Luiz do Nascimento, religioso franciscano, que foi guardião na ilha de S. Sebastião), filho de João Fernandes Chaves, natural da villa de Chaves, e de sua mulher Maria Machado, natural de S. Paulo; neto por parte materna de Thomaz Ferreira, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Hieronima Fernandes, natural de S. Paulo; e pela parte paterna neto de Domingos Fernandes e de sua mulher Isabel Gonçalves, ambos do lugar de Ciara-Velha, termo da villa de Chaves. Em titulo de Machados Castanhos, cap. IV, § 1.°. E teve onze filhos.

5— 1. Luiz dos Santos.
5— 2. José dos Santos.
5— 3. João dos Santos.
5— 4. Francisco.
5— 5. Maria.
5— 6. Joanna.
5— 7. Anna.
5— 8. Isabel.
5— 9. Escholastica.
5—10. Cordula.
5—11. Flora.

4—8. D. Thomazia de Almeida Lara. Foi casada com Estevão Raposo da Silveira. Em titulo de Raposos Silveiras, cap. III. E teve duas filhas.

5—1. D. Bernarda Raposo da Silveira, que casou com Thomé de Alvarenga, e foram dispensados no impedimento de consanguinidade. Vide retro n. 3—1 a n. 4—3.

5—2. D. Maria Raposo da Silveira, casou em Sorocaba com Antonio...

4—9. D. Angela Paes de Almeida, casada com José Loureiro da Silva, natural de Valengo, freguezia de S. Mamede. Em titulo de Arrudas, cap. II, § 1°, n. 3—1, por ser irmão do sargento-mór Antonio Loureiro da Silva. E teve cinco filhos, naturaes de Sorocaba.

5—1. Francisco.
5—2. Maria.
5—3. Anna.
5—4. Isabel Maria.
5—5. Gertrudes.

SEGUNDO CASAMENTO DO CAPITÃO-MÓR THOMÉ DE LARA E ALMEIDA, PAG. 88

3—12. Lourenço Castanho de Campos, falleceu solteiro em Cuyabá.

3—13. Francisco Cardoso de Almeida Campos, falleceu solteiro em Sorocaba.

3—14. Thomé de Lara Campos. Existe na sua fazenda em Araritaguaba, e tem servido os honrosos cargos da republica de Itú, onde deu acreditadas mostras da sua rectidão, prudencia, etc. Está casado com D. Maria de Almeida, filha de João de.... e de sua mulher Maria Soares de Godoy.

3—15. D. Gertrudes de Almeida Campos. Casou duas vezes: a primeira com Lourenço Leme da Silva, que, por culpas que lhe accumulou a inveja de um Sebastião Fernandes do Rego, morreu degolado em alto cadafalso na Bahia. Sem geração. Segunda vez casou D. Gertrudes de Almeida Campos com Antonio João de Medeiros (irmão inteiro de D. Antonia de Medeiros Cabral, mulher de Floriano de Toledo Piza; n'este capitulo, § 3°, n. 3—9, e em titulo de Rendons, cap. I, § 1°, n. 3—6 a n. 4—2). que falleceu em Cuyabá. Sem geração.

3—16. D. Maria de Campos, foi casada com João de Godoy, natural de Itú. Sem geração.

(Continúa)

MEMORIA SOBRE A QUESTÃO

1.° Se convem ao Brasil vender madeiras de construcção ás nações estrangeiras.

2.° Se no Brasil ha abundancia das suas madeiras preciosas de construcção, que possam vender-se sem damno, ou falta das mesmas para a nossa marinha real e mercante.

Parece demonstrado em economia politica, que é sempre do maior interesse para o Estado, em geral, promover a venda das suas producções quaesquer que ellas sejam; pois que do maior valor dos seus productos é que essencialmente se diriva a riqueza nacional, a qual serve de base ao sustento de uma grande população; e segundo é maior ou menor, assim a população é mais ou menos feliz. Não é menos evidente que, se um territorio produz um genero que por sua natureza tem qualidades superiores, dependentes do seu clima e situação, que o interesse publico exige que se promova a sua exportação, e que do seu alto valor se tire partido a favor do territorio ou paiz, que a natureza favoreceu com esse dom especial. Se estes dois principios são em economia politica tão certos e demonstrados, como qualquer theorema geometrico, então parece que seja evidente o interesse que ha no Brasil de promover a exportação das suas bellas madeiras de construcção, e de toda a outra qualidade de madeiras; pois que, sendo ellas de uma reconhecida qualidade superior, grande ha de ser o seu valor, e consequentemente mui attendivel o rendimento que deve ter a riqueza nacional. Nem póde haver outro meio de segurar o valor d'este genero, pois que emquanto limitado ao simples consumo nacional é mui estreito o mercado; e por consequencia ninguem cuida em augmentar a sua producção, e antes destróe as arvores, do que pro-

cura creal-as, e augmentar a sua producção para tirar de tal objecto uma grande renda. O systema de limitar a venda das madeiras só ao consumo nacional, de dar as sesmarias com as reservas dos páos reaes, de estender as matas reaes, são as verdadeiras causas da falta e alto preço que se experimenta de madeiras, e fazem com que, não sendo do interesse particular attender a semelhante producção, só se cuida em destruir com queimadas as arvores de lei ; e que por um tal motivo, apezar das leis restrictas que existem para favorecer e conservar a sua producção cada dia se degradam mais as matas e arvoredos, e se perde uma util producção, que daria uma grande renda e riqueza nacional. Accresce ainda uma consideração muito essencial ; e é que, para tirar partido das matas e arvoredos que dão boas madeiras, é necessario cortar as matas com bons caminhos para segurar e facilitar a sua conducção ; é necessario plantar machinas de serrar, é necessario destinar gados onde não ha rios para arrastar e conduzir as madeiras; e ninguem ha tão falto de juizo que vá assim empregar o seu cabedal, quando ha leis restrictivas, que o poem em risco de perder, a cada momento, o cabedal empregado em semelhante objecto.

A incuria que ha necessariamente em alimpar matas e arvoredos de uma immensa extensão da lugar a que, crescendo mato virgem, haja até necessidade absoluta de se servir do fogo, para abrir os caminhos para a descoberta das bellas arvores de construcção, e consequentemente de destruir as pequenas bellas arvores de lei, que vêm nascendo, e que hoje é constante e certo, pela experiencia, existirem até no meio das capoeiras, onde são destruidas pelos fogos que se lhes lançam, e que privam o Estado da futura riqueza que d'ellas havia de dimanar quando grandes e de attendivel valor.

Como indirecta demonstração d'estes principios, é visivel a incuria que existe na sementeira, creação e reproducção das bellas arvores que dão a madeira de lei, e que não mereceu ainda attenção, nem mesmo nas matas reaes, que existem por todo o Brasil, onde não se cuidou até aqui em reconhecer, nem o modo de as semear, nem á sua duração, até chegarem á sua perfeita vegetação, e d'onde principiam a declinar; nem a grandeza e força a que podem chegar, o que tudo são objectos do maior interesse; e poderiam ter dado, desde que a corôa de Portugal possue o Brasil, duas, ou tres ricas producções, por aquellas mesmas pouco productivas que têm havido, e que pela maior parte se têm deixado ou apodrecer ou queimar.

Se os principios até aqui expostos são de reconhecida verdade, então creio que está resolvida a primeira questão, e que convem ao Brasil vender as suas preciosas madeiras de construcção para tirar d'ellas uma grande renda; ficando tão bem demonstrado, que o systema restrictivo actualmente estabelecido, de dar as sesmarias com reserva de páos de lei, de sustentar e procurar augmentar immensas matas reaes, onde só se cortem arvores para a marinha real; de permittir as queimadas em terrenos vizinhos ao mar e onde podem crear-se arvores de lei, e finalmente o systema de restringir o commercio das madeiras de construcção só para o consumo do mercado nacional, são as verdadeiras causas da falta apparente, que se sente de madeiras, do alto preço que as mesmas têm; e do total, ou quasi total abandono em que se acha este tão precioso ramo de riqueza nacional.

Os que, movidos da força d'estes principios, admittem a proposição de que a venda das madeiras seria muito util, para augmentar a riqueza do Brasil, hesitam depois sobre a segunda questão, e é: se no Brasil pode haver abundan-

cia de madeiras de construcção para vender, e se, existindo penuria das mesmas, não seria arriscar a sua total falta, ou até uma enorme carestia no seu valor, para o serviço e construcções da marinha real e mercante, a permettir semelhante extracção. E' muito difficil a meu vêr que de boa fé sustente esta proposição quem tem algum pequeno conhecimento de geographia, e do local do Brasil, e quem tem meditado com principios esta materia. Eis as minhas razões, segundo o estado actual da maior parte das capitanias do Brasil, e principiando pelo sul.

Era opinião geral que a capitania do Rio-Grande não tinha madeiras de construcção, nem para o seu uso e consumo. Um official mineralogista —, Mr. Feldiner, que foi alli mandado, acaba de apresentar uma memoria, na qual mostra que nos rios que desaguam no rio Pardo ha excellentes madeiras de construcção ; e que as mesmas podem vir fluctuando pelos rios, ao rio Pardo,e d'ahi até Porto-Alegre ; de maneira que essa mesma capitania, que até aqui se julgava mais destituida de madeiras, póde deixar de o ser, logo que para esse fim se adoptem os convenientes meios, e que tambem se estabeleçam os que são necessarios para a sua reproducção. A capitania de Santa Catharina tem madeiras, e faz commercio d'ellas; mas porventura não existe alli o systema restrictivo das sesmerias ? Não ha falta de machinas de serrar ? Não existe alli o systema restrictivo de madeiras ? Que seria pois esta capitania se nada se oppuzesse a este livre commercio, e se então particulares, que se interessassem na creação e reproducção de seus bosques, animassem o seu augmento, e tivessem levantado machinas de serrar madeiras, e feito caminhos, com que podessem exportar os bellos páos que existem mais distantes da praia ! Creio que é indubitavel esta asserção, e por consequencia,

póde-se asseverar que a capitania de Santa Catharina, com o livre commercio das madeiras, se enriqueceria muito, e daria muito maior producção do que hoje dá.

A vasta capitania de S. Paulo tem muito excellente e bôa madeira de construcção ; e das enseadas e portos de Parnaguá, de Cananéa, de S. Sebastião e de Santos se exporta muita madeira ; mas porventura cuida-se alli na reproducção das arvores, que se cortam ? Não existe alli o systema de queimadas ? Não existe o systema restrictivo dos páos reaes ? Certamente : logo, que augmento não teria a sua reproducção ? Que caminhos se não teriam praticado ? Que machinas de serrar se não teriam estabelecido ? E que riqueza não seria para aquelle paiz o estabelecimento de um commercio livre de genero tão precioso ?

Segue-se a capitania do Rio de Janeiro, e que bellas madeiras de construcção não ha na immensa fazenda de Santa-Cruz, que poderiam navegar-se pelo Gandú, e ir para o mar ? Que madeiras não ha na Guaritiba ? E porventura não está este commercio no maior lethargo, em consequencia do systema restrictivo, que existe em toda capitania ? A Ilha Grande, d'onde ha pouco se não extrahia madeira alguma, não está dando immensa madeira de construcção, e não deixar esperar, que sendo livre o commercio daria immensa producção ? Mesmo dentro do recinto da bella enseada do porto do Rio de Janeiro, que bellas madeiras não haveria se o commercio fôsse livre, e que a semelhante objecto se destinassem os cabedaes necessarios ? Porventura não se podem applicar os mesmos principios, e tirar as mesmas conclusões, dos portos de S. João de Macahé e de Campos, d'onde vêm excellentes madeiras, logo que o commercio livre anime a sua reproducção, e que cessem os effeitos do systema restrictivo, que tudo sécca e mirra, e que só hoje póde existir em quem fecha os olhos, para não vêr a luz do dia ?

Segue-se a capitania do Espirito-Santo, e as bellas matas da vizinhança do Rio Doce, ainda hoje apenase xploradas; e como póde temer-se falta de madeiras, quando alli, e tão perto d'este porto, existem soberbas matas, não exploradas, e que postas em valor, debaixo de um commercio, podem enriquecer aquella capitania, e segurar a sua reproducção?

Na capitania da Bahia ha as immensas matas dos Ilhéos e Camamú em grande parte da corôa. E como se póde temer falta de madeiras, quando o habil magistrado, conservador das mesmas matas, segura não só a sua abundancia, mas a facilidade da sua reproducção; e quando, estabelecendo alli um systema luminoso, e qual elle tem proposto, e a que se unisse o da sua reproducção, se poderiam tirar uma grande quantidade de madeiras, e talvez muito além do que seria necessario para a nossa marinha real. Tenho ouvido a muitas pessoas, que na mesma capitania da Bahia, nas comarcas de Porto-Seguro, e de Sergype d'El-Rei, se poderão estabelecer grandes córtes de madeiras; e de que vantagem não seria a sua producção, e reproducção para toda a capitania? Creio que estas reflexões devem mostrar, quanto é panico o terror de vir a faltar madeiras na capitania, excepto se continuar o systema paralysador, e restrictivo. Na capitania de Pernambuco, segundo a conta de um habil conservador, Mendonça Mattos Moreira, que existiu largos annos na comarca das Alagôas, é immensa ainda a madeira que alli ha; e havendo cuidado na sua reproducção e impedindo-se as queimadas, estou persuadido que só na comarca das Alagôas, nas matas reaes, que comprehendem 50 leguas de costa, poderia haver mais madeira de construcção do que é necessario para a marinha real.

A memoria que elle mandou das matas das Alagôas, faz vêr que pela sua extensão, pela belleza e quantidade

das suas madeiras, uma vez que houvesse cuidado na sua manutenção e reproducção, ellas sós poderiam fornecer tudo o que se podesse desejar. Na Parahyba do Norte, capitania hoje separada de Pernambuco, são immensas as suas madeiras. Creio que a Bahia da Traição, sitio de muitas madeiras, e onde podem ir grandes charruas, ainda hoje existe, sem que das suas vizinhanças se tenha quasi tirado madeira alguma.

Ignoro se na capitania do Rio-Grande do Norte existem boas madeiras de construcção, mas creio que nas visinhanças do Assú as ha, e que d'ahi se podem tirar. A capitania do Ceará tem muitas e bôas madeiras de construcção que até aqui têm sido postas em trabalho, e d'onde creio se não tem extrahido madeiras senão como amostras. O Maranhão tem bôas madeiras, que pouco se têm aproveitado; e o Piauhy só pelo rio Parnaguá poderia dar immensa quantidade de madeiras, de que se não têm até aqui tirado partido algum. Do Pará, diga-o o governador que foi, D. Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, que alèm de ter mostrado nas immensas quantidades de madeiras que mandou para Lisboa, nas duas grandes fragatas, e nas muitas e grandes charruas, que tambem alli construiu, a muita madeira que d'aquella capitania se póde tirar; ainda accrescenta que depois de mostrada a possibilidade da navegação do Amazonas e dos rios que n'elle desaguam, que elle primeiro fez explorar e passar na sua foz, que é superior a toda a expressão a immensa quantidade de madeiras que d'alli se póde tirar. Não ha exageração no que acabo de referir; mas quem conhece que o Brasil tem em latitude costas de mais de 35° ou 700 leguas de 20 ao gráo, e mais de 26° ou 520 leguas de costa em longitude, entrando pelo Amazonas; e que igualmente reflecte quão pouco povoadas são as costas, e quão cheias de bosques; não póde

deixar de ver que o calculo das probabilidades deixa bem crer, que não ha nem póde haver excesso no que se acaba de referir, a respeito de quantidades de madeiras, que se podem vender no commercio com grande lucro do vasto Estado do Brasil.

Do que acabo de expôr é pois evidente, por principios geraes e por experiencia, que no Brasil não póde haver falta de madeiras por grande quantidade que se venda aos estrangeiros ; não só porque é immensa a quantidade de madeiras que existe, mas porque se póde estabelecer e favorecer a reproducção das mesmas ; e que o unico modo de fazer que a madeira se venda a melhor preço, é livral-a do systema restrictivo, que faz que os proprietarios não procurem a reproducção das arvores, antes se esmerem na sua destruição.

Duvido que de bôa fé se possam combater estes principios, e por isso julgo que seria bem digno da alta comprehensão do nosso augusto soberano, a quem a monarchia deve em todo o sentido o estabelecimento dos mais luminosos principios de economia politica e de commercio, vencendo poderosos e tristes prejuizos, o adoptar o seguinte systema, que vou expôr.

Em 1º lugar: ordenar que se tirasse das sesmarias a condição de que os páos reaes ficavam sendo propriedade da corôa, e limitar a condição estabelecendo que a marinha real teria o direito de marcar em todas as terras os paós reaes, que ficassem apropriados para a marinha real ou para os arsenaes reaes e construcções publicas, e que pagaria por um preço razoavel: ficando livre aos proprietarios o uso de todos os outros, que poderiam vender como lhes fosse conveniente.

Em 2º lugar: prohibir em todas as sesmarias que não distassem da costa ou praias de rios, que fossem navega-

veis ou dessem facil fluctuação ás madeiras, por via de jangadas, o uso das queimadas, pois que em tal distancia se desejava conservar as madeiras, e só era licito cultivar o terreno fazendo derrubadas de arvores e matos, sem fogo excepto no caso de obterem especial licença, depois do exame dos inspectores, ou examinadores das matas.

Em 3º lugar: estabelecer inspectores, ou examinadores habeis (a que os inglezes chamam *Surveyors*), que vigiassem em que se não destruissem as matas, e que cuidassem em favorecer a reproducção das arvores que se cortassem e os proprietarios vendessem.

Em 4º lugar: fixar as matas reaes, que se deveriam conservar; e procurar que n'ellas os conservadores, inspectores, ou examinadores, cuidassem com o maior desvelo na reproducção das arvores, na abertura dos caminhos, por onde com economia se poderia fazer a exportação das madeiras, e no estabelecimento das machinas de serrar; devendo logo demarcar-se todo o terreno das mesmas matas, e a sua extensão, com o mais exacto e preciso methodo, afim que as mesmas nunca podessem ser, nem diminuidas, nem augmentadas. Devia ser cuidado dos inspectores, ou examinadores, cuidar com o maior desvelo na reproducção das arvores, no conhecimento das mesmas e sua duração, e no conhecimento local da quantidade de boas arvores que havia nas suas matas: conservando-se em bom pé e estabelecendo-se estes principios, as grandes matas das Alagôas, dos Ilhéos, e fixando-se novas matas reaes, nos sitios não explorados da capitania do Espirito-Santo e do Pará, certamente só n'ellas haveria mais madeiras de construcção para a marinha real, e para os arsenaes reaes, do que por seculos seria necessario.

Em 5º lugar: permittir a livre venda de todas as madeiras de construcção, que não fossem de matas reaes, ou que

não fossem demarcadas individualmente pelos inspectores da marinha, estabelecendo em tal materia o mais livre commercio, e só prohibindo as queimadas nos districtos vizinhos á costa do mar, ou em rios, por onde podessem fluctuar-se madeiras em jangadas.

Em 6° lugar: animar por todos os meios e favores possiveis a reproducção das arvores, que dão madeira de lei, para que os particulares tomassem em tal objecto particular interesse, e ao mesmo tempo favorecer o estabelecimento de engenhos de serrar madeiras, para que das mesmas se tirasse todo o partido.

Em 7° lugar: crear homens instruidos na cultura e vegetação das arvores, que hajam de servir de inspectores, ou examinadores das matas e arvoredos; e fazer os competentes sacrificios, para obter esta grande base do novo systema, pois que elles seriam os que proporiam todos os meios de promover esta tão interessante cultura.

Lisongeio-me de ter satisfeito ás duas questões, que costumam excitar-se em materias d'esta natureza, sobre a utilidade, possibilidade de fazer livre o commercio das madeiras; e creio ter igualmente mostrado o modo com que, sem inconveniente, se podem estabelecer os principios luminosos, e liberaes de que mais póde depender a felicidade da nação e a gloria do soberano.

O amor do bem publico e o zelo pelo real serviço dictaram estas reflexões; e se merecerem ser consideradas pelo nosso augusto soberano estão satisfeitos os unicos votos, que faço n'esta e outras materias do serviço real e publico.

Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, em 24 de Fevereiro de 1811.

FUNDAÇÃO DA CASA DA MOEDA DA BAHIA

Illm. e Exm. Sr.—A grande quantidade de patacas castelhanas que via girar n'esta cidade, me tinha dado a idéa da utilidade que se seguiria ao Estado de que fossem convertidas em moeda provincial portugueza, sobre cuja materia toquei já occasionalmente a V. Ex. na minha carta n. 7.

Não perdendo pois de vista este objecto, e tendo occasião de entrar em pratica com um negociante que tem grande commercio para o Rio-Grande, por nome Antonio José de Araujo Mendes, me disse este que, tendo-lhe vindo por meio de seu negocio dez ou doze mil patacas castelhanas, não teria duvida mettêl-as na casa da moeda, para serem reduzidas a dinheiro portuguez.

Eu lhe repliquei que sobre este particular me era necessario consultar com o Exm. governador, ao qual me dirigi logo, expondo-lhe a grande utilidade que se seguia á real fazenda de se pôr em pratica este expediente, sobre o qual assentámos que o mesmo negociante requeresse á junta da real fazenda, para se ponderar a utilidade ou inconveniente d'esta operação, com tanta mais razão que passava por certo não se poder cunhar moeda provincial sem ordem de Sua Magestade.

Fez o dito negociante o seu requerimento, sobre o qual mandando-me a junta ouvir, dei a informação que consta da cópia n. 1, procurando mostrar n'ella que se devia abraçar este expediente pela utilidade que se seguia á real fazenda de se converter em moeda portugueza, pagando senhoriagem e braçagem, um dinheiro estrangeiro que circulava como nacional.

Em consequencia da dita informação e da deliberação

que sobre ella tomou a mesma junta, me foi expedida a provisão n. 2 para que com effeito recebesse na casa da moeda toda a prata que alli viesse a fundir.

Resultou porém uma duvida na execução d'esta ordem, porque, não obstante a lei de 8 de Março de 1694 que aqui se acha registrada, e que consta da cópia n. 3, a qual pôz no ultramar a prata de onze dinheiros no valor de sete mil e quarenta réis o marco; e o exemplo dos preços por que em diversas épocas se tinha comprado, eu a pretendi pagar a seis mil réis o marco. Protestou contra esta minha intelligencia o dito negociante, pedindo-me suspendesse a fundição, emquanto requeria á junta se lhe mandasse pagar a seis mil e quatrocentos réis o marco, ou se lhe mandassem entregar as suas patacas, cuja sahida tinha segura por preço mais avultado.

Fez com effeito o seu requerimento, e, mandando-me a junta ouvir sobre este incidente, não pude deixar de dar sobre elle a informação n. 4, não fallando porém na existencia da referida lei n. 3 pela demasiada vantagem que ella dava ao vendedor, que poderia reclamar a sua protecção, para lhe ser paga a sua prata a sete mil e quarenta réis o marco.

Recebi finalmente sobre esta materia a provisão da junta n. 5, em que me determinou pagasse com effeito a prata de pesos a seis mil e quatrocentos réis o marco, o que tenho ido executando; resultando d'esta util providencia tirar-se a casa da moeda da inacção em que se achava, tendo-se effectivamente trabalhado, e cunhado desde 28 de Junho até 28 do corrente quarenta e duas mil cento e noventa e nove peças de duas patacas cada uma, 27:007$360, ficando de senhoriagem e febres 4:381$210; e achando-se ainda no giro das officinas, e em ser no cofre, tres mil trezentos e nove marcos de prata castelhana para se reduzir a

moeda portugueza, que importará 25:148$400, e que junta á quantia acima já cunhada prefaz por ora a somma de 52:155$760, que já se acha e entrará brevemente na circulação em beneficio da real fazenda pela repartição d'esta casa da moeda, a qual não tem pedido aos cofres da thesouraria geral nem um só real para supprir aos ordenados dos seus officiaes, desde que tenho a honra de servir a Sua Magestade no emprego de provedor da mesma casa, indo agora pagando alguns quarteis atrasados, e esperando não só ficar em dia na satisfação dos mesmos ordenados, até o fim de Dezembro proximo, mas ainda com algum pequeno resto para principiar o seguinte anno.

Devo pôr na respeitavel presença de V. Ex. que, tendo visto aqui praticar o methodo de se vasar a prata em relheiras de ferro, e observando que d'este modo me ficavam as barras muito grossas, pelo que não só gastavam muito tempo e jornaes nas fieiras para se reduzirem á grossura da moeda, mas n'ella rebentavam quasi todas; e consultando sôbre esta materia na *Encyclopedia Methodica*, tomo quinto, *das Artes e Officios* o modo de proceder das casas de moeda de França, achei que alli se praticava vasarem-se as barras em caixas ou frascos cheios de arêa, onde ellas se moldam da grossura que se querem fazer. Mandei logo pôr em execução este methodo, e tive a satisfação de vêr o bom exito d'esta providencia, em que Sua Magestade vem a lucrar em jornaes, na menor despeza proporcional, mais de 60 %, e outro tanto na maior quantidade de moedas que se podem fabricar.

Quanto ao ouro, já n'estes nove mezes tem entrado na casa mais algum do que no total de cada um dos tres annos antecedentes. Eu vou continuando a pagar adiantado com o meu dinheiro e dos meus amigos todo aquelle de que me pedem logo o embolso; e só a grande falta d'este me-

tal, e o mais que em outras occasiões tenho ponderado a V. Ex., é que faz com que debaixo de tão bom expediente não concorra em maior quantidade a esta casa da moeda.

A' pessoa de V. Ex. guarde Deus muitos annos. Bahia, 30 de Setembro de 1799.—Illm. e Exm. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho.—*José Venancio de Seixas.*

Senhora.—Tendo Vossa Magestade mandado a esta capitania no anno de 1694 uma casa de moeda ambulante que só serviu para reduzir a dinheiro provincial toda a moeda nacional antiga, e mais ouro, prata velha, com que os particulares concorressem para aquella permutação, foi servida mandal-a passar com igual incumbencia a outras capitanias, ficando correndo no Brasil só aquelle dinheiro, e unicamente do de Portugal as patacas.

Vinte annos depois no de 1714 se dignou Vossa Magestade mandar estabelecer n'esta capitania outra casa de moeda permanente, a qual principiou logo a trabalhar cunhando, não moeda provincial, mas sim nacional, de ouro, que n'aquelle tempo consistia no valor de quatro mil e oitocentos réis com as suas subdivisões.

E' porém certo, que examinando eu as instrucções e muitas ordens que trouxe o provedor d'esta segunda casa Eugenio Freire de Andrade, não acho clausula que indique haver Vossa Magestade prohibido fazer-se moeda provincial; devendo-se inferir que deixou de se cunhar por se ter fabricado pouco antes uma somma bastantemente avultada para o giro da capitania, e que talvez se insinuasse vocalmente ao mesmo provedor, ou este se persuadisse com razão, que seria mais conveniente á mãi patria fabricar-se moeda nacional que corresse em Portugal, não obstante perder a real fazenda a differença que vai de 6 $^{2}/_{3}$ por

cento que esta paga de senhoriagem a 1⅓ por cento que fica da moeda de ouro provincial.

Se comtudo existiu esta prohibição tacita, insinuação, ou persuasão a respeito da moeda provincial de ouro, ella não existe certamente a respeito da de prata, pois que da cópia junta do artigo de uma carta do secretario de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao provedor d'esta casa Francisco Xavier Vaz Pinto se vê que não só approva a amostra da moeda que lhe remettêra, mas que lhe diz será bom se continue para melhor expediente das terras onde ha minas ; nas quaes correm indistinctamente as de 640 e as de 600 réis com as suas respectivas subdivisões, sendo certo que, quanto maior é a quantidade d'esta, menor é a do ouro em pó que gira mais, entra nas casas de fundição para pagar os reaes quintos, e mais a um por consequencia pagar a senhoriagem ás da moeda.

Os livros d'esta depoem de se ter continuado a fabricação da prata quasi todos os annos desde o de 1752 até o de 1768; e não havendo ordem n'aquella época para deixar de se fazer, creio que não se cunhou mais pela mesma razão por que se cunha pouco ouro, que é a de não ter havido quem o traga á casa da moeda ; sendo certo que a prata, era ainda ha poucos annos tão rara, n'esta capitania, que a do toque de 10 dinheiros e 6 grãos em que devem trabalhar os oureiros, tendo pela lei o valor de réis 87 $^{53}/_{176}$, valia a cento e quinze, e cento e vinte réis a oitava.

Agora pois que ella vai apparecendo em maior abundancia, e que Vossa Magestade a póde comprar pelo seu respectivo toque, é muito do interesse da real fazenda de Vossa Magestade, que se aproveitem todas as occasiões que se offerecerem, semelhantes á que se encontra no requerimento que Vossa Magestade me manda informar de Antonio José de Araujo Mendes, pois que não sómente re-

sulta uma maior circulação de dinheiro, mas um grande lucro á real fabrica da moeda, imitando assim a do Rio de Janeiro, em que, segundo affirmam pessoas fidedignas, de dois annos a esta parte se trabalha effectivamente na prata, que o nosso commercio vantajoso do Rio-Grande com as colonias castelhanas conduz áquella capitania; sendo da maior evidencia que, se as patacas castelhanas hão de girar, como giram, n'estas colonias sem pagarem cousa alguma a Vossa Magestade, é muito melhor que girem depois de reduzidas a moeda provincial, pagando uma senhoriagem que excede muito não só a do dinheiro nacional, mas ainda a do provincial de ouro. Vossa Magestade mandará o que fôr servida. Bahia, 4 de Maio de 1799.—*José Venancio de Seixas.*

Quanto á moeda de prata, está muito boa a da amostra, que Vm. me remetteu, e bom será que se continue para melhor expediente das terras onde ha minas, e ainda que essa casa não tem commodidade por ora para se fabricar ao mesmo tempo ouro; e prata póde-se fazer esta quando houver menos expediente do ouro até se estabelecer a nova fabrica. Se com a chegada da frota do Rio se achar prata com melhor conta do que cento e dez, por que Vm. ahi a compra, poderei mandar fazer algum emprego, para a moeda provincial d'essa repartição. Deus guarde a Vm. Lisboa, 5 de Janeiro de 1753.—*Diogo de Mendonça Côrte Real.* Está conforme.—*Luiz Gersino de França.*

D. Maria, por Graça de Deus rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquem d'além mar em Africa, senhora de Guiné etc. Faço saber a vós provedor da casa da moeda d'esta cidade que pelo expediente da junta da minha real fazenda da capitania da Bahia me requereu Antonio José de Araujo

Mendes, negociante d'esta praça, fosse eu servida mandar admittir ao cunho da moeda provincial d'esta capitania uma partida de prata em barras e pesos hespanhoes, que do continente do Rio-Grande de S. Pedro havia recebido; e conformando-me sobre esta materia com a informação que me déstes, e com os mais pareceres que ao mesmo respeito houve: fui servida resolver por despacho da mesma junta de 4 do corrente mez se vos expedisse ordem para fazer cunhar em moeda provincial d'este paiz, não só a prata que o supplicante offerece, mas ainda toda a mais que apparecer, até segunda ordem minha, o que assim vos participo, e hei por bem recommendado.

A rainha nossa senhora o mandou por D. Fernando José de Portugal, provedor e capitão-general d'esta capitania, e presidente da junta da real fazenda. Prudencio José da Cunha Vale a fez na Bahia aos 6 de Maio de 1799.— *Francisco Gomes de Sousa*, escrivão interino da junta da fazenda real, o fez escrever.—D. *Fernando José de Portugal.* Está conforme.—*Cosme Damião dos Santos.*

Dom Pedro por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves, d'quem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio, da Etiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha lei virem que por me representarem o governador do Estado do Brasil e os das mais capitanias, ou camaras, os cabidos, e a nobreza, de suas cidades, o grande damno que padeciam com a falta da moeda, a qual era tão excessiva que não tinham os moradores d'aquelle Estado com que comprar os generos necessarios para o seu sustento e uso, por cuja causa haviam baixado tanto as rendas reaes, e todas as contribuições, que não os filhos da folha, ecclesiastica, e secular, não os presidios podiam ser pagos, com que todo

aquelle Estado se achava na maior necessidade e confusão em que se podia vêr, ao que só se podia dar remedio conveniente levantando-se a moeda, e mandando-se lavrar provincial na cidade da Bahia, porque só sendo fabricada com maior valor, e differente cunho, prohibindo-se a sua extracção com graves penas, se poderia conservar a moeda no Estado do Brasil, sem que se trouxesse para este reino, como a experiencia tinha mostrado; e mandando tomar exactas e repetidas informações, e me constar serem tantos os prejuizos que n'aquelle Estado se padeciam com a falta da moeda, que pediam prompto e grande remedio. E vendo-se esta materia com toda a circumspecção, como pedia a sua importancia por ministros de toda a supposição, experiencia, conformando-me com seu parecer, fui servido resolver que o ouro e prata em todo o Estado do Brasil se levantasse dez por cento sobre o levantamento de vinte por cento, que teve n'este reino, ficando cada marco de prata de oito onças de lei de onze dinheiros a sete mil e quarenta réis, cada onça a oitocentos e quarenta, cada oitava a cento e dez réis, e cada marco de ouro de oito onças de lei de vinte e dois quilates, a cento e cinco mil e seiscentos réis, cada onça a treze mil e duzentos, e cada oitava a mil seiscentos e cincoenta; a cujo respeito se regulará a moeda; e que na cidade da Bahia se abra casa da moeda, para se lavrar n'ella com novo cunho, para que ficando provincial haja de correr sómente n'aquelle Estado, e para que assim executem. Hei por bem, e me praz que esta nova moeda se não tire para parte alguma fóra d'aquelle Estado do Brasil, ainda que seja para este reino, ou outras suas conquistas, com comminação que, havendo alguma pessoa, de qualquer estado ou condição que seja, que fôr comprehendida em a tirar, será castigada com as penas estabelecidas na ordenação do livro quinto titulo cento e treze,

que se observará com todas suas circumstancias; o mando ao governador do Estado do Brasil, e desembargadores da relação d'este, e a todos os ouvidores, juizes e justiças, officiaes e pessoas d'aquella Estado, suas annexas, e jurisdicções, que a cumpram e guardem; e façam inteiramente cumprir, e guardar como se n'ella contém; e outro si mando ao Dr. João da Rocha Azevedo, do meu conselho, e chanceller mór do reino, a faça publicar na chancellaria, e enviar a cópia d'ella sobre meu sello, e seu signal, e a todos os ouvidores, e mais gente d'aquelle Estado, e suas capitanias, para que assim lhes seja notorio, e façam executar, e se registrará nos livros do desembargo do paço, casa da supplicação e relação do Porto, onde semelhantes leis costumam registrar, e esta propria se lançará na torre do Tombo. *Manoel da Silva Colaço* a fez em Lisboa aos 8 de Março de 694. — e *Francisco Galvão* a fez escrever. — REI — Lei por que Vossa Magestade ha por bem que na cidade da Bahia se abra casa de moeda e se lavre n'ella com novo cunho, e corra sómente n'aquelle Estado, sem que se possa tirar d'elle para este reino, com as penas n'ella declaradas pela maneira que acima se declara. Para Vossa Magestade ver.— Por decreto de Sua Magestade do 1° de Março de 694—*João de Azevedo*—*Braz Ribeiro da Fonseca*—*João da Rocha Azevedo*.Foi publicada esta lei de Sua Magestade na chancellaria-mór do reino por mim D. Sebastião Maldonado, vedor da dita chancellaria, e fidalgo da sua casa. Lisboa, 16 de Março de 694.— D. *Sebastião Maldonado*.—Esta conforme. — *Cosme Damião dos Santos*.

Não posso negar que é verdadeiro em todas as suas circumstancias o requerimento de Antonio José de Araujo Mendes, que Vossa Magestade me manda informar por des-

pacho de 18 do corrente; porquanto, tendo Vossa Magestade mandado estabelecer a primeira casa de moeda que veiu a esta cidade no anno de 1694, determinou que a prata de onze dinheiros que a ella viesse fosse recebida a 7$040 o marco, para d'ella se cunhar dinheiro provincial, o qual se assentou fazer-se do valor corrente de seiscentos e quarenta réis com cinco oitavas e vinte e oito grãos de peso, que prefaz ao marco a quantia de 7$600, vindo a real fazenda a lucrar em cada um a maioria de 560 réis, ou quasi oito por cento.

Por este mesmo preço de 7$040 o marco acho comprados a maior parte dos pesos, ou patacas castelhanas na nova casa da moeda; mas, como em razão do lucrativo commercio da Colonia do Sacramento com as colonias hespanholas entrasse em todas as nossas grande quantidade das ditas patacas; comprehendendo-se estas na classe dos generos commerciaveis, cuja abundancia ou raridade determina o seu valor momentaneo, se foram comprando na mesma casa da moeda por diversos preços, baixando logo a 7$000, e passando com suas alternativas a 6$912, 6$720, 6$780, 6$840, 6$656, 6$528, 6$592, e sómente quatro parcellas a 6$400, tornando logo a subir a 6$720.

Eu porém, que desejava fazer melhores condições para a real fazenda de Vossa Magestade, intentava pagar sómente pela referida prata de patacas de onze dinheiros a 6$000 o marco, e a de barras e pinhas segundo o seu toque á proporção; mas, como seu dono se não quer sujeitar ao dito preço, me parece muito util á real fazenda de Vossa Magestade se lhe pague pelos ditos 6$400 o marco de pesos, ou patacas castelhanas, e a mais á proporção; visto que de cada marco de prata de onze dinheiros, que custava 7$040, e que feito em moeda provincial rendia 7$600 com o lucro de oito por cento, não custando agora mais do que 6$400 e ren-

dendo os mesmos 7$600, vem a real fazenda a lucrar 18 3/4 por cento de senhoriagem e braçagem, objecto este bem digno de attenção. Vossa Magestade mandará o que fôr servido. Bahia, 21 de Maio de 1799.—*José Venancio de Seixas.*

D. Maria, por graça de Deus rainha de Portugal e dos Algarves de aquem e de além-mar em Africa, senhora de Guiné, etc. Faço saber a vós provedor da casa da moeda d'esta cidade que, vendo-se o que me informasteis a respeito do requerimento de Antonio José de Araujo Mendes, negociante d'esta praça, em que me expunha lhe duvidaveis pagar a 6$400 o marco de prata, que em pesos hespanhóes havia feito recolher n'essa casa da moeda, e outra em barra, á proporção do que tocasse para ser cunhada em moeda provincial d'este reino, na conformidade da ordem que pela junta da minha real fazenda d'esta capitania da Bahia vos foi expedida em data de 6 de Maio corrente; e constando-me pela dita vossa informação que o referido preço de 6$400 por que unicamente se haviam já comprado em outro tempo quatro parcellas de pesos fôra o mais commodo, á vista de outros mais superiores por que tambem mostraveis haverem se comprado outras muitas partidas da mesma prata, expondo-me juntamente que pelos ditos 6$400 o marco vinha ainda a resultar de utilidade para a minha real fazenda 18 e 3/4 % de senhoriagem, e braçagem. Fui servida, conformando-me com o vosso parecer, resolver que pelo mencionado preço de 6$400 o marco de pesos, se pague por ora a dita prata, e a mais que fôr apparecendo, até segunda resolução minha, o que assim vos hei determinado. A rainha nossa senhora o mandou pelos deputados da junta da fazenda real abaixo-assignados. Prudencio José da Cunha Valle a fez na Bahia aos

28 de Maio de 1799. Francisco Gomes de Sousa, escrivão interino e deputado da junta da fazenda real, o fiz escrever. — *Francisco Gomes de Sousa.* — *José Francisco de Perné* —Está conforme.—*Cosme Damião dos Santos.*

MAPPA

da população da Côrte e provincia do Rio de Janeiro em 1821.

Sua Alteza Real o Principe Regente manda remetter a Vm. o mappa geral da população, que por ser o mais exacto que ha deve servir para regular o numero dos eleitores.

Deus guarde a Vm. — Paço, 15 de Maio de 1821. —*Conde dos Arcos.* — Sr. ouvidor da comarca.

Illm. e Exm. Sr.— Tenho a honra de levar á presença de V. Ex. a cópia do real aviso de 16 do corrente, expedido pelo secretario de Estado dos negocios da guerra,e de rogar a V. Ex. queira ordenar me seja remettido o numero de pessoas livres, e separadamente de escravos, que existem nos reaes paços d'esta côrte e de S. Christovão, afim de eu no dia 22 calcular o numero de eleitores de comarca, a cuja nomeação deve proceder-se no dia seguinte.

Deus guarde a V.Ex. por muitos annos.—Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1821.— Illm. e Exm. Sr. Ignacio da Costa Quintella. — O ouvidor da comarca, *Joaquim José de Queiroz.*

El-rei nosso senhor manda remetter a Vm. o resumo geral dos fogos, e total das pessoas residentes n'esta côrte, para sobre elle se deliberar relativamente ao numero dos eleitores de comarca ; faltando pelo que respeita a esta cidade o saber o numero de pessoas livres, e escravos que existem nos reaes paços da côrte e S. Christovão para o que Vm. se dirigirá ao Exm. mordomo-mór, bem como ao Exm. ministro de Estado dos negocios da mari-

nha e dominios ultramarinos, para saber o numero da maruja e guarnição das embarcações reaes e mercantis surtas n'este porto, e tambem as que se acham fóra d'este porto pertencentes a proprietarios da côrte : dirigindo-se tambem ao mesmo Exm. ministro para conhecer o numero de pessoas de que é composta a brigada real da marinha.

Deus guarde á Vm. —Paço, 16 de Abril de 1821. — *Silvestre Pinheiro Ferreira.* — Sr. Joaquim José de Queiroz.—Está conforme—*Joaquim José de Queiroz.*

MAPPA dos fogos, pessoas livres e escravos comprehendidos nas freguezias da cidade e provincia do Rio de Janeiro

DISTRICTOS	FREGUEZIAS	FOGOS	Nº DAS PESSOAS LIV.	Nº DOS ESCRAVOS	TOTAL
Cidade do Rio de Janeiro	Santa-Rita	1 742	6.949	6.795	13 744
	Sant'Anna	1.351	6 887	3.948	10.835
	Sacramento	3.352	12.525	9.961	22.486
	Candelaria	1.434	5.705	7.040	12.445
	S. José	2.272	11.373	8.438	19.811
1ª, 2ª e 3ª Reg. de Inf. de Mil.	Total	10 151	43 439	36.182	79.321
Praia	Irajá	376	1.577	2 180	3.757
5ª Regimento de Infantaria de Milic.	S. João de Merity	158	696	1.568	2.264
	Jacarepaguá	457	2.561	3.280	5.841
	S. João da Lagoa	246	937	1.188	2.125
	Engenho-Velho	546	1.871	3 006	4.877
	Inhauma	303	1.127	1.713	2.840
	Ilha do Governador	182	708	987	1.695
	Total	2.268	9 477	13.922	23.399
Inhomerim. 6ª Regim. de Infantaria de Milicias.	N. S. da Piedade d'Inhomerim	300	1.215	1.626	2 841
	S. José do Rio-Preto	419	1.719	2.230	3.949
	N. S. da Guia de Pacobahyba	211	800	1.021	1.821
	S. Nicolão de Suruhy	215	1.021	1.230	2 251
	N. S. da Piedade de Magé	519	2.049	2.082	4.131
	Senhor Bom-Jesus de Paquetá	127	563	614	1.177
	Total	1.821	7.367	8.603	16.170

DISTRICTOS		FREGUEZIAS	FOGOS	Nº DAS PESSOAS LIV.	Nº DOS ESCRAVOS	TOTAL
S. Gonçalo.	7º Regim. de Infantaria de Milicias.	S. João Baptista de Icarahy	747	2.244	2.771	5.015
		S. Gonçalo	883	2.707	5.130	7.837
		S. João de Itagui	208	738	926	1.664
		Total	1.838	5.689	8.827	14.516
Macacú.	8º Regimento de Infantaria de Milicias.	Santo Antonio de Sá	893	3.918	3.826	7.744
		Santissima Trindade	646	2 846	2 381	5.227
		N. S. da Conceição do Rio-Bonito	51	198	280	478
		N. S. da Ajuda de Guapemerim	348	1.832	1.657	2.989
		N. S. da Piedade de Magé	74	252	192	444
		N. S. do Desterro de Itamby	221	956	1.210	2.166
		S. Bernardo da Villa-Nova	26	83	5	88
		Total	2.259	9.585	9.551	19.136
Tapacorá.	9º Reg. de Inf. de Milicias.	N. S. do Amparo de Marica	951	3.353	2.946	6.299
		S. João Baptista de Itaborahy	1.250	4.317	6.564	11.081
		N S. da Conceição do Rio-Bonito	607	2.120	9.617	11.737
		Total	2.808	9.990	19.127	29.117

DISTRICTOS		FREGUEZIAS	FOGOS	Nº DAS PESSOAS LIV.	Nº DOS ESCRAVOS	TOTAL
Guaratiba.	Bat. de Infant. de Mil. n. 13.	N. S. do Desterro do Campo-Grande	604	2.480	3.148	5.628
		S. Salvador da Guaratiba	588	2.642	2.792	5.434
		S. Francisco Xavier de Itaguahy	290	1.157	1.505	2.662
		Total	1.482	6.279	7.445	13.724
Ilha-Grande.	14º Reg. de Inf. de Milicias.	N. S. da Conceição	1.130	4.753	4.081	8.834
		N. S. da Guia de Mangaratiba	480	1.885	2.172	4.057
		Sant'Anna da Ilha-Grande de Fóra	391	2.004	1.426	3.430
		N. S. do Rosario da Mambucaba	42	209	153	362
		Total	2.043	8.851	7.832	16 683
Paraty.	15º Reg. de Inf. de Mil.	N. S. dos Remedios de Paraty	1.076	4.829	3.347	8.176
		N. S. do Rosario da Mambucaba	49	203	187	390
		Total	1.125	5.032	3.534	8.566
Pilar e Serra.	Batalhões de Caç. de Milicias ns. 2 e 3.	Pilar	568	1.958	2.414	4.372
		Aguassú	455	1.914	2.253	4.167
		Santo Antonio de Jacotinga	320	1.274	2.426	3.700
		Marapicú	482	1.708	2.494	4.202
		Sacra-Familia	269	840	1.301	2.141
		Paty do Alferes	214	982	2.132	3.114
		Total	2.308	8.676	13.020	21.696

DISTRICTOS		FREGUEZIAS	FOGOS	Nº DAS PESSOAS LIV.	Nº DOS ESCRAVOS	TOTAL
Cabo-Frio.	10º Regim. de Infant. de Milicias	N. S. de Nazareth de Saquarema	865	3.103	2.513	5.616
		N. S da Assumpção de Cabo-Frio	457	1.434	1.299	2.733
		S. Pedro da Aldêa	459	1.547	1.395	2.942
		S. Sebastião de Araruama	593	2.131	2.408	4.534
		N S da Lapa de Capivary	336	1.201	1.779	2.980
		Total	2.709	9.416	9 389	18 805
Macahé.	Batalhão de Infantaria de Milicias n. 11.	S. João do Macahé	224	916	1.219	2.135
		N. S. das Neves	69	360	1.095	1.455
		N. S. do Desterro de Quissaman	249	1.428	877	2.305
		Sacra Familia da Ipuca	215	828	1.070	1.898
		N. S. da Lapa de Capivary	89	296	591	887
		Total	846	3.828	4.852	8.680
Campos.	12º Regim. de Infantaria de Milicias.	S. Salvador	1.913	7.610	8.305	15.915
		S Gonçalo	562	2 404	3.712	6.116
		S Sebastião	530	2.516	1.911	4.427
		S João da Barra	674	3.022	1.260	4.282
		Santo Antonio dos Garulhos	160	1.026	3 018	4 044
		S. Fidelis	149	702	1.028	1.730
		Total	3.988	17.280	19.234	36.514

DISTRICTOS	FREGUEZIAS	FOGOS	Nº DAS PESSOAS LIV.	Nº DOS ESCRAVOS	TOTAL
Rezende e S. João do Principe. — 4º Regim. de Cav. de Milicias.	N. S. da Conceiç. de Porto-Alegre	1.189	5.333	3.503	8.836
	Sant'Anna de Paraty	779	4.170	4.080	8.250
	S. João Marcos	512	2.505	2.498	5.003
	Total	2.480	12.008	10.081	22.089
Parahyba e Valença. — 5º Reg. de Cav. de Milicias.	Parahyba	244	1.354	900	2.254
	Valença	226	1.310	1.076	2.386
	Total	470	2.664	1.976	4.640

RESUMO GERAL

DA

População comprehendida nos Districtos da Provincia do Rio de Janeiro

DISTRICTOS	N.° DE FOGOS	N.° DAS PESSOAS LIVRES	N.° DOS ESCRAVOS	TOTAL DA POPULAÇÃO
Cidade do Rio de Janeiro.	10:151	43:139	36:182	79:321
Irajá.....	2:268	9:477	13:922	23:399
Inhomerim	1:821	7:367	8:803	16:170
S. Gonçalo.....	1:838	5:689	8:827	14:516
Macacú.....	2:259	9:585	9:551	19:136
Tapacorá	2:808	9:990	19:127	29:117
Cabo Frio.....	2:709	9:416	9:389	18:805
Macahé.....	846	3:828	4:852	8:680
Campos dos Goytacazes....	3:968	17:280	19:234	36:514
Guaratiba...	1:482	6:279	7:445	13:724
Ilha Grande.....	2:043	8:851	7:832	16:683
Paraty	1:125	5:032	3:534	8:566
Pillar e Serra.....	2:308	8:676	13:020	21:696
Rezende e S. João do Priuc.	2:480	12:008	10:081	22:089
Parahyba e Valença.....	470	2:664	1:976	4:640
Total geral.....	38:576	159:281	173:775	333:056

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

—

FR. FRANCISCO DE MONTE-ALVERNE

O grande franciscano que acaba de descer ao tumulo onde o aguardavam seus irmãos na gloria, S. Carlos e Sampaio, chamava-se Francisco José de Carvalho, era natural do Rio de Janeiro, onde vira a luz no anno de 1785, sendo seus pais João Antonio da Silveira e D. Anna Francisca da Conceição.

Arrastado por uma ardente e sincera vocação, entrou para o convento de Santo Antonio d'esta côrte, que então era o Athenêo do Brasil na eloquente phrase do Sr. Porto-Alegre, e recebeu o habito das mãos do provincial Fr. Antonio de S. Bernardo Monção a 28 de Junho de 1801, professando a 31 de Outubro do anno seguinte. Nomeado collegial pela congregação de 7 de Abril de 1804, partiu para S. Paulo para continuar seus estudos sob a direcção do padre-mestre Fr. Ignacio de Santa Justina, que gozava da reputação de eminente theologo.

Na patria de Amador Bueno passou Monte-Alverne os mais bellos annos de sua existencia, iniciando-se ahi nas ordens sacras em Janeiro de 1807, recebendo o sacerdocio das mãos do virtuoso bispo D. Matheus de Abreu Pereira um anno depois. Sua applicação e raro talento haviam-lhe grangeado tal nomeada, que aos 25 annos de idade era prégador e passante (substituto) do collegio de S. Paulo, n'uma época em que tão rica de capacidades era a sua

ordem ; e aos 31 annos era lente de prima, honra destinada aos velhos.

A fama da sua facundia chegou aos ouvidos d'el-rei D. João VI, que nomeou-o por provisão de 17 de Outubro de 1816 prégador da sua real capella. Aqui alargou-se o horizonte de Monte-Alverne ; já não era em uma cidade de provincia que tinha de fazer ouvir a sua voz ; e sim perante um numeroso e illustrado auditorio, a que presidia um principe, que, como Luiz XIV, amava os esplendores do culto, e cultivava com proveito as sagradas letras ; seus rivaes eram os colossos do pulpito por quem esquecêra o velho rei a sua predilecta patriarchal. Vejamol-o apreciar a sua nova situação :

« Lançado na grande carreira da eloquencia em 1816, como prégador regio, oito annos depois que n'ella entravam S. Carlos, Sampaio, monsenhor Netto e o conego Januario da Cunha Barbosa, tive de lutar com esses gigantes da oratoria, que tantos louros tinham ganhado, e que forcejavam por levar de vencida todos os seus dignos rivaes. O paiz sabe quaes foram meus successos n'este combate desigual : elle apreciou meus esforços, e designou o lugar a que eu tinha direito entre os meus contemporaneos ; pertence á posteridade sanccionar este juizo (1). »

Esse juizo para que appellava o illustre franciscano não se fez esperar Ainda em sua vida collocou a nova geração seu preclaro nome a par das maiores glorias do pulpito, pronunciando-o com respeito de envolta com os de S. Carlos e Sampaio, e formando com elles a trindade oratoria dos franciscanos brasileiros.

Abriu-lhe o pulpito o thesouro das graças : a 20 de

(1) *Obras Oratorias* de Monte-Alverne, tomo 1. Discurso preliminar.

Setembro de 1818 foi nomeado examinador da mesa de consciencia e ordens, e a 18 de Novembro d'este mesmo anno theologo da nunciatura apostolica; a 23 de Outubro de 1819 eleito guardião do convento da Penha na provincia do Espirito-Santo.

Ufana a ordem pelos triumphos de seu illustre membro e querendo remunerar seus importantes serviços, confirmou-lhe a 27 de Outubro de 1821 todos os privilegios de lente de prima, accrescentando-lhes os de uma nova guardiania. Unanimemente escolhido para secretario da provincia (franciscana) a 11 de Março de 1824, tomou a 5 de Fevereiro do anno seguinte assento na mesa capitular na elevada hierarchia de custodio.

Não era sómente entre seus confrades que se apreciavam os grandes talentos e profundas luzes de Monte-Alverne: o doutissimo bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coitinho foi procural-o em sua cella para confiar-lhe a regencia da cadeira de rhetorica do episcopal seminario de S. José, mandando-lhe passar para esse fim a honrosa provisão de 30 de Abril de 1829 e autorisando-o para substituir as faltas dos professores de philosophia e theologia dogmatica, cujas cadeiras mais tarde regeu como proprietario. Satisfeito pelos seus bons serviços, galardoou-o o mesmo Exm. prelado com a nomeação de examinador synodal.

A vastidão dos seus conhecimentos mereceu-lhe diplomas de varias associações scientificas, nacionaes e estrangeiras; o Instituto Historico de França fêl-o seu membro correspondente em 17 de Fevereiro de 1835, o Instituto Historico e Geographico do Brasil elegeu-o seu membro honorario a 24 de Junho de 1847: igual honra lhe conferiu, em 10 de Novembro de 1848 a Imperial Sociedade Amante da Instrucção. N'esse mesmo anno (a 10 de Dezem-

bro) era solemnemente proclamado pela Sociedade Ensaio Philosophico—genuino representante da philosophia do espirito humano no Brasil—,recebendo das mãos do Exm. e Revm. Sr. bispo conde, que presidia a sessão, uma corôa de louros offerecida pela mesma sociedade, que por diploma de 11 de Fevereiro de 1849 fazia-o seu grande conservador.

No meio de tantos e tão repetidos trophéos litterarios, não se esquecia Fr. Francisco de Monte-Alverne da sua ordem, nem tão pouco era por ella esquecido. Declarado lente jubilado no capitulo de 24 de Abril de 1841, foi-lhe concedida por breve apostolico dispensa da irregularidade contrahida pela cegueira para poder ser eleito definidor de mesa, sendo-lhe permittido assignar de chancella. Em virtude d'este privilegio, exerceu ainda o venerando cego os cargos de custodio e definidor-adjunto, conferindo-lhe ultimamente outro breve apostolico as funcções de definidor geral da ordem. Para condescender com os desejos manifestados pelo digno provincial Fr. Antonio do Coração de Maria e Almeida, estava no exercicio das funcções de custodio da provincia, regendo no convento as cadeiras de philosophia e theologia dogmatica, quando succumbiu no dia 2 de Dezembro de 1858 em S. Domingos de Nictheroy, victima de um ataque de cabeça de que por vezes fôra acommettido.

Taes são as notas biographicas que devemos á obsequiosidade do actual prelado dos franciscanos o P. M. Fr. Antonio do Coração de Maria e Almeida, a quem folgamos de render publico testemunho da nossa gratidão pela benevolencia com que acolheu a nossa supplica, e solicitude com que buscou satisfazêl-a.

Parecerá talvez demasiada minucia da nossa parte em assignar todos os cargos que na sua ordem exercêra o P. M.

Monte-Alverne: levou-nos porém a isto a idéa de que a vida do frade passa-se toda em seu convento, restando apenas ao mundo o reflexo da sua gloria.

Consideraremos aqui o eximio franciscano como orador, litterato e philosopho, deixando de fallar na parte que porventura tomou nos negocios politicos, por que são elles mui recentes; faltando-nos para sua justa apreciação os necessarios elementos.

Pertence incontestavelmente a Monte-Alverne a gloria de ser o primeiro brasileiro que publicou uma collecção completa dos seus sermões, enriquecendo com ella a litteratura nacional e facilitando á critica os meios de julgal-o. Seja-nos licito citar a tal respeito o que ha quatro annos escreviamos em uma publicação litteraria quasi identica a esta (2).

« Os sermões do distincto franciscano têm uma physionomia que os faz differentes de todos os outros: o seu estylo, suas provas, e diremos quasi a disposição das diversas partes d'esses discursos, lhe são proprios. Reune em si os predicados que illustráram os mais famosos prégadores; sabe alliar a sublimidade de Bossuet á doce eloquencia e ás perfumadas phrases do suaviloquo Massillon. Cremos todavia que entre todos os oradores francezes do seculo de Luiz XIV, que lhe serviram de mestres, tinha mais predilecção pela vigorosa logica de Bourdaloue. Conscio do dever do orador evangelico de doutrinar o povo, sempre que fallava colhiam-se de suas palavras uteis lições; era o Platão catholico expondo o dogma ou a moral como o sabio grego explicava a sua republica idêal. Longe de seguir o exemplo de muitos oradores, cujos discursos são pobres de idéas, porém abundantes de palavras, que

(2) *Guanabara.* Tomo II, n. 7, pag. 122.

exprimem mesquinhos e triviaes pensamentos em sonoras phrases, o nosso eloquente patricio não se serve de um vocabulo superfluo nem de um epitheto desnecessario. »

Em nada modificaram o tempo e ulteriores estudos o juizo que então formavamos ácerca da varonil eloquencia do grande prégador brasileiro: achamol-o ainda energico na phrase, profundo no pensamento. Dir-se-hia que em vez da penna lançava mão do buril para gravar seus sermões. Para specimen d'esse valente e original estylo citemos um trecho do seu magnifico sermão de S. Francisco de Paula:

« Francisco faz em pedaços uma moeda de ouro, e mostra ao rei as gotas de sangue que corriam d'este metal precioso... E' o sangue dos teus vassallos arrastados á miseria por tuas vexações, grita o homem de Deus! E' o suor dos povos sobrecarregados de contribuições enormes, para saciar tua cobiça e promover tuas desordens. São as lagrimas de milhares de infelizes cansados de tua dominação, que te consideram seu verdugo e seu mais implacavel tyranno! Acreditas porventura que és senhor inexoravel de um povo que te foi confiado para governar e não para opprimir?... Esqueces que o Eterno se collocou no meio de teus subditos para ser o ministro da sua providencia sobre esta fracção da grande familia do genero humano? Treme, oh rei! treme da vingança que te aguarda. Um dia as maldições d'este mesmo povo, pisado pelo teu despotismo, irão reunir-se aos flagellos com que Deus sabe vingar a iniquidade e a prepotencia dos reis. Não é João Baptista na côrte de Herodes? Não é o Apostolo penetrando de terror e sobresalto o proconsul Sergio Paulo? Não é Elias trovejando contra Achab? Como não teria Francisco de Paula supplantado a tyrannia, pois que Deus o enviára para defender a causa da humanidade indignamente ultrajada?

Como não zelaria os interesses da razão o homem reservado para ser o salvador do seu paiz, o muro de ferro diante do qual viria quebrar-se a raiva do maior inimigo da civilisação e da liberdade? »

Assegura-nos um amigo nosso, testemunha presencial d'essa fulminante apostrophe, que causou ella no auditorio a mais profunda emoção. Quando o illustre orador, acompanhando as palavras com o gesto, tomou entre seus dedos uma moeda de ouro, parecendo partil-a, todos os olhos se abaixaram ao pavimento para verem se com effeito estaria elle nodoado de sangue.

Vibrante como a da araponga era a voz de Monte-Alverne: natural e gracioso seu accionado: communicando ainda alguma cousa de solemne ao seu magestoso porte o burel de S. Francisco.

Não lhe permittia a rapidez da composição limar sempre a phrase dando-lhe o contorno inteiramente portuguez, e por isso aqui e acolá encontram-se alguns gallicismos perigosos á mocidade, por partirem de tão eximio mestre, e esmaltados pela pompa de sua luxuosa dicção. Prevenindo a censura que talvez um dia lhe fosse feita, assim desculpa-se o nosso autor:

« Era preciso responder á gloria que nos chamava, não era possivel abnegar os pundonores do amor proprio : convinha ceder ao nosso enthusiasmo. Não havia tempo para ler Freire de Andrade, estudar Fr. Luiz de Sousa e o padre Antonio Vieira. Os gallicismos, os termos menos apropriados, as phrases menos correctas, deviam necessariamente desfigurar as bellezas das nossas producções. Compondo os meus sermões nunca fui embaraçado com as fórmas de que devia revestir o meu estylo. Sabia com Montesquieu ser impossivel realizar alguma cousa de importante desde que fosse mister levar á balança os nossos pensamentos.

Quando pois eu tinha de exprimir uma idéa, empregava na sua traducção o termo que me parecia mais significativo , ou mais sonoro sem curar da sua precisão, e mesmo da sua existencia. Era certamente um grande mal em ordem á litteratura, era um grande defeito: mas a idéa apparecia com as suas côres fortes e originaes, o prestigio da pronunciação conseguia o resto(3). »

Cumpre porém não dissimular, que esse estudo profundo da lingua que parecia desdenhar Monte-Alverne, é o que ainda hoje constitue a maior gloria do padre Antonio Vieira, e convida-nos a ler muitos dos seus gongoristicos sermões.

Talvez que mais tarde, retirado do pulpito, encerrando-se em sua cella, pudesse o grande prégador corrigir seus sermões aperfeiçoando-lhes a fórma afim de entregal-os á imprensa; uma fatalidade porém privou-o d'essa honrosa tarefa; referimo-nos á cegueira que o acommetteu no anno de 1837 em consequencia do excesso de applicação a que se entregára.

Rodeado de trevas e vivendo unicamente a vida do espirito, parecia Monte-Alverne um glorioso espectro, uma sombra que errava em torno dos tumulos ainda tepidos dos seus immortaes emulos, prelibando o juizo da posteridade.

Deixemol-o pintar-se a si mesmo :

« Eu era como o cego Ossian sentado sobre as cinzas do rei de Morven, para qualquer lado que estendia os braços tocava os ossos dos meus companheiros d'armas. O silencio dos tumulos me cercava, a deserção avultava progressivamente, e para cumulo de desventuras as trevas mais

(3) *Obras Oratorias* de Monte-Alverne. tom. 1.°, Discurso preliminar.

espessas envolviam este bello céo, onde tinham fulgurado tantos sóes e tão radiantes estrellas (4).»

Auxiliado pela exemplar dedicação de um amigo (o Revm. Sr. João Diniz da Silva), que acaba de praticar um acto do mais sublime desinteresse relativamente ao espolio do illustre finado, pôde Monte-Alverne dar á luz as suas obras oratorias em 4 volumes, que nos annos de 1853 e 1854 sahiram dos prelos dos Srs. Eduardo e Henrique Laemmert.

Bem fadada foi essa publicação; acolheu-a o jornalismo com enthusiasmo e diversas analyses e honrosas menções appareceram a seu respeito.

O acontecimento porém de maior magnitude que a ella se liga foi o desejo manifestado pelo Imperador de ouvir ao Chrysostomo brasileiro, cuja poderosa eloquencia abrilhantára as festas dos dois precedentes reinados.

Um pedido, um desejo, uma velleidade sequer do monarcha é para o subdito o mais terminante preceito. Assim pois esqueceu-se o padre Monte-Alverne da sua avançada idade, das suas habituaes molestias, do seu longo silencio que lhe entorpecêra a voz, finalmente da sua cegueira, e offereceu-se para prégar.

Sua reapparição no pulpito da imperial capella no dia da festa de S. Pedro de Alcantara (19 de Outubro de 1854) marcou a mais gloriosa época da sua vida, o ultimo crepusculo da grande escola que com elle findára.

Peçamos ao nosso respeitavel amigo o Sr. M. de Araujo Porto-Alegre que com o seu pincel buonarotico nos trace um quadro d'esse memorando dia:

« Um numeroso e intelligente auditorio se premava em todo o ambito da capella imperial, uma côrte luzida pau-

(4) Discurso preliminar, pag. XVI.

tava as alas do templo; os corredores, as escadas, e todo o adro se povoavam de espectadores desensoffridos, de homens, de mulheres, que vinham assistir a essa resurreição, a essa nova vida da palavra sagrada! Os velhos choravam e como que remoçavam aos assaltos de suas reminiscencias, e os moços tambem choravam á vista d'aquelle sublime representante de tantas glorias, d'aquelle antigo proprietario de tantas ovações, e do apparecimento de um homem cujo nome vagava entre nós como a sombra de um gigante.

« Parecia que tantos annos de soffrimento, de morte social e de... perseguições atrozes por aquelles mesmos que deviam sagrar como o laurel prestigioso da sua ordem, como o representante de tantas glorias e de um passado edificante, o deveriam vergar e fraquear atravez d'essa vida cahotica e silenciosa, d'essa ausencia dos livros, e sobre tudo do laboratorio das idéas; porém a sua natureza privilegiada, a sua grande individualidade, rutilavam atravez da noite em que vivia; e o homem do passado, conculcando a concha da balança do tempo, venceu os annos, as molestias e as dôres, e rebouve em uma hora dezoito annos de silencio e de retiro.

« Pulpito, templo e elle formavam uma só maça, uma só figura, um gigante, que, elevado a uma esphera superior, dominando todas as intelligencias que o escutavam, parecia desprender dos seus labios uma aurora de harmonias, um lume ainda não admirado. A geração que o escutava, na immobilidade de sua admiração, como que se achava aniquilada diante d'aquellas proporções gigantescas, d'aquella voz radiante, exhumada da obscuridade do claustro e offerecida ao sol da intelligencia com um primor de Phidias recuperado, como outr'ora Laocoon, diante do

qual a multidão de artistas do seculo de Leão X parecia desanimada!

« D'onde veiu, pois, este homem, que sua palavra sómente nos amesquinha, nos atrophia e nos faz ser uma familia de pigmêos? Onde foi elle buscar o segredo de tantos prodigios? Em si mesmo, na fonte inesgotavel da inspiração, na força da sua fé, na pratica de suas virtudes!

« O seu gesto era a estatua do pensamento que o animava; as suas mãos fallavam e escreviam; a sua voz concutia em todos os córações!

« E porque este homem extraordinario, esta força civilisadora, esta palavra viva, este cégo acenava com tanto acerto, com tanta propriedade, com tanta graça, com tanta firmeza, como se a luz lhe abrisse o grande scenario que o rodeava e o fizesse saborear os louros d'essa nova conquista? Porque nas alturas a que se elevára ninguem o viu vacillar, titubiar, e antes conculcar o chão do pulpito com aquella firmeza do sagitario, com a destreza do gladiador e com o denodo do athleta?

« Porque elle via com olhos de Homero (5)! »

Engrinaldada a fronte com os louros da victoria, que Monte-Alverne se recolhesse ao claustro, aguardando a morte, calmo e resignado, como o Moysés de Miguel Angelo sôbre o tumulo de Julio II. Tal foi o conselho que lhe deu o poeta das *Brasilianas*, o cantor de *Colombo*, n'estas eloquentes palavras:

« ..... O meteóro que segunda a sua apparição deixa logo cahir a primeira gotta de neve na pyra do enthusiasmo; a flamma crepita, o habito começa e as miserias humanas acabam o resto, mórmente quando a ostra de Aristides re-

(5) O *Guanabara*, tomo II, n. 9, pags. 323, 324.

produz-se em nossas pedras. Assim passam os bons amigos, assim dicta a prudencia.

« Foi grande o sacrificio, foi ainda maior a victoria, foi extraordinario o triumpho ; paremos no capitolio (6). »

Enebriado pela lisonja não escutou Monte-Alverne a voz da sincera amizade, e um anno depois encontrava na igreja da Gloria a sua rocha Tarpéa.

Como a luz prestes a extinguir-se, desprendêra sua intelligencia os derradeiros raios ; e profundo marasmo succedeu a esse vigoroso impulso, que tanto nos admirára no dia de S. Pedro de Alcantara. O sermão da Gloria é para Monte-Alverne o que a *Odysséa* é para Homero.

Estudemos agora o philosopho.

Reinava Condillac, representado por seu habil interprete Fr. José Polycarpo de Santa Gertrudes, quando subiu Monte-Alverne á cadeira do seminario de S. José. Numerosos adeptos contava a escola sensualista, que parecia dominar sem rival, e até nos claustros, como vimos contava ella esforçados campeões. Não trepidou o sabio franciscano em enristar a lança para combatêl-a, esmagando com a sua locução ardente as objecções de seus contrarios, e mostrando-lhes o despenhadeiro do materialismo em que iriam precipital-os suas doutrinas. Grupavam-se em torno da sua cadeira mancebos sequiosos de saber, e solicitos copiavam suas postillas, explanando ou contradizendo o caduco Genuense.

Os Srs. Drs. Magalhães, Felix Martins, Porto-Alegre e tantos outros prestimosos conductores da nova geração, pertenciam ao numero d'esses mancebos, que receberam do filho de S. Francisco suas idéas espiritualistas, que hoje vivificam seus luminosos escriptos.

(6) O *Guanabara*, tomo II, n. 9, pag. 326.

A um dos mencionados discipulos de Monte-Alverne (o Sr. Dr. Magalhães) deve a lingua portugueza a primeira obra philosophica (os *Factos do espirito humano*), digna de Kant, de Schelling e de Cousin.

Consta-nos que o padre-mestre occupava-se nos ultimos dias de sua vida em coordenar suas postillas para dal-as ao lume publico; não sabemos, porém, se se faziam ellas dignas d'essa honra ou se pertenciam ao numero dos escriptos, que, para gloria dos autores, convem deixal-os ineditos.

Honrado pelo Imperador, que lhe tributava verdadeira affeição, idolatrado por seus numerosos amigos, cercado de privilegios e immunidades na sua ordem, presidida por um seu discipulo e extremoso amigo, tranquillos se deslisaram seus ultimos annos. Incumbido por uma eminente personagem de um importantissimo trabalho, retirou-se para S. Domingos, para com mais socego confeccional-o; e n'este aprazivel sitio terminou, como dissemos, sua gloriosa existencia no dia 2 de Dezembro do anno proximo passado.

Abrindo-se excepção aos usos da ordem foi o seu corpo embalsamado pelo Sr. Dr. Peixoto, transportado de S. Domingos na galeota do arsenal de marinha e da praia de D. Manoel á ladeira de Santo Antonio n'um carro da casa imperial. Numeroso prestito, de que faziam parte os Srs. gentis-homens Cabral e Nogueira da Gama por parte de S. M. Imperial seguiu o corpo, que na subida da ladeira esperava o Sr. conselheiro Paula Barbosa da Silva; e cidadãos de todas as classes concorreram a prestar ao grande homem suas ultimas homenagens, e na occasião de ser o feretro depositado n'uma capella, aguardando seu ulterior jazigo, pronunciaram-se algumas sentidas allocu-

ções, sendo a mais notavel e que mais impressão causou a do Sr. Porto-Alegre.

Coube-nos tambem a honra de espargir algumas murchas saudades sôbre o seu tumulo por parte do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, no impedimento do seu illustrado orador.

Fr. Francisco de Monte Alverne era de estatura alta, fronte espaçosa, olhos grandes, magro e de movimentos rapidos. Seu aspecto venerando, seu ar inspirado assemelhava-se ao do infeliz Savonarola, em quem, diz Michelet, residia o espirito dos prophetas. Affavel e cortez em seu trato familiar discutia raras vezes com calma e frequentemente com paixão. Irascivel no ultimo ponto, offendia sem querer aos seus mais intimos amigos, aos quaes arrependido pedia depois perdão com verdadeira humildade. O amor-proprio do sentimento de dignidade tomava n'elle por vezes as proporções de intoleravel orgulho, com que alienou não poucas sympathias.

Eis em toscos traços bosquejada a vida do padre-mestre Monte-Alverne, ultimo elo da cadêa dos grandes oradores sagrados da côrte de D. João VI.

J. C. Fernandes Pinheiro.

TP. DE PINHEIRO & C. RUA SETE DE SETEMBRO N. 159

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

2º TRIMESTRE DE 1870

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuação da pag.* 112 *do* 1º *trimestre*)

§ 5.º

2—5. Diogo de Lara e Moraes, cidadão de S. Paulo, passou a viver na cidade do Rio de Janeiro a occupar o emprego de commissario da junta das fragatas de el-rei, em que soube estabelecer tal nome, que sendo passados muitos annos ainda existe plausivel memoria da sua recta administração, honra e zelo. Foi casado em S. Paulo com D. Isabel de Godoy, filha de João de Godoy Moreira e Eufemia da Costa Motta. Em titulo de Godoy cap. 4º § 11, com sua descendencia.

§ 6.º

2—6. Antonio de Almeida (filho de Lourenço Castanho e D. Maria de Lara, pag. 14) cidadão de S. Paulo, fez estabelecimento e assento no sitio de Araraçariguama, termo

da villa da Parnahyba, em cuja republica serviu de juiz ordinario e orphãos, e n'ella teve grande respeito e igual veneração. Casou em S. Paulo com D. Potencia Leite do Prado, que depois foi casada com Sebastião Pinheiro Raposo, filha de Paschoal Leite de Miranda e D. Anna de Ribeira. Em titulo de Mirandas cap. 3° § 5°. Falleceu D. Potencia Leite com testamento a 30 de Outubro de 1709. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios n. 446.) E teve 2 filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. D. Maria de Lara.
3—2. D. Anna de Ribeira Leite.

3—1 D. Maria de Lara foi uma das matronas do maior respeito, que venerou a patria : teve claro juizo, excellente advertencia e affavel genio. Tolerou os contratempos da adversa fortuna nos ultimos annos da sua avançada idade com virtuosa resignação e soffrimento ; porque, tendo sido a sua casa uma das maiores na abundancia dos cabedaes de muito ouro, de muita prata, de muita escravatura, a falta dos bens em prazos, como na Europa, lhe roubou a grandeza em que se viu tão opulenta ; porque o mesmo tempo lhe foi consumindo os cabedaes na opulencia do tratamento. Foi casada com João Raposo da Fonseca Leme, irmão inteiro de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, que na ausencia de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e general de S. Paulo, para o Cuiabá em 1727, ficou governador interino da mesma capitania de S. Paulo. Em titulo de Raposos Tavares § 4°. João Raposo da Fonseca falleceu em 1703. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 421.) E D. Maria de Lara Leite falleceu em 1757, e jaz na capella dos terceiros do Carmo de S. Paulo dentro do arco ao pé do presbyterio da parte do Evangelho. E teve dois filhos.

4—1. D. Anna de Ribeira Leite, que foi casada com seu tio o capitão-mór José de Goes e Moraes, como temos tratado n'este capitulo 3° § 3°, com sua descendencia.

4—2. Antonio de Almeida Lara, que acompanhando a seu padrasto Sebastião Pinheiro, encontrou com elle no Rio das Contas tanta cópia de ouro em pó, e bruto de folhetas, que se avaliou a grandeza em muitos quintaes de arrobas. D'este descobrimento tratámos em titulo de Raposos Tavares § 2°, e seu infeliz successo, Antonio de Almeida Lara, por se apartar do padrasto na derrota que levava para a cidade da Bahia, só por querer vir a S. Paulo ver sua mãi, para depois ir encorporar-se com aquelle, embarcando para a Bahia: gozou da vida que havia de perder pela horrorosa conjuração que estava formada e se verificou na de Sebastião Pinheiro, que a perdeu no mesmo sertão da Bahia. Estando em S. Paulo Antonio de Almeida que tinha levado a sua mãi duas arrobas de ouro, e tinha deixado em poder do padrasto mais de oito arrobas, teve esta infausta noticia da mortandade que fizeram os aggressores, que levaram todo o grosso cabedal de quintaes de ouro. Foi isto um grande golpe para sua mãi, que viu cortadas as esperanças que tinha elle de passar com seu cabedal a Portugal, e alli tomar estado, e estabelecer-se.

Descobertas as minas do Cuyabá, foi para ellas Antonio de Almeida Lara, onde ainda encontrou propicia a fortuna, porque, estando na sua fazenda assás populosa da Chapada, n'ella viveu com o maior respeito, que outro algum nacional ou europêo o competiu. Gastou cabedaes grandes no serviço do rei, de que na camara d'aquella villa do Cuyabá existem os documentos. O seu tratamento foi sempre igual á sua distincta qualidade; porque em tempo que para ir ao Cuyabá um cavallo se conduzia embarcado em canôa, desde

o porto de Ararytaquara até as minas, e por isso se reputavam por preço exorbitantes, Antonio de Almeida os possuia muito bons. Foi prodigo: actualmente tinha a sua casa cheia de hospedes, amigos, parentes e estranhos, no que consumia grande somma de ouro; porque no Cuyabá sempre os viveres custaram excessivos preços; e basta para prova que houve anno, em que um frasco de vinho custava dez oitavas de ouro, que em dinheiro são 15$000. Emfim, as grandes despezas que elle fazia, fez com que na decadencia das ditas minas viesse a reduzir-se a empenhos taes que, deparando-lhe a fortuna o acerto que encontrou por casualidade, lhe não utilisou tanta grandeza. Montado em um formoso bruto muito valente, indo de jornada para o novo descobrimento de Mato-Grosso, de repente tropeçou o cavallo, e se foi abaixo. Estranhou a novidade o cavalleiro por ter experiencia das forças d'aquelle animal, e, saccando-se da sella, e examinando em terra a causa da violenta quéda, achou um escondido thesouro de ouro bruto; porque o cavallo havia posto o casco de uma mão em cima de uma aguda folheta, que já estava na superficie da terra. N'aquelle mesmo lugar estava toda a grandeza de folhetas não pequenas; de sorte que alli logo chegaram os escravos, que vinham na marcha, e dentro da tarde d'aquelle dia se extrahiram algumas arrobas de ouro, de cujo Batatal (assim se ficou chamando, por serem as suas folhetas semelhantes a este legume) veiu em breve tempo a extrahir acima de onze arrobas todo de folhetas.

Recolhido para o Cuyabá e fazenda da Chapada, mandou affixar cartazes, em que avisava a todos a quem fosse devedor viessem, ou mandassem receber as quantias de que eram credores. Assim se verificou admirando aos povos o animo d'este paulista, que, vivendo tão empenhado, gostosos lhe fiavam os commerciantes tudo quanto mandava bus-

car á suas casas. Logrou de grande respeito, que lhe conciliaram, não só as suas bellas qualidades e tratamento, mas os importantes empregos que occupou, e acabou em patente de brigadeiro. Nunca casou, porque estando justo para casar com sua prima D Leonor, filha de Thimoteo Corrêa de Góes, terceiro provedor e contador proprietario da fazenda real, se desvaneceu este intento pela demora que teve no Cuyabá, aonde falleceu.

O brigadeiro Antonio de Almeida Lara foi de muita autoridade no Cuyabá. Foi eleito juntamente com o capitão-mór Antonio José de Mello para almotacel na erecção da villa do Cuyabá ao 1° de Janeiro de 1727, tendo elle o posto de tenente-coronel. Em 1729 já era brigadeiro, e foi eleito juiz mais velho da mesma villa.

Foi-lhe passada patente de regente e governador militar d'aquellas minas, pelo general de S. Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel, e n'esta qualidade mandou publicar muitos bandos em diversos tempos, como consta tudo do L. 2° de registros da camara do Cuyabá, fl. 14, fl. 36 e para diante. E tambem do L. 1.° de registros a fl. 21, e do das vereanças, fl. 2, etc.

3—2. D. Anna de Ribeira Leite (pag. 158). Foi casada com Antonio Pedroso de Barros. Em titulo de Mesquitas, § 8°. E teve filha unica.

4—1. D. Potencia Leite de Barros, que sendo casada com o sargento-mór Bento de Toledo Castelhanos falleceu sem geração. Em titulo de Toledos, cap. 1°, no 2° matrimonio de João de Toledo com D. Anna do Canto de Mesquita.

§ 7°

2—7. O padre José Pompêo de Almeida, (pag. 14) clerigo secular. Foi á côrte de Lisboa tomar ordens por falta

de bispo, que ainda então não havia no Rio de Janeiro. Esse padre se afastou inteiramente da urbana civilidade que praticavam seus irmãos. Teve genio desconfiado e altivo. vivia na opulencia dos bens patrimoniaes, e sempre retirado. N'este desconcerto lavrou o seu precipicio, posto que n'elle mereceu a contricção para alcançar a divina misericordia, como piamente cremos. Estando em S. Paulo o 1° bispo do Rio de Janeiro D. José de Barros de Alarcão, capacitando-se o padre Pompêo que nem ao prelado devia tributar obediencia, até ao ponto de romper no temerario desafogo de que S. Ex. não era capaz de o ter por subdito, não aceitou as suas suaves admoestações; e finalmente nem attendeu ás fraternaes rogativas com que o mesmo piedoso prelado o chamava ao seu agrado, quando soube da tenção do padre Pompêo, que tambem desprezou os repetidos conselhos, e grandes instancias, que lhe faziam os seus dois irmãos Lourenço Castanho Taques e Pedro Taques de Almeida, e mais parentes, para o apartarem de tão errada e perigosa resolução. Porque intentava passar-se ás Indias de Hespanha, seguindo a navegação do rio Tieté até dar ao Rio Grande, e por elle abaixo até tomar a barra de outro rio, que vai acabar em terras do estreito do barbaro gentio *Cavalleiro*, e d'alli fazer tranzito até á cidade do Paraguay. Levado pois dos impulsos da sua arrogancia, foi promptificar canôas, mantimentos, polvora, bala, cães de caça, pilotos e praticos da navegação dos rios pelas difficultosas cachoeiras que tinha de passar; e embarcou finalmente na sua frota de canôas sem mais amigos, nem parente algum, e só com os seus escravos e alguns *Carijós*, seus administrados que serviam de pilotos, praticos e remeiros. Distante de S. Paulo, com viagem de mais de 60 dias, tomou uma ilha, das

muitas que tem o Rio Grande, e em cada uma das quaes habitam feras, como são onças pardas e tigres; posto que tambem têm muita caça, como são: porcos, antas e veados. N'ella se achava, quando por occulta Providencia Divina se uniu a gente de toda aquella comitiva em um só voto; e, dispostas as cousas para a funesta resolução, fugiram todos nas mesmas canôas, levando os cães; de sorte que, quando acordou o padre Pompeu, se achou só em uma ilha, da qual de nenhum modo podia sacar-se. Conjectura-se que viveu por muitos dias, por ter o sustento nas frutas agrestes de uma grande arvore chamada jatobá; e porque tambem quando, passados annos, se deu com o lugar de sua morte e ossos d'aquelle cadaver, se observou uma quasi valla na superficie da terra do comprimento de 40 palmos, que se entendeu a formára o continuo passeio, que tinha o dito padre todo o tempo que lhe durou a triste vida. O certo é que podemos considerar que o padre Pompêo, posto n'esta triste situação, perto de acabar ou ao rigor de alguma fera ou de fome, faria grandes actos de contricção para alcançar a divina misericordia, que lhe deparou ministro para o confessar na hora da morte. O caso refere o autor da *Vida do padre Belchior de Pontes* da companhia de Jesus, no cap. 29, fl. 181 e seguintes, que nós aqui contamos da mesma fórma. O veneravel padre Belchior de Pontes, que foi varão de candura innocente, adornado de heroicas virtudes, que constam do livro da sua vida, impresso em Lisboa em 1751, residia superior de uma das aldêas do collegio de S. Paulo. Em um dia vindo o dito padre para o collegio acompanhado de alguns indios, chegando a uma pequena mata ou bosque, junto ao rio de Pinheiros, se apeou do cavallo em que vinha montado, e disse aos seus indios que alli o esperassem. Metteu-se no bosque, e tar-

dando muito na sahida d'elle, temeram os indios não tivesse acontecido algum repentino accidente ao seu superior. Penetraram a espessura toda, e não encontrando n'ella o padre clamaram á vozes, chamando-o; e, depois de sahirem ao campo e não avistando a quem buscavam, capacitaram-se que o padre já vinha adiantado, porque muitas vezes para andar a pé fazia d'estas venidas. Chegaram os indios ao collegio, e não achando n'elle o padre Belchior de Pontes, informaram aos padres do acontecido. Não causou cuidado algum a relação dos indios, porque das virtudes de Pontes havia já grandes provas entre os seus religiosos e estranhos, e esperavam que logo chegasse. Assim succedeu: chegou o padre Pontes arrimado ao seu bordão e muito socegado. Perguntou-lhe o reitor de d'onde vinha, pois que os indios tanto se tinham adiantado. Respondeu sinceramente que tinha ido ao sertão do Rio Grande confessar ao padre José Pompêo; que, desamparado de todo a sua comitiva em uma ilha acabava sem confissão.

Passaram-se alguns tempos, e correu a voz da morte do padre Pompêo; e o padre reitor mandou ao padre Pontes que fosse consolar aos irmãos do morto, que lamentavam semelhante infelicidade. Assim o fez o dito padre, procurando ao capitão-mór Pedro Taques de Almeida e a Lourenço Castanho Taques, aos quaes consolou com a certeza que lhes deu de que o padre Pompêo ainda que desamparado, morrêra confessado, e contricto de suas culpas. Depois chegando uma tropa a examinar aquella ilha (tinha sahido de S. Paulo a conquistar gentios), acharam ao pé de uma grossa e corpulenta arvore de jatobá um breviario sobre um altar feito de varas, e junto ao mesmo altar uma sepultura pouco funda, mas bem povoada de ossos. Registando-se mais aquelle lugar, viram na casca de um páo este letreiro: « Aqui jaz en-

terrado o padre José Pompêo, confessado pelo padre Pontes. » Este foi o infeliz ou venturoso fim que teve o soberbo e desconfiado genio do padre Pompêo pelos annos de 1681.

§ 8°

2—8. D. Anna de Proença (filha de Lourenço Castanho Taques e D. Maria de Lara). Casou duas vezes. Primeiro, com Pedro Dias Leite, irmão inteiro do governador Fernando Dias Paes. Em titulo de Lemes, cap. 5°. E segunda vez casou em Parnahyba, com Manoel de Brito Nogueira, natural da cidade de Lisboa (filho de Pedro Frazão de Brito, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Antonia Cabral) que falleceu em Parnahyba a 19 de Dezembro de 1693, com testamento em que declarou a sua naturalidade, e quem foram seus pais, e tambem expressou que o dito seu pai fôra commendador da ordem de Christo (Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 452). E Pedro Dias Leite falleceu em S. Paulo com testamento a 16 de Março de 1658 (Cartorio de orphãos de S. Paulo letra P, maço 1° de inventarios, n.13.) Do primeiro matrimonio teve quatro filhos, do segundo dois.

1.° MATRIMONIO

3—1. D. Maria Leite da Silva.
3—2. D. Anna de Proença.
3—3. D. Francisca Taques de Proença. Falleceu solteira.
3—4. Antonio. Falleceu menino.

2.° MATRIMONIO

3—5. Pedro Frazão de Brito.
3—6. D. Theresa de Brito Cabral.

3—1 D. Maria Leite da Silva, natural da villa de Parnahyba. Foi casada duas vezes: primeiro com Antonio Pedroso

de Barros, que no baptismo se lhe pôz o nome de Salvador; filho de Antonio Pedroso de Barros e de D. Maria Pires de Medeiros. Em titulo de Pedrosos Barros, Cap. 2° § 2°.—Segunda vez casou com o coronel Garcia Rodrigues Velho, que foi irmão inteiro de D. Maria Garcia, mulher do governador Fernando Dias Paes Leme Em titulo de Betim, cap. 2° Do 1° matrimonio teve uma filha.

4—1. D. Maria Pires da Silva, casou com Nuno de Campos. Em titulo de Campos, cap. 7.° com sua descendencia.

E do 2° matrimonio teve tres filhos naturaes da villa de S. João de Atibaya.

4—2. José Rodrigues da Silva, que falleceu nas Geraes. Sendo casado á força de armas por ser apanhado com certa menina, teve o cruel animo de afogal-a em um atoleiro.

4—3. D. Isabel de Proença, que foi casada com Francisco de Oliveira Vargas, natural do Rio de Janeiro, sem geração.

4—4. D. Maria Leite de Jesus. Existe beata no recolhimento de Santa Theresa, a quem fez doação dos seus bens, com mais de 84 annos de idade.

3—2. D. Anna de Proença. Foi moradora na sua fazenda chamada da Lapa, nas margens do rio Tieté, onde falleceu, e foi casada com Estevão Forquim Francez, natural de S. Paulo, filho de Estevão Forquim, e de sua mulher Maria da Luz. Em titulo de Forquim, cap. unico, § 2.° E teve sete filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. D. Maria Leite de Proença. Falleceu nas minas da Meia Ponte. Casou em S. Paulo com Braz Lopes de Miranda; e teve uma filha, D.....que existe casada com Gregorio da Silva Bayão, nas mesmas minas.

4—2. D. Theresa Leite, que existe em 1763. Casou com João da Silva Leme.

4—3. Pedro Dias Leite, que foi casado com D. Isabel de Sá e Moraes, filha de Manoel de Sá, professo e commendador da ordem de Christo, e D. Anna de Moraes Navarro. Em titulo de Moraes. Sem geração.

4—4. Francisco Leite, que falleceu solteiro.

4—5. Claudio Forquim Leite, que falleceu em Sorocaba em Janeiro de 1764. Casou com Barbara de Arruda, filha de Paschoal de Arruda Botelho. Em titulo de Arrudas, cap. 2º § 5º com sua descendencia.

4—6. Antonio Leite de Proença.

4—7. Bernardo Forquim dos Santos. Falleceu em 1755 (Cartorio de Parnahyba, inventario n. 684 de Bernardo Forquim). Casou em Parnahyba com Maria do O de Lara, filha de Braz de Almeida Lara, e de sua mulher Paschoa do Rego que falleceu com testamento no 1º de Setembro de 1716, natural de Parnahyba, e filha de Bento do Rego Barregão, e de sua mulher Maria de Oliveira Diniz, como consta do testamento da dita Paschoa do Rego no cartorio da ouvidoria de S. Paulo, testamentos dos residuos, letra P. E teve sete filhos.

5—1. Paschoa Leite Forquim, casou com Carlos Pedroso de Araujo, natural de S. Vicente, filho do capitão José de Araujo Guimarães. Em titulo de Pedrosos Barros, cap. 6º § 1º n. 32.

5—2. D. Anna de Proença Leite.

5—3. Maria de Lara Leite.

5—4. Francisco Leite Forquim.

5—5. Claudio Forquim.

5—6. D. Escholastica Leite (Cega).

5—7. Bernardo Forquim Leite.

3—5. Pedro Frazão de Brito (pag. 165), que com patente de D. Braz Balthasar da Silveira, confirmada por el-rei, foi capitão-mór regente das minas do Ribeirão do Carmo,

para onde sahiu de Parnahyba, onde teve sempre as redeas do governo, e foz assento na villa do Ribeirão do Carmo, onde pelo seu grande prestimo e tratamento de cavalheiro tão distincto logrou grande respeito. Foram-lhe propicias as ditas minas. N'ellas falleceu com testamento a 14 de Fevereiro de 1722. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios, o do capitão-mór Pedro Frazão de Brito, n. 537.) Foi casado com D. Isabel Bueno da Silva, filha de Simão Bueno da Silva e de sua mulher Catharina Pedrosa. Em titulo de Buenos, cap. 2º. § 2.º E teve sete filhos naturaes de Parnahyba.

4—1. Guilherme Pompêo de Brito, que existe em 1763, casado com Joanna de Marins, natural de Parnahyba, filha de Paulo de Aguiar Lara, natural da villa de S. Vicente, e de sua mulher Maria de Brito Silva. Neto por parte paterna de Manoel Aguiar de Marins, e de sua mulher Catharina de Lara. E pela materna de Gaspar de Brito Silva, natural da villa de Santos, e de sua segunda mulher Joanna de Almeida Neves. Em titulo de Almeidas Neves. (Cartorio de orphãos de Parnahyba, maço de inventarios n. 510. Paulo de Aguiar Lara. E n. 422, inventario de Gaspar de Brito Silva). Sem geração.

4—2. Francisco de Brito Xavier, falleceu solteiro.

4—3. Pedro Frazão de Brito. Casou na freguezia de Mogy-Guassú, em 1740, com Isabel da Fonseca, natural de Mogy das Cruzes, filha de Manoel Dias Delgado, e de Leonor Jorge Moreira, natural de Taubaté, e elle natural de Mogy das Cruzes. Neta materna de Juliana Antunes Cardoso, e de Sebastião da Fonseca Pinto, natural de Mogy. Em titulo do Godoy. E tem nove filhos naturaes de Mogy-Guassú.

4—4. Manoel de Brito Nogueira.

4—5. Simão Bueno da Silva, falleceu nas campanhas do Rio-Grande de S. Pedro do Sul.

4—6. D. Anna de Proença. Existe casada com Isidoro Pinto de Godoy. Em titulo de Godoy, cap....

4—7. D. Theresa Bueno da Silva, moradora na freguezia de Mogy-Mirim, casada com Antonio da Silva Fortes.

3—6. D. Theresa de Bríto (pag. 165.) Foi casada com Manoel de Moraes Siqueira, irmão inteiro do padre João de Moraes Navarro. Em titulo de Moraes, cap. 2.° § 8° n. 3—5, com sua descendencia.

§ 9.°

2—9. D. Branca de Almeida (filha de Lourenço Castanho Taques, pag. 14) falleceu em S. Paulo com testamento a 7 de Janeiro de 1714. Foi casada com João Pires Rodrigues, cidadão e natural de S. Paulo, onde serviu todos os cargos da republica. Foi paulista de muita veneração, chamado por antonomazia — Pai da Patria — pelo grande zelo que mostrou sempre pelos interesses do bem publico d'ella. Foi filho de João Pires, protector dos padres jesuitas para serem restituidos aos seus collegios de S. Paulo e Santos pelos annos de 1653, que até então se conservaram fóra d'elles depois de expulsos em Junho de 1640, cuja noticia tratamos na *Historia de S. Paulo*. Falleceu João Pires Rodrigues com testamento a 20 de Agosto de 1708. Foi sepultado no seu jazigo da capella mór do collegio de S. Paulo, que foi concedido a seu pai João Pires para si e todos os seus descendentes pelo padre geral Hyeronimo Richrt em Outubro de 1658. Em titulo de Pires, cap. 6.° E teve do seu matrimonio 12 filhos, como consta dos testamentos e inventarios que se acham no cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4°, letra I, inventario de João

Rodrigues, maço 1°, letra B. inventario de D. Branca de Almeida.

3—1. Lourenço Pires.
3—2. João Pires Rodrigues.
3—3. Francisco de Almeida Lara.
3—4. Pedro Taques Pires.
3—5. José Pires de Almeida.
3—6. Salvador Pires de Almeida.
3—7. D. Anna de Proença.
3—8. D. Maria de Lara.
3—9. D. Francisca de Almeida.
3—10. D. Mecia Rodrigues.
3—11. D. Isabel de Almeida.
3—12. D. Anna Maria de Almeida.

3—1. Lourenço Pires, falleceu solteiro.

3—2. João Pires Rodrigues, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da sua republica. Foi adornado de virtudes moraes, sendo a da affabilidade e caridade a em que mais resplandecia. Foi muito temente a Deus, e soube praticar em todo o tempo da sua vida uma inteira verdade, sem a menor discrepancia nos seus negocios, porque a sua palavra sempre foi firme. Casou em S. Paulo a 17 de Fevereiro de 1700, com Isabel Buena, natural de S. Paulo, filha de Bartholomeu Bueno, e de sua mulher Isabel de Freitas. Em titulo de Camargos, cap. 7° § 1° n.3—4. Falleceu em Goyazes. Teve oito filhos naturaes da freguezia do Juquiry:

4—1. Francisco Pires. Existe em 1764, solteiro, no Serro do Frio.

4—2. Bento Pires. Falleceu e deixou uma filha.
4—3. João Pires. Solteiro.
4—4. Bartholomeu Bueno. Falleceu solteiro.
4—5. Manoel Bueno. Solteiro.
4—6. Antonio Bueno de Almeida. Solteiro.
4—7. D. Maria Bueno. Falleceu solteira.
4—8. D. Escholastica Bueno. Falleceu solteira.

3—3. Francisco de Almeida Lara, cidadão de S. Paulo e na villa de Itú, onde fez assento. Foi bem conhecido pelo ardor do genio em castigar os seus escravos e doutrinar os filhos, por cujo rigor foi tratado com a alcunha de *Caga-fogo*. Porém quanto foi acre para os castigos familiares, tanto mais foi docil para a civilidade do trato; conservou respeito sem a nota de soberba, porque soube unir os dois extremos de soberania e affabilidade. Avançado já em annos passou para as minas de Paracatú, que foram as de maior grandeza que se descobriram no sertão que fica entre o de Goyazes e o das Geraes. Alli consumiu bom cabedal em exercitar muitos actos de caridade, e alli falleceu, estando casado em Itú com D. Maria Leme, natural da mesma villa, filha de Francisco Leme da Silva (31) e de sua mulher D. Isabel de Anhaya, ambos naturaes da dita villa, onde falleceu ella com testamento a 2 de Dezembro de 1712. Neta por parte paterna de Domingos Leme da Silva, que teve fazenda em Jagoapuraba, e de sua mulher Francisca Cardoso. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1º § 2º do 2º matrimonio de Antonio Lourenço. E pela parte materna neta de Sebastião Pedroso Bayão, natural de S. Paulo, e de sua mulher Florencia Corrêa, a qual foi filha de Serafino Corrêa, natural da villa de Guimarães, e de sua mulher Isabel de Anhaya. Em titulo de Anhayas. E teve cinco filhos naturaes de Itú:

4—1. Francisco de Almeida Lara, que existe, casado na villa de Itú com Isabel de Arruda. Em titulo de Arrudas, cap. 2.º § 1.º n. 2—10.

4—2. João Pires de Almeida. Falleceu em Goyazes.

4—3. D Branca de Almeida, existe viuva de Carlos de Araujo Gomes. Sem geração.

(31) Em titulo de Lemes, cap. 2.º § 6, n. 3—3

4—4. José Pires, que existe em 1767, morador no Serro do Frio, casado com D....

4—5. D. Isabel, que falleceu solteira em 1771.

3—4. Pedro Taques Pires, cidadão de S. Paulo, onde serviu repetidas vezes os cargos da republica. Falleceu com testamento em S. Paulo a 9 de Março de 1760. Foi verdadeiro herdeiro das moraes virtudes de seu pai, e avô João Pires Rodrigues; de tal sorte que até soube merecer com geral applauso dos moradores de S. Paulo o cognome de — Pai da Patria —, que inteiramente soube desempenhar em todas as occasiões do bem publico d'ella. Foi de animo constante para se não deixar vencer dos effeitos da lisonja ou do temor contra as materias do real serviço e do bem commum da patria, que na verdade muito lhe mereceu. Em 1737 soube com honrosa resolução desempenhar o conceito, que tinha adquirido de verdadeiro cidadão, quando á custa do um grande tropel, que lhe urdiu o odio e a injustiça, soffreu constante a injuria de uma prisão, alhêa do seu grande merecimento pela iniquidade da sua causa. Teve esta origem no desafogo da vingança pela liberdade e desembaraço com que embargou no dito anno a posse dos officiaes que, para servirem na camara da mesma cidade, tinham sahido de barrete, contra toda a disposição do regio alvará, concedido por privilegio ás duas familias de Pires e Camargos da dita cidade, onde o dito alvará é a lei que se observa para a factura das eleições triennaes e as de barrete. Fundou-se o direito da causa de embargo (porém a repugnancia foi melindroso escrupulo, não sei de que accidente de mecanismo, contra um dos officiaes eleitos), pelo despotismo com que o Dr. João Rodrigues Campelo ouvidor e corregedor da comarca havia procedido na eleição de barrete com total atrevimento de não observar o regio alvará, que n'esta occasião foi posto em total desprezo;

porque o corregedor mancommunado com os da sua parcialidade fez corpo de união para que os votos superassem aos do partido da familia de Pires e Camargos. Com effeito sahiram por vereadores de barrete Bartholomêo de Freitas Esmeraldo, moço fidalgo e professo da ordem de Christo, André Alves de Crasto, cavalleiro fidalgo e professo da ordem de Christo, e Francisco Pinheiro e Cepeda. Como todos estes não eram das familias dos Pires ou dos Camargos, nem ainda por alliança de casamentos, pugnou pelo cumprimento do real alvará Pedro Taques Pires. Posta a questão da duvida em tela judiciaria, foram rejeitados os embargos, e Taques interpôz aggravo para a relação do Estado. Antes de decidida a causa procedeu por meio extraordinario o mestre de campo João dos Santos Ala, governador da praça de Santos (então interino da comarca de S. Paulo, pela ausencia do general d'ella o conde de Sarzedas) a favor das duas familias prejudicadas, em observancia do mesmo alvará d'el-rei D. Pedro II. Confirmado por el-rei D. João V, que determina a todos os governadores e generaes o façam guardar inviolavelmente. Como o estrepito das armas jámais conseguiu boa harmonia, com a suavidade das letras, temeram os vereadores (que já tinham tomado posse) o effeito de uma prisão, no que já lhes não podia valer o corregedor, e por isso se refugiaram a lugar sagrado. Sustentava Pedro Taques Pires constantemente os embargos, porém, prevalecendo a vingança contra a razão, formaram-lhe taes culpas os parciaes do corregedor, que foi preso o inuocente Pedro Taques. D'ellas se livrou, e obteve sentença de absolvição quando já a lima do tempo tinha consumido as memorias que accenderam o fogo na officina da maldade. Porque chegado a S. Paulo Gomes Freire de Andrada em Novembro de 1737, que ia tomar posse d'aquelle governo por morte do conde de Sarzedas,

e informado da innocencia de Pedro Taques Pires, foi o instrumento para que se serenasse esta tempestade. No mesmo tempo chegou a sentença da remuneração do Estado que restituia aos seus cargos os tres vereadores, que ainda serviram os mezes de Novembro e Dezembro d'aquelle anno de 1737.

Pedro Taques serviu de juiz ordinario repetidas vezes, e sahiu eleito pela uniformidade dos votos juiz de orphãos triennal da mesma cidade, sua patria; porém, pesando na balança da sua boa consciencia o onus d'este officio, achou que era menos o desprezo da vaidade que o desvanecimento da occupação; e com este conhecimento se eximiu de ficar responsavel a tantos encargos. Casou com Maria de Arruda, que falleceu com testamento a 29 de Janeiro de 1721: (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 6º de inventarios, letra M.) filha de Francisco de Arruda Sá. Em titulo de Arrudas, cap. 1º § 8º, com sua descendencia.

3 —5. José Pires de Almeida (pag. 170), cidadão de S. Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica. Foi um dos capitães de cavallos do regimento auxiliar de minas de Villa-Boa de Goyazes, que creou D. Luiz Masearenhas, governador e capitão-general de S. Paulo, quando passou áquellas minas a fundar e levantar villa. Passou para a grandeza das minas de Paracatú, onde não lhe foi menos favoravel a fortuna. E por acompanhar a sua filha D. Branca, mulher do capitão Felisberto Caldeira Brant, passou para o Serro do Frio, cujos diamantes havia arrematado por contrato de Sexenio dito Caldeira (que depois de tanta grandeza e de fazer uma figura extraordinaria em Minas-Geraes acabou pobre em Lisboa, depois de uma dilatada prisão); falleceu no mesmo Serro, para onde tinha feito conduzir sua mulher D. Maria de Arruda, com quem casou na matriz de S. Paulo ao 1º de Julho de 1709; filha de João de Macedo.

Em titulo de Arrudas, cap. 1° § 6° n. 23, com sua descendencia. Note-se porém que o assento d'este casamento nos livros da matriz de S. Paulo, se acha formado com erro conhecido por engano do Rev. parocho, que o formou; porque, devendo declarar a D. Maria de Arruda por filha de João de Macedo, e de sua mulher D. Francisca de Godoy e Gusmão, diz o assento ibi « filha de Balthasar de Godoy e de sua mulher D. Victoria Barbosa», o que foi e é erro que reconhecemos, porque estes não foram os pais de D. Maria de Arruda, mas sim seus avós por parte materna.

3—6. Salvador Pires de Almeida, cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica. Foi casado com D. Anna de Toledo Canto. Sem geração. Em titulo de Toledos, cap. 1° do 1° matrimonio.

3—7. D. Anna de Proença, que falleceu com testamento a 10 de Maio de 1712 (cartorio de orphãos de S. Paulo, maço, 4° de inventarios letra M.): foi casada com João Gago Paes, natural e cidadão de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 29 de Fevereiro de 1728 (32); filho de Antonio Paes (que serviu na comarca de S. Paulo em 1660, como se vê no livro de registros n. 4, tit. 1658, fl. 106 e seguintes) e de sua mulher Anna da Cunha, que falleceu em 1675. (Inventarios, letra A. n. 203.) Em titulo de Prados, cap. 5° § 9.° Em titulo de Cunha Gagos, cap. 5° § 9° n. 3—1. O dito João Gago Paes se estabeleceu na sua fazenda com engenho de cannas, Arujá, junto a Bomsuccesso, cujo sitio passou a seu genro Vicente Pimenta de Abreu, que o vendeu a Manoel de Moraes Franco, que fallecendo em Guarulhos, se rematou em praça por Manoel Barbosa de Antas, em 1770. E teve 12 filhos.

(32) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 5°, letra I.

4—1. João Gago Paes.

4—2. João Pompêo Paes, casou em Itú.

4—3. Theodoro Paes, que falleceu leso do juizo.

4—4. Francisco Xavier Paes. Casou com D. Maria de Campos. Em titulo de Campos, cap. 3º § 1º n. 33.

4—5. Antonio Paes de Almeida.

4—6. D. Maria de Almeida, que casou na matriz de S. Paulo a 21 de Fevereiro de 1700 com José de Góes Cardoso, filho de Manoel de Góes, e de sua mulher Maria da Luz Cardoso. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1º § 11 n.3—2. E teve 6 filhos.

5—1. Angelo de Góes Cardoso, que falleceu de bexigas indo para Coimbra.

5—2. José Jacintho Flôres. Casou em S. Paulo em 1747 com D. Anna do Couto de Toledo.

5—3. D. Anna de Almeida, que foi casada com Luiz Cardoso Osorio. Sem geração.

5—4. D. Joanna de Almeida Góes, mulher de Manoel de Araujo de S. Paio. E teve 6 filhos.

6—1. Manoel de Araujo de S. Paio.

6—2. D. Anna de Araujo.

6—3. D. Maria.

6—4. D. Joanna.

6—5. D. Genoveva.

6—6. D. Francisca.

5—5. D. Angela de Góes, foi casada com o capitão Pedro Bernardes Caminha, do lugar de Paredes do Rio de Traz os Montes, e filho de Gregorio Bernardes Caminha, e de sua mulher..... O dito capitão das ordenanças de S. João de El-Rei falleceu em S. José do Rio das Mortes, onde teve 8 filhos.

6—1. O padre José Bernardes de Góes.

6—2. Marçal Bernardes de Góes. Foi para Mato-Grosso em 1767.

6—3. Constantino Bernardes de Góes.

6—4. D. Anna Maria Bernardes de Góes. Esta casou com Francisco Pinto Rodrigues, morador em S. José do Rio das Mortes, e juiz ordinario em 1768, natural de....

6—5. D. Maria Bernardes de Almeida. Esta casou com Domingos Gonçalves de Góes, natural da villa de S. José do Rio das Mortes, filho de

6—6. D. Barbara Maria Bernardes.

6—7. D. Marianna Bernardes.

6—8. Pedro Bernardes de Góes.

5—6. D. Maria da Luz Cardoso. Casou com Caetano de Toledo Pisa, filho do capitão-mór Dr. Simão de Toledo, n'este cap. 3° § 9° n. 3—9 a n. 4—8. E teve dois filhos:

6—1. O Reverendo Simão de Toledo Rodovalho. Foi por visitador das minas de Mato-Grosso, vigario da vara e da igreja em 1768, em que tomou posse, e logo falleceu antes de se aproveitar d'aquelle muito rendoso ministerio.

6—2. José de Toledo Piza. Existia em Araraytaguaba em 1792. Casou, e tinha filhos.

4—7. D. Maria Paes de Almeida, que foi casada com Vicente Pimenta de Abreu, natural da villa de Mogy das Cruzes, irmão do capitão Manoel Pimenta de Abreu. Ella falleceu com testamento na dita villa a 5 de Outubro de 1743, e teve quatro filhos. (Orphãos de Mogy, letra M).

5—1. Ignacia.

5—2. João.

5—3. Anna.

5—4. Vicente.

4—8. D. Branca de Almeida, que falleceu com testamento, sem geração; e foi casada com seu parente Lou-

renço Castanho. (Cartorio do 1º tabellião de S. Paulo, maço de inventarios.)

4 — 9. D. Anna da Cunha.
4 —10. D. Angela Paes.
4—11. D. Escholastica Paes.

3 — 8. D. Maria de Lara, falleceu solteira.

3 — 9. D. Francisca de Almeida. Foi casada com o Dr. Simão de Toledo. Em titulo de Toledos, (cap. 3º § 1.º) Foi natural e cidadão de S. Paulo, em 1687. (Camara de S. Paulo, livro de registos, tit. 1675 á fl. 164). e foi capitão-mór governador da mesma capitania de S. Paulo e S. Vicente, e muitos annos juiz de orphãos. Gozou um grande respeito e estimação como cavalheiro tão distincto. Falleceu em S. Paulo e sua mulher tambem, a qual foi sepultada na igreja dos jesuitas no jazigo que tinha proprio para seu pai João Pires Rodrigues. Do seu matrimonio nasceram em S. Paulo oito filhos.

4—1. Floriano de Toledo Piza.
4—2. Estanisláo de Toledo Piza, casou com.....
4—3. Bento de Toledo Castelhanos.
4—4. D Marianna de Toledo Piza, casou com Antonio José de Camargo, filho do coronel Estevão Lopes de Camargo e de D. Isabel Paz de Siqueira (Titulo Camargos, cap. 1.º § 2.º. n. 3—1 a n. 4—8.)
4—5. D. Bernarda de Toledo Piza, solteira.
4—6. D. Branca de Toledo Piza, casou com Gregorio Garcêz da Cunha, irmão de Aleixo Garcez da Cunha.
4—7. D Anna de Toledo Piza, falleceu solteira.
4—8. Caetano de Toledo, no n.º 5—6. pag. 177.
4—9. D. Maria Pedroza de Toledo, casou com Gonçalo Simões Chassim, filho de Pedro Gonçalves Meira e D. Maria Simões Chassim, natural de Parnahyba.

4—1. Floriano de Toledo Pisa, existe em 1766, cidadão de S. Paulo, de cuja republica tem servido seus honrosos

cargos. Está casado com D. Antonia de Medeiros Cabral, filha de Manoel Lopes de Medeiros, cidadão de S. Paulo, de cuja comarca foi sargento-mór com 80$000 réis de soldo, por carta patente de Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e S. Paulo, que dando conta a Sua Magestade d'este provimento na pessoa de Manoel Lopes de Medeiros, foi o dito senhor servido confirmar-lhe a patente por carta de 12 de Novembro de 1700, como se vê na secretaria do ultramar (livro das cartas do Rio de Janeiro, anno de 1673, a fl. 270, e cartorio da provedoria da fazenda de Santos, livro de reg, a fl....). Este paulista foi cheio de tanta honra como de espiritos para o zelo da utilidade e bem commum da patria, sendo igualmente efficaz para o real serviço, por cujos merecimentos conseguiu a incomparavel honra de receber uma carta firmada pelo real pulso d'el-rei D. Pedro, com data de 20 de Outubro de 1698, na qual Sua Magestade lhe louva o zelo com que se houvera na expedição das ordens que lhe expedira o governador Arthur de Sá, que lhe manda agradecer por esta carta, segurando-lhe que tudo que tinha obrado lhe ficava em lembrança para folgar de lhe fazer toda a mercê, quando tratasse dos seus requerimentos e de sua mulher D. Maria Moreira Cabral, irmã inteira de D. Francisco Mathêos Rendon, de quem tratamos n'este capitulo. E em titulo de Rendon n. 1°, cap. 1° § 6.° E teve 8 filhos.

5—1. Simão de Toledo Almeida, casado com D. Custodia Paes, das quaes tratamos n'este capitulo § 3° n. 4—6.

5—2. D. Maria Angela da Luz de Toledo. Existe viuva de seu marido Angelo Xavier do Prado, natural de Mogy das Cruzes, que falleceu em S. Paulo, em 1768. Irmão inteiro do M. R. Faustino Xavier do Prado, conego da Sé de S. Paulo, que pelas suas virtudes e outros merecimentos

passou sempre occupado nos empregos de pastor de almas em varias igrejas, e foi visitador de uma grande parte do bispado, filho de Francisco de Borja Xavier,que, nascendo no mar, foi baptizado no Rio de Janeiro, para onde vieram seus pais,e de sua mulher D. Maria do Prado, natural de Mogy das Cruzes.Neto por parte paterna de Pedro de Barros, sargento-mór do regimento de artilheria do presidio do Rio de Janeiro, que acabou governador da fortaleza de S. João do mesmo presidio, e de sua mulher D. Josepha Rodrigues, naturaes da villa da Gaya da cidade do Porto. E pela parte materna, neto de Salvador do Prado. (Em titulo de Prados, cap. 8° § 1° n. 3—1 e seguintes.) E teve filho unico.

6—1. José Joaquim Xavier de Toledo.

5—3. D. Anna Maria de Toledo. Em S. Paulo, casada com o sargento-mór Patricio da Silva Chaves, natural de Minas-Geraes, filho do sargento-mór João Gonçalves Chaves, e de sua mulher D. Michaela da Silva, uma das casas da maior opulencia e tratamento que teve a capitania das Geraes. Tem 2 filhos.

5—4. D. Ignacia Maria de Jesus, casou em S. Paulo com Antonio de Freitas Toledo, seu parente, cidadão de S. Paulo, filho de Francisco de Freitas de Toledo, (irmão inteiro do capitão-mór governador D. Simão de Toledo Pisa). Em titulo de Toledos, cap. 3° § 7.° E tem 10 filhos.

5—5. Manoel Joaquim de Toledo. Existe casado com D. Maria Forquim de Almeida, e se receberam na freguezia de Araraytaguaba, filha de José de Almeida, natural da cidade do Porto, e de sua mulher Maria Forquim da Luz, da cidade de S. Paulo. Em titulo de Forquins, cap. 1°. E tem 4 filhos.

5—6. José Floriano, que falleceu afogado no rio Tieté em 1763, solteiro.

5—7. Antonio João de Toledo, casado em a matriz de Mogy das Cruzes com D. Angela Maria de Jesus, filha do capitão de ordenanças Marcellino Corrêa de Mattos, e de sua mulher D. Maria Rodrigues Froes, natural da mesma villa, e por ella neta do coronel Pedro Rodrigues Froes, familiar do Santo Officio da inquisição de Lisboa, e de sua mulher D. Isabel Barbosa de Moraes, que falleceu na villa de Mogy a 20 de Abril de 1742. Em titulo de Moraes, cap 2°, § 6° n. 3—3 e seguintes.

5—8. D. Ursula Maria das Virgens (filha ultima de Floriano de Toledo, n. 4—1 pag. 178), existe solteira.

3—10. D. Mecia Rodrigues, foi casada em S. Paulo a 31 de Julho de 1695 com Antonio de Godoy Moreira Mendonça, filha de Belchior de Godoy e de sua mulher Catharina de Mendonça. Em titulo de Godoy, cap. 1°. § 3. E teve 4 filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. João Pires de Godoy.

4—2. Antonio de Godoy, morador da villa de Mogy, onde serviu os cargos da republica, casou com Joanna Simôa Rodrigues, natural de Mogy. E teve

5—1. Antonio de Godoy de Almeida.

5—2. Maria de Godoy de Almeida.

5—3. Isabel de Godoy de Almeida, mulher de Manoel Adorno, natural de Mogy.

5—4.....

4—3. José Pires de Godoy, alferes da companhia de Jacareby.

4—4. Maria de Godoy, foi casada com Manoel Pimenta de Abreu, natural de Mogy, onde foi capitão, e com os seus soldados e officiaes subalternos sahiu de soccorro á sua

custa, sustentando a companhia toda, para a villa de Santos, em tempo que o francez tinha tomado o Rio de Janeiro. Foi da governança d'aquella republica, onde sempre teve o primeiro voto. Foi filho de.....

E teve 7 filhos naturaes de Mogy:

5—1. Antonio Pires.

5—2. Vicente Pimenta de Abreu.

5—3. Anna Paz de Almeida, natural de Jacarehy.

5—4. Maria de Godoy de Almeida.

5—5. Isabel de Almeida.

5—6. Anna Pires de Almeida.

5—7. Archangela Pimenta.

3—11. D. Isabel de Almeida, que na matriz de S. Paulo a 23 de Abril de 1702 casou com Manoel de Góes Cardoso, sem geração. Em titulo de Carvoeiros, cap. 1° § 11.

3—12. D. Anna Maria de Almeida (filha ultima de D. Branca de Almeida, pag. 170), casou na matriz de S. Paulo a 10 de Agosto de 1709 com Thomé Alvares, natural da cidade de Evora, e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, e foi juiz ordinario e de orphãos; filho de Miguel Alvares, de Evora, da freguezia de Nossa Senhora de Machado, e de sua mulher Anna Pereira, natural da villa de Evoramonte. Este Thomé Alvares foi capitão de infantaria da companhia do regimento dos auxiliares da nobreza de S. Paulo, que occupou pelos annos de 1707. Foi irmão inteiro do padre prégador Frei Francisco de S. Thomaz, religioso franciscano da provincia dos Algarves. Neto por parte paterna de João Gonçalves e de sua mulher Brites Visagre, naturaes da freguezia de Nossa Senhora de Machado, termo da cidade de Evora. E pela materna neto de Antonio Fernandes Ramalho e de sua mulher Isabel de Paiva, naturaes da villa de Evoramonte. Consta o referido de um instrumento de *puritate et nobilitate*

probanda, que por parte, e a requerimento do capitão Thomé Alvares,se processou em 1707 na cidade de Evora, sendo escrivão dos autos o tabellião Manoel Botelho de Mattos, que dos ditos autos passou instrumento que em Lisboa foi reconhecido em 24 de Março de 1707 pelos tabelliães Antonio da Costa Pereira e Manoel Gomes de Carvalho, e se passou por India e Mina pelo Dr. Manoel de Freitas Soares, juiz de India e Mina das justificações ultramarinas em Lisboa. E teve unica filha natural de S. Paulo.

4—1. D. Josepha de Almeida, que existe em 1783, viuva de seu marido João Gonçalves Figueira, de quem fizemos menção n'este cap. § 1° pag. 39. No gráo de impedimento de affinidade em que se achava João Gonçalves Figueira foi dispensado para contrahir o matrimonio, do qual nasceram em S. Paulo 3 filhos :

5—1. Pedro de Almeida Lara, falleceu solteiro em um naufragio que fez uma sumaca, em que ia embarcado do Rio de Janeiro para Santos.

5—2. Thomé de Almeida Lara, que em 1762 foi creado alferes da companhia do capitão João de Siqueira Barbosa, para o regimento de infantaria do Rio-Pardo, na mesma occasião, que se formou a recruta das quatro companhias paulistas com 200 homens. Vide n'este cap. § 3° n. 4—6: Passou a alferes de dragões pela promoção de 1764.

5—3. D. Anna do Pilar, que em S. Paulo casou com João de Godoy Pinto da Silveira, natural e cidadão da mesma cidade, filho de Francisco de Godoy Preto e de sua primeira mulher D.....

Descobrindo no sertão inculto entre o rio das Almas e o de Calhamares as ferteis minas, que tomaram o nome, que ainda hoje conservam, do Pilar, foi d'ellas guarda-mór; estando de antes capitão de cavallos do regimento

auxiliar das minas de Goyazes, por patente de D. Luiz Mascarenhas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo e Minas do Cuiabá e Goyazes em 1740. Existe em posto de capitão-mór conquistador dos barbaros indios *Cayapós*, em cujo emprego succedeu a Antonio Pires de Campos, debaixo das mesmas régias mercês de habito de Christo com tença de 50$ réis, e officio de escrivão da ouvidoria da Villa Boa de Goyazes em propriedade. Tem-se feito bem conhecido pelo destemido animo de que se reveste para castigo dos gentios, que d'antes infeccionavam o continente d'aquellas minas, e sua comprida estrada. Mas fez-se suspender esta conquista por nova ordem, o que bastou para os mesmos barbaros repetirem com maior excesso os insultos de tantos incendios e mortes que têm executado. Agora em 1763 tornou a vir ordem de Sua Magestade para se conquistar este inimigo á força de armas, visto serem incapazes de reducção por meio da suavidade de paz, que como brutos indomitos não admittem.

§ 10

2—10. D. Maria de Lara (filha de Lourenço Castanho Taques e de D. Maria de Lara, pag. 14), foi casada com João de Toledo Castelhanos, natural e cidadão de S. Paulo. Em titulo de Toledos, cap. 1º, onde tratamos do illustre sangue d'este cavalheiro paulista pelos costados paternos, que vão acabar á casa de Alva de Tormes em Castella que são duques e condes de Oropeja. E teve nascidos em S. Paulo 7 filhos:

3—1. D. João de Toledo Piza e Castelhanos.
3—2. Lourenço de Toledo Taques.
3—3. Diogo de Toledo Lara.

3—4. Simão de Toledo Castelhanos.
4—5. D. Maria de Lara, falleceu solteira.
4—6. Ignacio, falleceu religioso carmelita calçado.
4—7. D. Theresa do Prado Castelhanos.

Cópia de alguns papeis avulsos da geração do capitão-mór D. João de Toledo Pisa, n. 3—1. (E' letra estranha e emendada por Pedro Taques).

4—1. Anna Ferreira de Toledo.
4—2. D. Branca de Toledo.
4—3. D. Joanna de Toledo.
4—4. D. Angela de Toledo.
4—5. D. Francisco de Pisa.
4—6. D. João de Piza Toledo.
4—7. Antonio de Toledo.
4—8. D. Ignacia de Pisa.
4—9 D. Theresa de Teledo.
4—10. D. Maria de Lara de Toledo.
4—11. D. Maria Phenix.

4—1. D. Anna Ferreira de Toledo, casada com Salvador Corrêa Bocarro, natural de Taubaté, que foi guarda-mór das minas da Campanha do Rio-Verde de Santo Antonio de Val de Piedade, filho de Serafino Corrêa e de Branca Raposo. E teve 10 filhos.

5—1. Salvador Corrêa de Toledo, que em 1749 tomou a medalha de familiar do Santo Officio: existe solteiro em 1773.

5—2. D. Branca Theresa de Toledo, existe viuva de Domingos Gonçalves Vianna, natural d'esta villa, filho de Domingos Alves Ferreira e de D. Serafina de..... E teve seis filhos nascidos na freguezia de Santo Antonio de Val de Piedade.

6—1. Domingos Gonçalves Vianna.
6—2. Antonio de Araujo de Toledo. Existe em S. Paulo.

6—3. Francisco Leonel Gonçalves. Falleceu em S. Paulo a 20 de Junho de 1773, e jaz em Santa Theresa.

6—4. D Maria Theresa de Toledo, casada com Francisco Ignacio, natural da villa da Covilhã.

6—5. D. Luiza Joaquina de Toledo, casada com Francisco Lopes da Silva, natural do Rio de Janeiro.

6—6. D. Isabel Leonor de Toledo, solteira.

5—3. João de Toledo Castro.

5—4 D. Custodia do Sacramento, casada na freguezia de Santo Antonio com Manoel de Sousa da Silveira, natural da ilha do Fayal, primo direito do padre João de Mattos da Silveira. Elle falleceu em 1769, e teve 2 filhos.

6—1. Joaquim Eloy da Silveira.

6—2. José Manoel de Toledo.

5—5. D. Anna Joaquina de Toledo, casou na freguezia da Campanha com Mathias Ferreira de Sampaio, natural do Rio de Janeiro, que falleceu em 1772. E teve dez filhos.

6—1. Maria Ferreira de Toledo.

6—2. Theodora Rangel de Toledo.

6—3. Anna Ignacia.

6—4. Bernardo Ferreira.

6—5. Ursula.

6—6. Thomasia, falleceu menina.

6—7. Francisca.

6—8. Antonio.

6—9. José, falleceu menino.

6—10. Joaquina, falleceu menina.

5—6. Maria Nazareth, solteira.

5—7. Francisco Felix Corrêa. Depois de correr varias

fortunas por suas extravagancias, casou finalmente em S. Paulo com D. Quiteria Rendon, filha de Simão de Toledo e D. Custodia Paes. Assentou praça em tempo de Martim Lopes de Sousa.

5—8. Andreza de Castanho Moreira, solteira.

5—9. Branca Zeferina de Toledo, solteira.

5—10. Anna Ursula de Alvarenga, solteira, todas em 1773.

4—2. D. Branca de Toledo, casada com Francisco Xavier da Silva, natural de Portugal. E teve onze filhos :

5—1. D. Luiza de Toledo, solteira.

5—2. D. Maria Rosa, casada com Manoel Teixeira Ribeiro, natural de Portugal. Deixou geração.

5—3. Theresa Angelica, viuva de José Pedro da Silveira, natural de Portugal. Deixou geração.

5—4. Anna de Toledo, solteira.

5—5. Angela de Toledo, casada com João Francisco Grillo, natural de Portugal. Deixou geração.

5—6. Ursula Francisca de Toledo, solteira.

5—7. Joanna de Toledo, casou com Joaquim da Silva Povoas, filho de....

5—8. Francisco de Salles Xavier, solteiro.

5—9. Ignacio Xavier, solteiro.

5—10. José Xavier de Toledo, sacerdote do habito de S. Pedro.

5—11. Manoel Xavier, casado com Maria Theresa Rangel, natural de Pitangui. Deixou geração.

4—3. D. Joanna de Toledo, casou com Miguel Pires Barreto, irmão do guarda-mór Salvador Corrêa Bocarro E teve doze filhos :

5—1. João de Pisa Castelhanos, casado com D. Maria do Monte-Claro, natural de Taubaté, filha do sargento-mór Manoel Pinto Barbosa. Deixou geração.

5—2. Anna Joanna de Toledo, solteira.

5—3. Manoel Joaquim de Alvarenga, solteiro, viveu na Bahia com D. João de Pisa : assentaram-lhe praça ; deu baixa, e veiu a Lisboa em 1782, e voltou para Pernambuco.

5—4. Antonio Manoel de Alvarenga, clerigo de S. Pedro.

5—5. José Alberto de Toledo.

5—6. Alexandre Manoel.

5—7. Miguel Pires Barreto.

5—8. Francisco Moreira de Castanho.

5—9. Maria Sophia de Toledo.

5—10. Branca Raposo.

5—11. Joanna de Toledo.

5—12. Angela de Toledo : Todos solteiros.

4—4. D. Angela de Toledo, casou com José da Costa, natural de Portugal. E teve 5 filhos :

5—1. José da Costa de Toledo.

5—2. Maria da Costa de Toledo.

5—3. Rita de Cassia de Toledo.

5 —4. Branca Benedicta de Toledo, casou com José Pereira Caixeta, natural de Villa-Rica.

5—5. Bento Ferreira de Toledo, casou com D. Maria.....

4—5. D. Francisco de Pisa. Casou em Araritaguaba com D. Escholastica, em titulo de Lemes (cap. 5°).

4—6. D. João de Pisa de Toledo, familiar do Santo Officio. Teve uma grande reputação na cidade da Bahia, onde viveu muitos annos. Teve um grande officio na alfandega, seu, e falleceu em 177..

4—7. Antonio de Toledo, solteiro.

4—8. D. Ignacio de Pisa, falleceu solteiro na campanha do Rio-Verde.

4—9. D. Theresa de Toledo, casada na Campanha com o alferes Manoel Corrêa Harnaut, natural de Portugal. E teve treze filhos:

5—1. Anna Joaquina do Toledo, casou com Manoel Nunes de Mendonça, natural de Pindamonhangaba, filho de Domingos Nunes de Mendonça. Deixou geração.

5—2. Joaquim Corrêa Harnaut, solteiro.

5—3. José Corrêa Harnaut, solteiro.

5—4. D. Rita Maria de Toledo, solteira.

5—5. D. Francisca, casou com Antonio Leite de Mendonça, irmão de Manoel Nunes de Mendonça, acima.

5—6. D. Maria Phenix de Toledo, solteira.

5—7. D. Ursula Margarida de Toledo, solteira.

5—8. D. Genoveva da Trindade e Toledo, solteira.

5—9. D. Quiteria de Toledo, solteira.

5—10. D. Escholastica de Toledo, solteira.

5—11. D. Joaquina de Toledo, solteira.

5—12. Antonio Corrêa, solteiro.

5—13. Ignacio Corrêa Harnaut, solteiro.

4—10. D. Maria de Lara de Toledo, casou com Manoel Cavalheiro de Lombria.

4—11. D. Maria Phenix, casou com Pedro Vaz de Campos, em Araritaguaba.

Morte do capitão-mór D. João de Toledo Pisa

Estando no lugar chamado da Rocinha, sitio da freguezia do Rio-Grande, em casa de sua filha, D. Branca de Toledo no decurso de cinco annos de assistencia, estando são e sem

a menor enfermidade, deu balanço a todos os papeis que possuia e foi reduzindo á cinzas todos os que não diziam respeito a utilidade do seu casal; e completa esta diligencia se despediu da filha para vir buscar a casa da outra filha D. Anna Ferreira de Toledo, affirmando que era chegado o tempo da sua morte. N'esta jornada procurou a seu bom amigo e compadre o padre Bento Ferreira Villa-Nova, e o conduziu para seu confessor na hora da morte. Ambos chegaram á casa de D. Maria, onde foi recebido com os agasalhos do respeito e amor paternal. N'esta casa durou quatorze dias, dispondo sua alma com o pasto espiritual e sempre com saude e sem declinação no juizo. Chegou o dia da sua morte, e recolhendo-se á cama pediu a seu confessor que o não desamparasse, porque até ás 5 horas da tarde havia dar contas ao Creador: assim succedeu, e abraçado com o santo crucifixo acabou a vida pelas 5 horas da tarde com grande consolação de todo o concurso que lhe assistia. Tinha feito o seu testamento n'esta mesma casa, e n'elle pediu ser amortalhado no seu habito que tinha, de terceiro de S. Francisco, e que as ceroulas que havia vestir sobre a camisa depois de cadaver, fosse pedida pelo amor de Deus, a quem lhe désse essa esmola; e sepultado o seu corpo no lugar do cruzeiro do adro da igreja matriz de Santo Antonio de Val de Piedade da Campanha do Rio-Verde.

CAPITULO IV

1—4. D. Sebastiana Taques, (pag. 245, 2" trim. de 1869). Casou em S. Paulo a 16 de Fevereiro de 1632 com João Ferreira Coutinho, filho de João Ferreira e de sua mulher D. Branca, moradores da capitania do Espirito-Santo villa da Victoria; o que consta do Liv. 1º dos casamentos da matriz de S. Paulo, anno de 1632. Sem geração.

CAPITULO V

1—5. D. Maria Pompêo Taques, casou em S. Paulo com Manoel de Góes Raposo a 25 de Fevereiro de 1635, natural de S. Paulo, filho de Antonio Raposo e de sua mulher Isabel de Góes. Assim se vê no Liv. 1° dos Assentos dos casamentos da matriz de S. Paulo, anno 1635. D. Maria Pompêo falleceu com testamento em S. Paulo a 13 de Janeiro de 1647. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3° d'inventarios, letra M); e seu marido em 1671 com testamento.(Cartorio de orphãos de Parnahyba,inventario n. 222.) Antonio Raposo, pai do dito Manoel de Góes Raposo, foi natural da cidade de Beja, e falleceu em S. Paulo com testamento a 7 de Janeiro de 1633, cavalleiro armado. Em titulo de Raposos Boccarros.(Cartorio de orphãos de S. Paulo maço 2° de inventarios, letra A. o de Antouio Raposo.) E de sua segunda mulher Isabel de Góes, natural da ilha da Madeira, que falleceu em 1629. (Orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra I, o de Isabel de Góes); e foi filha de Domingos de Góes, natural da ilha da Madeira, e de sua primeira mulher Catharina de Mendonça com quem já veio casado da dita ilha para S. Vicente em 1545. Tudo se vê no archivo da camara de S. Paulo, no caderno titulo 1598. Provedoria da fazenda real, livro de sesmarias, titulo 1555 a fl. Este Domingos de Góes e sua primeira mulher Catharina de Mendonça vindos da ilha da Madeira foi um dos casaes dos primeiros povoadores de S. Paulo transmigrados da villa de S. Vicente, onde tiveram o primeiro estabelecimento para a fundação de S. Paulo. Foram pessoas de estimada nobreza, por cujo merecimento conseguiram casamentos de igualdade seus filhos, como se vê em titulos de Raposos Góes, nos §§ 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7° e seguintes.

Manoel de Góes Raposo fez assento junto á villa de Parnahyba, onde teve fazenda de grande cultura, porcos, muito gado vaccum e animaes cavallares. E teve só duas filhas, como se vê dos testamentos acima accusados, naturaes de S. Paulo.

2—1. D. Anna de Góes, § 1°
2—2. D. Isabel Pompêo, § 2°

§ 1°

2—1. D. Anna de Góes (chamava-se Anna de Proença quando falleceu sua mãi em 1647) que foi moradora da villa de Parnahyba, onde falleceu com testamento a 18 de Fevereiro de 1679, e foi casada com Aleixo Leme dos Reis (irmão de Sebastião Leme da Silva, filhos de Pedro Leme, e de sua mulher Helena do Prado. Em titulo de Lemes), que falleceu com testamento a 17 de Outubro de 1671. (Cartorio da villa de Parnahyba, maço de inventarios, letra A., n. 278, o de D. Anna de Góes; letra A., n. 221 o de Aleixo Leme dos Reis). E teve naturaes de Parnahyba quatro filhos:

3—1. Manoel de Góes Raposo.
3—2. Maria Leme da Silva.
3—3. Maria Pompêo.
3—4. Maria Leme do Prado.

3—1. Manoel de Góes Raposo. Casou com Ursula Pedrosa. E teve.

4—1. Manoel de Góes Raposo, que existe em 1665, morador no sitio do Taboão, caminho de Jundiahy, e casado com Isabel da Rocha, natural de Parnahyba, viuva do seu primeiro marido Antonio de Lemos Moraes. E tem tres filhos:

5—1. Manoel de Góes Raposo.
5—2. Escholastica.
5—3. Maria.

4—2. Maria Pompêo de Almeida. Casou em Parnahyba com José de Oliveira, que falleceu em 1725. E teve onze filhos como se vê do seu testamento. (Orphãos de S. Paulo, etra I, n. 311.)

4—3. Josefa.....casou com Vicente Ferreira de Tavora, morador de Itú. E tem filhos.

3—2. Maria Leme da Silva. Foi casada com Antonio Gonçalves Ribeiro, natural de S. Paulo, que falleceu no sertão dos Curraes da Bahia, filho unico de Manoel Gonçalves Cadime, natural da ilha de S. Miguel, e cidadão da cidade de S. Paulo, e de sua mulher Mecia Ribeira, natural da mesma cidade, que teve terras no Itahim, e falleceu a 21 de Agosto de 1709 com testamento que se acha no residuo da ouvidoria de S. Paulo, letra M., pessoas nobres, como consta dos autos de *puritate et nobilitate probanda*, processados no juizo ecclesiastico em 1724, sendo escrivão o padre João Gonçalves da Costa, e vigario da vara o padre João de Pontes; e o justificante foi o alferes Sebastião do Prado Cortez pelos seus quatro avós; e sua mulher Maximiana de Mariz tambem pelos seus quatro avós. E teve seis filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. Sebastião do Prado Cortez. Nasceu a 21 de Setembro de 1689, e falleceu em S. Paulo com testamento a 11 de Dezembro de 1763. Foi alferes de infantaria da companhia das ordenanças do capitão Gaspar Cubas. Da sua justificação sobredita consta do seu zelo e honra nas diligencias que lhe foram encarregadas; a qual se acha no juizo ordinario da cidade de S. Paulo (Aut. Civis de Justificações, letra S.) Foi casado em S. Paulo com Maximina de Mariz,

a 2 de Novembro de 1687, sua prima em 3° gráo de consanguinidade, filha de Francisco de Alvarenga Mariz, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Maria Pacheco Micel, natural de S. Paulo. Neta pela parte paterna de Salvador Antunes Lobo, natural da ilha de S. Miguel, e de sua mulher Beatriz Pereira de Mariz, da nobre familia do seu appellido da capitania do Rio de Janeiro. E pela parte materna neta de Antonio Pacheco Jorge e de sua mulher Maria Micel. Em titulo de Pachecos Jorges. E teve, naturaes de S. Paulo, nove filhos.

5—1. José Francisco Raymundo, que, desprezando os cstudos, tratou de negocio, administrando os dizimos, que por contrato arrematou seu pai; e depois para Goyazes, e fez estabelecimento em fazendas de gados nos campos do rio Oruhu, perto de Villa-Boa, onde existe solteiro.

5—2. Sebastião de Almeida Taques, falleceu solteiro.

5—3. João Pedroso Leme, existe em S. Paulo solteiro.

5—4. Theresa de Jesus do Prado. Casou em Jacarehy com José da Silva Gonçalves, natural de Taubaté, filho de José da Silva Gonçalves, que foi morto por aleivozia de seus proprios escravos, estando senhor da fazenda e engenho da casa de telha da Borda do Mato, termo da villa de Goyazes ; e de sua mulher Isabel Pedrosa de Freitas, natural de Taubaté. Em titulo de Freitas.

5—5. Maria José de Jesus, que casou em S. Paulo com José Pacheco Micel, e foram dispensados nos impedimentos dos gráos de parentesco de consanguinidade, em que por duas linhas prendiam ; filho de Antonio Pacheco Micel, e de sua segunda mulher Maria Blanca da Silva. Em titulo de Pachecos Jorges, cap. 1.°

5 —6. Maria do Nascimento de Jesus, existe, e casou em S. Paulo com José Pereira da Cunha, natural da fre-

guezia de Santo Amaro, termo da mesma cidade, filho de José Pereira Ebano e de sua mulher Joanna da Cunha. Elle é da nobre familia de Botafogos, da cidade do Rio de Janeiro. Em titulo de Botafogos.

5—7. Francisco José Raymundo Taques, que se acha habilitado para ordens, baptizado em S. Paulo a 3 de Setembro de 1726.

5—8. Sebastião do Prado Cortez, falleceu solteiro.

5—9. Maximiano Pereira de Mariz, existe solteiro.

4—2. Antonio Gonçalves Ribeiro, foi casado com Domingas da Rocha, natural de Parnahyba. Sem geração.

4—3. José Gonçalves Ribeiro, foi casado com D. Isidora do Amaral, filha de D. Escholastica de Godoy da Silva, e de seu primeiro marido o sargento-mór Bento do Amaral da Silva, de quem temos tratado n'este titulo. (Cap. 2° § 3° pag. 255, 2.° trim. de 1869).

4—4. Angela dos Reis. Existe viuva de seu marido Manoel Rodrigues. Sem geração.

4—5. Anna de Góes, que foi casada com Leandro Dias Cardoso, natural da villa de Sergipe del Rei, termo da cidade da Bahia, filho de Antonio Dias Cardoso, e de sua mulher Sebastiana de Azevedo. E teve seis filhos:

5—1. João Cardoso da Silva.

5—2. José Pedroso Leme.

5—3. Pedro Rodrigues da Silva. Casou com Marianna de Siqueira, filha de Alberto de Oliveira e Helena do Prado. Em titulo de Lemes, cap. 7° § 4° n. 3—1.

5—4. Bento Leme da Silva.

5—5. Antonio Cardoso da Silva.

5—6. Ignacio Dias Cardoso.

4—6. Theresa da Silva Leme. Existe viuva de Faustino

Pereira de Abreu, natural de Ponte de Lima. Sem geração. Falleceu em 1768.

3—3. Maria Pompêo. Falleceu com testamento em 1715. (Cartorio, Livro de notas de S. Paulo, inventario de Maria Pompêo). Foi casada com Manoel Corrêa de Carvalho. Sem geração.

3—4. Maria Lemedo Prado. Foi casada com Manoel Gonçalves de Aguiar, natural de Parnahyba, filho de João Gonçalves, natural do Rio de Janeiro e de sua mulher Luzia Bicudo. Em titulo de Bicudos, cap. 5° § 3° n. 3—7. E teve.

4—1. Alvaro Netto Bicudo, natural de Parnahyba, falleceu em S. Paulo (Orphãos de S. Paulo, letra A n. 196). Foi casado com Escholastica da Silva Micel, natural de S. Paulo, filha de Antonio Pacheco Micel, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua segunda mulher Maria Blanca da Silva, natural de S. Paulo, que foi filha de José da Silva Góes, por alcunha--Cabeça do Brasil—, por ser natural da villa de S. Vicente, que algum dia foi cabeça de comarca, e primeira villa que fundou o descobridor e senhor donatario da capitania Martim Affonso de Sousa, e de sua primeira mulher..... Blanca. Em titulo de Pachecos, cap. 1° § 10. E teve cinco filhos, que consta do testamento com que falleceu a 31 de Março de 1732 o dito Alvaro Netto.

5—1. João Bicudo, morador e casado em Parnahyba.

5—2. Antonio Bicudo, morador nas suas lavras de Jaraguá, casou com.....

5—3. Maria Blanca da Silva, casou com Miguel Garcia de Carvalho. Sem geração.

5—4. Escholastica Bicudo, casou com José Soares, morador de Jundiahy, tem filhos.

5—5. Maria.

4—2. Isabel.....moradora e casada nas Geraes em Guarapitanga com.....

4—3. Joanna.....idem.

4—4. Antonia.....casou com André de Mello dos Santos, moradores no dito lugar das Geraes, e têm filhos, entre os quaes é o padre André de Mello dos Santos.

§ 2.°

2—2. Isabel Pompêo, (pag. 192) casou segunda vez com Manoel Chaves Leme, que passando de morada para a villa de Guaratinguetá n'ella falleceu a 28 de Maio de 1668. Sem geração.

CAPITULO VI

1—6. Antonio Pompêo de Almeida. Em vida de seu pai Pedro Taques, foi mandado por elle a Lisboa, de onde passou a Angola, e d'alli a S. Paulo sua patria. Passados alguns annos foi encarregado da administração das rendas reaes pela provedoria da fazenda da mesma capitania de S. Paulo e S. Vicente. Para dar as suas contas na provedoria-mór do Estado do Brasil, foi á cidade da Bahia, d'onde recolhendo-se, casou na cidade do Rio de Janeiro com os acertos da eleição da sua qualidade com D. Maria de Sousa Coutinho, da nobre familia de Botafogos, que se achava viuva de seu primeiro marido Manoel Fernandes Cacere, que dizem fôra natural da villa de Vianna, de conhecida nobreza. Tinha esta senhora do dito seu primeiro marido um casal de filhos, que ainda eram solteiros quando se casou segunda vez. Pouco tempo se lograram os desposados; porque tendo ella umas differenças com certa senhora da dita cidade, os do partido d'esta, temendo algum

excesso da parte de Antonio Pompêo, se anticiparam com a barbara resolução que tomaram. Bateram em uma noite á porta de Pompêo, que, acordando, a mandou abrir, e no mesmo instante lhe subiram as escadas uns rebuçados, que chegando de tropel á camara, onde pousavam marido e mulher, dispararam os bacamartes, e no mesmo leito ficaram ambos mortos. Acordaram estes echos e o pranto da familia aos vizinhos; fugiram os delinquentes; e pelas antecedencias logo se conheceu ou presumiu quem fôra o aggressor: prendeu-se este, que no processo da devassa ficou culpado, e manifesto o seu delicto. Foi sentenciado á morte, para cuja execução foi appellada a sentença para a relação do Estado. N'ella acharam os ministros que só com perdão das partes João da Veiga Coutinho e D. Maria de Cacere, filhos e enteados dos mortos, poderia ser livre o delinquente, que por ser pessoa de cabedal tinha outras de respeito na Bahia a seu favor. Trabalhou-se muito sobre este ponto no Rio de Janeiro com dinheiros e respeitos, que tudo acabam; porém os dois offendidos não se deixaram vender; antes insistiram que pagasse o delicto quem o commettêra tão barbaramente. Com este desengano occorreu ao Rev. vigario da igreja da Candelaria solicitar o perdão em nome de Jesus Christo, discorrendo assim porque João da Veiga Coutinho se habilitava para o estado sacerdotal. Para isto levou uma imagem do Santo Crucifixo, que se venerava na dita igreja no altar-mór, e com ella lembrou a João da Veiga aquelle texto *non parco quia non peperuit*: Rendeu-se este como catholico e fez persuadir a sua irmã. Antes de se lavrar a escriptura de perdão, declarou o offendido que havia de ficar possuindo a imagem do Senhor. Concedeu-se-lhe. E pelo tempo adiante, estando conego da Sé da sua patria, fundou uma capella no termo da villa de Coritiba (hoje freguezia de S. José dos Pinhaes), na qual collocou a mes-

ma imagem com o titulo de—Senhor Bom Jesus do Perdão, — querendo por este modo que jámais ficasse em esquecimento a causa por que déra o perdão. Casou a sua irmã D. Maria de Cacere com Francisco de Almeida Cabral, natural de S. Paulo, de reconhecida nobreza e assás conhecido no Rio de Janeiro; filho de Luiz Leme e de Anna Cabral, ambos oriundos das ilhas, aquelle por descendente do fidalgo Pedro Leme da ilha da Madeira, e esta pelos Cabraes da ilha de S. Miguel por seu ascendente Simão da Costa Cabral, que veiu a S. Paulo, onde propagou a nobre familia do seu appellido.

ALMEIDAS CASTANHOS

Esta nobre familia de *Almeidas Castanhos* da capitania de S. Paulo traz a sua origem da villa de Monte-mór o Novo em Portugal, de onde veiu para S. Vicente pelos annos de 1547 Antonio Rodrigues de Almeida, e tinha o fôro de cavalleiro fidalgo da casa do Sr. rei D. João III, em cujo reinado foi este fôro de cavalleiro fidalgo o mais superior que constituia gráo de fidalguia, até que alterou a ordem dos filhamentos o Sr. rei D. Sebastião, de cujo tempo até o presente ficou este fôro de cavalleiro fidalgo sendo infimo; de sorte que o mordomo-mór do reino o confere ás pessoas mecanicas para passarem com elle ao primeiro gráo de nobreza; e o fôro de fidalgo cavalleiro ficou sendo filhamento superior com 1$800 de moradia, e constituindo gráo de fidalguia, que por isso se chamam— fidalgos da casa de Sua Magestade. Esta materia tratou Moraes *De Executionibus*; e muito melhor o Rev. padre-mestre D. Antonio Caetano de Sousa no seu livro *Grandes de Portugal*, impresso em 1755.

Na villa, capital de S. Vicente, se estabeleceu Antonio Rodrigues de Almeida, e n'ella fez sempre por espaço de treze annos muitos serviços ao donatario d'ella, ao rei e a Deus, achando-se em todos os assaltos e guerras do barbaro gentio *Tamoyos*, que habitavam a costa, desde a enseada do Rio de Janeiro até a barra de S. Vicente, braço do Norte, chamada Bertioga, e impediam o augmento da povoação da dita villa. que fundára pelos annos de 1531 até 1534 o fidalgo Martim Affonso de Sousa, que de Lisboa havia sahido para este effeito com armada de navios, gente, petrechos de guerra, e muita nobreza para a dita fundação, por ter-lhe feito mercê de juro herdade o Sr. rei D. João III de cem leguas de costa para fundar uma ou mais capitanias,

e lhe conferiu o caracter de seu capitão-mór da costa do Brasil por patente datada em a villa do Crato a 20 de Novembro de 1530, que se acha registrada no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo no livro de registros das sesmarias, tit. 1554, pag. 42 e 102.

No anno de 1556 passou ao reino Antonio Rodrigues de Almeida, e pelos merecimentos proprios lhe fez mercê de propriedade o donatario Martim Affonso de Sousa, dos officios de escrivão da ouvidoria e das datas de sesmarias e de seu chanceller da capitania de S. Vicente. Estando a embarcar de regresso para esta villa, foi constituido em capitão-mór, ouvidor da capitania de Santo Amaro do defunto Pedro Lopes de Sousa, por sua mulher D. Isabel de Gambôa, como tutora e administradora de seu filho Martim Affonso de Sousa o Moço, e sobrinho direito de Martim Affonso de Sousa o Velho, senhor donatario da capitania de S. Vicente; e foi esta promoção por instrumento publico, celebrada na nota do tabellião Antonio do Amaral, em Lisboa, a 20 de Setembro de 1557, como se vê do mesmo instrumento, registrado na provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro das sesmarias, tit. 1562, pag. 16 e 17; e como capitão-mór e ouvidor concedeu terras dentro das dez leguas da capitania de Santo Amaro, que discorrem do rio Curupacê até a barra do rio de S. Vicente, braço do Norte, chamado da Bertioga, como se vê das sesmarias, que concedeu desde o anno de 1557 até 1568, que todas se acham registradas no cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro das sesmarias, tit. 1562 desde pag. 11 até 123.

A Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa real, foram concedidas tres datas de terra em sesmaria; e porque cada uma d'ellas é um grande documento para se perceber a qualidade e os serviços do dito Almeida,

os damos aqui fielmente copiados e extrahidos do cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, dos livros em que ellas se acham, cujos lugares produzimos aqui na margem.

1ª *sesmaria*

Francisco de Moraes, loco-tenente de capitão e ouvidor, com alçada n'esta capitania de S. Vicente pelo Sr. governador Martim Affonso de Sousa, capitão e governador d'esta capitania por el-rei nosso senhor e do seu conselho, etc. Faço saber que Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, escrivão da ouvidoria d'esta capitania de S. Vicente, e n'ella morador, novamente, de tres annos a esta parte, pouco mais ou menos, na qual diz que tem feito muitos serviços a el-rei nosso senhor, e ao Sr. governador Martim Affonso de Sousa, assim com sua pessoa, andando elle supplicante com terra, pedra e madeira ás costas, por muitas vezes, na fortaleza da Bertioga, com suas armas por terra como na guarda do mar, tudo por bem, e guarda e vigia d'esta capitania, assim no bergantim e canôas, e na dita fortaleza; e que para nenhuma cousa d'estas se desculpava, mas para tudo se offerecia ; e que sempre ajudára a sustentar ; e que ora estava esperando que no primeiro navio que ora vinha de Portugal lhe vinha sua mulher para na terra viver, e por ora outro sim, nenhum capitão d'esta capitania lhe tem dado terra alguma para elle dito supplicante fazer fazenda, me pedia que, havendo respeito ás cousas acima allegadas, e que em nome do Sr. Martim Affonso de Sousa lhe désse um pedaço de terra no campo para fazer fazenda, conforme as confrontações seguintes:—Partindo por um regato que está a par do mosteiro de Piratininga, e que irá cortando pelo dito regato acima até entestar com roças de Fernão Alves, onde foi o

primeiro Tugipar ; e d'alli irá cortando ao longo do campo até partir com terras de Antonio Pinto, e irá partindo com elle até se findar no rio da Tapéra do Cacique, e d'alli irá por elle abaixo até chegar ao dito regato, onde começou primeiro a partir, que será onde se vê o dito regato metter no dito rio de Anhangavahy ; a qual terra que assim me pediu com sua petição conteúda e declarada, com suas demarcações e confrontações em dita sua petição declaradas, a qual terra lhe dou pelos poderes que tenho do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, e conforme o seu regimento e condições das sesmarias, conforme a ordenação d'el-rei nosso senhor ; e assim com dois mil réis de pena, que dentro em o dito tempo as aproveitará, sob pena de os pagar, os quaes serão para as obras da dita capitania, e entregues ao almoxarife do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, a qual terra, que assim lhe dou com suas entradas e sahidas para elle dito supplicante e para seus descendentes e ascendentes fóra de todo o tributo, e sómente o dizimo a Nosso Senhor, a qual carta fará registrar no livro do tombo d'esta capitania ; e porquanto ora o dito supplicante é escrivão das datas, me requereu que mandasse a Rodrigo de Lucena, escrivão d'esta ouvidoria, que a fizesse ; e visto o seu pedir, mandei ao dito escrivão que esta carta de data da dita terra fizesse logo a carta por escrivão. Rodrigo de Lucena d'esta ouvidoria, fiz por seu mandado e a requerimento do dito supplicante. Dada n'esta villa do porto de Santos, sob meu signal e sello das armas do dito Sr. governador que n'esta capitania serve, aos 22 dias do mez de Janeiro. Rodrigo de Lucena, escrivão d'esta ouvidoria, a fez por meu mandado. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1560 annos (1). — *Francisco de Moraes.*

(1) Proved. da Faz. Real de S. Paulo, liv. 1º de sesmarias, tit. 1555, fl. 158 v.

2ª *sesmaria*

Pedro Ferraz Barreto, capitão e ouvidor com alçada na capitania de S. Vicente, por Martim Affonso de Sousa, senhor da dita capitania, do conselho d'el-rei nosso senhor, e senhor das villas de Alcoentre, Tagarro e Rio Maior, etc. Faço saber que por Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, almoxarife, chanceller, escrivão da ouvidoria e das datas pelo Sr. Martim Affonso de Sousa, capitão e governador d'ella, me foi feita petição em que diz:—Que elle ha 16 annos que em ella vive, e tem sua mulher e filhas, e uma casada, e me pedia terras no Rio de Janeiro a entestar com uma aldêa, que por nome dos indios se chama Itaoca, meia legua de terra, etc. E se lhe concedeu a 6 de Janeiro de 1565 (2).

3ª *sesmaria*

Jorge Ferreira, capitão e ouvidor de S. Vicente, por Martim Affonso de Sousa, etc. Faço saber como por Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, almoxarife do dito senhor e escrivão da ouvidoria d'esta capitania, promotor da justiça, escrivão das datas de terra de sesmarias, e chanceller pelo dito governador, me foi feita uma petição, dizendo em ella que no anno de 1556 na cidade de Lisboa, pelo dito governador ser sabedor que havia muitos annos que elle supplicante era morador em esta sua capitania, e sempre com sua pessoa e fazenda ajudára a sustentar como os mais moradores faziam, e tambem por trazer para a dita capitania sua mulher e duas filhas para casar, e por outros muitos respeitos lhe fizéra mercê de uma legua de terra com todas

(2) Proved. sup.; liv. de sesmarias, tit. 1562, fl. 74 v.

as aguas que dentro d'ella estivessem , para fazer engenhos no Cubatão, e que, sendo caso que alli onde pedia fosse já dado, e não houvesse comprimento de tudo d'ella, que o que faltasse para o comprimento da dita legua lhe fosse dado pelo capitão que estivesse em seu lugar em o mais perto d'ella, e dado não fosse, a qual legua de terra que lhe assim deu e demarcou é da maneira seguinte: Indo d'esta villa de Santos pelo rio do Cubatão arriba, da borda do dito rio da banda do norte direito ao cume da serra mais alta, partindo com terras de Francisco Pinto, ou de quem forem, lhe irá correndo pelo cume da serra mais alta, uma legua em comprido para a banda do sudoéste; e d'alli d'onde se acabasse a dita legua desceria por ahi abaixo ao rio do Cubatão, que vem ao longo da serra, em chãos d'ella correndo para a banda do nordéste, e d'ali virá correndo pelo dito rio abaixo até onde primeiro começou a partir com o dito Francisco Pinto ; e assim lhe dava mais a agua grande, que chamam o Cubatão, que apparece d'esta villa de Santos, com todas as mais aguas que dentro de suas confrontações houvesse; da qual terra o capitão Francisco de Moraes lhe deu posse d'ella. E porque elle supplicante ao presente não póde achar a dita carta e posse que nas costas d'ella andava ; e porque tambem lhe era passado o tempo de sesmaria sem fazer nas ditas terras bemfeitorias ; me pedia que pelos poderes que eu tenho do dito Sr. governador Martim Affonso de Sousa, para poder dar terras de sesmarias n'esta sua capitania, lhe désse a elle supplicante novamente em nome do dito senhor a dita legua de terra com as ditas aguas, e agua declarada, etc. Deu-se-lhe tudo a 18 de Agosto de 1567 pelo dito Jorge Ferreira, sendo tabellião de Santos Antonio Bicudo (3).

(3) Liv. supra de 1562, pag. 76.

Este Antonio Rodrigues de Almeida, cavalleiro fidalgo da casa de el-rei D. João III, como fica referido, teve de sua mulher D. Maria Castanho, natural tambem de Monte-mór o Novo, duas filhas que vieram já de Portugal, e um filho que lhe nasceu na villa de Santos, sendo alli morador antes de se passar para S. Paulo, onde viveu e falleceu.

Foram os filhos os seguintes:

D. Catharina de Almeida, que falleceu solteira.

D. Maria Castanho, —cap. 1.°

André de Almeida, —cap. 2.°

CAPITULO I

1—1. D. Maria Castanho, natural de Monte-mór o Novo, casou na villa de Santos pelos annos de 1564 até 65 com Antonio de Proença, natural da villa de Belmonte, moço da camara do infante D. Luiz, senhor de Belmonte, e duque da Guarda. D'este nobre matrimonio procedem os Proenças Castanhos da capitania de S. Paulo e da do Rio de Janeiro pelo ramo que a ella se passou, como veremos no § 4.° E estes Proenças são distinctos de outros Proenças Varellas, que são Cubas, da villa de Santos, d'onde passaram para S. Paulo e villa de Parnahyba, e propagaram já com os appellidos de Proenças Abrêos, de que temos escripto um titulo. Em S. Paulo se estabeleceu o dito Antonio de Proença, onde fez muitos serviços ao rei e á republica.

Quando Diogo Martins Cam, de quẽm trata o padre Vasconcellos na *Chronica da companhia de Jesus*, veiu a S. Paulo buscar soccorro para penetrar o sertão da capitania do Espirito-Santo a descobrimento de minas de ouro, prata ou esmeraldas, lhe fez todo o fornecimento o dito Proença, e lhe deu seu filho Francisco de Proença para o acompa-

nhar ao sertão com armas e escravos, tudo á sua custa; e por não conseguir descobrimento algum se recolheu á cidade da Bahia em tempo do governador geral D. Francisco de Sousa, d'onde voltou para S. Paulo, Francisco de Proença em 1598, acompanhando a Diogo Gonçalves Laço, que n'este anno veiu para S. Paulo mandado pelo mesmo D. Francisco de Sousa, e feito capitão das minas de S. Paulo, que em 1597 foram descobertas pelos paulistas Affonso Sardinha e Clemente Alves nas serras de Jaguamimbava, de Jaraguá, de Outuruna e de Biraçoyaba, com o ordenado de duzentos cruzados em cada um anno.

Depois quando chegou a S. Paulo, em fins de Abril de 1599, o mesmo D. Francisco de Sousa, e sahindo este em Outubro de 1599 para o sertão e serra de Biraçoyaba, deixou em capitão da gente de cavallo da villa de S. Paulo a Antonio de Proença pela provisão do teor seguinte. — « D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei nosso senhor, governador geral d'este Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que pela confiança que faço de Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, o encarrego ora do cargo de capitão da gente de cavallo d'esta villa de S. Paulo e seu districto, e das entradas que d'ella se fizeram para fóra; e com o dito cargo haverá todos os proes e precalços que direitamente lhe pertencerem; e esta se registrará, para a todo o tempo saber-se como lhe foi feita esta mercê; e mando a todas as pessoas d'esta capitania e seu districto lhe obedeçam e conheçam por tal; pelo que mando a todas as mais justiças e mais pessoas a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar esta minha provisão, como n'ella se contém e é declarado, pelo assim haver por bem, e serviço de Sua Magestade. Dada n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello. Pedro Taques a fez por

meu mandado, secretario da minha camara, aos 15 dias do mez de Outubro de 1599, o governador *D. Francisco de Sousa.*» (Archivo da camara de S. Paulo, Livro de Reg. tit. 1600, pag. 25 v.)

Foi Antonio de Proença ouvidor e auditor da capitania de S. Vicente, e querendo residir na villa de S. Paulo, onde era morador, obteve provisão de faculdade para isso do teor seguinte: — « D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, governador geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, ouvidor e auditor n'esta capitania de S. Vicente, me fez a petição atraz escripta na outra meia folha d'esta, dizendo o conteúdo n'ella, e havendo respeito ao que n'ella diz e allega.— Hei por bem e serviço de Sua Magestade que o supplicante assista n'esta villa de S. Paulo com o dito cargo de ouvidor, e n'ella administre justiça e assista até eu tornar á dita capitania de S. Vicente, comtanto que visite as mais villas d'esta capitania e seu termo; e esta minha provisão se registre n'esta camara d'esta villa de S. Paulo para a todo o tempo se saber como o mandei passar; pelo que mando ás justiças de Sua Magestade d'este Estado cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar inteiramente esta minha provisão como n'ella se contém, e é declarado pelo assim haver por bem e serviço de Sua Magestade. Dada n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello, Pedro Taques a fez, meu secretario, por Antonio Coelho, aos 16 dias do mez de Junho de 1601 annos: Eu Pedro Taques a fiz escrever e subescrevi:— O governador *D. Francisco de Sousa* » (Livro sup. cit. pag. 33).

E no anno de 1602 estando ausente de S. Paulo o capitão d'ella Diogo Arias de Aguirre, foi nomeado o dito Antonio de

Proença, capitão da dita villa, pela provisão do teor seguinte: —« D. Francisco de Sousa, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, governador geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem e o conhecimento d'ella com direito pertencer, que pela confiança que tenho de Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, ouvidor e auditor n'esta capitania de S. Vicente ou de que fôr encarregado, que o fará como d'elle confio, e o fez sempre, o encarrego de capitão d'esta villa de S. Paulo e seu districto, até vir o capitão Diogo Arias de Aguirre, e em suas ausencias servirá o dito cargo o dito Antonio de Proença, e com elle haverá todos os proes e precalços que direitamente lhe pertencerem, e haverá juramento dos santos na camara d'esta villa, para que bem e fielmente se sirva, guardando emtudo o serviço de Deus e de Sua Magestade e ás partes o seu direito; e mando que esta minha previsão se registre na camara d'esta villa, pelo que mando a todas as justiças e mais pessoas d'esta capitania de S. Vicente cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar inteiramente esta minha provisão, como n'ella se contém e é declarado pelo assim haver por bem e serviço de Sua Magestade. Dada n'esta villa de S. Paulo, sob meu signal e sello, Pedro Taques a fez secretario da minha camara, aos 15 dias do mez de Maio de 1602.— O governador *D. Francisco de Sousa*. (Livro supra. pag. 43 v).

Serviu da republica os seus honrosos cargos repetidas vezes. Em 1582 foi juiz ordinario e de orphãos de S. Paulo. (Cartorio 1.º de notas, maço de inventarios antigos, o de Lourenço Vaz). O capitão-mór Pedro Taques de Almeida, seu bisneto, provou em 1694 com testemunhas e documentos no juizo ecclesiastico, perante o vigario da Vara de S. Paulo o Dr. André de Barvel, a nobreza, qualidade e pureza de sangue de seu ter-avô Antonio Rodrigues de

Almeida, cavalleiro fidalgo, natural de Monte-mór o Novo, e a qualidade, nobreza e pureza de sangue de seu bisavô Antonio de Proença, moço da camara do infante D. Luiz, e natural de Belmonte. Dos autos de Genere processados no bispado da Guarda na villa de Belmonte Teixoso, Caria, Lugar do Ferro, Aldêa do Mato e Covilhã, em virtude da requisitoria que se passou do bispado do Rio de Janeiro a favor do habilitado o mesmo capitão-mór Pedro Taques de Almeida. Consta d'elles pelo depoimento de treze testemunhas (sendo bispo da Guarda D. Rodrigo de Moura Telles, que acabou arcebispo de Braga), que o dito Antonio de Proença se ausentára para o Brasil pelo crime de haver tirado de certo mosteiro uma religiosa; e sendo preso por este sacrilego attentado, fôra preso no Castello e a freira recolhida no carcere do seu convento, de onde em vida do infante D. Luiz fugira; e que do dito Proença havia muita nobreza n'aquella comarca, e muitos conegos e sacerdotes seculares e regulares, como fôra Jorge de Proença, secretario que fôra do Santo Tribunal da Inquisição de Lisboa. Este instrumento veiu por duas vias; uma ficou na camara episcopal do Rio de Janeiro, outra ficou em poder do mesmo capitão-mór Pedro Taques de Almeida, e se acha no cartorio da ouvidoria de S. Paulo, nos autos entre partes—Pedro Taques Pires e outros contra o réo Agostinho Nogueira da Costa.

Armas dos Proenças

O escudo partido em pala: na 1ª em campo verde uma aguia preta de duas cabeças, armada de ouro: na 2ª em campo azul cinco flores de liz de ouro em sautor. Assim se vêm illuminadas no brazão de armas que tirou o dito capitão-mór Pedro Taques de Almeida, em Lisboa, a 5

de Julho de 1707, sendo rei d'armas Antonio de Aguiar, e escrivão da nobreza, José Duarte Salvado, cavalleiro da casa real; e obteve sentença o dito Taques pelo Dr. Gonçalo da Cunha Villas-Boas, desembargador da casa da supplicação e corregedor com alçada nos feitos e causas civeis da côrte, e se acha registrado no Archivo da camara de S. Paulo, no livro grande que principia em 30 de Outubro de 1721 a fl. 51.

Em S. Paulo fez Antonio de Proença o seu estabelecimento em uma iazenda de terras de cultura e campos creadores, na ribeira de Ityporanga, onde teve abundantes creações de gados vaccuns, cavallares, porcos, etc., e grandes searas de trigo, de cujos rendimentos fornecia o tratamento de sua casa. Assim se vê do testamento com que falleceu em S. Paulo feito do proprio punho a 9 de Junho de 1605. Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4° de inventarios, letra A, n. 2, o de Antonio de Proença.

Do seu matrimonio com D. Maria Castanho, nasceram em S. Paulo cinco filhos:

2—1. Francisco de Proença, § 1°.
2—2. D. Anna de Proença, § 2°.
2—3. D. Catharina de Almeida, § 3°.
2—4. D. Isabel de Proença, § 4°.
2—5. D. Maria de Almeida, § 5°.

§ 1.°

2—1. Francisco de Proença, teve o fôro de cavalleiro fidalgo por seu avô Antonio Rodrigues de Almeida, que tinha o mesmo fôro, como se vê no cartorio 2° de Notas de S. Paulo, no maço d'inventarios antigos o de Francisco de Proença. Fez muitos serviços ao rei e ao donatario senhor da capitania de S. Vicente. Acompanhou de S. Paulo

a Diogo Martins Cam (vide pag. 206). Foi cidadão com voto nas assembléas do corpo politico da republica, cujos honrosos cargos occupou repetidas vezes. Teve estabelecimento de fazenda da mesma natureza da de seu pai, á qual estava contigua, cujos dilatados campos e ferteis terras se estendeu em grande distancia pelas faces da ribeira de Ityporanga, de uma parte pelo caminho de Santos até o sitio chamado *Borda do Campo*, e da outra pelo caminho dos Carros até o rio Jaraigbatiba, além da freguezia de Santo Amaro. Casou duas vezes: a 1ª com D. Isabel Ribeira, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 5 de Maio de 1627, declarando n'elle, que era filha de Estevão Ribeiro, o moço, e de sua mulher Maria Duarte. Em titulo de Bayão, cap. 5º § 1.º (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3º de inventarios, letra I, n. 36, o de D. Isabel Ribeira). Casou segunda vez com D. Mecia Bicuda, filha de Vicente Bicudo, natural da ilha de S. Miguel, e de sua primeira mulher Anna Luiz. Em titulo de Bicudos, n. 2, cap. 5º. Em S. Paulo falleceu Francisco de Proença, com testamento a 17 de Junho de 1638, e se mandou sepultar na igreja dos padres jesuitas do collegio de S. Paulo, no jazigo proprio de seus pais. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra F. n. 27).

Do primeiro matrimonio com D. Isabel Ribeira teve:

3—1. João Ribeiro de Proença.

Do segundo, com D. Mecia Bicudo, teve:

3—2. D. Anna de Proença.

3—1. João Ribeiro de Proença, falleceu com testamento a 18 de Agosto de 1670: foi nobre cidadão de S. Paulo, e herdou a mesma fazenda e estabelecimento de seu pai na ribeira do Ityporanga: Casou na matriz de S. Paulo a 23

de Agosto de 1639 com Paula Moreira, filha do capitão João Fernandes Saavedra,e de sua mulher Maria de Godoy, ambos naturaes de S. Paulo. Em titulo de Godoy, cap. 5° § 6°, com sua descendencia de dez filhos que teve.

3.—2. D. Anna de Proença. Casou com Salvador Pires. Em titulo de Pires, cap. 5° § 9°, sem geração, por lhe morrerem os quatro filhos que teve solteiros.

Francisco de Proença, teve, em solteiro, quatro filhos mamalucos ou bastardos, que foram:

1. Gines de Proença, que primeiro casou em S. Paulo a 25 de Novembro de 1631 com Magdalena Dias, natural de S. Sebastião de Bucuçanga, filha de Balthazar Nunes e de sua mulher Isabel Dias: segunda vez casou com Catharina Moreira, de quem teve dez filhos, e tem geração tambem do primeiro matrimonio. (Vide geração 3—1.)

2. Maria.

3. Anna de Almeida, que casou em S. Paulo a 16 de Setembro de 1654. E tem geração.

4. Isabel.

Estes bastardos procrearam familia dilatada em S. Paulo, onde são conhecidos os seus descendentes.

§ 2.°

2.—2. D. Anna de Proença, casou com Pedro Taques, natural de Setubal, que veiu ao Brasil em 1591 com D. Francisco de Sousa, setimo governador do Estado, feito secretario do mesmo Estado. Em titulo de Taques Pompêos, com sua descendencia.

§ 3.°

2.—3. D. Catharina de Almeida, casou em vida de seu pai com Antonio Castanho da Silva, natural da villa

de Thomar, e de nobreza qualificada. Seus pais tinham bens encapellados, cuja administração passava a elle. Fez assento na villa de Parnahyba, em cujo termo fundou uma fazenda de cultura com um pomar das frutas de Europa. N'ella teve grande numero de nogueiras, que foram as primeiras que houveram n'aquella capitania, as quaes excediam no tamanho as da Europa. Porém o tempo que tudo destróe, veiu a deixar em decadencia esta grande fazenda com a morte de Antonio Castanho da Silva, tendo antes estado muitos annos ausente no reino do Perú e minas de Potossy, onde falleceu. Ainda pelos annos de 1735, existiam algumas nogueiras, das quaes colheu uns quatro alqueires o visitador dos monges benedictinos frei Antonio da Luz, passando para a villa de Sorocaba, como publicava o mesmo pela novidade que lhe causou. Tendo Antonio Castanho passado ao Perú, como então o faziam os antigos paulistas, penetrando o sertão do Paraguay, sem dependencia de buscarem o passo da cordilheira por Mendonça, e por innumeraveis nações de gentios barbaros chegavam ao Perú, d'onde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de S. Paulo, e n'ella houveram casas com copa importante no peso, mais de 40 arrobas. Nas minas de Tatáci, provincia dos Chichas, no reino do Perú, falleceu com testamento Antonio Castanho da Silva, a 9 de Fevereiro de 1622; n'elle declarou pertencer-lhe a administração da capella do Alcochete em Thomar, que por elle administrava seu irmão mais moço. E teve dois filhos naturaes de S. Paulo. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° d'inventarios letra A. n. 17, o de Antonio Castanho da Silva.)

3—1. Antonio Castanho da Silva.

3—2. Luiz Castanho de Almeida.

3—1. Antonio Castanho da Silva, nobre cidadão da Parnahyba, onde ficou herdando a grande fazenda de seu pai; e alli casou com Felippa Gaga, filha de Paschoal Delgado Lobo, e de sua mulher Anna da Costa; neta pela parte paterna de Paschoal Delgado, o—Velho, e de sua mulher Felippa Gaga. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 4º § 5º n. 3—1. Falleceu Antonio Castanho da Silva com testamento a 12 de Agosto de 1648, e n'elle declarou que lhe pertencia a administração da capella em Thomar, por seu pai, na fórma das Cartas de Aviso, vindas em vida de seu avô; e depois da morte d'elle, vindas do reino a seu pai Antonio Castanho da Silva. (Cartorio de orphãos da Parnahyba, inventario n. 86, o de Antonio Castanho da Silva.) E teve filha unica.

4. Isabel de Proença e Almeida, que falleceu com testamento a 4 de Abril de 1655, estando casada com Balthazar Fernandes. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 2º, com sua descendencia de doze filhos que teve.

3—2. Luiz Castanho de Almeida. Deixou-se ficar na patria, e na matriz d'ella casou a 8 de Agosto de 1639 com D. Isabel de Lara, filha de D. Diogo de Lara, o da cidade da Çamora. Em titulo de Laras, cap. 7º, com sua descendencia.

§ 4.º

2—4. D. Isabel de Almeida e Proença, casou em vida de seu pai Antonio de Proença, pag. 211, com Francisco Vaz Coelho natural do reino de Portugal: foi nobre cidadão de S. Paulo, onde serviu os honrosos cargos da republica. Falleceu com testamento a 31 de Agosto de 1624. E teve onze filhos nascidos em S. Paulo. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios letra F. n. 35, o de Francisco Vaz Coelho.) Que todos eram vivos ao tempo da

morte de seu pai, porque foram herdeiros nos bens inventariados.

3— 1. D. Maria Coelho.
3— 2. Antonio de Proença.
3— 3. Estevão de Proença.
3— 4. Manoel Vaz Coelho. Passou-se com a mulher a viver no Rio de Janeiro.
3— 5. D. Francisco de Almeida e Proença. Falleceu solteiro.
3— 6. D. Gracia de Abreu. Primeira vez casou com Simão Alves; segunda, com João Martins Esturiano.
3— 7. D. Isabel de Proença.
3— 8. D. Anna.
3— 9. D. Custodia Coelho.
3—10. D. Natalia.
3—11. Francisco Vaz Coelho.

3—1. D. Maria Coelho, casou em S. Paulo com Paulo de Anhaya, natural da cidade do Porto; d'ella foi natural tambem Pedro de Anhaya (filho de um cavalheiro castelhano N.... de Anhaya) o qual embarcou para a India com seu filho Francisco de Anhaya, sahindo de Lisboa depois de D. Francisco de Almeida, 1º vice-rei do Estado da India, e fundou o dito Pedro de Anhaya fortaleza em Çofala, depois que venceu ao rei Yçufut, que levantando-se depois contra os da fortaleza e seu capitão o tal Pedro de Anhaya, este só com trinta homens que tinha n'ella se defendeu do poder do rei; sahe a campo, obra proezas taes, que torna o rei a protestar pela amizade do capitão Pedro de Anhaya (Faria, *Asia Portugueza*, tom. 1º parte 1ª, cap. 9º, n. 6, cap. 10 ns. 2 e 3, e no n. 6 se mostra que o capitão Anhaya falleceu em Sofala). Parece-me que Paulo de Anhaya, que casou em S. Paulo, foi filho ou neto do cavalheiro castelhano N..... de Anhaya, que casou na cidade do Porto. E teve nascidos em S. Paulo:

4— 1. D. Isabel de Anhaya.
4— 2. Antonio Rodrigues de Almeida.

4— 3. D. Maria Coelho.
4— 4. Paulo de Anhaya.
4— 5. João de Anhaya.
4— 6. . . . . .

4—1. D. Isabel de Anhaya, casou na matriz de S. Paulo a 8 de Fevereiro de 1634, com Serafino Corrêa, natural de Guimarães, filho de Lourenço Corrêa e de sua mulher Margarida Bernardes. E teve:

5— 1. D. Florencia Corrêa de Anhaya.
5— 2. D. Isabel de Anhaya.
5— 3. João de Anhaya de Araujo.
5— 4. Lourenço Corrêa Ribeiro.
5— 5. Serafino Corrêa Ribeiro.
5— 6. Antonio Corrêa.
5— 7. D. Anna Corrêa.

5—1. D. Florencia Corrêa de Anhaya, casou com Sebastião Pedroso Bayão. (Em titulo de Bayão, cap. 5° § 3° n. 3—7.) E teve:

6—1. D. Ignez Pedrosa, casou com João Rodrigues Pinto, que falleceu em Itú com testamento a 25 de Abril de 1680, natural de Guimarães, que veiu feito soldado do Brasil (filho de Sebastião Rodrigues e de sua mulher Catharina Alves, da freguezia de S. Dame da villa de Guimarães), que se achava viuvo de sua segunda mulher D. Ursula de Gusmão, filha do fidalgo Gabriel Ponce de Leon e de sua mulher D. Maria de Torales. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 1.º) E teve d'este casamento dois filhos. (Cartorio dos residuos de S. Paulo, testamento de João Rodrigues Pinto.)

7—1. ....
7—2. ....

6—2. D. Isabel de Anhaya (filha do n. 5—1), falleceu em Itú com testamento a 27 de Dezembro de 1712, e n'elle declarou ser natural de Itú, e filha de Sebastião Pedroso Bayão, etc. Casou com Francisco Leme da Silva, filho de.... (Em titulo de Lemes, cap. 1° § 5° n. 3—2. (E teve sete filhos naturaes de Itú. (Residuos de S. Paulo, testamento de D. Isabel de Anhaya.)

7—1. Francisco Leme, casou com D. Clara de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap. 11 § 1° e seguintes.)

7—2. Salvador Esteves Leme. Passou-se para os Campos de Goytacazes, tendo casado em Taubaté a 10 de Janeiro de 1705 com Luzia Rodrigues, filha de João Delgado de Escobar e de Antonia Furtado. (Em titulo de Prados, cap. 6.°)

7—3. Antonio Leme, casou com D. Anna Leite de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap. 11 § 1° e seguintes.)

7—4. Braz Leme, casou nos Pousos Altos, e foi o fundador e primeiro padroeiro da capella de.... em ditos Pousos Altos.

7—5. José Leme, casou em Pitanguy, com sua parenta; e lá existe com geração. Casou com D. Gertrudes de Siqueira e Moraes, filha de Manoel Preto e de sua mulher Anna de Moraes, natural de Jundiahy.

7—6. D. Francisca Leme, casou com Balthazar de Quadros de Godoy. (Em titulo de Quadros, cap. 3° § 8° n. 3—, ou em titulo de Lemes, livro 1°, cap. 5° § 4.°). Com geração.

7—7. D. Maria Leme, foi casada com Francisco de Almeida Lara, cidadão de S. Paulo, filho de João Pires Rodrigues e D. Branca de Almeida. (Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 9° n. 3—2. Com geração.

6—3. Francisca Pedrosa, falleceu com testamento a 4

de Julho de 1725, natural de Itú, e declarou ser filha de Florencia Corrêa e Sebastião Pedroso, que fôra casada com Bartholomêo Rodrigues Bezaranno, o qual logo depois de casado fôra para o sertão do rio Paraguay: até aquelle anno não havia noticia se era vivo ou morto. Sem geração.

6—4. Serafino, nasceu em Parnahyba a.... de Março de 1657.

6—5. Francisco, nasceu em Parnahyba a 20 de Abril de 1663.

5—2. D. Isabel de Anhaya (pag. 217, n. 4—1), natural de Parnahyba, falleceu em Itú com testamento a 9 de Junho de 1692. Casou na matriz de Parnahyba a 11 de Agosto de 1662 com Fernão Ribeiro, natural de Coimbra. E teve seis filhos naturaes de Itú. (Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, no maço dos residuos, o testamento de D. Isabel de Anhaya.)

6—1. Fernão Soares de Almeida, nasceu em Parnahyba a 19 de Julho de 1664, e casou em Itú a 28 de Janeiro de 1697 com Thomazia Ribeira, filha de Domingos Luiz e de sua mulher Isabel Corrêa. (Vide a fl. cas. de Itú n. 562.)

6—2. D. Maria Soares, casou a 10 de Janeiro de 1695 com João Barbosa, filho de Francisco Barbosa de Abreu e de sua mulher Sebastiana de Peralta.

6—3. D. Catharina Soares de Almeida, casou a 16 de Novembro de 1699 com Domingos Fernandes de Carvalho (filho de Manoel Fernandes de Carvalho e de D. Anna de Medina), de cujo matrimonio nasceram:

7—1. Maria Soares de Almeida, mulher de Nuno Mendes Torres, natural de S. Sebastião, que foram pais do padre Caetano José Soares. (Cam. Ep. de S. Paulo, letra C. n. 7.)

7—2. Rosa Maria José, casou em Itú a 12 de Setembro de 1718 com Diogo Mendes Torres, natural da villa de Santos, filho de Nuno Mendes e Potencia da Fonseca, natural da dita villa.

6—4. D. Margarida Soares de Almeida, casou em Itú. (Vide n. 34 A.)

6—5. Antonio Soares de Almeida, falleceu com testamento em Itú a 11 de Outubro de 1713. Casou com Isabel Dias em Itú a 12 de Janeiro de 1711. Sem geração.

6—6. Matheus Soares de Almeida, casou em Itú a 2 de Maio de 1707 com Maria Diniz, filha de Balthazar da Costa e de sua mulher Maria Diniz.

5—3. João de Anhaya de Araujo, natural de S. Sebastião, como declarou no testamento com que falleceu em Itú a 16 de Abril de 1725. Casou duas vezes: primeira na Parnahyba, com Anna da Costa, a 22 de Abril de 1664, filha de Anastacio da Costa, natural de S. Paulo. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 4º § 2º n. 3—4). Segunda vez em Itú, com Anna Bicuda, a 26 de Abril de 1682, filha de Francisco Diniz e de sua mulher Antonia Pedrosa, ambos naturaes de Itú, n. 365. (Cartorio de residuos de S. Paulo, testamento de João de Anhaya de Araujo.)

Do primeiro matrimonio teve unica filha em Parnahyba:

6—1. Isabel da Costa, casou com José de Barros, que foi morar a Taubaté.

Do segundo matrimonio teve oito filhos:

6—2. Manoel. Falleceu solteiro.

6—3. O padre Francisco Diniz Bicudo, clerigo de S. Pedro. (Camara episcopal de S. Paulo, Generes, letra F n. 17.)

6—4. Antonio Bicudo.

6—5. Luiz Corrêa.

6—6. Pedro de Araujo.

6—7. João de Araujo.

6—8. D. Maria de Araujo, mulher de Luiz Lopes.

6—9. D. Margarida Corrêa.

5—4. Lourenço Corrêa Ribeiro, natural de Itú. (Pag. 217 n. 4—1.) Foi casado com D. Maria Pereira de Azevedo, natural da villa de Parnahyba, filha de Antonio Pereira de Azevedo, professo da ordem de Christo, natural da cidade da Bahia, e de sua mulher D. Virginia Missel, natural de S. Paulo, com quem casou a 22 de Agosto de 1642 na matriz de S. Paulo. Neta por parte paterna de Manoel de Azevedo e de sua mulher Maria Pereira. E pela parte materna de João Missel, que foi capitão da villa de Parnahyba, onde falleceu com testamento a 28 de Junho de 1645; fundador e primeiro padroeiro da capella de Santo Antonio, e de sua mulher Constança de Oliveira. (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 12 § 1.°)

Este Antonio Pereira de Azevedo estando morador em S. Paulo, sendo republicano, foi encarregado da conducta da gente de guerra para soccorrer a Bahia, porque em 30 de Junho de 1647, estando em acto de vereança os officiaes da camara de S. Paulo Antonio Ribeiro de Moraes, Belchior de Borba, Manoel Peres e o ouvidor da capitania Luiz da Costa, se offereceu elle a ir por capitão de uma companhia de cem homens, levando-os até a Bahia á sua custa, de todo o necessario bastimento, dando-se-lhe sómente no porto de Santos embarcação; só por fazer á sua custa este particular serviço a Sua Magestade, visto a oppressão em que se achava a Bahia, cujo governador geral, Antonio Telles da Silva, o havia representado aos camaristas de S. Paulo nas cartas de 8 de Novembro de 1646, e depois logo na de 21 do mesmo mez, e a ultima de 11 de Março de 1647; que todas fielmente copiadas do seu original, que actuadas pelo escrivão Domingos Ma-

chado se acham no archivo da camara de S. Paulo, com o titulo—*Cartas do governador geral do Estado sobre o soccorro que pede para a Bahia*,—e são do teor seguinte :

1ª CARTA

« Chegou tão grande poder de Hollanda ao Recife, e fazem os hollandezes tantas prevenções para tornar a continuar n'este Estado, tão injustamente, a guerra contra as pazes, que convém, que todos os vassallos, que Sua Magestade, que Deus guarde, tem n'elle o sirvam n'esta occasião com a demonstração que se deve esperar da sua lealdade ; e porque é grande a confiança que eu faço da dos moradores d'essa villa, e tenho entendido que, considerando elles estas mesmas razões, que estão com o animo mui antecipado para fazerem a Sua Magestade um grande donativo de mantimentos e levantar uma companhia de cem homens para a campanha de Pernambuco ; me pareceu dizer a Vmcês. que será este um dos particulares serviços, que estes moradores podem fazer n'este tempo a Sua Magestade e de que eu farei maior estimação ; e assim para que a companhia se consiga e os mantimentos se contribuam, segurem Vmcês. da minha parte aos que melhor se animarem a uma cousa e outra, que lhes farei todo o favor no que de mim dependerem, e lhes procurarei de Sua Magestade toda a mercê e honra que da sua grandeza devem esperar. E ao capitão que vier o confirmarei e lhe mandarei passar patente de capitão de infantaria. E porque confio de Vmcês. que na disposição e effeito d'este soccorro se haverão de maneira que se igualem á brevidade a importancia de serem infalliveis, lhes não encarrego mais apertadamente. Ao ajudante Filippe de Proença, que esta ha de dar a Vmcês., mando a essas capitanias, e em

particular á essa villa, assim para fallar da minha parte ás pessoas que forem de mais cabedal e zelo do serviço de Sua Magestade, para que n'esta occasião se animem a merecer o favor com que me terão propicio para seus augmentos, como para ajudar a Vmcês. e fazer dar o calor e pressa que em todo o caso fôr possivel, para que sem dilação alguma veja eu n'estes soccorros a certeza com que os devo esperar d'esses moradores e de Vmcês., como a quem mais publicamente tocam as obrigações do serviço de Sua Magestade, a quem representarei o bem que Vmcês. n'esta occasião procederem para lhes fazer a honra que eu sempre folgarei de lhes solicitar.

Guarde Deus a Vmcês. Bahia, 8 de Novembro de 1646. —*Antonio Telles da Silva.*—Para os officiaes da camara da villa de S. Paulo. »

2ª CARTA

« Depois de haver escripto a Vmcês. a carta que será com esta, sobre os cem soldados que essa villa offereceu para servirem na campanha de Pernambuco, vieram os hollandezes com poder tão grande ao rio de S. Francisco, d'onde tenho mandado ao mestre de campo Francisco Rebello com um troço de infantaria acudir ao damno que alli podem fazer ; e porque por muitas considerações de grande serviço de Sua Magestade, e conservação dos moradores d'aquella capitania (a quem convém amparar na oppressão em que ao presente ficam, pelos grandes soccorros que têm vindo aos hollandezes) me pareceu resolver que aos ditos cem soldados se aggreguem outros cem, e com dois mil indios (que é o menor numero que julgo que d'ahi se podem abalar das aldêas de Sua Magestade e das particulares que fôrem) marchem logo pelo sertão ao rio de

S. Francisco, e descendo por elle abaixo se incorporem ahi com o dito mestre de campo; jornada que, segundo me dizem pessoas praticas, creio que ha de ser tão breve, como será particular o serviço que com ella se fará a Sua Magestade, além da utilidade que póde resultar a esses moradores; porque se fazem entradas ao sertão mais interior por caminhos tão dilatados em busca de indios, mais facilmente poderão, fazendo esta demonstração de bons vassallos, vir com *a mesma esperança de que quando se recolherem embora, façam a mesma preza de mais perto*; e assim me pareceu *pedir* e ordenar muito aperdatamente a Vmcês., que tanto que esta receberem se animem a dispôr esta jornada, na fórma que digo, com toda a brevidade; confiando com muita certeza, que nos effeitos d'ella consistirá grande parte dos favores que desejo fazer a todo este povo. E para que a jornada se faça como confio, se formem quatro companhias de cincoenta homens cada uma, e se eleja um cabo, sujeito em quem concorram as qualidades que merece a importancia d'esta facção, que a todos mandarei passar patentes e confirmar as nomeações que Vmcês. fizerem junto com o capitão-mór d'essa capitania, a quem escrevo, e lhes farei a todos a mercê que-n'esta occasião souberem merecer a Sua Magestade, de quem tenho poderes muito largos para que logo com effeito os tenham em satisfação do que servem: espero de Vmcês. que igualmente n'esta acção a confiança que posso ter do seu zêlo para ella, para que tenham Vmcês. muito que representar a Sua Magestade, e eu que lhes agradecer a todos e a cada um em particular, em tudo o que se offerecer do seu melhoramento.

Nosso Senhor guarde muitos annos. Bahia, 21 de Novembro de 1646.—*Antonio Telles da Silva.*—Para a camara de S. Paulo. »

3ª CARTA

« Um mez ha que Segismundo está sobre esta praça com trinta velas, com que tomou porto na ilha de Taparica, e nos têm sitiado por mar, com intento, segundo se infere de suas acções, de continuar o cerco por muito tempo; em cuja consideração me valho de todos os meios possiveis para metter aqui a maior quantidade de mantimentos e forças para sustentar o sitio e rechaçar o inimigo. Bem certo estou eu que, quando esta carta chegar a essa villa, já os seus moradores terão dado cumprimento ás ordens que lhes enviei, para que pelo sertão soccorressem o Rio de S. Francisco, com duzentos filhos d'essa terra e maior numero de dois mil arcos, que pudessem, como por sua parte se me havia offerecido, e pelo menos que, quando não hajam partido, estejam agora para o fazer; e assim pela confiança que faço do seu valor e lealdade, me pareceu escrever esta a Vmcês. para lhes ordenar, como por ella faço, que tanto que a receberem no mesmo ponto, se elles tiverem já partido, lhes mandem Vmcês. aviso a toda a pressa, que cortem o sertão e desçam a soccorrer esta praça; e quando se não tenham posto ainda a caminho, Vmcês. os disponham a que sem demora alguma venham fazer este soccorro; que tudo o que nas primeiras cartas lhes prometto de honras, mercês e accrescentamentos de suas pessoas, verão mais brevemente experimentados servindo á minha vista e acudindo a esta praça em occasião tão importante, e se elles se me offereceram para ir ao Rio de S. Francisco, a uma jornada tanto mais dilatada, rompendo sertões, com muito melhor animo se disporão a vir a esta, sendo tanto mais breve e por caminhos tão sabidos: a todos podem Vmcês. assegurar da minha parte que lhes hei do igualar o premio á demonstração de zelo com que se houverem, e á brevidade

com que partirem: e para que eu veja melhor a pontualidade com que essa capitania, e em particular essa villa, soccorre esta cidade por terra com seus naturaes e por mar com seus mantimentos, tendo eu para mim que já os barcos estarão feitos e prevenidos, encarrego e ordeno a Vmcês. os mandem logo carregar de mantimentos de todos os generos que essa terra produz ; e quando não estejam feitos, se fretem os que n'esse porto se acharem, e os remettam de soccorro a esta praça seguindo o regimento, conforme a ordem que mando ao capitão-mór, que a todos se dará inteira e pontual satisfação ; que, como as monções começam agora a entrar, facilmente virão e se poderão metter com segurança entre os fortes da barra d'esta cidade. Vmcês. trabalhem em uma cousa e outra com o calor e disposição que o tempo está pedindo e espero, para que sem dilação veja eu n'esta praça o effeito d'estas ordens, e sejam Vmcês. parte dos bons successos que n'ella confio ter, e mereçam Vmcês. n'este grande serviço que farão a Sua Magestade as honras e mercês que em seu nome lhes asseguro, e Vmcês. devem confiadamente esperar de Sua Real Grandeza e do animo com que eu lh'as procurarei.

Deus guarde muitos annos. Bahia, 11 de Março de 1647.—*Antonio Telles da Silva.*— Para os officiaes da camara da villa de S. Paulo. »

Este grande soccorro de duzentos paulistas soldados e dois mil indios flecheiros (não das aldêas do real padroado, sim da administração de paulistas particulares, que n'este tempo abundavam, de sorte que muitos havia, que possuiam debaixo da sua administração quinhentos, seiscentos e setecentos indios, que se occupavam no trabalho da agricultura em copiosas searas de trigo, plantas de milho, feijão, legumes e nos algodoaes), sahiu debaixo do commando do capitão de infantaria e cabo-maior Antonio Pe-

reira de Azevedo em Julho de 1647. (Archivo da camara de S. Paulo, autos, titulo—*Cartas do governador geral Antonio Telles da Silva.*

Achava-se Segismundo Wandescop occupando a ilha de Taparica, desde Fevereiro de 1647, em que n'ella entrára com 30 vellas (com engano grande affirmou o Pitta no seu livro 5° n.° 70 que Segismundo entrára com 44 náos e 4,000 homens de guerra) até o tempo do infeliz successo das nossas armas, quando o governador geral Antonio Telles da Silva fez atacar ao inimigo com mais imprudencia de valor que com força das nossas armas, que formava o limitado corpo de 1,200 soldados, com muitos famosos e destemidos cabos. Investiram os nossos contra os inimigos, ainda antes de romper a alva do dia, e com tanta desordem, pelos impedimentos do terreno, que foram os mesmos portuguezes os verdugos uns dos outros, atirando aos proprios quando entendiam que empregavam os tiros no hollandez, até que conheceram a infelicidade, cahindo morto o mestre de campo Francisco Rebello, cabo principal da empreza: e conhecendo os mais que na porfia era infallivel a perdição, se retiraram com mais confusão que disciplina, cujo desaccordo deu ao inimigo, primeiro que ao seu valor, toda a victoria. Morreram n'esta infeliz facção 600 soldados infantes; muitos ficaram feridos, além de dois capitães, que tambem morreram, com o valoroso mestre de campo Francisco Rebello.

Jactancioso o belga da sua felicidade, lhe quebrou o orgulho a noticia de que vinha de Lisboa poderosa armada a libertar a Bahia da oppressão; e levantando o ferro e deixando Taparica foi acudir o futuro damno e restauração de Pernambuco. Assim se verificou, porque n'este mesmo anno de 1647 entrou na Bahia a armada portugueza, e n'ella veiu o conde de Villa-Pouca, Antonio Telles de Me-

nezes, para governador geral do Estado, que logo tomou as redeas d'este governo. Então ficou Pernambuco sendo o theatro da maior guerra, na qual alcançaram incriveis batalhas os mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros com os dois governadores D. Filippe Camarão, principal dos indios, e Henrique Dias, cabo maior dos pretos; até que fugindo livre do estado de prisioneiro o general Francisco Barreto e unido já aos victoriosos cabos, continuaram triumphantes as armas portuguezas, que ultimamente restauraram Pernambuco do poder dos hollandezes, cuja primeira entrada e sua ultima destruição anda assaz escripta, e bem individuada nos livros *Castrioto Lusitano* e na *America Portugueza*.

Ignoramos se o soccorro paulistano de que foi cabo-commandante em 1647 o dito capitão Antonio Pereira de Azevedo, ficou na Bahia, ou passou para Pernambuco, como conjecturamos, pela importancia ou natureza d'aquella guerra, para a qual fôra pedido este soccorro pelo governador geral Antonio Telles da Silva, mandando que de S. Paulo sahisse a demandar o sertão do Rio de S. Francisco, e descendo por elle se incorporasse ao mestre de campo Francisco Rebello; o que então se não executou pela novidade de haver occupado em Fevereiro do dito anno Segismundo Wandescop a ilha de Taparica, para cujo soccorro se fez baixar a recruta paulistana.

D'este serviço resultou ser o capitão Azevedo professo da ordem de Christo. Falleceu na villa de Parnahyba, onde, quando foi para a guerra, deixára sua mulher D. Virginia Missel, filha unica, e herdeira de seus pais, que lhe deixaram a administração da capella de Santo Antonio, como se vê do testamento, no 2º cartorio de notas de S. Paulo, maço d'inventarios antigos, o de João Missel Gigante, de quem era ella neta paterna, e de sua mulher Isabel Gonçal-

ves, como se vê do casamento da filha d'estes Isabel Gonçalves, na matriz de S. Paulo, com Pedro Gonçalves a 3 de Abril de 1636. E era neta materna da dita D. Virginia Missel e de Antonio de Oliveira (filho de Antonio de Oliveira e de Isabel Gonçalves) e de sua mulher Angela Fernandes, filha de..... (Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 12) Antonio de Oliveira falleceu com testamento em 1623. (Orphãos de S. Paulo, maço 3º d'inventarios letra A. n. 18, o de etc.) E D. Virginia Missel falleceu em Parnahyba em 1657; e sua filha unica D. Maria Pereira, que era menor no dito anno de 1657, casou, como já vimos com Lourenço Corrêa Ribeiro, n. 5—4, pag. 221. E d'estes nasceram em Parnahyba :

6— 1. D. Maria d'Almeida.
6— 2. Estanisláo Corrêa Ribeiro.
6— 3. Antonio Pereira d'Azevedo.
6— 4. Francisco Corrêa Ribeiro.
6— 5. Margarida Ribeira.
6— 6. Maria d'Almeida.
6— 7. Catharina Corrêa d'Azevedo.
6— 8. Isabel.
6— 9. Florencia.
6—10. Veronica,
6—11. Lourenço.

6—1 D. Maria de Almeida, casou em Parnahyba a 2 de Maio de 1677 com Antonio de Oliveira Pedroso, cidadão de S. Paulo e sargento-mór por patente regia, da guerra de Pernambuco, filho de Fernão de Oliveira Pedroso e Anna Borges Cerqueira. Em titulo de Cerqueiras Lemes. E teve dois filhos.

7—1. José de Oliveira Pedroso, casou com Josepha Leite, irmã do P. Paulo de Anhaya Leite. Vide em Campos, cap. 3º. § 3º e seguintes.

7—2. D. Anna Pedrosa Cerqueira, mulher do sargento-mór Ignacio de Almeida Lara.

6—2. Estanisláo Corrêa Ribeiro, baptizado a 30 de Maio de 1671. Casou com D. Ignez Pedrosa de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 7°, ou de Alvarengas cap. 5° § 1° n. 3—16 e seguintes. Deixou geração.

6—3. Antonio Pereira de Azevedo, baptizado a 26 de Julho de 1666. Falleceu com testamento a 4 de Abril de 1711, estando casado com Josepha de Moraes. Sem geração. (Residuos de S. Paulo, o testamento de Antonio Pereira de Azevedo).

6—4. Francisco Corrêa Ribeiro, baptizado a 25 de Junho de 1673. Casou em Itú a 15 de Junho de 1694 com Maria de Moraes, natural de Parnahyba, filha de Carlos de Moraes Navarro e de D. Maria Raposo. (Cas. de Itú n. 283).

6—5. Margarida Ribeiro, baptizada a 27 de Setembro de 1674. Casou em Itú a 13 de Abril de 1687 com José Leme, filho do capitão Domingos Leme e Francisca Cardosa. Em titulo de Lemes, cap. 2° § 6°, n. 3—3 a n. 4—6.

6—6. Maria de Almeida (talvez seja a mesma do n. 6—1), casou com José de Campos, filho de Filippe de Campos e Margarida Bicuda de M.... a 5 de Abril de 1704.

6—7. Catharina Corrêa de Azevedo, casou a 13 de Janeiro de 1692 com Manoel Pinheiro Cerqueira, de S. Paulo, filho de João Rodrigues da Fonseca e de D. Antonia Pinheiro.

6—8. Isabel, nasceu a 26 de Maio de 1663.

6—9. Florencia, nasceu a 29 de Setembro de 1664.

6—10. Veronica, baptizou-se a 8 de Outubro de 1668.

6—11. Lourenço, baptizou-se a 24 de Dezembro de 1669.

5—5. Serafino Corrêa Ribeiro (filho de D. Isabel de Anhaya n. 4—1, pag. 217). Casou em Itú, com Maria Leme, natural de Itú, filha de Matheus Corrêa Leme, natural de S. Paulo, morador de Parnahyba e de sua mulher Maria Mendes Cabral. E teve nascidos em Itú :

6—1. D. Maria Corrêa Ribeira, casou com Antão Leme da Silva, mestre de campo dos auxiliares das minas doCuyabá e regente d'ellas. Em titulo de Lemes. livro 1° cap. 6° § 6.°

6—2. Serafino Corrêa Ribeiro Leme, casou primeira vez em Itú com Maria Borges Cerqueira (filha de Dionysio Fernandes Bicudo e de Maria Borges Cerqueira). E teve nascidos em Itú :

7—1. Dionysio Fernandes.

7—2. Serafino Corrêa.

7—3. Francisco Leme.

7—4. Mathias Corrêa.

7—5. Domingos Corrêa.

7—6. Ignacio Corrêa.

7—7. Bento Corrêa.

7—8. Maria Leme, casou com Francisco Cabral natural de Itú.

7—9. Isabel de Anhaya, casou com Antonio Gonçalves, natural de Itú.

7—10. Rosa Leme, casou com Antonio Affonso Rodrigues, natural de Itú, filho de Paulo Rodrigues Caraça, e de Theresa Affonso.

7—11. Maria Leme, casou com Paschoal Moreira Cabral, natural de Sorocaba, filho de D. Maria..... que foi filha do afamado paulista Paschoal Moreira Cabral, coronel e descobridor das minas de ouro do Cuyabá. Em titulo de Moreiras.

Segunda vez casou o dito Serafino Corrêa Ribeiro na

villa de Itú com Maria Rodrigues, filha de Gaspar Rodrigues Caraça e de Theresa Affonso, supra no n. 7—10. E teve filhos no Cuyabá, onde falleceram marido e mulher.

6—3. Maria Corrêa, filha do nº 5—5. Casou em Itú a 11 de Outubro de 1694 com Antonio de Arruda, natural de Parnahyba, filho de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Arrudas.

5—6. Antonio Corrêa.

4—2. Antonio Rodrigues de Almeida (pag. 216, n. 3—1), casou com Maria Diniz. E teve em Parnahyba:

5—1. O capitão-mór João de Anhaya de Almeida, casou em Itú a 13 de Maio de 1696 com Anna de Onhate de Figueiredo, filha de Pedro Fernandes Monteiro e de Catharina Rodrigues.

5—2. Maria, baptizada na Parnahyba n. 7, em 1656.

5—3. Maria, baptizada na Parnahyba, n. 16, a 7 de Dezembro de 1658.

5—4. Francisco, baptizado na Parnahyba, n. 49, a 11 de Fevereiro de 1662.

5—5. Christovão, baptizado na Parnahyba, n. 109, a 7 de Março de 1667.

5—6. Francisca, n. 142, a 9 de Outubro de 1672.

5—7. Maria, n. 178, a 25 de Outubro de 1675.

4—3. D. Maria Coelho, casou com Manoel Velloso. E teve:

5—1. Isabel de Anhaya, casou em Itú, n. 371, com.....

5—2. Joanna de Almeida, casou em Itú, n. 63, com Antonio Borges (filho de Antonio Bicudo e de sua mulher Angela da Costa, natural de Biscaya, freguezia de Nossa Senhora das Candêas), a 3 de Fevereiro de 1707.

4—4. Paulo de Anhaya, casou com Isabel Castanho, moradores de Parnahyba. E teve

5— 1. Felippa, baptizada na Parnahyba a 28 de Setembro de 1659.

4—5. João de Anhaya de Almeida, foi casado com Isabel Delgada, em Parnahyba, onde eram moradores, a 22 de Abril de 1664. E teve em Parnahyba

5—1. Isabel, baptizou-se a 10 de Fevereiro de 1660, n. 27.

5—2. Felippa, baptizou-se a 30 de Dezembro de 1661, n. 47.

5—3. João, baptizou-se a 3 de Fevereiro de 1666, n. 89.

4—6. Paulo de Anhaya de Almeida (filho do tronco) foi casado com Mecia Lobo de Siqueira. E teve em Itú.

5—1. Maria de Siqueira, casou em Itú, n. 5, a 7 de Fevereiro de 1683, com Antonio Rodrigues de Barros, natural de S. Paulo, filho de Francisco de Barros e de sua mulher Sebastiana Leite.

5 —2. Anna Carneiro de Anhaya, casou em Itú, n. 28, a 10 de Novembro de 1694 com André de Zuniga, filho de Henrique da Cunha e de sua mulher Isabel de Proença.

5—3. Vicencia da Costa (filha de Paulo de Anhaya e Mecia Nunes de Siqueira ou Lobo), casou em Itú, n. 14, a 19 de Julho de 1689, com Antonio Leme de Miranda, filho de Sebastião Leme e de Marianna de Miranda. (Em titulo de Mirandas, cap....)

5—4. Luzia de Mendonça, casou em Itú, n. 32, a 19 de Novembro de 1696, com Antonio Bicudo Furtado, filho de Antonio Bicudo Furtado e de sua mulher Catharina Pedrosa.

3—2. Antonio de Proença (filho de D. Isabel de Proença, do § 4° pag. 215), ignoramos se falleceu solteiro.

3—3. Estevão de Proença, o mesmo.

3—4. Manoel Vaz Coelho (pag. 216), casou com sua prima direita Andreza de Almeida, filha de João Lopes de Ledesma e de sua mulher D. Maria de Almeida, os mesmos de quem tratámos no § 5° d'este capitulo. Passou-se para o Rio de Janeiro, e fez estabelecimento na freguezia de Nossa Senhora da Apresentação, do sitio de Irajá, termo da cidade. E teve os filhos de que temos noticia certa

4—1 Bernardo de Almeida, clerigo.
4—2. Manoel de Proença, franciscano ou capucho.
4—3. D. Francisca de Almeida.
4—4. D. Isabel de Proença e Almeida.

4—1. Bernardo de Almeida, foi clerigo de S. Pedro, cujos actos de genere, existem na camara episcopal do Rio de Janeiro, e foi vigario da freguezia de Irajá.

4—2. Manoel de Proença, foi religioso capucho, e guardião do convento de S. Paulo.

4—3. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio de Sampaio (*Procossoque* de alcunha), natural do Rio de Janeiro, commendador de S. Bento de Aviz, por alvará passado em Lisboa a 21 de Março de 1647, pelo secretario Gaspar de Faria Severim, registrado na chancellaria da ordem a fl. 280; foi filho de Lourenço de S. Paio, natural do Rio de Janeiro, onde fez muitos e distinctos serviços ao rei e os doou ao filho; e de sua mulher Francisca da Cunha, que foi filha de João de Bastos e de sua mulher Maria de Oliveira, ambos naturaes de Vianna do Minho. Neto pela parte paterna de Antonio de S. Paio, que da Bahia veiu em capitão de infantaria com o governador geral Mem de Sá a conquistar e fundar a cidade do Rio de Janeiro, que se venceu no dia 20 d'este mez do anno de

1567, e ficou no mesmo posto servindo n'aquelle presidio; e de sua sua mulher Maria Coelho, natural de S. Vicente, filha de André Pires, nobre povoador de S. Vicente. O dito commendador Antonio de S. Paio foi irmão de D. Paula da Cunha, mulher de Antonio de Mariz, que foram pais do padre João de Mariz, que foi reitor do collegio de S. Paulo, ao qual nós alcançámos e conhecemos. Do matrimonio de D. Francisca de Almeida nasceram, de que temos certeza, seis filhos.

5—1. Antonio de S. Paio, sem geração.
5—2. Francisco de S. Paio, sem geração.
5—3. João de S. Paio, sem geração.

5—4. D. Maria de Oliveira e Almeida, casou duas vezes; primeira com Feliciano Coelho Madeira, natural de Pernambuco, e teve geração: segunda vez casou com o coronel Agostinho Pimenta de Moraes, natural de Lisboa, e irmão direito de Luiz Pimenta de Moraes, cidadão de Lisboa e capitão de infantaria; e, passando em sargento-mór para o Pará, foi capitão-mór governador d'este Estado, por provimento do governador João Fernandes Vieira: tirou brazão de armas em Lisboa a 12 de Julho de 1651, sendo escrivão da nobreza Francisco Luiz Ferreira. Por este dito brazão se mostra que estes irmãos foram filhos de Antonio Pimenta de Moraes, cidadão de Lisboa, professo da ordem de Christo, e de sua mulher D. Ursula de Almeida, irmã de Romano de Almeida, que tirou brazão de armas. Netos pela parte paterna de Antonio Pimenta e de sua mulher Brazia de Moraes, natural da cidade de Bragança, filha de Christovão Tapia, natural de Castella, e de sua mulher Anna de Moraes, natural de Bragança. E pela materna, netos de Luiz Fernandes de Moura, cavalleiro fidalgo, e de sua mulher D. Francisca de Almeida, que foi filha de João

de Sá de Almeida, e de sua mulher Simôa Queimada. Tudo consta do brazão de Romano de Almeida.

5—5. Miguel de S. Paio e Almeida, nobre cidadão do Rio de Janeiro, casou com D. Barbara de Mariz, irmã do padre Ignacio Varella, presbytero de S. Pedro, e de Maria de Mariz, mulher de José Corrêa Ximenes, christão novo, de quem ha geração bem conhecida no Rio de Janeiro. Do matrimonio de Miguel de S. Paio nasceram no Rio de Janeiro tres filhos e algumas filhas que falleceram solteiras.

6—1. Antonio de S. Paio e Almeida. Sem geração.

6—2. Sebastião de S. Paio, casou com D. Brites de Oliveira, filha de João Pimenta de Moraes, herdeiro da casa de seus pais, e de sua mulher D. Margarida Madeira, natural do Rio de Janeiro. Neta por parte paterna do coronel Agostinho Pimenta de Moraes e de sua mulher D. Maria de Oliveira e Almeida, que primeiro tinha sido casada com Feliciano Coelho Madeira, natural de Pernambuco, como temos escripto na pag. 235, n. 5—4, e tem geração no Rio de Janeiro.

6—3. Ignacio de S. Paio e Almeida, nobre cidadão do Rio de Janeiro, casou com D. Ursula de Oliveira, irmã direita de D. Brites de Oliveira, supra; e foram netas pela parte paterna de Custodio Coelho Madeira, capitão de infantaria do presidio do Rio de Janeiro, e irmão direito do padre Francisco Madeira, que foi reitor do collegio do Rio de Janeiro em 1665, e de sua mulher D. Beatriz de Aguiar, natural do Rio de Janeiro, irmã inteira do Revd. Dr. João Leitão de Aguiar, que foi deão da Sé do reino de Angola, por alvará d'el-rei D. João IV de 1650, e filhos do Dr. Manoel Leitão, natural de Santarem, e de sua mulher Antonia de Aguiar, natural da mesma villa. E teve

7—1 Manoel Pimenta de S. Paio, nobre cidadão do Rio de Janeiro, que florescia em 1761, sendo capitão da

ordenança de Jacarepaguá, casado com D. Anna Joaquina de Menezes, filha de Francisco Moniz de Albuquerque e de sua mulher D. Maria Pimenta de Menezes. Neta de Pedro Moniz Tello, irmão de Manoel Pimenta Tello, que foi mestre de campo dos auxiliares do Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Ignez de Andrade, todos naturaes do Rio de Janeiro. Bisneta de Egas Moniz Tello que teve o fôro de cavalleiro fidalgo, natural da ilha da Madeira, e de sua mulher D. Maria Pimenta de Carvalho, irmã direita do muito Rev. Dr. João Pimenta de Carvalho, que foi deão da Sé do Rio de Janeiro, vigario geral e provedor do mesmo bispado. E terneta de Manoel Pimenta de Carvalho, natural de Villa-Viçosa de Alemtejo, e de sua mulher D. Maria de Andrade, natural do Rio de Janeiro, filha de Belchior de Andrade de Araujo, natural da villa dos Arcos de Valdevez.

5—6. D. Catharina de S. Paio, filha de 4—3, pag. 234, casou no Rio de Janeiro com Gonçalo Pedroso, que se passou para a villa de Santos, onde foi sempre morador e para cuja villa tinha vindo em 1588. Defendeu esta villa nos rebates que lhe deram os inimigos inglezes e flamengos. Foi capitão-mór governador da capitania de S. Vicente pelos annos de 1606; e pelos de 1608 era provedor da fazenda real da mesma capitania. Tudo referido consta no cartorio 1º de notas de S. Paulo, no caderno titulo.... Outubro de 1609, pag. 12. No cartorio da provedoria da fazenda real de S. Paulo, no livro de sesmarias tit. 1602, pag. 14. E livro, tit. 1615, pag. 7 de Reg. das Ord. E teve em Santos quatro filhos que foram todos baptizados pelo padre Jorge Rodrigues, vigario geral da capitania de S. Vicente.

6—1. Gonçalo.

6—2. D. Maria.

6—3. Paulo.

6—4. D. Anna.

4—4. D. Isabel de Proença e Almeida (pag. 234), casou com Francisco Paes Corrêa. E teve seis filhos:

5—1. D. Anna de Almeida Paes.

5—2. D. Marianna Corrêa. Sem geração.

5—3. André de Almeida, casou na patria, e foi contratador das balêas no Rio.

5—4. João Paes d'Almeida, casou duas vezes em Itú.

5—5. D. Joanna Corrêa. Falleceu solteira em Santos, para onde fôra com os irmãos.

5—6. Frei Bernardino de.... capucho.

5—1. D. Anna de Almeida Paes; foi de morada para Santos com os seus irmãos João Paes, D. Marianna Corrêa e D. Joanna Corrêa, e alli teve a grande fazenda de cultura e pesca chamada Monduba, dentro da ilha de Guaibe, e foi abastada de cabedaes, com escravatura, moveis, prata e ouro. Falleceu na dita villa de Santos com muito avançada idade em 9 de Março de 1744, com testamento, no qual declarou a sua naturalidade, e que era filha de Francisco Paes Corrêa e de D. Isabel de Proença (cartorio ecclesiastico de S. Paulo, maço 3º de testamentos, letra A., o de D. Anna de Almeida). Foi casada com Manoel Antunes de Carvalho. E teve dois filhos.

6—1. D. Josepha de Almeida.

3—5. D. Francisca de Almeida Proença (pag. 216), suppomos que falleceu solteira.

3—6. D. Gracia de Abrêo. Foi casada duas vezes: primeira com Simão Alves; segunda com João Martins Esturiano: assim consta do testamento com que falleceu D. Gra-

cia de Abrêo a 4 de Janeiro de 1670. (Cartorio de orphãos de Parnahyba inventario n. 251, letra G, o de D. Gracia de Abrêo.) E teve do primeiro e segundo matrimonio tres filhos naturaes de S. Paulo:

Do 1° matrimonio

4—1. D. Maria de Abreu : casou em S. Paulo a 8 de Setembro de 1643 com Antonio Pereira, natural da ilha da Madeira, filho de Manoel Ribeiro e de sua mulher Barbara Pereira.

4—2. D. Isabel Coelho, foi casada com Pedro de Araujo.

Do 2° matrimonio teve

4—3. Maria.

3—7. D. Isabel de Proença (filha do § 4°), foi casada com Francisco Gonçalves, que falleceu sem geração em Parnahyba em 1663.

3—8. D. Anna.

3—9. D. Custodia Coelho, casou duas vezes : 1ª com Antonio Barbosa Dantas ; 2ª com Ignacio Gomes Vellez. Ella falleceu a 22 de Dezembro de 1662 (cartorio de orphãos de Parnahyba, letra F, inventario n. 167, o de D. Custodia Coelho). Sem geração.

3—10. D. Natalia.

3—11. Francisco Coelho, filho ultimo de D. Isabel de Almeida do § 4°, foi morador de Parnahyba, onde falleceu com testamento em 1669, tendo sido casado com Anna Maria da Luz, que falleceu em 1660. E teve quatro filhos (cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 205, o de Maria Fernandes). Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 4° § 4.° Deixou geração de quatro filhos, que foram

4—1. D. Maria.
4—2. Domingos.
4—3. Estevão.
4—4. D. Isabel.

§ 5.º

2—5. D. Maria de Almeida (filha ultima de D. Maria Castanho e Antonio de Proença do cap. 1º). Foi casada em S. Paulo com João Lopes de Ledesma, que se passou para o Rio de Janeiro, onde casou sua filha D. Andreza de Almeida com Manoel Vaz Coelho, seu primo direito, como temos referido a pag. 234 n. 3—4 e ahi sua descendencia.

Porém se a dita D. Maria de Almeida teve mais filhos além de D. Andreza de Almeida, nós o ignoramos.

CAPITULO II

1—2. O padre André de Almeida, filho ultimo do tronco Antonio Rodrigues de Almeida, nasceu na villa de Santos em 1573. Aprendeu a lingua latina no collegio de Piratininga de S. Paulo. Tomou a roupeta de jesuita em 1589, com 16 annos de idade, e foi religioso 60. Falleceu de idade de 76 no collegio do Rio de Janeiro a 22 d'este mez do anno de 1649. Foi sua morte sentida de todos, acompanhadas suas exequias de grande concurso da cidade, e no mesmo collegio d'ella estão depositados seus ossos.

D'este varão faz menção o padre Simão de Vasconcellos, que foi provincial da provincia do Brasil, etc., que escrevendo a *Vida do padre João de Almeida*, no cap. 4º do liv. 11 fl. 36 v., impresso em Lisboa em 1658, um tomo in-folio, diz *ibi*:

« Outro varão insigne foi o veneravel padre André de Al-

meida, de mui saudosa memoria em toda esta provincia, de cujas exemplares virtudes fizera de boa vontade uma larga relação; porém, como é meu intento sómente dar breves noticias dos varões que n'estas aldêas concorreram; de cujo exemplo o nosso irmão se aproveitou tanto, direi sómente, por ora, que foi em tal gráo a santidade d'este padre, que o comparam ordinariamente hoje ao mesmo padre João de Almeida, e não é pequeno abono da sua virtude. Foi extremado em todas as virtudes, mas entre ellas floresceu n'elle particularmente uma caridade e zelo entranhavel da conversão e salvação dos indios, com o qual sessenta annos que esteve na companhia, quasi todos gastou entre elles; e d'estes mais de vinte nas aldêas do Espirito-Santo. Gastava muitas horas do dia e da noite em contemplação com Deus. Era notavelmente austero para comsigo mesmo, e sobremaneira affavel para com os outros. D'elle se contam muitos sentimentos de Deus e casos propheticos. Acabo em dizer que tinha tal conceito de sua santidade o nosso Almeida, sujeito principal d'esta historia, que trazia um dente seu por reliquia n'estes ultimos annos de sua idade, e que com este obrou alguns casos maravilhosos, applicando-o a alguns doentes. Se foi em virtude de um ou de outro Almeida, não é facil de averiguar; mas só sabemos que um Almeida os attribuia ao outro, e que o povo os attribuia a ambos: a certeza tem Deus escondida:—de Almeida a Almeida pouca differença vai; e, se ambos se equivocam nos nomes, não é muito se não distinguam nas virtudes.

« Faz porém muito n'aquelle varão o conceito grande que o padre João de Almeida, quando já velho, e tão experimentado em espirito, concebia d'elle, que chegou a dizer em seus escriptos as palavras seguintes:—O padre André de Almeida, unica pedra preciosa, e de muita estima

de Deus, pelo qual o Senhor tem feito, faz e ha de fazer muitos bens de muita gloria sua, e honra d'esta provincia e de toda a companhia, como Deus Nosso Senhor irá descobrindo algum tempo. »

Até aqui o que deixou escripto o padre Vasconcellos. A effigie do padre André de Almeida conservou-se desde o tempo do seu transito no collegio do Rio de Janeiro até o da expulsão dos jesuitas d'este collegio, no qual se costumava lêr no refeitorio a vida d'este padre no dia 22 de Outubro de cado anno. Este foi o venturoso filho e unico varão de Antonio Rodrigues de Almeida e de sua mulher D. Maria Castanho, que serve de maior brazão, que as proprias armas pertencentes ao escudo de seus nobres progenitores; e de remate tambem a este titulo genealogico dos Almeidas Castanhos da capitania de S. Paulo.

(Continúa).

CORRESPONDENCIA OFFICIAL

DA CORTE DE PORTUGAL

COM OS VICE-REIS DO ESTADO DO BRASIL CONDE DA CUNHA, AYRES DE SÁ E MELLO E CONDE DE AZAMBUJA, NOS ANNOS DE 1766, 1767 E 1768.

(Extrahida do Archivo Publico)

N. 13.—Carta escripta ao conde da Cunha a 23 de Julho de 1766, approvando a hospedagem que deu ao navio hespanhol denominado *Principe S. Lourenço*, que vinha de Buenos-Ayres.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade a carta de V. Ex. de 17 de Abril do presente anno: Foi o mesmo senhor servido approvar a hospedagem que V. Ex. deu n'esse porto ao navio hespanhol denominado *Principe S. Lourenço*, que vinha de Buenos-Ayres. E manda declarar a V. Ex. que estes hospedes que trazem ouro e prata, para deixar n'essa cidade, são elles muito uteis; e que da mesma sorte o são indo da Europa para o Rio da Prata; porque comprarão fazendas n'essa cidade, para introduzirem por contrabando nos dominios de Hespanha, e pelo meio dos capitães d'estes navios se poderá estabelecer em BuenosAyres um negocio muito interessante.

Com este ponto de vista deve V. Ex. fazer tratar, e hospedar muito bem n'essa cidade os capitães dos referidos navios; prevenindo alguns homens de negocio d'essa praça, dignos de confiança, para fazerem amizade com os sobre-

ditos capitães, e tentarem por elles o negocio com Buenos-Ayres em direitura do Rio de Janeiro, ou de qualquer outro porto, que pareça mais proprio, conforme as circumstancias poderem permittil-o.

Deus guarde a V. Ex. — Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 23 de Julho de 1766.—*Francisco Xavier de Mendonça Furtado*.—Sr. conde da Cunha.

N. 14.—Carta escripta ao conde da Cunha a 23 de Julho de 1766, a respeito de serem perigosas e prejudiciaes as arribadas dos navios inglezes e francezes nos portos do Rio de Janeiro e na ilha de Santa Catharina, e os meios que se devem empregar nos casos d'ellas.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade a carta de V. Ex. que trouxe a data de 29 de Janeiro do presente anno, a respeito das arribadas dos navios inglezes e francezes n'esse porto, e na ilha de Santa Catharina:

O mesmo senhor manda declarar a V. Ex. que as ditas arribadas são muito perigosas e prejudiciaes; e ainda que por modos grosseiros e absolutos, se lhes não póde negar a hospitalidade quando a vão buscar necessitados e nos termos das ordens, que lá se acham sobre esta materia, se lhes devem sempre impedir as ditas arribadas por todos os meios indirectos que a possibilidade e a decencia o permittirem.

O primeiro e mais essencial entre aquelles meios é o de trazer sempre á vista do tal navio um, ou dois escaleres, de dia e de noite, para lhes impedir que d'elles se descarregue cousa alguma, para lhes confiscar logo o que descarregarem, sem remissão alguma, sendo os ditos es-

caleres commandados por officiaes militares e civis de fidelidade provada e superior a toda a corrupção.

O segundo meio consiste em serem registrados irremissivelmente todos os marinheiros e pessoas dos taes navios, que vierem a terra; e isto sómente com a excepção dos officiaes de uniformes, passageiros graves e dignos de attenção, que ordinariamente não costumam trazer pares de meias, cambraias, cassas e outras mercadorias finas debáixo dos vestidos, como costumam fazer os marinheiros e homens semelhantes.

O terceiro meio é o de não acharem dinheiro para pagar o de que necessitarem, escusando-se o governo com os motivos de que o dinheiro de el-rei nosso senhor nunca ahi pára; porque logo que chega se vai remettendo pelos primeiros navios a Lisboa, restando só o do pagamento das tropas e ministros de justiça, do qual se não póde desviar cousa alguma sem falta impraticavel. E escusando-se os particulares com muitos comprimentos emquanto ao módo e com a razão de que, não conhecendo os mestres capitães dos taes navios, nem tendo ordem alguma para lhes dar o dinheiro alheio, que como commissarios administram, sentem muito não se acharem nos termos de servil-os.

O quarto meio póde ser o de se ter prevenido secretissimamente o mestre da ribeira para não empregar nos concertos de que necessitarem os taes navios senão os officiaes mais preguiçosos, negligentes e tardos, que houver na mesma ribeira, desviando os outros artifices, que forem bons dos taes concertos, e accrescentando n'elles todas as obras que couber no possivel, sem grande deformidade, para que os mesmos concertos lhes venham a sahir tão morosos, e caros, que lhes não façam conta.

O quinto meio deve ser o de V. Ex. prevenir o governador da ilha de Santa Catharina, para ter sempre os manti-

mentos desviados dos portos, e guardados no interior da Ilha, ao fim de que quando a ella chegarem a pedir soccorros d'elles os mesmos navios estrangeiros, se escuse tambem no modo com grandes cumprimentos ; e quanto á sustancia com o motivo de que a terra se acha em tanta necessidade de mantimentos, que pede soccorro d'elles á cidade do Rio de Janeiro. Prevenindo V. Ex. ao mesmo tempo áquelle governador para ter sempre bloqueados com escaleres os sobreditos navios, e para fazer registrar os marinheiros, que d'elles vierem á terra, na fórma acima declarada, sem que aliás lhes permitta que examinem as fortificações chegando-se ás muralhas d'ellas.

Podendo parecer a V. Ex. duros os referidos meios, se lhe pondera que d'isso nada tem a respeito das sobreditas duas nações, sendo incompativelmente mais fortes, e passando a ser crueis os meios directos, e indirectos de que as mesmas nações estão usando, para impedirem o nosso commercio nos seus portos.

E emfim os taes navios se não devem considerar para nós senão como se fossem impestados ; e que como taes se devem deixar sahir cada vez, que quizerem ou poderem, posto que hajam contrahido dividas com os moradores, porque tambem isso servirá para que estes se abstenham de emprestar o seu dinheiro a semelhantes homens.

Deus guarde a V. Ex.— Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 23 de Julho de 1766.—*Francisco Xavier de Mendonça Furtado.*— Sr. conde da Cunha.

N. 15.—Carta escripta ao conde da Cunha a 22 de Março de 1767 a respeito das providencias dadas para repellir qualquer violencia que os castelhanos intentassem fazer para nos surprehender alguma parte dos nossos dominios,

e sobre um continuo e exacto cuidado que se deve ter com os jesuitas, por serem homens notoriamente suspeitos, etc., etc.

Illm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade a carta que V. Ex. me dirigiu na data de 12 de Novembro do anno proximo passado: E o mesmo senhor ficou nas providencias que o governador e capitão-general da capitania de S. Paulo tinha dado a respeito do ataque das terras pertencentes á Hespanha, para o caso d'aquella monarchia nos querer invadir os nossos estabelecimentos. Providencias que agradaram summamente a Sua Magestade, e que devem subsistir na fórma em que participei a V. Ex. na minha carta de 22 de Julho do referido anno.

Porém como os motins que houve assim em Madrid, como em algumas terras mais d'aquelle continente, e os d'aquellas conquistas descoucertaram as aleivosas medidas que a mesma côrte tinha tomado para nos surprehender alguma parte dos nossos dominios, e não ser conveniente que rompamos pela nossa parte uma guerra, que se incendiará em toda a parte: Por estes fundamentos, ordena Sua Magestade que, conservando-se todas estas medidas, que aquelle governador tinha prudentissimamente tomado, e ainda accrescentando todos os meios que V. Ex. e elle julgarem convenientes, se conservem promptas para qualquer acontecimento, ou casualidade, porque os vizinhos nos ponham em termos de repellir alguma violencia, que se julgar muito natural.

Aproveitando aquella occasião para os fazermos sahir das nossas terras em que elles injustamente se conservam, sem que para os atacarmos se necessite de tempo, porque n'isso consistirá o bom successo do negocio.

Isto porém se entende no caso dos ditos vizinhos com-

metterem algum attentado, porque não o havendo ordena Sua Magestade, que se suspenda por ora n'aquella invasão pelo motivo acima ponderado.

E' certo e sem duvida que, se os dominios do dito senhor se podessem demarcar pelos limites que diz o sobredito governador e capitão-general, seria convenientissimo, e por isto se trabalha ha tantos annos. Porém é o que por agora não póde ser, pelo mesmo urgentissimo motivo acima dito; e para qualquer novidade, que naturalmente se espera mais anno menos anno, é que se faz indispensavel que o dito governador e capitão-general tenha todas as forças e meios promptos para rebater, e atacar os inimigos, sem esperar que o soccorram, e com actividade que lhe é natural; não nos fiando na apparente paz em que hoje nos achamos; porque ella não é solida, e estavel, e devemos sempre estar prevenidos, como se a guerra estivesse mais proxima a romper-se; E por isso é necessario sempre estar prompto tudo o que for preciso para repellir aquellas violencias que os castelhanos julgam não esperadas, e que por isso mesmo lhes causará maior espanto e confusão o acharem-se rebatidos de improviso por um corpo poderoso, quando vinham na imaginação de acharem umas terras diversas, e alguns poucos de povoadores diversos.

Estas precauções porém, se devem sustentar com todo o cuidado, sem perder um momento de tempo; porque já disse a V. Ex., que a paz nem é, nem póde ser solida, e emquanto nos dão tempo, não o devemos perder, para nos acharmos, quando nos atacarem, em termo, de rebater o seu orgulho e violencia.

Mas estas prudentes e indispensaveis cautelas julga Sua Magestade que não devem ser empregadas em um rompimento pela nossa parte, com a consequencia de pôr

toda a Europa em armas, que nos fizessemos aggressores intempestivamente; porém se faz necessario que estejam sempre vivas e consolidadas com tal actividade, que sustentemos as forças possiveis n'aquellas partes, sem comtudo as mover, senão no caso em que os castelhanos façam algum attentado, em que seja preciso rebatel-os, para V. Ex. e o governador de S. Paulo obrarem de commum accordo na conformidade das ordens de el-rei nosso senhor expedidas na sobredita carta de 22 de Julho do anno proximo passado.

Quanto ao estabelecimento dos chefes dos levantados, que vieram das Indias de Hespanha, a querer estabelecer-se nas nossas fronteiras, é negocio que pede toda a reflexão; porque ao mesmo tempo que podem ser muito uteis se acaso se lhes unirem os seus amigos e parentes, para formarem nos dominios de Sua Magestade uma nova povoação, tambem podem ser summamente prejudiciaes aos mesmos dominios, se engrossarem em numero, e se fizerem superiores aos portuguezes, que com elles se devem ajuntar, porque com a mesma facilidade com que faltaram á obediencia do seu soberano se revoltarão contra os ditos dominios, servindo-lhes de meio para o seu perdão o de entregarem a nova conquista nas mãos dos seus parentes. Por cuja razão é indispensavel que, no caso de ainda subsistirem na idéa de se estabelecerem nas nossas conquistas, seja sempre em tal fórma, que os portuguezes os excedam muito em numero, e em qualidade de gente, e que em nenhuma d'estas povoações novas deixe de haver uma tal, ou qual fortaleza, na qual assistam e com grande cuidado os portuguezes, para poderem rebater qualquer insulto dos novos amigos, tão inconstantes, como provam os seus mesmos factos agora praticados.

Com esta occasião devo participar a V. Ex. para o seu

governo duas cousas : primeira, que os jesuitas fizeram agora expedir com todo o segredo um novo breve pela curia de Roma, pelo qual se lhes concedem novos privilegios, novas isenções, e muitas e grandes autoridades aos seus missionarios na America Hespanhola, e no Brasil, onde a expedição do tal breve e o segredo d'ella lhes seriam desnecessarios, se elles não tivessem algum fim de entrarem com este projecto a missionar no mesmo Brasil. Segunda, que os motins são como a peste que grassa, e se communica pelo ar de uns para outros paizes. E que os referidos levantados castelhanos podem muito facilmente ser levantados jesuitas, que venham ensinar aos povos do Brasil os levantamentos, que até agora foram por elles ignorados.

Em cuja intelligencia se faz preciso que V. Ex. encarregue alguns ministros da sua maior confiança em terem um continuo e exacto cuidado sobre os jesuitas que sahiram da companhia, e se acham por ahi dispersos por essas capitanias, fazendo-os recolher todos logo a essa capital, como homens notoriamente suspeitos ; e fazendo vigiar sobre elles, e sobre os seus parentes, amigos e adherentes, em tal fórma que logo que V. Ex. conheça qualquer semente, ou principio de sedição, faça prender e castigar com tal promptidão e severidade os primeiros, que não haja segundos, nem terceiros que queiram imital-os. Isto foi o que fez ultimamente o marquez de la Mina, vice-rei de Catalunha, nos motins que houve em todos os outros reinos do continente de Hespanha. Ajuntou as suas tropas, logo que soube que os catalães determinavam seguir os hespanhoes, e á testa d'ellas, com as fortalezas municiadas, declarou aos habitantes de Barcelona que elle estava alli posto por el-rei para conservar o publico socego. E que tivessem entendido, que a primeira voz de sedição,

ou primeiro facto que lhe constasse, faria logo justiçar aquelles que a proferissem, sem mais demora, nem formalidade de meios ordinarios.

Para estes casos são excellentes as recrutas das ilhas, as quaes não tendo n'essas terras parentes nem alianças serão mais dignas da confiança de V. Ex. para lhes encarregar as diligencias. E das mesmas ilhas se irão transportando todos os soldados possiveis, como já tenho avisado a V. Ex.

Pelo que respeita aos taes portuguezes que devem ir para aquella fronteira, unirem-se com os novos hospedes, achou Sua Magestade tambem justo que sejam d'esses chamados criminosos, quando o não forem de crimes execrandos, porque estes de nada poderão servir para o bom successo do negocio, e que os ditos chamados criminosos, e os vagabundos dispersos se unão por modo de quem vai fugindo ao castigo, e vão viver n'aquellas fronteiras com os taes *Corogatis*, indo aquelles que parecerem mais capazes instruidos particularissimamente na fórma por que devem obrar, afim de estabelecerem n'aquella fronteira a dita fortaleza, publicando ainda aos mesmos *Corogatis* que vão alli associar-se para poderem alcançar de Sua Magestade e dos seus governadores o perdão para, ou ficarem alli, ou se recolherem ás suas casas. O que certamente mais depressa conseguiriam se virem que elles *Corogatis* se fazem nacionaes, e vassallos de Sua Magestade, porque d'esta sorte lograrão não só os privilegios que como taes lhes competem, mas engrossarão muito em cabedaes com o commercio que podem fazer d'alli com os seus amigos e parentes, livres dos grandes tributos que pagam n'aquellas Indias, e seguros dos insultos a que certamente estão expostos, vivendo entre a ambição jesuitica e as justiças de el-rei catholico. Interesses que nunca se podem combi-

nar, e que precisamente as consequencias de qualquer das partes que elles sigam lhes hão de ser tão funestas como elles têm experimentado.

A estas gentes deve o governador e capitão-general fazer instruir em fórma que se não perceba nunca que elles têm consentimento seu; antes pelo contrario publicar que faz toda a diligencia pelos prender; mas particularissimamente deve ordenar ao de que elle fizer maior confiança que vá avisando do que houver d'aquellas, e da negociação com os *Corogatis*, fingindo-se algum desertor d'aquelle corpo que possa servir de correio.

N'esta corformidade, e na das reaes ordens conteúdas na referida carta de 22 de Julho do anno proximo passado: Ordena Sua Magestade que V. Ex. obre de commum accordo com o referido governador e capitão-general da capitania de S. Paulo. Isto é, não declarando nunca guerra, mas repellindo com a maior efficacia que couber no possivel, e aproveitando-se d'essas occasiões para ampliar o dominio de Sua Magestade, como se tem ordenado na referida carta.

Deus guarde a V. Ex. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 22 de Março de 1767.—*Francisco Xavier de Mendonça Furtado*.—Sr. conde da Cunha.

N. 17.—Carta escripta ao conde da Cunha a 25 de Abril de 1767, sobre o que se deve praticar a respeito dos jesuitas se quererem passar para o Brasil em habitos disfarçados, não só clericaes, como nos de outras religiões, e até nos de seculares, munidos de ordens, faculdades, e instrucções expedidas em nome do Papa, e

dadas pelo seu geral para as executarem n'esta cidade e nos territorios do Brasil, etc., etc.

Illm. e Exm. Sr.—Constando a Sua Magestade por certas informações quererem passar para estes reinos alguns jesuitas vestidos não só em habitos clericaes, mas tambem nos de outras religiões, e ainda nos de seculares, os quaes vêm munidos de ordens, faculdades e instrucções expedidas em nome do Papa, e dadas pelo seu geral para as executarem n'esta cidade e nos territorios do Brasil. E sendo muito natural que depois da pragmatica por que el-rei catholico desnaturalisou, e excluiu dos seus reinos e dominios os ditos jesuitas, e por consequencia dos reinos de Napoles e Sicilia e dos Estados de Parma e Placencia, procure esta infame e abominavel gente introduzir-se n'esses dominios com os disfarces acima referidos: Ordena el-rei nosso senhor que V. Ex. nas chegadas dos navios a esse porto, ou nas entradas pelo continente d'esse governo, mande cuidadosamente examinar: quanto aos primeiros, pela mesa da inspecção e justiças d'essa capitania todas e cada uma das pessoas que chegarem nos navios, confrontando-as com os signaes que forem declarados nos passaportes e nas listas que vão pela junta do commercio. E pelo que respeita ás segundas, que sejam obrigadas a legitimar-se, ou pelos passaportes que trouxerem dos governadores e capitães generaes dos dominios de Hespanha, ou dos d'esse Estado, pelos quaes se mostre quem são, d'onde vieram, por onde entraram, o negocio que trazem, e para onde passam; afim de que aquellas, cuja identidade de pessoas se não verificar com as referidas clarezas, de qualquer estado, qualidade e condição que forem, sejam presas com todos os papeis que lhes forem achados, e remettidas para esta côrte com toda a segurança á ordem de Sua Magestade.

Para que V. Ex. fique instruido do que contém não só a referida pragmatica, mas tambem a collecção do decreto, e mais ordens, que houve sobre a desnaturalisação dos referidos regulares, remetto a V. Ex. alguns exemplares, assim de uma, como de outra cousa, os quaes V. Ex. fará publicar desaffectadamente, communicando-os ao bispo, aos prelados das religiões, aos parochos, e a todas as mais pessoas notaveis, por modo de emprestimo, e fazendo-os assim passar de uns a outros.

Deus guarde a V. Ex. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 25 de Abril de 1767.—*Francisco Xavier de Mendonça Furtado.*—Sr. conde da Cunha.

N. 18.—Carta escripta ao conde da Cunha em 20 de Junho de 1767, confirmando a resolução de Sua Magestade sobre os meios, e os modos para se dilatarem pelos sertões da capitania de S. Paulo os limites da mesma, afim de afastar-se d'ella os castelhanos o quanto possivel fosse; sobre a precaução contra os jesuitas; e sobre a maior amizade que se devia praticar com os hespanhoes depois da expulsão dos ditos jesuitas, etc, etc.

Illm. e Exm. Sr.—1. Em carta de 22 de Junho do anno proximo passado avisei a V.Ex. sobre o motim de Madrid, que depois se foi communicando á maior parte das terras do continente de Hespanha, e sobre as suas consequencias: ponderando-lhe a necessidade, que tinhamos, não só de nos precavermos, para resistirmos aos jesuitas, que estavam dominando então n'aquella côrte, mas tambem de nos prepararmos para aproveitar as occasiões que esses governadores e officiaes castelhanos, dominados pelos mesmos

jesuitas, era muito verosimil que nos dessem com as suas costumadas absolutas e naturaes arrogancias.

2. Depois tornei a participar a V. Ex. em outra carta de 22 de Março d'este presente anno as resoluções que Sua Magestade foi servido tomar (n'aquellas circumstancias) sobre o projecto, que o governador e capitão-general de S. Paulo, D. Luiz Antonio de Sousa, havia mandado á real presença do mesmo senhor ; e sobre os meios e os modos para se dilatarem pelos sertões d'aquella capitania os limites d'ella, afim de afastarmos de nós os mesmos castelhanos quanto possivel fosse.

3. Com o assumpto das referidas duas cartas, e do que sobre as ordens conteúdas n'ellas havia ultimamente avisado a V. Ex. o mesmo governador de S. Paulo, me dirigiu V. Ex. a outra carta, que ha pouco recebi, na data de 29 de Janeiro d'este presente anno; pedindo V. Ex. n'ella novas resoluções de Sua Magestade sobre os termos e os modos, para se excutarem aquellas duas instrucções dentro nos regulados limites da real intenção do mesmo senhor.

4. Quando esta côrte se achava com a de Madrid nas circumstancias acima declaradas, occorreu no estado das cousas uma inopinada e notavel mudança: porque el-rei catholico por uma parte exterminou, e desnaturalisou os ditos jesuitas de todos os seus reinos e dominios pela lei, *Pragmativa Sancção de* 7 de Abril proximo passado, e instrucções a ella concernentes, das quaes já remetti a V.Ex. alguns exemplares em carta de 25 de Abril tambem proximo precedente. E pela outra parte mandou communicar a el-rei nosso senhor que havendo feito sahir dos seus reinos e dominios os referidos jesuitas, que promoviam a discordia e embaraçavam as duas côrtes, para ambas servirem aos interesses da sociedade jesuitica ; esperava que depois da dita expulsão não houvesse mais do

que uma perfeita amizade, e uma bem cultivada união entre as duas monarchias.

5. Successivamente mandou propôr o mesmo catholico monarcha a el-rei nosso senhor, que, nos termos de se haver consolidado aquella amizade e união entre as duas côrtes, e ser ella de commum interesse de ambas, era tambem conforme á mesma amizade, e mutuos interesses, que as questões que se acham pendentes sobre os limites do Brasil se ajustassem particularmente entre os dois gabinetes, sem officio ou intervenção de alguma outra potencia da Europa. E não podendo Sua Magestade deixar de receber,como era justo, uma tão util e agradavel proposta. Ficamos trabalhando para reduzir a effeito esta negociação; se na abertura d'ella houve a sinceridade, que fazem verosimil as perturbações, em que se acham os nossos vizinhos, assim dentro no seu continente de Hespanha, como nos seus dominios ultramarinos.

6. E em necessaria consequencia de tudo o referido, ordena pois Sua Magestade, que V. Ex. pratique n'esse governo, e suas dependencias, o que lhe vou participar.

7. Primeiramente ordena o mesmo senhor, que o que avisei a V. Ex. na dita carta, que lhe dirigi em 22 de Março do presente anno, sobre o projecto do governador, e capitão-general de S. Paulo, ou o que n'ella escrevi desde o § 1.° até o fim do § 6.°, faça a impreterivel regra de V. Ex., e do dito governador, como é preciso que faça nas circumstancias que deixo referidas, e nas outras, de que ainda tratarei em carta separada.

8. O que se deve praticar em tal fórma, que fazendo-se ver aos castelhanos, e dizendo-se-lhes que V. Ex. e D. Luiz Antonio de Sousa têm apertadas ordens para praticarem com os hespanhóes seus confinantes a maior amizade, depois da expulsão dos jesuitas: obrem sempre

debaixo d'este compasso com taes medidas, que nem lhes dêm justa queixa, adiantando por ora sobre elles o dominio, nem lhes permittam que elles se adiantem pelas terras e portos de que estivemos até agora de posse.

9. E no caso d'elles quererem abusar d'esta nossa moderação com esta, ou aquella pequena violencia, devem estar prevenidos os commandantes dos nossos portos para lh'o não permittirem: protestando-lhes porém ao mesmo tempo (depois de se desforçarem) e fazendo protestar por escripto mandado ao commandante mais vizinho do caso que succeder: *Que os seus subalternos fizeram esta, ou aquella desordem, contra a intima amizade, que se sabe que reina entre as duas côrtes. E que d'ella ficarão na sua responsaveis; porque se dará conta a Sua Magestade, para o fazer participar pelo seu embaixador a el-rei catholico seu bom irmão e cunhado, etc.*

10. Em segundo lugar ordena o mesmo senhor que se os ditos castelhanos obrigados, ou pela deserção que fazem as suas tropas, ou pela necessidade de irem acudir á conquista das missões do *Uruguay*, ou á defesa de *Buenos-Ayres*, forem abandonando alguns portos nas partes do *Rio-Grande*, ou do *Rio-Pardo*, poderemos então occupar os mesmos portos, d'onde elles sahirem, debaixo do pretexto de os defendermos contra as invasões e machinações dos jesuitas, etc.

11. Em terceiro lugar ordena o mesmo senhor, que V. Ex. faça a cama á boa vontade, que os castelhanos de *Buenos-Ayres*, ou do *bloqueio da Colonia*, parece que têm, de relaxarem o aperto em que estava a dita praça da Colonia. *Boa vontade*, a qual pareceu por uma parte que V. Ex. quiz significar na sua dita carta ultima de 29 de Janeiro proximo passado, emquanto n'ella avisou: *Que entendia que o grande aperto do bloqueio não duraria*

muito. E pareceu pela outra parte que tambem significavam as quantidades de patacas, que d'essas partes têm chegado; de sorte que foi preciso usar de algumas cautelas para as encobrir; entre as quaes cautelas foi uma a de se comprarem as ditas patacas dentro na casa da moeda, para sahirem d'ella em ouro cunhado.

12. O modo pois que el-rei nosso senhor achou que póde ser mais natural no presente estado das cousas, é o de escrever V. Ex. a *D. Antonio Bucarelli* uma carta familiar concebida nos termos, que faz naturaes a mudança de estado das duas côrtes acima referidas; dizendo V. Ex. n'ella: *Que da Colonia se lhe avisa que aquella praça está em um sitio formal, com prohibição fechada para todas as communicações, e até para comprar os comestiveis mais ordinarios nas terras, e lugares adjacentes á mesma praça. Que um bloqueio que impede toda a communicação, e todo aquelle pequeno trafico, verá elle bem, que é por si uma positiva e declarada guerra, sendo isto notorio pelo direito publico e pela observancia de todas as nações civilisadas. Que até agora, posto que assim o conheciamos, sabiamos ao mesmo tempo que tudo o referido provinha de negociações e machinações de ordens, que no conselho de Indias faziam expedir os jesuitas. Que com a expulsão d'elles parece a V. Ex. que devem cessar os effeitos das ditas ordens por elles machinadas e extorquidas, para dissaboriarem, embaraçarem e alienarem as duas côrtes, fazendo a má intelligencia entre ellas um ponto essencial dos interesses da sua sociedade. Que as cousas têm mudado inteiramente de semblante, porque a V. Ex. se avisou desde a data de 25 de Abril proximo passado que logo que os jesuitas foram expulsos dos dominios de Hespanha, se abrirão as portas, não só á boa intelligencia, mas tambem á mais sincera e intima amizade, que ficarão fa-*

zendo a regra das duas respectivas magestades, e das suas reaes familias. Que assim o tinha esta côrte avisado a V. Ex. desde aquella data, e ainda aepois d'ella pela Bahia, para que em todas essas capitanias d'esses dominios de el-rei nosso senhor se cultivassem com os vassallos de Sua Magestade Catholica a mais perfeita harmonia e a mais amigavel correspondencia. Que assim o tem V. Ex. ordenado a todos os commandantes das dependencias d'essa capitania. Que o mesmo tem feito o governador de S. Paulo. E que V. Ex. espera que elle D. Antonio Bucarelli faça cessar umas hostilidades tão incompativeis com o actual systema de amizade e união intima das duas côrtes; mandando abrir com a Colonia a communicação (para a qual bastaria a paz entre as duas nações) em tudo o que não fôr contrabando; e fazendo vigiar, e castigar os contrabandistas, se os houver, com as penas das leis contra elles estabelecidas; porque não é justo que, pelo receio das culpas eventuaes de semelhantes criminosos, se fechem a todos os innocentes as portas para aquella mutua communicação e reciproco trato, que a humanidade requer per si mesma entre as nações que se acham em paz, ainda quando não concorrem n'ellas as outras mais attendiveis razões de estreito parentesco e intima amizade, que tão cuidadosamente se estão cultivando entre os dois respectivos monarchas, e os vassallos dos seus reinos n'esta parte do mundo onde se permitte, e fomenta reciprocamente todo o trafico, que é permittido e licito; e se castigam tambem reciprocamente os contrabandos, capturando-se os que n'elle se acham comprehendidos, etc.

13. As outras ordens de Sua Magestade, que devo avisar a V. Ex. na presente conjunctura, lhe vou participar logo em carta separada.

Deus guarde a V. Ex.—Palacio de Nossa Senhora da

Ajuda, em 20 de Junho de 1767.— *Conde de Oeyras.*— Sr. conde da Cunha.

N. 24.—Carta escripta a Ayres de Sá e Mello, em 10 de Setembro de 1767, a respeito á guerra que os hespanhóes haviam rompido nas fronteiras do Brasil, pela parte do rio Guaporé, e marchavam em força a irem atacar a aldêa de Santa Rosa d'esta parte do referido rio ; e as providencias que a tal respeito se tomaram, etc., etc.

Illm. e Exm. Sr.—1.—Quando se estavam pondo em limpo os largos despachos que V. Ex. receberá pelo portador d'esta,entrou na tarde do domingo,que se contaram 6 do corrente, uma embarcação de aviso despachada no Rio de Janeiro pelo conde da Cunha, sem outra carta,ou assumpto que não seja a da prompta participação de que ao mesmo tenipo em que as ordens, que havia recebido, eram as que tenho participado a V. Ex. para se suspender tudo o que fosse controversia, e podesse dar motivo á menor perturbação entre os respectivos vassallos das fronteiras d'aquelle continente ; tinha o commandante do *campamento de S. Caetano*,fronteiro ao *Rio-Grande de S. Pedro*, expedido em 28 de Maio d'este presente anno a ordem cujo cópia remetto a V. Ex. E que em virtude d'ella tinha havido um choque com a guarnição do dito *Rio-Grande de S. Pedro*, no qual morreram alguns s oldados portuguezes, sem declarar cousa alguma mais o dito commandante, senão que lhe pedia mais munição de guerra.

2.—Será desnecessario a V. Ex. fazer largos discursos a essa côrte, para ella comprehender a grande indignação, que causaram a Sua Magestade o referido aviso e a ordem do commandante Joseph Custodio de Sáa, que fez o assumpto d'elle.

3.—Porque ainda que já era presente ao mesmo senhor, que o governador do *Mato-Grosso* tinha avisado a todos os outros governadores, e commandantes das nossas fronteiras do Brasil, que os hespanhóes haviam rompido a guerra para aquella parte do Guaporé, e marchavam em força a irem atacar a aldêa de Santa Rosa d'esta parte do referido rio, e que este aviso se achava no Rio de Janeiro e ilha de Santa Catharina desde o mez de Julho do anno proximo passado; ainda que na grande distancia, que ha do dito rio Guaporé ao Rio-Grande de S. Pedro se vê claramente que não podia caber a chegada da outra noticia de se ter retirado a dita expedição hespanhola, que ia atacar a aldêa de Santa Rosa, antes de commetter hostilidades; e ainda que ao referido commandante Joseph Custodio de Sáa houvessem dado aos hespanhóes que guarnecem o mesmo Rio-Grande de S Pedro os outros motivos por elle referidos na carta da dita cópia inclusa: Nada d'isto bastava para elle tomar a estranha liberdade de exceder tudo o que se lhe tinha determinado; conhecendo elle mesmo claramente o excesso que commettia, e confessando-o pelas expressas palavras:—*Sem embargo das estreitas ordens que me cingem, tanto de Sua Magestade, como do Illm. e Exm. Sr. conde vice-rei do Estado, para conservar com os ditos hespanhóes a melhor harmonia.*

4.—Ordens em cuja observancia se devia o mesmo commandante reduzir, se tinha experimentado as avarias que escreveu, a queixar-se d'ellas ao dito conde vice-rei do Estado, para elle se entender ao dito respeito com o governador e capitão-general de Sua Magestade Catholica. Reduzindo-se no entretanto o dito commandante subalterno á natural defesa no caso de o haverem constituido na indispensavel necessidade d'ella; e não dar occasião a apparecer uma guerra ridicula de subalternos ao mesmo

tempo em que as duas côrtes se acham na mais estreita amizade, que entre ellas se viu depois de alguns seculos.

5.—A estranheza que causou esta inesperada novidade no real espirito de el-rei nosso senhor fez com que Sua Magestade mandasse, como logo mandou, que immediatamente se fizesse prompta a partir uma náo que se estava apparelhando para ir levar os governadores da ilha da Madeira, de Pernambuco e da Bahia: que esta se despachasse, como já fica despachada, para o Rio de Janeiro, e de lá para a ilha de Santa Catharina: que no campo de S. Caetano, ou em qualquer lugar em que se achasse, fosse preso o dito commandante Joseph Custodio de Sáa, e transportado a esta côrte, para n'ella responder sobre aquelle seu fogoso desatino: e que tudo isto se participasse logo a D. Antonio Bucarelli, para que pudesse dar tambem pela sua parte as necessarias providencias.

6.—Pois que, combinando os referidos desatinos com o que se tem aqui experimentado, se póde receiar que os ditos subalternos do Rio-Grande de S. Pedro e das suas fronteiras se achem assirrados uns contra os outros por intrigas e estratagemas dos jesuitas.

7.—Ao mesmo tempo em que estes têm feito divulgar nos papeis publicos de Londres todas quantas imposturas entenderam que podiam fazer. Portugal odioso aos povos de Inglaterra, persuadindo que se fazem aqui aos inglezes as mais extraordinarias insolencias, têm introduzido n'estes reinos outros papeis contraditorios, pelos quaes persuadem aos portuguezes que os inglezes commettem contra elles os maiores insultos e as mais injuriosas sem-razões. E, se estamos vendo isto dentro em Portugal, não é nada inverosimil que nas fronteiras dos dois dominios da America tenham feito o mesmo os ditos jesuitas.

8.—Para que tudo isto porém acabe de desarmar em vão: Mandou Sua Magestade prevenir logo outro navio de aviso para partir assim que voltar a resposta d'esta carta.

9.—Por ella manda el-rei nosso senhor propôr a Sua Magestade Catholica por V. Ex., que lhe parece que o meio mais efficaz para o dito fim será o de expedirem suas ditas magestades de accordo commum novas ordens aos seus respectivos governadores e capitães-generaes d'aquellas partes, determinando-lhes em substancia: Que desapprovam e estranham todas quantas hostilidades se commetteram desde o dia 28 de Maio proximo passado em diante, como contrarias ás suas reaes ordens, e á sua fraternal e sincera amizade: Que tudo quanto se houver innovado com as ditas hostilidades, ou com quaesquer outras depois d'ellas commettidas, se reponha logo immediatamente no mesmo estado em que se achava no referido dia 28 de Maio proximo passado: E que as armas e as forças de ambas as côrtes n'aquella parte do mundo se estabeleça n'ella, que são preventivas para cohibirem os seus adversarios e rebeldes; e de nenhuma sorte para terem o menor exercicio contra os reciprocos vassallos dos dois monarchas tão estreitamente unidos pelo sangue e pela fina e estreita amizade, que entre si estão cultivando tão cuidadosamente, etc.

10.—No caso em que Sua Magestade Catholica assim o approve, e queira confiar ao dito aviso (que ficará prompto ao mais tardar em quatro dias) as suas reaes ordens para D. Antonio Bucarelli, póde V. Ex. dar em reversal d'ellas a cópia d'esta carta. E logo que receber a resposta de V. Ex. será despachado o referido navio de segundo aviso na primeira maré que se seguir.

Deus guarde a V. Ex. Sitio de Nossa Senhora da Ajuda,

a 10 de Setembro de 1767.—*Conde de Oeyras.*—Sr. Ayres de Sá e Mello.—*João Gomes de Araujo.*

N. 25.—Carta escripta ao conde de Azambuja em 11 de Setembro de 1767, sobre se achar Sua Magestade unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á extincção dos jesuitas, e ao castigo do geral e seu conselho, porque sem isso nem póde subsistir a igreja de Deus, nem se póde conservar as monarchias da terra, etc., etc.

Illm. e Exm. Sr.—Para a secretissima Instrucção de V. Ex. lhe manda Sua Magestade participar o que n'esta lhe vou referir em substancia, porque assim o faz preciso a brevidade com que o mesmo senhor manda partir a fragata *Nossa Senhora de Nazareth*, que vai dirigida a esse porto.

A causa principal d'esta prompta expedição consiste em se achar Sua Magestade unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á extincção dos jesuitas, e ao castigo do geral e seu conselho; porque sem isso, nem póde subsistir a igreja de Deus, nem podem se conservar as monarchias da terra; como V. Ex. verá na *Deducção chronologica, e da petição de recurso*, que hão de acompanhar esta carta.

Accresce que entre Sua Magestade Fidelissima, e Sua Magestade Catholica se acha restabelecida uma tão intima amizade, que têm assentado ajustarem entre si amigavelmente todas as differenças dos seus limites d'essas partes, sem mediação alguma de outras potencias.

Achando-se pois as cousas n'este estado, se receberam as noticias de haver o coronel Joseph Custodio de Sá rom-

pido em 28 de Maio proximo precedente uma guerra com os castelhanos que guarnecem o Rio-Grande de S. Pedro, e de ficar o conde da Cunha disposto a soccorrêl-o para continuar a mesma guerra; quando pelo contrario, em virtude das ordens de 22 de Julho de 1766, e de 22 de Março d'este presente anno, que V. Ex. achará debaixo dos ns. I e XIII do catalogo incluso, e marcado com a letra A, deveria ter: por uma parte mandado buscar preso o dito coronel Joseph Custodio de Sá; e pela outra parte escripto ao governador e capitão-general de Buenos-Ayres, D. Antonio Bucarelli, para com elle se sincerar e remover toda a desconfiança.

A falta d'estas duas providencias, bem verá V. Ex. que não podia deixar de ser fatal, em uma tão delicada conjunctura. E para supprir é que Sua Magestade resolveu, que V. Ex.ª passasse immediatamente para o Rio de Janeiro na fórma que lhe tem ordenado. Que logo que alli chegar, tomando posse do governo, faça repôr tudo no estado antigo. Que a esse fim despache um aviso ao governador e capitão-general de Buenos-Ayres. Que lhe signifique por elle todo o desprazer que a Sua Magestade causou a ridicula guerra de subalternos que appareceu no Rio-Grande de S. Pedro. Que Sua Magestade sobre ella mandou participar logo a el-rei catholico o que consta da copia que debaixo da letra B ajuntarei a esta carta. Que, havendo o mesmo conde feito destacar mais tropas, ou navios para aquellas partes, faça V. Ex. recolher tudo ao Rio de Janeiro na conformidade das ordens de 20 de Junho proximo passado indicadas nos ns. XIV, XV, XVI e XVII do mesmo catalogo, compondo com o general hespanhol todas as desordens que houverem succedido como contrarias ás intenções e ás ordens de ambos os dois monarchas; porque o maior serviço que V. Ex.

poderá fazer ao dito senhor é o de remediar os ditos absurdos, ou de suspender os effeitos d'elles, emquanto não chegarem as ordens da côrte de Madrid, que esperamos dentro em poucos dias, para com ellas partir outro aviso que se fica aprestando.

As diabruras dos jesuitas são hoje um objecto digno da grande attenção que provam as referidas *Deducção*, e *petição de recurso*. E quanto ás providencias para se obviarem as suas malicias me remetto ás instrucções de 23 de Julho do anno proximo, e 17 e 18 de Março e 20 de Junho d'este presente anno, accusadas debaixo dos numeros II, VII, X e XIV, com os seguintes do sobredito catalogo marcado com a lettra A,como acima digo.

Ultimamente manda Sua Magestade participar a V. Ex. que, havendo-se-lhe feito muito estranho que o conde da Cunha, tendo-lhe ordenado pela carta de 28 de Fevereiro, que vai no mesmo catalogo debaixo do n. V, que remettesse dentro em quinze dias pela fragata *Nossa Senhora da Graça* os cabedaes, que já se achavam retardados sobre o aviso que fez de que não estava capaz de os transportar a náo *Nossa Senhora da Natividade*, tomasse sobre si a resolução de não cumprir a referida ordem, com a consequencia de deixar ainda retido os ditos cabedaes com um empate tão prejudcial ao credito do erario real, e ao de toda a praça de Lisboa. E' o mesmo senhor servido que V. Ex. faça expedir logo a referida fragata, e que assim por ella, como pelas mais náos que puder, expedir faça transportar todos os cabedaes que puder fazer promptos com toda a expedição possivel, pelas más consequencias que póde ter o seu maior empate.

Pelo aviso ,que se espera que partirá dentro em dez ou

doze dias, direi a V. Ex. o mais que agora não cabe no tempo.

Deus guarde a V. Ex. Palacio de Nosso Senhor da Ajuda, a 11 de Setembro de 1767.

P. S. Vão quatro jogos de exemplares da *Deducção e da petição de recurso*, para que V. Ex possa deixar um jogo ao arcebispo eleito, que fica governador interino da Bahia; e para que possa repartir outro ao bispo do Rio de Janeiro; parecendo que não será inutil que V. Ex. mande um jogo d'elles ao governador de Buenos-Ayres: e pelo aviso remetterei a V. Ex. maior numero dos referidos jogos. —*Conde de Oeyras*.—Sr. conde da Cunha.

Nº. 26.—Carta escripta ao conde de Azambuja em 2 de Outubro de 1767, sobre se acharem estabelecidas entre Suas Magestades Fidelissima e Catholica, a estreita amizade e intima união, com que têm determinado ajustarem entre si amigavelmente as differenças dos seus respectivos limites, etc., etc.

Illm.e Exm.Sr.—1.—Pela fragata que partiu d'esta côrte em 12 de Setembro proximo passado, repeti a V. Ex. (com as ceremonias do mais recatado segredo) as participações que já havia feito no mesmo segredo ao conde da Cunha.

2.—Isto é, que entre Suas Magestades Fidelissima e Catholica se acha estabelecida a estreita amizade e intima união, com que têm determinado ajustarem amigavelmente entre si as differenças dos seus respectivos limites n'essas partes. Remettendo a V. Ex as cópias das ordens que ao mesmo conde da Cunha se haviam expedido sobre se cultivar com os hespanhóes d'essas partes a melhor intelligen-

cia e boa harmonia, desde 22 de Julho de 1766, e de 22 de Março d'este presente anno: significando-lhe a estranheza que havia causado a el-rei nosso senhor o inconsiderado rompimento, que o coronel commandante Joseph Custodio de Sá havia feito declarar no dia 28 de Maio proximo passado, ordenando-lhe que o suspendesse, e remettesse preso a esta côrte: e que, estabelecendo V. Ex. uma correspondencia regular e amigavel com o capitão-general D. Francisco Bucarelli, extinguisse de accordo com elle até a ultima facha d'aquella discordia, e fizesse apparecer clara e decisivamente entre os governadores, commandantes e vassallos das duas corôas a mesma perfeita harmonia e reciproco desejo de se prestrarem mutuos bons officios (contra os jesuitas inimigos communs), que felizmente se cultivam n'esta côrte, e na de Madrid, entre os dois augustissimos monarchas.

3.—Sendo pois participado á côrte de Madrid tudo o referido, mandou Sua Magestade Catholica expedir ao dito D. Francisco Bucarelli, a ordem, cujo original ajuntarei a esta, para que V. Ex., logo que ahi chegar este aviso, mande entregar por um official a dita real ordem d'aquelle monarcha ao mesmo D. Francisco Bucarelli com a cópia d'esta carta: para que fique na intelligencia de que os sentimentos e as ordens de suas ditas magestades são as que constam das referidas cartas,mande V. Ex. praticar logo a mesma reposição que por el-rei catholico se tem ordenado a D. Francisco Bucarelli.

Deus guarde a V. Ex.—Sitio de Nossa Senhora da Ajuda, 2 de Outubro de 1767.— *Conde de Oeyras.*—Sr. conde de Azambuja.

N.28.—Perguntas que se fizeram por ordem do almirantado de Inglaterra ao arbitrista d'esta expedição, e respostas que o dito fez a ellas desde 25 de Setembro até 8 de Outubro de 1767, sobre o commercio dos inglezes no Brasil, dominios de Hespanha e Paraguay.

Pergunta

Quanto entendeis que poderão custar estas mercadorias em lá?

Resposta

Cinco mil seiscentas e setenta libras esterlinas que fazem cincoenta e seis mil cruzados.

Pergunta

Entendeis vós que poderemos ter um commercio aberto?

Resposta

As qualidades das mercadorias compradas, e a remessa que nós fazemos, se acham de accordo com os avisos que receberam do commandante do porto de Egmont, pelo navio *Frederico* e pela ballandra *Florida*, que certificam que o capitão do navio *Sirrift*, e os outros navios que estiveram sobre os portos portuguezes e hespanhóes, para os convidar a commerciarem com elles, e para se estabelecerem commissarios para fazerem os mesmos convites aos habitantes do Paraguay. Os que fizeram as ditas viagens são os *Sirrift* e a *Carcusa*, depois que chegaram ao porto de Egmont, tanto ao porto Famine, e ás pequenas ilhas junto, e ao redor do cabo de Horn, e do Estreito de Magalhães: e estas são um seguro garante do bom successo.

Pergunta

Deram-se aos habitantes d'essas pequenas ilhas alguns vestidos ?

Resposta

O *Sirrift* fez na ilha Madre de Deus seus presentes, e a *Carcasa* em outra aos indios, e lhe deram calções, coletes e camisas de panno azul e branco, vestias de baeta e algumas fitas estreitas de seda, facas e thesouras; e os indios fizeram grandes demonstrações de alegria e tomaram os seus vestidos, e lh' os deram, e se lhe aceitaram, os quaes consistiam em grandes capas muito bem feitas de differentes pelles muito boas.

« Note-se que todos estes generos se devem prohibir « como de rigoroso contrabando nas costas do Brasil. »

Pergunta

E achou-se meio de se communicarem e estender-se com os taes indios ?

Resposta

Na madre de Deus se acharam alguns que fallam um máo hespanhól, e outros um máo portuguez. E como nós temos nos nossos navios marinheiros de ambas estas nações, haverá por meio d'elles occasião de se fazer uma grande amizade para os convidar a virem comnosco ás ilhas visinhas para nos servirem de interpretes. E se espera que em tanto numero se achem alguns que fallem a lingua dos patagões ; e por este meio chegaremos ao seu paiz para reconhecermos as suas producções.

Pergunta

Se o commercio se não estabelecer, e se as despezas excederem, que vantagem se póde tirar ?

Resposta

Nenhuma em tempo de paz, mas muitas em tempo de guerra. Antes de se emprehender este estabelecimento se consideraram todos os inconvenientes que d'elle podiam resultar. As despezas estão feitas, e é necessario tentar as occasiões de se tirar d'ellas proveito.

Pergunta

Pensais vós que estas armas foram pedidas ao governo pelos habitantes do Paraguay ?

Resposta

Em toda a parte ha falsos irmãos ; e os traidores se acham em todos os paizes. O fanatismo influe mais em Portugal e em Hespanha que em todos os outros paizes.

O capitão que esteve quinze dias no Rio de Janeiro, e de lá foi ao banco do Inglez na boca do Rio da Prata (que segundo se diz executou muito bem a sua commissão), fez lá grandes amigos, que mostram ser sinceros, pelo consideravel proveito do commercio que elles imaginam terem principiado comnosco. As ordens mysteriosas dadas ao capitão Janson para mandar estas cartas fazem suspeitar muito da verosimilidade n'aquella negociação, porém o segredo d'ella não veiu ao meu conhecimento.

Pergunta

N'essa quantidade de mercadorias de lá não ha nada de bom ?

Resposta

Ha excellentes baetas de boas côres, fitas francezas compradas na alfandega ; e estes dois artigos podem importar dezoito mil libras esterlinas.

« Note-se. Que pela achada d'estas fitas nas lojas dos mercadores se podem os contrabandistas descobrir. »

Clarezas que se tiraram do mesmo almirantado depois do que fica acima referido.

Pergunta

Os dois navios *Tamer* e *Florida* que partiram foram destinados a dar principio a um novo commercio ?

Resposta

As mercadorias de que foram carregados confirmam bem o que eu vos tinha dito no tempo passado. Havendo-vos segurado que os navios que forem a Egmont depois que n'elle nos estabelecêmos levaram ordem para na ida e na volta abordarem as colonias, e habitações portuguezas e hespanholas, e para convidarem os habitantes d'ellas a commerciarem comnosco. O que se entendeu que seria muito facil, porque as cartas se acham tão mal guardadas, que é cousa summamente difficultosa que os portuguezes e hespanhões embaracem n'ellas o contrabando.

Pergunta

Imaginaes vós, que as sobreditas mercadorias foram todas destinadas para o consumo dos portuguezes e hespanhoes dos portos que os navios tocam, ou que uma parte d'ellas se fará passar ao Paraguay ?

Resposta

Segundo todas as apparencias a maior parte das ditas mercadorias foi destinada para o Paraguay, porque os habitantes d'este paiz são mais ricos e se acham em melhor estado de as pagarem, tanto em dinheiro como em generos de um grande valor.

Pergunta

Ha alguma certeza nas vozes que hoje correm de que o Paraguay busca a protecção de Inglaterra ?

Resposta

Já disse ultimamente que o grande receio, em que o Paraguay se acha de ser invadido, chega a propôr por algum emissario ao nosso governo, que elle fará entrar as suas riquezas nos fundos publicos, ou bancos de Inglaterra, debaixo da condição de que a Grã-Bretanha os proteja ; ha toda a esperança de que o governo britanico, achando-se em necessidade de dinheiro, aceitará as ditas proposições. E eu ouvi dizer no porto Egmont, que o capitão do navio que havia estado tres semanas no Rio de Janeiro déra alli principio a esta negociação.

Pergunta

Se o governo se ajustasse com o geral dos jesuitas não seria isto melhor ?

Resposta

Nós não confiaremos nunca os negocio s d'esta natureza nem a frade nem a clerigo de qualquer religião que seja. Segundo todas as apparencias, serão bons mercadores e homens de credito do Rio de Janeiro, e do Rio da Prata, as pessoas com quem se trate, e por quem se conduza esta negociação ao seu fim.

Pergunta

Se este commercio de contrabando fôr descoberto depois de estabelecido, e se os referidos homens de negocio forem descobertos na communicação com o Paraguay para lhes introduzirem mercadorias, e para extrahirem os cabedaes

d'aquelle paiz para os reinos estrangeiros, é certo que hão de ser castigados com a maior severidade ?

Resposta

A Hespanha e Portugal não são certamente tão acautelados n'aquelles seus paizes, como França e Inglaterra costumam ser nas suas colonias. Além d'isto é notorio haver nos mesmos paizes continuas traições contra os seus ministros e contra as suas rendas, sempre que os propostos para as administrarem são bem pagos pelos contrabandistas, porque logo fecham os olhos a tudo o que passa. Accresce que os habitantes dos mesmos paizes têm contra si as preoccupações da religião, ou o seu natural fanatismo, o qual faz n'elles maior estrago que o suborno. O que chega a tal ponto que nos casos de serem descobertos e castigados, morrendo nas mãos da justiça, crêem que acabam martyres. Eu mesmo fui testemunha n'aquelles paizes das conversações que n'elles ouvi sobre as perseguições dos jesuitas de Portugal e França, considerando-se n'ellas que o fim do mundo não podia tardar, e fazendo-se muitas outras semelhantes reflexões tão fanaticas como as referidas.

Pergunta

Não entendeis vós que a ilha de Egmont se acha nos termos de ser facilmente invadida pelos hespanhoes ?

Resposta

Creio que o nosso governo não desejaria senão o pretexto da dita invasão para ter o gosto de abrir novamente a guerra. Tanto mais que nós nos achamos preparados para ella ; e que poderiamos logo deitarmos desde logo sobre certas partes dos dominios de Portugal e Hespanha, que nos abrissem o caminho para irmos soccorrer com toda

a segurança o Paraguay, o qual nos pagaria com muito gosto os gastos que fizessemos.

« Note-se. Que o commandante Janson morreu em Plimouth, e que no seu lugar foi nomeado o outro capitão Antonio Hunt. » —*M. João Gomes de Araujo.*

N. 29.—Carta escripta ao conde de Azambuja em 20 de Janeiro de 1768, sobre as precauções que se devem tomar para desconcertar o commercio dos inglezes, segundo o seu clandestino projecto de arruinarem os dominios de Sua Magestade, como consta do extracto das conferencias que o arbitrista das expedições inglezas para esses dominios teve com os commissarios do almirantado de Inglaterra; e sobre as cautelas para obviar as prevaricações dos habitantes que estiverem corrompidos.

Illm. e Exm. Sr.—1.—Esta presente carta contém uma coherente continuação das outras com que tenho instruido esse governo, sobre o clandestino projecto dos inglezes para arruinarem esses dominios de Sua Magestade.

2.—Foram as ditas cartas, que fazem a base d'esta, expedidas. A saber: uma na data de 20 de Junho do anno proximo passado, que principia—*A expulsão* - ;outra a que levou a data do mesmo dia, que principia:—*A ultima guerra*; outra tambem da mesma data, que principia:—*Ainda que pela ndo*; outra na data de 26 do referido mez, que principia: —*Depois que preveni a V. Ex.*.

3.—Ao que se referiu nas sobreditas cartas accrescem pois agora as ultimas noções, que V. Ex. achará no extracto incluso das conferencias, que o arbitrista das expedições inglezas para esses dominios teve com os commissarios do almirantado de Inglaterra.

4.—Pelo mesmo extracto se confirma, que entre os habitantes d'essas capitanias se acham com effeito alguns homens infames, inimigos communs do rei e da patria, e cegos com o fanatismo, em que os têm precipitado os jesuitas, dos quaes serão provalvemente terceiros, ou professos de capa e espada os referidos homens perdidos e fanaticos.

5.—Para nos precavermos contra os referidos attentados, se devem ao mesmo tempo considerar as prevenções que se hão de tomar para desconcertar o commercio dos inglezes, e as cautelas de que V. Ex. se deve servir dentro em casa para obviar as prevaricações dos que entre estes habitantes estiverem corrompidos.

6.—Quanto á primeira parte, deve V. Ex. fechar esse porto inteiramente para os navios de todas as nações estrangeiras, e mandar praticar o mesmo na ilha de Santa Catharina, Santos e mais surgidouros d'essa costa, as quaes V. Ex. verá que devem ser muito cuidadosamente vigiadas: escusando-se V. Ex. de receber os taes navios com as ordens das cópias inclusas, que os prohibem nos portos d'esse continente, sem outra concepção que não seja a dos casos de indispensavel necessidade: casos nos quaes V.Ex. deve fazer verificar as necessidades que occorrerem com qualificados exames e concludentes provas; e deve quando elles se verificarem ter os navios necessitados em continuo bloqueio, com algum ministro bem fiel á testa, para que não possam fazer em terra o menor contrabando. No caso de serem achados n'elle, devem ser os contrabandistas presos e autuados, de sorte que se possam mandar ás suas côrtes as cópias authenticas das culpas que tiverem. Os navios mercantes que forem achados nas costas em contrabando devem ser confiscados, sendo autuados como piratas, e infractores da paz publica; e sendo re-

mettidos a esta côrte com os processos que lhes formaram debaixo de comboi.

7.—Quanto á segunda parte: ordena Sua Magestade que V. Ex., sem dar o mais leve indicio de que desconfia de pessoa alguma, faça as mais exactas diligencias por averiguar se ha alguma pessoa que tenha communicação com jesuitas, ou seus fautores, ou se fallam a seu favor em conversações, condemnando a sua expulsão, e sendo seus panegyristas, os faça logo prender em segredo, para serem processados na fórma das ordens que foram expedidas nas datas de 4 de Novembro de 1759, e isto com a maior actividade para escarmentarem alguns cegos illudidos, que por ahi haja.

8.—Se forem ecclesiasticos regulares, ou seculares tambem, V. Ex. deve ter com elles o mesmo procedimento de prisão e segredo rigorosissimo, e qualificadas as culpas remettêl-os nas náos com os seus processos, mandando fazer nas mesmas náos commodos nas partes que se julgarem mais vedadas de gentes para se remetterem a esta côrte á ordem de Sua Magestade, declarando aos capitães de mar e guerra, que, de toda a communicação que elles tiverem, que não seja com a pessoa que lhes destinarem para lhes dar de comer, se farão responsaveis na presença do mesmo senhor, ainda da mais leve relaxação que houver d'esta real ordem. Previno a V. Ex. que esta qualidade de réos devem ser embarcados na hora mais escusa da noite, e pelas mesmas pessoas que V. Ex. tiver destinado para tratar d'elles, por não passar o segredo do embarque a outras pessoas.

Deus guarde a V. Ex.—Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 20 de Janeiro de 1768.—*Conde de Oeyras.*—Sr. conde de Azambuja.

N. 89.— Carta escripta ao conde de Azambuja em 28 de Janeiro de 1768, sobre se achar Sua Magestade unido com França e Hespanha para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á total extincção dos jesuitas, e do que ao contrario succedeu, sobre a proposta do ajustamento de limites.

Illm. e Exm. Sr. — Em carta de 11 de Setembro do anno proximo passado avisei á V. Ex. que Sua Magestade se achava unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á total extincção dos jesuitas. E pelo que pertence a este ponto, não tenho que accrescentar, porque as negociações se têm adiantado sobre a mesma base da dita união: porque el-rei christianissimo e el-rei catholico têm o mesmo ou maior interesse que Sua Magestade em serem debellados, e aniquilados aquelles crueis monstros: principalmente havendo elles sido expulsos dos reinos de Napoles e Sicilia.

Com o assumpto da dita união nos propôz a côrte de Madrid um projecto ordenado a se ajustarem particular e secretissimamente entre Suas Magestades Fidelissima e Catholica todas as duvidas, que subsistem sobre as divisões dos limites do Brasil e da America Hespanhola; mostrando grandes desejos de concluir o referido ajustamento. E sobre esta propposta da côrte de Madrid é que se estabeleceram as ordens conteúdas na minha dita secretissima carta de 11 de Setembro proximo passado na parte respectiva ás dissenções que tinham havido no Rio-Grande; e ao modo de V. Ex. se sincerar a respeito d'ellas com o general de Buenos-Ayres D. Francisco Bucarelli.

Com effeito recebeu Sua Magestade a dita proposta da côrte de Madrid, havendo muitas razões do interesse da mesma côrte para obrar sinceramente ao dito respeito.

Principalmente achando-se tão claramente instruida como nós o estamos nos projectos, que os inglezes têm formado sobre essa parte meridional da America e sobre o Rio da Prata.

Porém isto succedeu tanto pelo contrario do que devia-mos esperar, que, havendo Sua Magestade mandado á referida côrte um plano o mais justo, e facil para se concluir por elle o dito ajustamento, recebemos em resposta disparates tão grandes, como foram o de pretender a referida côrte que, sem haver cumprido pela sua parte os tratados de Utrecht, e o ultimo de Paris para nos restituir a margem septentrional do Rio da Prata, e o Rio-Grande de S. Pedro, abandonando-lhe Sua Magestade gratuitamente as suas barreiras do Brasil; e ficando para depois o ajuste d'ellas, se apartasse desde logo da alliança de Inglaterra para se unir com a França e Hespanha. O que V. Ex. verá, que vinha a ser o mesmo do que renunciarmos os unicos alliados, e garantes, que temos dos referidos tratados, para nos entregarmos nas mãos d'aquellas duas potencias á sua discrição. E isto ao mesmo tempo em que as taes potencias estão necessitando de nós precisamente, porque se acham proximas a romper uma guerra entre ellas e a Grã-Bretanha, que logo se fará geral a toda a Europa. E porque no estado em que hoje se acha o exercito de el-rei nosso senhor ha n'elle todas as forças necessarias para que Hespanha não ouse destacar corpos militares para Italia, que sejam consideraveis, vindo assim a fazer-se inutil á França este seu alliado; e se as cousas forem tão longe que Sua Magestade entre na guerra, se fará por Hespanha aos ditos alliados uma diversão tal que lhe dê muito em que cuidar, e muito que fazer.

Estas são pois as circumstancias em que se acha a dita negociação, e as que podem servir de regra a V. Ex. para

que, sem se dar por achado do que passa, faça por conservar e sustentar tudo o que puder da parte do Rio-Grande de S. Pedro, e procedendo sempre na supposição da má fé do ministerio de Madrid, emquanto a experiencia não mostrar o contrario. Qualquer d'estes dias se lhe fará aqui uma concludente resposta sobre os referidos disparates: do que d'ella resultar avisarei a V. Ex. E entretanto irá V. Ex. manejando esta delicada conjunctura assim a respeito dos nossos alliados inglezes, como dos nossos apparentes amigos castelhanos, nos termos que deixo acima referidos.

Com a mesma carta de 11 de Setembro remetti a V. Ex. a primeira parte da *Deducção chronologica e analytica*, e a *Petição de recurso*, em que se manifestaram authenticamente as diabruras dos monstros jesuitas. Agora remetto a V. Ex. um maior numero de exemplares da referida obra, para V. Ex. os fazer distribuir a essa relação, aos prelados regulares d'essa capitania, e para alguns vigarios da vara, ou pessoas que V. Ex. achar que são capazes de comprehenderem o conteúdo n'elles. Tambem V. Ex. receberá outro igual numero de exemplares da segunda parte da dita *Deducção*, que acabou de desterrar os abusos com que nos precipitaram na ignorancia, para servir de regra n'essa relação ao juizo da corôa, e para desabusar os referidos prelados, vigarios e mais professores de letras.

Deus guarde a V. Ex.—Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 28 de Janeiro de 1768.—*Conde de Oeyras*.—Sr. conde de Azambuja.

REPAROS E ANNOTAÇÕES

SOBRE A BARRA DO RIO DE JANEIRO, SUAS FORTALEZAS E DEFENSAS

(Extrahidos do Archivo Publico.)

1.—A barra do Rio de Janeiro é sem contraste a mais forte, e a mais segura de todas as da America e Europa. O mappa geometrico, que se tem apresentado ao Illm. e Exm. Sr. conde de Oeyras, mostra que a sua situação não tem igual. As tres fortalezas na entrada da dita barra, isto é, Santa Cruz ao norte, S. João ao sul e a Lage quasi no centro, cruzam-se com o fogo. As outras tres que se encontram mais dentro do mesmo porto, isto é, Villegaignon, Serro, Gravatá e Nossa Senhora da Boa-Viagem, são de igual prestimo, e a ilha das Cobras defende tambem o porto, encobre e ampara toda a cidade.

2.—Esta barra se faz tanto mais respeitavel, quanto maiores são as difficuldades para entrar e sahir d'ella. Nenhum navio póde entrar senão com um vento chamado *viração*, que ordinariamente principia ás dez horas da manhã, e dura mais ou menos até meia-noite; nem sahir senão a reboque um atrás do outro pela pouca largura do canal no rio, que tem a profundidade que pedem os navios de guerra, o que lhes embaraça o bordejarem.

3.— Como porém estas grandes vantagens, ainda que difficultem muito a entrada a uma esquadra inimiga, nem por isso lh'a fazem impossivel porque a mesma *viração*, muitas vezes forte e impetuosa, livra os navios do fogo das fortalezas pondo-os em breve espaço fóra dos seus tiros; e uma esquadra inimiga destinada a tal empreza soffre, e despreza a descarga de algumas baterias, cujos tiros são incertos por causa do movimento das embarcações, particularmente se o vento é impetuoso, vem a ser indispen-

savelmente necessario reparar os defeitos e irregularidade das fortalezas; para que, no caso de não lhe poder embaraçar a entrada, lhe frustrem as suas idéas; e embaracem a sahida, o desembarque, e inteiramente a destruam.

4.—A primeira fortaleza, que é a de Santa Cruz, erigida sobre uma peninsula de viva rocha ao norte da entrada da barra, é inaccessivel por todo o seu contorno do mar; mas da parte de terra tem um grande inconveniente, que, posto que muitos o avaliariam em pouco, comtudo o modo de fazer hoje a guerra o faz de summa consequencia: pois tem a dita fortaleza o inconveniente de ser totalmente descob rta, e dominada pelo morro da viração do sul, em cuja falda está situada; a cujo cume póde o inimigo facilmente subir por um caminho que conduz da Praia de Fóra, onde póde desembarcar e subir ao sobredito cume, de d'onde poderão embaraçar aos defensores com muito pouco fogo de fezer qualquer movimento de defensa, pois do dito cume são descobertos até os pés. De sorte que o dito inimigo poderá sem embaraço nenhum encher o fosso, que é muito estreito, com faxinas, por ser a falda do dito morro encoberta de mato virgem.

5.—Para occorrer a este ataque, que é o unico que póde fazer-se a esta fortaleza, se faz preciso impedir o desembarque que o inimigo póde fazer na Praia de Fóra, com uma cortina, e em cada extremidade d'ella um meio baluarte, ou bastião, que pegue com a rocha que encerra esta praia, á semelhança do que se vê na Praia Vermelha e mostra o mappa da barra. O cume do dito morro se occupará com um *redan* ou pequeno reducto aberto da parte da fortaleza, que defende sómente o sobredito caminho que vem da Praia de Fóra, bastando qualquer pequeno fogo; porque o desfiladeiro é muito estreito e rapido, e facilmente se póde defender ainda arrojando pedras. Dado porém o

caso (que parece impossivel com a expressada prevenção) que o inimigo se senhorêe do cume, póde o defensor da mesma fortaleza desalojal-o immediatamente com o fogo da grossa artilheria, não deixando tomar pé, porque. sendo a situação muito estreita, não dá lugar ao inimigo de se encobrir, postar, e formar baterias, etc.

6.— A fortaleza de S João é tambem inaccessivel pela parte da barra, e tendo a sua artilheria competente bem montada, parece que não ha que adiantar lhe,exceptuando uma communicação entre o forte de S. João e de S. Theodosio, que se poderia tambem guarnecer com peças de grosso calibre. Porém da parte dos quarteis ou da sua entrada é indispensavelmente necessario completar a cortina que lhe falta do portão a o bastião dos quarteis, e deixada em esquecimento a sobredita parte que lhe falta.

7.— A Praia-Vermelha está situada entre o Pão de Assucar ao norte e o serro da Babylonia ao sul; consiste a sua fortificação em uma cortina, e de cada lado um meio bastião, pegando um com o Pão de Assucar e o outro com o serro da Babylonia,e poderá servir de exemplar para fortificar a Praia de Fóra, como fica dito, tendo ambas estas praças quasi o mesmo comprimento e situação.

8 —Deve-se porém notar que entre a Praia-Vermelha e a fortaleza de S. João ha um caminho occulto entre o mato, que passa encostado ao Pão de Assucar, o qual é estreito, rapido e incommodo, mas comtudo se communicam por elle as familias dos respectivos governadores. E que o devem ter na sua lembrança para d'elle tirarem sobre o aggressor alguma vantagem, ou se livrarem de alguma traição ou surpresa.

9.—A fortaleza da Lage traz o seu nome da em que está erigida, sendo inaccessivel por todas as partes e igualmente livre e não senhoreada de alguma, não tem que se

lhe augmentar ou diminuir nas suas fortificações, e só se faz necessario têl-a provida de viveres e artilheiros.

10.— A fortaleza de Villegaignon é uma ilha tambem situada pela natureza no centro da barra, ou entre a Lage e a cidade, que não podia a arte escolher lugar mais proprio para a defensa de todos os portos que contém a enseada. A sua fortificação na ponta do norte era defeituosa por pequena, porque um alto penhasco que lhe era inmediato não lhe deu maior lugar. Porém o Exm. Sr. conde de Bobadella (contra a espectação quasi geral, que julgava por temeraria a empreza) conseguiu com summa felicidade e pouca despeza o grande projecto de aplanar tão alto monte de pedras.

11.—Concluida esta prodigiosa obra, que sem lisonja póde considerar-se como uma dos antigos romanos, e guarnecidas as novas baterias com grossa artilheria, não se póde esperar d'ella nas occasiões senão todo o bom effeito: e para segurar contra qualquer ataque, deve-se reparar em que a dita ilha da parte que olha a barra não tem desembarque, mas da parte da cidade onde são os quarteis, o tem commodo, e encoberto de todas as fortificações antigas e novas. Verdade é que no pequeno morro na extremidade da ilha da parte do sul ou Nossa Senhora da Gloria se tem projectado um pequeno reducto para embaraçar qualquer intento n'esta parte, mas isto não basta para totalmente os impedir; porque ordinariamente taes desembarques se fazem a tempo escuro antes de amanhecer, e o defensor o percebe quando o não póde já embaraçar, e quando o inimigo já em terra está a coberto de todo o fogo.

12.— Para prevenir este inconveniente será preciso rodear os quarteis com uma linha de palissadas com seu parapeito,e com frestas as paredes dos ditos quarteis, para

lhe dar uma prompta e maior defensa com as espingardas, podendo-se tambem dobrar a dita palissada com cavallos de frisa ligados uns com os outros; para que no caso de surpresa não possa o inimigo avizinhar-se muito á palissada.

13.—O forte Gravatá é dominado por um serro, o qual é precisamente necessario occupar erigindo no cume d'elle um reducto, não só para defender o dito forte, que é edificado na sua falda; mas tambem para proteger as fazendas e habitantes d'aquellas vizinhanças, que se podem juntar no dito reducto e defenderem-se.

14.—O forte de Nossa Senhora da Boa-Viagem consiste em uma só bateria sem mais lugar para dilatar-lhe a fortificação, e, posto que é inaccessivel pelo mar, se poderia bem pela parte da terra fazer um córte no caminho por que se sobe á igreja e se desce ao dito forte, fazendo-se no mesmo córte uma ponte levadiça para a communicação, com o que ficava mais seguro.

15.—A fortificação da ilha das Cobras é a mais importante de todas as expressadas, por que, tomando o inimigo posse d'ella, sujeita e arrasa toda a cidade. As suas obras são do methodo antigo holandez, e demasiadamente pequenas; achando-se na cidadella, ou obra superior, as cortinas muito curtas, e os seus flancos de duas *toises*, de sorte que os rescpetivos fossos, e ainda os angulos salientes ou baluartes ficam sem defensa. Os caminhos encobertos são d'aquelles que se tomam com pouco trabalho com a espada na mão, nunca tiveram palissadas, e finalmente são incapazes da menor defesa.

16.—A obra baixa, isto é, o bastião na ponta da ilha da parte da ilha dos Ratos, as duas cortinas que formam o angulo saliente não tem defensa rasante, nem fixante; de sorte que o inimigo póde dar-lhe com todo o commodo

a escalada. Demais o lado do norte que pega a obra alta com a baixa tem o mesmo effeito de faltar-lhe defensa rasante e fixante, de modo que o inimigo póde trabalhar ao pé d'ella como quizer.

17.—D'este mesmo lado na sua praia ha varios desembarques encobertos do fogo de toda a fortificação, como um caminho que vai ao redor da dita praia, e introduz na entrada, e contra escarpa da fortaleza.

18.—Para remediar em parte todos os expressados defeitos d'esta importante fortificação,se deve ao pé do *Glacis* ou *Spalto* da cidadella, ou obra superior tirar uma cortina, que pegue de um lado e outro da dita fortificação com seu fosso e pallissada, capaz tambem de artilheria para arrazar, e dominar toda a fortificação, ou obras baixas, e desalojar o inimigo no caso que se amparasse d'ellas.

19.—Deve-se tambem ajuntar no lado do norte (que como se tem dito, não tem defensa nenhuma) alguma obra que descubra, e arraze o dito lado, para que o inimigo não faça o que quizer a seu salvo.

20.—Todas as fortificações da cidade,tirando as do Castello de Sant'Iago, vulgarmente chamada o Calabouço, todas as outras ficam em um total esquecimento; verdade é que a disposição, e fortificação d'ellas não é grande cousa, porém a sua situação não se deve desprezar, porque além de descobrir o inimigo que venha pela parte da campanha, ainda que de nada servisse para defensa da cidade, póde ser util ao inimigo para d'ahi a destruir e incendiar.

Quanto se tem dito e sinceramente exposto pertence a fortificação em si mesma; deve porém reparar-se, que as mais bem ordenadas fortalezas, mal se podem defender sem os meios necessarios, de que ha uma falta geral em todas as mencionadas fortificações. Em algumas d'ellas falta o competente numero de canhões de grande calibre;

e posto que o Exm. Sr. coude de Bobadella remediou como pôde esta falta empregando os da náo *Lampadosa*, comtudo elle reconhecia, e a mim me parece, que seriam necessarias mais cem peças para guarnecer todas as fortalezas. Em outras das mesmas fortalezas existe muita artilheria desmontada, e a muitas faltam os petrechos pertencentes. Emfim, geralmente faltam as reservas e sobresalentes.

A falta de polvora é tambem geral, pois nas fortalezas principaes a não ha senão para poucos tiros, e nenhuma nas outras. Mas o mais deploravel é a falta dos artilheiros, e o pouco numero d'elles que ha nas ditas fortificações.

Conheceu-se o miseravel estado d'ellas, quando pela notoria declaração de guerra com os hespanhóes, cada um dos commandantes d'ellas requereu que se lhes désse o que era necessario, não digo para uma válida defensa, mas sómente para embaraçar com o fogo a uma esquadra inimiga, que se quizesse introduzir na barra e enseada.

Em tão grande aperto não só deixou de dar-se alguma providencia aos requerimentos dos ditos commandantes, mas se lhe mandou tirar o pouco que tinham, certificando-me o commandante da ilha das Cobras que a sua artilheria ficára com um só soquete servivel, por se terem tirado todos os mais para o soccorro da Colonia, chegando n'esse tempo a noticia do ataque que lhe faziam os castelhanos.

Alguns mezes antes se tinham dado disposições para se completar tudo o que era necessario nas sobreditas fortificações. mas só depois das noticias da guerra se principiou a trabalhar com força, e só então principiaram a crear artilheiros, formar regimentos de auxiliares, ordenanças e nobreza, com a intenção de os repartir pelas sobreditas fortalezas, e aonde fosse preciso para o real serviço, e de-

fensa da patria: ellas como todas estas disposições só tomavam calor pela autoridade do Exm. Sr. conde de Bobadella, que a todos attrahia, e trazia voluntarios para o serviço de el-rei e da patria: extincto com a morte o incansavel zelo do dito Exm. governador, esqueceu a cada um o ardor com que por seu obsequio trabalhava; e, frios os animos, deixaram tudo no estado antecedente, ou com pouco adiantamento.

E como é certo que da tropa collecticia e sómente arrolada se não póde esperar aquelle serviço, que se tira da regulada e paga, parece necessario augmentar a infantaria do Rio de Janeiro pelo menos ao numero de 6,000, que não é demasiado para a guarnição da cidade, fortalezas e mais portos das costas do sul, e outras partes para onde se destacam varios commandos. Emquanto, porém, se vai formando a dita tropa paga, é louvavel conservar a sobredita milicia no pé em que a formou o sobredito Sr. conde governador defunto, não só para se servir d'ella na falta de outra militar, mas tambem para da mesma recrutar os regimentos pagos, achando-se sempre na dita alguns que tomam genio ao militar, e passam nos ditos regimentos a servir como voluntarios, e tratando a dita milicia com o carinho que sempre lhe mostrou o Sr. conde de Bobadella, conservando-lhe os privilegios que Sua Magestade lhe concede, se cultiva no povo o brio e fervor militar para se distinguir nas occasiões no zelo do real serviço e no amor da patria.

Finalmente para acabar estes reparos devo conceder ao inimigo, que vença entrar na barra com a sua armada, e surgir em alguma paragem (se achar) aonde não possa ser incommodada pela artilheria das fortalezas. N'este attentado, dois poderão ser os projectos dos inimigos: o primeiro tentar desembarque na praia da cidade para se se-

nhorear d'ella com a espada na mão; o segundo para submetter a cidade pela parte da terra.

Para prevenir o primeiro caso se mandará logo pôr uma linha de cavallos de frisa na praia da Marinha, que para este fim estarão promptos nos armazens, e todas as náos que se acharem no porto se porão em linha de uma e outra parte; de sorte que a ilha das Cobras lhe fique no meio: de dia e de noite terão as lanchas de guarda á vista da frota inimiga, e outras lanchas andarão de uma e outra parte da enscada para impedir as espias inimigas, e a deserção da nossa gente; e praticando-se estas mesmas diligencias por terra, pondo-se sentinellas nos lugares proprios. e rondando as patrulhas por todas as praias, tanto na frente como nos lados da cidade, seremos seguros de qualquer attentado que o inimigo possa fazer por esta parte.

No segundo caso,que é atacarem a cidade pela parte da terra, ou seja pela fortaleza de Santa-Cruz, ou de S. João, não me canso em dar providencia, porque a natureza do paiz lhe não concederá lugar para facilmente o fazer, por ser cheio de lameiros, atoleiros, penhascos e desfiladeiros estreitissimos (como eu tenho visto); de sorte que qualquer official intelligente com poucos homens praticos lhe poderá embaraçar commodamente a passagem; e muito mais não dando os caminhos meios de conduzir-se a artilheria e bagagens, como já se viu praticado uma vez com Mr. Du Guay-Trouin, como é notorio.

Devendo por fim advertir-se para o exito de qualquer caso que, não permittindo a estreiteza dos canaes bordejarem os navios, será inevitavel a ruina dos inimigos, impedido o regresso; porque a um e um se podem metter no fundo com as baterias das fortificações sobreditas,que todas

se cruzam; ou se lhe podem tambem impedir afundando no canal uma embarcação velha.

Finalmente, bem montada a artilheria com todos os seus petrechos necessarios e de sobresalente, havendo bons artilheiros e sufficiente numero em cada fortaleza,seria bom que de dois em dois mezes se désse um rebate falso para ver se cada um acudia promptamente ao seu posto. Para este fim se podia mandar uma embarcação velha a reboque de algumas lanchas, e ordens ás fortalezas para lhe tirarem com bala para se ver o effeito que succederia em caso de necessidade verdadeira. Tambem era justo que se désse premio áquelles que melhor acertassem os tiros; e desempenhassem as suas obrigações, sendo certo que os homens se applicariam mais, instados não só pelo serviço do rei e defensa da patria, mas tambem pelo interesse do premio, etc.

Illm.e Exm.Sr.—O autor dos reparos e annotações sobre a barra do Rio de Janeiro, que V. Ex. se dignou communicar-me, sendo official engenheiro de profissão, e tendo feito bastante assistencia aqui, para examinar com a maior exactidão, e todas as outras circumstancias a seu favor se devia esperar uma cousa perfeita; e eu não tomarei a ousadia de criticar a sua obra, e desejaria, é bem verdade, que a tivesse feito com mais alguma clareza, e com mais miudeza. Eu creio mesmo que em alguns lugares tenha erros do copista, ou que elle não escreveu que para os sabios.

§ 1.—Disse que os fortes de Villegaignon, do Gravatá e da Boa-Viagem, eram de igual prestimo, como Santa-Cruz, S. João e Lage. Como poderá defender isto?

§ 5.—Propõe (para embaraçar a qualquer inimigo de

atacar Santa-Cruz pelo pequeno caminho que vem do alto da mesma montanha, ao pé da qual está construida esta fortaleza, e que é o unico lugar por onde póde ser atacada de construir sobre o cume d'esta montanha um reducto, e propõe mais de fortificar a Praia Vermelha para impedir o desembarque, etc. Se basta o reducto do alto, para que é necessario fazer uma obra tão custosa na Praia de Fóra? Confesso não comprehendo, e acho todo este paragrapho um pouco escuro.

§ 6—7—8.—O caminho encoberto, por onde se communica do forte de S. João com a Praia Vermelha, é aqui incognito, e parece impossivel têl-o havido. A Praia Vermelha não se póde comparar a sua importancia com a Praia de Fóra; qualquer inimigo senhor da Praia de Fóra pouco tem ganhado, ao mesmo tempo que sendo senhor da Praia Vermelha póde marchar com toda a sua infantaria direito sobre esta capital, sem achar grandes embaraços.

§§ 10—13.—A fortaleza de Villegaignon, de quem faz um grandissimo elogio, V. Ex. póde julgar, pelo pouco que ella é ainda; não obstante o Sr. conde da Cunha mandar trabalhar n'ella com tanto cuidado *annos*, o que seria, quando os *reparos* e as *annotações* foram escriptos?

§§ 15—20.—A ilha das Cobras, este montão de pedras, tem tantos defeitos, que entra em duvida se as obras propostas a podem remediar, ainda podendo-as construir com a mesma facilidade que o autor as escreve.

§ 26.—Depois de ter deixado ao inimigo a entrada da barra, e o desembarque, em qualquer parte que seja onde não possa ser incommodado das nossas fortalezas, fazendo o projecto para atacar a cidade. O autor dá um plano de defensa, que é curioso, e que lhe parece de muito facil execução; e passa com a mesma ligeireza sobre tudo o de que se necessita. Cem peças de artilheria mais, e seis

mil homens, que lhe parece bastante para guarnecer todas as praças do Brasil, d'aqui até a Colonia, e para defender duzentas leguas de costa; era para desejar, meu senhor, que o autor ficasse aqui; e seria sempre uma grande consolação de ter sobre quem se descansassem negocios tão importantes; sobretudo se elle achasse tambem dinheiro, e trabalhadores com a mesma facilidade. Deus guarde a V. Ex.—Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1768. — De V. Ex. o mais obsequioso venerador e criado.—*João Henrique de Bohm.*

Illm. e Exm. Sr.—Depois de ter tido a honra de communicar a V. Ex. a minha opinião a respeito dos projectos do autor, dos reparos e annotações. de que se não podem usar no tempo presente, esta materia me conduz insensivelmente ao estado presente das fortalezas; e como aquellas que se acham em melhor podem ser uteis á defensa da terra, e d'esta capital no caso de uma guerra, que póde haver apressadamente, e por consequencia merecem ser conservadas, e acabadas sem perca de tempo. Eu obedeço ás ordens de V. Ex. expondo as minhas idéas, ainda que ellas podem ser erroneas (pois a que sei menos é ser engenheiro), mas sahem sempre de um coração zeloso pelos interesses de Sua Magestade Fidelissima e pelo seu serviço. Me parece conveniente de conservar :

1.°—A fortaleza de Santa-Cruz, para a segurança da qual se construirá sobre a altura da montanha um forte, de que já se fallou; e V. Ex. está resoluto a mandar fabricar, para poupar o gasto que se havia de fazer na Praia de Fóra.

2.°—O forte da Lage.

3.°—A fortaleza de S. João.

4.°—A Praia-Vermelha, por causa do fundo que tem a

sua pequena bahia, que dá lugar á entrada de fragatas de guerra, e de se chegarem muito perto de terra; e o inimigo, em se tendo feito senhor d'ella, quasi não tem embaraço de vir direito sobre a cidade com a sua infantaria.

Estas fortalezas devem-se pôr no melhor estado que fôr possivel.

Augmentar-se-ha a frente da defensa, e se lhe porá artilheria escolhida.

Fortificar-se-hão os parapeitos, canhoneiros, etc., etc., que estiverem defeituosos.

Tirar-se-hão d'estas fortalezas todas as peças, armas, balas e munições incapazes, e se proverão de munições sufficientes, tanto de guerra, como de boca, e com agua ao menos para quinze dias, como tambem dos materiaes necessarios para as reparações, sem tambem esquecer o fogo de artificio.

Os governadores d'estas fortalezas devem ser officiaes escolhidos e bem instruidos, pois é incompativel para o bem do real serviço que estes postos se dêm por esmola, como qualquer outro, e o mesmo se deve seguir com os ajudantes.

O numero da guarnição de cada uma sufficiente, e cada um bem instruido do que deve fazer em caso de rebate, sem a menor confusão. Serão visitados muitas vezes, e a horas incertas. Para pôr esta capital do Brasil livre de uma represa, ou de um insulto, eu sempre sou do mesmo parecer, de ser preciso cercal-a com um fosso largo e fundo da parte da terra, á borda do mar. O cáes bem guarnecido com estacaria, etc., etc. Dos trabalhos da parte de dentro se tirarão as vantagens que as circumstancias pedirem. Eu proponho um armazem consideravel de viveres, porque o inimigo nos ha de difficultar toda a communicação; ás vezes vem de tão longe, e ás vezes até a farinha de páo falta.

As cisternas de dentro da cidade devem sér examinadas, e com todo o cuidado separadas, pois se não póde contar com a agua da Carioca.

Devem-se ter todas as munições de guerra, de qualquer especie que sejam, na praça, em lugares convenientes e debaixo de mão, para se poderem distribuir com tóda a pressa e sem confusão. N. B. E' necessário apartar com grande attenção tudo o que estiver incapaz e perdido; e pôr tudo de parte, digo, separadamente, para não pegarem em uma cousa por outra, em caso de rebate.

E' tambem preciso um grande armazem para as madeiras de reserva de toda a qualidade, seja para a artilheria, para o genio, ou para estacadas, cavallos de frisa etc., etc., o que falta totalmente: V. Ex. não tendo nem uma cousa, nem outra, nem saccos para terra, que são sempre de grande utilidade.

E' tambem summamente necessario dar uma commissão para examinar as polvoras, suas qualidades, e separal-as. Eu deixo á reflexão mais solida de V. Ex. e á sua grande experiencia de decidir se é conveniente deixar a polvora, e as outras differentes munições, em os lugares onde se acham ao presente. A guarnição d'esta capital, meu senhor, não tem um cartucho com bala, nem polvora, senão uma pouca para o exercicio; e da mesma sorte estão todas as guarnições nas fortalezas, pois nem em as cartucheiras trazem cartuchos, nem aiuda quando montam a guarda.

Deus guarde a V. Ex.—Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1768.—De V. Ex.o mais obsequioso e mais humilde criado. *João Henrique de Bôhm.*

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

CASIMIRO DE ABREO

As miseras e pequenas aldêas possuem tambem as suas glorias, têm tambem os seus heróes e ufanam-se com ser o berço de algum genio, como as grandes e faustosas capitaes. Se a fortuna vasa indistinctamente a cornucopia de seus thesouros, tambem o anjo da inspiração não escolhe os seus dilectos nos sumptuosos palacios; baixa sobre ás mais humildes e modestas choupanas, e ahi lhes annuncia a sua missão; unge-lhes os labios com o fogo da poesia, accende-lhes na mente o estro divino e os converte em videntes.

Na villa da Barra de S. João, da provincia do Rio de Janeiro, á margem de pequeno rio que desce de um dos ramos das cordilheiras dos Orgãos, e vai perder-se no oceano Atlantico, eleva-se uma choupana, abrigada por velha e magestosa figueira. Ahi, n'essa risonha habitação, nasceu Casimiro José Marques de Abrêo aos 4 de Janeiro de 1837.

O menino predestinado para ser um dia poeta viu ainda no berço lhe sorrirem as musas. Foi sua infancia uma peregrinação poetica, e por toda a parte o cercava a inspiração. Nascido no campo, contemplava ao mesmo tempo o céo e o mar, as campinas e as matas; e sentia a brisa da praia brincar com os seus cabellos e o vento das montanhas trazer-lhe de longe o perfume das florestas. Despren-

dido apenas das faxas infantis, corria por aquelles risonhos sitios, colhendo flôres e apanhando borboletas.

Quando o permittia a lindeza da tarde, e as aguas quietas do rio reflectiam esse céo esplendido dos tropicos, e a brisa ciciava na folhagem dos mangueiracs, lá ia com os companheiros de annos saltar pelos campos e folgar á orla do ribeiro. Outras vezes dirigia-se ás praias, esses lençóes de alvas arêas em que o oceano vem espreguiçar-se; lá se entretinha no apanhar das conchas, em gritar com o mar, que parecia se encolerisar, bramir e recuar, e desfeito em ondas de espumosas flôres beijar-lhe os pés, e fugir ainda murmurando os seus queixumes.

Então, dizia elle, uma mulher de uma belleza extrema e de uma graça encantadora; uma virgem, como o patenteava a pureza de seus bellos olhos e a suavidade de sua falla, corôada de rosas e sorrindo-se ternamente, vinha todos os dias associar-se a seus folguedos e partilhar de suas alegrias e pezares. Quando ella sacudia a cabeça, digna da estatuaria antiga, os seus cabellos louros, presos na frente por uma grinalda, fugiam e fluctuavam livres em graciosos anneis debruçando-se pelos seus hombros de alabastro. Trajava roupas talares tão alvas que as temia manchar quando as tocava. Mas o que sobretudo mais o admirava, era a pureza e brilho de seus olhos azues, que reflectiam a côr do céo. Eram bellos! Nas horas da oração, de joelhos a seu lado, via-a levar esses olhos para Deus e conserval-os assim por longo tempo como n'um extasis, e percebia que suspensa de suas palpebras tremia e brilhava uma lagrima, como o crystal no lampadario do templo.

E essa virgem, que o Eterno creára de um sorriso seu, que brincava com as azas dos cherubins, que havia baixado do céo, e que quando o Omnipotente concluiu a obra da sua creação achou-se de pé, no meio de tanta

magnificencia, reclinada sobre o hombro de Eva, o mais sublime de todos os seus primores, começou de apparecer-lhe por toda a parte e a todo momento; de manhã ao despontar da aurora, no desabrochar das flôres, nas madrugadas da estrella d'alva; de tarde ao declinar do dia, quando o sol ostenta entre seus arreboes a pompa de sua magestade e as aves se acolhem a seus ninhos; e de noite ao clarão da lua que caminha melancolicamente arrastando o seu manto de peregrinas estrellas.

E essa virgem que ainda em tão verdes annos já lhe sorria ao clarão da lua, na luz das estrellas, nas ondas do mar, nas flôres do prado, para mais tarde, na hora da oração angelical, confiar-lhe os seus segredos divinos, era a—poesia!

O negociante portuguez José Joaquim Marques de Abrêo pouca ou nem uma importancia ligou á propensão precoce de seu filho, e apenas nos carinhosos affagos de sua mãi D. Luiza Joaquina das Neves, senhora brasileira de amaveis qualidades, achava Casimiro de Abrêo as approvações consoladoras e o apreço de seu talento para o desenho, indicio da riqueza de sua brilhante imaginação, como se exprime um de seus mais importantes biographos.

Mal iniciou-se nos rudimentos da lingua vernacula, foi arrancado ás caricias maternas, que tão pouco tempo tinha para gozal-as n'este mundo, e mandado para as montanhas de Nova-Friburgo. Ahi um velho inglez, enthusiasta e admirador da terra brasileira, João Henrique Freese, havia fundado no remanso da paz, no seio de um clima ameno pela sua temperatura européa, um internato dedicado á educação da nossa juventude. Casimiro de Abrêo levava a expressa recommendação de ser educado para o commercio, contrariedade que torcia-lhe a vocação, pois aspirava a mais profundos estudos. Estava então nos seus nove

annos, e aos quinze retirava-se sem que houvesse concluido a educação litteraria, com grande saudade de seus amigos e não menos consternação de seus professores, contando entre aquelles em primeiro lugar o Sr. Christovão Corrêa de Castro, e entre estes o Sr. Christovão Vieira de Freitas.

Foi n'este modesto santuario das letras, no seio da applicação, que expandiu-se-lhe a alma; foi n'um dia de saudades, motivadas pelas recordações da casa paterna, e n'essa hora da oração angelical, em que o mundo christão sauda a Virgem Santa, veiu a poesia pela primeira vez ungir-lhe os labios com os seus threnos, mal balbuciados talvez, como o cantico das aves ainda em seus ninhos.

« Era de tarde, escreve elle; o crepusculo descia sobre a crista das montanhas, e a natureza como que se recolhia para entoar o cantico da noite; a sombra estendia-se pelos leitos dos valles e o silencio tornava mais solemne a voz melancolica do cahir das cachoeiras. Era a hora da merenda em nossa casa, e pareceu-me ouvir o écho das risadas infantis de minha mana pequena! As lagrimas correram e fiz os primeiros versos da minha vida, que intitulei *Ave-Maria*! A saudade havia sido a minha primeira musa. »

Tinha quinze annos e um amor quasi, senão infantil, trazia ás aspirações de sua alma esse perfume doce e voluptuoso, e enchia um vacuo em seu coração, satisfazendo a sua innocente vaidade de poeta, e a pueril necessidade de sua musa. Uma mulher era a deusa semelhante ao Deus de Voltaire, que a não existir fôra preciso invental-o. Amar como Dante, como Petrarcha, como Tasso, como Camões, como Gonzaga, era para elle mais que uma felicidade, era uma—gloria!

A historia d'esses amores narrou-a elle com toda a singeleza de seu coração n'estas bonitas expressões:

« Passou-se a idade infantil, entrei nos meus quinzé annos, e a minha alma de adolescente, opulenta de séiva, rica de sentimento, expandia-se livre a todos os affectos nobres e santos, como a flôr da solidão aos raios do sol nascente.

« Amei.

« E quem deixa de amar aos quinze annos? Quem, se n'essa idade a nossa alma se apaixona tão facilmente? Se não fôr a uma mulher, ha de ser ás flôres, ás ondas, a Deus, e debalde perguntamos porque se inclina a nossa fronte languidamente e porque se nos fecham os olhos amortecidos.

« Oh! aos quinze annos o coração pede amor como a terra sequiosa pede as chuvas do céo, e como a flôr pendida uma gotta de orvalho. Aos quinze annos, temos necessidade de amar, e os labios, que escaldam, desejam que os beijos de uma mulher venham matar a sêde que os abrasa.

« Aos quinze annos amei.

« Mas era esse amor puro e candido como nunca mais sentí : amor que deixou vestigios immorredouros, porque foi o primeiro, e que, hoje inteiramente perdido para mim, ainda constitue uma das mais gratas recordações da minha vida.

« Fui feliz! muito feliz!

« A's vezes inebriada de tanta ventura, entumecida de tanto gozo, a minha ardente e apaixonada soltava palavras incoherentes, gritos mesmo, ria e chorava simultaneamente, e não ha palavras que possam traduzir o que eu sentia.

« Houve então alguem que me chamou poeta. »

Encommendara o pai ao mestre um negociante, e o preceptor lhe entregava um poeta, como se as profissões

se preparassem sem as necessarias propensões. Pensou José Joaquim Marques de Abrêo contrariar o que se não contraría impunemente, a — vocação, e todos os rogos de seu filho, unidos ás supplicas maternaes, foram inuteis, e desprezados com a maior brutalidade. Transmittia uma herança mesquinha, quando o céo havia sido tão prodigo para com o seu herdeiro!.... A troca era por certo desvantajosa. Aos quinze annos, na estação das illusões, quando o estro lhe accendia tão magestosamente a imaginação, lá se foi elle, pobre criança! sentar á escrivaninha do escriptorio commercial de seu pai, estabelecido na côrte do Rio de Janeiro, fingindo a calma, e imitando as reflexões das almas frias, talhadas para os balcões mercantis. « Foi n'um dia, diz elle, lembro-me perfeitamente, foi n'um dia de Setembro. Abafando o grito do lamento de minha vocação contrariada, fui sentar-me á carteira de um escriptorio, e embrenhei-me no mundo dos algarismos. Abracei a vida commercial, essa vida prosaica, que absorve todas as faculdades n'um unico pensamento, o — dinheiro! e que, se não debilita o corpo, pelo menos enfraquece e mata a intelligencia. »

N'esta luta domestica, n'esta contrariedade contínua, que se renovava todos os dias, perdeu-se um grande poeta. Mataram-lhe o coração, torturaram-lhe a alma, convertendo-lhe a vocação santa e pura em profissão mercantil, dando-se por concluidos os seus estudos, fechando-se-lhe as portas das academias, que franqueavam seus companheiros, inferiores em intelligencia, e, quando o viram, com a linguagem das musas nos labios abrasados pela inspiração, attrahir as attenções publicas, constituir-se, e ser saudado como poeta pelos amigos, admiraram-se de tanta ousadia!

Ambos, porém, pai e filho, tinham suas razões. José

Joaquim Marques de Abrêo, homem positivo, ou na phrase do poeta —homem de metal—, buscava a felicidade de seu filho, firmada nas bases dos maiores proveitos, e almejava fructos reaes; e o que são as letras no Brasil, — uma profissão? Não, um mero e inutil passatempo. Casimiro de Abrêo, vivendo mais ideal que realmente, bem pouco se lhe dava dos bens fugitivos que os homens do calculo têm por positivos. Sonhava, e o novo Colombo procurava novos mundos, e, semelhante á primavera, juncava de flôres o seu caminho; enchia os ares de embriagantes perfumes; e ouvia o écho do porvîr repetir-lhe os cantos que não morrem. Acreditava-se feliz, muito feliz, com o dom que lhe déra o céo, e esse dom era o pesadello horrivel de seu progenitor, victima dos preconceitos do seculo que o viu nascer. Mas, se esse dote fatal não era de agradecer, não era tambem para merecer a maldição, a ponto de ser o infeliz filho expellido do escriptorio paterno, mettido a bordo de um paquete como um fardo, e despachado para Portugal.

E era o proprio pai, que se arreceiando do fado dos poetas, pedia a Deus em suas orações mentaes livrasse seu filho das calamidades inherentes á sua existencia, quem fria e barbaramente o condemnava ao exilio! Quem o expunha ás vicissitudes da vida peregrina longe da patria e da familia.

Escutemos a narração tocante de sua viagem em sua propria linguagem: « A 13 de Novembro de 1853, encostado pensativo ao mastro de ré do vapor *Olinda* transpunha a barra do Rio de Janeiro em demanda das costas de Portugal. Com que dôr tinha os olhos fitos n'aquellas paisagens que pareciam apagar-se pela distancia! Quando deixei de ver as vagas enroladas baterem nos rochedos;

quando as montanhas que se desenhavam ao longe sumiram-se no horizonte, o pranto correu-me pelas faces como nunca havia corrido. Eu chorava devéras como hoje suspiro saudoso, porque era a patria que eu deixava; a terra onde nasci; porque lá ficava meu pai e minha mãi, meus irmãos, tudo que de mais caro tinha no mundo!

« Ai! é triste e solemne esse momento cruel. Vagando na amplidão dos mares, alongando saudoso, a vista, os olhos só vêm o azul do céo confundir-se com o azul das vagas! Os joelhos, tremulos, dobram-se; os labios, ardentes de desespero, murmuram — meu Deus! Minha patria! Minha mãi! O pranto corre livre e o peito arqueja e cansa.

« E todas as noites, quando pelo postigo do meu beliche via o firmamento salpicado de estrellas, soltava um suspiro. Quando no outro dia contemplava o sol no ocaso, dourando com seus raios moribundos as nuvens acastelladas no poente, suspirava tambem! Quizéra ver esse mesmo céo estrellado nas lindas noites da minha terra, quando os raios da lua brincam com as flôres do prado e adormecem nas aguas quietas do rio. Quizera ver o astro do dia, em vez de se mergulhar nas vagas, esconder por trás das collinas, reflectindo, seus pallidos e ultimos fulgores na cupola elevada do campanario da aldêa. Quizéra ver tudo isso.... e a patria já estava tão longe!.... »

A terra de Camões não podia extinguir os lampejos de seu genio, apagar a inspiração em sua alma pungîda agora por tantas e tão caras saudades. Uniram-se as musas portuguezas ás brasileiras para minorar saudades, para mitigar prantos, e as *Canções do exilio*, que são as suas melhores composições, e os *Dialogos de Camões e do Jáo*, que os portuguezes applaudiram, coroando os seus juvenis

esforços, nasceram á sombra dos louros do cantor dos *Luziadas*.

A doença dos proscriptos, a nostalgia pungente e consumidora, não deixou jámais de minar-lhe a existencia, e os primeiros indicios da enfermidade, que o levou ao tumulo, se manifestaram no fim de dois annos de residencia fóra e longe da patria. Quiz regressar ás suas plagas saudosas ; mas, temendo as consequencias de uma viagem contraria ás ordens do pai, decidiu-se a fazer algumas incursões pelas margens do Minho e Douro, e mais se lhe avivaram as lembranças de scenas mais imponentes pelo grandioso de sua natureza selvagem e ao mesmo tempo sublime, e com ellas vieram as saudades do ninho natal.

« Já dois annos, reflectia elle, se passaram longe da patria. Dois annos? Diria dois seculos ! E durante este tempo tenho contado os dias e as horas pelas bagas do pranto que tenho chorado. Tenha embora Lisboa os seus mil e um attractivos, oh ! eu quero a minha terra ! Quero respirar o ar natal, o ar embalsamado d'aquellas campinas ; quero aspirar o perfume que exhalam aquelles bosques floridos. Nada ha que valha a terra natal. Tirai o indio de seu ninho e apresentai-o de improviso em Paris ; será por um momento fascinado diante d'essas ruas, d'essas praças, d'esses templos, d'esses marmores, mas depois fallam-lhe ao coração as lembranças da patria, e trocará de bom grado ruas, praças, templos, marmores, pelos campos da sua terra, pela choupana na encosta do monte, pelo murmurio das flôrestas, pelo correr de seus rios. Arrancai a planta dos climas tropicaes e plantai-a na Europa ; ella tentará reverdecer, mas cedo pende e murcha, porque lhe falta o ar natal, o ar que lhe dá vida e vigor. Como o indio, prefiro a Portugal e ao mundo inteiro o meu Brasil, rico, magestoso, poetico, sublime. Como a

planta dos tropicos, os climas da Europa enfesam-me a existencia, que sinto fugir no meio dos tormentos da saudade.

« Feliz aquelle que nunca se separou da patria! Feliz aquelle que morre debaixo do mesmo céo que o viu nascer. Feliz aquelle que póde todos os dias receber a benção e os afagos maternos. Mil vezes feliz porque não soffre esta dôr que me arranca do peito as lagrimas ardentes, que me escaldam as faces. Mas eu conservo ainda a esperança, esse anjo lindo que nos sorri de longe. E quem deixará de ter esperanças? Só o desgraçado que, crestada a fronte pelo halito maldito das tempestades da vida, solta em um dia de desespero a blasphemia atroz: — Não creio em Deus! — Só esse! »

A noticia do perigo que o ameaçava, a nova de que a enfermidade lhe ia, qual o abutre de Promethêo, corroendo os pulmões, deram rebate ao coração materno. Venceram as lagrimas da mulher mãi, cedeu o coração do homem pai. Recebeu Casimiro de Abreu a licença que punha termo á sua deportação—que convertia em realidade a esperança de sua alma. Havia dito entre os suspiros que lhe arrancava a nostalgia: « Sim, um dia verei a minha patria, os meus unicos amores; um dia entre prantos e soluços abraçarei minha mãi; um dia.... á sombra triste de funerea cruz, descansarei na mesma terra que me viu nascer. Deus é justo. O dia em que devo sentir uma nova vida chegará. Esperemos. »

No dia 11 de Julho de 1857, depois de tres annos e nove mezes de ausencia, o dobro do tempo a que elle nas dôres da saudade qualificára de dois seculos, pisava as terras de seu berço. Reviu de novo o céo esplendido do Rio de Janeiro; a abra immensa com a sua serrania colossal, imponente; a plaga das palmeiras agitadas pelo

sôpro da viração ; as ilhas, como ninhos de fadas, no meio de suas ondas azues ; e lagrimas de prazer orvalharam-lhe os olhos. A's *Canções do exilio* succederam-se inspirações da patria. Partiu depois para a fazenda paterna, cuja habitação branqueja sobre a relva florida, por entre as moitas de larangeiras, que vão bordando as margens do regato Indayassú, o qual desce de um dos ramos da serra dos Orgãos, e serpejando corre a confundir as suas aguas com as do rio S. João. Era ahi que passava as férias quando vinha do instituto collegial de Nova-Friburgo, e esses sitios risonhos acordaram-lhe n'alma as reminiscencias d'esses tempos felizes. Na sua poesia intitulada *No lar* vê-se o contentamento que lhe transborda do coração. Como cada objecto, por mais trivial que pareça, lhe desperta a mais tocante emoção! Passadas, porém, as impressões do momento, nova dôr veiu apunhalal-o, e um grito funebre partiu de sua alma. Já não existia o objecto do seu primeiro amor, d'essa paixão de sua infancia, e apenas alguns cyprestes e um tumulo recente, em estancia não pouco distante, occultava a historia de um martyrio, que nem sequer trahiu o sussurro da viração perpassando pela folhagem do arvoredo, testemunho de ternos encontros, de queixumes pueris, e que agora só lhe recordavam os passados dias da felicidade infantil.

Um mez depois voltava á vida commercial! Aos 11 de Agosto d'esse anno entrou para a casa dos Srs. Camara, Cabral & Costa, e ahi esteve pelo espaço de mais de dois annos.

Era dura e até barbara a insistencia, e esses dois annos passou-os como se um carcere o segredasse da sociedade. Vigiavam-no cuidadosamente, impedindo-o que se entregasse ás distrações do espirito, aos estudos favoritos, e severas reprehensões se succediam ás infracções que

commettia ás recommendações paternas, quando deixava de ser um homem serio para preferir uma pagina de Lamartine a uma moeda de cobre, e, aggravando d'este modo seus soffrimentos, concorriam para o desenvolvimento do mal, cujo germen trouxera em sua delicada organisação. Exacerbaram-lhe os desgostos, ennegreceram-lhe as horas da existencia, e fizeram nascer em seu espirito melancolico os mais sombrios pensamentos. Levaram-lhe ao intimo d'alma o desalento, a descrença, o desespero, e a idéa fatal do suicidio pairou sobre seus dias tenebrosos.

Os symptomas da enfermidade se manifestaram mais claramente, e mais assustadores. N'aquella elegia escripta do fundo d'alma, e que elle chamou *Dores*, está a autopsia de seu coração, a origem de todos os seus males. Tudo perdeu-se para elle; roubaram-lhe um futuro inteiro; desfolharam-lhe as corôas dos sonhos do porvir, e arrancaram-lhe das azas do talento uma a uma todas as pennas de ouro. Apagaram-lhe as crenças, torceram-lhe a vocação, e fizeram desabar n'um só dia todas as suas illusões douradas. E' elle como a flôr que nasce nas montanhas e que se vê transportada a uma estufa sem luz e sem ar. Com o desalento n'alma disfarça as suas dôres, e caminha sem um queixume, curvado ao peso de sua cruz !

No seio da amizade encontrava o balsamo para as dôres reaes, esquecia o joven poeta os seus soffrimentos e ia depositar as revelações de sua musa. N'uma pequena arcadia, de que nos revelou a existencia o Dr. Caetano Filgueiras, celebravam as suas sessões, experimentavam as suas forças os novos poetas, recem-nascidos paladins, que se amestravam para maiores lutas, em mais vastas e gloriosas arenas.

« Pago o quotidiano tributo á existencia material, escrevia o elegante chronista da arcadia juvenil, satisfeitos os

deveres de cada profissão, a palestra litteraria nos reunia na faceira e tranquilla salinha de meu escriptorio.

« Alli, horas inteiras, alheios ás lutas do mundo, conchegados nos lugares e nas affeições, levitas do mesmo culto, filhos dos mesmos pais, — a pobreza e o trabalho, em derredor do altar do mesmo templo, — a mesa do estudo.... fallavamos de Deus, de amor, de sonhos; conversavamos musica, pintura e poesia.

« Alli depunhamos o fructo das locubrações da vespera, e, nas singelas festas de nossas crenças, novas inspirações bebiamos para o trabalho do seguinte dia. Era um continuo deslisar de amenissimos momentos; era um suave fugir das murmurações dos profanos; era emfim um dulcissimo viver nas regiões da phantasia!... E foi esse o berço das *Primaveras*, das *Tentativas*, das *Chrysalidas*, e das *Ephemeras*, e foi alli que radiaram os nomes de Casimiro de Abrêo, de Macedinho, de Gonçalves Braga, e com esplendido fulgor o de Machado de Assis!

« A morte e o tempo derribaram o altar e dispersaram os levitas. Do templo só resta o chão em que se ergueu; e dos amigos só ficaram dois.... dois para guardar, como Vestaes severas, o fogo sagrado das tradições d'aquelles dias, e para resumir no profundo affecto que os liga o laço que tão fortemente estreitava os cinco. »

D'esses certamens poeticos sahia Casimiro de Abrêo completamente reanimado; era o Antêo da poesia tocando nas arêas da Arcadia. Entrava no dia seguinte para o escriptorio, e todas as illusões se desvaneciam, varridas pelo sôpro da adversidade. Na presença de seus tyrannos, que lhe roubavam as palmas da gloria, os seus louros de estudo, que lhe extinguiam o fogo do genio, e as aspirações dos annos, estorcia-se-lhe a alma nos paroxismos de lenta agonia, e a musa, sem a affectação dos poetas byro-

nianos ou mussetistas, só lhe inspirava cantos elegiacos, que confiava ás paginas de seu livro negro,

As doçuras da amizade, que de algum modo lhe mitigavam tantos dissabores, trocaram-se em fel, tocadas pela mão da morte. Viu um a um todos os seus irmãos pela vocação das letras, todos os seus amigos pela sympathia do talento, baixarem á noite horrenda do sepulcro! Macedo Junior, o poeta dos quinze annos, que apenas balbuciava os versos das suas *Açucenas*; Gonçalves Braga, que já nas suas *Tentativas* dava bellas esperanças á poesia portugueza, se fanavam cortados na flôr dos annos. Debruçado sobre o sepulcro de Affonso Messeder, parece que o joven poeta perscruta os mysterios da campa e antevê o seu proximo fim; acalentado em suas dôres pelos sonhos da vida de além tumulo, saúda a aurora da eternidade, bemdizendo a derradeira hora, que já não póde tardar.

Emfim no dia 13 de Junho de 1858 conseguiu abandonar o escriptorio commercial, e entregar-se livremente ás suas favoritas distracções litterarias, e no anno seguinte, nos primeiros dias de Setembro, appareceram impressas as suas composições poeticas sob o titulo de *Primaveras*, e que mereceram a saudação da imprensa. Depois da *Marilia de Dirceu*, ainda não se publicou na lingua portugueza livro que como este reúna a maviosidade de sua harmonia á simplicidade de sua linguagem, e essas qualidades, que não são as unicas, porém sim as de maior consideração, concorreram para a popularidade de que goza, e cada vez mais se amplifica na patria e fóra d'ella.

A fama que grangeára o filho, os elogios que ouvira do talento do joven poeta, e até os parabens que recebêra pelos triumphos poeticos de quem lhe era tão caro, abrandaram a severidade paterna; mas era — muito tarde! José Joaquim Marques de Abrêo, prostrado no leito da

morte, em sua fazenda do Indayassú, fez proceder á leitura das *Primaveras* e derramou algumas lagrimas. Quanta eloquencia não expressaram assim os seus olhos moribundos! Que intimas e profundas commoções não abalaram o seu coração! Expirou nos remorsos de sua agonia as torturas por que fizéra passar tão precoce talento, tão viva imaginação, tão ingenuo, tão brando e mavioso poeta! Quanta verdade amarga a seu respeito! Quanta allusão á dura insistencia, á sua barbara contrariedade, que elle e os seus amigos, amos ou verdugos, exercitaram contrariando tão naturaes propensões! Foi essa noite talvez a mais longa de sua vida, e com anciedade viu raiar a madrugada seguinte. Deu então as suas ordens, e um proprio expresso tomou a direcção da côrte e veiu buscar o joven poeta.

No dia 5 de Abril de 1860 partiu Casimiro de Abrêo com a celeridade possivel e pôde ainda beijar a mão do moribundo pai. A benção, em hora tão solemne, conciliou-os para sempre. Conservou-se ainda o filho por algum tempo ao lado de sua mãi, consolando-a em seu infortunio, e em 4 de Julho de 1860 regressou á cidade do Rio de Janeiro.

Que de esperanças se lhe abriam n'alma! Ampliava-se-lhe o horizonte da vida! Tinha adiante de si o mais bello, o mais lisongeiro, o mais feliz futuro. Legára-lhe o pai bens para modesto e tranquillo viver. Promettia-lhe novo amor realizar as suas douradas aspirações de ventura, e já se lhe desenhavam na mente os dias correndo placidamente sobre as margens floridas do Indayassú. Via sua adorada mãi, e sua querida irmã partilhando no objecto de suas mais ternas affeições a sua felicidade immensa.... sonho da vida.... engano d'alma.... quando veiu o anjo da morte roçar-lhe a fronte com as negras azas e annunciar-lhe

que a sua hora derradeira repercutia-se nos campanarios celestes !

Que peripecia tão rapida em scenas tão curtas, e em tão poucos actos do drama de sua existencia ! Que de combates se lhe travaram n'alma, já tão despedaçada por tantas contrariedades ! Soprára-lhe sempre ponteiro o bafo do destino ! A morte se debruçava sobre sua vida fanando-lhe as flôres da primavera, tolhendo-lhe os fructos do outono, que não haviam de vir. Era a agonia de Alvares de Azevedo, presentindo na aurora do porvir o seu dia de gloria, e vendo a nuvem da morte toldar todo o horizonte de sua existencia, e exclamando com o accento da ultima dôr : « Morrer tão cedo ! » Era o fado, a mesma sina de Dutra e Mello, de Junqueira Freire, de Franco de Sá, e tantos e tantos e tão bellos talentos, verdadeiras estrellas d'alva apagadas na madrugada da vida !

A ilha da Madeira, com o seu clima bafejado pelas brisas marinhas e impregnado do perfume das flôres da eterna primavera, parecia reunir os elementos necessarios e convenientes para a restauração de sua arruinada saude ; hesitou porém na sua escolha quando a serra de Nova-Friburgo, onde passára tão felizmente os annos da infancia, entregue aos estudos escolares, lhe estava acenando e pedindo a preferencia. Decidiu-se pelos ares da terra natal, e partiu. Viram-no ir os seus amigos sem o minimo vislumbre de esperança de tornal-o a ver, tão pronunciados levava os symptomas da terrivel e fatal enfermidade ! Chegou a Nova-Friburgo em 24 de Julho.

A noticia de seu passamento não tardou em divulgar-se n'esta côrte, trazida por alguns viajantes, e o sinistro agouro passou para as columnas dos jornaes. O *Diario do Rio de Janeiro* de 18 de Agosto de 1860 chegou a annunciar solemnemente o fallecimento do joven poeta. Lavrou

para logo a maior consternação entre os seus amigos e os não poucos admiradores que contava n'um e n'outro sexo. Desmentiu-se a noticia no dia seguinte, e uma carta de seu proprio punho, datada de 23 do mesmo mez, dirigida á Francisco de Paula Brito e por elle publicada na folha de maior circulação da capital do imperio, na qual se confessava melhor, lançou um raio de esperança nos corações consternados de seus sinceros e numerosos amigos.

Vã esperança! Recrudescia a tuberculisação dos pulmões; abrasava-o a febre, afogava-o a tosse tenaz e violenta, e as golphadas de sangue se succediam. O coração e as arterias palpitavam tumultuosamente, e a mente, brilhante de poesia, exaltava-se rica de lucidez; o halito se inflammava e a palavra lhe turbilhonava nos labios eloquentemente! Pobre rapaz! Ambicionava a vida, que odeára outr'ora, e o circulo de seus dias se fechava, estreitando-se nas mãos da fatalidade! Casimiro de Abréo, vendo a cadaverisação de seu corpo, sentindo o desamparo das forças vitaes, decidiu regressar á sua fazenda do Indayassú, onde com effeito chegou no dia 3 de Outubro. Era a sua vontade, nascida já agora de sua resignação, ir ao menos expirar nos braços do ente que mais estimava n'este mundo — sua mãe. Se Deus attendeu alguns de seus votos, foi esse por certo um d'elles, feito ainda lá na terra estrangeira, quando entoava as saudosas *Canções do exilio*.

Felizmente para elle descansava na terra que lhe déra o berço. Poucos dias, porém, mui poucos, e esses mesmos sobresaltados, gozou da companhia de sua mãi, que se apressára em vil-o acompanhar no seu ultimo leito. Velava-o á cabeceira o seu tio paterno, resignado e calmo, bem como os famulos, que jámais o deixaram, e aos quaes tratára sempre com excessiva bondade. Os pobres escravos

mal lhe podiam occultar as lagrimas. Martyrisavam-no essas provas de sensibilidade, e para não atormentar os que o circumdavam com o doloroso pungir de seus gemidos abafava as minimas expressões de suas dôres. Aconselharam-lhe que aceitasse as consolações que offerece a religião aos moribundos ; mas Casimiro de Abrêo, sem recusal-as, não se mostrou disposto a recebêl-as. Tranquilla a consciencia, de nada tinha que pedir perdão a Deus, e a sua alma candida podia comparecer perante o julgamento tremendo do seu eterno Juiz.

Para consolar a desditosa mãi compôz o poeta trechos sublimes, que bem poderia chamar cantos de além tumulo. Antevendo o proximo fim da existencia, esperava, sem a menor inquietação, o dia de amanhã, como Alvares de Azevedo, para ir vêl-o raiar na eternidade. Pousava á sua cabeceira o predilecto livro das *Primaveras*, e desfolhando-o por vezes lembrava-se de seus dias felizes, dos annos mimosos passados á sombra das abobadas de verdura de seus risonhos bosques, quando as aves cantavam os hymnos de amor, e a brisa, impregnada dos perfumes das flôres das larangeiras, vinha mansa e fagueira offerecer-se ás suas aspirações; aborreceu porém os proprios versos, e abraçando a mãi, e apertando-lhe a cabeça contra a sua, beijou-lhe a face e pediu-lhe com instancia que escondesse aquelle livro. Abriu depois a pasta depositaria de numerosos rascunhos, e inutilisou as poesias facetas, escriptas com aquelle sal attico que mostrava nas innocentes e graciosas palestras.

Via da janella do aposento a serra corôada com restos de florestas, e as grimpas arripiadas de penedos e toucadas de nuvens, e mais perto a varzea plantada de coqueiros. A' vista d'esse céo tão azul, d'essas scenas da natureza tão resplendentes de vida, que parecia animar-se ainda

mais ao canto das aves e ao perpassar da brisa a brincar com as flôres da primavera, os olhos ondearam-se-lhe de lagrimas. Que lastima! Sentia extinguir lentamente a aura vital ainda na aurora da existencia, quando nas ondas de fogo de sua imaginação se formava um mundo ideal! Quando a patria, que tanto amava, esperava d'elle novos cantos para corôal-o de flôres! Reanimando-se, ergueu-se sobre o leito, fitou em sua mãi os olhos já meio annuviados pelas sombras da morte, e com palavras repassadas de melancolia lhe disse o derradeiro adeus. A mãi, que havia corrido a apoial-o nos braços, balbuciou entre a esperança e a duvida:

— Não, meu filho, não morrerás ainda!

O joven alçou a cabeça, e, com o ultimo sorriso nos labios, exclamou:

— Pois é a morte tão terrivel?!

E essa cabeça sublime pendeu para sempre. Eram 5 horas e 25 minutos da tarde do dia 18 de Outubro de 1860. Assim finou-se aos 23 annos incompletos o mavioso e naturalissimo cantor das *Primaveras!*

Na mansão dos mortos da villa da Barra de S. João, outr'ora aldêa de Ipuca, dos antigos *Guarulhos*, levantam-se dois tumulos notaveis pela sua singeleza; ahi repousam Casimiro de Abrêo e seu pai! E o oceano, que geme n'essas longas praias de tantas recordações, quebra apenas com o bramido de suas innumeras vagas o silencio da solidão e da saudade.

Cantam longe de seu sepulcro as aves, e nem mesmo rebentam flôres junto a campa do cantor das *Primaveras!*

Primaveras é o titulo d'esse primoroso ramalhete de bonitas, melancolicas e melodiosas flôres que nos deixou o poeta. E porque pediu á rainha das estações o seu nome para as suas poesias? Porventura bordavam flôres o ca-

minho da existencia, que a cada passo lhe apresentava urzes e negros espinhos? Porventura vinha a aurora juvenil com o seu facho de luz purpurina abrir-lhe as portas da vida quando sómente ao crepusculo da tarde baixou-lhe sobre a mente a inspiração do céo? Porventura seus versos fallam sómente de flôres e risos, de estrellas, e mulheres, e doces amores, e escrevem-se em paginas côr de rosa com letras de ouro, ou são canções do exílio e do amor infeliz e contrariado, saudades da patria que lhe aguçam os espinhos da corôa do martyrio, que lhe cinge o coração, e que lhe inspiram essas laudas enlutadas e humedecidas de seu pranto e que formam o seu *Livro negro* no meio dos cantos das *Primaveras*?

Aos cantos de pura inspiração, sem os atavios de requintada linguagem que revestem phrases em suas nudez e pobreza de pensamentos, modelados apenas algumas vezes pelos versos de Gonçalves Dias e Porto-Alegre, que elle imita de longe, sussurrando e pairando como a dourada abelha sobre os campos floridos, emquanto que por elles passa rapidamente como um raio de sol o beija-flôres; ás modulações produzidas na idade do riso e de flôres; a tudo isso, emfim, pensou o poeta que bem lhes caberia um titulo mais harmonioso e sympathico e que muitas vezes por si conquista a felicidade á um livro. Mas as *Primaveras* não tiveram o seu outono, nem as flôres produziram fructos. Como esses arbustos de mera ornamentação, que patenteam a sua inflorescencia sem que jámais convertam as galas de sua vegetação em doces e sazonados pomos, floresceu e fanou-se o lirio agreste á beira de seu lago, não tendo por vida mais que um gyro do sol!

Lêm-se essas paginas escriptas tão melancolicamente; sente-se em muitas a humidade que lhes deixaram as lagrimas cahidas das palpebras do autor, e fecha-se o livro

com a alma repassada de doce tristeza, e como que embalada pelas harmonias que escutára. Ama-se, mas não se admira o poeta; segue-se, mas não ha que deter-se para pasmar-se com os vôos arrojados, que não tem. E donde nasce, pois, o seu merito? Vem todo da sua originalidade; desponta da falta de artificios; surge da natureza pura e louçã com que se exprime o poeta, o qual, na phrase de um de seus mais distinctos criticos, desconhece os segredos da linguagem com que se confeita a pobreza do espirito, pois não estudou em alheios moldes a fôrma em que tem de vasar-se a inspiração, não aprendeu a mecanica da palavra, nem o contraponto da versificação; não é um genio desenvolvido, nem um grande litterato, é uma grande alma e um grande infeliz; não verseja, poeta; não canta, suspira, lamenta-se, chora; diz-nos singelamente o que sente, dá-nos em cada verso um sorriso, uma lagrima, em cada estrophe um pedaço de sua alma, e sem o querer, sem o pensar, talvez, offerece-nos em seu livro das *Primaveras*, mera collecção de poesias fugitivas, o completo romance de um coração, um poema inteiro, cujo heróe é o autor.

Dividem-se as *Primaveras* em quatro livros. No 1º estão as suas canções do exilio, os cantos da patria, e os hymnos de sua alma ao seu creador. E' o melhor de todos elles. Inspiraram-no as saudades da terra natal, quando longe d'ella, ou o contentamento de seu regresso ao seio da patria. O 2º comprehende os cantos de amor. Ficticios ou reaes, peccam o mais das vezes pelo pensamento, que se trahe em sua linguagem lasciva ou duvidosa, e patentêa os mysterios da maior intimidade. N'este caso está o *Amor e medo*, escripto com caracteres de fogo roubado ao facho do ente vivificador do universo. Segue-se o 3º, que não passa de uma miscellanea, e portanto menos

valioso entre elles, e que ainda assim não deixa de ter o seu merito, pois encerra composições importantes, que poderiam lhe dar o titulo de—livro da amizade. O 4°, que contém as poesias elegiacas, as paginas do livro negro de sua alma, é, por assim dizer, o seu auto-biographia. Nas *Dôres* revelam-se os seus intimos soffrimentos, e em *Minha alma é triste* ouve-se o grito pungente e doloroso de um coração que estorteja-se em lentas agonias no meio d'esse prosaismo que o vota á vida de morte. Serve-lhe de brilhante epilogo a *Ultima pagina*. Os illustres criticos os Srs. Drs. conego Fernandes Pinheiro e Velho da Silva parecem condemnar essas paginas de luto repassadas de não sei que byronismo ou musetismo, e todavia nada tem de affectação; consentirão porém que, divergindo de suas opiniões, me apadrinhe aqui com outra não menos valiosa, e é a do Dr. Pedro Luiz. Como nas obras sujeitas á censura da Inquisição, é necessario que os modernos autores venham munidos de sua protestação de fé ácerca de suas crenças; tanto é certo que o seculo é da incredulidade. Bem anteviu Casimiro de Abrêo quando disse na primeira obra que deu ao prélo: « E quem deixará de ter esperanças? Só o desgraçado que, crestada a fronte pelo halito maldito das tempestades da vida, solta em um dia de desespero a blasphemia atroz:—« Não creio em Deus.—Só esse, eu não. Estou na idade das illusões; arde-me no peito o fogo dos meus 17 annos: creio em Deus no fundo de minha alma, como o justo crê na recompensa divina. »

Casimiro de Abrêo tem suas bellezas e seus defeitos. A perfeição uniforme seria impossivel, e a existir talvez fizessem d'isso um defeito, como certo critico se queixava da monotonia da perfeição de Racine. Tudo n'elle é natural; o verso sahe-lhe do bico da penna já prompto. O

poeta não lima, modulla como o passarinho as suas melodias, sem saber se segue ou não os preceitos da arte, e com felicidade rarissima apresenta bellas imagens e delicadas metaphoras, bonitas repetições, e trechos que por si sós constituiriam um poema da maior belleza.

Seu estylo é fluente e sua linguagem, se bem que não tenha nada de rica, é comtudo muito natural, ingenua ás vezes e sempre expressiva. Não ha n'ella a menor affectação estudada, apezar do uso de algumas palavras favoritas ou empregadas caprichosamente contra a sua genuina accepção; serve-se lá de quando em quando de phrases vulgares improprias da poesia; cahe em pleonasmos, em viciosas redundancias e repetições; em solicismos e em orações imperfeitas pela falta de concordancia dos verbos em suas relações segundo os tempos, e abusa de gallicismos que não se podem tolerar; mas, apezar de todos esses defeitos em pequeno numero e tão espalhados pelas suas numerosas composições, raramente é ambiguo ou obscuro.

A homonymia das syllabas e das desinencias, e o emprego de vogaes mui abertas e sonoras; o concurso de consoantes, mais ou menos asperas, com que terminam umas e começam outras palavras; a concurrencia de sons que se tornam cacophonicos, formando a continuidade de dois termos uma nova derivação, que degenera em puro *calembourg*; o emprego abusivo da syncope e até a duplicação na mesma palavra, são defeitos que interrompem aqui e alli, e infelizmente não poucas vezes, a harmonia da sua linguagem.

A sua metrificação é boa. O poeta não guarda ordem alguma na collocação dos versos agudos e graves; mistura-os a esmo; e o emprego dos exdruxulos é raro e ac-

cidental. O seu metro é variado, mas, adoptado que seja o verso, segue com elle até o fim sem a menor mudança; assim tambem, talhada uma estrophe, serve de modelo para todas as mais, o que torna por demais regulares e monotonos as poesias mais extensas. Vê-se que aprendeu a metrificar estudando nas poesias de Gonçalves Dias, e felizmente não deparou entre ellas, para imitação, com os insipidos e sesquipedaes versos alexandrinos, tão bem fulminados pelo Sr. Alexandre Herculano, e tão mal apadrinhados pelo Sr. A. F. de Castilho.

São as suas rimas pela maior parte pobres, e os consoantes forçados peccam pela sua abundancia, atirados ás mãos cheias, espalhados aos tres e aos quatro, quando conviria para maior cadencia variar a rima e com ella os consoantes. Poucos versos fez livre do jugo da rima e ainda assim descuidou-se e rimou alguns d'elles indevidamente.

Penna é tambem que uma ou outra vez lhe atraiçôe a primorosa afinação das cordas do sua lyra, e pequem os seus versos não já pela falta ou excesso de numero de syllabas, e até pelo seu prosaismo, como pela inexactidão dos accentos ou pausas, segundo o rythmo adoptado pelo autor.

Apezar de amar tanto a sua patria, de inspirar-se tanto nas scenas da natureza americana, e haver proclamado como regra que o filho dos tropicos deve escrever n'uma linguagem propriamente sua, languida como elle, quente como o sol que o abrasa, grande e mysteriosa como as suas matas seculares, esquece o autor a sua nacionalidade, e transporta para sua palheta côres estrangeiras, que mal poderáõ pintar a terra e o céo da America, e descahe nos mesmos vicios dos nossos poetas passados,

que sobre as margens do Tejo e Douro olvidavam-se de que eram brasileiros. Assim o autor descreve as scenas da patria e nos falla nas folhagens do choupo,e colloca o classico til ou o velho carvalho junto do silvestre ingá; ouve a calhandra cantar ao lado da jurity que suspira; reveste a vendedora de flôres das ruas de Lisboa com trajos e feições nossas e dá-lhe por açafate o samburá das nossas indigenas.

A scena dramatica *Camões e o Jáo* não é mal escripta; tem versos magestosos, mas faltam-lhe as reminiscencias do cantor dos *Luziadas*; carece de uma linguagem mais apropriada ao grande poeta, bebida porventura nas suas proprias obras. As fallas são longas, e o *Jáo* mostra-se tão sabido como o proprio senhor.

Escreveu tambem Casimiro de Abrêo em prosa, mas o que resta são apenas dois trechos ou antes dois specimens, que provam que elle seria tão grande prosador como mavioso poeta. A *Virgem loura* é escripta em estylo florido, facil, poetico, cheio das galas de sua phantasia. *Camilla*, memorias de uma viagem, não passa infelizmente de um fragmento, replecto de facecias, em estylo humoristico,e que mostra como o seu talento se moldava a todos os generos, e como poderia, guiado pelo estudo e pela meditação, lançar-se a empreender obras de maior folego e conquistar os louros dos triumphos litterarios.

Infeliz poeta! A natureza concedeu-lhe imaginação rica de poesia; abrasou-lhe o coração de amor e de esperanças; collocou-o no meio das scenas esplendidas do seu imperio, entre as altas serranias dos Aymorés e os vastos plainos do Oceano, e sob o mais magestoso de seus céos; mas a fortuna, que não negou-lhe seus mimos, negou-lhe mais do que isso, negou-lhe a ventura!

Com o estigma do infortunio sobre a pallida e larga fronte, só foi feliz um momento; então um sorriso perpassou-lhe pelos labios, como um raio de felicidade divina: era a saudação á morte!...

E desappareceu para sempre!

J. Norberto de S. S.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NO TOMO XXXIII PARTE PRIMEIRA

PRIMEIRO TRIMESTRE.

Pag.

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, (continuada da pag. 261 do 2° trimestre do tomo XXXII, parte primeira)..... 5

MEMORIA sobre a questão: 1° se convém ao Brasil vender madeiras de construcção ás nações estrangeiras: 2° se no Brasil ha abundancia das suas madeiras preciosas de construcção, que possam vender-se sem damno, ou falta das mesmas para a nossa marinha real e mercante.... 113

FUNDAÇÃO da casa da moeda da Bahia..... 123

MAPPA DA POPULAÇÃO da côrte e provincia do Rio de Janeiro em 1821..... 135

BIOGRAPHIA dos brasileiros illustres, por armas, letras, virtudes, etc.

Fr. Francisco de Monte-Alverne, pelo conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro..... 143

SEGUNDO TRIMESTRE.

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, (continuação da pag. 112 do 1° trimestre..... 157

CORRESPONDENCIA OFFICIAL da côrte de Portugal com os vice-reis do Estado do Brasil, conde da Cunha, Ayres de Sá e Mello e conde de Azambuja, nos annos de 1766, 1767 e 1768 (Extrahida do Archivo Publico)..... 243

N. 13.—CARTA escripta ao conde da Cunha a 23 de Julho de 1766, approvando a hospedagem que deu ao navio hespanhol denominado *Principe S. Lourenço*, que vinha de Buenos-Ayres..... 243

N. 14.—CARTA escripta ao conde da Cunha a 23 de Julho de 1766, a respeito de serem perigosas e prejudiciaes as arribadas dos navios inglezes e francezes nos portos do Rio de Janeiro, e na ilha de Santa Catharina, e os meios que se devem empregar nos casos d'ellas..... 244

N. 15.—CARTA escripta ao conde da Cunha a 22 de Março de 1767, a respeito das providencias dadas para repellir qualquer violencia que os castelhanos intentassem fazer para nos sorprender alguma parte dos nossos dominios, e sobre um continuo e exacto cuidado que se deve ter com jesuitas, por serem homens notoriamente suspeitos, etc., etc.... 246

N. 17.—CARTA escripta ao conde da Cunha a 25 de Abril de 1767, sobre o que se deve praticar a respeito dos jesuitas se quererem passar para o Brasil em habitos disfarçados, não só clericaes, como nos de outras religiões, e até nos de seculares, munidos de ordens, faculdades e instrucções expedidas em nome do papa, e dadas pelo seu geral para as executarem n'esta cidade, e nos territorios do Brasil, etc., etc.. 252

N. 18.—CARTA escripta ao conde da Cunha em 20 de Junho de 1767, confirmando a resolução de Sua Magestade sôbre os meios e os modos para se dilatarem pelos sertões da capitania de S. Paulo os limites da mesma, afim de afastar-se d'ella os castelhanos o quanto possivel fosse; sôbre a precaução contra os jesuitas, e sôbre a maior amizade que se devia praticar com os hespanhóes depois da expulsão dos ditos jesuitas, etc..... 254

N. 24.—CARTA escripta a Ayres de Sá e Mello em 10 de Setembro de 1767, a respeito da guerra que os hespanhóes haviam rompido nas fronteiras do Brasil pela parte do rio Guaporé, e marchavam em força a irem atacar a aldêa do Santa Rosa d'esta parte do referido rio, e as providencias que a tal respeito se tomaram, etc., etc..... 260

N. 25.—CARTA escripta ao conde de Azambuja em 11 de Setembro de 1767, sôbre se achar Sua Magestade unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á extincção dos jesuitas, e ao castigo do geral e seu conselho, porque sem isso nem póde subsistir a igreja de Deus, nem se podem conservar as monarchias da terra, etc. 264

N. 26.—CARTA escripta ao conde de Azambuja em 2 de Outubro de 1767, sôbre se acharem estabelecidas entre SS. MM. Fidelissima e Catholica a estreita amizade e intima união, com que têm determinado ajustarem entre si amigavelmente as differenças dos seus respectivos limites, etc., etc..... 267

N. 28.—PERGUNTAS que se fizeram por ordem do almirantado de Inglaterra ao arbitrista d'esta expedição, e resposta que o dito fez a ellas desde 25 de Setembro até 8 de Outubro de 1767, e sôbre o commercio dos inglezes no Brasil, dominios de Hespanha e Paraguay..... 269

N. 29.—CARTA escripta ao conde de Azambuja em 20 de Janeiro de 1768, sôbre as precauções que se devem tomar para desconcertar o commercio dos inglezes, segundo o seu clandestino projecto de arruinarem os dominios de Sua Magestade, como consta do extracto das conferencias que o arbitrista das expedições inglezas para esses dominios, teve com os commissarios do almirantado de Inglaterra, e sôbre as cautelas para obviar ás prevaricações dos habitantes que estiverem corrompidos..... 275

N. 30.—CARTA escripta ao conde de Azambuja em 28 de Janeiro de 1768, sôbre se achar Sua Magestade

unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á total extincção dos jesuitas, e do que ao contrario succedeu, sôbre a proposta do ajustamento de limites..... 127

REPAROS E ANNOTAÇÕES sôbre a barra do Rio de Janeiro, suas fortalezas e defensas..... 281

BIOGRAPHIA dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc.

Casimiro de Abreu, por J. Norberto de S. S..... 295

TYP. DE PINHEIRO & C.ª RUA SETE DE SETEMBRO N. 159

REVISTA TRIMENSAL

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

O Sr. D. Pedro II

TOMO XXXIII

Parte segunda

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et posint serâ posteritate frui.

RIO DE JANEIRO

H. L. Garnier — Livreiro-editor

69 Rua do Ouvidor 69

1870

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

3º TRIMESTRE DE 1870

O COMBATE DA ILHA DO CABRITA

Memoria lida no Instituto Historico, em sessão de 8 de Outubro de 1869

PELO

DR. MOREIRA DE AZEVEDO

Ainda marcham pelas planicies do Paraguay, transpoem as cordilheiras, marinham os despenhadeiros, atravessam os pantanos, vadeam os rios os soldados brasileiros guiados por um principe, que já em outro continente, nas aridas regiões da Africa, fez reviver com sua espada os caracteres da historia que recordam as glorias de seus antepassados; ainda se não fecharam os tumulos que devem receber as ultimas victimas d'essa guerra longa, difficil e gloriosa; ainda se não viu adejar sobre os estandartes das nações alliadas o anjo de azas brancas annunciador da paz; essa luta, essa guerra gigantesca, terrivel, perigosa e afamada, que se tem ferido na metade da America que habitamos, ainda não chegou a seu termo; mas os grandes combates, os feitos

guerreiros, as acções de valor, os actos de heroismo que se hão praticado, pertencem já á historia ; por isso nós reunidos n'este palacio, onde archivamos os factos da historia patria, esforçar-nos-hemos por lembrar um dos feitos mais gloriosos d'essa campanha, que, se nos tem custado afflicções, lagrimas e difficuldades de summa gravidade e peso, em compensação tem elevado o nosso exercito e armada á altura da fama em que estão os exercitos e armadas das nações que se dizem as primeiras do mundo.

Ainda não julgamos chegado o tempo de averiguar os acontecimentos d'essa guerra que sustentamos nos limites meridionaes do paiz, sua marcha e direcção, pesar os erros e profligar a sua prolongação.

Através do prisma das preoccupações nacionaes, arrastados por um enthusiasmo de momento, podiamos tornar-nos parciaes e sacrificar a verdade historica ; é necessario que o tempo afaste de nós os factos para commettermos a empreza de consideral-os.

O historiador deve ser como o anatomico, que só leva o escalpello da dissecção ao corpo morto ; assim a critica da historia só póde apparecer depois que pesa sobre os acontecimentos a mortalha do tempo.

Mas não podemos deixar de responder desde já a uma censura que é quasi geral.

A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se.

Se algumas faltas, alguns erros têm concorrido para isso, convém confessar que a guerra tem ido além do tempo que todos previamos, porque se não conhecia o solo em que ella se desenvolveu, nem as forças e recursos do inimigo.

De feito, se reflectirmos que um exercito numeroso teve de mover-se em um terreno desconhecido, inhospito, co-

berto em muitos lugares de bosques seculares e impenetraveis, em outros de arroios, pantanos, cujas exhalações entorpecem o cerebro, produzem a febre de vomito negro, envenenam o sangue; de lutar já com os rigores do estio, já com as congelações do inverno, com as nuvens de insectos, com as privações da campanha,com os abatizes, os fossos, as torrentes dos rios, e com tenaz e desesperada resistencia do inimigo; se considerarmos nos preparativos que durante annos accumulára o Paraguay para esta luta, tão grandes, que, sem encontrar resistencia, pôde o seu exercito abrir caminho pelo territorio argentino, invadir o Brasil, occupar algum tempo a cidade de Uruguayana, e ameaçar com seus navios a capital da confederação argentina; se attendermos ás inexpugnaveis fortificações armadas de pesada artilheria levantadas pelo inimigo em lugares apropriados; se pensarmos nas difficuldades de abrir estradas em terrenos movediços, alagados, como esse do Chaco, onde foi necessario derrubar arvores, solidificar o solo, supprimir os arroios, aterrar os banhados, fabricar pontes, lutar com as enchentes do rio Paraguay, que em um momento destruia as obras de muitos dias; se lembrarmo-nos dos remoinhos, barrancos, torpedos, correntes de ferro e das numerosas bocas de fogo assestadas nas margens d'esses rios do sul da America, ver-se-ha que tem sido preciso dispôr de muita perseverança, energia, actividade, trabalho e coragem para debellarmos inimigo tão audaz, forte, destimido e astuto.

Alli um palmo de terra nos tem custado combates; a conquista de uma fortaleza se não tem feito sem deixar alastrados as campinas e banhados de milhares de cadaveres; vultos heroicos, illustres cabos de guerra, têm apparecido e repellido com a valentia dos antigos gregos e romanos as cohortes numerosas e aguerridas do inimigo,

mas por fim têm cahido mortos nas ameias das fortalezas, ou soterrados nos paúes mortiferos d'esse paiz barbaro ; o que patentêa as difficuldades, os perigos, as peripecias d'essa guerra longinqua e demorada.

Mas no meio das cordilheiras, sobre os desfiladeiros, nas serras, nos valles do Paraguay, já se ouve o echo que nos annuncia a victoria n'essa guerra civilisadora ; as phalanges inimigas fogem diante do estandarte alliado, as povoações abraçam o pavilhão da liberdade que um principe lhes apresenta ; as familias, os velhos, as mulheres, as crianças, se abrigam sob as armas das tres nações que vieram libertal-os; e o dictador, como esses antigos devastadores da idade media, perseguido, errante, atacado nas cavernas como uma fera, encurralado no deserto, vai abandonando os manjares opiparos, os vinhos deliciosos, as riquezas que accumulára em seus acampamentos, e, sem ousar voltar o rosto aos guerreiros que o perseguem, caminha, foge, marcando sua passagem com os cadaveres de milhares de victimas sacrificadas á sua obediencia e ambição.

Um dos primeiros e mais importantes combates d'essa guerra provocada pelo despota do Paraguay foi o da ilha do Cabrita.

Ha no rio Paraná uma ilha quasi circular, de duzentas e cincoenta braças de diametro, plana, coberta de vegetação rasteira, e cujo nivel acima da superficie das aguas varia e chega a desapparecer quando a corrente caudalosa do rio traz maior cópia d'agua; e essa ilha desconhecida, sem nome, sem importancia, tornou-se o theatro de um combate memoravel.

Acampára o nosso exercito na margem esquerda do rio, e na margem opposta achava-se o inimigo, que já uma vez viéra surprehender-nos no proprio acampamento; mas

essa audacia foi castigada com a derrota, e com a morte de muitos d'aquelles que ousaram praticar tal feito ; o inimigo porém, com as baterias do seu acampamento, e principalmente com as do forte de Itapirú, metralhava continuamente as forças alliadas, respondendo-lhe os navios da esquadra brasileira, cujos tiros já haviam abatido das ameias do forte o estandarte da republica.

Afim de facilitar a passagem do exercito alliado para o territorio paraguayo, e mais favoravelmente bater o forte de Itapirú, ordenou-se a occupação d'aquella ilha de que fallámos, a qual dista trezentas braças da margem direita do rio.

De feito a commissão de engenheiros sob a direcção do tenente-coronel Dr. José Carlos de Carvalho embarcou na noite do dia 5 de Abril de 1866 para a referida ilha, e dando principio immediatamente aos trabalhos de fortificação preparou e confeccionou um massiço de salchichões e saccos de arêa para assestar uma bateria de quatro canhões raiados calibre doze, e mais outra de quatro morteiros (1).

Não estava concluido o plano de fortificação quando no dia seguinte rompeu o inimigo vivo fogo do forte de Itapirú; responderam-lhe os nossos, erguendo-se n'esse momento pela primeira vez o estandarte brasileiro em territorio paraguayo.

Acompanhára á commissão de engenheiros uma força de novecentos homens, composta dos corpos 7° de voluntarios commandado pelo tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca, 14° de infanteria de linha commandado pelo major José Martini ; guarnição da 1ª bateria do

(1) Veja a ordem do dia de 12 de Abril de 1866 do capitão Antonio Tiburcio Ferreira de Sousa, commandante da bateria de morteiros.

1° batalhão de artilheria a pé commandada por Francisco Antonio de Moura; e um contingente do batalhão de engenheiros commandado pelo capitão Brasilio de Amorim Bezerra, marchando essa brigada sob as ordens do tenente-coronel João Carlos de Villagran Cabrita.

Eram brasileiros todos os soldados enviados a occupar esse posto militar, e foram elles os primeiros que pisaram no territorio inimigo.

De posse da ilha sem que os paraguayos o presentissem, trataram os nossos, como vimos,de fortifical-a, de levantar trincheiras e abrir fossos, de sorte que essa pequena ilha, esse banco de arêa coberto de rara vegetação, tornou-se em breve um reducto, um baluarte, um posto militar levantado a tiro de fuzil do forte de Itapirú.

O inimigo, que viéra provocar-nos no nosso proprio abarracamento,considerou uma ousadia a occupação d'essa ilha sob as abas das muralhas do seu forte,e d'esde a manhã do dia 6 começou a despejar grossa metralha contra os soldados de Villagran Cabrita, mas a nossa bateria respondeu galhardamente eom 164 tiros no dia 6; no dia seguinte coutinuou o bombardeamento,destruiram-se todos os merlões do forte e ficou desmontado um canhão de 68; a bateria da ilha despediu 54 tiros; no dia 8 a nossa bateria deu 46 tiros, que abriram uma grande brecha no forte; no dia 9 soltou a bateria 54 tiros, que escalaram o forte em outra posição (2).

Reconheceu o inimigo a necessidade de desalojar-nos d'aquelle reducto; e de feito ás quatro horas da manhã do dia 10 enviou uma força de mais de mil e duzentos homens da melhor gente do seu exercito, e cento e oitenta e

(2) Veja a ordem do dia de 11 de Abril de Francisco Antonio de Moura.

seis praças de degoladores para investir de surpresa, tomar e aniquilar a guarnição da ilha.

Favorecida pela escuridade da noite e pela cerração, desembarcou a força paraguaya, e procurou envolver a nossa linha fortificada, fazendo avançar os soldados pelos flancos.

Os nossos correram a postos e a luta começou.

Villagran Cabrita subiu ás trincheiras, e comprehendendo o plano do inimigo, encarregou da defesa de todo o flanco esquerdo ao capitão Tiburcio de Sousa, mandou occupar o centro os batalhões 14º de linha e 7º de voluntarios, e dirigiu-se ao flanco direito, de onde tambem observava o centro (3).

Aproveitando-se da distancia em que se achava o inimigo, ordenou o tenente-coronel Cabrita que se abrisse uma canhoneira no angulo direito da bateria da direita e se despejasse dois tiros de metralha; e como, occultos nas sarças que vestem a ilha, evitassem os paraguayos os tiros de fuzilaria que partiam das nossas trincheiras, determinou o mesmo tenente-coronel uma carga de baioneta (4).

Tomou então o combate um aspecto medonho; com as armas em punho avançaram os nossos, e em breve encurtou-se ou antes desappareceu o espaço que separava os guerreiros; desejosos de conservar o posto militar que haviam occupado, combatiam os soldados brasileiros com tenacidade e heroismo, os não detendo nem os gemidos dos feridos, nem o arquejar dos moribundos, nem os cadaveres d'aquelles que cahiam em defesa da patria; como leões raivosos precipitavam-se contra os paraguayos apon-

(3) Veja a parte official do capitão Antonio Tiburcio Ferreira de Sousa de 12 de Abril de 1866.

(4) Veja a parte official formulada segundo as notas do tenente-coronel Villagran Cabrita.

tando-lhes as baionetas aos peitos. Ficou a terra ensopada em sangue, que espadanava dos soldados inimigos que, apezar de terem combatido com uma tenacidade indomita, tiveram de recuar, precipitando-se muitos nas aguas do rio, onde alguns conseguiram galgar ás canôas e outros succumbiram afogados.

Villagran Cabrita manifestou a maior energia durante a acção, dirigiu o ataque com sangue frio e destreza, e indifferente aos perigos foi o mais valente entre os valentes.

Iam apparecendo os primeiros clarões do dia e ainda a luta continuava, quando o commandante do vapor *Henrique Martins*, Jeronymo Francisco Gonçalves, tomando uma resolução prompta e decidida, deixou o ancoradouro em que estava a 3ª divisão da esquadra, interpôz-se entre a ilha e o forte, e perseguiu tenazmente debaixo do fogo de duas baterias occultas no mato não só ás embarcações inimigas que vinham com reforços, senão áquellas que fugiam para a outra margem.

Atravessado por balas de canhão, manobrando em um lugar onde facilmente podia encalhar e ir a pique, prestou o vapor *Henrique Martins*, dirigido por aquelle habil e corajoso official, grande auxilio aos combatentes da ilha ; sem essa defesa muito mais difficil seria a victoria.

Os commandantes dos vapores *Greenhalgh* e *Chuy* imitaram o procedimento heroico de Jeronymo Francisco Gonçalves, desbarataram completamente o inimigo, de sorte que suppõe-se que nem um só dos soldados paraguayos voltou ao seu acampamento (5).

(5) Veja a parte official do combate da madrugada do dia 10 de Abril de 1866 formulada segundo as notas do tenente-coronel Cabrita, e a parte official do tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca.

A's 6 horas estava o combate concluido, havendo durado duas horas; recolheram os nossos como trophéos mais de setecentas espingardas com avultada munição nas patronas, grande numero de espadas, quatorze canôas sendo muitas outras levadas pela correnteza do rio com os cadaveres dos que haviam morrido dentro d'ellas ; deixou o inimigo no campo de batalha 642 mortos, além dos que pereceram nas canôas e afogados no rio, sendo arrastados pelo marulho das aguas ; grande numero de feridos e prisioneiros, e entre estes o capitão João Romero, chefe da expedição, e commandante dos quatrocentos homens que tentaram invadir o flanco direito, tendo sido morto, logo no principio da acção, o chefe da força que atacára o flanco esquerdo (6).

Tivemos fóra de combate cento e quarenta e nove homens distribuidos pelo modo seguinte: batalhão de engenheiros cinco soldados mortos e um sargento ferido ; bateria de morteiros dois soldados mortos e quatro feridos; 1ª bateria do 1° batalhão de artilheria a pé morto um cadete e ferido um soldado ; 14° batalhão de infanteria mortos dois sargentos, um cadete, um cabo, um anspeçada, um particular, um corneta e vinte e dous soldados, e feridos cincoenta e sete, incluindo o major do batalhão,um capitão e dois alferes; 7° corpo de voluntarios mortos doze praças e feridos um capitão, um tenente e trinta soldados (7).

Declarada a victoria, houve no acampamento um contentamento geral; estrugiram de todos os lados brados de saudação e de jubilo.

— Viva a patria, viva o Imperador, viva o tenente-co-

(6) Veja o relatorio do ministerio da marinha de 1866.

(7) Veja a parte official do combate da madrugada do dia 10 de Abril de 1866, formulada segundo as notas do tenente-coronel Villagran Cabrita.

ronel Cabrita! Eis as saudações repetidas e enthusiasticas que echoavam no campo da batalha.

Villagran Cabrita e aquelles officiaes que mais se distinguiram eram vivamente acclamados e festejados pelos soldados, que, apezar de ameaçados pelas baterias do forte de Itapirú, erguiam-se nas trincheiras, e bradavam:

— Viva a nação brasileira!

Officiaes e soldados portaram-se com denodo e valentia; entre todos excedeu-se Villagran Cabrita, cuja coragem e intrepidez se não desmentiram no transe mais arriscado e perigoso do combate; apezar de vêr cahir morto junto a si o cabo Joaquim Francisco da Conceição, e de ser ferido no rosto, continuou a expôr-se ás balas, desejoso de conquistar gloria e renome para a patria e para si (8).

Pelejaram com extremado valor o tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca, o major José Martini e os capitães Antonio Tiburcio Ferreira de Sousa, Francisco Antonio de Moura e Brasilio de Amorim Bezerra (9).

Mostrou coragem e sangue frio o capitão Felicio Ribeiro dos Santos Camargo, que, achando-se nos postos avançados, fez frente a uma columna inimiga de 400 homens, tendo só 84 praças.

Patenteou grande valentia o capitão Fortunato dos Santos Freire, que combateu corpo a corpo com um official paraguayo, e matou-o, ficando levemente ferido em uma perna (10).

Quando estava mais renhido o combate saltou a trin-

(8) Veja a parte official do capitão Brasilio de Amorim Bezerra, commandante do batalhão de engenheiros.

(9) Veja a parte official do tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca de 10 de Abril de 1866.

(10) V. a outra parte official do referido tenente-coronel de 12 de Abril de 1866.

cheira o 2° tenente Luiz Carlos de Mourão Pinheiro ; á frente de algums soldados, repelliu o inimigo até ao rio, e seria victima do seu denodo se a bravura e abnegação de tres soldados o não salvassem dos golpes certeiros dos paraguayos.

O tenente ajudante Francisco Antonio Carneiro da Cunha, que, tendo ido em serviço ao acampamento, regressára á ilha sob um chuveiro de balas lançadas do forte inimigo, mostrou durante o combate muito valor e intrepidez,sendo ferido na acção (11).

Manifestou decidida coragem o 1° sargento Joaquim da Graça e Silva, que, ferido mortalmente durante a acção, morreu no trajecto para o hospital de sangue.

Achando-se nos postos avançados o 2° sargento Telesphoro Ricardo da Silva, foi o primeiro que carregou sobre o inimigo no seu desembarque, e apezar de ferido continuou a bater-se nas trincheiras.

Falleceu no assalto o 2° cadete Antonio Joaquim Rodrigues Torres.

O menino Torres, como o chamavam, foi um dos mais corajosos e intrepidos nas horas do combate; onde a luta era mais incarniçada e terrivel apresentava-se elle, e com grande abnegação e coragem indomita expunha o peito ás lanças inimigas. Consta que foi um dos primeiros que percebeu o desembarque dos paraguayos na ilha, bradando: —Ahi estão os paraguayos ! Affirmo-o, porque já matei a um d'elles.

Consta tambem que salvou dois officiaes do seu corpo, matando mais dois inimigos; e apezar de gravemente ferido continuou a pelejar até que, penetrando-lhe no peito uma bala, cahiu lavado em sangue, exclamando:

(11) V. a parte official do capitão Brasilio de Amorim Bezerra, de 10 de Abril de 1866.

—Viva a nação brasileira !

O menino Torres nasceu no municipio de Itaborahy em 24 de Agosto de 1849; teve seu berço na mesma terra que conta entre seus filhos o eminente estadista que dirige actualmente as finanças do imperio, o festejado litterato Dr. Joaquim Manoel de Macedo, e o desconhecido escriptor d'estas paginas. Permitti que o diga, não por orgulho proprio, mas por vangloriar-me de haver nascido na mesma terra em que abriram os olhos á vida o visconde de Itaborahy, o poeta Joaquim Manoel de Macedo, e o valente guerreiro o menino Torres; além d'isto pulsa-me o coração no peito lembrando-me n'este momento que alli nasceram meus pais, e os entes que mais tenho estremecido; não foi pois um lampejo de orgulho que dictou-me estas palavras, mas sim a voz do coração.

Dedicou-se o menino Torres ao serviço da patria na idade em que outros se entregam a passatempos futeis, e pereceu na aurora da vida conquistando pelos seus feitos nos campos de combate o nome de heróe; viveu pouco para o mundo, mas viveu muito para a historia.

Estando na chata que devia servir-lhe de tumulo, lembrou-se Villagran Cabrita do menino Torres, e, pronunciando seu nome ergueu-se com tal enthusiasmo que bateu com a cabeça no tombadilho, exclamando:

Morreu como um leão ! (12)

Morreu como um leão, repetem os zefiros que pairam sobre o sepulcro do menino Torres, cavado nas margens do rio Paraná.

Merecem louvores os cabos Luiz Pinto de Sousa Rangel, Dario Fortunato Azambuja de Sousa e Antonio de Moura; houve-se o primeiro com tanto denodo

(12) *V. Apontamentos biographicos para a historia da campanha do Uruguay e Paraguay*, pag. 79.

que matou á bayoneta dois paraguayos que atacaram-no; o segundo, surprehendido por um official inimigo e alguns soldados, matou o official e repelliu os soldados; e atacado o ultimo por diversos paraguayos matou a um d'elles e afugentou os mais (13).

Divulgada a victoria da ilha do Cabrita, mandou o general Osorio, depois barão do Herval, comprimentar ao tenente-coronel Villagran Cabrita, e o general Mitre felicitou em ordem do dia ás armas alliadas por esse glorioso triumpho, escrevendo:

—Honra e gloria aos valentes da ilha em frente ao Itapirú !

Dirigindo-se em ordem do dia ao tenente-coronel Francisco Joaquim Pinto Pacca, disse o capitão Francisco Antonio de Moura: « E' minha opinião inabalavel que não houve nunca soldado que mais fizesse do que os da guarnição d'esta ilha; soldados que depois de quatro dias de bombardeamento vivo, supportando toda a sorte de incommodos e privações, acabrunhados de fadigas, elevam tão alto a bandeira nacional, merecem toda a consideração e respeito dos seus concidadãos. Eu direi sempre com orgulho que commandei uma bateria no dia 10 de Abril de 1866, na ilha de Itapirú » (14).

O governo condecorou e concedeu postos aos guerreiros que mais se distinguiram na heroica defesa da ilha; e deu as insignias da ordem do Cruzeiro ás bandeiras dos corpos 7º de voluntarios, 14º de infanteria e de engenheiros.

O combate da ilha do Cabrita foi um feito d'armas heroico e glorioso; immortalisou os guerreiros que alli peleja-

(13) V. a parte official do commandante do 7° batalhão de voluntarios da patria.

(14) V. a parte official de Francisco Antonio de Moura, commandante da 1ª bateria do 1° batalhão de artilheria a pé.

ram, fez o inimigo comprehender que tinha de lutar com um povo forte e destimido, e levantou os animos de nossos soldados, porque foi uma das primeiras victorias que illustraram as armas do Imperio n'essa prolongada guerra. Mas Villagran Cabrita, o heróe da acção, não tinha de sobreviver muito tempo aos louros conquistados n'essa ilha do rio Paraná.

Recolhendo-se a uma chata collocada entre a ilha e o nosso acampamento com o seu secretario o alferes Woolf, ajudante o tenente Carneiro da Cunha, e o major Luiz Fernandes de Sampaio, que em um pequeno vapor viéra felicital-o pelo triumpho alcançado, redigia Villagran Cabrita, inebriado de alegria, a ordem do dia que devia commemorar o feito que o immortalisára, quando uma bomba, disparada do forte, penetrou na chata e matou-o instantaneamente, decepou as pernas do alferes Woolf, despedaçou o corpo do major Sampaio, e feriu gravemente no rosto e na cabeça ao tenente Carneiro da Cunha, que, levado moribundo para o hospital de sangue, padeceu muitos mezes dôres cruciantes, mas por fim restabeleceu-se, sendo o unico que escapou d'essa hecatombe horrivel.

Morreu Villagran Cabrita no momento em que os sorrisos pairavam-lhe nos labios, as esperanças tumultuavam-lhe o cerebro e as alegrias expandiam-lhe o coração; morreu no instante em que, extasiado de prazer, pensava nas condecorações que a patria havia de pregar-lhe ao peito da farda, nas divisas, nas dragonas do posto de accesso, conquistadas por sua espada no quadro do exercito; morreu no momento em que considerava no enthusiasmo com que sua mulher, seus filhos, seus amigos, haviam de saudal-o depois de tão glorioso triumpho, nos louros que ainda podia colher, nos postos a que podia assumir, nas glorias militares que ainda podia alcançar; morreu quando, ao lan-

çar o ultimo olhar para essa ilha, onde com sua espada escrevêra o feito mais brilhante e heroico da sua vida, sentia arfar-lhe o peito de amor pela patria, pela familia; morreu quando ia pronunciar a palavra que agitava-lhe o coração, preoccupava-lhe o cerebro, quando ia repetir gloria; e seus labios tremulos e empalledicidos pelo sôpro da morte balbuciaram essa palavra, e logo após cahiu o guerreiro fulminado pelo tiro de metralha junto á sua espada.

A chata afundou-se, assim como o pequeno vapor em que viéra o major Sampaio, do qual apenas se pôde tirar do fundo do rio um braço, que reconheceu-se ser seu pelas divisas da farda.

Villagran Cabrita e o alferes Woolf foram sepultados na margem esquerda do rio Paraná, collocando-se sobre seus jazigos algumas pedras para servirem de marco; mas as enchentes successivas do rio destruiram esses vestigios, de sorte que se não sabe hoje qual o lugar onde adormeceram do somno dos fortes esses heróes da patria.

Em homenagem ao heroismo de Cabrita, ou por mostrar magnanimidade de caracter e sentimentos religiosos, logo que soube da morte d'esse distincto cabo de guerra, mandou o dictador Lopes celebrar uma missa no Passo da Patria, á qual assistiu com todo o seu estado maior. Esta noticia foi-nos referida pelo capitão Carneiro da Cunha, testemunha do combate da ilha, e um dos seus defensores que ouviu-a de diversos paraguayos e do 1° tenente de artilheria Pedro Maximo Barbosa, que leu-a no periodico *Semanario* da Assumpção (15)

Nasceu João Carlos de Villagran Cabrita, em 30 de Dezembro de 1820, em Montevidéo, um anno antes d'essa ci-

(15) Aproveitamos esta occasião para agradecer ao Sr. capitão Francisco Antonio Carneiro da Cunha as noticias e os documentos que forneceu-nos sobre o memoravel combate de 10 de Abril de 1866.

dade ser incorporada ao territorrito brasileiro; em 1840 assentou praça de voluntario do exercito, e logo depois reconhecido cadete, matriculou-se na escola militar, onde pelas suas approvações plenas mereceu a patente de alferes alumno em 1842: no anno seguinte era 2° tenente; um anno depois 1° tenente, e em 1847 foi condecorado com o titulo de bacharel em mathematicas. Promovido ao posto de capitão em 1852, e dez annos depois ao de major por merecimento, marchou em 1865 para a guerra do Paraguay; e em 1866 elevaram-no seus serviços de campanha á patente de tenente-coronel. Na escola de applicação do exercito onde serviu onze annos de instructor de artilheria, na republica do Paraguay, onde esteve como instructor da mesma arma, na commissão de melhoramentos materiaes do exercito, na provincia da Bahia, e nos batalhões que commandou, prestou Villagran Cabrita relevantes serviços.

Eis succintamente transcripta a fé de officio d'este brioso militar, que era dotado de virtudes civicas, tino administrativo, de profundos conhecimentos da arma de artilheria, e em valor e heroismo o não excederam os melhores cabos de guerra (16).

Sepultado junto do Paraná, cujas aguas seu sangue envermelhecêra, olhando para essa ilha, theatro de sua gloria militar, dorme Villagran Cabrita o somno eterno, mas seu nome ha de perdurar perpetuamente repetido pelas auras que agitam as aguas d'esse rio, e balouçam as sarças d'essa ilha, que tem recebido os nomes de ilha de Itapirú, da Redempção, do Carvalho, da Victoria e do Cabrita; porém só este ultimo nome deve ficar registrado nos archivos publicos, nos fastos nacionaes, porque Villagran Cabrita o escreveu com seu sangue, e o sangue de Villagran Cabrita é tambem o da patria.

(16) *V. Apontamentos biographicos*, impressos em 1866, pag. 169

NOTICIA

Acerca da introducção da arte lithographica e do estado de perfeição em que se acha a cartographia no Imperio do Brasil, lida no Instituto Historico e Geographico, em Setembro de 1869, pelo

BACHAREL PEDRO TORQUATO XAVIER DE BRITO

Ao monarcha, que desde a sua chegada ao Brasil tão empenhado se mostrou em promover o seu engrandecimento franqueando seus portos ao commercio de todas as nações, e creando outros elementos de vida, para o grande imperio que a seu augusto filho coube a gloriosa tarefa de fundar na America meridional, e a seu augusto neto a não menos gloriosa de manter, fazendo-o respeitar por todas as nações civilisadas, ainda as mais poderosas, não podia certamente esquecer a conveniencia do estudo da geographia de um tão vasto paiz.

Assim, a creação de um estabelecimento essencialmente geographico não se fez esperar,e em 7 de Abril de 1808 firmou o decreto creando o archivo militar, para onde se recolheram todos os mappas, cartas, planos geographicos, topographicos, hydrographicos e ichnographicos que existiam espalhados pelas secretarias de Estado, afim de serem devidamente classificados; extrahindo-se, dos que podessem mais interessar ao Brasil, cópias manuscriptas ou gravadas. Mais tarde, imperando seu augusto filho,solicito em collocar o Brasil na altura de uma das maiores nações civilisadas, recebeu aquelle estabelecimento notaveis melhoramentos, entre outros o da creação da officina lithographica, que foi

a primeira que se fundou n'este Imperio (1), em substituir á secção de gravura em aço ou em cobre do archivo militar, para a reproducção dos mappas, cartas e planos, que por sua importancia convinha que fossem vulgarisados.

Os trabalhos d'essa officina, sob a direcção do finado marechal de campo Joaquim Norberto Xavier de Brito, então brigadeiro, commandante do corpo de engenheiros e director do archivo militar, começaram em 25 de Janeiro de 1826, na casa em que residia João Steimann (2), na

(1) Informando em 18 de Dezembro de 1824 sobre a pretenção de Claudio Dondeleur, para ser empregado como abridor geographico do archivo militar, indicou o brigadeiro director do mesmo archivo de preferencia a *acquisição de uma lithographia e de um artista perito para esse ramo de serviço*; e cumprindo as imperiaes determinações, apresentou a 30 de Agosto do anno seguinte uma relação dos objectos necessarios para o archivo poder satisfazer aos fins da sua instituição e aos trabalhos topographicos. A 10 de Setembro do mesmo anno communicou terem-lhe sido entregue por João Steimann, que acabava de chegar ao Brasil, os seguintes objectos lithographicos, vindos de França, a saber : 1 prensa grande, 1 dita portatil, 1 caixa com 76 folhas de zinco, 2 caixilhos de ferro, 4 rolos, 3 peneiras, 2 pedras marmores, papel, tinta, agua forte, etc.

Estabelecida a lithographia por aviso de 23 de Outubro do mesmo anno, communicou-se-lhe por aviso de 7 de Dezembro ainda do mesmo anno o contrato celebrado em Paris no 1º de Agosto (1852) com o dito Steimann para professor da lithographia pelo tempo de cinco annos.

(2) Não havendo no edificio da academia militar, onde se achava então estabelecido o archivo militar, commodo para armar-se a grande prensa e para a officina, propôz Steimann (a quem por aviso de 23 de Novembro de 1825 se mandára entregar todos os objectos vindos de França), como meio mais conveniente, que isso se fizesse por emtanto na casa de sua residencia, na rua da Ajuda esquina do becco de Manoel de Carvalho, na parede de cuja casa ha bem pouco tempo ainda se divisavam as letras da palavra—Lithographia (*).

(*) Esta circumstancia levou o Dr. Mello Moraes a considerar essa lithographia como pertencendo a Steimann n'aquella época.

rua da Ajuda canto do becco de Manoel de Carvalho, constando o seu pessoal do mesmo Steimann, como professor lithographo, dos soldados do 27° batalhão de estrangeiros I. Néedergessas e K. Mohr, do alferes Carlos Abelêe como professor de desenho, e de tres soldados da aula do ensino mutuo junto ao quartel-general, estabelecida na rua da Guarda-Velha, e do paisano Antonio Rodrigues de Araujo admittidos como alumnos (3). Dos ensaios de escripta e de differentes generos de desenho feitos á penna, em gravura e a lapis, passaram estes alumnos a exercitar-se nos processos da preparação das pedras e da impressão; ao mesmo tempo que o professor Abelée executava varios desenhos das convenções para os trabalhos topographicos, e o mappa do Rio de Janeiro. Transferida a officina, em Maio de 1826, para as lojas do sobrado n. 207 da mesma rua, onde morava o referido brigadeiro director (4), proseguiram

(3) Entre as providencias propostas pelo brigadeiro director, em 11 de Janeiro de 1826, nota-se a autorisação que solicitára para poder applicar ao serviço da lithographia os soldados estrangeiros I. Néedergessas e K. Mohr, propostos por Steimann; e para escolher entre os militares que estudavam na aula do ensino mutuo, na rua da Guarda-Velha, dois ou tres individuos de sufficiente capacidade para passarem a exercitarem-se na escripta inversa sobre o papel de pedra e no desenho proprio da arte lithographica, etc., offerecendo-lhes a espectativa das suas baixas e de um ordenado de 150$000 no fim de dois annos; solicitando em 25 de Fevereiro do mesmo anno a nomeação do alferes Carlos Abelée, empregado no archivo, como desenhador. para professor de desenho da lithographia, e a admissão como alumnos do paisano Antonio Rodrigues de Araujo e a de mais alguns moços que se quizessem applicar ao estudo da lithographia.

(4) Convencido o brigadeiro director de que a medida proposta pelo lithographo Steimann, de estabelecer-se a lithographia interinamente na casa de sua residencia, longe de ser proveitosa, era abusiva, indicou a 18 de Maio de 1826 como mais conveniente a transferencia da mesma lithographia para as lojas da casa em que morava na rua da Ajuda.

os estudos lithographicos, admittindo-se mais tres soldados da aula do ensino mutuo, e moços paisanos, que voluntariamente a elles se quizessem destinar.

Retirando-se o professor Steimann, por ter findado o seu contrato em 1º de Agosto de 1830, e deixando de servir como desenhador lithographo Carlos Abelée, ficou a officina entregue unicamente aos alumnos até 13 de Abril de 1832 em que esse desenhador se obrigou a servir pelo tempo de cinco annos como professor; solicitando porém em fins do mesmo anno exoneração do seu contrato e apresentando para substituil-o a Pedro Victor Larée (que se sujeitava a todas as condições a que elle se achava obrigado), passou este em 20 de Fevereiro de 1833 a exercer por tres annos as funcções de director dos trabalhos da officina e de professor dos seus alumnos (5).

Confrontando varias cartas e plantas geographicas e topographicas, que acompanham esta noticia (6), executadas pelos artistas da officina lithographica do archivo militar, em differentes épocas d'esde a sua creação, forçosamente se reconhecerá que alli a arte lithographica tem feito progressos, e que as obras ultimamente publicadas podem competir com as que têm sido feitas nas principaes lithographias particulares d'esta côrte.

As cartas das provincias do Rio Grande do Sul, de Santa Catharina, do Rio de Janeiro, de Mato-Grosso, de Sergipe,

(5) Finalisando o contrato de Steimann, foi C. Abelée admittido em seu lugar com as mesmas condições, pedindo depois licença para ir á Europa, deixou o lugar substituido por P. V. Larée, o qual passando algum tempo ausentou-se do Rio de Janeiro sem licença do governo imperial, abandonando a officina. Sendo novamente admittido, em 23 de Junho de 1834, com novas condições como professor pelo tempo de tres annos, bem depressa tornou a abandonar a officina do archivo, para dirigir outra particular, que estabeleceu no anno de 1835.

(6) Existentes no archivo do Instituto.

do Piauhy, do Ceará, do Espirito-Santo, de Minas-Geraes, do Maranhão, do Paraná, as dos rios Uruguay, Içá e Javary, e muitas outras que seria longo enumerar aqui, publicadas na lithographia do archivo militar; as das provincias do Paraná, de Santa Catharina e do Espirito-Santo, e das colonias allemãs situadas n'essas provincias e na do Rio-Grande do Sul, e as do rio Amazonas, publicadas pelo Imperial Instituto Artistico; as do Imperio do Brasil, da provincia do Rio de Janeiro, do atlas do rio S. Francisco, publicadas na lithographia de Rensbourg; as do *Atlas do Imperio* organisado e publicado pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, e finalmente a recente carta, em duas folhas, da provincia do Rio-Grande do Sul, abonam sufficientemente o progresso que a cartographia tem feito no Imperio do Brasil. Nas reproducções manuscriptas das cartas e plantas geographicas, topographicas, hydrographicas e ichnographicas, executadas no archivo militar, no da repartição das obras publicas, do ministerio da agricultura, commercio e obras publicas e nos das provincias, observa-se tambem um notavel progresso, revelando talento e gosto nos desenhadores, embora se resintam esses trabalhos da falta de uniformidade, tão necessaria para facil intelligencia da natureza e dos accidentes do terreno, da fórma e da qualidade dos edificios que representam. Assim seria para desejar que o plano geral de convenções topographicas, de cuja organisação se acha encarregado o bacharel Sr. Antonio Pinto de Figueiredo Mendes Antas, actualmente fiscal da officina lithographica do archivo militar, fosse geralmente adoptado.

Do exposto se reconhece que a iniciativa dos estudos cartographicos, e ainda os progressos que têm alcançado, partiu e se deve ao governo imperial.

NOBILIARCHIA PAULISTANA (*)

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista

PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuada da pag.* 157 2º *trimestre, tomo* XXXIII *parte primeira*)

TITULO DOS ANTAS MORAES, DA CAPITANIA DE S. PAULO

Fielmente copiado do titulo dos Braganções, da livraria do insigne José Freire Monte Arroio Mascarenhas, em Lisboa, anno de 1757.

N. 1.—D. Mendo Alam foi um illustre cavalheiro, senhor da villa de Bragança, que depois foi cidade: vivia em tempo de el-rei D. Affonso VI de Leão, avô de D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Casou com uma princeza de Armenia, que com el-rei seu pai veiu em romaria a visitar o corpo do apostolo S. Thiago a Compostella. E teve, como diz o conde D. Pedro e o livro antigo das linhagens, a

2. D. Fernando Mendes de Bragança, rico homem, chamado o Velho; succedeu a seu pai no senhorio de Bragança, e mais terras, que eram muitas, na provincia de Trás-os-Montes, entre Bragança e Miranda. Diz o livro antigo, que esteve na torre do Tombo, e mostra o chronista Brandão, P. 3ª liv. 10 cap. 4º da *Monarchia Lusitana*, e liv. 8º cap. 27, que fôra casado com uma filha de el-rei

(*) Para não interrompermos a publicação d'esta importantissima Memoria continuamol-a n'esta 2.ª parte, exclusivamente destinada aos trabalhos dos nossos consocios.

Nota da Redacção

D. Affonso VI de Leão, de quem tivéra a D. Mendo Fernandes, seu filho: e o conde D. Pedro, titulo 38 fl. 204, affirmou o mesmo. A *Genealogia da Casa Real de Portugal* fl. 39 v. faz casada a infanta D. Sancha Henriques com este D. Fernando Mendes, rico homem, senhor de Bragança e de grandes Estados (1). E teve

3. D. Mendo Fernandes de Bragança, succedeu na casa de seu pai: casou com D. Sancha Viegas de Bayão, filha de D. Egas Gozende, senhor de Bayão, e de sua mulher D. Gotina Nunes. E teve

4. D. Fernando Mendes, rico homem, senhor de Bragança e mais terras de seu pai: foi chamado o Bragançon, e por outro nome o Bravo. Achou-se com el-rei D. Affonso Henriques em todas as guerras do seu tempo, e na batalha do campo de Ourique. Casou com D. Theresa Affonso, filha illegitima do mesmo rei, que o conde D. Pedro diz titulo 38 fl. 204 a tirára ao conde D. Sancho Nunes de Barbosa, de quem era mulher, para lhe applacar a ira de se rirem d'elle quando lhe cahiu a nata pelas barbas comendo com el-rei á mesa em Coimbra; o que Brandão tem por fabuloso, e convém em que foi casado com D. Sancha Henriques, irmã do mesmo rei D. Affonso Henriques, o que prova com a escriptura, que allega no liv. 8º cap. 27 parte 3.ª O mesmo conde D. Pedro e o chronista Brandão affirmam que não teve d'ella filhos, e que por lhe haver feito doação da cidade de Bragança ficára, por sua morte, incorporada na corôa; porém João Baptista Lavanha, allegando o livro antigo, diz que fôra casado com outra mulher, que Brandão no lugar já citado diz fôra D. Theresa Soares, filha de D. Soeiro Mendes o Bom da Maia, e que d'elle

(1) Dos mais filhos não tratamos porque aqui só se segue rectamente até o primeiro Moraes, que veiu a S. Paulo e fez geração.

tivéra a seu filho D. Pedro Fernandes o Bragançáo, que segue : D. Fernão Fernandes de Bragança, que foi alcaide-mór de Bragança no anno de 1193, em que el-rei de Leão a teve cercada, e o Sr. rei D. Sancho I a foi soccorrer, como consta da escriptura original do mosteiro de S. Salvador de Castro de Avellães, e a refere José Cardoso Borges nas noticias de Bragança (2).

5. D. Pedro Fern andes o Bragançáo, chama-lhe o chro nista Brandão Pedro Fernandes de La Hadra, e diz que teve muita parte dos Estados de seu pai. E porque occupava algumas fazendas pertencentes á Sé de Braga, o arcebispo D. João de Peculiar passou carta de excommunhão contra elle, como consta do livro do cabido da Sé de Braga a fl. 118: e do livro das inquirições que mandou fazer das honras do reino o Sr. rei D. Affonso III, consta que este D. Pedro Fernandes o Bragançáo deu a ordem do hospital a villa e igreja de S. Pedro Velho, e a villa de Valmaior, que foram de seus avós. O livro antigo diz, que casou com D. Froile Sanches, filha do conde D. Sancho Nunes de Barbosa e de sua mulher D. Theresa Affonso, filha de el-rei D. Affonso Henriques : o que melhor se vê em titulo dos Barbosas. E teve

6. D. Vasco Peres o Beirão, casou com D. Urraca Esteves, filha de Estevão Annes, senhor do Passo de Antas, no concelho de Coura, e ficou herdando o mesmo Passo. E teve, como affirma o conde D. Pedro no titulo 57 § 1º e o livro antigo, em terceiro filho a

7. João Vasques de Antas, foi senhor da villa de Vi-

2) N'isto mesmo concorda o academico D. Antonio Caetano de Sousa na *Genealogia da Casa Real Portugueza*, tom. 1º liv. 1º fl. 40. E á fl. 64 diz que D. Theresa Affonso, filha illegitima de el-rei D. Affonso com effeito casára com o conde D. Sancho Nunes de Barbosa primeira vez, e segunda com D. Fernando o Bravo, senhor de Bragança e de Chaves.

mioso. Vivia pelos annos de 1242. Não se tem noticia do seu casamento, mas sabe-se que foi seu filho

8. Estevão Annes de Bragança: faz d'elle memoria o conde D. Pedro no titulo 34 § 2º do seu *Nobiliario* manuscripto. A sua filiação se prova de um documento que se conserva na camara da villa de Vimioso, divisado com o n. 16, que é uma demanda que teve seu neto direito João Mendes de Moraes com a camara de Vimioso, que lhe quiz impedir a tapagem de uma herdade que elle tinha junto ao rio Fervença por cima da ponte das Ferrarias; e provou n'estes autos que era filho de Mendo Esteves, neto de Estevão Annes de Bragança e bisneto de João Vasques de Antas, terceiro neto de D. Vasco Peres o Beirão, de cujos avós foram aquellas terras, etc. Teve este Estevão Annes a seu filho segundo

9. Mendo Esteves de Antas, que casou na casa dos Moraes com D. Ignez Rodrigues de Moraes, neta de Ruy Martins de Moraes. E teve a

10. Affonso Mendes de Antas, o qual succedeu no senhorio de Vimioso e de outras terras a seu tio direito (irmão de seu pai) Gonçalo Esteves, que foi senhor de Vimioso. Casou com D. Aldonsa Gonçalves de Moreira, de quem teve

11—Mendo Affonso de Antas, que segue

11—Estevão Mendes de Moraes, o qual passando a villa de Vimioso á corôa por morte de seu irmão Mendo Affonso, como abaixo diremos, pôz demanda a D. Francisco de Portugal, que correu muitos annos perante o corregedor da comarca de Vizêo, a quem el-rei deu commissão para ventilar este litigio; e por fallecer antes de decidida a causa ficou livremente possuindo Vimioso D. Francisco de Portugal, etc.

11. Mendo Affonso de Antas (filho primogenito do n. 10), succedeu a seu pai no senhorio de Vimioso, e foi padroeiro da igreja do concelho de Coura: falleceu sem filhos varões; por cuja razão ficou Vimioso na corôa, e el-rei a deu em titulo de condado a D. Francisco de Portugal. D'aqui teve origem a demanda, que correu Estevão Mendes de Moraes com o dito D. Francisco, como fica referido, e o trás Monte Arroyo (3).

Tambem D. Antonio Caetano de Sousa no tomo 1º liv. 1º fl. 205 da *Genealogia da Casa Real Portugueza* traz que passára Vimioso á corôa, e que el-rei D. Manoel a déra a D. Francisco de Portugal, primeiro conde de Vimioso, por carta passada em Almerim a 2 de Fevereiro de 1515, que se acha no liv. 5º dos Misticos a fl. 152 na Torre do Tombo: assim o refere tambem o academico frei Fernando de Abrêo no tomo 4º das *Collecções da Real Academia de Historia Portugueza* em 22 de Outubro do anno de 1724, onde affirma que este Mendo Affonso de Antas (filho de Affonso Mendes de Antas, senhor de Vimioso, e padroeiro da igreja do concelho de Coura) fallecêra sem linha masculina; e passando Vimioso á corôa el-rei a déra em titulo de condado como fica dito. E que sómente na alcaidaria-mór de Vimioso ficára Gonçalo Vaz Rego, genro do dito Mendo Affonso; e não dizem os AA. com quem casára; mas sabe-se que teve filhos. Porque em 1575 na villa do Mogadouro, sendo juiz ordinario Luiz do Valle, perante elle justificou Belchior de Moraes de Antas (irmão inteiro de Balthazar de Moraes de Antas, que eram filhos, netos e bisnetos do dito Mendo Affonso de Antas, senhor de Vimioso, e seu ultimo possuidor; porque depois

(3) Esta narração vai afastada em parte das memorias do grande Monte Arroyo pelas achar Pedro Taques confirmadas estas noticias nos AA. que vão apontados, etc.

da sua morte passára para a corôa), sendo escrivão dos autos o tabellião Gaspar Rodrigues Pereira. E d'este instrumento faremos abaixo mais larga menção; e por elle sabemos que Mendo Affonso teve a

12. D. N.... mulher de Gonçalo Vaz Rego, que ficou na alcaidaria-mór da villa de Vimioso, como fica referido pelo academico frei Fernando acima citado, onde diz, que fôra vassallo de el-rei D. Fernando, e senhor, por mercê d'este principe, da colheita da villa de Arruda, e de uma quinta na Ribeira de Loures, etc. (Em titulo de Regos, com geração, etc.)

12. Isabel Mendes de Antas, casou com Nuno Navarro, como consta do instrumento de *nobilitate probanda* de Balthazar e Belchior de Moraes; pelo qual consta tambem que do seu matrimonio tiveram a

13. Ignez Navarro de Antas, que casou com Pedro de Moraes, cavalleiro fidalgo dos chefes Moraes do reino de Portugal da provincia de Trás-os-Montes, que era parente da mesma Ignez Navarro, sua mulher. Este dito Pedro de Moraes serviu a el-rei em varios empregos nas comarcas da Beira e de Trás-os-Montes; e foi mamposteiro-mór dos captivos; e do dito instrumento consta que teve uma irmã que no anno de 1575 estava casada com Pedro Homem Escudeiro, morador da villa de Mogadouro. E do mesmo instrumento consta que teve do seu matrimonio dito Pedro de Moraes.

14. D. F.... que casou com o sargento-mór Jorge Alvares Meirelles, cavalleiro fidalgo da casa do Sr. D. Antonio, e morador no Mogadouro pelos annos de 1575.

14. Belchior de Moraes de Antas, que no anno de 1575 justificou a sua qualidade perante o juiz da villa de Mogadouro, Luiz do Valle, sendo escrivão dos autos o tabellião

Gaspar Rodrigues Pereira, e se ausentou pelos annos de 1579.

14. Balthazar de Moraes de Antas, que em 11 de Setembro de 1579, perante o juiz Amador do Valle da villa do Mogadouro, sendo escrivão dos autos o tabellião Gaspar Teixeira, justificou a sua fraternidade por pai e mãi com Belchior de Moraes de Antas, para se aproveitar do instrumento que a este se tinha passado. Com effeito assim se julgou, de que se deu ao dito Balthazar de Moraes o seu instrumento authentico, o qual o fez reconhecer pelos escrivães todos do Mogadouro em 14 de Setembro de 1579 de Monxagate, da Torre de Moncorvo, de Mirandella, de Villa Pouca de Aguiar. E na cidade do Porto justificou por India e Mina dito instrumento em 15 de Dezembro de 1579. Na cidade do Funchal justificou o sobredito instrumento por India e Mina em 6 de Junho de 1580. Na cidade da Bahia justificou o instrumento, e fez reconhecer os signaes d'elle por Cosme Rangel de Macedo, ouvidor geral de toda a costa do Brasil, em 24 de Novembro de 1580 (4).

Passou este Balthazar de Moraes de Antas a S. Paulo, onde casou com Brites Rodrigues Annes, filha de Joanne Annes Sobrinho, a quem os antigos chamaram Joamnienes, que de Portugal tinha vindo para esta capitania, e trouxe solteiras tres filhas, que todas casou com pessoas de conhecida nobreza. Do matrimonio de Balthazar de Moraes de Antas e Brites Rodrigues Annes houveram sómente dois filhos e duas filhas, porque no anno de 1600 já era fallecido como consta de uma provisão do governador geral do Estado D. Francisco de Sousa, passada a seu filho Pedro de Moraes de Antas, e a seu requerimento para em todo o Estado lhe serem guardados, e cumpridos os privilegios,

(4) Até aqui Monte Arroyo: agora segue-se a noticia que ha pelos documentos de S. Paulo.

honras, e liberdades que lhe competiam pelos instrumentos de seu defunto pai, os quaes foram reconhecidos n'esta capitania em Janeiro de 1600 pelos tabelliães de S. Paulo, Santos e S. Vicente; o que tudo consta do mesmo instrumento e provisão que anda junta aos mesmos autos. Os filhos de Balthazar de Moraes de Antas, como fica dito, foram quatro, dos quaes o primogenito foi

15. Pedro de Moraes de Antas, a quem o governador geral do Estado D. Francisco de Sousa passou em S. Paulo a provisão de que temos feito já menção: falleceu na villa de S. Vicente, em cujo cartorio de notas se acha o seu testamento, pelo qual consta que foi casado com Leonor Pedrosa, que falleceu em S. Paulo (com testamento que se acha junto aos autos de inventario dos seus bens no cartorio de orphãos de S. Paulo no maço 1° letra L) aos 14 de Julho de 1636. Foi filha de Estevão Ribeiro Bayão, natural da cidade de Beja, e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó, natural da cidade do Porto, de onde veiu este casal para S. Paulo com duas filhas e dois filhos. D'este tronco procedem todos os religiosos da companhia de Jesus dos appellidos de Moraes, Pedroso e Ribeiro: e d'elle tem sahido varios familiares, e commissarios do santo officio, cavalleiros da ordem de Christo, fidalgos da casa real, governadores, e um donatario, que foi João Amaro Maciel Parente, irmão de Bento Maciel Parente, que foi governador do Estado do Maranhão, e ambos filhos do governador e conquistador dos gentios bravos do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará, que falleceu na cidade da Bahia Estevão Ribeiro Bayão; e por sua morte continuou no real serviço seu filho João Amaro Maciel Parente, natural da cidade de S. Paulo. Foi Pedro de Moraes de Antas fundador e primeiro padroeiro da capella de Nossa Senhora do Populo, sita no Rio-Grande, caminho de Santos, em cuja igreja

sendo padroeiro seu filho Pedro de Moraes Madureira, houve um triduo com o Sacramento exposto, e prégou o grande barrete da companhia de Jesus o padre Manoel Pedroso, que era da familia dos Moraes, naturaes de S. Paulo. Do matrimonio de Pedro de Moraes de Antas (entre outros filhos) procedeu a filha

16. Magdalena Fernandes Feijó, que casou com D. Diogo de Lara, natural da cidade de Çamóra, filho legitimo de D. Diogo Ordonhes de Lara, illustre cavalheiro de Çamóra, como consta muito maior da inquirição *de genere* tirada em Çamóra no anno de 1604 por requisitoria do Illm. D. José de Barros de Alarcão a requerimento do capitão-mór Pedro Taques de Almeida, habilitando-se *de puritate sanguinis* por seu avô materno dito D. Diogo de Lara. Estes autos originaes se acham na camara episcopal de S. Paulo, e são mais para examinados com o desengano da lição, que para ouvidos pela verdade da noticia (5). E teve

17. D. Maria de Lara, que casou com Lourenço Castanho Taques (irmão do capitão-mór Guilherme Pompêo, que foi pai d'aquelle benemerito filho o afamado padre o Dr. Guilherme Pompêo de Almeida, clerigo secular) filho de Pedro Taques, natural da villa de Setubal, que veiu a S. Paulo por secretario do Estado do Brasil com o governador geral D. Francisco de Sousa e de sua mulher D. Anna de Proença, filha de Antonio de Proença, natural de Belmonte, moço da camara do Sr. infante D. Luiz e de sua mulher D. Maria Castanho, natural de Santos, irmã inteira do veneravel padre André de Almeida da companhia de Jesus, que falleceu no collegio do Rio de Janeiro a 22 de Janeiro de 1649, varão de candura innocentissima, que conservou intacta a pureza virginal, como se lê no elogio

(5) Cartorio Ecclesiastico letra M, n. 11 no maço 1°.

de sua morte; e eram filhos de Antonio Rodrigues de Almeida, cávalleiro fidalgo da casa real do Sr. rei D. João III, a cujo serviço passou ao Brasil a crear as reaes rendas, que hoje são da provedoria de Santos, e de sua mulher D. Maria Castanho, que veiu ao Brasil, ambos naturaes de Montemor. De tudo ha documentos nos cartorios da provedoria da fazenda real de Santos, etc. E teve

18. Pedro Taques de Almeida, que foi capitão da fortaleza do Itapema da praça de Santos com 40$ de soldo; provedor da fazenda real da capitania de S. Paulo e d'ella capitão-mór governador com ordenado; alcaide-mór e administrador geral das aldêas do real padroado da mesma capitania por mercê da Sra. D. Catharina, infanta de Portugal e regente d'este reino; cavalleiro fidalgo da casa real do Sr. rei D. Pedro II, que foi o mesmo fôro que teve seu bisavô dito Antonio Rodrigues de Almeida, que é fidalgo da casa de Sua Magestade. Vem, pois, a ser Pedro Taques de Almeida undecimo neto por linha direita de D. Pedro Fernandes o Bragança, e de sua mulher D. Froile Sanches; e por ella duodecimo neto do conde D. Sancho Nunes de Barbosa e de sua mulher D. Theresa Affonso; por cuja senhora é decimo terceiro neto dito capitão-mór Pedro Taques de Almeida d'el-rei D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal. *Deus fecit nos, et non.....* disse o psalmista.

COPIA FIEL DO TITULO DE LARAS

que fez Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e que se acha em poder do Illm.Sr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. (*)

A alta qualidade da familia dos Laras da capitania de S. Paulo é mais para ser conhecida pelo merecimento dos documentos, que lhe acreditam a nobreza do sangue, do que para estimada pela informação que lhe publica a ascendencia. Este conceito se gerou depois que por certidão juridica recebemos uma fiel cópia dos autos de genere, processados na cidade de Çamòra do reino de Castella a Velha no anno de 1704, perante D. Bartholomêo Gonzales de Valdevia, provisor e vigario geral do bispado da dita cidade de Çamòra, em uma requisitoria, que por parte do capitão-mór Pedro Taques de Almeida se expediu pelo Dr. Jorge da Silveira Souto-Maior, vigario geral e provisor do bispado do Rio de Janeiro, aos 4 dias do mez de Setembro de 1703 annos; ao Revm. Dr. vigario geral e provisor da Çamòra, para effeito de se proceder (na fórma do estylo e em segredo ecclesiastico, precedendo informação do Rvm. parocho, e nomeação das testemunhas) sobre a averiguação da pureza e limpeza de sangue de D. Diogo de Lara, natural da cidade de Çamòra da freguezia de Santo Antonio, e S. Estevão seu annexo, e filho legitimo de D. Diogo Ordonhez de Lara. Procedendo-se n'esta diligencia, como se mostra dos autos, informou o Revm. parocho da dita freguezia, na sua certidão jurada aos 27 de Abril de 1704, que D. Diogo de Lara fôra natural d'aquella cidade e morador da praça de Tordegrado da freguezia de Santo Antonio e S. Estevão, da qual era

(*) As notas que levarem este signal são do copiador, em 1783.

paracho e cura tenente elle Dr. D. Gaspar Manoel de Tezeda, e filho de D. Diogo Ordonhez de Lara, tambem natural da mesma freguezia, e de sangue muito illustre, e um dos grandes e illustres cavalheiros da cidade de Çamòra, e das mais esclarecidas casas da mesma cidade, onde fôra morador o dito D. Diogo Ordonhez de Lara, e seu filho D. Diogo de Lara, em umas casas proprias arrimadas junto á muralha da dita praça de Tordegrado, em cuja fachada ou fronteira se divisavam as armas dos seus illustres appellidos. Sobre esta mesma materia foram inquiridas sete testemunhas de grande excepção (como se vê da informação, que da qualidade de cada uma d'ellas deu no fim da dita inquirição o Revm. Dr. vigario geral e provisor), que todas depuzeram com a singularidade de conhecimento, tratamento que tiveram com o dito D. Diogo de Lara até o tempo que se passára para o reino de Portugal e embarcára para o Brasil. Os autos originaes d'este processo foram remettidos aos 30 dias de Abril de 1704 para a camara episcopal da cidade do Rio de Janeiro; e por elles obteve sentença de *puritate sanguinis* o habilitando o capitão-mór Pedro Taques de Almeida pelo costado de seu avô materno dito D. Diogo de Lara, filho de D. Diogo Ordonhez de Lara. Estes autos passaram da camara episcopal do Rio de Janeiro para a do bispado de S. Paulo no anno de 1746. Com a creação do primeiro bispo d'esta cidade o Exm. D. Bernardo Rodrigues Nogueira, que a 8 de Dezembro do dito anno fez a sua publica entrada na dita cidade. No cartorio da camara episcopal d'ella no maço dos autos *de genere* letra—P—titulo o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, se acham estes autos de que temos feito menção para conhecimento e total sciencia do illustre sangue, e alta qualidade de D. Diogo de Lara. Este cavalheiro foi o progenitor da familia de Laras

na capitania de S. Paulo,em cuja cidade,sendo ainda villa, casou com D. Magdalena Fernandes de Moraes, filha de Pedro de Moraes de Antas, e de sua mulher D. Leonor Pedrosa. (Em titulo de Moraes cap. 1.°.)

D. Diogo de Lara viveu em S. Paulo com grande estimação e respeito, que depois passou a uma geral e reverente veneração pelas suas grandes virtudes. Com ellas mereceu conseguir o caracter de varão santo. Vivia mais no templo de Nossa Senhora do Carmo, ao pé do altar-mór, onde estava o Santissimo Sacramento no sacrario,do que em sua casa. Commungava com grande frequencia. Retirou-se do popular concurso para a soledade de uma quinta em distancia de um quarto de legua, que depois deixou aos religiosos carmelitas de S. Francisco com todo o gado, que n'ella tinha, por conta do que, com o decurso dos annos, se chamava esta quinta Ferraria e Curral dos carmelitas. Ao presente tempo só existe o sitio d'esta quinta, sem utilidade alguma ao convento dos religiosos, que a este estado se reduzem as casas pelo desprezo de quem lhes não cultiva as terras. D'esta quinta vinha D. Diogo de Lara todos os dias ao romper da alva vestido no habito de terceiro do Carmo,que foi a preciosa gala (pelo sagrado escapulario do mesmo habito) com que se adornou muitos annos até o da morte. Na sua quinta cultivava um jardim de varias flôres, que colhia sempre que vinha para o templo de Nossa Senhora do Carmo, e com ellas ornava o altar da mesma Senhora , na capella-mór. Estas flôres trazia o mesmo D. Diogo de Lara no regaço, ou ponta da capa do mesmo habito, que então era geralmente de estamenha parda. Depois de receber a sagrada communhão se deixava ficar no mesmo templo em profunda oração ; e, ainda que convidado da religiosa caridade para tomar uma pequena refeição, não aceitava, por se não apartar do sustento que

tinha em estar na presença do Senhor. No dia de sabbado estendia mais a sua oração até a hora em que os religiosos cantavam a Salve no fim das Completas: e só depois d'este acto se recolhia para a sua quinta, onde chegava já vizinha a noite. N'este santo exercicio continuou, com tal fervor, e desapego das dependencias do mundo, depois que Deus foi servido chamar ao seu tribunal divino a 18 de Julho de 1661 a D. Magdalena Fernandes de Moraes sua esposa, até 22 de Outubro de 1665, em que entregou a alma ao seu creador. O seu corpo, amortalhado no sagrado habito dos religiosos carmelitas, esteve depositado na igreja dos mesmos, que lhe officiaram honrosos funeraes, não só pela grande opinião, que tinham das suas virtudes, e exemplar vida, mas tambem como obrigados ao seu bemfeitor, além do concurso de ser este santo varão pai de religioso carmelita, qual foi seu filho frei Alberto do Nascimento. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventario letra—D—, o inventario de Diogo de Lara com testamento,e nos mesmos por appenso o inventario de Magdalena Fernandes de Moraes com testamento.) Teve sepultura este venerando cadaver na capella dos irmãos terceiros da mesma ordem, tendo estado flexivel e com semblante agradavel; e o affecto popular acclamando-o de santo pela efficacia da opinião, que todos tinham formado da sua exemplar e penitente vida.

As armas dos Laras são em campo de prata, duas caldeiras pretas postas em pala, com as bocas e azas guarnecidas de ouro. Assim se illuminaram no brazão das armas passado em 5 de Julho de 1707 ao capitão-mór Pedro Taques de Almeida, neto do dito D. Diogo de Lara, como fazemos mais larga e expressa menção em titulo de Taques Pompêos cap. 3°.

Do matrimonio de D. Diogo de Lara, e de sua mulher

D. Magdalena Fernandes de Moraes, como consta dos testamentos e autos de inventario já referidos nasceram em S. Paulo oito filhos.

Joaquim de Lara Moraes	Cap. 1.°
Marianno de Lara	Cap. 2.°
João de Lara Moraes	Cap. 3.°
D. Maria de Lara	Cap. 4.°
D. Anna de Lara	Cap. 5.°
D. Maria Pedrosa	Cap. 6.°
D. Isabel de Lara	Cap. 7.°
Pedro Lara, clerigo.....	Cap. 8.°

CAPITULO I

1—1. Joaquim de Lara Moraes passou de S. Paulo para a Ilha-Grande de Angra dos Reis em 1647, attrahido do irmão o padre Pedro de Lara, supra, que já estava estabelecido, e com quatro leguas de terras, que lhe foram concedidas de sesmaria. Na dita ilha casou Joaquim de Lara com D. Cicilia Gaga de Oliveira, filha de Antonio de Oliveira Gago, natural da villa de Santos da nobre familia do seu appellido (que teve principio em Antonio de Oliveira, cavalleiro fidalgo da casa real de el-rei D. João o 3º, e de sua mulher D. Genebra Leitão de Vasconcellos, que vieram de Portugal para a nova capitania de S. Vicente em 1538; e o dito Antonio de Oliveira feito capitão-mór governador e ouvidor, loco-tenente do donatario, e senhor da dita capitania Martim Affonso de Sousa (1) e de sua mulher segunda Custodia Moreira. E teve 4 filhos, naccionaes da Ilha Grande :

2—1. D. Maria de Lara.....	§. 1.°
2—2. D. Anna de Lara.....	§. 2.°
2—3. D. Josepha de Lara.....	§. 3.°
2—4. D. Magdalena de Lara.....	§. 4.°

(1) Cart. da Proved. da Fazenda, livro de sesm. n. 1° 1562, pag. 80.

§ 1°

2—1. D. Maria de Lara, casou com Manoel Antunes de Araujo, natural de Lisboa, da freguezia de Santa Justa. E teve tres filhos:

3—1. Manoel Antunes de Araujo, foi casado com uma filha de João Moreira e bisneto de Custodia Moreira, segunda mulher de Antonio de Oliveira Gago.

3—2. Joaquim de Lara Moraes.

3—3. D. Maria de Lara, foi casada com Antonio Lopes Leonardo, natural da villa de Vianna do Minho. E teve quatro filhos:

4—1. Antonio Lopes, casou com D. Luiza Pimenta, filha do capitão Manoel Soares Pereira e de sua mulher D. Magdalena Pimenta. (Em titulo de Rendons cap. 2.°)

4—2. João Antunes.. ....

4—3. D. Maria de Lara.....

4—4. D. Marianna de Lara, casou com Thomaz Fernandes Montanha, filho de Francisco de Oliveira Montanha, capitão de infantaria, e de sua mulher D. Thomazia de Moraes Cavalcanti, ambos naturaes da praça de Santos. Neto pela parte paterna de Thomaz Fernandes de Oliveira, que foi capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, de que tomou posse na camara de S. Vicente a 17 de Fevereiro de 1675, e de sua mulher D. Maria ou Marianna, que era irmã direita da mulher de Antonio Vaz Gago, capitão de infantaria da guarnição da praça da cidade do Rio de Janeiro, de cujo matrimonio foram filhas D. Maria, mulher do coronel Manoel Dias de Menezes, e D. Bernarda, que foi mulher de Paulo Pinto de Faria, cavalleiro professo da ordem de Christo e natural do Rio de Janeiro. (Em titulo de Moraes cap. 2°, na descendencia do capitão Pedro de Moraes Madureira, e de sua mulher D. Antonia de Sousa Cavalcanti.

§ 2º

2—2. D. Anna de Lara, casou com José de Barcellos. Sem geração.

§ 3º

2—3. D. Josepha de Lara, casou com Luiz Nogueira de Travassos, que viuvando se ordenou de clerigo e foi vigario da igreja da Ilha Grande, em cujo emprego falleceu. E teve:

3—1. Luiz Nogueira de Moraes Travassos, foi clerigo e depois tomou o habito de carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro.

3—2. D. Josepha de Lara, foi casada com Manoel Leal de Macedo, natural de Lisboa. E teve cinco filhos:

4—1. Joaquim de Lara.

4—2. Faustino Leal de Macedo.

4—3. D. Theresa de Jesus, casou com o alferes Francisco das Chagas, seu parente por consanguinidade.

4—4. D. Maria de Lara, casou com seu parente João Pimenta de Carvalho, capitão da infantaria da ordenança, filho do alferes Manoel Pimenta.

4—5. D. Antonia de Lara, que nunca casou, vivendo com grande opinião pelas suas virtudes.

§ 4º

2—4. D. Magdalena de Lara, casada com Hieronimo de Sousa. Sem geração.

CAPITULO II

1—2. Marianno de Lara, foi carmelita e mudou o nome de Marianno, chamando-se Fr. Alberto do Nascimento.

CAPITULO III

1—3. João de Lara Moraes (filho de D. Diogo de Lara) casou com Maria de Goes de Medeiros que era irmã inteira do capitão Antonio Rodrigues de Medeiros, de alcunha o Tripohy, que foram filhos de Diogo Rodrigues, natural da villa Real, que fallecêra em S. Paulo com testamento a 20 de Junho de 1685, e de sua mulher Ignez de Góes (2). Netos pela parte paterna de Sebastião Pires e de sua mulher Brites Lourença, ambos de Villa eal. E pela parte materna de Sebastião Ramos e de Eugenia de Sousa (3). E teve cinco filhos:

2—1. Francisco Pedroso, foi morto a impulsos do odio sendo solteiro.

2—2. Diogo de Lara, teve o mesmo infeliz destino e falleceu solteiro.

2—3. D. Ignez de Góes, casou em S. Paulo a 17 de Abril de 1702 com João de Sousa Queiroga, natural da villa de Chaves, filho de João de Sousa Queiroga e de sua mulher Antonia da Costa de Amorim, ambos da dita villa. Sem geração.

2—4. D. Anna de Lara de Moraes, casou com Leonardo Raposo, e se lhe acabou a geração no filho Christovão de Moraes Raposo, que falleceu na comarca do Serro Frio, deixando grande cabedal, cuja meiação por parte da mulher herdaram os irmãos d'esta. (Em titulo de Bonilhas.)

2—5. D. Maria de Lara de Moraes, casou com Manoel de Oliveira, que foi de morada para Mogy-Guassú. Com geração.

(2) Casamentos de S. Paulo aos 13 de Abril de 1643.

(3) Cart. de orphãos de S. Paulo, maço 1° d'inventarios letra D. n. 15— inventario de Diogo Rodrigues, com testamento. Matriz de S. paulo, nos assentos de casamento de Diogo Rodrigues, já referido.

CAPITULO IV

1—4. D. Maria de Lara, casou na matriz de S. Paulo a 24 de Novembro de 1631 com Lourenço Castanho Taques, natural e cidadão da mesma cidade. N'ella serviu os cargos da republica. Foi juiz ordinario muitas vezes e de orphãos muitos annos de propriedade em sua vida. Em serviço do rei, penetrou o sertão do Caheté com uma grande tropa, que formou á sua custa, para descobrir minas de ouro, ou prata, por carta de recommendação que para isso recebêra firmada pelo real pulso do serenissimo principe o Sr. D. Pedro, regente do reino de Portugal, com data de 23 de Fevereiro de 1674, que se acha registrada na secretaria do conselho ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro que principia a 28 de Março de 1673 pag. 3 v. Para esta conquista e descobrimentos entrou com o caracter de governador da gente da sua tropa e leva, com ampla jurisdicção para conservar o respeito e a autoridade com a obediencia praticada pela disciplina militar, como consta da patente, que se lhe passou, registrada no cartorio da provedoria real no liv. 5° de registros a fl. D'este cavalheiro paulista e de sua nobreza qualificada por seus ascendentes tratamos com toda a sua descendencia em titulo de Taques Pompêo cap. 3.°

CAPITULO V

1—5. D. Anna de Lara, casou na matriz da cidade de S. Paulo a 7 de Agosto de 1639 com Francisco Martins Bonilha, natural e cidadão da mesma cidade, filho de André Martins e de sua mulher Justa Maciel. (Em titulo de Bonilhos cap. 1° § 1° com sua descendencia). E teve :

CAPITULO VI

1—6. D. Maria Pedrosa, casou com Tristão de Oliveira Lobo, natural e cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, filho de Manoel Francisco Pinto, natural da villa de Guimarães, e de sua mulher Juliana de Oliveira (em titulo de Cunhas Gagos, cap. 3° § 3°). Falleceu D. Maria Pedrosa com testamento a 28 de Julho de 1676 (4). E teve nove filhos naturaes de S. Paulo.

2—1. D. Juliana de Oliveira..... §. 1.°
2—2. D. Sebastiana de Moraes Pedrosa.... §. 2.°
2—3. D. Anna Pedrosa..... §. 3.°
2—4. D. Magdalena Fernandes de Moraes.. §. 4.°
2—5. D. Isabel de Lara..... §. 5.°
2—6. Guilherme de Oliveira Lara..... §. 6.°
2—7. Domingos de Oliveira Lara..... §. 7.°
2—8. D. Maria Pedrosa..... §. 8.°
2—9. D. Maria de Oliveira..... §. 9.°

§ 1°

2—1. D. Juliana de Oliveira, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 15 de Agosto de 1647, e casou na mesma igreja com Simão Nunes de Siqueira. (Em titulo de Pires cap. 6° § 1° n. 3—1.) Teve filhos, entre os quaes foram Domingos de Oliveira, que falleceu solteiro, João de Lara Moraes, que falleceu solteiro, e..... que casou com Mathias Lopes.

§ 2°

2—2. D. Sebastiana de Moraes Pedrosa, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 27 de Janeiro de 1650. Falleceu solteira.

(4) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventarios letra M. inventario de D. Maria Pedrosa com testameuto

§ 3º

2—3. D. Anna Pedrosa, foi baptizada na matriz de S. Paulo a 3 de Agosto de 1655, onde casou com Albano de Aveiro Homem. Sem geração.

§ 4.º

2—4. D. Magdalena Fernandes de Moraes, casou com Hieronimo Machado Castanho, natural da cidade de S. Paulo, filho de Mathias Machado Castanho, da villa do Sardoal do reino de Portugal, e de sua mulher Hieronima Fernandes Preta, que foi irmã direita dos clerigos o padre Francisco Jorge, e o padre Antonio Paes Malio. E teve dois filhos. (Em titulo de Machados Castanhos cap. 2º § 1º.)

§ 5º

2—5. D. Isabel de Lara, casou com Miguel de Camargo, de cujo matrimonio não houve filhos, como consta do testamento com que falleceu D. Isabel de Lara a 14 de Abril de 1758, que se acha no cartorio do 1º tabellião de notas de S. Paulo no maço dos inventarios antigos, letra I.

§ 6º

2—6. Guilherme de Oliveira Lara, casou com Marianna de Leão, irmã direita do padre Mathêos de Leão, clerigo de S. Pedro. (Em titulo de Camargos cap. 5.º) E teve filhos que com seus pais foram de morada para as Minas-Geraes, dos quaes temos noticia de Guilherme de Oliveira, Angelo de Leão, Anna Maria de França, mulher de José de Sousa, Maria Pedrosa, que casou no Rio das Mortes com o sargento-mór João Alves Preto, que são pais de F.....clerigo de S. Pedro.

§ 7°

2—7. Domingos de Oliveira ; falleceu solteiro.

§ 8°

2—8. D. Maria Pedrosa, casou com seu primo co-irmão (em cujo impedimento foram dispensados em Roma) Luiz Castanho de Almeida, como se trata no cap. infra. § 1.°

§ 9°

2—9. D. Maria de Oliveira ; falleceu solteira com testamento a 16 de Agosto de 1725 (5).

CAPITULO VII

1—7. D. Isabel de Lara ; casou na matriz de S. Paulo a 8 de Agosto de 1639 com Luiz Castanho de Almeida, natural e cidadão de S. Paulo, de d'onde passou a estabelecer-se com fazendas de grande cultura no termo da villa de Sant'Anna da Parnahyba, onde fez testamento, e foi sepultado a 16 de Setembro de 1672. Falleceu no ribeirão dos Guanicuns do Mato-Grosso dos Goyazes de uma frechada, que lhe penetrou o vasio, e foi o successo que, como Luiz Castanho de Almeida era um grande sertanista, e havia tido varias entradas ao sertão a conquistar barbaros indios, fez ultima entrada em 1671, levando sómente dois filhos legitimos, e dois bastardos, com um corpo dos seus *Carijòs*, chamados n'aquelle tempo administrados, os quaes não se accommodando com a vida penosa de fomes, e outras necessidades, se uniram todos para matarem a seu administrador Luiz Castanho, e aos filhos. Para este ef-

(5) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo e residuos, maços dos testamentos letra N. o de D. Maria de Oliveira.

feito lhes lembrou roubarem as armas de fogo que tinham os brancos; e sendo presentido o ladrão com alguns companheiros, entraram a dar-lhe porretadas os filhos de Luiz Castanho, o qual ouvindo este estroudo abriu a porta do seu quarto, trazendo uma luz de candêa de cêra na mão, quando de fóra lhe dispararam uma frecha, lhe penetrou o vasio e durou com vida 24 horas. Os filhos se fortificaram no mesmo arranchamento em que se achavam, para se defenderem dos seus administrados e inimigos domesticos, emquanto se consumiam as carnes do cadaver de seu pai, que, sepultado, lhe applicaram fogo continuado em cima da sepultura, e produziu, que em 20 dias podessem limpar e lavar os ossos do cadaver, que recolhidos em um limpo lençol, e mettidos em um caixote, se animaram os quatro irmãos,sem mais outra companhia, a penetrar tão vasto e inculto sertão, expostos ao furor dos inimigos domesticos, que no decurso dos 20 dias sempre se conservaram unidos para conseguirem o primeiro intento de acabar a vida a todos. Postos em marcha, e já nas vizinhanças do rio Meia-Ponte, se adiantou Antonio Castanho pelo interesse de fazer alguma caçada para d'ella terem o sustento certo n'aquelle dia; porém os inimigos, que lhes seguiam e observavam as marchas, se adiantaram primeiro e vieram fazer emboscada no mesmo rio Meia-Ponte, e chegando a este passo dito Antonio Castanho, ao entrar pela ponte, lhe dispararam uma frecha, que atravessando-lhe o papo, que tinha no pescoço, cahiu da ponte abaixo; mas com tal accordo que, não largando da arma, ainda com ella em acção de pontaria, se pôde defender dos inimigos, os quaes por providencia divina não souberam discorrer que a arma estando molhada não podia dar fogo. N'este lance chegaram os outros irmãos, e se puzeram em retirada os indios inimigos. Continuaram

o destino da marcha para S. Paulo, curando-se ao enfermo com mechas de fumo e mel de abelhas, quando encontraram com a tropa do capitão-mór Antonio Soares Paes, que, lamentando o infeliz successo e morte do seu bom amigo Luiz Castanho de Almeida, fez com que os magoados filhos retrocedessem, para com o auxilio das suas armas serem conquistados os indios inimigos e rebellados. Aceitaram o conselho e o favor ; e posto aquelle troço na trilha das veredas, que seguiam os taes inimigos, foram descobertos, e inteiramente destruidos todos sem escapar um só ; e vingada por este modo a morte do pai se puzeram outra vez em marcha para S. Paulo; e chegando á villa de Parnahyba deram sepultura aos ossos de seu pai no jazigo proprio, que elle tinha na igreja matriz d'esta villa ao pé do altar de Nossa Senhora do Rosario, o que se executou com toda a decencia e funeral obsequio no dia 16 de Setembro de 1672. Sua mulher dita D. Isabel de Lara, com avançadissima idade, falleceu com testamento a 17 de Junho de 1711 (6). Foi Luiz Castanho de Almeida filho segundo de Antonio Castanho da Silva de conhecida nobreza na villa de Thomar, e de sua mulher D. Catharina de Almeida. (Em titulo de Proenças, § 3.°) E teve onze filhos, naturaes da Parnahyba, que são os que se seguem :

2—1. Luiz Castanho de Almeida..... §. 1.°
2—2. Joaquim de Lara Moraes..... §. 2.°
2—3. Diogo de Lara e Moraes..... §. 3.°
2—4. Antonio Castanho da Silva..... §. 4.°
2—5. José de Almeida Lara..... §. 5.°
2—6. D. Catharina de Almeida..... §. 6.°
2—7. D. Magdalena Fernandes de Moraes.. §. 7.°
2—8. Ignacio de Almeida Lara..... §. 8.°

(6) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 235, o de Luiz Castanho de Almeida n. 453, o de D. Isabel de Lara.

2—9. D. Antonia de Almeida..... §. 9.°
2—10. D. Maria de Almeida Lara..... §. 10.°
2—11. João, que falleceu de tenra idade... §. 11.°

§ 1°

2—1. Luiz Castanho de Almeida (cap. 7°); foi muito venerado, e respeitado pelas moraes virtudes que soube praticar em todo o tempo de sua vida. Fez varias entradas pelo sertão a conquistar barbaros indios; e na disciplina militar contra elles adquiriu tão avultadas experiencias, que se fez entre os seus naturaes um grande cabo para semelhante guerra. Por isto foram sempre felizes as suas armas e com ellas venceu a reducção de algumas nações, cujos indios gentios recolhidos aos povoados, depois de instruidos nos sagrados dogmas, abraçaram a fé catholica. Com o numeroso concurso dos novos convertidos adiantou muito os interesses da sua casa, pela grandeza da cultura das terras que possuia; e pôde com liberal animo amparar as suas irmãs, que todas casaram por eleição sua. Conseguindo em Roma dispensa no impedimento de 2° gráo de consanguinidade, casou com sua prima co-irmã D. Maria Pedrosa do § 8° n. 2—8, que falleceu em Parnahyba com testamento a 5 de Dezembro de 1684 (7). D'esse matrimonio teve unico filho

3—1. Francisco Pedroso de Almeida, que, nascendo na villa de Parnahyba a 16 de Dezembro de 1674, passou para S. Paulo, e se creou em casa de seu avô Tristão de Oliveira Lobo. Casou com Agueda Machado, natural de S. Paulo, filha de Mathias Machado Castanho, natural da villa do Sardoal, e de sua mulher Hieronima Fernandes, que foi filha de Balthazar Gonçalves Malio, e de sua mu-

(7) Cartorio de orphãos de Parnahyba inventario 323, o de D. Maria Pedrosa.

lher Hieronima Fernandes Preto. Foi Francisco Pedroso de Almeida o fundador da fazenda chamada Araraquára do sertão e estrada das minas dos Goyazes, onde se estabeleceu com grossas culturas, de cujos fructos pelas sementeiras de milho e feijão, e creação abundante de porcos, se aproveitavam os viandantes d'aquella comprida estrada, fornecendo-se de todo o necessario para sustento da jornada, com grandes utilidades d'elle, que com avançada idade falleceu na mesma fazenda, de onde se trasladaram os ossos para a matriz de Mogy-Guassú, termo da villa de Jundiahy. Teve do seu matrimonio dois filhos naturaes de S. Paulo :

4—1. Luiz Pedroso de Almeida Castanho.

4—2. D. Anna Pedrosa de Moraes.

Esquecido Francisco Pedroso de Almeida não só das obrigações da honra e qualidade do sangue, que lhe adornava as vêas, para imitar a seus pais e avós, e melhor do que estas imagens lembrar-se das obrigações de verdadeiro catholico, commetteu estupro incestuoso com..... a irmã direita de sua mulher Agueda Machado ; e d'este desaccordo e delirios da inclinação nasceu uma filha, com as cautelas que pôde ministrar a necessidade d'esta miseria, que o tempo não soube conservar em seu segredo ; e foi exposta e entregue ao zelo, e cuidado de Maria Nunes de Siqueira, D. viuva de boa estimação, que soube dar-lhe toda a educação necessaria com os dictames da sua grande honra por ser senhora nobre. Esta menina foi :

4—3. Gertrudes Maria de Siqueira.

4—1. Luiz Pedroso de Almeida Castanho, foi cidadão de S. Paulo, onde serviu os cargos da republica, e foi juiz ordinario da mesma cidade por eleição de pelouro em 1746. Casou com D. Catharina de Medeiros, filha de

Antonio Pires de Avila, natural e cidadão de S. Paulo, que, occupando os postos do regimento dos auxiliares, passou a mestre de campo do dito regimento por patente de D. Braz Balthazar da Silveira governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Moreira de Godoy, natural de S. Paulo, irmã direita de frei Francisco de S. José, religioso carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro que falleceu com evidentes signaes de santidade no rio Parahybuna, e se lhe trasladaram os ossos para o convento da cidade do Rio de Janeiro, com a decencia devida á sua exemplar vida. Neto por parte paterna de Manoel de Avila, chamado o Quatro-olhos, por ser com dois oculos, natural de Angola, que falleceu em S. Paulo com testamento a 2 de Julho de 1731, (Orphãos, maço 6°, letra M), e de sua mulher Anna Ribeira, natural de S. Paulo, bisneta de Braz Lopes Alcanforado, natural da praça de Elvas, e de sua mulher Maria Alves, natural de Lisboa, que falleceu em S. Paulo com testamento a 14 de Fevereiro de 1696, filha de Francisco Alves, e de sua mulher Catharina da Costa (cartorio 2° do tabellião de S. Paulo, livro de notas, o testamento de Maria Alves, mulher de Braz Lopes), e pela parte materna neta a dita D. Catharina deMedeiros de...

4—2. D. Anna Pedrosa de Moraes (filha de Francisco Pedroso de Almeida do n. 3), casou com Salvador Cardoso da Silveira, natural e cidadão da cidade de S. Paulo, filha de Salvador Cardoso de Almeida, e de sua mulher D. Anna Raposo da Silveira. (Em Raposos Silveiras cap. 1° § 9.°) Foi irmão direito de Mathias Cardoso de Almeida (em titulo de Prados cap. 6° § 3° n. 3—2. a n. 4—9, Salvador Cardoso de Almeida), que nos empregos que teve do real serviço se fez muito recommendavel entre os seus nacionaes paulistas, quando foi eleito para capitão-mór e adjunto

do governador Fernão Dias Paes, que foi encarregado da conquista dos barbaros indios *Mapaxos*, e descobrimento da esmeraldas, de que se lhe passou provisão datada em 13 de Março de1673, na qual se relata que o mesmo governador Fernão Dias Paes havia pedido para seu adjunto ao capitão-mór Mathias Cardoso de Almeida, que tinha grande experiencia d'aquelle sertão, e dos indios gentios d'elle nas entradas de importancia, que já tinha conseguido, em que procedêra com muito valor e boa disposição, conquistando o barbaro inimigo, que o deixára domado; o que tudo se lê na sua carta patente de capitão-mór registrada a fl. 99 do livro dos registros n. 4 anno de 1664, do archivo da camara de S. Paulo. Acabada esta conquista e descoberta a lagôa de Vupavuçú, e conseguido o descobrimento das esmeraldas, recolheu-se á patria o capitão-mór Mathias Cardoso de Almeida; e antes de gozar do necessario descanso foi provido em 28 de Janeiro de 1681 em posto de tenente-general da gente da leva de D. Rodrigo da Castel Blanco governador e administrador geral das minas do sertão do Sabarábuçú, para onde foi servindo ao rei á sua custa com pessoa, fazenda e escravos armas, polvora e bala, como melhor consta do termo formado nos livros da camara de S. Paulo a 16 de Março do mesmo anno de 1681 a fl. 127 do livro de vereações, titulo 1675. Depois de vencer este grande serviço foi Mathias Cardoso encarregado da conquista dos barbaros indios do sertão e campanha do Rio-Grande do districto da capitania de Pernambuco, para cuja guerra por ordem de el-rei D. Pedro se levantou em S. Paulo um terço de infantaria, do qual foi mestre de campo dito Mathias Cardoso de Almeida em 1689. N'esta guerra e conquista dos inimigos gentios bravos existiu o mestre de campo desde 1689 até 1694, em que domou, conquistou e metteu de paz todas as nações dos barbaros

indios d'aquelle sertão até o Ceará, tendo obrado de sorte n'aquelles vastos sertões, que mereceu a el-rei D. Pedro honral-o com patente de governador absoluto da guerra contra os indios inimigos de todas aquellas campanhas, sem subordinação ao governador geral do Estado do Brasil. D'este paulista não occultará o segredo do tempo o seu grande nome pelas copiosas e abundantes fazendas de gados vaccuns e cavallares que se estabeleceram e fundaram nos sertões, cujos barbaros habitadores elle conquistou (8). Foi Salvador Cardoso de Almeida juiz de orphãos de propriedade da cidade de S. Paulo por cabeça de sua mulher D. Anna Maria Raposo da Silveira, proprietaria do dito officio e filha de Antonio Raposo da Silveira, proprietario do mesmo officio de juiz de orphãos e de sua mulher D. Maria Raposo de Siqueira, que foi irmã direita de João Raposo Bocarro, coronel dos regimentos de ordenanças de S. Paulo, de onde eram naturaes. Antonio Raposo da Silveira seguiu o real serviço no Estado da India, e achando-se no forte da Agueda em Gôa, sendo capitão do dito forte Luiz Teixeira de Macedo, sendo atacado pelo inimigo, se portou Antonio Raposo na defesa de um baluarte do mesmo fórte com tanto valor, que, destruido o inimigo, mereceu que o armassem cavalleiro, de que se lhe passou alvará em Gôa a 12 de Agosto de 1641, que se registrou no livro de matricula geral da India pelo contador Manoel de Figueiredo. Continuou o real serviço até Janeiro de 1645, em que embarcou na náo *Santa Margarida*, da qual era capitão-mór João Rodrigues de Eça, e se lhe passou provisão de mercê em nome de el-rei D. João o IV de escrivão da dita náo, por n'ella ter seus agasalhados, liberdades e privilegios, etc.

(8) Secretaria do governo da capitania de S. Paulo, livro 3° do Reg. geral a fl. 120, na patente do capitão de infanteria Antonio Gonçalves Figueira.

Em Lisboa foi despachado com mercê do habito da ordem militar de S. Thiago, em que fez profissão. Passou ao Brasil com o caracter de capitão-mór, e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e falleceu a 6 de Abril de 1663 e foi sepultado na igreja do mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo ao pé do altar de Nossa Senhora dos Remedios que elle fundou. Falleceu D. Maria Raposo de Siqueira a 7 de Maio de 1707 (9). Salvador Cardoso de Almeida e seu irmão o governador Mathias Cardoso foram filhos de Mathias Cardoso, natural da ilha Terceira, e de sua mulher Isabel Furtado, natural de S. Paulo, como se vê do testamento com que falleceu no 1º de Fevereiro de 1690. Salvador Cardoso de Almeida, e tambem o testamento com que falleceu Isabel Furtado, mãi do dito juiz de orphãos, a 17 de Abril de 1683 (10). Do matrimonio de D. Anna Pedrosa de Moraes com Salvador Cardoso da Silveira nasceram em S. Paulo oito filhos :

5—1. Luiz Cardoso da Silveira, existe em 1766.

5—2. Francisco Cardoso da Silveira, o mesmo.

5—3. Salvador Cardoso de Almeida, morador em Villa-Boa de Goyazes.

5—4. João Cardoso de Almeida, existe em 1766.

5—5. D. Catharina Cardoso de Almeida, mulher de Simão de Siqueira Pires, sem geração.

5—6. D. Agueda Cardoso de Almeida, mulher de Francisco Rodrigues Barbosa natural de S. Paulo filho de Francisco Rodrigues Barbosa e de sua mulher Joanna Damasceno, ambos de S. Paulo. Neto par parte paterna do

(9) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1° letra A, inventario de Antonio Raposo da Silveira, maço 3° letra M. inventario de D. Maria Raposo de Siqueira.

(10) Cartorio de orphãos de S.Paulo, maço 2°, letra I. inventario de 1870. Maço 2° letra S, inventario de Salvador Cardoso de Almeida.

capitão Antonio Rodrigues de Medeiros cidadão de S. Paulo que por antonomasia foi chamado o Trepohy ; este alcunha deu o nome a um arraial de Minas Geraes onde este honrado paulista teve o seu estabelecimento; e de sua mulher Joanna Barbosa Maciel tambem de S. Paulo. E pela parte materna de Manoel Rodrigues Góes e de sua mulher Maria de Borba, irmã direita do tenente-general Manoel de Borba Gatto. Em titulo de Borbas, cap. 1° § 4°. Camara Episcopal de S. Paulo, autos de genere do P. Ignacio Rodrigues Barbosa, clerigo de S. Pedro, que é irmão direito do dito Francisco Rodrigues Barbosa acima. E tem até 1766, seis filhos de poucos annos.

5—7. D. Anna Maria Cardoso da Silveira casou em 1768 com Aleixo Corrêa da Cunha, natural e cidadão da villa de Mogy, onde é juiz ordinario em 1769. (Em titulo de Cunhas, cap. 1° § 1° n. 3—4 a n. 4—8.)

5—8. D. Isabel Cardoso de Almeida (falleceu em S. Paulo em 1775 de bexigas).

4—3. D. Gertrudes Maria de Siqueira (filha de Francisco Pedroso de Almeida havida em sua cunhada.....). Maria Nunes de Siqueira, de quem ella tomou o appellido de Siqueira ; lhe deu um avultado dote, com o qual conseguiu casamento com José Monteiro da Fonseca, homem nobre natural de Freixo de Espada á Cinta, e foi republicano de S. Paulo, filho de....

§ 2°

2—2. Joaquim de Lara Moraes (filho de D. Isabel de Lara e de Luiz Castanho de Almeida do cap. 7°). Casou com Maria Gonçalves, natural de Parnahyba, filha de Alvaro Netto, e de sua mulher Luzia de Mendonça.

nio de Botelhos Arrudas, cap. 1° § 7° n. 2—3., ..e dois filhos.

3—1. Braz de Almeida Lara.

3—2. Francisca de Almeida.

-1. Braz de Almeida Lara, casou com Paschoa do que falleceu no dia 1 de Setembro de 1716, natural rnahyba, filha de Bento do Rego Barregão, e de sua her Maria de Oliveira Diniz. (Em titulo de Taques § 3.°) u 2ª vez com Maria Buena, filha de Balthazar de Lemos aes, e de sua mulher Isabel Pires Monteiro. (Em ti- de Botelhos Arrudas já referido.) Falleceu Braz de nda Lara em 1734 (11). E teve do seu primeiro matri- nio tres filhos naturaes de Parnahyba (12).

4—1. D. Maria de Lara. Casou com Bernardino Forquim dos Santos, filho de Estevão Forquim Fernandes, e de sua mulher D. Anna de Proença (Em titulode Taques, ' n. 2—6).

4—2. Joaquim de Lara Moraes. Casou na villa de Iguape, onde tem geração.

4—3. Bento do Rego de Almeida, falleceu na fazenda das Jaboticabas dos Curraes da Bahia, para onde fugira da justiça, por ter morto logo quem o insultou nas Minas de Itaverava.

E do seu segundo matrimonio teve cinco filhos:

4—4. D. Antonia de Almeida, casou com Ignacio de Sá, natural de Parnahyba, filho de José de Sá e Arruda, e sua mulher D. Maria de Araujo. (Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1° § 7.°)

4—5. D. Agostinha. Casou com Ignacio Rodrigues de S. Payo.

(11) Cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario n. 583.

(12) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo, maço dos testamentos, o de Paschoa do Rego.

4—6. D. Escholastica Pedroso, que foi casada com Luiz Pedroso de Barros, seu parente. Em titulo de Taques Pompêos § 3º, nos netos de Lourenço Castanho e D. Maria de Araujo.

4—7. D. Maria, falleceu solteira.

4—8. D. Francisca, existe solteira em 1771.

3—2. D. Francisca de Almeida (filha de Joaquim de Lara Moraes, n. 2—2). Casou com Gaspar Leme do Prado, filho de João do Prado, e de sua mulher Anna Maria de Louvera (13). E teve seis filhos naturaes de Parnahyba.

4—1. O padre Bento Leme de Almeida, clerigo de S. Pedro, que falleceu na Villa-Real das minas de Cuyabá, estando coadjutor da igreja matriz das ditas minas.

4—2. D. Rosa de Almeida; casou com Manoel de Araujo.

4—3. D. Maria de Almeida.

4—4. D. Anna de Almeida.

4—5. Caetano Leme de Almeida, falleceu solteiro em Goyazes.

4—6. D. Escholastica de Almeida.

§ 3º

2—3. Diogo de Lara Moraes (filho de D. Isabel de Lara, e Luiz Castanho de Almeida do cap. 7º), foi baptizado em Parnahyba a 11 de Setembro de 1654. Casou em Parnahyba a 13 de Janeiro de 1675, com D. Anna Maria Leme, irmã direita do padre Pedro Leme do Prado presbitero de S. Pedro, filha do capitão Pedro Leme, e de sua mulher Maria Gonçalves Preto. (Em titulo de Botelhos Arrudas

(13) Cam. episcopal de S. Paulo.....de genere do P. Bento Leme de Miranda.

2º § 12) (14) Falleceu Diogo de Lara Moraes com testo a 11 de Fevereiro de 1713. Cartorio de orphãos Parnahyba, inventario n. 462. E teve cinco filhos.

3—1. Luiz Castanho de Almeida.
3—2. Diogo de Lara Moraes.
3—3. Ignacio de Almeida Lara.
3—4. D. Francisca de Almeida.
3—5. D. Isabel de Lara Moraes.

3—1. Luiz Castanho de Almeida, foi sargento-mór do ...imento dos auxiliares das minas do Cuyabá por pa... de Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-...eneral da capital de S. Paulo. Foi morador da villa de Sorocaba, onde possuiu uma grande fazenda de cultura no sitio chamado Tavovú do termo da dita villa. N'ella falleceu com testamento a 7 de Fevereiro de 1735; n'elle declarou a sua naturalidade, e os nomes de seus pais, e que fôra casado com D. Isabel Paes (nota *) que ainda existe em 1771 na villa de Sorocaba na sua fazenda de Tavovú), filha do capitão Hieronimo Ferraz de Araujo (Em titulo de Ferrazes de Araujos, § 3.º) e de sua mulher D. Maria de Zuniga Rachel de Gusman (15) a qual foi filha de Gabriel Ponce de Leon, natural da cidade real de Guayrá da provincia da cidade do Paraguay, e de sua mulher D. Maria de Torales, que foi filha do capitão Balthazar Fernandes o povoador, e de sua primeira mulher D. Maria de Zuniga, irmã inteira de Bartholomêo de Torales, ambos vindos de Villa-Rica de Paraguay. E o dito Gabriel Ponce de Leon foi filho do capitão Barnabé de Contreras, e

(14) Em titulo de Lemes, cap. 1º § 2º n. 3—8.
(*) Falta no manuscripto.
(*Nota da redacção*).

(15) Cart. da Ouv. de S. Paulo, nos maços do Residuo, testamento de Luiz Castanho de Almeida.

de sua mulher D. Violante de Gusman (16). Este illustre cavalheiro da provincia de Paraguay se passou para a capitania de S. Paulo com outros fidalgos seus parentes, entre os quaes foi Bartholomêo de Torales (filho de Bartholomêo de Torales, e de sua mulher Violante de Zuniga, naturaes da Villa-Rica da cidade de Paraguay) que casou na matriz de S. Paulo a 12 de Setembro de 1636, com D. Maria de Góes, filha de Antonio Raposo e de sua mulher Isabel de Góes. E sua irmã D. Maria de Zuniga, mulher do capitão Balthazar Fernandes o povoador já referido. Barnabé de Contreras y Leon e sua mulher D. Beatriz de Espinoza, naturaes de Santiago de Xerez da provincia do Paraguay trouxeram a filha D. Violante de Gusman, que na matriz de S. Paulo a 12 de Agosto de 1637 casou com Domingos do Prado, filho de Martim do Prado. (Em titulo de Prados § 8° (nota *) D. Anna Rodrigues Cabral, falleceu com testamento a 13 de Maio de 1634; natural da Cidade-Real de Guairá, filha de Antonio Rodrigues Cabral, e de D. Joanna de Escovar, casada com Bartholomêo de Torales. Parn. A. D. — Todos estes cavalheiros castelhanos se passaram da provincia de Paraguay com suas familias para a capitania de S. Paulo pelos annos de 1630 até 1634, tendo elles estado alguns annos na campanha chamada Vaccaria, cujos gados em copiosa abundancia deixaram totalmente, e se passaram, como fica dito, para S. Paulo, onde então se desconfiou, que estas familias estariam incursas em crimes de lesa magestade que as obrigou a semelhante transmigração.

Do matrimonio de Luiz Castanho e de D. Isabel Paes nasceram na villa de Sorocaba nove filhos.

(16) Cartorio de orphãos da Parnahyba, inventario n. 128, o de Gabriel Ponce e Leon, com testamento aberto a 7 de Outubro de 1655.

(*) Falta no manuscripto.

(*Nota da redacção*)

4—1. D. Anna de Moraes.
4—2. Hieronimo Ferraz de Moraes.
4—3. D. Maria de Almeida Lara.
4—4. Manoel Castanho de Almeida.
4—5. D. Isabel de Lara.
4—6. D. Francisca de Almeida.
4—7. D. Escholastica de Almeida.
4—8. Bento Paes de Almeida.
4—9. Luiz Castanho de Araujo.

—1. D. Anna de Moraes, casou primeira vez com José ia Paes, natural de Sorocaba, onde foi sargento-mór rdenanças; falleceu com testamento em 1723 : filho de ho de Faria Paes e de sua mulher Ignez Sanches Do- es de Pontes (17). E teve dois filhos. Casou segunda com o capitão Francisco Xavier de Moura, natural de nio, filho de Leonardo Rodrigues da cidade do o e de Catharina Corrêa Perestrello, natural de S. Paulo. paterno de Manoel Rodrigues Setubal e de Maria de eida, naturaes da cidade do Porto. E pela materna de ão de Moura Gavião da cidade de Lisboa, freguezia de S. Julião, e de Maria da Luz, de S. Paulo. Autos *de genere*, letra I n. 3. D'este segundo matrimonio teve mais filhos nascidos em Sorocaba. Do primeiro teve na mesma villa duas filhas.

5—1. D. Maria Paes; falleceu solteira.

5—2. D. Isabel Paes de Faria, casou com Francisco de Almeida Leme, irmão direito de José de Almeida Leme, capitão-maior da villa de Sorocaba. Em titulo de Taques § 3.°

4.—2 Jeronymo Ferraz de Moraes, falleceu solteiro nas minas do Cuiabá.

(17) Cartorio da ouvidor. de S. Paulo, maços dos testamentos, o de José de Faria, no residuo.

4.—3 D. Maria de Lara, casou com o capitão Thomé de Lara e Abrêo, filho de Antonio de Proença e Abrêo (Proenças Abrêos, cap.....) e de sua mulher D. Francisca de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3°, nos filhos do capitão-mór Thomé de Lara e Almeida. E teve naturaes de Sorocaba cinco filhos.

5—1. Luiz Castanho de Almeida e Abrêo.
5—2. José de Almeida e Abrêo.
5—3. Antonio de Proença e Abrêo.
5—4. Vicente Paes de Abrêo.
5—5. D. Francisca de Almeida.

4.—4 Manoel Castanho de Almeida (n. 3—1), existe solteiro em Villa-Boa de Goyazes em 1766.

4.—5. D. Isabel de Lara (idem), casou com Silvestre de S. Paio, que foi para o Cuiabá, filho de Antonio de S. Paio e de sua mulher D. Ignacia de Almeida. Sem geração. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 3° § 2.°

4—6. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio Rodrigues de S. Paio, filho dos mesmos acima n. 4—5. Tem geração.

4—7. D. Escholastica de Almeida, elegeu o estado celibato.

4—8. Bento Paes de Almeida, solteiro em 1766.

4—9. Luiz Castanho de Araujo, casou com D. Maria de Lara, filha de Thomé de Lara e Abrêo, e de sua mulher D. Maria de Lara (retro do n. 4—3), filha do sargento-mór Luiz Castanho de Almeida, e sua mulher D. Isabel Paes. Deixou geração.

3—2. Diogo de Lara Moraes(*) (filho segundo de Diogo de

(*) Este capitão-mór Diogo de Lara e Moraes falleceu no Cuiabá a 22 de Outubro de 1738 á noite no seu sitio do rio Cuiabá, onde até hoje se conserva um seu neto bastardo; com testamento em que de-

Lara Moraes § 3°), foi um dos paulistas que soube conciliar o respeito com a affabilidade, e a estimação com a integridade. Da patria passou para as Minas-Geraes no tempo da grandeza d'ellas, e fazendo-se bem conhecido pela sua qualidade e moraes virtudes, foi eleito capitão-mór e regente do arraial populoso das minas chamadas de Guarapiranga por carta-patente do governador e capitão general de S. Paulo e Minas, D. Braz Balthazar da Silveira. Depois de recolhido á patria, passados annos foi para as minas do Cuiabá, onde assás soube merecer uma geral veneração e estimação de todos, que lhe davam o caracter de *honrado paulista*. N'ellas falleceu com grande sentimento dos que lhe respeitavam as acções virtuosas, que praticava. Sem fazer differença aquella nescia e abominavel desaffeição introduzida nos europêos portuguezes contra os paulistas, sem que baste para desigual merecimento a demonstração de amor que os paulistas bem acreditam com estes inimigos, pois em casamentos, e com avultados dotes no contrato do matrimonio lhes entregam as filhas, as irmãs e as sobrinhas; e nada d'isto até agora tem sido Iris da paz entre estas indesculpaveis opposições tão geralmente praticadas, que têm sido por muitas vezes objecto para injustiças, não só na falta dos premios em relevantes serviços do rei, da igreja e do bem commum, mas até da attenção do agrado e da estimação. Foi casado o capitão-mór Diogo de

clarava mais dividas do que bens, por cuja razão se absteve o filho por si, e como procurador de sua mãi da herança, que foi arrecadada pelo juizo dos ausentes de Cuiabá, onde se acha o testamento e inventario. Elle foi o juiz ordinario mais velho no segundo anno da creação d'aquella vara, que foi erecta em..... no 1° de Janeiro de 1727 por Rodrigo Cesar de Menezes, general da capitania de S. Paulo.

O autor teve noticia d'isto mesmo, pois o escreveu em outro titulo que me não lembra; e no tempo em que escreveu o titulo de Laras não teria essa certeza, ou se esqueceu.

Lara Moraes na villa de Itú com D. Anna de Arruda (que falleceu em 1770), filha de Sebastião de Arruda Botelho e de sua mulher D. Isabel de Quadros. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2º § 12. E teve do seu matrimonio filho unico natural da villa de Itú

4. Francisco Ribeiro de Moraes, que existe solteiro nas minas do Cuyabá, acreditando com geral applauso as virtudes moraes de seu honrado pai, que as sabe praticar com todos para conseguir o bom nome que tem adquirido. Tem briosos estimulos para qualquer empreza do real serviço, em que foi occupado. Conserva-se com necessaria decencia, sem superfluidades, que tanto têm destruido as casas pelos excessos do tratamento. E sendo assaz convidado para casamentos, com pretextos politicos, tem abandonado diversas eleições para não se sujeitar ao pesado jugo do matrimonio (*).

3—3. Ignacio de Almeida Lara (filho 3º de Diogo de Lara Moraes, § 3º), foi sargento-mór das ordenanças da villa de Itú. onde casou a 22 de Novembro de 1716 com D. Anna Pedroso de Cerqueira, *filha de Antonio de Oliveira Pedroso, natural e cidadão da cidade de S. Paulo, sargento-mór por patente regia na guerra de Pernambuco contra os rebellados da conquista do sertão dos Palmares*, a que foram de soccorro os paulistas com um grande corpo de tropas milicianas, e os cabos vencendo soldo ; e d'este exercito foi mestre de campo Domingos Jorge Velho, e de sua mulher D. Maria de Almeida, natural da villa de

(*) Este Francisco Ribeiro de Moraes foi tenente da guerra ao gentio *Payaguá*. Foi muitas vezes juiz ordinario no Cuyabá, onde falleceu com testamento a 26 de Dezembro de 1780 registrado no livro 8º dos resíduos do Cuyabá a fl. 91 v. deixando por herdeiros a 3 filhos illegitimos que existem. Comprou o sitio e mais bens que foram do capitão-mór seu pai, de cuja herança se absteve.

nahyba. Neta pela parte paterna de Fernando de Oliveira rgas, natural da cidade de Tavira, e cidadão de S. Paulo, nde occupou os honrosos cargos da republica (irmão dito de Ignacio de Oliveira Vargas, que casou no Rio de Janeiro, e de quem é neto o Revd. Ignacio de Oliveira rgas, commissario do santo officio, e thesoureiro-mór da sé na mesma cidade, em que existe em 1766), que falleceu com testamento a 22 de Fevereiro de 1653 em S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Borges de Cerqueira, natural da dita cidade de S. Paulo, que foi irmã por parte de mãi de D. Antonia, mulher do mestre de campo Antonio Raposo Tavares, que são os avós de Pedro Dias Paes Leme, fidalgo da casa real, etc. E teve naturaes da villa de Itú nove filhos.

4—1. Antonio de Oliveira Moraes, falleceu solteiro afogado no Rio Grande, indo a uma diligencia do real serviço, que lhe foi recommendada por João Rodrigues Campello, ouvidor geral de S. Paulo e sua comarca.

4—2. Ignacio de Almeida Lara, solteiro em 1766.

4—3. José de Oliveira, que segue o real serviço em praça de soldado no Rio-Grande de S. Pedro do Sul.

4—4. Angelo de Almeida, morador na capitania de Goyazes, solteiro em 1766.

4—5. D. Maria de Almeida, que na matriz de Nossa Senhora do Pilar, sitio das minas da Papoã, da comarca da Villa-Boa de Goyazes, casou com Francisco de Campos Silva de conhecida nobreza na cidade do Porto, sua patria.

4—6. Francisco de Moraes Pedroso, sargento-mór das ordenanças da villa de Sorocaba por patente de D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, governardor e capitão-general da capitania de S. Paulo, passada em 1766, e confirmada depois. Casou com D. Maria de Belém, filha do sargento-mór Antonio Loureiro da Silva e de sua mulher D. Anna de Arruda. (Em titulo de Botelhos Arrudas,

cap. 2° § 1° n. 2—7.) E teve tres filhos, que são de tenra idade, naturaes de Sorocaba.

4—7. João de Almeida Lara, casou com D. Bernarda de Almeida Loureiro da Silva. (Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 2° § 1° n. 2—7.)

4—8. D. Maria de Almeida, casou no Pilar com..... Barbosa, sobrinho do sargento-mór João Barbosa de Lima.

4—9. D. Francisca de Almeida, casou com Antonio de Arruda Sá, filho de Francisco de Arruda e de D. Anna de Proença. (Em titulo de (*supra.*)

3—4. D. Francisca de Almeida (filha de Diogo de Lara Moraes do § 3°), elegeu o estado de solteira por mais perfeito (nota *). Falleceu em Janeiro de 1769 em Sorocaba.

3—5. D. Isabel de Lara (filha ultima do dito Diogo de Lara), fez estabelecimento no sitio de Araçariguama, freguezia da Senhora da Penha de França termo da villa de Parnahyba. Foi casada com João de Godoy Collaço, filho de Gaspar de Godoy Collaço, natural e cidadão de S. Paulo, tenente-general por patente e mercê de el-rei D. Pedro, da Conquista da Vaccaria, a que foi pelo mesmo rei encarregado, por ser este paulista um dos grandes soldados para qualquer acção na guerra dos barbaros indios; e de sua mulher D. Sebastiana Ribeira de Moraes. (Em titulo de Moraes, cap. 3° § 2° n. 3—5 e seguintes. E teve naturaes de Araçariguama sete filhos:

4—1. José de Godoy, casou sem eleição da sua distincta nobreza com Ignez Monteiro, filha de Antonio Pires Monteiro, e de sua mulher Maria Rodrigues, natural de Parnahyba (elle natural da villa de Jundiahy), da familia das mulheres dos Faons de Parnahyba.

*) Falta no manuscripto.

(*Nota da redacção.*)

—3. Luiz Castanho, que depois ficou chamando-se
- edroso de Almeida Lara. Casou em Parnahyba a 3
'ço de 1738 com Escholastica de Aguiar Lara, natural
sma villa, filha de Paulo de Aguiar Lara, natural de
nte, e de sua mulher Maria de Brito Silva, natural
anahyba, a qual foi filha de Gaspar de Brito, e de sua
e Joanna de Almeida Naves. E teve quatro filhos.

5—1. Gaspar de Godoy Castanho, casou....

5—2. D. Isabel de Lara Leite, casou com João Barbo do Rego.

5—3. D. Mecia de Almeida Lara, casou com José
io, filho de Pedro Frazão o dos Anhumas.

5—4. D. Maria Antonia de Godoy, casou com Ber-
...rdo Guedes Barreto, irmão de João Barbosa do Rego, a 5—2.

—3. Gaspar de Godoy de Almeida, casou primeira
om Escholastica de Mariz, filha de Paulo de Aguiar
a, e Maria de Brito Silva acima no n. 4—2, sem geração.
A segunda vez casou em Araçariguama com Anna Maria, filha de Sebastião Soares de Camargo, e sua mulher Maria Pires, natural de Araçariguama, filha do capitão Rodrigo Bicudo Chassim, etc. Neta paterna de Francisco Bueno de Camargo, e Maria da Silva. E teve um filho Francisco,

4—4. D. Mecia de Moraes, casou em 1747 com Marcos Leite, natural de Itú, filho de Pedro Vaz de Barros, e de sua mulher D. Gertrudes de Arruda. Em titulo de Botelhos Arrudas, cap. 1° § 4° n. 3—4.)

4—5. D. Isabel de Lara, casou em 1747 na matriz de Nossa Senhora da Penha, com Mathias Leite de Barros, natural de Itú, irmão direito de Moraes Leite, supra.

4—6. D. Maria de Lara, casou em Goyazes com Domingos da Costa Guimarães, natural de Guimarães.

4—7. João de Godoy, falleceu solteiro em Araçariguama.

§ 4°

2—4. Antonio Castanho da Silva (filho de D. Isabel de Lara, do cap. 7°); acompanhou a seu pai Luiz Castanho de Almeida na ultima entrada que fez ao sertão dos Goyazes, e no ribeirão dos Guanicuns foi o successo acontecido, que narrámos no cap. 7°. Recolhido ao sertão tendo n'ella miraculosamente escapado com vida, quando no rio de Meia-Ponte lhe atravessaram o pescoço com uma frecha. Casou com Luzia de Mendonça, filha de Thimoteo Leme e de sua mulher Luzia de Mendonça, que foi filha de João Gonçalves de Aguiar, que falleceu em Parnahyba com testamento a 10 de Novembro de 1668, e de sua mulher Luzia de Mendonça.Estes foram tambem pais de frei Francisco do Rosario da ordem de S.Francisco. Falleceu Antonio Castanho da Silva com testamento a 23 de Abril de 1700 e foi sepultado no jazigo de seu pai, que o teve proprio na igreja matriz de Parnahyba (18). E teve, como consta do cartorio de orphãos de Parnahyba n. 407, duas filhas.

3—1. D. Isabel de Mondonça.

3—2. D. Luzia de Mendonça, que falleceu solteira.

3—1. D. Isabel de Mendonça, casou com Paschoal Leite de Miranda, que era irmão inteiro de José Corrêa Leite, familiar do santo officio, e de D. Anna Ribeira, que foi mãi do Revm. Dr. Lourenço Leite Penteado, conego penitenciario da sé de S. Paulo, que serviu de vigario capitular em sede vacante por morte do primeiro bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira. (Em titulo de Mirandas, cap. 3° § 1° com toda a descendencia de D. Isabel de Mendonça, e Paschoal Leite.)

(18) Cartorio da ouvidoria de S. Paulo,nos maços do residuo, testamento de Antonio Castanho da Silva.

§ 5°.

2—5. José de Almeida Lara (cap. 7º), casou em Jundiahy a 23 de Maio de 1694 com D. Marianna de Siqueira Moraes, irmã direita do padre João de Moraes Navarro, clerigo de S. Pedro, filho de Manoel Rodrigues de Moraes, e de sua mulher Francisca de Siqueira. (Em titulo de Moraes, cap. 2° § 8°)E teve dez filhos naturaes de Parnahyba.

3—1. D. Isabel de Lara.
3—2. D. Francisca de Siqueira.
3—3. Manoel de Moraes Navarro.
3—4. D. Maria de Siqueira.
3—5. Luiz Castanho de Moraes Antas.
3—6. D. Marianna Paes de Siqueira.
3—7. Guilherme Pedroso de Moraes.
3—8. José de Almeida.
3—9. Antonio Castanho da Silva.
3—10. Pedro de Lara Moraes.

3—1. D. Isabel de Lara, nasceu a 20 de Fevereiro de 1695, e foi baptizada a 27 do mesmo mez na capella de sua tia D. Anna de Proença Taques, mulher do commendador Manoel de Brito Nogueira, casou com José Fernandes Paes, natural da freguezia de Santo Amaro, termo da cidade de S. Paulo, e filho de Francisco Fernandes, e de sua mulher Maria Paes, da mesma freguezia. Falleceu em Goyazes. E teve (19) 8 filhos naturaes de Parnahyba.

4—1. D. Marianna Paes de Siqueira, que foi casada com Manoel de Pinho. Sem geração.

4—2. João de Almeida Paes, falleceu solteiro.

4—3. José Paes de Almeida, casou com Maria Theresa de Jesus, filha de Pedro de Macedo Souto-Maior, que falleceu em Parnahyba com testamento a 7 de Fevereiro de 1748, que era natural da Villa Real (filho de D. Duarte de

(19) Orphãos de Parnahyba, inventario n. 670, o de José Fernandes Paes.

Macedo Souto-Maior, e de D. Catharina Lourença, em que houve este filho), e de sua mulher Maria Ribeira(20).

4—4. D. Escholastica. Falleceu menina.

4—5. D. Rita. Falleceu menina.

4—6. D. Anna Pedroso de Moraes, casou com Rodrigo da Costa Santarém, e foram de morada para Goyazes.

4—7. Antonio Castanho Paes.

4—8. D. Maria Paes de Almeida, casou com o alferes Hieronimo da Rocha, natural de Parnahyba, filho do capitão Manoel de Oliveira e de sua mulher Maria da Rocha.

3—2. D. Francisca de Siqueira (§ 5°), nasceu a 27 de Fevereiro de 1696 e falleceu com testamento em Parnahyba a 30 de Julho de 1751. (Cartorio de orphãos de Parnahyba n. 666.) Foi casada duas vezes: a primeira com Paulo Fernandes Paes, de quem não teve filhos; a segunda com Francisco Gonçalves de Oliveira, natural da villa de Vianna do Minho e capitão das ordenanças da villa de Parnahyba, e teve unica filha, D. Rosa Maria de Siqueira.

3—3. Manoel de Moraes Navarro (§ 5°), nasceu a 14 de Abril de 1697; casou na villa de Sorocaba, onde se estabeleceu, com D. Escholastica Soares Leite, filha do capitão Domingos Soares Paes e de sua mulher Maria Leite da Silva. (Em titulo de Ferrazes Araujos.) Tem servido os cargos da republica e o de juiz ordinario muitas vezes, porque as suas moraes virtudes dispertam sempre a lembrança dos eleitores dos pelouros para não deixarem descansar muitos annos a Manoel de Moraes Navarro, que como amigo da verdade, praticando o dom da sua innata prudencia e affabilidade, nunca jámais ficou culpado nas devassas dos corregedores, nem nas da Janeyrinha, a que

(20) Orphãos de Parnahyba n. 645, inventario de Pedro de Macedo Souto-Maior.

...le na fórma da ordenação do reino. Porém quando
...o pesado jugo da vara de juiz ordinario não fica
maior pezo com o encargo de juiz dos orphãos
..., cujo officio, com grande utilidade dos pupillos,
empenhado nos tres triennios, que tem exercitado
applauso dos corregedores, que lhe têm tirado
ncia como dispõe a real ordem de 1731. Ainda
em 1766, posto que já decahido de forças, na
nda de cultura, engenho de assucar e aguardente.
...a matrimonio teve dez filhos.

-1. Domingos de Moraes Navarro serve a el-rei em
...le soldado no Rio Grande de S. Pedro do Sul.

-2. José de Almeida Lara, que, resistindo por espaço
...eio dia a um grosso troço de negros foragidos, a que
...asil chamam calhambolas, sem mais forças que a de
...rmas de fogo, que manejavam elle e dois mulatos
escravos, de dentro de casa, e tendo boa pontaria,
...m muitos e ficaram feridos quasi todos; até que,
...a polvora, avançaram os negros de pelotão e lhe
acabaram a vida e a dos dois mulatos; e depois de morto
lhe cortaram a cabeça e todos os membros, sem escapar da
violencia d'estes barbaros as partes pudendas; de tal sorte,
que ficou aquelle cadaver feito um crivo de chagas pelas
muitas facadas com que o odio dos pretos empregou a
sua furia. Este infeliz successo aconteceu nas minas do
Pilar sitio da Papuã, da comarca da Villa-Boa de Goya-
zes, estando o pai do morto ausente de caza, que era
construida nas suas lavras mineraes ao pé da estrada cha-
mada dos Guarinos; e recolhendo-se a ella com os escra-
vos que o acompanhavam achou o filho morto como fica
referido, tendo escapado um mulato de 10 ou 12 annos,
escondido no centro de uma cata profunda, e com es-
colta dos vizinhos trouxe o cadaver para o arraial para dar-

lhe sepultura, e a pedir soccorro á justiça para seguir a trilha dos aggressores de tão horroroso insulto, e dos roubos que fizeram na casa, levando tudo quanto poderam carregar. Porém não achou Manoel de Moraes Navarro o menor auxilio dos ministros de justiça, que eram dois juizes ordinarios, e, excitado da sua justificada dôr, formou com parentes e amigos um corpo de armas, que, governado mais pelo ardor do espirito que pelas forças dos seus annos, e desfallecimento das suas lagrimas, porque o filho morto era de grandes esperanças, penetrou as veredas do sertão, pois onde se entranharam os foragidos, porém sem effeito, por logo ao segundo dia choveu tanto que inteiramente não poderam descobrir mais a trilha para ser seguida. Porém antes de muitos dias em diversos sitios experimentaram outras vidas a tyrannia dos taes foragidos, que puzeram em consternação aos moradores d'aquelle continente, que deu occasião ao conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Goyazes em 1751, a passar em pessoa ao dito arraial, e com elle o Dr. ouvidor geral Sebastião José da Cunha Soares, que permittiram que livremente se atacassem aos quilombos, matando-se n'elles os negros que se puzessem em resistencia, como se pratica em Minas-Geraes; e ainda assim não cessam os roubos, mortes e insolencias; de sorte que, para se evitar um futuro levantamento dos pretos contra os brancos, se empenhou a actividade, ardor, zelo e desembaraço do coronel José Antonio Freire de Andrade (hoje conde de Bobadella), governador da capitania de Minas-Geraes, a vencer a Bartholomêo Bueno do Prado, natural de S. Paulo, por si e seus avós, para capitão-mór e conquistador de um quasi reino de pretos foragidos, que occupavam a campanha desde o rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de S. Paulo

Goyazes. Bartholomêo Bueno desempenhou tanto o ...ceito que se formava do seu valor e disciplina da ...rra contra esta canalha, que se recolheu victorioso, ...esentando 3,900 pares de orelhas dos negros, que ...truiu em quilombos, sem mais premio, que a honra ... ser occupado no real serviço, como consta dos ...ordãos tomados em camara de Villa-Rica sobre esta ...edição, e o effeito d'ella para total segurança dos mo-...res d'aquella grande capitania.

4—3. Luiz Pedroso de Moraes Navarro.
4—4. Manoel Vicente de Moraes.
4—5. João Leite de Moraes.
4—6. D. Maria Leite de Moraes.
4—7. D. Marianna de Siqueira e Moraes.
4—8. D. Anna de Almeida Moraes.
4—9. D. Isabel de Lara Moraes.
4—10. D. Francisca de Almeida e Moraes.

3—4. D. Maria de Siqueira (filha de José de Almeida Lara do § 5º), nasceu a 13 de Outubro de 1699. Falleceu a 11 de Janeiro de 1710, solteira.

3—5. Luiz Castanho de Moraes (idem), nasceu a 23 de Maio de 1703. Está casado com D. Francisca Soares, filha do capitão Domingos Soares Paes, e de sua mulher D. Maria Leite da Silva. Tem servido os cargos honrosos da republica da villa de Sorocaba, onde fez o seu estabelecimento. E teve dez filhos.

4—1. D. Maria Leite de Anunciação, está casada com João Bicudo de Almeida, filho de Sebastião Bicudo de Proença, e de sua mulher Isabel Domingues do Prado.

4—2. D. Marianna de Siqueira e Moraes, está casada com Francisco de Camargo, filho do alferes José Munhos, e de sua mulher Catharina Domingues.

4—3. D. Isabel de Lara.

4—4. Salvador de Lara e Moraes.

4—5. Manoel de Almeida e Moraes, que está habilitado para sacerdote (nota *). Se se assentou praça de soldado em Santos, e desertando para Minas-Geraes, alli assentou praça de dragão em que existe em 1771.

4—6. Alexandre Pedroso de Moraes.

4—7. Luiz Castanho de Moraes Leite.

4—8. Francisco de Almeida Moraes.

4—9. José Maria Leite de Moraes.

4—10. Joaquim Maria Leite de Moraes.

3—6. D. Marianna Paes de Siqueira (§ 5º), nasceu a 8 de Outubro de 1702. Casou a 15 de Fevereiro de 1733 com Francisco de Godoy da Silva, filho de Balthazar de Godoy, o Pucú de alcunha. E tiveram

4—1. Ignacio de Godoy Silva, que nasceu a 4 de Setembro de 1737.

4—2. D. Isabel de Godoy, que nasceu a 21 de Setembro de 1735. Casou com Antonio de Almeida e Abrêo.

3—7. Guilherme Pedroso de Moraes (§ 5º), nasceu a 21 de Julho de 1707. Casou com Maria da Cunha de Oliveira, filha de João da Cunha, natural da freguezia de S. Bartholomêo de S. Gens, concelho de Monte-Longo, arcebispado de Braga, e de sua mulher Margarida de Oliveira de Brito. Neta pela parte paterna de João da Cunha e de sua mulher Catharina Gonçalves. E pela materna neta de João da Costa Homem e de sua mulher Anna Vieira de Barros, e por esta bisneta de Domingos Machado Jacome e de sua mulher Margarida de Oliveira. E teve em Parnahyba sete filhos:

(*) Falta no manuscripto.

(*Nota da redacção*).

4—1. José Pedroso de Moraes Lara.
4—2. João de Moraes Navarro de Antas.
4—3. Lourenço Castanho de Oliveira Barros.
4—4. Raymundo Vieira Baruel Machado.
4—5. Antonio da Cunha Gonçalves de Siqueira.
4—6. D. Anna Pedroso de Moraes Siqueira.
4—7. D. Catharina de Senna de Almeida Lara.

—8. José de Almeida Lara, nasceu a 4 de Dezembro 1711, existe solteiro.

—9. Antonio Castanho da Silva (§ 5°), nasceu a 7 de mbro de 1713. Está casado com D. Rosa Maria Teixeira, ıral da cidade de S. Paulo, filha de Luiz Teixeira de redo, e de sua mulher Isabel Colaço. (Em titulo de Alvarengas, cap. 5°.) E teve nascido em Parnahyba nove filhos.

4—1. João, que depois de baptizado voou para o

4—2. Luiz Castanho Navarro de Moraes e Antas, que recruta que se fez em S. Paulo de 4 companhias para o Rio-Pardo, foi feito tenente da companhia do capitão Simão de Toledo de Almeida, em 17.... Foi prisioneiro para Buenos-Ayres, de d'onde passando para a cidade de Cordova, n'ella está casado e morador.

4—3. José Castanho de Azevedo.

4—4. Manoel Rodrigues de Moraes Antas. Director da aldêa de Maruyry do real padroado.

4—5. Antonio Castanho de Azevedo.

4—6. Feliciano, falleceu de 9 annos.

4—7. D. Anna Joaquina Castanho.

4—8. D. Custodia Maria.

4—9. D. Joaquina.

3—1°. Pedro de Lara e Moraes (§ 5°), nasceu a 6 de Novembro de 1715. Falleceu sem geração.

§ 6º

2—6. D. Catharina de Almeida (filha de D. Isabel de Lara e de Luiz Castanho de Almeida do cap. 7º), casou com Vicente Gonçalves de Aguiar, natural de Parnahyba, onde falleceu com testamento, em o qual declarou que era filho do capitão João Gonçalves de Aguiar, natural da cidade do Rio de Janeiro, e de sua mulher Luzia de Mendonça, natural da villa de Parnahyba (21), irmã direita de frei Francisco do Rosario, da ordem de S. Francisco. E teve dois filhos naturaes de Parnahyba :

3—1. Vicente Gonçalves de Almeida
3—2. D. Isabel de Lara.

3—1. Vicente Gonçalves de Almeida, falleceu com testamento a 12 de Novembro de 1731. Foi casado com D. Isabel da Silva Naves, filha de João de Almeida Naves, natural da villa de Algodre, bispado de Vizêo, e de sua mulher Maria da Silva (22). A dita D. Isabel da Silva Naves falleceu em 1735. (Cart. supra, inventario n. 581 de D. Isabel da Silva.) E teve dois filhos.

4—1. Vicente Ferreira de Almeida, falleceu em 1735 e foi casado com D. Escholastica da Silva Bueno, filha do capitão Francisco Bueno da Fonseca e de sua mulher Margarida da Silva. E teve uma filha, D. Ignacia de Loyola, que foi para Goyazes com seus pais.

4—2. D. Maria de Almeida Lara, que existe no estado de viuva de seu marido e primo D. Francisco Taques Rendon. (Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º, nos netos do capitão-mór Pedro Taques de Almeida.)

(21) Em titulo de Bicudos,cap. 5º § 3.º Cart. de orph. de Parn., inv. 387 de Vicente Gonçalves de Aguiar. O do capitão João Gonçalves de Aguiar, n. 210.

(22) Cart. de orph. de Parnahyba n. 108, inv. de João de Almeida Naves. O testamento que se abriu a 11 de Março de 1715.

-2. D. Isabel de Lara (§ 6°), casou com Pedro Leme ira. (Em titulo de Lemes.)

§ 7°

D. Magdalena Fernandes de Moraes (cap. 7°), foi om João Gomes. Falleceu a 18 de Junho de 1682 stemento. (Cart. de orph. de Parn. inv. n. 308.) Sem

§ 8°

S. Ignacio de Almeida Lara (cap. 7°), falleceu com ento a 31 de Agosto de 1699: foi casado com D. Isaomingues Paes, filha de Martim Garcia Lumbria, capi--mór governador da capitania de Itanhaen em 1693, e de sua mulher D. Maria Domingues Paes. Sem geração.

§ 9°

2—9. D. Antonia de Almeida (cap. 7°), casou com Hieronimo Ferraz de Araujo. Sem geração.

§ 10

2—10. D. Maria de Almeida Lara (filha de D. Isabel de Lara do cap. 7°), casou com Jorge de Mattos, natural de S. Jorge em a ilha do Tôpo, filho de João de Mattos, e de sua mulher Anna Francisca. Falleceu com testamento a 19 de Abril de 1659 (22). E teve filha unica, D. Susanna de Mattos, que falleceu menina.

§ 11

2—11. João (cap. 7°), falleceu de tenros annos.

(23) Cart. de orph. de Parnahyba, inv. n. 145, o de Jorge de Mattos.

CAPITULO VIII E ULTIMO

1—8. O P. Pedro de Lara e Moraes, clerigo de S. Pedro, passou-se para a Ilha Grande Angra dos Reis. N'ella descobriu pelos annos de 1647 os campos e terras de ge...na (*) em Mambiccoba, e pediu de sesmaria 4 leguas, dizendo na supplica que esperava de S. Paulo a seus pais com 4 genros cunhados d'elle, que eram Lourenço Castanho Taques, Luiz Castanho de Almeida, Tristão de Oliveira Gago e Francisco Martins Bonilha (Cart. da provedoria da fazenda real de S.Paulo, livro de sesmarias, n. 10, anno 1643, pag. 65), e lhe foram concedidas as ditas 4 leguas para o dito effeito. Porém nem os pais, nem os cunhados foram, e sómente seu irmão Joaquim de Lara foi ser morador da Ilha Grande, como já se disse no cap. 1.°

(*) Em consequencia da traça acha-se esta palavra inintelligivel. - (*Nota da redacção.*)

PRADOS

nobre familia de Prados da capitania de S. Paulo é as mais antigas d'ella. O seu progenitor foi João do natural da praça de Olivença na provincia do Alem-Portugal, onde a nobreza d'esta familia é bem co-a. Foi um dos nobres povoadores da villa de S. Vi-a qual fundou pelos annos de 1581 o seu donatario m Affonso de Sousa, vindo em pessoa no dito anno, e e para isso navios com todos os petrechos de guerra a conquista dos gentios barbaros, e muitos e nobres dores por mercê do Sr. D. João III, e por este prin-feito capitão-mór governador das terras do Brasil, para) Martim Affonso de Sousa as poder repartir de sesma-com as pessoas que comsigo trazia, para as povoarem, como se vê da sua carta patente datada na villa do Crato a de Novembro de 1530 annos, registrada no cartorio da redoria da fazenda real da capitania de S. Paulo, livro 1° sesmarias, tit. 1554 pag. 42 e 102. Trouxe este fidalgo varios homens de fôro, e cavalleiros da ordem de Christo, sendo entre elles os mais estimados Luiz de Góes, casado com D. Catharina, e seus irmãos Pedro de Góes, que depois foi capitão-mór de armada pelos annos de 1553 e falleceu em S. Paulo,e Gabriel de Góes todos com fôro de fidalgos; Domingos Leitão, casado com uma filha do dito Luiz de Góes; Braz Cubas, cavalleiro fidalgo e primeiro alcaide-mór da villa de Santos, e seu povoador, que depois foi pro-vedor da fazenda real, capitão-mór, governador e ouvidor da capitania de S. Vicente, e seu filho Pedro Cubas, moço da camara de el-rei, que tambem foi provedor da fazenda e capitão-mór governador, e ouvidor da dita capitania; e o dito Braz Cubas teve mais tres irmãos, que todos eram na-turaes da cidade do Porto; e foram Gonçalo Nunes Cubas,

Antonio Cubas e Francisco Nunes Cubas, moradores da villa de Santos; Ruy Pinto, fidalgo da casa real, cavalleiro da ordem de Christo, casado com D. Anna Pires Missel; e seus irmãos Antonio Pinto e Francisco Pinto; Nicoláo de Azevedo, fidalgo da casa real, casado com D. Isabel Pinto, irmã de Ruy Pinto, de Antonio Pinto e Francisco Pinto, que todos foram filhos de Francisco Pinto, fidalgo da casa real, que ainda existia em Lisboa no anno de 1550, quando por escriptura vendeu aos allemães Erasmo Esquert e João Visnet as terras que em S. Vicente tinham ficado por morte de seu filho Ruy Pinto, e eram as da fazenda e engenho de S. Jorge (que depois tomou o nome dos allemães, chamando-se S. Jorge dos Erasmos), que havia fundado com o governador Martim Affonso de Sousa. Vieram tambem com este fidalgo para S. Vicente João Ramalho, que tinha o fôro de cavalleiro (fundador da povoação de Santo André de Borda do Campo, que depois se acclamou villa em 8 de Abril de 1553, sendo o dito Ramalho alcaide-mór e guarda-mór d'esta povoação), e sua irmã Joanna Ramalho, mulher de Jorge Ferreira, cavalleiro fidalgo, que foi capitão-mór governador da capitania de S. Vicente pelos annos de 1556: Jorge Pires, cavalleiro fidalgo, João Pires, o Gago de alcunha, Pedro Vicente e sua mulher Maria de Faria, Pedro Colaço, e outros muitos, e nobres povoadores de S. Vicente; e João do Prado, em quem principiamos este titulo de Prados.

Na villa de S. Vicente casou João do Prado com Felippa Vicente, filha do povoador Pedro Vicente e de sua mulher Maria de Faria, os quaes em 1554 eram lavradores de grandes cannaviaes com partido no engenho de assucar de S. Jorge dos Erasmos, e no dito anno venderam umas terras e seus cannaviaes a Pedro Rodrigues, as quaes terras já as possuiam em 1546. (Cart. da provedoria da fazenda real,

livro da sesmarias,tit. 1º pag. 122 v.) Passou-se o dito João de Prado com sua mulher Felippa Vicente para S. Paulo, onde se estabeleceram com muitos indios, que no sertão conquistou João do Prado. Foi da governança da rep'ıblica e serviu todos os honrosos cargos d'ella, e de juiz ordinario muitas vezes, como foi no anno de 1588, 1592, e consta dos livros da camara de S. Paulo e no caderno de registros, 1583 fl. 7.

Tendo feito o seu testamento no anno de 1594 entrou para o sertão interessado em maior numero de indios que queria conquistar n'este mesmo anno, em que contra os barbaros indios da nação *Carijó*, que tinham vindo pôr em cerco aos moradores da villa de S. Paulo,formou exercito, e foi em pessoa ao sertão contra estes inimigos Jorge Corrêa, moço da camara de el-rei, capitão-mór governador da capitania de S. Vicente. Falleceu João do Prado no arraial do capitão-mór João Pereira de Sousa Botafogo, em Fevereiro de 1597. Em S. Paulo falleceu sua mulher Filippa Vicente com testamento a 27 de Junho de 1627; e no inventario feito dos bens para partilha dos filhos e herdeiros consta a fl. 18 que João do Prado e Filippa Vicente eram pessoas honradas e nobres. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra I, n. 13,o de João do Prado, etc. maço 2º letra F, n. 50 o de Filippa Vicente). Este João do Prado teve no Rio de Janeiro uma prima, chamada Clara Martins, que deixou nobre descendencia. E teve, como consta dos inventarios supracitados onze filhos.

Cap. 1°.— Isabel do Prado.
Cap. 2°.— Helena do Prado.
Cap. 3.°— Domingos do Prado.
Cap. 4.°— João do Prado.
Cap. 5.°— Catharina do Prado.
Cap. 6.°— Felippa Vicente do Prado.

Cap. 7.°— Maria do Prado.
Cap. 8.°— Martim do Prado.
Cap. 9.°— Pedro do Prado.
Cap. 10.— Anna Maria do Prado. Falleceu solteira.
Cap. 11.— Clara. Falleceu solteira.

Teve fóra do matrimonio um filho mamaluco, chamado Domingos do Prado, que na matriz de S. Paulo casou em 1816 com Filippa Leme, filha bastarda do grande Pedro Vaz de Barros, chamado pelo idioma brasilico Pero Váguassú. E falleceu esta Filippa Leme com testamento em S. Paulo a 20 de Novembro de 1636. E teve cinco filhos, como se vê do inventario de orphãos, letra F, maço 3° n. 3.

CAPITULO I

1—1. Isabel do Prado, natural de S. Vicente, casou em S. Paulo com Paschoal Leite Furtado, natural da ilha de Santa Maria dos Açores, filho de Gonçalo Martins Leite, e de sua mulher D. Maria da Silva. Este Paschoal Leite veiu em serviços da corôa as Minas de S. Vicente em 1599 com D. Francisco de Sousa, setimo governador geral do Estado do Brasil, que n'este anno veiu da Bahia, e chegou a S. Paulo, onde residiu até 1602, em que chegou á Bahia o seu successor Diogo Botelho, oitavo governador geral do Estado, despachado por el-rei D. Philippe III de Castella, e II de Portugal. Depois em 1609 chegou a S. Paulo o mesmo D. Francisco de Sousa, feito governador administrador geral das minas das capitanias do Espirito-Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente, com mercê de marquez das minas com 30 tt^{os} de juro e herdade. Se as minas, que descubrisse rendessem cada anno para o real erario 500 tt^{os}, e nada conseguiu, porque em S. Paulo falleceu a 10 de Junho de 1611. Porém no anno de 1670 se verificou o titulo de mar-

quez das Minas em seu neto D. Francisco de Sousa 1° marquez das Minas e terceiro conde do Prado por carta de el-rei D. Affonso VI passada em 7 de Janeiro do mesmo anno de 1670.

Este Paschoal Leite Furtado foi irmão direito de Catharina Furtado Leite, mulher de Sebastião de Andrade, o qual foi irmão de Francisco de Andrade, pai do Exm. bispo do Rio de Janeiro D. Francisco de S. Jeronymo. E pelo brazão de armas passado aos padres Gaspar de Andrade Columbeiro e Francisco de Andrade a 23 de Janeiro de 1707 pelo rei d'armas principal Manoel Leal, sendo escrivão da nobreza José Duarte Salvado, cavalleiro da casa real, e registrado na camara de S. Paulo no liv. 5° de registro geral, se mostra que por seu pai Gonçalo Martins Leite foi o dito Paschoal Leite neto de Jorge Furtado de Sousa, fidalgo da casa real,e de sua mulher Catharina Nunes Velha; e por ella bisneta de Isabel Nunes Velha, e de seu marido Fernão Vaz Pacheco; terneto de Nuno Velho (irmão de Ruy de Mello, que foi estribeiro-mór de el-rei D. João II), e de sua mulher Africa Annes, que era viuva de Jorge Velho. Quarto neto de D. Violante Cabral, e de seu marido Diogo Gonçalves de Travassos, que foi vedor do infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, com quem se achou na batalha e tomada de Ceuta; e foi do conselho de el-rei D. Affonso V e tanto seu privado, que na sua doença foi visitado de el-rei em pessoa; e jaz sepultado no convento da Batalha á porta da capella dos reis com a letra D sobre sua sepultura por ordem do mesmo rei. Quinto neto de D. Maria Alves Cabral, e de seu marido Fernão Velho, e sexto neto do Sr. de Belmonte. Todo o referido consta melhor do dito brazão supra indicado; e o mesmo contexto se lê com mais diffusa noticia no padre Cordeiro; *Historia Insulana*, impressa em Lisboa em 1717. Em S. Paulo falleceu Paschoal Leite Fur-

tado com testamento a 4 de Maio de 1614 na sua fazenda do sitio de Pinheiros. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra P, n. 3, o de Paschoal Leite.) E teve oito filhos naturaes de S. Paulo.

§ 1°

2—1. Isabel do Prado, casou na matriz de S. Paulo a 19 de Abril de 1635 com Francisco Leal, natural da Ilha Terceira, filho de Manoel Lopes Leal, e de sua mulher Catharina Neto. Sem geração.

§ 2°

2—2. Paschoal Leite Furtado, casou na matriz de S. Paulo a 12 de Outubro de 1539 com Mecia da Cunha, filha de Henrique da Cunha Gago, e de sua mulher Maria de Freitas. Com geração. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 1.°

§ 3°

2—3. Isabel do Prado, casou na matriz de S. Paulo a 30 de Abril de 1640 com Pedro Dias de Castilho (filho de Manoel Lourenço Valença, e de sua mulher Anna de Castilho), natural da villa da Victoria da capitania do Espirito-Santo, e falleceu em Parnahyba com testamento no 1° de Setembro de 1675. (Cart. de orph. de Parnahyba, letra P. n. 256.) E teve dois filhos:

3—1. Anna de Castilho, mulher de Pedro Lopes de Lima.

3—2. Maria de Jesus.

§ 4°

2—4. Ursula Pedroso, casou tres vezes: primeira com João Nunes da Silva, que falleceu em S. Paulo em 1639; segunda

Alberto Sobrinho, natural da villa de Santos (em titu-
de Annes, cap. 2° § 2° : terceira vez casou aos 17 de
) de 1643 com João Guerra Branco, natural da villa
vianna, filho de Gonçalo da Guerra, e de sua mulher
ica Dias Maciel. Sem geração. Do primeiro matrimonio
quatro filhos (1) e do segundo um filho.

3—1. Isabel Nunes da Silva, casou na matriz de S. Pau-
2 de Março de 1642 com Estevão Ribeiro, filho de Bal-
ar Ribeiro, e de sua mulher Margarida Cançada.

3—2. Antonio.
3—3. João.
3—4. Maria.
3—5. Alberto Sobrinho.

§ 5°

2—5. Potencia Leite, casou com Antonio Rodrigues de
randa, natural da cidade de Lamego e tronco da fa-
milia do seu appellido em S. Paulo. (Em titulo de Miran-
das). Com geração.

§ 6°

2—6. Maria Leite, casou com Pedro Dias Paes Leme.
(Em titulo de Lemes, cap. 5.° Com sua descendencia).

§ 7°

2—7. Paschoa Leite, falleceu sem geração em 14 de Ju-
nho de 1667, tendo sido casada com Gaspar Lopes Godim.
(Cart. de orph. de Parn., inv. letra P. n. 185, o de Paschoa
Leite.)

(1) Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1°, letra I. n. 32.

§ 8°

2—8. João Leite, falleceu com testamento em 8 de Abril de 1616, e foi casado com Ignez Pedroso (em titulo de Moreiras, n. 1 cap.3° § 7); a qual viuvando casou com Thomé Martins (em titulo de Bonilhas, cap. 1°§ 4°); e falleceu a mesma com testamento a 4 de Novembro de 1634; e foi irmã de Maria Moreira, mulher de Innocencio Preto. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 3 letra I n. 24, e n. 160, invent. de Ignez Pedroso.) E teve dois filhos.

3 -1. Sebastião Pedroso Leite, casou na matriz de S. Paulo a 29 de Janeiro de 1631, com Maria Gonçalves (a qual depois casou segunda vez com Sebastião Martins, e terceira vez com Sebastião da Gama), filha de André Martins Bonilha e de sua mulher Justa Maciel. (Em titulo de Bonilhas, cap. 1°). Falleceu Sebastião Pedroso com testamento a 18 de Maio de 1698. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra S, n.7, e cart. 1° de notas, maço de inventarios antigos, o de Maria Gonçalves.) E teve dois filhos.

4—1. Antonio Pedroso Leite, falleceu com testamento a 30 de Junho de 1677, e foi casado com Catharina Dias (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 4° de inv. letra A, n. 29.) E teve cinco filhos :

5—1. José Pedroso Leite.
5—2. Maria.
5—3. Ignez Pedroso.
5—4. Timotheo.
5—5. Catharina.

4—2. Manoel Pedroso Leite, falleceu. Sem geração.

3—2. João Leite, casou na matriz de S. Paulo a 30 de Janeiro de 1636 com Antonia Gonçalves (depois foi viuva de João da Costa Leal), natural de S. Paulo, filha de Fran-

cisco Jorge,e de sua mulher Isabel Rodrigues. (Em titulo de Bonilhas, cap. 3º no segundo casamento de Isabel Rodrigues com Francisco Jorge; e d'este Francisco Jorge, temos feito menção em titulo de Godoy, cap. 2º.) E teve naturaes de S. Paulo quatro filhos.

4—1. Isabel Pedroso,casou com Manoel Vieira Barros, nobre cidadão e natural de S. Paulo, estando viuvo de sua primeira mulher Anna Dias, filho de Domingos Machado, natural da Ilha Terceira (filho de Pedro Jacome Vieira, e de sua mulher Antonia Machado de Toledo, neto por parte paterna de Sebastião Vieira e de sua mulher Joanna Jacome, em titulo de Vieiras da Ilha Terceira. E pela materna neto de Gonçalo de Toledo Machado, e de sua mulher Maria Fernandes, a rica: em titulo de Machados Toledos da Ilha Terceira), e de Catharina de Barros, natural de S. Paulo. (Em titulo de Alvares de Sousa, de S. Paulo.) Falleceu dito Manoel Vieira de Barros com testamento a 21 de Abril de 1705, e se mandou sepultar no jazigo proprio, que como irmão da companhia lhe havia concedido por carta o Revm. padre provincial Alexandre de Gusmão, vindo de visita ao collegio de S. Paulo. Foi Manoel Vieira Barros quem com liberal piedade e devoção concorreu para a construção do recolhimento de Santa Theresa, que para accommodação da nobreza de S. Paulo idêou o Exm. D. José de Barros de Alarcão, 1º bispo da cidade do Rio de Janeiro, achando-se de visita em S. Paulo, largando tres moradas de casas que tinha no sitio, que se elegeu para o dito recolhimento, cuja custosa obra supposto teve por fundador o dito prelado,foi Manoel Vieira quem concorreu com a dadiva das suas tres moradas de casas; e para as mais despezas, que foram grandes e importaram cabedal. Soffreu Lourenço Castanho Taques, seu irmão o capitão-mór governador Pedro Taques,aos quaes fez concurso com uma certa porção de

dinheiro Diogo Rodrigues, que foi pai do honrado paulista Antonio Rodrigues de Medeiros, capitão dos cavalleiros de S. Paulo: n'este recolhimento entraram as filhas do dito Manoel Vieira Barros com grande consolação de seus pais, e applauso do fundador o Exm. bispo, havendo missa cantada e sermão no dia d'esta entrada com despeza grande pelos applausos d'este dia. E teve do seu matrimonio treze filhos (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra M. n. 34 o de Manoel Vieira Barros), naturaes de S. Pedro.

5—1. Frei José Vieira, carmelita; occupou os cargos de prior em varias conventos e de visitador, e falleceu em S. Paulo em 1758.

5—2. Bento Vieira, foi clerigo presbytero de S. Pedro.

5—3. Antonio Pedroso Leite, casou com D.....(Em titulo de Raposos Silveiras, cap...

5—4. Maria Leite
5—5. Theresa Vieira } Estas duas tomaram o habito no recolhimento de Santa Theresa, porém como com a morte do Exm.e Revm. fundador não passou a professo, veiu o recolhimento por falta de rendas a decahir totalmente da elevação com que tivéra principio o ingresso das primeiras recolhidas, servindo muito para a tal decadencia o fallecimento do fervoroso fundador Lourenço Castanho, até que Maria Leite e Theresa Vieira voltaram para o seculo, tendo n'elle o patrimonio das legitimas que herdaram por morte de seus pais.

5—6. Jorge, falleceu menino.

5—7. Leonor de Barros Vieira, falleceu solteira.

5—8. Francisca Leite de Barros, falleceu solteira.

5—9. Cordula Vieira, casou na matriz de S. Paulo a 30 de Setembro de 1695, com Simão Pereira do Faro, filho de Francisco Pereira do Faro, e de sua mulher Anna de Oliveira. Sem geração.

5—10. Antonia Pedroso Vieira, casou a 29 de Outubro de 1699 com Manoel Ribeiro Leal, natural de Lisboa, freguezia de S. Julião, filho de Silvestre Dias Ribeiro e de Maria de Jesus, sua mulher. E teve dois filhos :

6—1. Francisco Ribeiro Leal.

6—2. Ignacio Ribeiro Leal.

5—11. Ursula Pedroso, falleceu solteira.

5—12. Ignacia de Barros, casou com Felix Sanches Barreto, natural de Lisboa, filho de Pedro Sanches e de sua mulher Maria Barreto, ambos de Lisboa (Camara episcopal da cidade de Marianna,autos *de genere* do padre Felix Sanches Barreto). E teve quatro filhos naturaes de S. Paulo:

6—1. O padre Felix Sanches Barreto, presbytero, morador no Serro do Frio em 1770.

6—2. Manoel Sanches Barreto, casou com D. Antonia Ignez de Almeida e Moura, filha do sargento-mór Domingos de Moura Miguel, natural da cidade do Porto, e de sua mulher Beatriz Cardoso de Almeida natural da cidade da Bahia, com geração de quatro filhos ainda tenros.

6—3. Isabel Pedroso Leite casou em Taubaté a 20 de Janeiro de 1725 com João Paes Domingues, natural de Pindamonhangaba,filho de Manoel da Costa Leme, e de sua mulher Maria Paes Domingues e neto de Antonio Bicudo Leme, o Via-Sacra de alcunha. (Em titulo de Lemes, cap. 1° § 2°, ou em Bicudos, cap. 1° § 2°.) Com geração de dez filhos nascidos em Pindamonhangaba.

6—4. Pedro Sanches Barreto, falleceu solteiro.

5—13. Ignez Pedroso (ultima filha de Ignez Pedroso e Manoel Vieira Barros),casou a 5 de Novembro de 1695 com Thomé Rodrigues da Silva, que acabou em patente de sargento-mór dos auxiliares de S. Paulo, filho de Mathias Rodrigues Silva e de sua mulher Catharina d'Horta. (Em titulo

de Hortas, cap. 1º §.) Falleceu o sargento-mór Thomé Rodrigues com testamento a 26 de Setembro de 1743. E teve cinco filhos naturaes de S. Paulo. (Orph. de S. Paulo, maço 1º de inv. letra T. n. 11.)

6—1. O Revm. padre mestre frei Salvador Caetano de Horta, carmelita; falleceu em Lisboa.

6—2. O Revm. frei Bento Rodrigues de S. Angelo, carmelita, é presentado: ha muitos annos que existe feito descobridor de minas de ouro no sertão do Tibagy, onde descobriu perto da estrada dos Campos Geraes, faisqueiras de ouro de lavagem, e apparecendo diamantes, ficou prohibido o ingresso para estes descobrimentos, e se lhe pôz uma guarda de soldados infantes com um cabo commandante do presidio de Santos.

6—3. José Rodrigues da Silva Horta, casou por força de concsiencia com Rita da Silva, de quem já tinha antes do matrimonio varios filhos.

6—4. Frei Francisco de Santa Ignez, carmelita, foi repetidas vezes prior do convento de S. Paulo, onde deixou varias obras filhas do seu grande zelo e actividade. Estando definidor passou-se a residir na aldêa de Maruhiry do real padroado, onde fez construir um novo templo com bem proporcionada architectura em comprimento, largura e altura, seguindo-se um convento de sobrado com commodidades grandes para os Revms. que se ajuntam no dia da festa do orago da dita aldêa, Nossa Senhora da Escada, e para os Rev. visitadores ou Revms. provinciaes; porém antes de adornar o templo, e fazer levantar casas de taipa para vivenda dos indios em ruas, que já tinha destinado, acabou na mesma aldêa, de repente, e com não pequenas conjecturas de que fôra veneno introduzido em um crystal que lhe administrou um seu escravo, que o servia com apparencias

de fidelidade havia muitos annos. Jaz sepultado na casa do capitulo do convento de S. Paulo.

6—5. Catharina da Silva d'Horta, que falleceu de bexigas em 1769, foi casada com Francisco da Cunha Lobo, nobre cidadão de S.Paulo, que ainda existe em 1770, filho de..... (Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1º § 1º n. 3—4 a n. 4—2, e seguintes.) Com doze filhos, que alli temos descriptos.

4—2. Paschoal Leite (filho do n. 3—2): falleceu menino.

4—3. Antonio Pedroso Leite, casou com Maria de Oliveira, natural de S. Paulo, irmã direita do coronel Antonio de Oliveira Leitão, que falleceu degolado em alto cadafalso na praça da Bahia. (Em titulo de Alvarengas, cap.....)

Falleceu Antonio Pedroso Leite com testamento nas Minas-Geraes no anno de 1719. E teve cinco filhos naturaes deS. Paulo. (Cart. 1º de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Antonio Pedroso Leite.)

5—1. Antonio Pedroso Leite, cidadão de S. Paulo, foi casado com Maria Paes Domingues, irmã de Manoel Cavalhero Lumbria, naturaes de S. Paulo, filho de Manoel Fernandes Cavalhero,natural de S. Paulo, morador no sitio de Tieté, que falleceu com testamento a 18 de Novembro de 1699, e de sua mulher Maria Paes Garcia, a qual casou segunda vez com João da Cunha Leme, neta por parte paterna de José Cavalhero, natural de Castella, reino de Toledo, villa de S. Olaya do senhorio do conde de Astorga, e de sua mulher Isabel Fernandes, natural de S. Amaro; e pela materna neta de Martim Garcia Lumbria, natural de S. Paulo, que foi capitão-mór da capitania de Itanhaen pelos annos de 1693, a quem o Sr. rei D. Pedro II mandou escrever uma carta firmada do seu real punho datada em Lisboa a 20 de Outubro de 1698, e de sua mulher D.

Maria Domingues das Candêas. (Cartorio de orphãos de S. Paulo,maço 6° de inventarios, letra M. n. 58,o de Manoel Fernandes Cavalhero, casado com Maria Paes Garcia .) E teve nove filhos naturaes de S. Paulo.

6—1. João Leite de Oliveira, morador em Goyazes, e casado com D. Escholastica Bueno filha do mestre de campo Antonio de Camargo Ortiz e Albuquerque. Em titulo de Camargos, cap. 7° §.)

6—2. Manoel Cavalhero Leite,cidadão de S. Paulo;tem occupado os honrosos cargos da republica: foi juiz ordinario em 1765, e é capitão de infantaria da ordenança do bairro do Tieté. Está casado com Mecia da Cunha, filha de Estevão da Cunha Abreu. Em titulo de Pires, cap. 6° §.)

6—3. Miguel Pedroso Leite, sahiu na recruta dos 200 soldados paulistas no anno de 1759 em capitão de infantaria, como temos referido em titulo de Rendons. Casou no Rio-Pardo com D. Innocencia Maria Pereira Pinto, filha do coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, e de D. Francisca Velloso de Fontoura. E tem quatro filhos:

7—1. Francisco de Paula Barreto Pereira Pinto.

7—2. Miguel Pinto Carneiro de Fontoura.

7—3. Antonio Pinto Carneiro de Fontoura.

7—4. Manoel Cavalhero Leite.

6—4. Maria Paes de Oliveira foi casada com Domingos Gomes Albernaz, natural de S. Amaro, filho de....

6—5. Antonio Pedroso de Oliveira, está casado com Anna Maria da Luz filha de Lourenço de Siqueira Preto, natural e cidadão de S. Paulo, e de Anna da Silva de Padilha.

6—6. José Paes, falleceu solteiro em Minas do Pilar em 1752.

6 —7. Bento Paes, falleceu solteiro em Pilar.

6—8. Clara Domingues Pedroso, foi casada com José Innocencio de Aguirre. Sem geração.

6—9. Francisco, falleceu menino nas minas de Crixás da comarca de Villa-Boa de Goyazes.

5—2. Antonia de Oliveira Leite, casou em S. Paulo no 1° de Maio de 1695 com Francisco Rodrigues de Freitas, natural de Mogy das Cruzes (filho de André Rodrigues de Freitas, e de sua mulher Maria da Luz), o qual falleceu a 20 de Julho de 1743. (Residuo ecclesiastico, testamentos, maço 7° letra F.) E teve

6—1. Francisco.

6—2. Josepha Rodrigues, mulher de Manoel da Cunha, e segunda vez de João Machado Castanho.

6—3. Maria . . . . . casada primeira vez com Antonio de Alcaçova, ou Alcovia, e segunda com Manoel da Maya.

5—3. Anna de Oliveira, casou em S. Paulo a 21 de Fevereiro de 1700 com Vasco da Motta Cavalcanti, natural da villa de Mogy das Cruzes, filho de Antonio da Motta Cavalcanti e de sua mulher Maria Fragoso de Mattos. Em Mogy falleceu Antonio da Motta Cavalcanti a 10 de Dezembro de 1696. (Orphãos de Mogy, inventario letra A. n. 16.) E teve

6—1. João Leite de Moraes, que foi casado com D. Maria de Lara em S. Paulo, filha do sargento-mór Simão de Toledo de Castelhanos.) Em titulo de Taques Pompêos cap. 3° §.

6—2. Manoel de Oliveira.

5—4. Francisca Leite casou com Manoel de Azambuja, natural do Rio de Janeiro, filho de Manoel de Azambuja, e de sua mulher N., que elle matou, e se passou para S. Paulo d'este homicidio; por cujo crime veiu a ser preso pelo desembargador Antonio Luiz Peleja, 1° ouvidor geral

e corregedor de S. Paulo. E teve filhos naturaes de S. Paulo.

6—1. Manoel de Azambuja, falleceu solteiro no Rio Grande do Sul.

6 — 2. Erancisco Xavier de Azambuja, falleceu no Rio-Pardo em 1769, estando alli casado com.... Foi capitão da cavallaria auxiliar do districto da freguezia nova do Bom-Jesus, em cujo posto fez muitos serviços a Sua Magestade com grande respeito e affecto do povo. Viveu abundante com a sua grande fazenda de gados, que tem no mesmo districto, e deixou numerosa successão.

5—5. Ignez Pedroso de Oliveira, foi casada com Domingos Coelho Barradas, natural e cidadão de S. Paulo. Foi capitão da ordenança do bairro de Cahaguassú, e falleceu com testamento em S. Paulo, e n'elle declarou a sua naturalidade, e que era filho de Domingos Coelho Barradas e de sua mulher Custodia Gonçalves, Em titulo de Alvares Sousas, cap. 7º). E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

6—1. Antonio Coelho, casou com Maria de Godoy Cardoso, irmã direita de João de Godoy Pinto e Silveira, filha de Francisco de Godoy Preto, cidadão de S. Paulo, guarda-mór das minas da Papuãa, arraial do Pilar, e seu descobridor, na comarca de Villa-Boa de Goyazes, e de sua mulher D..... Cardoso.

6—2. Frei Manoel de S. Ignez, religioso franciscano, correu as Indias de Hespanha e foi vigario na cidade do Cusco: falleceu em S. Paulo.

6—3. José, falleceu solteiro nas Indias de Hespanha, indo de S. Paulo na companhia do irmão.

6—4. Philippa, casou com José Pereira de Oliveira, natural de S. Paulo, filho de Manoel João de Oliveira. Em titulo de Moraes.

6—5. Escholastica..... casada com Domingos de Almeida Ramos, natural da villa de Mogy das Cruzes, filho de Domingos de Almeida Ramos, que falleceu na mesma villa a 4 de Novembro de 1755, natural do lugar do Landoal, termo da villa de Obidos (filho de Manoel Ramos, e de sua mulher Catharina de Almeida), e de sua mulher Barbara Corrêa, natural de Mogy, que tambem são os pais do padre Marcello de Almeida Ramos, clerigo de S. Pedro.

6—6. Theresa de Jesus, foi casada com Philippe Corrêa Quintana, natural da villa de Santos e cidadão de S. Paulo, capitão da ordenança do bairro de S. Miguel, filho de Philippe Corrêa Quintana, alferes de infanteria do presidio de Santos. Falleceu do tiro que lhe deu por emboscada um N. de Avila, seu inimigo. Com geração.

4—4. Ignez Pedroso (filha ultima do n. 3—2, pag. 95) falleceu sem geração. Foi casada com Bartholomêo Fernandes de Faria, que, sendo preso quando já contava acima de 80 annos de idade, e remettido para a Bahia com o processo das culpas, que lhe resultaram de varias mortes, que mandou fazer por um *Carijó* da sua administração chamado Judêo de alcanha, antes da sentença acabou a vida na cadêa da Bahia, de bexigas. Este foi o Bartholomêo Fernandes de Faria, terror da villa de Jacarehy, em cujo termo foi morador muitos annos; e o que pôz aos moradores da villa de Santos cheios de um temor panico, quando baixou áquella villa com um troço de gente armada sem lhe embaraçar a resolução, que ia executar, como executou, o ser a villa de Santos um presidio fortificado de 4 companhias de infanteria paga, e ter n'aquella occasião por governador da praça e suas fortalezas ao mestre de campo José Monteiro de Mattos; porque o dito Faria posto em marcha chegou á villa de S. Vicente, e por ella se introduziu por terra em distancia de duas leguas com o seu troço,

valendo cada soldado, na estimação do seu commandante Bartholomêo Fernandes de Faria por muitos dos que na praça tinham o soldo do rei. Deu motivo para esta briosa, posto que indiscreta acção, o vexame, que soffriam, sem remedio, os moradores de serra acima; porque a ambição tinha convertido em negocio particular a venda do sal (que por estanco se dignou conceder a real piedade do Sr. rei D. João V em preço taxado de 1$280 por alqueire, por supplica que lhe haviam feito os mesmos moradores de serra acima pela camara capital de S. Paulo), que tinha chegado ao excesso de pedir o contratador por cada um alqueire 20$, affectando que do reino lhe tinha faltado a providencia annual d'este genero. Porém constando a Bartholomêo Fernandes que tudo era dissimulação no contratador, que, protegido dos magnates da villa de Santos, estava praticando com liberdade esta insolencia debaixo dos seguros de lhe não ser castigada a culpa, sendo tantas vezes requerida pelos da republica de S. Paulo, formou um corpo de armas, e baixou com elle na fórma referida á villa de Santos: chegado a ella tomou logo as casas dos armazens do sal; e mandando chamar o contratador do sal com o seguro da palavra de homem de bem de lhe não fazer minima offensa, e que só carecia da sua presença com os seus caixeiros para vêr a extracção do sal, e receber de cada um alqueire o seu taxado preço de 1$280, e porque d'esta quantia tem a fazenda real 400 rs. por consignação, que prometteram os povos de S. Paulo e suas villas para subsidio da infanteria da praça, mandou aviso ao provedor da mesma fazenda Thimoteo Corrêa de Góes para mandar para os portos dos armazens do sal o fiel recebedor dos 400 rs. de cada alqueire. Estando tudo assim disposto com grande tranquillidade de espirito, occupou Bartholomêo Fernandes a rua onde existiam os ditos armazens, cujas

portas fez abrir, e por medida que tinham os mesmos fez extrahir e evacuar o sal, que entendeu necessario para fornecimento dos povos de serra acima, que havia mezes supportavam a barbaridade da ambição do dito contratador, pagando-se (dentro dos mesmos armazens), o sal que para fóra se tirava, e os 400 rs. de cada alqueire alli mesmo recebeu o fiel da fazenda real, sem que esta, ou o contratador recebesse prejuizo por diminuição de um só real. Para conducção do genero que deu causa a esta liberdade e despotismo, havia Bartholomêo Fernandes de Faria disposto uma multidão de *Carijós*, a cujas costas se conduziu todo o sal, e com cavallos de cargas, que para o mesmo fim os fez ir em sua companhia, o que tudo augmentou tanto o troço da gente armada, que avultava a um pé de exercito, que para praça tão pequena; e seus nacionaes sem terem occasião de verem cavallos, que ainda então os não havia n'aquelle rocio, menos corpo sobrava para o temor, e para a admiração. Executado este lance sem outro algum procedimento de maldade, que costuma obrar qualquer corpo auxiliado do despotismo, se retirou Bartholomêo Fernandes de Faria pelo mesmo caminho de terra da villa de S. Vicente; e porque n'esta estrada ha uma ponte chamada de S. Jorge, tanto que teve toda a gente assim de armas, como de cargas e bestas, posta de outra parte da dita ponte com accordo de soldado esperto, mandou deital-a abaixo, acautelando-se assim para passar a noite em socego, se na sua retaguarda tocasse alarma a infanteria da praça para o atacarem dentro da villa de S. Vicente, em marcha para S. Paulo até o sitio chamado do Cubatão. Não foi esta advertencia de pequena consequencia, porque, resolvendo-se os da praça a seguirem a Bartholomêo Fernandes para castigarem a ousadia, chegando as tropas ao passo de S. Jorge, o acharam sem ponte, a qual se não podia fabri-

car em breves horas; e por este impedimento retrocedeu para Santos sem mais acção, que haverem intentado o despique por desafogo. Socegados os animos do primeiro susto e horror, que causou a liberdade de Bartholomêo Fernandes entrando com corpo armado na praça de Santos, houve acção de graças por ficarem os moradores livres de um potentado, de quem receiaram hostilidades, roubos, e outras insolencias, que costuma praticar qualquer corpo tumultuoso, e sem disciplina regular. Foi a acção de graças celebrada na igreja do collegio dos PP. jesuitas da praça de Santos, e houve no fim do *Te-Deum* um sermão, que se dedicou, para o prélo, ao mestre de campo governador José Monteiro de Mattos. Nós tivemos o gosto de vêr este papel; porém como nos falta a lição para termos voto de o applaudir ou criticar, só fizemos conceito, que sahindo ao mundo pela publicidade da imprensa, não faltaria quem reputasse primeira satyra, que sermão adornado de textos sagrados, por uma acção, que mais accusava o terror panico dos moradores de Santos, que a força das armas do despotico Bartholomêo Fernandes de Faria. Deixou n'esta acção estampado o seu nome, que em todo o tempo seria recommendavel se o não manchára com a nota indesculpavel de tantas mortes, que se executaram por seu auxilio e consentimento. Porém ainda que as não pagou por sentença da recta justiça, sempre por ella foi preso quando já os annos lhe aconselhavam o retiro, em que se achava para chorar peccados em um quasi deserto da praia da villa da Conceição de Itanhaen, dentro de uma pequena cabana de palha; e conduzido em ferros para a cadêa de Santos, d'ella o embarcaram para a cidade da Bahia, onde, como temos referido, acabou de bexigas. Como a pobreza era summa, logo que expirou, sahiu o padre provedor dos presos, que sempre foi este emprego de religioso jesuita,

a pedir esmolas para a mortalha e bens da alma, e, não tendo passado de uma rua proxima á cadêa da relação, se achou com tão avultada esmola, que passou de 800$, que todos lhe serviram para o enterramento e suffragios. Esta verdade se diffundiu em S. Paulo por cartas de alguns jesuitas escriptas a outros do collegio de S. Paulo.

CAPITULO II

1—2. Helena do Prado, casou com Pedro Leme, natural da villa de S. Vicente. (Em titulo de Lemes, cap. 1° com sua descendencia.)

CAPITULO III

1—3. Domingos do Prado, estudou no Rio de Janeiro em casa de sua tia Clara Martins. Foi jesuita; e, vindo para cantar missa no collegio de S. Paulo, falleceu entrevado. D'esta Clara Martins do Rio de Janeiro houve um jesuita N. Martins, que existia no collegio d'aquella cidade pelos annos de 1728.

CAPITULO IV

1—4. João do Prado, falleceu no sertão em 1616, estando casado com Maria da Silva de S. Paio, filha de Domingos Martins, a qual casou segunda vez com Sebastião Soares, natural de Portugal, que falleceu em 1630, (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço de inventarios, letra l. n.... e s. maço 1° n. 23. (E teve tres filhos.)

§ 1°

2—1. Joanna do Prado, casou na matriz de S. Paulo a

25 de Janeiro de 1632 com Antonio de Lima, natural de Ponte de Lima (filho de Simão Nunes Homem, e de sua mulher Isabel Rodel), que falleceu em 1648. (Cartorio de orphãos, maço 4° de inventarios letra A, n. 39.) E teve sete filhos.

3—1. Antonio de Lima do Prado, se habilitou *de genere* no anno de 1661.

3—2. João de Lima do Prado, falleceu na Atibaia em 16 de Dezembro de 1716. Casou com Maria de Siqueira de Camargo. (Em titulo de Camargos, cap.....) Residuo da ouvidoria de S. Paulo, testamento de João de Lima do Prado, e cartorio de notas de S. Paulo, inventario de João de Lima do Prado.) E teve cinco filhos.

4—1. Antonio de Lima do Prado, que falleceu em S. Paulo com testamento em Julho de 1723 (Orphãos, maço 4° letra A, n. 27), casado com Maria Antunes. E teve tres filhos.

5—1. João de Lima do Prado.

5—2. Anna Maria.

5—3. Antonio de Lima do Prado, casou com Maria da Luz, filha de Gaspar Lopes de Medeiros, e de sua mulher Catharina Cortez.

4—2. João de Lima, que já era fallecido em 1706.

4—3. Pedro de Lima.

4—4. Joanna de Lima, mulher de Hyeronimo da Rocha Pimentel. (Em Camargos, cap. 8° § 3° n. 3—2.)

4—5. Mecia de Siqueira.

3—3. Pedro de Lima do Prado, que viuvando foi clerigo de S. Pedro; casou e teve a filha D. Anna de Lima do Prado, mulher do alcaide-mór José de Camargo Pimentel. (Em titulo de Camargos, cap. 4° § 2°.)

3—4. Manoel de Lima do Prado, casou com Anna Peres

Vidal de Siqueira, a qual falleceu a 12 de Março de 1719, e seu marido falleceu a 9 de Abril de 1715. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço n. 4 letra A. n. 26). E teve tres filhos.

4—1. João de Lima do Prado.

4—2. Maria de Lima do Prado, mulher de Bartholomêo Bueno de Azeredo (Em titulo de Camargos, cap. 7° § 1° n. 3—1.)

4—3. Maria de Lima do Prado, mulher de Luiz Barroso, natural e cidadão de S. Paulo, onde falleceu em 1695, e sua mulher falleceu a 16 de Abril de 1729. (Cart. 1° de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos o de Luiz Dias Barroso, e o de Maria de Lima do Prado; e tambem ouv. de S. Paulo maço dos residuos, o testamento de Maria de Lima); filho de João Barroso, natural de Portugal, e de sua mulher Catharina de Siqueira, irmã do Rev. Matheus Nunes de Siqueira; o que temos mostrado em titulo de Camargos, cap. 1° § 2° n. 3—9. E teve dois filhos :

5—1. Hyeronimo Dias Barroso, que falleceu em Mogy-Guassú, casado com..... Forquim.

5—2. Maria de Lima do Prado, mulher do capitão Fernando Lopes de Camargo, com geração. (Em titulo de Camargos, cap. 1° § 2° n. 3—9)

3—5. Domingos.

3—6. Maria.

3—7. Domingos.

§ 2°

2—2. Domingas da Silva, casou na matriz de S. Paulo a 25 de Janeiro de 1632 com André Bernaldes. filho de João Bernaldes e de sua mulher Helena Gonçalves. Sem geração.

§ 3º

2—3. João do Prado, casou na matriz de S. Paulo a 20 de Outubro de 1635 com Maria de Chaves, filha de Antonio Lourenço e de sua mulher Marianna de Chaves. (Em titulo de Carvoeiros, cap. 1º § 4º.) Com geração em dito titulo, e foram

3—1. João do Prado, que se passou para Taubaté, onde já morava em 1658.

3—2. Philippa do Prado, casou com João de Santa Maria, natural de Castella, que veiu a S. Paulo em 1609 feito secretario de D. Francisco de Sousa, governador administrador geral das minas, que falleceu em S. Paulo em Junho de 1611. (Cam. de S. Paulo, cad. de residuos, titulo 1607 pag. 33, e Cam. Episcopal, aut. *de genere* de Domingos de Camargo, que foi clerigo.) E teve :

4—». Marianna do Prado, mulher de Fernando de Camargo, o Tigre de alcunha. (Em titulo de Camargos, cap. 1º.) Deixou geração.

CAPITULO V

1—5. Catharina do Prado, natural da villa de S. Vicente, falleceu em S. Paulo com testamento a 17 de Maio de 1649, e foi casada com João Gago da Cunha, natural e cidadão de S. Paulo, que falleceu com testamento a 4 de Setembro de 1636. (Cart de orph. de S. Paulo, maço 1º de inv. letra C n. 10, e letra I, maço 3º n. 20), filho de Henrique da Cunha Gago, e de sua mulher..... (Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 2.º) E teve doze filhos naturaes de S. Paulo.

§ 1º

2—1. Maria da Cunha, foi casada com Hyeronimo da Vei-

ga, nobre cidadão de S. Paulo,onde já era morador em 1638; irmão de Belchior da Veiga, que casando com Beatriz Camacho, falleceu sem filhos e sem testamento, por cuja razão ficou por seu herdeiro o dito Hyeronimo da Veiga (Cart. 2° de notas de S. Paulo, maço de justificação de Hyeronimo da Veiga), que falleceu a 2 de Dezembro de 1660, e sua mulher Maria da Cunha a 14 de Outubro de 1670. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra H. n. 10, e letra M. maço 1° n. 20.) Os ditos irmãos Veigas eram já moradores de S. Paulo em 1609. (Notas, liv. n. 27. 1609 fl. 10 v.) E teve quatorze filhos.

3—1. João da Veiga, falleceu solteiro.

3—2. Antonio da Veiga casou com Maria de Pinho, e teve tres filhos : João, Catharina e Ignez.

3—3. Balthazar da Costa da Veiga, nobre cidadão de S. Paulo, onde serviu todos os cargos da republica, foi potentado em arcos, e abundante de suas lavouras de trigo e outros mantimentos, com grande criação de gados vaccuns. Falleceu a 24 de Agosto de 1700 (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra B. n. 5), e foi casado com Maria Bueno de Mendonça, que falleceu em 1709, filha de Amador Bueno e de sua mulher Margarida de Mendonça. (Em titulo de Buenos, cap. 1° § 2.°) E teve onze filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. Amador Bueno da Veiga, nobre cidadão de S. Paulo onde, serviu todos os cargos da republica. Foi potentado em arcos, dos quaes teve numerosos indios da sua administração, e a sua fazenda era um populoso arraial. No anno de 1709 teve mercê de juiz de orphãos de S.Paulo pelo marquez de Cascaes, donatario da capitania de S. Vicente, de que tomou posse, e não exerceu o seu officio por fazer d'elle desistencia em camara, como abaixo fazemos menção. Foi casado com D. Martha de Miranda, filha de Bartholomêo da Cunha Gago (em titulo de Prados aqui, cap. 7°

§ 2º n. 3—3), nobre cidadão de S. Paulo que falleceu na villa de Taubaté com testamento a 31 de Janeiro de 1685 (Orph. de Taubaté, maço de inv. letra B. n. 10) e de sua mulher Maria Portes de El-Rei, natural da villa de Mogy Sant'Anna das Cruzes, filha do capitão João Portes de El-Rei, e de sua mulher Juliana Antunes (em titulo de Portes de El-Rei, cap 4.º) onde se verá a nobre ascendencia do capitão João Portes de El-Rei. Falleceu Amador Bueno no sertão do Rio-Pardo a 21 de Dezembro de 1719. E teve seis filhos, de que faremos menção no fim da digressão em que entramos por dar uma verdadeira noticia do levantamento que houve nas Minas-Geraes, que produziu ser em S. Paulo constituido este Amador Bueno em cabo-maior do exercito paulistano em 1709.

(O autor principiou a dar uma noção da origem da capitania de S. Vicente para entrar na historia dos descobrimentos das Minas do Brasil feitos pelos paulistas sem a menor despeza da fazenda real; porém não continuou e diz: « Aqui se ha de copiar o discurso chronologico, que tenho escripto dos descobrimentos do Brasil, desde o primeiro que se intentou em 1572 na Bahia sem effeito, até o ultimo de Goyazes em 1725 conseguido. » E, como o pouco que narra acha-se em outros titulos, deixei de copiar aqui por desnecessario.)

5—1. Bartholomeu Bueno da Cunha, falleceu nas minas do Pilar da Papuã, tendo gozado um grande respeito, estimação e cabedal grande, e foi casado em Taubaté a 11 de Agosto de 1726 com D. Francisca Barbosa de Lima, filha do brigadeiro Alexandre Barreto de Lima. (Em titulo de Moraes, cap. 3º § 1º n. 3—4: na descendencia de Gabriel Barbosa de Lima.) Com geração.

5—2. Balthazar da Cunha Bueno, foi coronel das ordenanças e guarda-mór das Minas, como temos tratado em

titulo de Camargos, cap. 8° § 3° n. 3—4 e seguintes até D. Maria Buena da Rocha, mulher do mesmo, com sua descendencia.

5—3. Francisco Homem de El-Rei.

5—4. Maria Portes de El-Rei, mulher de Pedro de Moraes da Cunha. (Em titulo de Moraes, cap. 1° § 5° n. 3—4 a n. 4—3 e seg. E em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 3—7 a n. 4—2, com sua descendencia.)

5—5. Maria Portes de El-Rei, foi casada com José Barbosa de Lima, irmão inteiro do brigadeiro Alexandre Barretode Lima, a cima n. 5—1. (Em titulo de Moraes, cap. 3° § 1° n. 3—4, na descendencia de Gabriel Barbosa.)

5—6. Maria de Miranda, casou com Estevão Raposo de Siqueira, d'este cap. 5° § 6° n. 3—2 a n. 4—2: adiante.)

4—2. Antonio Bueno (filho do n. 3—3) casou com....

4—3. Hyeronimo da Veiga. Vive. Se casou com Maria Moniz de Miranda: e teve a filha Catharina da Veiga de Onhate, què falleceu em Taubaté a 17 de Novembro de 1733, casada com Antonio Vieira da Cunha; e tiveram sete filhos. (Caz. 11 de Taubaté.)

4—4. Miguel Bueno da Veiga, casou com....

4—5. João da Veiga Bueno, casou com....

4—6. Balthasar da Veiga Bueno, foi casado com D. Anna Maria da Silveira, filha de D. Anna Maria da Silveira. (Em titulo de Raposos Silveiras, cap. 1° § 7°.) Deixou geração.

4—7. Catharina do Prado, casou com Lourenço Corrêa Paes.

4—8. Guilherme da Veiga, nobre cidadão de S. Paulo, que serviu os cargos da republica, e na matriz de S. Paulo a 2 de Maio de 1706 casou com Isabel de Sousa, filha de José de Sousa de Araujo e de sua mulher Paschoa Domingues. Guilherme da Veiga falleceu em S. Paulo a 19 de

Novembro de 1734. (Residuo ecclesiastico, testamentos, letra G. n. 3.) E teve dez filhos naturaes de S. Paulo.

5—1. Maria Buena, que foi casada com Antonio Corrêa Pires Barradas, que ainda existe, republicano de S. Paulo, natural de....E tem seis filhos, entre os quaes é o Rev. Antonio Bueno da Veiga, clerigo de S. Pedro: existe em Goyazes.

5—2. Bento de Sousa Bueno.

5—3. Escholastica Buena, beata carmelita, que primeiro esteve no recolhimento de Santa Theresa.

5—4. Antonio Bueno de Sousa, casou com D. Luzia Martins Bonilha, irmã do capitão, Salvador Martins Bonilha em titulo de Laras, e são pais de (Bonilhas, cap. 1° § 1° n. 3—1 a n. 4—7).

6—D. Maria da Encarnação, mulher do coronel Bartholomêo Bueno da Silva, e casou em Meia-Ponte a 20 de Agosto de 1767. (Em titulo de Lemes, cap. 5° § 5° n. 3—2.)

5—5. Isabel Buena de Sousa, beata no recolhimento de Santa Theresa.

5—6. Antonia Buena, que existe solteira no estado de celibato, que elegeu.

5—7. Balthazar da Veiga Bueno.

5—8. Margarida Buena, falleceu solteira.

5—9. Marianna Buena, casou com João Rodrigues do Prado, e foi para Minas-Geraes, onde casando segunda vez, não teve filhos.

5—10. José de Sousa, foi para Minas do Cuyabá, onde existe.

4—9. Maria da Veiga (filha do n. 3—3), foi casada com Estevão Sanches de Pontes, natural de S. Paulo e seu cidadão, que falleceu a 16 de Abril de 1686; filho de Estevão Sanches e de sua mulher Mecia Soares Corrêa. (Cartori

de orphãos de S. Paulo, maço 1° de inventarios letra E. n. 14), neto de Geraldo Corrêa Sardinha, natural da cidade de Braga, da rua do Corno, que falleceu em S. Paulo a 24 de Abril de 1668, e de sua mulher Maria Soares, que falleceu em S. Paulo a 10 de Março de 1671 (Cartorio de orphãos, maço 1° de inventarios letra G. n. 21 e maço 1° letra M. n. 1); bisneto de Francisco Corrêa, natural da cidade do Porto, e de sua mulher Atanasia Sardinha, natural da cidade de Braga; e por sua avó Maria Soares, bisneto de João Soares, e de sua mulher Mecia Rodrigues. Estevão Sanches foi sargento-mór da leva de D. Rodrigo de Castel Blanco em 1681. E Maria da Veiga tambem casou com Manoel Vieira, como consta do inventario de sua mãi, letra M. n. 141. E teve de seu matrimonio com o dito Estevão Sancnes quatro filhos.

5—1. Maximiano.
5—2. João.
5—3. Estevão.
5—4. Catharina.

4—10. Maria da Cunha (filha do n. 3—3), casou com Luiz Corrêa de Lemos, o Alferes, e morador em S. Miguel. Em titulo de Moraes, cap. 3° § 2° n. 3—5 a n. 4—4, 5—3, com sete filhos.)

4—11. Margarida Buena da Veiga de Mendonça, casou na matriz de S. Paulo a 5 de Março de 1696 com Bartholomeu da Cunha Gago, natural da villa de Taubaté, que foi capitão-mór da tropa para o descobrimento de prata, ouro e pedras em 22 de Janeiro de 1680 (V. Taubaté fl. 2), filho de Bartholomeu da Cunha Gago, e de sua mulher Maria Portes d'El-Rei, os mesmos dos quaes notámos no n. 4—1. Falleceu Margarida Buena da Veiga em Taubaté com testamento a 27 de Setembro de 1741, sendo casada segunda vez com Manoel da Cruz, sem geração.

(Orphãos de Taubaté, inventarios, letra M. n. 2º e n. 35.) E Bartholomêo da Cunha Gago, falleceu em Taubaté a 9 de Dezembro de 1710. (Orphãos de Taubaté, letra B. n. 7.) E teve tres filhos.

5—1 Maria Portes da Cunha.
5—2. Antonio.
5—3. Francisca.

3—4. Hyeronimo da Veiga (filho do § 1º), casou com Maria Moniz de Miranda, que foi filha de José Corrêa Moniz, natural do Espirito-Santo, que falleceu em Taubaté a 19 de Maio de 1692, e de sua mulher Maria Collaça (orphãos de Taubaté, maço de inventarios letra I. n. 49), neta pela parte paterna de Christovão Moniz, e de Catharina Soares. Falleceu Hyeronimo da Veiga a 13 de Outubro de 1716. (Orphãos de Taubaté, letra H. n. 2.) E teve sete filhos.

4—1. Catharina de Onhatte, que em Taubaté casou a 14 de Novembro de 1697 com Antonio Vieira da Cunha, filho de Matheus Vieira da Cunha e de Beatriz Gonçalves.

4—2. Garcia Rodrigues.

4—3. Pio da Veiga Corrêa.

4—4. João Corrêa da Veiga, falleceu a 2 de Abril de 1759, casado com Maria Bicuda. (Orphãos de Taubaté, inventarios letra I. n. 62.) E teve

5—1. Antonia, mulher de Antonio Pereira da Costa.
5—2. Miguel Corrêa.
5—3. Maria.
5—4. Anna.... mulher de Francisco da Costa.
5—5. Ignacia.
5—6. Francisca..... mulher de Antonio da Costa.
5—7. Catharina.

4—5. Francisco Corrêa da Veiga. V. se casou com Martha de Miranda, pais de Maria Antunes, mulher de Pe-

dro Teixeira da Cunha.(Orphãos de Taubaté,letra M. n. 99).

4—6. Estacia da Veiga,mulher de Dyonisio Rodrigues do Prado.

4—7. Martha de Miranda, que era solteira em 1716 quando falleceu seu pai Hyeronimo da Veiga.

3—5. Belchior da Costa da Veiga (filho do § 1°).

3—6. Lourenço da Veiga, casou com Marianna Fragoso, e teve :

4—1. Maria Fragoso, que na matriz de Taubaté casou a 2 de Agosto de 1698 com Antonio Gonçalves, filho de Antonio Gonçalves e de sua mulher Maria Alves.

3—7. Gaspar, falleceu solteiro.

3—8. Estacia da Cunha (filha do § 1°), casou em S. Paulo a 16 de Janeiro de 1633 com Geraldo Corrêa, natural de S. Paulo,filho de Geraldo Corrêa Sardinha, natural da cidade de Braga da rua do Corno, e de sua mulher Maria Soares, os mesmos do n. retro 4—9. Falleceu Estacia da Veiga em S. Paulo com testamento a 19 de Outubro de 1674, e seu marido Geraldo Corrêa falleceu com testamento a 23 de Outubro de 1667. (Cartorio de orphãos, maço 1° de inventarios letra E. n. 7 e letra G. maço 1° n. 34.) E teve 10 filhos.

4—1. Isabel Corrêa da Veiga.

4—2. Maria Antunes, casou com Mathias de Oliveira.

4—3. Anna Soares, casou com Manoel Dofouros.

4—4. Mecia Corrêa da Veiga, casou com Jorge Velho, e teve: 5—1 Maria da Costa da Veiga, que a 8 de Outubro de 1699 casou em S. Paulo com Manoel da Costa de Azeredo n. 471.

4—5. Hyeronimo da Veiga.

4—6. João Corrêa, casou.

4—7. Antonio Corrêa.

4—8. Francisco Corrêa.

4—9. Manoel Corrêa.

4—10. Salvador.

3—9. Maria da Cunha (filha do § 1º), foi casada com Alvaro Gonçalves.

3—10. Philippa da Veiga, foi casada com Clemente Alvares e teve a filha

4.—Anna do Prado, que na matriz de S. Paulo casou a 27 de Junho de 1643 com Pedro Ribeiro, natural do Rio de Janeiro (filho de Pedro Ribeiro e de sua mulher Magdalena Fernandes); falleceu a 7 de Junho de 1665, com geração de seis filhos. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra P. n. 41.)

3—11. Catharina do Prado, casou duas vezes: a primeira com Manoel Borja, a segunda com Manoel Vareja.

3—12. Isabel da Cunha,foi casada com Pedro Gil. Ella falleceu em Taubaté com testamento a 4 de Abril de 1683. (Taubaté, inventarios letra I. n. 26.) E teve:

4—1. Domingas da Veiga, mulher do capitão Manoel Vieira Sarmento. V. se foi alcaide-mór.

4—2. Maria da Cunha.

4—3. Hyeronimo da Veiga.

3—13. Apolonia da Veiga, foi casada com o capitão Antonio Bicudo Leme.

3—14. Luzia da Veiga, foi casada com João de Siqueira, morador na freguezia da Conceição dos Guarulhos. E teve naturaes da Conceição:

4—1. João de Siqueira da Veiga, falleceu em Taubaté a 28 de Abril de 1722, casado com Margarida Bicuda, viuva de Domingos Gil. E não teve filhos. (Orphãos de Taubaté, inventarios, letra I. n. 57.)

§ 2º

2—2. Luzia da Cunha (filha do cap. 5º), foi casada com Domingos Rodrigues Velho, filho de Garcia Rodrigues e de Isabel Velho. (Em titulo de Garcias Velhos, cap. 9º.) E teve:

3—1. Catharina do Prado, casou em S. Paulo a 9 de Junho de 1642 com Manoel Nunes de Siqueira, filho de Antonio Nunes de Siqueira e de Maria Maciel. (Em titulo de Nunes Siqueiras, cap. 3º § 6º com seis filhos alli declarados.)

§ 3º

2—3. Antonia da Cunha, foi casada na matriz de S. Paulo a 3 de Julho de 1631 com João Ribeiro, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Estevão Ribeiro e de sua mulher Maria Missel. (Em titulo de Alvarengas, cap. 5º § 5º.)

§ 4º

2—4. Catharina do Prado, foi casada com Mathias Lopes, natural de S. Paulo (irmão de Zuzarte Lopes, de Antonio Lopes Medeiros, de Maria de Medeiros, mulher de Gonçalo da Costa Ferreira morador no Rio de Janeiro), filho de Mathias Lopes, o Velho, que falleceu com testamento a 25 de Maio de 1651, e de sua primeira mulher Catharina de Medeiros, que falleceu com testamento em 1629. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1º de inventarios, letra C. n. 27 e maço 2º letra M. n. 46.) E teve:

3—1. Catharina do Prado, casou na matriz de S. Paulo a 30 de Janeiro de 1682 com Estevão Ribeiro Martins, filho de Diogo Martins da Costa e de sua mulher D. Isabel Ribeira. (Em titulo de Alvarengas, cap. 5º § 1º n. 3—6.)

3—2. João Lopes de Medeiros, casou com Marianna da

Luz, sogros do capitão-mór Ligas Antonio Corrêa de Lemos, e foi João Lopes sargento-mór, e teve quatro filhos, e o filho....

§ 5°

2—5. Isabel da Cunha, casou primeira vez na matriz de S. Paulo a 30 de Março de 1636 com Gaspar Fernandes, filho de Gaspar Fernandes e de sua mulher Domingas Antunes, sem geração. Casou segunda vez com Manoel da Costa.

§ 6°

2—6. João do Prado da Cunha, nobre cidadão de S. Paulo, que serviu todos os honrosos cargos da republica, falleceu com testamento a 10 de Março de 1695, casado com Mecia Raposo, irmã direita do coronel João Raposo Boccarro e de D. Maria Raposo, mulher de Antonio Raposo da Silveira, cavalleiro fidalgo, professo da ordem de S. Thiago, que foi capitão-mór, governador e ouvidor da capitania de S. Vicente, proprietario do officio de juiz de orphãos, que deu em dote a seu genro Salvador Cardoso de Almeida, e foram filhos de João Raposo Boccarro, natural e cidadão de S Paulo,e de sua mulher Anna Maria de Siqueira, e netos de Antonio Raposo, natural da cidade de Beja. que foi armado cavalleiro em 1600 em S. Paulo por D. Francisco da Sousa pela sua nobre qualidade e serviços, e de sua mulher D Antolinna de Peralta, natural de Castella, com quem veiu a Santos na armada do general D. Diogo Flôres de Baldez. (Em titulo de Raposos Boccarros. Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra I. n. 14.) E teve naturaes de S.Paulo quatorze filhos.

1. Antonio do Prado da Cunha, foi nobre cidadão de
com grande respeito e veneração. No real serviço
nhou o governador Fernão Dias Paes ao descobri-
das esmeraldas, e obrando n'esta conquista, como
rava da sua pessoa, se fez distincto entre os mais,
e que pelos seus assignalados serviços foi promo-
mestre de campo (por D. Braz Balthazar da Sil-
vernador e capitão-general da capitanias de S. Paulo
em 2 de Outubro de 1713) do terço das minas de
ai; e no contexto d'esta carta patente se deve notar
Tendo consideração aos merecimentos e assigna-
serviços do capitão dos auxiliares d'esta comarca
o do Prado da Cunha, obrados no posto de alferes
ão de uma das companhias das que creou o governa-
ernão Dias Paes para o descobrimento das esmeraldas
nais pedraria, em cuja diligencia andou oito annos,
o consta das suas certidões, sustentando-se e aos seus
vos á sua custa, tolerando sempre com grande cons-
ia as calamidades e trabalhos, que d'aquella expedi-
ção experimentaram, arriscando-se varias vezes nos en-
contros e pelejas que teve com os barbaros, em que se
distinguiu sempre com singular valor e prudencia, com
notorio e evidente perigo de sua vida, desprezando todos
os que se lhe offereciam, só afim de que tivesse effeito o
dito descobrimento. Sendo capitão dos auxiliares d'esta
comarca acudiu promptamente á villa de Santos por
andarem na costa seis navios francezes; e sendo mandado
fornecer a fortaleza do Itapêmã, assistiu n'ella quarenta
dias fazendo fachinas. Voltou a Santos quando os fran-
cezes tomaram o Rio de Janeiro, guarnecendo com a sua
companhia a praia do Crasto com excessiva despeza da
sua fazenda, por haver sustentado a sua companhia todo
o tempo que alli se deteve. Nas minas de Pitangui des-

empenhou no posto de mestre de campo do terço d'ellas o grande conceito que tinha merecido ao sobredito general, obrando muitas e repetidas acções no real serviço com despeza da propria fazenda, de que foi opulento em cabedaes e escravatura, com lavras mineraes muito rendosas, das quaes extrahiu muita cópia de ouro. Casou na matriz de S. Paulo a 8 de Setembro de 1698 (tendo-se recolhido do descobrimento das esmeraldas no anno de 1681, em que falleceu o governador Fernão Dias Paes) com D. Maria Pires de Camargo, filha do potentado paulista Hyeronimo de Camargo. (Em titulo de Camargos, cap. 5° § 1° com sua descendencia do filho unico, João do Prado de Camargo, que ainda existe n'este anno de 1769 morador em S. João da Atibaia.)

3—2. João do Prado da Cunha, nobre cidadão de S. Paulo, que occupou os honrosos cargos da republica com estimação, respeito e applauso; casou com Maria Paes, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 22 de Março de 1701, e era irmã do Salvador de Oliveira (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4° de inventarios, letra M. n. 15), filha de Matheus de Siqueira de Mendonça, nobre cidadão e natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento em Junho de 1680 (irmão de Antonio de Siqueira de Mendonça) e de sua mulher D. Antonia Paes, que falleceu em 1688, natural da ilha de S. Sebastião (irmã direita de Estevão Raposo Boccarro, guarda-mór da marinha, e senhor do engenho chamado do Bairro, na dita ilha, de quem tratamos em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 3° n. 3—5. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 4° de inventarios, letra M. n. 39, e cartorio de orphãos de Parnahyba, inventario, letra A. n. 339.) Este Matheus de Siqueira de Mendonça, marido de D. Antonia Paes, foi filho de Antonio de Siqueira de Mendonça, da nobre familia dos seus

os. (Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. 1° § 2°
-1.) E teve tres filhos naturaes de S. Paulo.

4—1. Matheus de Siqueira de Mendonça, nobre cida-
S. Paulo, que serviu todos os cargos da republica:
uiz ordinario em 1746, em que no dia 8 de Dezem-
a sua publica entrada o Exm. e Revm. D. Bernardo
ques Nogueira, primeiro bispo de S. Paulo, e n'este
soube o juiz ordinario Mendonça, desempenhar as
ções de sua nobreza e cargo. Casou com Maria Bar-
de Lima, que ainda existe n'este anno de 1769, com
ão. (Em titulo de Annes, cap. 7° § 4° n. 3—1 e seg.)

4—2. Estevão Raposo de Siqueira, foi casado com
de Miranda, filha do capitão-mór Amador Bueno da
ga, n'este cap. 5° § 1° n. 3—1 a n. 4—1.

4—3. Mecia Raposo, foi casada com João da Cunha
rtes de El-Rei.

3—3. Thomaz Gago Raposo, morador de S. Miguel e
ore cidadão de S. Paulo, casou na sua matriz a 20 de
abril de 1700 com Margarida de Siqueira, filha do capitão
Francisco Cubas de Mendonça e de sua mulher Isabel de Ri-
beira da Luz. (Em titulo de Siqueiras Mendonças, cap. 1°
na sua descendencia, e em titulo de Buenos, cap. 1° § 8°
n. 3—3.) Falleceu Thomaz Gago Raposo com testamento
a 9 de Novembro de 1745. (Cartorio de orphãos de S Paulo,
maço 1° de inventarios letra T. n. 10.) E teve quatro filhos:

4—1. Thomaz Gago de Siqueira, casou na Concei-
ção.

4—2. José Cubas do Prado, casou na Acutia com
Maria de Camargo.

4—3. Francisco Cubas do Prado, casou na Concei-
ção com . . . . filha de Gabriel Barbosa de Lima.

4—4. João do Prado de Siqueira, casou duas vezes.

3—4. Manoel do Prado de Siqueira, casou em S. Paulo

com Catharina Cubas de Siqueira, dispensados. E teve dois filhos.

4—1. João do Prado de Siqueira, casou em S. Paulo com Josepha Rodrigues Barbosa, filha de Antonio Rodrigues Lopes e Maria da Luz. (Em titulo de Rodrigues Lopes.) E teve cinco filhos :

5—1. Bartholomêo Rodrigues do Prado.

5—2. Catharina Rodrigues do Prado, falleceu solteira.

5—3. Escholastica Rodrigues do Prado, casada com Vicente Pimenta de Godoy.

5—4. Manoel de Siqueira Barbosa.

5—5. Margarida Rodrigues do Prado, casada com José Barbosa da Cunha.

4—2. Maria do Prado, que em 1773 existe no estado de celibato.

3—5. Francisco de Siqueira do Prado.

3—6. João Gago do Prado, casou em Mogy das Cruzes com.... filha do Berbozem, de alcunha. E teve filho unico :

4—1. João Domingues do Prado, fallecido em S. Miguel, casado com Maria de Siqueira, filha de Francisco de Barros Coelho.

3—7. Estevão Raposo Boccarro, falleceu solteiro com testamento a 30 de Março de 1748 (Residuo ecclesiastico, letra E.)

3—8. José do Prado, casou com Anna Barbosa de Lima. E teve quatro filhos.

4—1. José do Prado, existe casado na Conceição com.... filha de Rodrigo de Moraes.

4—2. Maria do Prado Barbosa, existe casada com Antonio de Camargo, natural de S. Paulo.

.—3. João do Prado, existe solteiro, soldado no Rio do Sul.

4—4. Domingos do Prado, existe solteiro, soldado seu irmão.

3—9. Domingos do Prado.

3—10. Maria do Prado, casou com Estevão Gago da ra.

3—11. Anna Maria de Siqueira, casou com Manoel otta.

3—12. Catharina do Prado, falleceu sem geração.

3—13. Mecia Raposo, foi beata franciscana.

3—14. Bartholomêo do Prado, casou com D. Lou- Corrêa de Araujo, natural de S. Paulo. E teve só filha D. Antonia.

§ 7°

2—7. João Gago, foi nobre cidadão de S. Paulo e occu- todos os cargos da republica. Casou com Anna Pires, de João Pires e de sua mulher Mecia Rodrigues. (Em titulo de Pires, cap. 6° § 3°.)

§ 8°

2—8. Paula da Cunha, casou na matriz de S. Paulo a 7 de Janeiro de 1642 com Bernardo Sanches de La Pimenta Cabeça de Vacca, filho de Balthazar de Almeida e de sua mulher Petronilha de Freitas. Falleceu Paula da Cunha em a villa de Taubaté a 20 de Setembro de 1683. (Cartorio de orphãos de Taubaté, letra P, n. 22.) E teve filho unico:

3—1. Francisco de Almeida Gago, casou com Marianna do Prado, filha de Francisco Borges Rodrigues e de sua mulher Luzia Rodrigues do Prado. (Em o cap. 6° aqui, § 2°, n. 3—2, a n. 4—2) Falleceu em Taubaté Francisco

Borges com testamento a 9 de Setembro de 1685, natural de S. Paulo, filho de Francisco Borges e de Helena Rodrigues. (Cartorio de orphãos de Taubaté, letra F, n. 8.) E Marianna do Prado falleceu em Taubaté, e se lhe fez inventario dos bens no anno de 1748. (Orphãos, letra M, n. 49.) E teve:

4—1. Francisco de Almeida Gago.

4—2. Luzia Rodrigues de Almeida, mulher de Balthazar do Rego Calheiros. Vide pag. 24 adiante n. 4—2.

4—3. Maria de Almeida, casou em Taubaté em 1696 com Francisco de Goes da Costa, filho de Domingos Gomes e Ignez Gonçalves.

4—4. Marianna de Almeida do Prado, casou em Taubaté a 14 de Março de 1703 com João de Figueiredo Telles, natural de Villar Maior, filho de Francisco de Figueiredo Telles e de Antonia da Fonseca.

4—5. Catharina de Almeida, mulher de Antonio Raposo Lima.

§ 9º

2—9. Anna da Cunha, falleceu em S. Paulo com testamento a 28 de Março de 1675 (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 5º, letra A, n. 18, inventario de Anna da Cunha, e nos mesmos autos apenso o de seu marido Antonio Paes): e foi casada com Antonio Paes, que falleceu no sertão no mesmo anno de 1675, natural de S. Paulo, filho de João Paes e de sua mulher Suzana Rodrigues, natural de S. Paulo, e por ella neto do capitão Marim Rodrigues Tenorio e de sua mulher Suzana Rodrigues, que primeiro unha sido casada com Damião Simões. (Em titulo de Tenorios, cap. 1º.) E teve oito filhos.

3—1. João Gago Paes, paulista de muita veneração e

peito; casado com D. Anna de Proença. (Em titulo de ques Pompêos, cap, 3°, § 9° n. 3—7.) Com geração.

3—2. Martinho Paes.

3—3. Thomaz Rodrigues.

3—4. Catharina Rodrigues, mulher de João das eves.

3—5. Suzana Rodrigues, mulher de José Domingues ntes. (Em titulo de Pontes, cap. 1°, § 17.)

3—6. Maria Paes.

3—7. Paula da Cunha.

3—8. Joséphа Paes. falleceu em S. Paulo com testa-mento a 29 de Abril de 1725. Casada com Domingos Luiz ieno (Cartorio da Ouv. de S. Paulo, testamentos, o de osépha Paes). E teve dois filhos.

4—1. Anna da Cunha, mulher ou de João Rosado Pires, ou de João da Rocha de Mattos.

4—2. Margarida Bueno, mulher de um dos dois supra.

§ 10°

2—10. Joanna da Cunha, foi casada com....Rodrigues.

§ 11°

2—11. Philippa da Cunha, foi casada com Antonio Ferreira, que falleceu em S. Paulo com testamento em 1627, e sua mulher falleceu tambem no mesmo anno (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra A, n. 41). E teve unica filha:

3—1. Anna.

§ 12°

2—12. Thomaz, falleceu solteiro.

CAPITULO VI

1—6. Philippa Vicente do Prado, casou duas vezes; a primeira com Antonio Pereira de Avellar, que falleceu em 1602. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra A, n. 45.) E teve filho unico. Casou segunda vez com Luiz Furtado, irmão inteiro de Daniel Furtado, naturaes de Monsanto de Caminha, filhos de Simão Furtado e de sua mulher Catharina Luiz. Este Luiz Furtado, ficando viuvo de Philippa Vicente, que falleceu em 1615, casou com Cosma Mendes, e falleceu em S. Paulo com testamento a 22 de Maio de 1636. (Cartorio de orphãos, maço 1° de inventarios, letra L, n. 41.) E teve quatro filhos.

Primeiro matrimonio.

Paulo Pereira de Avellar... 1.

Segundo matrimonio.

Antonia Furtado ..... § 2.
Isabel Furtado..... § 3.
Luzia Furtado..... § 4.

§ 1°

2—1. Paulo Pereira de Avellar, casou na matriz de S. Paulo a 19 de Outubro de 1631 com Anna de Chaves, filha de Antonio Lourenço e de sua mulher Marianna de Chaves (Em titulo de Carvoeiros, cap. 1°, § 3.°). Foi Paulo Pereira de Avellar cidadão de S. Paulo, e occupou todos os cargos da republica. Falleceu a 10 de Junho de 1647, e sua mulher falleceu em 11 de Agosto de 1655 (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1° de inventarios, letra P, n. 21; e nos mesmos autos o inventario de Anna de Chaves). E teve cinco filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. Antonio Pereira de Avellar, cidadão de S.

Paulo, falleceu com testamento a 22 de Novembro de 1697. Foi casado duas vezes: primeira com Maria Pedroso, filha de Antonio Pedroso de Freitas e de Clara Parenta (Em titulo de Freitas, cap. 6º, § 2º, ou em titulo de Dias Taveiriçás, cap. 2º, § 1º, n. 3—2.) Casou segunda vez, dito Antonio Pereira com Isabel de Pontes, (Em titulo de Pontes); e falleceu sua primeira mulher Maria Pedroso a 22 de Janeiro de 1694. E teve do primeiro matrimonio oito filhos; e do segundo dois filhos.

4—1. Clara Pereira, casou duas vezes: primeira com Francisco Dias de Alvarenga, e segunda vez com José de Mongellos.

4—2. Catharina Pereira, casou duas vezes; primeira com Antonio Rodrigues; segunda ignoramos.

4—3. Isabel Pereira, casou com João de Siqueira.

4—4. Margarida Pereira, casou com João de Godoy Pires.

4—5. Antonio Pereira.

4—6. José Pereira.

4—7. Paulo Pereira.

4—8. Domingos Pereira.

Segundo matrimonio.

4—9. Roque Pereira Pontes.

4—10. Salvador Pereira Pontes.

3—2. Amador Pereira.

3—3. Paulo Pereira.

3—4. João Pereira de Avellar, foi casado com Maria Leme do Prado. (Em titulo de Lemes, cap. 2º, § 4º, n. 3—8.) Com geração alli.

3—5. Marianna de Chaves.

§ 2°

2—2. Antonia Furtado, casou com Francisco Rodrigues, que falleceu em 1652 (Orph. de S. Paulo, maço 1° de inv., letra F. n. 20), filho de Affonso Pires Rodrigues, e de sua mulher Anna Affonso, como consta na camara episcopal autos *de genere* de Antonio Rodrigues maço 1° letra. A. n. 2. Porém o certo é que o dito Francisco Rodrigues era nacional do Ameixial da freguezia de Lanhoso, termo da villa de Vianna, porque em S. Paulo na nota do 1° cartorio no cad. n. 50 titulo 1624 pag. 28 o dito Francisco Rodrigues com sua mulher Antonia Furtado fez doação por escriptura dos bens, que tinha herdado por morte de seu pai Affonso Pires a Beatriz Affonso, alli moradora, para os gozar em sua vida sómente, e por sua morte tornarem a elles doadores. Em Taubaté falleceu Antonia Furtado com testamento a 4 de Agosto de 1672 (Cartorio de orph. de Taubaté maço de inv. letra A. n. 63). E teve nascidos em S. Paulo doze filhos.

3—1. Antonio Rodrigues, presbytero secular, foi morador de Taubaté, onde falleceu a 10 de Agosto de 1672. (Orph. de Taubaté inv. letra A. n. 66; e residuo ecclesiastico de S. Paulo, testamentos A. maço 1° n. 25.) Tendo sido vigario da matriz da mesma villa, e foram herdeiros do seu cabedal seus irmãos.

3—2. Luzia Rodrigues do Prado, falleceu com testamento a 28 de Maio de 1728 (Orph., inv. letra L. n. 7; e orph. de Guaratinguetá, letra L. n. 5): casou com Francisco Borges Rodrigues, natural de S. Paulo, irmão de Manoel Borges Cousseiro, que falleceu solteiro em Taubaté em 1680 (filhos de Francisco Borges e de sua mulher Helena Rodrigues), que primeiro tinha sido casado com Mecia Vaz, sem geração. Como tudo declarou no testamento com que

falleceu em Taubaté, onde foi morador, a 9 de Setembro de 1685. (Orph. de Taubaté, inv. letra F. n. 8.) E teve treze filhos naturaes de Taubaté.

4—1. Manoel Rodrigues do Prado, casou em Taubaté com Guiomar de Alvarenga em 1693, filha de Manoel Rodrigues Moreira e de sua mulher Maria Bicuda sem geração; falleceu Manoel Rodrigues do Prado em Guaratinguetá com testamento aos 24 de Dezembro de 1727, sem geração. (Guaratinguetá, inv. letra M. n. 25.)

4—2. Marianna do Prado, casou duas vezes; primeira com Francisco de Almeida Gago, de quem teve filhos; segunda, sendo já quinquagenaria, com Antonio Rodrigues sem geração. (Em Prados, cap. 5°, aqui § 8° n. 3 —1, alli os seus filhos.) Mas, como no n. 4—2 de Luzia Rodrigues não se disse tudo, aqui se ampliará sua descendencia com o n. 5 —

5—2. Luzia Rodrigues de Almeida, casou em Taubaté a 10 de Janeiro de 1694 com Balthazar do Rego Calheiros, natural de Guaratinguetá, filho de Antonio Raposo Barreto e de sua mulher Maria de Brito Leme. Falleceu o dito Balthazar em Taubaté com testamento a 2 de Novembro de 1735 (Orph de Taubaté, inv. letra B. n. 9.) E Luzia Rodrigues falleceu com testamento a 8 de Março de 1756. (Orph., inv. letra L n. 8.) E teve.

6—1. Francisco Barbosa da Silva.
6—2. Marianna Barbosa, casou com Domingos Vaz Guedes.
6—3. Maria Barbosa, casou com Miguel Rodrigues de Faria ou com Garcia Rodrigues da Cunha
6—4. Joanna Barbosa, casou com Ignacio Barbosa de Moraes.
6—5. Catharina da Silva, casou com José Corrêa Leme.

4—3. Domingos Rodrigues do Prado, falleceu com testamento a 28 de Fevereiro de 1717, e foi casado em

1706 com Maria de Todos os Santos, filha de Amaro Gil e Marianna de Freitas. (Livro dos casamentos de Taubaté).

4—4. Antonio Rodrigues.

4—5. Matheus Rodrigues.

4—6. José Rodrigues do Prado, falleceu em Guaritinguetá a 14 de Junho de 1748 com testamento, casou em Taubaté, de onde era natural, com Maria Sobrinha Antunes, filha de Francisco Corrêa da Veiga e de Martha de Miranda Antunes, como declara no mesmo testamento. E teve

5—1. Francisco.
5—2. Manoel.
5—3. João.
5—4. Domingos.
5—5. Anna.
5—6. Maria.
5—7. Antonia.
5—8. Martha.
5—9. Luzia.
5—10. Maria.

4—7. Salvador Rodrigues.

4—8. Miguel Rodrigues do Prado, falleceu em Taubaté com testamento a 14 de Janeiro de 1719, e foi casado com Maria de Madureira,e de sua mulher Joanna Cordeira. (Orph. de Taubaté, inv. n. 45.) E teve

5—1. Francisco.
5—2. Antonio.
5—3. Joanna.
5—4. Luzia.

4—9. João Rodrigues do Prado, casou em Taubaté a 12 de Junho de 1724 com Sebastiana Leite de Miranda, filha de Paschoal Leite de Miranda e de sua mulher Maria Pires. (Em Leites Mirandas, cap. 9º § 1º n. 3—6.

4—10. Maria Rodrigues do Prado.

—11. Antonia Furtado, falleceu em Taubaté com tes-
—o a 30 de Dezembro de 1732; e foi casada duas ve-
primeira com João Delgado de Escobar, natural de
olo, filho de Antonio Delgado de Escobar e de sua
er Ignez Gonçalves, ambos naturaes de S. Paulo, o qual
io Delgado falleceu em Taubaté com testamento a 5
utubro de 1708. (Orph. de Taubaté, fav. letra A. h. 2
13.) E o dito João Delgado falleceu em Taubaté a 22
evereiro de 1713. Neto por parte materna de Sebastião
o Velho, por alcunha o Villão, e de sua mulher Feli-
a Dias E pela paterna neto de Antonio Delgado de Es-
sua mulher Beatriz Ribeira; como tudo consta
—amento já citado a 5 de Outubro de 1708. Em titulo
Dias Teveriçás, cap. 3° § 3° n. 3 —3.) E teve dez filhos.
ou segunda vez dita Antonia Furtado com Affonso de
rros, de quem não teve filhos.

5—1. Antonio Delgado de Escobar.

5—2. João Delgado de Escobar, casou na matriz de Taubaté ao 1° de Novembro de 1747 com Theresa de Moraes, natural de S. Paulo, filha de Christovão da Cunha e de Maria de Moraes. (Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 3 —7 em sua descendencia.)

5—3. Francisco de Siqueira Furtado, casou na matriz de Taubaté a 9 de Setembro de 1727 com Maria de Moraes da Cunha, filha de Christovão da Cunha e de sua mulher Maria de Moraes. (Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 3—7 em sua descendencia.)

5—4. Raymundo Furtado.

5—5. Lourenço Rodrigues do Prado.

5—6. Luzia Rodrigues do Prado, casou com Salvador Esteves Leme natural de Ioú, a 10 de Janeiro de 1705, filho de Francisco Leme e de sua mulher Isabel de Anhaya. Em titulo de Lemes, cap...)

5—7. Ignez Gonçalves, casou com Cypriano Corrêa.

5—8. Maria das Neves, casou com Antonio Soares Ferreira.

5—9. Antonia Furtado do Prado, falleceu em Taubaté, e se lhe fez inv. letra A. n. 10, e foi casada com Geraldo Cubas Ferreira a 12 de Maio de 1717, filho de Francisco Corrêa e de sua mulher Martha de Miranda. E teve sete filhos, que foram

6—1. João.
6—2. Francisco.
6—3. Martha.
6—4. Quiteria.
6—5. Antonio.
6—6. Domingos.
6—7. Anna.

5—10. Helena do Prado, casou em Taubaté a 8 de Outubro de 1727 com Antonio da Cunha Barros, filho de Christovão da Cunha e Maria de Moraes. (Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 3—7; em sua descendencia.)

4—12. Francisco Rodrigues do Prado, foi casado em S. Paulo com Catharina Dias, natural de S. Paulo, filha de Manoel Gonçalves Morgado e de sua mulher Catharina Dias, a qual tinha sido primeira vez casada com Antonio de Almeida de Miranda, como tratamos n'este titulo cap. 7° § 7° n. 3—2.

4—13. Francisco Borges Rodrigues, casou com Anna Vaz Bicudo, filha de Antonio de Alvarenga e de sua mulher Maria Moreira. Elle falleceu com testamento a 22 de Abril de 1746, ella falleceu a 27 de Março de 1703. (Orph. de Taubaté. inv. A. maço 1° n. 40, e letra F. n. 24.) E tiveram tres filhos.

5—1. Isabel Bicudo do Prado, mulher de Matheus Vieira da Cunha. (Em titulo de Cunhas, cap. 1° § 1° n. 3—6 a n. 4—2.)

5—2. Antonio, falleceu solteiro.

5—3. Luzia Bicudo, casou com Manoel da Motta Paes ıtarios de Guaritinguetá, letra L. n. 13); casou segunda aito Francisco Borges Rodrigues com Francisca Cor- da Costa. E teve tres filhos:

5—4. Francisca, casada com José do Rego.

5—5. João Borges do Prado, casou com Margarida nes Bicudo em Taubaté em 1730 a 8 de Janeiro, filha de ;uel Garcia Bicudo e de sua mulher Margarida de Si- queira.

5—6. Maria, casou com Matheus Leme da Costa.

3—3. Domingos Rodrigues do Prado, o Longo de alcu- , que teve sempre as redeas do governo civil de S. Paulo com grande respeito e veneração, falleceu em Taubaté a 9 de Maio de 1715 com testamento que fez de mão commum com sua mulher Violante Cardoso de Siqueira, fallecida a 27 de Maio de 1721, natural tambem de S. Paulo, filha do ıpitão Pedro Gil, e de sua mulher Violante de Siqueira (2). Esta falleceu em Taubaté em 1656, e aquelle na mesma parte a 14 de Outubro de 1668, e foi filho de Sebastião Gil, chamado o Villão, natural de S. João da Foz, e de sua mulher Feliciana Dias, natural de S. Paulo, filha do leigo Pedro Dias e de sua mulher Antonia Gomes da Silva, natural de Braga, que a S. Paulo veiu solteira com seus pais Pedro Gomes Affonso e Maria da Silva, ambos naturaes de Braga. (Em tit. de Dias.) E teve filhos.

4—1. Domingos Rodrigues do Prado, assistiu nas minas de Pitangui, onde se fez poderoso com o grosso cabedal que extrahiu de suas lavras mineraes com o numero grande de escravos que teve até o anno de 1720, em que se reti-

(2) Orphãos, inventarios, D. n. 14 e V. n. 2.

rou por não romper com o ouvidor de villa real do Sabará, o Dr. Bernardo Pereira de Gusmão, que havia sahido acompanhado de 20 soldados a prender ao dito Domingos Rodrigues, que sendo potentado em armas, temeu o ouvidor entrar em Pitangui; e Prado se retirou para dar a conhecer que não era regulo, para que com o poder e força das armas impedisse a entrada de um ministro regio, que vinha a devassar de varias mortes acontecidas no Pitangui por aquelles tempos, e o dito Dr. ouvidor para entrar n'esta diligencia se preveniu com contas que deu a Sua Magestade em 6 e 8 de Janeiro de 1720, dizendo ser o Pitangui da sua jurisdicção. Entrou Domingos Rodrigues do Prado para as minas dos Goyazes depois de descobertas por seu sogro e cunhado o capitão-mór Bartholomêo Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz em 1725. N'ellas tambem extrahiu um grosso cabedal de oitavas de ouro. Retirou-se para a estrada geral de Goyazes a S. Paulo, e, fazendo assento em o sitio além do rio Parnahyba, succedeu chegar a esta fazenda (vinha de retirada de Goyazes para a praça de Santos) o capitão de infanteria..... com a sua companhia de 50 soldados infantes do presidio da villa de Santos, e sendo o dito capitão arrogante por natureza e opposto por inclinação aos filhos do Brasil, descomedindo-se nas palavras e tratamento com Domingos Rodrigues do Prado sobre não ter este as farinhas promptas para o fornecimento do pão de munição da sua infanteria, e não admittindo a indispensavel escusa que lhe deu Prado de que na occasião não havia farinhas feitas, mas que se fariam á custa de todo o trabalho e presteza, visto que sua mercê lhe não tinha feito aviso adiantado de que vinha fazer pouso n'aquella fazenda, o tal capitão, preoccupado de um furor fanatico, capacitando-se que qualquer paulista se reputava por um indio neophito, se alterou em

com imperio, para ser maior a injuria ; e, tendo to-
lo Domingos Rodrigues as primeiras arrogancias, não
ôde soffrer mais o descomedimento quando já este
u em total despreso e abatimento de sua pessoa ; e a
alteradas vozes acudiu do interior da casa um filho
. chamado Bartholomêo Bueno do Prado, que conside-
do ao pai totalmente abandonado pelo furor, e desco-
dimento do capitão, lhe disparou uma arma de fogo, de
o tiro cahiu morto no mesmo lugar do terreiro e pateo
casas. N'este sitio se deu á terra o cadaver do capitão ec m
sentimento dos soldados de sua companhia, os quaes
fessavam publicamente que esta morte fôra solicitada de
capitão pelo excesso com que se demasiára com Domin-
s Rodrigues do Prado, pois este se tinha portado com
unção, urbanidade e agasalho com o dito capitão logo
chegára áquella fazenda. Com effeito os soldados foram
-necidos de todo o necessario com liberalidade para se-
uir a marcha para S. Paulo por uma estrada falta de todos
veres e mantimentos para a manutenção dos viandantes.
Não faltaram pessoas da praça, que quizessem macular de
fraco ao sargento d'esta companhia Francisco Aranha Bar-
reto (hoje capitão de infanteria) por não haver despicado a
morte do seu capitão, pois se achava com 50 homens para
emprehender destruir a Prado ; porém a verdade é que o
mesmo sargento e seus soldados reconheceram o despo-
tismo do seu capitão para a fatalidade da sua morte, que
não foi pensada do aggressor d'ella ; e quando contra os
merecimentos da razão quizesse tomar despique o dito sar-
gento, já não tinha partido algum contra as forças de Do-
mingos Rodrigues do Prado, que, percebendo o mais mi-
nimo movimento, certamente seria aquella fazenda não
Troya abrasada, mas abrasadora ; porque dos 50 soldados
infantes não escaparia um só ao ferro de Domingos

Rodrigues ; e sobretudo nem a companhia vinha fornecida de polvora e bala para em corpo de batalha cercar a fazenda. Este inopinado successo fez com que passados tempos se retirasse Domingos Rodrigues a buscar povoado para se encommendar a Deus com a tranquillidade e socego, que já lhe aconselhavam os annos ; e tendo-o assim feito, e posto em execução, não chegou a gozar a desejada paz de espirito, porque falleceu antes de chegar a povoado no anno de 1738. Estava casado com D. Leonor de Gusmão, filha do capitão-mór Bartholomêo Bueno da Silva, descobridor das minas de Goyazes.(Em titulo de Lemes, capitulo... com sua descendencia.)

4—2. Dionysio Rodrigues do Prado, casou com Estacia da Veiga, filha de Hyeronimo da Veiga e de sua mulher Maria Moniz de Miranda d'este titulo de Prados cap. 5° § 1° n. 3—4 ao n. 4 - 6 :

4 -3. Salvador Rodrigues do Prado, casou em S. Paulo com D. Philippa de Siqueira de Albuquerque Camargo,que ainda existe em 1769. (Em titulo de Camargos, cap. 1° § 5° n. 3—7.

4—4. Eusebio Rodrigues do Prado totalmente degenerou do ser que lhe deu a natureza ; e, perdendo o santo temor de Deus, foi cruel por inclinação e matador por vicio : não falta quem affirme, que as mortes, que fez pelo proprio pulso excederam ao numero de vinte quatro : nós não podemos conseguir a verdade d'estes factos ; mas é certo, que como aggressor de tantos delictos chegou a ser preso, e nós o vimos no calabouço da fortaleza de S. Amaro da Barra de Santos, e não chegou a ser castigado pela justiça, porque fugindo do calabouço da fortaleza da Barra Grande falleceu nas Minas-Geraes em casa de seu irmão João Rodrigues do Prado, estando casado com uma irmã de Fr. Francisco de S. José, carmelita, que acabou com

de sante no rio Parahybuna, e fazenda do guarda-
ral Garcia Rodrigues Paes, de d'onde se trasladaram
uita decencia os seus ossos para o convento do Rio
neiro á custa da liberalidade de seu intimo amigo
Dias Paes Leme, fidalgo da casa real, etc.

—5. João Rodrigues do Prado foi de morada para Mi-
ierses, onde falleceu casado com Marianna Bueno da
.

—6. Manoel Rodrigues do Prado, falleceu em Taubaté
e Junho de 1749 estando casado com Joanna de Oli-
em Taubaté em 1707, filha de Philippe Lobo, e Maria
iveira. E teve 8 filhos. (Orphãos, inventarios, letra M.
15.)

5—1. João Rodrigues, casou com Maria Moreira.

5—2. Verissimo de Siqueira do Prado, casou com Francisca Moreira Leme.

5—3. Joanna de Oliveira casou com Antonio Barreto reira.

5—4. Theodosia.

5—5. Anna.

5—6. Liberato.

5—7. Ignacio.

5—8. Agueda.

4—7. Catharina de Siqueira do Prado casou com Domingos Luiz Cabral natural da Ilha Grande (filho de Domingos Cabral, e de sua mulher Domingas Barbosa, como se vê do testamento com que falleceu o dito Domingos Luiz Cabral em Taubaté a 21 de Agosto de 1726; e sua mulher falleceu a 3 de Junho de 1736. (Orphãos de Taubaté, inventarios, C. n. 19 e inventarios, D. n. 30.) E teve:

5—1. Estevão Cabral.

5—2. Salvador Barbosa, casou em Taubaté a 2 de Se-

tembro de 1714 com Estacia da Veiga, filha do capitão Antonio Corrêa da Veiga e de sua mulher Maria de Miranda.

5—3. Lucindo Cabral, o Tangua de alcunha, foi para Buenos-Ayres.

5—4. Seraphino Barbosa do Prado, falleceu em Goyazes.

5—5. Raymundo Cabral.

5—6. Francisco Barbosa.

5—7. Claudio Barbosa, casou em S. Sebatião com uma irmã do reverendo vigario Domingos da Costa.

5—8. Domingas Barbosa casou com Miguel Antonio.

5—9. Barbara Cabral casou em Taubaté a 21 de Fevereiro de 1695 com André Leme, filho de Aleixo Leme e de sua mulher Anna da Costa.

4—8. Violante de Siqueira, casou em Taubaté em 1699 com Belchior Felix Corrêa, natural de Taubaté, filho do alcaide-mór Manoel Vieira Sarmento, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Marianna Moreira neto de Belchior Felix e de sua mulher Anna Sarmento. (Orphãos de Taubaté, inventarios, letra M. n. 46, o do alcaide-mór Miguel Vieira Sarmento.) E teve o filho:

5—1. João Corrêa Sarmento, que casou em Taubaté a 15 de Novembro de 1727 com Juliana Antunes do Prado, filha de Sebastião Fernandes Corrêa e de sua mulher Maria do Prado.

4—9. Josepha do Prado, foi casada com Gaspar Pereira de Castro em Taubaté a 16 de Agosto de 1708, natural de S. Julião, termo de Valença, filho de Antonio Pereira de Castro e de sua mulher Philippa Barbosa.

4—10. Francisco Rodrigues do Prado, casou em Taubaté a 31 de Janeiro de 1699 com Maria Antunes da Veiga, filha do capitão Manoel Corrêa da Veiga e de sua mulher

Antunes. Falleceu Francisco Rodrigues em Taubaté
estamento, e se lhe fez inventario dos bens a 25 de Fe-
o de 1709. (Orphãos de Taubaté, inventarios, letra F.
) E teve:

5—1. José, falleceu solteiro.

5—2. Francisco Rodrigues do Prado.

5—3. Domingos Rodrigues do Prado, casou com Maria Todos os Santos, filha de Amaro Gil Côrtes e de sua ulher Marianna de Freitas. (Taubaté, M. 65 vide tro n. 3—2 ao n. 4—3 pag. 123.)

5—4. Violante de Siqueira.

5—5. João, falleceu solteiro.

—11. Antonia Furtado, casou com Miguel Gil, como mostra do casamento de seu filho 51. Miguel Rodrigues de Siqueira que em Taubaté casou a 13 de Fevereiro 713 com Maria Vieira, filha de Domingos Vieira Carvalho e de sua mulher Martha de Miranda. (Em titulo de ras Mayas, cap. 5° § 12.)

4—12. Philippa Rodrigues do Prado (filha ultima do n. 3—3. retro) casou em Taubaté a 29 de Outubro de 1704 com João Pinto de Queiroz, natural de Amarante, filho de Manoel Pinto Monteiro e de sua mulher Luzia da Silva.

3—4. Lourenço Antonio, falleceu soiteiro.

3—5. Miguel Rodrigues do Prado, foi casado com Isabel da Rosa, que falleceu em Taubaté a 27 de Setembro de 1715 estando casada segunda vez com José Dias de Carvalho. (Orphãos de Taubaté, inventarios, letra I, n. 16.) E teve filha unica:

4—1. Antonia Furtado, mulher de Domingos de Goes.

3—6. Catharina Furtado Rodrigues, casou duas vezes, e falleceu em Taubaté, e se lhe fez inventario dos bens

em 1702. Casada segunda vez com Salvador de Freitas Albernaz: e d'este segundo matrimonio teve:

4—1. Sebastião Gil de Siqueira.

4—2. José Maria da Cruz.

4—3. Domingas Rodrigues.

4—4. Violante de Siqueira.

E da primeira vez casou a dita Catharina Furtado com Manoel Cardoso de Almeida, que falleceu em S. Paulo. (Orphãos de S. Paulo, letra M, n. 61.) Como consta do inventario de seu pai Francisco Rodrigues em S. Paulo em 1652. E teve oito filhos, entre os quaes foi:

4—5. João Vaz Cardoso, que casou em Itú a 20 de Abril de 1687 com Isabel da Costa, filha de João Diniz da Costa, e de sua mulher Cicilia Ribeiro. (Casamentos n. 380.)

3—7. Isabel Rodrigues, falleceu em S. Paulo com testamento a 6 de Dezembro de 1683, casada com Gaspar Vaz Cardoso. (Orphãos de S. Paulo, maço 2° de inventarios, letra I, n. 19.) E teve dois filhos.

4—1. Antonio Vaz, casou com ..... E teve dois filhos.

5—1. Gaspar.

5—2. Maria.

4—2. Francisco Rodrigues.

3—8. Antonia Furtado, falleceu solteira como consta do inventario de seu pai.

3—9. Bernarda Rodrigues de Jesus, falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Agosto de 1672, e foi casada com Luiz Coelho de Abrêo. (Orphãos de Taubaté, inventarios, letra B, n. 4.) E teve:

4—1 Francisco Coelho, falleceu em Taubaté em 1697, e foi casado com Violante de Siqueira, de quem teve

so, Bernarda, Helena. (Orphãos de Taubaté, in-
os, letra F, n. 18.)

1—2. Antonia.

—3. Joanna.

4—4. Francisca.

3—10. Maria Furtado, ficou sendo moradora de S. , sua patria, onde havia casado com Belchior da Cu-arregão, natural de Portugal, que falleceu em 1702, em 1708. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço e inventarios, letra B. n. 6.) E teve sete filhos nas-em S. Paulo.

4—1. Marianna da Cunha, casou duas vezes: primeira Manoel Vicente Pereira, que falleceu a 5 de Junho 84. (Orphãos de S. Paulo, inventarios, letra M, n. 6.) ve dois filhos.

5—1. Francisco.

5—2. Catherina.

sou segunda vez dita Marianna da Cunha com Ignacio Vieira Antunes, natural de S. Paulo (irmão inteiro de Ignacia Vieira, avó do M. R. conego José Rebello Pinto, do Revd. Antonio Rodrigues Villares, do Dr. Joaquim Marianno de Castro, auditor de um regimento do presidio do Rio de Janeiro desde 1764, e mãi do Revd. padre mestre frei Bento da Annunciação, religioso capucho da provincia do Rio de Janeiro, e do Revd. Dr. Manoel Velloso Vieira, clerigo de S. Pedro, que falleceu no Rio de Janeiro em 1763),filho de Francisco Vieira (em S. Paulo foi conhecido com o appellido de orador pela sua exemplar vida e virtudes), natural da freguezia de S. Martinho da Ventosa do conselho da Ribeira do Soares, e de sua mulher Isabel Manoel Alvares de Sousa, que nasceu a 16 de Junho de 1641, irmã inteira do frei Placido, que,sendo monge bene-

dictino no Brasil, passou ao reino de Portugal, e ficou monge de S. Bernardo, tomando o habito no real mosteiro de Alcobaça; e voltou a visitar os parentes pelos annos de 1681; e foi eminente na prenda de tanger viola, e tão destro que mereceu tanger na presença do Sr. rei D. Pedro II. Irmão tambem do padre Sebastião Coelho Barradas, que foi conego na Sé da Bahia, e tinha sido baptizado na matriz de S. Paulo a 26 de Agosto de 1651. Neto pela parte paterna de Adrião Vieira, e de sua mulher Agueda Dias, ambos da freguezia da Ventosa. (Cartorio do tabellião de S. Paulo na nota de 1755 de Antonio Moniz, o testamento de Francisco Vieira.) E pela parte materna neto de Manoel Alvares de Sousa, natural da ilha de S. Miguel, e nobre cidadão de S. Paulo (senhor do jazigo na quadra da igreja do mosteiro de S. Bento para si e seus descendentes, que conservam o seu direito pelo campa de pedra que lhe accusa o dominio), e de sua mulher Maria Carneiro, natural de S. Paulo, por quem foi bisneto de Sebastião Coelho Barradas (irmão inteiro do padre mestre Manoel Coelho Barradas, jesuita, que falleceu no collegio da Bahia, e era natural de Portugal), que falleceu em S. Paulo em 1627, e de sua mulher D. Catharina de Barros, que falleceu em S. Paulo com testamento a 9 de Setembro de 1687 (Cartorio de orphãos de S. Paulo, inventarios, letra S, maço 1°, n. 11; e letra C, maço 1°, n. 46), cuja naturalidade ao certo se não sabe; porque seus pais d'ella D. Jorge de Barros Fajardo, e sua mulher D. Anna Maciel, natural da villa de Vianna do Minho, vieram de Portugal para S. Paulo na companhia de João Maciel, que era pai da dita D. Anna, e o dito João Maciel trouxe mais uma filha já casada com Antonio Antunes, e trouxe tambem filhos. Este D. Jorge de Barros Fajardo, era natural da cidade de Ponte-Vedra do reino de Galliza, filho de

lchior de Barros, e de sua mulher D. Catharina Vaz, omo tudo se vê do testamento com que falleceu em S. raulo o dito D. Jorge de Barros em 1615 (Cartorio de phãos de S. Paulo, maço 3º, letra I, n. 28). A passagem obre qualidade de João Maciel, de Vianna para o Bra-, consta no cartorio das justificações da côrte de Lisboa os autos de *nobilitate probanda* de Domingos Antunes ciel, processados no anno de 1756 no juizo de India e Mina. Manoel Alvares de Sousa, natural de S. Miguel, veiu ao Brasil á imitação do seu ascendente Gaspar Vaz de Sousa, que em serviço do Sr. rei D. João III tambem veiu ao Brasil á capitania do Porto-Seguro em tempo do seu imeiro donatario Pedro de Campo Tourinho, a quem o esmo monarcha a déra com 50 leguas de costa, que dito Tourinho, natural de Vianna, veiu povoar com sua casa e algumas familias que trouxe; e ganhando varias torias aos gentios, os afugentou para o interior d'aquel- sertões, que depois se voltaram contra os moradores Porto-Seguro, que destruiram, matando a maior parte da gente européa. Em soccorros vieram outros mandados pelo Sr. rei D. João III, e entre muitos veiu da ilha de S. Miguel dito Gaspar Vaz de Sousa, João Lordello e outros da mesma ilha, porém todos pereceram flexados da multidão dos barbaros indios. Este infeliz successo toca succintamente no seu *Nobiliario* o grande e famoso genealogico o Revd. Dr. Gaspar Fractuoso (que falleceu sendo vigario da igreja da Estrella no anno de 1591), livro 4º, cap. 12, onde trata da nobre origem dos Alvares Sousas de S. Miguel, dizendo o seguinte: « Deixo de copiar, por brevidade. » Nós omittimos os mais irmãos, que teve Balthazar Vaz de Sousa, que foram sete, e de cada um d'elles trata o mesmo *Nobiliario*; porque para verdadeira noção de que d'este Balthazar Vaz de Sousa, e de sua mu-

lher Leonor Manoel procedeu Manoel Alvares de Sousa, devemos ponderar, com advertida connexão, que, casando em S. Paulo dito Manoel Alvares de Sousa, e dando-lhe Deus primeira filha, Isabel, que nasceu em S. Paulo a 16 de Junho de 1641, para n'ella resplandecer o honroso appellido dos seus ascendentes paternos, ficou chamando-se *Isabel Manoel*, que depois casou com Francisco Vieira, de cujo matrimonio foi filho Ignacio Vieira Antunes, marido de Marianna da Cunha, como fica retro mostrado no n. 4—1. D'este segundo matrimonio nasceu em S. Paulo unica filha:

5—. Maria Vieira da Cunha, casou na matriz de S. Paulo a 16 de Fevereiro de 1706 com Gaspar de Mattos, que falleceu em 1734 em S. Paulo; natural da freguezia de Nozedo, arcebispado de Braga, filho de Sebastião de Mattos, e de sua mulher Isabel de Araujo da freguezia de Nozedo. (Camara episcopal de S. Paulo autos de *genere* do padre Antonio Xavier de Mattos em 1747.) E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

6—1. Frei Sebastião Maria Mattos, carmelita calçado da provincia do Rio de Janeiro, em cujo convento existe em 1769. Passou a Roma duas vezes, e foi procurador na sua provincia no hospicio da côrte de Lisboa, cuja igreja elle fez construir no estado excellente de finas pinturas como existe. Quando segunda vez passou a Roma a negocios da religião na sua provincia, soube bem acreditar a actividade, zelo e desembaraço com que manejou os negocios n'aquella grande côrte, merecendo honrosa aceitação do seu Revm. Geral, que lhe conferiu o caracter de mestre com as honras de provincial para as desfructar na sua religião e provincia.

6—2. Antonio Xavier de Mattos, passou de S. Paulo mandado por seu pai para a universidade de Coimbra, e

força do destino infeliz, pela maledicencia de um seu , se viu consternado a largar os estudos, e fugitivo r-se para o reino de Castella. No serviço d'esta co-ova praça de soldado e foi destacado para Barcelona.

6—3. Frei Francisco de Mattos, carmelita do Rio de iro, em cujo convento existe em 1769. Foi prior do nto da villa de Santos, e tem servido de procurador onvento do Rio de Janeiro, que traz muito pensionado e cargo.

6—4. José Vieira, jesuita e professo do quarto voto, não quiz merecer a honra de ficar gozando a natura-le em que nasceu vassallo da corôa de Portugal, e iu a teima de acompanhar para a Italia aos mais pa-s que foram desnaturalisados. Tinha passado á capi-na de Goyazes para missionario apostolico dos gentios ·oás, e *Xavantes* no districto das minas de Natividade, foi recolhido ao tempo da expulsão dos jesuitas.

6—5. ..... falleceu solteira, de bexigas.

6—6. Maria Josepha de Mattos, foi casada com Francisco de Salles Ribeiro, natural da cidade de Lisboa, e criado na villa de Setubal desde tenros annos, cidadão de S. Paulo, onde foi juiz ordinario no anno de 1763, e tinha sido muitos annos antes capitão de infanteria da ordenança da mesma cidade. (Camara episcopal de S. Paulo autos de *genere* de José Francisco de Salles.) E teve, fóra os que tenrinhos voaram para o céo, onze filhos nascidos em S. Paulo.

7—1. O padre Gaspar de Salles Ribeiro, que estando jesuita se deixou ficar no seculo quando da Bahia foram recolhidos á côrte os mais jesuitas; e elle em S. Paulo se ordenou de presbytero secular. Passou para Lisboa em 1769. Existe em S. Paulo cura da Sé em 1795.

7—2. Bento de Salles Ribeiro, casou em S. Amaro com Anna de Ibeyrós, natural de S. Amaro, filha de João Mo-

reira Garcia e de sua mulher Maria de Eyró, ambos de S. Amaro.

7—3. Anna de Salles, casou duas vezes: primeira com José Francisco de Andrade, de quem lhe ficaram tres filhos: segunda casou com José da Cruz de Almada, natural de Lisboa, de quem tem quatro filhos.

8—1. Gertrudes Maria de Andrade.
8—2. Anna Joaquina de Andrade.
8—3. Manoel Francisco de Andrade.
8—4. Joaquim Antonio.
8—5. Maria Francisca.
8—6. José Maria.
8—7. João.

7—4. O padre Antonio Xavier de Salles, presbytero secular. * Acha-se despachado em Lisboa para vigario collado da igreja de S José em Minas-Geraes, em 1795.

7—5. O padre João de Salles Ribeiro, presbytero secular.

7—6. O padre frei Ignacio de Salles, religioso franciscano, prégador.

7—7. Manoel Francisco de Salles.

7—8. Francisco Marianno de Salles.

7—9. José Francisco de Salles.

7—10. Theodora Maria de Salles. * Depois de avançada em annos casou com .....

7—11. O padre Joaquim de Salles, jesuita, que foi para Italia *in minoribus*.

4—2. Maria da Cunha do Prado, foi casada com Accenço Rodrigues Lopes, natural de S. Paulo, filho de João Rodrigues e de sua mulher Joanna Simoa, que falleceu em S. Paulo a 20 de Agosto de 1706, estando segunda vez casada com Pedro Vaz Moniz; e ella foi filha de Simão Lopes e de sua mulher Joanna Fernandes. (Cartorio de

os de S. Paulo, maço 3° de inventarios, letra I, n.... e Joanna Simoa.) Accenso Rodrigues falleceu a 12 de iro de 1721, e sua mulher Maria da Cunha falleceu a Fevereiro de 1732. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, o de inventarios, letra B, n. 50. Em titulo de Rodris Lopes, cap. 2°, § 5°, com seis filhos alli, que foram seguintes, nascidos na freguezia da Conceição dos Guarulhos.)

5—1. Catharina Rodrigues do Prado, mulher de Antonio Martins de Macedo.

5—2. Antonia Furtado, casou duas vezes: primeira com ncisco Rodrigues Fortes: segunda com Manoel Telles de [illegible].

5—3. Marianna Rodrigues da Cunha, mulher de tonio de Siqueira Cubas.

5—4. Joanna da Cunha, mulher de Miguel de Sira.

5—5. Belchior da Cunha, falleceu nas Minas-Geraes em Itaverava em 1718, estando casado na freguezia da Conceição dos Guarulhos com Margarida Cardoso de Siqueira, de quem teve dois filhos.

6—1. João Rodrigues Antunes, morador da Conceição, casado com D. Joanna Baptista.

6—2. Helena Maria de Jesus, mulher de Antonio Lopes Chaves, natural d'esta villa e fallecido no Sumidouro de Marianna. E teve filha unica.

5—6. João Rodrigues da Cunha, existe na Conceição, casou duas vezes: primeira com Josepha Pedroso, irmã de Bento de Siqueira Pedroso. (Em titulo de Camargos, cap...) Segunda vez está casado com Maria de Godoy Bueno, filha de Francisco de Godoy Pires com D. Josepha Bueno, filha. (Em titulo de Silveiras, cap. 1°, § 7°, n. 3—1.)

4—3. Anna Maria da Cunha, foi casada com seu parente em quarto gráo em S. Paulo a 20 de Novembro de 1686,o capitão João Vaz dos Reis,natural de Mogy das Cruzes, e cidadão de S. Paulo,onde falleceu em Janeiro de 1708; filha de Gaspar dos Reis e de sua mulher Maria Pedroso,moradores da villa de Mogy das Cruzes. E Anna Maria da Cunha tinha fallecido a 7 de Janeiro de 1703 (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 5° de inventarios, letra A, n. 8.) E teve sete filhos nascidos em S. Paulo.

5—1. O padre Belchior Vaz dos Reis, clerigo de S. Pedro, que foi muito estimado pela excellencia da voz para as missas cantadas.

5—2. Frei Francisco Vaz, carmelita, que existe em 1769 conventual do Rio de Janeiro, ou Ilha-Grande.

5—3. Antonia Furtado, falleceu a 8 de Maio de 1731, estando casada com Hyeronimo de Faria Marinho, enteado do desembargador Roberto Car Ribeiro. Sem geração. Hyeronimo de Faria casou depois em Itú, onde falleceu. (Residuo ecclesiastico , testamento n. 28, letra E.)

5—4. João Vaz dos Reis.

5—5. Gaspar Vaz, falleceu em Outubro de 1769; foi morador no sitio da Borda do Campo e casado com Maria Dultra, filha de Manoel Dultra Machado, e de sua mulher Marianna Machado. Em titulo de Machados Castanhos, cap. 7°, ou em titulo de Dultras,cap. 1°, § 7°.)

5—6. Maria da Luz, moradora em 1769 na freguezia nova da Conceição de Jaguary, no estado de viuva de seu marido.

5—7. Catharina Pedroso, falleceu em Outubro de 1769 estando casada com o alferes Aleixo Garcez da Cunha, nobre cidadão de S. Paulo, filho de Christovão da Cunha Rodrigues. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1°,

.. 3—12 e seg. a n. 4—1, com sua descendencia; a Rodrigues, cap....)

4—4. Catharina da Cunha, foi casada com o capitão stião Borges da Silva, sem geração, e tinha sido primeira de com Mathias Rodrigues da Silva, o qual tinha casado eira vez com Catharina de Horta: elle falleceu em S. lo em 1709. (Orphãos de S. Paulo, inventarios, maço 6º, ra M, n. 15.) Sem geração.

4—5. Philippe da Cunha, foi senhora da quinta que e chamam dos *Torres* ao pé da quinta do alferes Aleixo rcez da Cunha, no caminho que de cidade vai para a apella de N. S. da Penha, que passou a ser de D. Maria ngela Eufrasia da Silva. Casou duas vezes: primeira com ncisco Ramoeiro: segunda com Antonio Teixeira de Oliva, que na noite de S. João lhe rebentou um foguete que spassando-lhe a mão, lhe ficaram n'ella as buzas e acabou -a gangrena a 2 de Julho de 1722, natural da cidade do rto, filho de Simão Teixeira e de sua mulher Maria de Oli-

a. (Residuo ecclesiastico de S. Paulo, testamento de Antonio Teixeira, n. 5, letra A.) Sem geração.

4—6. Antonio da Cunha, passou de S. Paulo para Pernambuco a visitar um tio irmão de seu pai, que alli era morador muito abastado e de grande nome e estimação: alli casou o dito Antonio da Cunha, e deixou geração.

4—7. João da Cunha, passou a Pernambuco, e voltando para S. Paulo falleceu solteiro.

3—11. Maria Rodrigues (filha ultima do § 2º), casou em S. Paulo a 16 de Abril de 1640 com Luiz Dias, filho de Gonçalo Ribeiro e Catharina Dias.

§ 3.º

2—3. Isabel Furtado (filha do cap. 6º), falleceu em S. Paulo com testamento a 17 de Abril de 1683, casada

com Mathias Cardoso de Almeida, natural da Ilha Terceira, e falleceu no sertão em 1656. (Orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra I, n. 28; e maço 4º, letra M, n. 41.) E teve naturaes de S. Paulo cinco filhos.

3—1. Barbara Cardoso, foi casada com Domingos Lopes Lima, natural de Pernambuco, que falleceu em S. Paulo com testamento a 18 de Novembro de 1667, filho de Francisco Pereira de Lemos. (Em titulo de Camargos, cap. 4º, § 4º, n. 3—7. Orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra D, n. 13, e camara episcopal autos de *genere* de Domingos Lopes de Godoy.) E teve cinco filhos.

4—1. O padre mestre Dr. frei Mathias do Espirito Santo, monge benedictino, cuja cogula tomou pelos annos de 1685, porque em 11 de Abril de 1684 lhe tiraram os inquisidores em S. Paulo.

4—2. João Lopes de Lima, casou com Gabriella Ortiz de Camargo (Em titulo de Camargos, cap. 4º, § 8.) Deixou geração.

4—3. Manoel Cardoso de Lima, clerigo de S. Pedro, fundador e padroeiro da capella do Senhor Bom Jesus de Nazareth.

4—4. Sebastião Lopes de Lima, casou com Maria Ribeiro de Camargo. (Em titulo de Camargos, cap. 4º, § 4º, n. 3—7.) Com geração.

4—5. Maria de Lima, casou com João de Godoy Moreira, filho de Balthazar de Godoy Moreira e de Maria Jorge. (Em titulo de Godoys, cap....) E teve filho unico:

5—. Domingos Lopes de Godoy, cidadão de S. Paulo, habilitado de *genere* em 1712. (Camara episcopal, autos de *genere*, letra D.)

3—2. Salvador Cardoso de Almeida, nobre cidadão de S. Paulo que serviu os cargos da republica, casou com D. Anna Maria da Silveira, levando em dote de pro-

le o officio de juiz de orphãos de S. Paulo. (Em
» de Raposos Silveiras, cap. 1°.) Falleceu com testa-
to no 1° de Fevereiro de 1690. (Orphãos de S. Paulo,
o 2° de inventarios, letra S, n. 3.) E teve nove filhos:

4—1. José Raposo da Silveira.

4—2. Domingos Cardoso.

4—3. D. Isabel Cardoso, mulher de Francisco de
oargo Pimentel.

4—4. D. Maria Cardoso de Almeida, mulher de Ig-
io Lopes Munhós. (Em titulo de Munhós, cap. 2°,
n°.)

4—5. Mathias Cardoso de Almeida, falleceu solteiro
n testamento a 29 de Março de 1732. (Orphãos de S.
ılo, inventarios, letra M, maço 1°, n. 35.)

4—6. Antonio Cardoso da Silveira.

4—7. D. Anna Maria.

4—8. D. Marianna Cardoso, mulher de Bernardino
Moura.

4—9. Salvador Cardoso de Almeida, foi casado com D. Anna Pedroso de Moraes, que ainda existe em 1769, filha de Francisco Pedroso de Almeida e de sua mulher Agueda Machado. (Em titulo de Laras, cap. 7°, § 1°, n. 3—1.) Com sua descendencia.

3—3. Mathias Cardoso de Almeida, nobre cidadão de S. Paulo, que serviu os cargos da republica. Este paulista fez varias entradas ao sertão, e conquistou grande numero de indios bravos, e no modo da guerra contra os gentios se fez um famoso soldado com grande disciplina; de sorte que entre os mais cabos do seu tempo teve applausos de excellente capitão.

Sendo encarregado ao governador Fernão Dias Paes Leme o descobrimento das esmeraldas (tão appetecidas desde o principio da povoação do Brasil, como nunca

jámais encontradas pelos que intentaram o descobrimento d'ellas, como foram no anno de 1572 Sebastião Fernandes e Tourinho, a quem succedeu Antonio Dias Adorno, ambos enviados da Bahia por Luiz de Brito de Almeida, 4º governador geral do Estado; e, depois d'estes, Diogo Martins Cam, o Magnata de alcunha, e seus successores até Marcos de Azeredo Coitinho), no anno de 1672 por Affouso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, governador geral do Estado do Brasil, que lhe conferiu o caracter de governador por patente sua datada na Bahia a 30 de Outubro de 1672, estando já o governador Fernão Dias Paes prompto a sahir de S. Paulo para a conquista e descobrimento das minas de prata em Sabarábuçú, e esmeraldas no sertão dos barbaros indios *Mapáxós* e mais nações gentilicas e bravas; foi lembrado o capitão Mathias Cardoso de Almeida para o acompanhar. Para este effeito o mesmo governador Fernão Dias, representou a necessidade que havia da sua pessoa, expressando ser muito conveniente, que fosse por seu adjunto por ter grande experiencia d'aquelle sertão e dos gentios d'elle, onde já havia conseguido entradas de importancia, procedendo com muito valor e boa disposição na conquista dos gentios que domára. O referido contexto se vê da carta patente que de capitão-mór se passou ao dito Mathias Cardoso de Almeida, datada em 13 de Março de 1673. (Archivo da camara de S. Paulo, livro de registro, n. 4, titulo 1662, pag. 98 e 99.) Para o sertão de Sabarábuçú (hoje se chama Sabará, que é Minas-Geraes) e Cataguares entrou o governador Fernão Dias Paes com o seu adjunto o capitão-mór Mathias Cardoso de Almeida no mesmo anno de 1673, e penetrando n'aquelles vastos sertões, n'elles não perderam os exploradores os mais efficazes exames para o descobrimento da prata; e sem jámais se enviar o mineiro para este fazer as experiencias para o

conhecimento e desengano de haver ou não a desejada prata que se procurava. Sendo passados 3 para 4 annos de constante trabalho, e vida laboriosa toda empregada em exames á custa dos maiores soffrimentos de calamidades de um sertão inculto, retrocedeu Mathias Cardoso com todos os mais da conducta que formávam o corpo militar, com que de S. Paulo sahira o governador Fernão Dias. Este, vendo-se só sem mais companhia que a do seu filho Garcia Rodrigues Paes,e seu genro Manoel de Borba Gatto, penetrou os vastos sertões até estabelecer feitoria na Tucumbira, e mais ao centro outra no Itamirindiba, de donde sulcando por diversas veredas, o mesmo sertão do reino dos *Mapdxós*, até o lugar da alagôa Vupavuçú, no laborioso desvelo de descobrir as appetecidas esmeraldas, no sitio em que as havia extrahido Marcos de Azeredo, que recolhido ao Rio de Janeiro quiz antes morrer em uma cadêa, e sequestrados todos os seus bens, do que declarar o sitio onde tinha achado as esmeraldas e prata. Com effeito foram descobertas em Fevereiro de 1681: e voltando o governador para S. Paulo no mesmo anno com as esmeraldas do seu descobrimento, chegando ao Rio das Velhas, alli falleceu; e quasi ao mesmo tempo chegou tambem áquelle sertão o administrador geral D. Rodrigo de Castel Blanco, a quem veiu procurar Garcia Rodrigues Paes no arraial de S. Pedro da Parahyba, e lhe apresentou e entregou as esmeraldas que havia descoberto o governador seu pai, que de tudo se lavrou auto em 26 de Junho de 1681; pedindo ao dito administrador geral que as ditas pedras enviasse a Sua Magestade, pelo impedimento que elle dito Garcia Rodrigues Paes tinha de poder n'aquella occasião seguir marcha para S. Paulo por conta da epidemia, que tinha de cama gravemente enfermos a todos os indios da tropa de seu defunto pai. Recebidas as esmeraldas, foram

estas conduzidas para S. Paulo pelo ajudante Francisco João da Cunha, o qual no 1° de Setembro do dito anno de 1681 apresentou aos officiaes da camara um saccozinho cosido e lacrado, em que vinham as esmeraldas com uma carta para Sua Magestade para tudo remettêrem os ditos officiaes camaristas ao Rio de Janeiro ao syndicante João da Rocha Pinto, ausente ao governador Pedro Gomes. Assim executaram os officiaes, que então eram Pedro Taques de Almeida, Diogo Bueno, Manoel Vieira de Barros, Roque Furtado Simões, e José de Godoy Moreira (Archivo da Camara de S. Paulo, livro de registro, tit. 1675 pag. 71 v. e livro de Vereanças, tit. 1675 pag. 139.) Além d'estas esmeraldas veiu depois a S. Paulo o mesmo Garcia Rodrigues Paes, e apresentou em camara a 11 de Setembro de 1681 quarenta e sete pedras grandes, e outras pequenas, que todas pesaram 133/8 e 1/2. (Archivo da camara de S. Paulo, livro de Vereanças tit. 1675 pag. 149.) Estando em S. Paulo Mathias Cardoso de Almeida, chegou em 1680 o sobredito administrador geral D. Rodrigo de Castel Blanco a dispôr a sua jornada para o sertão da serra de Sabarabuçú, a que vinha mandado pelo serenissimo principe o Sr. D. Pedro. O mesmo senhor á custa da real fazenda tinha mandado a este D. Rodrigo (era natural do reino de Castella) no anno de 1673 com os honrosos empregos de governador administrador geral das minas com 600$ de ordenado por anno, tendo-o tomado por fidalgo da sua real casa; e acompanhado de Jorge Soares de Macedo, capitão de infantaria (depois foi o primeiro governador da praça de Santos pelos annos de 1700, em patente de mestre de campo) para no sertão da Bahia na Tabaiana fazer os descobrimentos de minas que se esperavam achar n'elle. Com effeito chegou á Bahia dito D. Rodrigo e Jorge Soares em 1673, e apresentadas as ordens que trazia ao

nador geral do Estado Roque da Costa Barreto, fez a primeira entrada ao dito sertão de Tabaiana em Julho 674, e em 11 do mesmo mez e anno principiou o neiro exame com trabalhadores pagos por conta de Sua stade, e continuaram os ditos exames em diversas es do mesmo sertão da Bahia até 1678 sem o menor to de descobrimento algum, com excessivas despezas rabalhadores a jornal, que todos constam do caderno lias, que se acha na provedoria da fazenda real de S. Paulo m o titulo — Caderno que ha de servir de rol do ponto officiaes que trabalharam nas minas, etc. — Além dos enados de 600$ por anno que percebia D. Rodrigo, e por mez o capitão Jorge Soares de Macedo, consumo fabricas mineraes, e materiaes, que só de azougue trouxe de Lisboa 500 arrateis, e em dinheiro 400$ para os primeiros gastos; e depois recebeu tres ditos na Bahia; que tudo se vê dos caps. 1° e 2° da instrucção que uxe. (Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros 1675 pag. 57.) Da Bahia sahiram D. Rodrigo e Jorge Soares com uma companhia de 30 soldados de sua guarda para o acompanharem ao sertão, do presidio da mesma Bahia, sendo capitão dos ditos soldados Manoel de Sousa Pereira, e no Rio de Janeiro recebeu mais 20 soldados e 1 alferes d'aquella praça, Mauricio Pacheco Tavares, com que se encheu uma companhia de 50 homens com capitão e alferes Trouxe por capellão-mór o Rev. Felix Paes Nogueira, provido na Bahia a 3 de Setembro de 1678 com 83$920 por anno. Um escrivão das minas, João da Maia, com 15$ por mez, provido na Bahia em 3 de Abril de 1678. Um thesoureiro, Manoel Vieira da Silva, com 15$ por mez, provido na Bahia em 15 de Abril de 1678. Um apontador do rol do ponto dos trabalhadores, Francisco João da Cunha, com 10$ por mez, provido na Bahia

a 3 de Abril de 1678. Um mineiro com experiencia de minerar, João Alves Coutinho, natural de Sergipe d'el-Rei, com 20$ por mez, provido na Bahia a 20 de Agosto de 1678. (Provedoria da fazenda real supra, caderno citado pag. 31 v., 32 v., 33, 34, 34 v. e 35 v.)

Com todo este corpo embarcou D. Rodrigo de Castel Blanco na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro em Novembro de 1678 acompanhado do mesmo Jorge Soares de Macedo, que já vinha com patente de tenente-general (bem se vê que esta patente não correspondia ao gráo das que têm hoje este nome) por mercê de Sua Alteza (com exercicio e governo na infantaria que passasse aos descobrimentos das minas com D. Rodrigo de Castel Blanco com 26$ de soldo por mez) datada em Lisboa a 30 de Outubro de 1677. (Camara de S. Paulo, livro de registos tit. 1675 pag. 25.) Emquanto se demorou no Rio de Janeiro mandou D. Rodrigo a João de Campos de Mattos, por provisão sua datada no Rio de Janeiro a 18 de Novembro de 1678, que fosse fazer descobrimentos n'aquelle sertão, onde o dito Mattos dizia haver serras com pedrarias; porém não se conseguiu d'esta entrada e despezas d'ella o menor effeito de utilidade. (Carta da provedoria da fazenda real no caderno citado retro pag. 36 v.)

Este mesmo corpo militar, e officiaes que acompanhavam a D. Rodrigo, chegou á villa de Santos em Novembro de 1678. (Caderno supra citado pag. 37 v. e 38.) Trazia D. Rodrigo já disposto que o tenente de mestre de campo general Jorge Soares de Macedo fosse fazer os descobrimentos de minas de prata no sertão do sul até o Rio da Prata, e ilhas de S. Gabriel; e no emtanto passar elle ao sertão da villa de.Parnaguá para depois se intentar a entrada para o sertão de Sabarabuçú. E como com esta divisão se dividiam as forças, assentaram D. Rodrigo e Macedo

e subisse para S. Paulo a formar gente para o acom-
, e embarcar-se no porto de Santos a demandar o
Prata ; e elle D. Rodrigo seguir para a villa de Par-
: assim se executou. A S. Paulo chegou o tenente
sl Macedo, e aos officiaes da camara apresentou todas
as e carta de Sua Alteza para os ditos officiaes, que
n'este anno juiz ordinario Lourenço Castanho Taques,
dores Gaspar Cubas Ferreira, Manoel da Rosa de
vedo e Manoel de Góes ; procurador do conselho Ma-
de Leão. N'esta carta lhes ordenava Sua Alteza que
inheiro do donativo e paz de Hollanda se havia de
r toda a despeza, e assistencias a D. Rodrigo e Macedo,
o melhor se vê do teor d'ella :

Officiaes da camara de S. Paulo. Eu o principe vos envio
dar. Viu-se a vossa carta de 22 de Dezembro do anno
sado, e o que me representais sobre o imposto e do-
ivo de Inglaterra, e paz de Hollanda, e serviços que
s moradores têm feito a esta corôa na conquista dos
ios barbaros do reconcavo da Bahia, ao que em toda a
occasião dos seus accrescentamentos lhes hei de mandar
deferir, como merecem ; e porque ora fui servido resol-
ver fossem ao descobrimento das minas de prata e ouro
de Parnaguá o administrador geral D. Rodrigo de Castel
Blanco, e o tenente-general Jorge Soares de Macedo, para
de uma vez se vir em conhecimento de que ha estas minas,
ou de todo se colher o desengano de que não persistem,
mandei applicar a este dispendio o dito imposto, e os mais
d'essas villas da repartição do sul, por se achar a minha
fazenda tão exhausta, que não houve outros effeitos para
lhe applicar, e satisfazer a Inglaterra e Hollanda, pelos
d'este reino o que elles importam ; e desvanecendo-se o
intento das minas de Parnaguá, lhes ordeno passem a serra
de Sabarábuçú ; e porque não poderão fazer sem adjuto-

rio d'esses moradores, como levam por instrucção, communicando comvosco o modo com que se póde fazer este serviço, quando sejam em numero, em que se lhes haja de nomear capitão, que vá á ordem do dito tenente-general, o nomeareis; e o fio do vosso zelo, e do bem, que tendes assistido ao que toca em beneficio d'esta corôa, obreis n'isto, e na entrega do que se estiver devendo do donativo, e fôr cahindo, para supprir as despezas do que fica referido, de modo que tenha eu que vos agradecer, e deferir em vossos accrescentamentos, como merecem tão leaes vassallos. Escripta em Lisboa a 29 de Novembro de 1677.—*Principe.*—*Conde de Val dos Reis.*»

D. Rodrigo de Castel Blanco, por alvará de 29 de Novembro de 1677, veiu feito administrador geral, como já o era quando viéra para as minas do sertão de Tabaiana com 600$; e para as de Parnaguá e Sabarábuçú trouxe mais de propriedade o officio de provedor e administrador com 40$ por mez de ordenado, vencidos desde o dia do seu embarque na Bahia; e quando as minas que descobrisse rendessem livres para a fazenda real 40 libs. (* creio que este signal são mil cruzados) por anno, subiriam os 40$ a 60$ por anno; além de 700$ de juro herdade para sempre. (Archivo da camara de S. Paulo, livro de registros tit. 1675 pag. 48 v.) Por outra ordem do mesmo senhor de 29 de Novembro de 1677 (livro supra citado pag. 23) trouxe D. Rodrigo faculdade para em nome de Sua Alteza prometter aos paulistas que o acompanhassem aos descobrimentos um habito de Christo, dois de Aviz e dois de S. Thiago, com 20$ até 40$ effectivos cada um dos ditos habitos. Manda tambem dar seis fóros de cavalleiros fidalgos; seis de moços da camara, e que se terá respeito a o serviço que fizerem, para haverem do mesmo senhor a mercê de fidalgos da sua casa.

cumprimento d'estas cousas ordens estiveram os paulistas pelo que pedia o tenente-general Jorge Soudo Macedo, o qual para a jornada do sertão do sul o Rio da Prata recebeu em dinheiro 2:050$000; e d'este dinheiro recebeu mais tres 3,000 alqueires farinha de trigo, 300 arrobas de carne de porco, alqueires de feijão, 96 arrobas de fio de algodão ido em tres linhas, e de fio singelo 2 arrobas, 19 ngardas, 12 catanas, 15 arrobas de tabaco de rôlo, e 00 varas de panno de algodão. Para o acompanhar, am nomeados os paulistas, que do sertão tinham a meor pratica, e disciplina militar contra os indios bravos; em patente de capitão-mór de toda a gente da leva e afantaria sahiu Braz Rodrigues de Arzão, de quem temos ratado em titulo de Arzão, cap. 5°; em sargento-mór Anonio Affonso Vidal, e a um e outro se lhe passaram as patentes em S. Paulo a 15 de Janeiro do anno de 1679. marca de S. Paulo, livro de registros, titulo 1679, pag. 40. E cartorio da provedoria da fazenda real caderno de registros de rol do ponto de D. Rodrigo pag. 38 v. e 40.)

No porto da villa de Santos embarcou o tenente-general Macedo no mez de Março de 1679 com toda a gente da sua conducta, soldados infantes, officiaes, e um corpo de 200 indios bons flecheiros e arcabuzeiros. Compôz-se este transporte de sete embarcações grandes chamadas sumacas, entre as quaes ia um patacho, e n'ellas se accommodou toda a gente, fabricas e instrumentos mineraes, armamento, polvora e bala, mantimentos, viveres e fazendas seccas. Para capitão de mar com todo o governo maritimo teve patente Manoel Fernandes. Capitão da sumaca N. S. da Conceição e Almas teve patente Thomaz de Sousa Rios. Capitão da sumaca N. S. do Monte teve patente Vicente Pondão. Do patacho N. S. do Rosario teve patente de ca-

pitão João Jacques; e d'esta fórma cada embarcação levava seu capitão de patente, que todas foram passadas em Santos no fim de Janeiro de 1679. (Cartorio da provedoria da fazenda Real, caderno supra citado, pag. 39 v., 41, 42 e 43.)

Tendo esta pequena frota dado velas ao vento, em breves dias encontraram tormentas grandes, com contrarios ventos, que tendo obrigado a tres arribadas até a barra de Santos, da terceira vez foi maior o perigo, porque uma das sete sumacas se foi ao fundo destroçada ; tres foram de arribada á ilha de Santa Catharina, e tres tomaram o porto de Santos com o tenente-general Macedo, capitão-mór Arzão, sargento-mór Vidal, capitão de infanteria Manoel de Sousa Pereira, e alferes Mauricio Pacheco Tavares com os soldados infantes. Do porto de Santos tomaram o caminho de terra a ir demandar Parnaguá e d'alli tomaram o sertão do Rio de S. Francisco até a ilha de Santa Catharina. N'ella postou este militar corpo a tempo, que D. Manoel Lodo governador do Rio de Janeiro que se achava na ilha de S. Gabriel fazendo construir uma fortaleza na nova povoação da Colonia e cidade do Sacramento em 1680, sabendo d'esta gente, mandou que o tenente-general com os officiaes de patente e soldados infantes o fossem buscar de soccorro contra o poder do castelhano, que já movia exercito para lançar d'aquelle sitio a D. Manoel Lobo: assim se executou, embarcando todos em um navio (ficou a gente da leva com 200 indios em S. Catharina debaixo do commando do vedor Manoel da Costa Duarte, de quem temos tratado em titulo de Camargos, cap. 1º, § 11) que na altura do Cabo de S. Maria deu á costa, e muito apenas, por conhecido milagre, salvaram as vidas 24 pessôas, cada uma arrimada á sua taboa, que sahiram a terra em praia deserta; e foram o tenente-general Ma-

a capitão-mór Arzão e o sargento-mór Vidal, e não
os dos mais; e todos penetrando o sertão a deman-
ilha de S. Gabriel e nova cidade do Sacramento fo-
dar ás mãos do inimigo castelhano, que os fez a todos
uzir presos para Buenos-Ayres, que então com sua
ncia era governada por D. José Garro. O que passou
estes presos até a rota, que tivemos no dia 6 de
o de 1680, em que os castelhanos ganharam a cidade
cramento com sua fortaleza pelo general D. Antonio
ra Moxica, temos historiado em titulo de Rendons,
ap. 1º § 4º e em titulo de Arzão, cap. 5º.

barcado o tenente-general Macedo em Santos, como
eferido, passou D. Rodrigo de Castel Blanco para a
de Parnaguá no mesmo anno de 1679. Em 14 de
ço do dito anno teve principio o rol do ponto com cento
antas pessoas de comboio para Parnaguá, que importou
ia de 30 dias á salario dos conductores indios até 14
bril a dinheiro 186$300 reis, que o conduziram por
ra da villa de Santos até Parnaguá. Importou o rol do
ponto de 123 indios de 14 de Março até 14 de Abril em
Parnaguá a dinheiro 177$000 réis. Importou o rol do
ponto de 118 pessoas que andaram em varias diligencias
de descobrimento de prata e ouro no sertão de Parnaguá
até 14 de Maio a dinheiro 174$000. Importou o rol do
ponto até 14 de Junho a dinheiro aos trabalhadores das
minas do Itambé com 118 pessoas, 155$750. Importou o
rol do ponto de 116 pessoas até 14 de Julho no Itambé
a dinheiro, 132$000. Rol do ponto com 88 pessoas
em dito Itambé até 14 de Agosto importou a dinheiro,
71$100. Rol do ponto com 79 pessoas até 14 de Agosto,
até 14 de Setembro, 72$000. Rol do ponto de 86 pes-
soas até 14 de Outubro, 71$730. Rol do ponto de 80
pessoas até 14 de Novembro, 78$300. Rol do ponto

com 87 pessoas até 14 de Dezembro, 78$300. Rol do ponto com os indios até 14 de Janeiro de 1680 annos a dinheiro, importou 78$300. Até 14 de Fevereiro 81$100. Até 14 de Março, 79$600. Até 14 de Abril 75$600. Sommam estes roes dos pontos de 14 de Março de 1679 até 14 de Maio de 1680, a dinheiro, só com os indios, fóra as mais despezas, 1:055$960 (* n'esta conta entram 43$350 de que faz menção abaixo, e mais 1$530 não sei de que, e que o autor pôz á margem.)

Em 14 de Abril de 1680 sahiu de Parnaguá para Santos D. Rodrigo de Castel Blanco sem conseguir o mais minimo descobrimento em o sertão de Parnaguá ; e n'elle as minas descobertas em Peruna, e no Itaembé o ribeirão de Nossa Senhora da Graça foram por paulistas: em Peruna pelo capitão-mór Gabriel de Lara, e no Itaembé por João de Araujo ; e as ditas minas foram repartidas em Julho de 1679, e tão ricas que só uma data para el-rei foi rematada por João Rodrigues França em 155$000. As minas de Nossa Senhora da Conceição, tambem descobertas no anno de 1679; e depois d'estas as minas descobertas por Salvador Jorge Velho, tambem paulista. E todos estes descobrimentos sem despeza da real fazenda a mais minima.

Da villa de Santos subiu para S. Paulo D. Rodrigo de Castel Blanco em 14 de Maio, e chegou a 30 do mesmo mez de 1680 com despeza de 43$350 com os indios de seu transporte, que foram 85, e tocou a cada um 510 réis, como tudo se vê do caderno do rol dos pontos acima citado de pag. 8 até pag. 28. Em S. Paulo dispôz a sua entrada para o sertão de Sabarábuçú, para o que em 20 de Junho de 1680 propôz em camara D. Rodrigo aos officiaes d'ella, que eram juiz ordinario Antonio de Godoy Moreira; vereadores João Pinheiro, Francisco Corrêa de Lemos, Diogo Barbosa Rego ; procurador do conselho Manoel Ro-

Arzão, que carecia de ouvir aos melhores serta-
s para com elles consultar a sua entrada para o sertão
ıbarabuçú; e sendo chamados Mathias Cardoso de
ıida, Hyeronimo de Carnargo, Antonio de Siqueira de
onça, Pedro da Rocha Pimentel, e outros paulistas
, todos foram de voto, que se devia mandar plantar os
, que nomeados e assignalados fossem, para quando
passe a tropa terem mantimentos promptos para o ne-
sario sustento no sertão, assim aceitou o conselho o dito
Rodrigo. (Camara de S. Paulo, livro de registros titulo
pag. 53 v.)

conhecendo D. Rodrigo que, sem levar paulistas ser-
istas de valor e experiencia da guerra contra os indios
baros, não podia conseguir a sua entrada para Sabará-
çú, ficou eleito Mathias Cardoso de Almeida com patente
tenente-general em lugar de Jorge Soares de Macedo,
ue se achava prisioneiro em Buenos-Ayres, e lhe passou
tente em S. Paulo do theor seguinte:

« D Rodrigo de Castel Blanco, fidalgo da casa de Sua
Alteza, administrador e provedor-geral das minas da reparti-
ção do Sul, etc. Faço saber aos que esta carta patente vi-
rem, que por patente do capitão-mór Mathias Cardoso de
Almeida, se me representou a nomeação, que em sua pes-
soa fez o senado da camara d'esta villa de S. Paulo para te-
nente-general pelas partes, sufficiencia, e disposição, que
em sua pessoa concorrem, e pelo bom governo dos que a
seu cargo forem, pela prudencia, com que em todas as
materias se sabe haver, como tambem por ser visto no exer-
cicio do sertão, para onde se ordena a presente jornada ao
descobrimento das minas de prata á serra de Sabarabuçú;
e dá elle dito para ajuda da dita jornada sessenta negros
seus, e sua pessoa, sem interesse algum mais, que por ser-
vir a Sua Alteza; e por todas as razões recontadas, partes

e merecimentos, e esperar de sua pessoa, me pareceu conveniente nomeal-o como por esta nomeação o nomeio por tenente-general da gente, que fôr em minha companhia, para o que livremente exerça o dito cargo e com elle goze todas as honras, graças, franquezas, privilegios, poder, mando e autoridade, como os mais prós e precalços, que por razão do dito posto lhe pertencem. Pelo que por esta o hei por mettido de posse, dando juramento, de que se fará assento nas costas d'esta; e servirá o dito posto emquanto Sua Alteza não mandar o contrario, e houver assim por bem na fórma das suas reaes ordens; para firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu signal, e sello das minhas armas; a qual se registrará nos livros da minha administração, a que tocar; e se guardará e cumprirá tão pontual e inteiramente como n'ella se contém, sem duvida, embargo, nem contradicção alguma. João da Maia, escrivão da administração, a fiz n'esta villa de S. Paulo aos 28 de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1681. *D. Rodrigo de Castel Blanco.*» (Provedoria da Fazenda Real, caderno do rol do ponto pag. 50. Camara de S. Paulo, livro de registros ut. 1675 pag. 67 v.)

Além de Mathias Cardoso de Almeida em tenente-general da leva foi constituido em sargento mór d'ella Estevão Sanches de Pontes, de que se lhe passou patente registrada no livro da camara supra, e no caderno do rol do ponto pag. 52, pag. 29. Formaram-se tres companhias de paulistas voluntarios sem soldo algum, cujos capitães por patentes de D. Rodrigo e nomeação da camara de S. Paulo foram Manoel Cardoso de Almeida (irmão do tenente-general); João Dias Mendes e André Furtado. Estando a tropa formada, para cujo augmento vieram os indios e alguns soldados que estavam em Santa Catharina, que se mandaram recolher depois que se soube da tomada da

Colonia, e ficar prisioneiro o governador D. Manoel
, foram os paulistas notando uma total frouxidão em
lrigo, e muito mais no mineiro João Alves Coutinho,
a entrada do sertão de Sabarábuçú, e se ia vencendo
hor tempo de monção por estarem entrados já no mez
arço Isto deu causa para que o tenente-general Ma-
Cardoso de Almeida, estimulado do zelo e ardor do
serviço, apparecesse em camara no dia 16 de Março
381, e aos officiaes d'ella representasse com desafogo
vassallo leal e brioso, que elle observára uma grande
gnancia no mineiro João Coutinho, que por ordem de
Alteza, e carta, que o mesmo Senhor lhe escrevêra,
da Bahia para os exames das minas de prata, ouro e
as preciosas; por cujo merecimento estava percebendo
soldo cada mez 20$000 réis havia já 2 annos e meio:
n'estes termos devia ser constrangido a ir, sem que a
usa que dava de seus achaques, e idade avançada
38 annos se lhe admittisse; e sendo chamado pelos offi-
ciaes camaristas no mesmo acto o dito João Alves Coutinho,
e fazendo-se-lhe carga das suas escusas, disse que já não
tinha dentes, e se achava muito impossibilitado para andar
por sertão; porém que assim mesmo se sacrificaria a ir;
ao que animou ao tenente-general Mathias Cardoso dizendo
n'aquella assembléa, que elle não vencia soldo algum, e
só tinha a honra de se empregar no real serviço por Sua Al-
teza querer d'esta vez ficar desenganado de haverem, ou
não taes minas; que já na jornada do sertão das Esmeraldas,
acompanhára muitos annos ao governador Fernão Dias Paes,
a custa da sua propria fazenda, indo em pessoa com seus
escravos armados, com polvora, chumbo e balas; fazendo
as despezas de todo o necessario para semelhantes em-
prezas, sem gastar um só real da fazenda de Sua Alteza;
e que da mesma fórma obrava agora para esta jornada de

Sabarábuçú com o administrador e provedor geral D. Rodrigo de Castel Blanco: e que se obrigava a conduzir ao mineiro João Alves Coutinho em rede nos hombros de 60 indios seus administrados, que para isso os offerecia, e de lhe assistir com todo o necessario sustento no sertão, e que de tudo isto se lavrasse termo para todos assignarem; e assim se executou. (Camara de S. Paulo, liv. tit. 1675 pag. 114, e pag. 127.)

Depois que chegou a S. Paulo D. Rodrigo achou nos officiaes camaristas de 1680 e de 1681 tanto zelo e promptidão para a expedição de Sabarábuçú, que o mesmo D. Rodrigo lhes passou uma certidão honrosa, que se acha registrada no liv. tit. 1675 pag. 61 v.

De S. Paulo sahiu a tropa de D. Rodrigo em principios do mez de Maio de 1681 com 60 indios para o trem de sua pessoa; e outros 60 da administração do tenente-general Mathias Cardoso de Almeida para a conducta do mineiro João Alves Coutinho, e 120 indios mais para o trabalho das minas.

Marchou D. Rodrigo á direitura ao sertão e aportou ao arraial de S. Pedro, onde o veiu encontrar Garcia Rodrigues Paes, e já o achou alli nas matas do rio Parahypeva no dia 26 de Junho do dito anno, no qual se formou o auto de apresentação e entrega que lhe fez das esmeraldas, que seu pai o governador Fernão Dias havia descoberto no reino dos *Mapaxós*, o que já fica referido, para que fossem remettidas á côrte a Sua Alteza; e emquanto não tinha a sua real determinação na materia d'este descobrimento, elle D. Rodrigo em nome do dito senhor tomasse posse de todos os arraiaes, feitorias, roupas e celeiros de mantimentos que tinha feito seu pai: o que assim se effectuou. E d'este lugar de S. Pedro de Parahypeva mandou D. Rodrigo ao ajudante das ordens Francisco João da Cunha com carta

ida a 28 de Junho do mesmo anno de 1681, aos officiaes camara de S. Paulo um saquinho de chamalote amarello, ido e lacrado, que trazia as esmeraldas para irem a . Alteza, mandando os ditos camaristas entregar o saquinho, e as vias no Rio de Janeiro ao desembargador synante João da Rocha Pita, ausente ao mestre de campo vernador Pedro Gomes. (Archivo da Camara de S. Paulo, uvro de registro, titulo 1673, pag. 71 v, 72 e 79.)

Depois que chegou D. Rodrigo voltou Garcia Rodrigues para o seu arraial do Sumidouro, ao qual chegou pois dito D. Rodrigo e tomar posse d'elle e dos mais raiaes que lhe havia offerecido ; e tambem tomou posse em nome de Sua Alteza de todas as serras, das quaes o governador Fernão Dias havia extrahido as esmeraldas. Isto foi o que unicamente obrou D. Rodrigo todo o tempo que lhe durou a vida até o mez de Setembro ou Outubro do anno de 1682, com tantas, e tão avultadas despezas que já antes do seu fallecimento tinham chegado as noticias aos reaes ouvidos de Sua Alteza, que se dignou mandar recolher ao sobredito D. Rodrigo por se ter conhecido a sua inutilidade. Assim se vê do contesto da sua real ordem datada a 23 de Dezembro de 1682. (Secretaria do conselho ultramarino, livro de registro das cartas do Rio de Janeiro titulo 1673, pag. 35.)

Entre os paulistas, que se achavam no sertão das esmeraldas e arraial do Sumidouro, era Manoel de Borba Gatto (depois foi tenente-general do Matto em Minas Geraes pelos annos de 1708), que, observando a inacção de D. Rodrigo de Castel Blanco, sem se applicar a fazer entradas ao sertão, para com os exames se descobrir o desejado fim para que Sua Alteza o havia despachado com tantas honras e mercês, distribuindo-se e consumindo-se da sua real fazenda uma muito consideravel somma de dinheiro, com al-

guma liberdade lhe estranhou ao dito Borba o amortecimento em que se conservava desde que chegára áquelle sertão, applicando-se só a mandar fazer caçadas de aves e animaes terrestres para o regalo e grandeza da sua mesa, e travando-se de razões menos comedidas, o sobredito Borba se precipitou tão arrebatado de furor, que dando em D. Rodrigo um violento empuxão o deitou ao fundo de uma alta cata, na qual cahiu morto. E, chegando a S. Paulo esta noticia, os officiaes da camara deram conta a Sua Alteza em carta de 2 de Novembro de 1682. (Archivo da Camara de S. Paulo, 1675, pag. 92.)

Recolhido á patria o tenente-general Mathias Cardoso de Almeida no anno de 1682, n'ella desfructou o socego da quietação em desconto dos trabalhos que havia curtido na expedição com D. Rodrigo de Castel Blanco: porém não gozou da patria mais do que até o anno de 1689, porque o seu merecimento foi lembrado na cidade da Bahia para se confiar do seu grande valor e disciplina o socego e a paz que não gozavam os moradores do Rio-Grande da capitania do Ceará, pelas hostilidades dos barbaros gentios habitadores d'aquelles asperos sertões.

Antes que passemos a individuar as acções de Mathias Cardoso na guerra contra os gentios do Rio-Grande devemos noticiar, que o coronel Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *America Portugueza*, pag. 437 do n. 52 até 54 affirma que o governador geral do Estado, Mathias da Cunha, ordenára ao governador de Pernambuco aos capitães-mores da Parahyba e Rio-Grande mandassem cabos, gente, petrechos e bastimentos para aquella empreza; o que assim se executára com tão bom successo, que d'elle resultára a quietação, que lograva aquella provincia, colhendo os fructos das culturas do seu reconcavo com menor perigo do que até aquelle tempo experimentára. Até aqui o dito

porém este autor tem tantas faltas no corpo da his-
que passam a ser erros indesculpaveis; porque as
nas de que trata, constando a verdade d'ellas e a sua
e a chronologia dos documentos que existem nos
os dos livros da secretaria do governo geral, prove-
mór e camara da Bahia, não devia escrever os suc-
pertencentes á mesma historia sem a lição d'estes
rios; e por esta falta escreveu mais por vaidade que
zelo; e em muitas materias só o fez por informação dos
xonados; e por isso cahiu em faltas que temos mos-
do em alguns titulos genealogicos que temos escripto.
duvidamos que ao governador geral do Estado Mathias
Cunha recorressem os opprimidos moradores da capi-
a do Ceará do barbaro gentio do Rio-Grande, o que
izesse applicar as forças de que trata o dito coronel
no n. 53; porém é totalmente engano affirmar, que
a providencia resultára a conquista d'aquelles barba-
s; porque o contrario se mostra de documentos de que
taremos menção. E não será muito padecer este autor
semelhante engano, quando no liv. 6° n. 79 até o n. 85
affirma que a conquista dos gentios barbaros, que offen-
diam as villas do Cairú, Camamú, Boypeva, fôra conseguida
pelo capitão-mór João Amaro Maciel Parente, e que tivéra
em premio do Sr. D. Pedro II o senhorio de uma villa que
elle a fundára com vocação de Santo Antonio, que ficou
sendo chamada vulgarmente de João Amaro; sendo cérto
que esta conquista foi do governador Estevão Ribeiro
Baixo Parente, pai do dito João Amaro, como temos his-
toriado em titulo de Camargos, cap. § 8°, § 3° n. 3—9.
E até ignorou Pitta, que antes d'esta guerra do governador
Estevão Ribeiro tinha já ido contra os mesmos gentios o
capitão-mór Domingos Barbosa Calheiros com os seus
adjuntos capitães de infanteria Fernando de Camargo e

Bernardino Sanches de Aguiar, que todos sahiram de S. Paulo no anno de 1658 convidados pelo governador geral do Estado Francisco Barreto, como temos historiado em titulo de Camargos, cap. 1º § 2.º

Nos poucos mezes do governo de Mathias da Cunha, recorreram a elle os moradores da capitania do Ceará pelos annos de 1687 ou 1688, pedindo soccorro contra os gentios d'aquelles sertões, que tinham feito grandes damnos na cidade e seu reconcavo. E' certo que o governador geral convocou a palacio uma junta de theologos, missionarios e os cabos principaes, para se votar se era justa a guerra, que se havia de fazer áquelles gentios, e se ficavam legitimamente captivos os que n'ella fossem presos, como já se havia resolvido nas juntas dos governadores geraes Francisco Barreto em 1658 e Alexandre de Sousa Freire em 1671? E se resolveu da mesma fórma. Então mandaria o governador geral Cunha ao de Pernambuco, e aos capitães móres de Parahyba e do Rio-Grande o que affirma o coronel Pitta; porém que não produziu effeito algum vemos do que obrou o mesmo governador geral Cunha. Mandou a S. Paulo, e fez o mesmo o seu successor o Exm. arcebispo D. frei Manoel da Resurreição (que entrou no governo geral do Estado pela morte de Mathias da Cunha na Bahia a 24 de Outubro de 1688), ordenando por carta sua de 30 de Agosto de 1689, dirigida a Thomaz Fernandes de Oliveira, capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo, que applicasse o soccorro que tinha mandado ir dos paulistas a cargo do governador, o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, para a guerra dos barbaros gentios do Rio-Grande.

Com effeito em S. Paulo formou o seu terço o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida no anno de 1689. (Secretaria do governo de S. Paulo, livro de registro geral

pag. 120 v.) E se pôz em marcha com mais de 500
le sertão até o Rio de S. Francisco; porém, como a
o seu terço não era sufficiente em numero para a
ta, deixou ordenado em S. Paulo a João Amaro Maciel
nte, capitão-mór do seu regimento, fosse formando os
s soldados da guerra e seus capitães, para todos sahi-
em conducta com o dito capitão-mór, e irem incorpo-
se com elle mestre de campo Mathias Cardoso no Rio
S. Francisco. Com effeito o capitão-mór João Amaro
meu em S. Paulo as mais companhias de infanteria,
ainda faltavam para o terço do mestre de campo Car-
; e entre os capitães foi João Pires de Brito, natural
hum cidadão de S. Paulo, que á sua custa formou a
panhia, da qual lhe passou patente de capitão de in-
ria, que depois a confirmou o Exm. arcebispo como
ernador geral do Estado. Esta conducta do capitão-mór
o Amaro Maciel Parente sahiu de S. Paulo a 18 de
ho de 1683, e marchou pelo sertão até o Rio de S.
Francisco, onde se achava postado o mestre de campo Ma-
thias Cardoso de Almeida, a quem o sobredito governador
geral do Estado constituiu governador absoluto da guerra
contra os barbaros gentios do Rio-Grande e Ceará.

Incorporado o capitão-mór com o governador mestre de campo no Rio de S. Francisco, n'elle ainda se deteve o exercito paulistano quatro mezes emquanto chegava a ordem do arcebispo governador para marchar este corpo, e dar principio á guerra intentada. Destacou este militar corpos até á barra do Jaguaribe, cujo sitio foi destinado para arraial e acampamento. Deu-se principio á guerra no sertão do Rio-Grande, onde se matou e destruiu a maior parte do inimigo por espaço de sete annos, que em guerra viva andaram as armas dos paulistas debaixo sempre do commando e disposições militares do governador Mathias

Cardoso, que, aprisionando muita parte dos inimigos barbaros, e mettendo-se outros de paz, deixou totalmente livre a campanha do Rio-Grande e Ceará, de sorte que a 10 de Fevereiro de 1696 sahiu do Ceará Grande o sargento mór d'esta capitania, Domingos Ferreira Chaves (depois presbytero de S. Pedro, e missionario dos *Taputas* e *Anacás* na capella de Nossa Senhora da Conceição, e estava morador no anno de 1701 na villa de S. José de Ribamar, capitania do Ceará Grande) com o capitão-maior Pedro Leliz a levantar um presidio na dita ribeira de Jaguaribe por conta dos *Tapuias* da nação *Pajeeus*, *Jandoby* e *Javós*

Com grande magoa lamentamos a falta das noticias dos capitães que tiveram a honra de servirem n'esta guerra, e conquista do Rio-Grande e Ceará com o governador mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, e muito apenas encontramos os documentos que nos deram a certeza de ser capitão-mór d'este regimento o dito João Amaro, e um dos capitães de infanteria o dito João Pires de Brito, o qual, acabada a guerra do Rio-Grande e Ceará, passou para a do Piagui, onde se achava quando Manoel Alvares de Moraes Navarro, natural de S. Paulo, mestre de campo de um terço de infanteria paga e governador da campanha do Rio-Grande por Sua Magestade em 1701, certificou que o governador geral D. João de Lencastro proveu no posto de sargento-mór do terço do dito mestre de campo Navarro ao dito capitão João Pires de Brito a tempo que assistia no Piagui em mais de duzentas leguas de distancia, onde chegando-lhe a noticia d'esta promoção viéra tomar posse do dito posto; mas foi já a tempo que, por se julgar retirado já para S. Paulo dito capitão Pires, se havia provido o dito posto de sargento-mór em outro sargento; por cuja razão ficou servindo de capitão de uma

das companhias do referido terço para d'elle passar ao de sargento-mór na primeira vagante pelos seus grandes merecimentos e serviços assim na guerra do Rio-Grande e Ceará, como na guerra contra o gentio *Quiriri* das ribeiras de Itahim, e Piracuruca na capitania do Piagui. Todo o referido consta das certidões e fés de officio do capitão João Pires de Brito, que se acham lançadas na nota do tabellião da villa de Taubaté, e das quaes tivemos em nosso poder uma cópia authentica.

Tambem Antonio Gonçalves Figueira, natural da villa de Santos, foi alferes de infanteria do terço que formou o mestre de campo Mathias Cardoso em S. Paulo no anno de 1689, levando comsigo dito alferes doze escravos seus, bons escopeteiros. Ficou existindo no Ceará debaixo do commando do capitão-mór João Amaro Maciel Parente, até que se retirou para o Rio-Grande por ordem do seu mestre de campo para alli se continuar a guerra. Em 12 de Novembro de 1693 se fez uma entrada contra o barbaro inimigo, que, opprimido das nossas armas, pediu paz, que se lhe concedeu, tendo sido de antes sempre viva a guerra que durou n'esta campanha até 25 de Abril de 1694, em que o mestre de campo governador Mathias Cardoso se retirou para a sua casa por faltar já polvora e bala, e se haver ateado a epidemia, que já lhe havia morto muita parte da sua gente. Consta o referido na secretaria do governo de S. Paulo na carta patente de capitão passada a Antonio Alves Figueira datada na villa de Santos a 5 de Março de 1729, registrada no livro 3º do registro geral a fl. 120 v. pelo secretario do governo Gervasio Leite Rabello.

Com esta conquista ficaram totalmente livres e desinfestados os grandes sertões do Rio-Grande e Ceará, cujas campanhas depois d'esta guerra foram povoadas, como até hoje existem com grande augmento dos reaes direitos nos

gados vaccuns e cavallares, de que abundam os estabelecimentos por todo o Rio de S. Francisco, Ceará e Piagui, nos districtos das capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão. E os mesmos paulistas, que foram triumphantes n'esta custosa conquista, foram tambem os que abriram os transitos que até hoje se seguem com communicação de todas estas tres capitanias. E dos mesmos cabos da conquista do Rio-Grande e Ceará se passaram para a conquista do Piagui, onde era capitão-mór o paulista Francisco Dias de Siqueira, o qual tendo penetrado o sertão de S. Paulo, sua patria, até o Maranhão, onde se achou pelos annos de.... d'alli tendo incorporado o seu partido com varios indios catholicos das missões d'aquelle Estado, penetrando o inculto sertão, veiu continuar a guerra no Piagui contra os barbaros indios das nações *Precatez Cupenharos*, *Curatéz* e *Canapuruz*, que todas ficaram conquistadas até o anno de 1701, em que se retirou o capitão João Pires de Brito; como tudo vimos nos serviços já referidos do mesmo capitão.

O mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida não voltou mais para S. Paulo, sua patria, porque, acabada totalmente a guerra, ficou estabelecido no sertão do Rio de S. Francisco, onde teve copiosas fazendas de gados vaccuns e cavallares, que até hoje existem. Foi casado com D...

3—4. Manoel Cardoso de Almeida (filho do § 3º), foi cidadão de S. Paulo e teve igual respeito e veneração como seus irmãos Salvador Cardoso de Almeida e o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida. Foi tambem escolhido pela camara de S. Paulo para um dos capitães de infanteria da leva de Sabarabuçú, da qual tratamos no numero antecedente, de que lhe passou patente D. Rodrigo de Castel Blanco em 1681. Recolhido do sertão do reino dos *Mappdxis*, passou no terço de seu irmão o mestre de campo gover-

para a conquista dos barbaros indios do sertão do
ande e Ceará. E como dito seu irmão ficou estabe-
nos curraes da Bahia, entendemos que elle tam-
ñeou alli de assento. Ignoramos com quem casou, e
n que foi sua filha 4—1 Marianna Cardoso, natural de
reth, onde casou com Francisco de Campos, em ti-
de Campos, cap. 4°, com sua descendencia.

3—5. Catharina do Prado Cardoso, foi casada com
noel Francisco de Oliveira. (Em titulo de Cunhas Gagos,
cap. 3° § 3°, n. 3—6.) E teve oito filhos que foram:

4—1. Frei Mathias....monge benedictino na Bahia.

4—2. Salvador Cardoso de Oliveira, casou na cidade
Bahia e tem geração no Rio de S. Francisco.

4—3. Domingos do Prado de Oliveira, familiar do
S. Officio, falleceu solteiro no Rio de S. Francisco.

§ 4°.

2—4. Luzia Furtado, nasceu muda, falleceu solteira.

CAPITULO VII.

1—7. Maria do Prado, falleceu em S. Paulo com testa-
mento a 9 de Julho de 1670 e foi casada com Miguel de
Almeida de Miranda, natural da villa de Cascaes, que fal-
leceu em S. Paulo com testamento a 15 de Junho de 1659,
tendo e possuindo na sua administração 120 indios, con-
quistados no sertão d'onde os extrahiu para o gremio da
Igreja. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 3° de in-
ventarios, letra M, n. 7. E cartorio 2° de notas, maço de
inventarios antigos o de Miguel de Almeida de Miranda.)
Este foi pessoa de respeito e autoridade, e da governança
da terra com grande estimação n'ella. Teve, abundancia dos
effeitos da cultura da sua fazenda com grossas manadas de

gados vaccuns e cavallares. Com os seus arcos seguia o partido dos Pires contra os Camargos, como sogro, que era dos tres genros Pires, que foram Henrique da Cunha, o moço, João da Cunha e Antonio da Cunha, todos irmãos. E teve do seu matrimonio, nascidos em S. Paulo, dous filhos:

Catharina de Almeida.....	§ 1.°
Martha de Miranda.....	§ 2.°
Anna de Almeida.....	§ 3.°
Fillippa de almeida	§ 4.°
Ursula de Almeida.....	§ 5.°
Maria da Assumpção.....	§ 6.°
Salvador de Miranda.....	§ 7.°
Frei Miguel da Almeida..	§ 8.°
Diogo de Almeida.....	§ 9.°
Antonio de Almeida.....	§ 10
Francisco de Almeida....	§ 11
Anna, falleceu menina....	§ 12

§ 1.°

2—1. Catharina de Almeida, foi casada com Pedro Fernandes Aragonez, natural da cidade de Malaga da provincia de Andaluzia. Não tiveram filhos. Deixaram os seus bens ao mosteiro de S. Bento de S. Paulo, em cuja igreja constituiram um honroso jazigo com pensão de missas. Falleceu Pedro Fernandes Aragonez, depois de sua mulher, com testamento a 14 de Fevereiro de 1682. Cartorio de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra C. n. 35.

§ 2.°

2—2. Martha de Miranda, casou na matriz de S. Paulo a 27 de Janeiro de 1630, com Antonio da Cunha Gago o Gambeta de alcunha, filho de Henrique da Cunha Gago, e de sua segunda mulher Catharina de Onbatte, em titulo de Cu-

,capitulo 1° § 5.° Foi este paulista potentado em arcos; grande veneração e respeito, e igual voto no governo ublica; falleceu com testamento a 21 de Setembro de e sua mulher com testamento a 10 de Setembro de (Cartorio de orph. de S. Paulo, maço 2° de inv. letra n. 47. Cart. 2° de notas de S. Paulo, maço de inv. anti- o de Antonio da Cunha Gago.) E teve, nascidos em . Paulo, onze filhos.

3—1. Antonio da Cunha Gago, alcaide-mór e descobridor da prata em 1680, casou na villa de Mogy das Cruzes com D. Anna Portes d'El-Rei, em titulo de Portes d'El-Rei, cap. 2.° Com geração.

3—2. Simão da Cunha de Miranda, casou com Catharina Portes d'El-Rei, em titulo de Portes d'El-Rei, cap. 3.° Com geração.

3—3. Bartholomeu da Cunha Gago, capitão-mór explorador em 1680, casou com Maria Portes d'El-Rei, de quem temos tratado no cap. 5° § 1° n. 3—3 a n. 4—1. Em titulo de Portes d'El-Rei, cap. 4°. Com geração.

3—4. Francisco de Almeida, falleceu solteiro.

3—5. Miguel de Almeida e Cunha, casou em Taubaté com Maria Vieira da Maia, filha de Antonio Vieira da Maia, natural da villa de Guimarães, que falleceu em Taubaté a 15 de Outubro de 1674, e de sua segunda mulher Maria Cardoso Cabral, com quem casou em S. Paulo a 28 de Janeiro de 1642 (Cart. de orph. de Taubaté, inv. A n. 51.) Neta paterna do capitão Pedro Vieira da Maia, e de sua mulher Beatriz Lopes. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 1° n. 3—6. E pela parte materna neta de Manoel da Costa Cabral, natural da ilha de S. Miguel, e de sua mulher Francisca Cardoso, natural da villa de Mogy das Cruzes. Em titulo de Vaz Guedes, cap. 5.° E teve nascidos em Taubaté tres filhos.

4—1. Francisca Vieira d'Almeida, casou com Antonio de Godoy Pires, natural e cidadão de S. Paulo, filho do capitão Francisco de Godoy Moreira, em titulo de Pires, cap. 6° § 7.° E teve filho unico

5—». Francisco de Godoy de Almeida Pires, natural de Taubaté, dos primeiros da governança d'esta republica, onde tem servido repetidas vezes de vereador, juiz ordinario e dos orphãos por eleição triennal. Casou primeira vez com D. Isidora Portes d'El-Rei ; segunda vez com D. Francisca das Chagas, filha do sargento-mór Manoel Pinto Barbosa, e de sua mulher Andreza de Castilhos, sem geração. Existe viuvo em 1771. E teve do primeiro matrimonio tres filhos naturaes de Taubaté.

6—1. José de Godoy Rodrigues, que indo com o coronel Christovão Pereira de Abreu no serviço de el-rei falleceu no Rio-Grande do Sul, solteiro.

6—2. Miguel de Godoy de Almeida Pires, casou em Itú com Maria do Prado, filha de... do Prado.

6—3. Maria Vieira da Maia, casou em Taubaté com João de Godoy Moraes, natural de S. Paulo, filho de Gaspar de Godoy Moreira e de sua mulher D. Anna Maria Pedroso, irmã de Christovão da Cunha de Moraes. Em Cunhas Gagos, cap. 1° § 4° n. 3—7.

4—2. Lourença Vieira, falleceu solteira.

4—3. Miguel de Almeida e Cunha, descobridor do ouro do arrayal de Itaverava nas Minas-Geraes, em cuja diligencia o barbaro gentio o matou. Foi casado em S. Paulo com.... filha de Manoel de Camargo. Esta viuva casou segunda vez com Francisco Pinto do Rego, coronel de Mogy e Jacarehy, a quem matou Domingos Nunes Paes.

3—6. Diogo de Almeida, falleceu...

3—7. Maria de Almeida, foi casada com José Preto. (irmão de Gaspar Cardoso, de Francisco Preto, e de Paulo

natural de S. Paulo, onde falleceu em 1665; e sua
falleceu em Taubaté a 9 de Dezembro de 1700
de Taubaté, inv. letra M. n. 8). Sem geração.

—8. Martha de Miranda, falleceu em Taubaté com
sto a 14 de Abril de 1689, e foi casada com Fran-
bas Preto (Ouvidoria de S. Paulo e resíduo, o testa-
de Martha de Miranda). E teve cinco filhos.

1. Martha de Miranda Antunes, mulher de João Cor-
Veiga.

2. Maria de Miranda Antunes, mulher de Francisco
da Veiga; falleceu em 1725 (Orph. de Taubaté, inv.
M. n. 30.) E teve

5—1. Maria da Estrella, mulher de Matheus Rodri-
es do Prado.

5—2. Anastacia da Veiga, mulher de Francisco de Godoy.

5—3. Margarida Sobrinha, mulher de José Rodrigues do Prado.

5—4. Martha de Miranda Antunes.

4—3. Isabel de Miranda, mulher de Domingos do Prado Martins.

4—4. Francisco Cubas Preto.

4—5. Antonio da Cunha Gago, casou em Taubaté a 28 de Novembro de 1691 com Marianna do Prado, filha de Antonio do Prado Martins, e de sua mulher Maria da Costa.

3—9. Catharina de Onhatte, falleceu em Taubaté a 11 de Novembro de 1691: casou em vida de seus pais com Garcia Rodrigues Moniz, e ella foi natural de S. Paulo, assim como os filhos que teve.

4—1. Antonio Garcia da Cunha, falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Março de 1732, e foi casado ao 1º de Novembro de 1688 em Taubaté com Maria Antunes Car-

doso. (Em tit. de Portes d'El-Rei, cap....) E teve naturaes de Taubaté doze filhos.

5—1. Francisco Portes.

5—2. Juliana de Oliveira, mulher de Antonio Raposo.

5—3. Catharina de Onhatte, mulher de Alvaro Soares.

5—4. Margarida Antunes, mulher de Manoel Moreira.

5—5. Angela da Motta, mulher de João Fernandes Sousa.

5—6. Francisca Cardoso, mulher de Gaspar Vaz.

5—7. Antonia Portes, mulher de João Barbosa.

5—8. Maria Portes, mulher de Guilherme Moreira, capitão em Taubaté em 1769.

5—9. João Garcia.

5—10. Martha.

5—11. Gertrudes.

5—12. Luzia, (Orph. de Taubaté, inv. A. n. 24.)

4—2. Garcia Rodrigues Moniz.

4—3. Miguel Garcia Rodrigues.

4—4. Martha de Miranda, casada com Domingos Vieira Cardoso, natural da villa de Santos, que falleceu em Taubaté em 1700 (Orph. de Taubaté, letra D. n. 23.), filho do capitão Antonio Vieira da Maia e de sua mulher Maria Cardoso. E teve treze filhos; em titulo de Vieiras Maias, em 13 §§.

3—10. Filippa de Almeida, casou em vida de seus pais com Francisco de Aguiar...

3—11. Sebastiana de Onhatte, natural de S. Paulo, falleceu em Taubaté com testamento a 24 de Outubro de 1702, casada em S. Paulo com Jorge Dias Velho, natural de S. Paulo, fundador da capella de Nossa Senhora da Ajuda no sitio de Caçapava, cuja construcção e ornamentos accusam a grandeza do seu fundador. E' de talha levantada, toda

,e dentro de uma tribuna na capella-mór se vê col- imagem de S. Jorge, de perfeita construcção, vinda o, e está o santo a cavallo. A igreja é da vocação sa Senhora da Ajuda. Este Jorge Velho foi irmão de Garcia Velho, que casou em Taubaté em 1688 com ragoso, filha do coronel Sebastião de Freitas e Maria o. O dito Jorge Dias Velho falleceu com testamento ibaté a 18 de Junho de 1727, e n'elle declarou ser de S. Paulo, e filho de Manoel Garcia Velho, e de a Nunes da Costa, e que casára primeira vez com Se- ana de Onhatte (Ouv. de S. Paulo, residuo, testamento rge Velho.) E teve seis filhos (Cart. de orph. de Tau- e, inv. letra J. n. 11.)

4—1. Antonio da Cunha Gago, falleceu a 31 de Março de 1749, foi casado com Margarida Antunes Cardoso (filha do capitão Thomé Portes d'El-Rei e Juliana de Oliveira) a 17 de Fevereiro de 1697 em a matriz de Taubaté. E teve

5—1. Thomé Portes da Cunha.
5—2. João Portes da Cunha.
5—3. Antonio da Cunha Portes.
5—4. Ignacio Rodrigues da Cunha.
5—5. Francisca.
5—6. Bernardino Portes.
5—7. Juliana de Oliveira Cunha

4—2. Miguel Garcia Velho, sargento-mór, casado com Leonor Homem d'El-Rei, que são os pais de D. Isidora Portes d'El-Rei, mulher que foi de Francisco de Godoy de Almeida Pires, e do padre Francisco Homem d'El-Rei, clerigo. Em Portes d'El-Rei, cap. 1º § ....

4—3. Jorge Dias Velho, casou em Taubaté em 1709 com Rosa de Moraes, filha de João Sobrinho de Moraes, e de Maria Gonçalves.

4—4. O padre Manoel Rodrigues Velho, clerigo.

4—5. Maria Velha, mulher do capitão Antonio Cabral da Silva.

4—6. Martha de Miranda, surda e muda, casou em Taubaté em 1688 com João Barbosa, que já era viuvo na cidade de S. Paulo.

§ 3.°

2—3. Anna de Almeida, casou na matriz de S. Paulo a 21 de Novembro de 1632 com Henrique da Cunha Gago, em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 1° n. 3—1. Falleceu Anna de Almeida a 30 de Agosto de 1680 (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1° de inv. letra A. n. 14.) E teve tres filhos:

3—1 Miguel de Almeida, foi casado com Maria Soares, moradora na villa de Itú.

3—2. Henrique da Cunha.

3—3. Maria de Freitas, casou com Antonio Soares, irmão de Maria Soares, supra, morador em Itú.

§ 4.°

2—4. Filippa de Almeida, foi casada com João da Cunha Lobo, que falleceu em S. Paulo com testamento a 23 de Setembro de 1681, filho de Henrique da Cunha Gago, e de sua mulher Maria de Freitas, em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1° § 1° n. 3—2; (Cart. de orph., maço 1° letra J. n. 45.) E teve oito filhos.

3—1. João, falleceu menino.

3—2. Henrique, falleceu menino.

3—3. Miguel de Almeida.

3—4. Maria de Freitas, mulher de Lourenço de Lemos.

3—5. Anna da Cunha, casou com Baptista Maciel, o

lleceu no anno de 1682. (Cart. de orph. de S. Paulo, 1º de inv. letra B. n. 45.) E teve quatro filhos.

4—1. João da Cunha.
4—2. Baptista Maciel.
4—3. Maria Maciel.
4—4. Domingas.

3—6. Isabel da Cunha, mulher de Miguel Fernandes.

3—7. Catharina de Almeida, falleceu no Atibaia com ...ento a 20 de Março de 1725, e jaz na capella-mór do ...a (Test. no eccles. de S. Paulo. letra C. n. 1.) Foi casada Sebastião Machado de Lima, que falleceu nas Minas em 1720. (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 2º letra ..., 3.) E teve.

4—1. Domingos Machado de Almeida.

4—2. Sebastião Machado de Lima.

4—3. Henrique da Cunha, que casando deixou tres filhos, Joanna, João e Catharina.

4—4. Maria de Lima, que casou com Antonio Raposo Barbosa.

4—5. João da Cunha Lima, falleceu solteiro.

3—8, Filippa de Almeida, ignoramos o estado, que teve.

§ 5.º

2—5. Ursula de Almeida, foi casada com Lourenço de Amores de Siqueira, natural da villa de Santos (irmão inteiro de Domingos de Amores, primeiro coronel que teve o regimento das ordenanças, que levantou em S. Paulo pelos annos de 1698, Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, que veiu a S Paulo por ordem régia (como temos tratado em tit. de Camargos, cap. 8º § 3º n. 3—10.) Falleceu Lourenço de Amores em S. Paulo com testamento a 18 de Julho de 1685, filho de

Domingos de Amores, e de sua mulher Antonia de Siqueira, (Cart. de orph. de S. Paulo, maço 1º de inv. letra L. n. 19.) E teve sete filhos, nascidos em S. Paulo.

3—1. Antonia de Siqueira, casada em vida de seus pais com Manoel da Cunha Gago.

3—2. Maria do Prado, casada em vida de seus pais com Gervasio Lobo de Oliveira.

3—3. Ignacia de Siqueira, casada em vida de seus pais com Antonio Vieira da Maia. Em tit. de Vieiras Maias, capº 6º. Com geração.

3—4. Catharina de Almeida, mulher de Paulo Vieira da Maia, filho de Antonio Vieira da Maia natural de Guimarães de quem tratamos no § 2º n. 3—5 retro. Em tit de Vaz Guedes,cap. 5º. E em tit. de Vieiras Maias, cap... Com geração.

3—5. Domingos de Amores de Almeida.

3—6. Martha de Miranda, foi casada com o afamado paulista o capitão João Pires de Brito, que falleceu em Taubaté sem geração e de quem tratamos no cap. 6º § 3º n. 3—3.

3—7. Victoria de Siqueira....

§ 6.º

2—6. Maria da Assumpção, foi beata com habito de S. Francisco e falleceu solteira.

§ 7.º

2—7. Salvador de Miranda, cidadão de S. Paulo, onde casou com Antonia Ribeira (estando viuva do seu primeiro marido Gaspar Vaz Guedes (que era natural da villa de Mogy das Cruzes) e falleceu com testamento a 22 de Dezembro de 1668, e sua mulher falleceu com testamento a 14 de Março de 1681 (Cartorio de orph. de S. Paulo, maço 1º

·. letra S. n. 46. E letra A. maço 1° n. 3. E teve tres scidos em S. Paulo.

5—1. Miguel de Almeida.

—2. Antonio de Almeida de Miranda, cidadão de lo, falleceu com testamento a 20 de Maio de 1672, e ado com Catharina Dias (irmã de Antonio Garcia) que u em 1714 ; e casou segunda vez com Manoel Gonçaes Morgado, de quem teve dois filhos, Miguel Gonçalo Catharina Dias mulher de Francisco Rodrigues do (Cartorio de orph. de S. Paulo, maço de inv. ant. o de rina Dias.) E teve cinco filhos (Cartorio de orph. de lo, maço 3° de inv. letra A. n. 2°.)

4—1. Salvador de Miranda, casou em S. Paulo a 19 de Agosto de 1697 com Joanna de Camargo Pires. Em tit. de Pires, cap. 6° § 6° n. 3—5.

4—2. Antonio de Miranda, casou.

4—3. Manoel de Miranda, casou.

4—4. Antonio de Miranda, casou, e teve tres filhos, João de Miranda, Isabel Garcez, mulher de Paulo Ribeiro, e Maria Garcez, mulher de Manoel da Costa.

4—5. Joanna de Miranda, casou.

3—3. Maria Ribeira, casou com Belchior de Godoy. Em tit. de Godoys, cap. 1° § 4°. Com geração.

§ 8.°

2—8. Fr. Miguel, religioso franciscano da provincia do Rio de Janeiro.

§ 9.°

2—9. Diogo de Almeida, falleceu solteiro.

§ 10.

2—10. Antonio de Almeida, fallereu solteiro.

§ 11.

2—11. Francisco de Almeida, falleceu solteiro.

§ 12 ultimo.

2—12. Anna, falleceu menina. Tudo consta do testamento e inventario de sua mãi Maria do Prado, etc.

CAPITULO VIII

1—8. Martim do Prado, conforme o que declarou no testamento com que falleceu em S. Paulo a 19 de Abril do 1616, casou duas vezes: primeira com Paula de Fontes em a villa de S. Vicente; segunda com Antonia de Sobral, que falleceu com testamento a 18 de Abril de 1616 (Cartorio de orph. de S. Paulo, maço 3º de inv. letra M. n. 17 o inv. de Martim do Prado.) E teve do primeiro matrimonio filho unico: do segundo teve se e filhos, cuja naturalidade ignoramos.

PRIMEIRO MATRIMONIO.

Domingos do Prado... § 1.º

SEGUNDO MATRIMONIO.

Manoel do Prado..... § 2.º
Antonio do Prado..... § 3.º
Pedro do Prado..... § 4.º
João do Prado..... § 5.º
Maria do Prado..... § 6.º
Sebastiana do Prado... § 7.º
Helena do Prado..... § 8.º

Do segundo matrimonio procedem os Prados da cidade do Rio de Janeiro; entre cujos descendentes foi Christovão Lopes Leitão, que foi morador na freguezia de Irajá, de Nossa Senhora da Penha, onde teve uma quinta com capella de vocação S. Christovão; e foi pai de Francisco Viegas Leitão, o qual casando em Lisboa teve um filho frade

rdem de Christo no convento de Thomar. O dito Chris- Lopes Leitão foi irmão de Fr. Christovão de Christo, foi benedictino, e D. abbade no mosteiro de S Bento nio de Janeiro. Estes Prados são os mesmos Prados e ntes dos descendentes de Clara Martins, a qual era aa de João do Prado, como referimos no principio ste titulo.

§ 1.°

3—1. Domingos do Prado, casou na matriz de S. Paulo vezes: primeira com Philippe Leme: segunda vez a de Agosto de 1627 (estando seus pais moradores na de S. Vicente) com D. Violante de Gusmão, filha de rnabé de Contreras e Leon, e de sua mulher D. Beatriz de inosa, natural de Santiago de Xerez da provincia de guay, cidade da Assumpção. Esta D. Violante foi se- nha direita de Gabriel Ponce de Leon, em cuja com- panhia veiu a S. Paulo, e dito Ponce casou na villa de Parnahyba com D. Maria de Torales, natural da mesma villa, e filha do fundador e povoador d'ella, Balthazar Fernandes, e de sua mulher D. Maria de Zuniga, natural de villa Rica de Paraguay, que tinha vindo a S. Paulo com seu irmão Bartholomêo de Torales; e eram filhos do capitão Bartholomêo de Torales, e de sua mulher D. Violante de Zuniga. O tal Gabriel Ponce de Leon, que casou na Parnahyba, falleceu na mesma villa com testamento a 7 de Outubro de 1655 (que se acha nos autos do seu inventario no cartorio de orphãos de Parnahyba, letra G, n. 126), em que declarou ser natural da provincia de Paraguay da cidade Real de Guairá, filho do capitão Barnabé de Contreras, e de sua mulher D Violante de Gusmão. (Em titulo de Ponces Torales, cap 1° e 2°.)

Domingos do Prado teve do primeiro matrimonio cinco

filhos: do segundo teve filho unico. Tudo consta do testamento com que falleceu em 3 de Agosto de 1639. (Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 2º de inventarios, letra D, n. 23.)

Filhos do primeiro matrimonio

3—1. Braz Leme.

3—2. Antonia Leme.

3—3. Alonça do Prado, mulher de Domingos Lamim.

3—4. Leonor Leme.

3—5 Domingos.

Filhos do segundo matrimonio

3—6. Antonio.

§ 2.º

2—2. Manoel do Prado, sabemos que casou, como consta do inventario de seu pai, mas ignoramos com quem e se teve geração.

§ 3.º

2—3. Antonio do Prado, como consta do inventario dos bens de seu pai feito em 1616, que era morador na villa de Mogy das Cruzes. Não sabemos com quem casou, e sómente que do seu matrimonio procedem os Prados d'esta villa e foram seus filhos:

3—1. Salvador do Prado, natural de Mogy, que falleceu a 2 de Junho de 1686, casado com Isabel da Silva, tambem natural da villa de Mogy. (Cartorio de orphãos de Mogy, inventarios, letra S, n. 7.) E teve filha unica:

4 —. Maria do Prado, casou com Francisco de Borja Xavier (nasceu no mar, e se baptizou na igreja matriz do Rio de Janeiro, para onde vinham seus pais Pedro de Barros

)-mór do regimento da artilheria d'aquelle presi-
pi governador da fortaleza de S. João, e de sua
r D. Josepha Rodrigues, ambos naturaes da villa de
da cidade do Porto) de cujo matrimonio nasceram
illa de Mogy seis filhos:

5—1. Faustino Xavier do Prado. * Quando o A. es-
eu já era este padre conego da Sé de S. Paulo, depois
er sido vigario em mais de uma igreja do bispado. O
inha tenção de augmentar a sua narração, e esperava
vez por noticias que tinha pedido ao mesmo conego,
ao consta de uma exposição avulsa dos seus ascen-
tes; no fim da qual consultava sobre algumas cousas,
foram decididas umas e outras não. O mesmo conego
aste em S. Paulo n'este anno de 1795.

5—2. Angelo Xavier do Prado, em titulo de Rendons.
(Em geração.)

5—3. D. Anna Xavier de Jesus, mulher de Francisco
roso Navarro, filho de Estanisláo Corrêa de Moraes.
(Em titulo de Moraes, cap. 1º, § 7.) Com dois filhos:

6—1. O padre Faustino Xavier de Moraes.

6—2. Anna Maria do Espirito Santo, casada com José Lopes de Oliveira. (Em titulo de Siqueiras.)

5—4. Pedro de Barros, que, estando noviço jesuita, foi demittido com 23 companheiros por ordem regia intimada pelo desembargador Cyriaco Antonio de Moura Tavares.

5—5. D. Sebastiana...., mulher de José de Candia de Abreu.

5—6. D. Josepha.... mulher de Ignacio de Moraes Sarmento, natural de Carracido Monte-Negro, da provincia de Traz os Montes.

3—2. Manoel do Prado, falleceu em Mogy em 1660,

casado com Maria de Siqueira. (Orphãos de Mogy, letra M, n. 48.) E teve filha unica:

4—. Catharina.

§§ 4°, 5°, 6°, 7°, 8°. ultimo.

2—4. Pedro do Prado, falleceu solteiro.

2—5. João do Prado,se foi morador da villa de Mogy, em tal certeza sabemos que casou com Catharina Vaz, e que foi sua filha Antonia do Prado, que na matriz de Mogy casou com Antonio Delgado, filho de Francisco Delgado, e de sua mulher Maria Pedroso.

2—6. Maria do Prado....

2—7. Sebastiana do Prado....

2—8. Helena do Prado, casou, como consta do testamento e inventario de seu pai, e ignoramos com quem.

CAPITULO IX

1—9. Pedro do Prado, foi nobre cidadão de S. Paulo, e serviu os cargos de sua republica; foi casado com Antonia Leme, filha de Matheus Leme, e de sua mulher Antonia de Chaves. (Em titulo de Lemes, cap. 2°, § 4°.) Antonia Lemes falleceu com testamento em S. Paulo a 23 de Dezembro de 1682. (Cartorio de orphãos, maço 1° de inventarios, letra A, n. 31.) E teve nascidos em S. Paulo oito filhos, que se acham no dito titulo de Lemes, e no § 4° do cap. 2° acima indicado.

CAPITULO X E XI ULTIMO

1—10. Anna Maria do Prado, falleceu solteira.

1—11. Clara, falleceu solteira.

(*Continúa.*)

BREVES CONSIDERAÇÕES

RCA DE ALGUNS DOCUMENTOS TRAZIDOS DO PARAGUAY

PELO

DR. JOÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

Socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

---

Acompanhando ao Paraguay S. A. Real o Sr. conde d'Eu, novo e muito illustre general em chefe de todas as forças brasileiras em operações n'aquella republica, ao penetrar no theatro de tanta heroicidade, sacrificios, constancia e gloria para o nome brasileiro, eu não podia esquecer-me de que na qualidade de membro, embora obscuro, do Instituto Historico Brasileiro corria-me o dever de concorrer, na proporção de minhas forças, para tornar mais conhecido aquelle malfadado paiz, e, sobretudo, para elucidar pontos pouco claros e questões duvidosas da guerra a que foramos arrastados, de modo a facilitar as apreciações da historia.

Desde logo foi meu empenho procurar obter a maior somma possivel de documentos, que por qualquer modo podessem ser de utilidade para o fim que tinha em vista.

Se, calculando mal os meus recursos, eu me abalançasse então a maiores commettimentos, bem depressa teria de abandonar a temeraria empreza; pois que escriptores muito mais competentes tomáram a si o encargo de descreverem o paiz em que iamos penetrando e as operações da nova campanha, e trataram d'estes assumptos com tal elevação de pensamento e de estylo, a que certamente eu não poderia attingir.

Com effeito, seria difficil ao mais habil descrever melhor do que o fez o nosso joven e talentoso consocio o Sr. Dr. Taunay, tanto no *Diario do Exercito* como em suas correspondencias para o *Jornal do Commercio*, o aspecto geral do paiz, a natureza de seu solo, recursos naturaes e producções, bem como os costumes, indole e caracter dos habitantes; as scenas tão variadas da vida de acampamento, ora alegres e ruidosas, ora tristes e compungentes. Seria difficil, repito, fazer mais justas, bem cabidas e philosophicas reflexões no campo scientifico como na ordem moral, e bem assim apreciar com mais rectidão e independencia os vultos proeminentes do exercito e os acontecimentos mais notaveis da campanha. Se a todos estes meritos se juntar a pureza e correcção da linguagem, a fluencia e elegancia do estylo, ter-se-ha um conjuncto de qualidades pouco communs em um escriptor. As «*Correspondencias* e o *Diario do Exercito*» do distincto autor da *Retirada da Laguna* deverão ser consultados por quem emprehender escrever a historia da guerra do Paraguay, sobretudo a da ultima campanha. Mas, se para tal fim estes trabalhos devem ser consultados com proveito, ainda com mais razão e fundamento sel-o-hão as *Ordens do dia* de Sua Alteza o Sr. conde d'Eu e os seus officios ao ministerio da guerra, pois que estes documentos encerram a historia mais bem traçada, conscienciosa e justificada das operações militares da ultima campanha. Ha sobretudo, n'essa preciosa collecção, o memoravel officio de 3 de Setembro de 1869, datado de Caraguatay, no qual o general em chefe descreve as operações do mez de Agosto nas Cordilheiras e aprecia a conducta dos generaes, officiaes e praças durante este glorioso periodo. Diante d'essa peça official o leitor fica em duvida ácerca do que mereça mais louvor : se o valor e dedicação dos subordinados, se a pe-

ão chefe illustre que os guiou ao combate e á victo-
ou se o talento e consummada habilidade com que
está redigida.

methodo, concisão e escrupulosa fidelidade na expo-
minuciosa e detalhada dos acontecimentos, á clare-
expressão da phrase, reuniu o augusto autor do
o mais um grande, incontestavel e raro merito. Elle
, na apreciação justiceira e equitativa dos serviços de
um fazer uso de expressões que dessem perfeita conta
atureza do serviço e aquilatassem bem a importancia
o merecimento particular do individuo, empregando
com rara felicidade de pensamento e de linguagem o ad-
jectivo qualificativo mais apropriado, conveniente e direi
mesmo especifico para cada caso.

Se o emprego do adjectivo qualificativo é apreciado na poesia e tão admirado nas immortaes satyras de Nicoláo Tolentino, em um documento da ordem d'aquelle a que me estou referindo elle constituia uma perigosa tentativa, pois expunha ao risco de offender as susceptibilidades de homens extremamente ciosos de sua valentia e serviços; mas o perigo foi perfeitamente conjurado pela habilidade e justiça distributiva da qualificação, e esse é um dos grandes meritos que encontro no officio de 3 de Setembro, pois que nem uma só queixa ouvi articular em todo o exercito.

A felicidade com que foi redigido este documento só póde ser excedida pola modestia e nobreza d'alma de seu augusto autor, o qual, prodigalisando elogios e fazendo realçar os serviços de todos, sómente para si reservou a responsabilidade dos erros, se erros tivessem tido lugar.

Tendo explicado o porque não escrevi, tenho a accrescentar que, se o não fiz, ao menos não desisti da ideia de colleccionar; e hoje venho offerecer ao Instituto tudo quan-

to me foi possivel conseguir em materia de documentos que possam ser de alguma utilidade para a historia da guerra do Paraguay, e tambem para melhor conhecimento d'este paiz, de seus habitantes e governo.

Maior podéra ter sido a colheita, se não encontrára poderoso concurrente na pessoa do illustrado Sr. conselheiro Paranhos, om cujas mãos param preciosos documentos, como seja entre outros o registro da correspondencia official do ministerio de relações exteriores do Paraguay, correspondencia trocada desde tempos anteriores á campanha oriental até fins de 1868, se me não falha a memoria.

A parte mais importante da minha pequena dadiva é a collecção do jornal *Semanario* unica que foi encontrada quasi completa em todo o Paraguay, e cuja posse obtive de Sua Alteza afim de offerecêl-a ao Instituto.

Quanto aos documentos que tambem fazem parte da collecção, para que se possa comprehender o tal ou qual merito que lhes encontro, julgo preciso que ácerca de cada um d'elles eu diga algumas palavras, que porventura possam realçar seu valor e explicar sua utilidade.

O governo do Paraguay foi sempre despota, cioso do seu supremo poder e barbaro na applicação dos meios conducentes á satisfação de suas ordens e caprichos. O decreto, de que consta o documento n. 1, mostra até que ponto Carlos Antonio Lopez era susceptivel de ciume pelas suas prerogativas; pois que por esse decreto o dito presidente prohibe que haja repiques de sinos á entrada e sahida do bispo nas igrejas, assim como veda ao bispo o uso da capa magna, afim de que em caso algum este se podesse sobre-elevar ao supremo governo.

Pelo documento n. 2 vê-se o mesmo governo lançando mão dos bens da igreja e fixando ordenado aos curas, não

este proceder seja mais regular e equitativo, mas
la razão confessada de que avultavam muito os dizi-
ua igreja, e que, portanto, deviam ser cobrados pelo
no, isto é, ir parar ás mãos do presidente, que então
arlos Antonio Lopez.

documento n. 3 se mostra como, de sua data em
, ficavam sendo pagos os ordenados aos curas, func-
rios publicos e militares. Nada mais simples e eco-
co do que o systema adoptado então. Diz assim: « O
erno, entendendo conveniente que o papel-moeda
lo no mesmo anno do documento, 1847) tenha
a par do metallico, ordena que os soldos civis
ecclesiasticos sejam pagos metade em metal e metade
papel (bilhetes), e os soldos militares um terço em
, um terço em bilhetes e o resto em generos. « Todo
aquelle que puzer embaraço ao curso legal dos bilhetes de
alquer classe, em seu valor real e pela fórma ordenada,
rá multa de 100 a 200 pesos fortes, e finalmente prisão
se o denunciado não tiver meios, até ulterior decisão do
governo. » Que excellente maneira de ter sempre o cambio
ao par! Ao menos o Paraguay não soffria da febre de
agiotagem!

Pelo documento n. 4 se evidencia o nenhum respeito que na intitulada republica se tinha pela liberdade e dignidade do cidadão. Por esse decreto ordenava Carlos Antonio Lopez que os denunciados como incorrigiveis ociosos fossem presos e castigados com 25 a 50 açoites, do mesmo modo por que se castigava os ladrões de estrada. Assim, bastava uma simples denuncia de ociosidade ou resistencia aos trabalhos da agricultura, para que, sem mais fórma de processo, o cidadão soffresse castigo infamante! Sempre a espionagem e a denuncia acoroçoadas, como se fossem meios honestos de governar!

Entrando na analyse dos documentos pertencentes já á época do dominio de Solano Lopez, notarei em primeiro lugar e sob a numeração 4 A o itinerario que deveriam seguir os espiões que fossem a Corrientes para examinarem as forças alliadas. E' apenas um borrão sem assignatura, mas não deixa de ser curioso.

O n. 5 comprehende grande parte da correspondencia dirigida ao marechal Lopez pelo tenente-coronel Hermogenes Cabral, commandante das forças paraguayas em Matto-Grosso em 1866. De sua leitura chega-se ao conhecimento de uma pequena parte dos soffrimentos por que passaram os desgraçados habitantes de Matto-Grosso, tanto nacionaes como estrangeiros. Alguns que, não sendo prisionciros de guerra mas simplesmente moradores no lugar, pretenderam internar-se pelos bosques, afim de não serem remettidos para Assumpção, foram perseguidos, caçados e mortos ou carregados de ferros; outros, por não pagarem certas multas, foram tambem postos a ferros e remettidos para Assumpção. Assim aconteceu ao italiano Colombino, de quem pretendeu o general Barrios extorquir quatro mil pesos fortes.

A estes pobres habitantes apenas concedia Hermogenes Cabral uma rez para 240 individuos, ao passo que os paraguayos tinham uma rez para 67 praças, como se vê do mappa junto á correspondencia.

As forças paraguayas em Matto-Grosso, do 1 de Agosto de 1866 em diante, depois do regresso de 554 homens a Assumpção, ficaram mui reduzidas, pois que em Corumbá só restavam 300 praças, em Coimbra (calculando pelo numero de rezes consumidas) 87, em Albuquerque 38 (segundo os mesmos dados), e assim por diante em outros pontos e guardas, e sem contar a marinha.

Acompanha o mappa de consumo de rezes a lista no-

dos brasileiros, indigenas e estrangeiros, que, em 1 de Agosto de 1866, foram remettidos de Corum- a Assumpção. Consta da relação que tiveram esse) 111 brasileiros, 142 *quiniquindos*, 38 *guanás* e angeiros, sendo 38 italianos (levando em compa- 9 mulheres e crianças), 14 portuguezes, 8 hespa- , e os 11 restantes allemães, francezes, bolivianos, Total 324 homens, além de 31 mulheres e crianças. oda essa gente bem pouca foi a que escapou á morte e ser libertada nas Cordilheiras, S. Pedro e Con- on; e essa mesma constava quasi toda de indios, que r poderam resistir aos trabalhos e soffrimentos, ou menos suspeitos se tornaram ao tyranno.

foi sómente no dia 1 de Agosto de 1866 que Her- nes Cabral remetteu presos de Matto-Grosso para Assumpção habitantes d'aquella infeliz provincia; outras remessas fez elle, mas das quaes não tenho documentos.

E' de summa importancia em referencia á historia da guerra e das operações militares, segundo penso, o documento n. 6. Consta de um grande e bem elaborado quadro ou mappa das forças paraguayas de guarnição a Humaytá e Curupayti, bem como do parque de artilheria, trem de guerra, etc., d'estas duas fortificações; é datado de 31 de Maio de 1866 e assignado pelo coronel Elizalde Aquino, então chefe d'estado-maior de Lopez. Do exame d'este mappa se deduz: em primeiro lugar, que as ditas fortificações tinham guarnição especial, independente do exercito chamado do Sul; em segundo lugar, que essa guarnição constante de 10,018 homens no fim de Abril e recebendo depois mais 34 altas, achava-se reduzida no dia 31 de Maio (data do mappa) a 5,139, e d'estes só 3,505 promptos a formarem; em terceiro lugar, que os 4,913 que faltam não succumbiram na batalha de 24 de Maio, nem foram

feridos para os hospitaes, mas sim tiveram de ir reforçar o exercito do Sul só depois da batalha do Estero Bellaco, pois que, se tivessem ido antes e tomado parte na mortifera acção, onde as perdas excederam á metade da força que brigou, segundo ouvi aos mais intelligentes chefes e officiaes paraguayos, certamente que não mencionaria o mappa sómente 65 casos de morte em combate em todo o mez de Maio, e isto sobre todo o pessoal mencionado de 10,018 homens. Este mappa vem confirmar o depoimento do general Resquin, na parte em que este declara que Lopez não empenhára todas as suas forças na batalha do Estero Bellaco, a 24 de Maio; mas que deixára em Humaytá mais de 10,000 homens. Se a força paraguaya que combateu n'essa batalha constava, como é geralmente admittido, de 24,000 homens e ficou reduzida á metade ou 12,000, quando muita, juntando-lhes cerca de 5,000 praças tiradas da guarnição de Humaytá, vê-se que depois de 24 de Maio o exercito paraguayo ficou ainda composto de 17,000 homens, pouco mais ou menos; sem contar todavia os 3,500 promptos a formarem em Humaytá e Curupayti.

Ha muito quem pense que seria empreza facil levar de vencida Curupayti, logo em seguida á tomada de Curuzú; entretanto, parece que aquella posição, embora se tornasse depois muito mais forte, já a 31 de Maio era assaz respeitavel: pois, como se vê no mappa, já n'aquella época ella contava 38 canhões, obuzes e morteiros, bem que de artilheria ligeira; ao passo que em Curuzú só foram encontrados 13, se me não falha a memoria.

A artilheria de Humaytá constava então de 152 canhões e obuzes de diversos calibres, mais fortes todos que os de Curupayti.

O documento n. 7 consta do mappa demonstrativo da

ão de Assumpção, em 25 de Fevereiro de 1866. A lisponivel se compunha de 2 chefes, 26 officiaes e soldados, mas o effectivo d'essa força alcançava praças, incluindo 3,009 de todas as classes empre- em guarnições de todos os lugares visinhos e tambem uns remotos, como S. Pedro e Ihú.

ocumento n. 8 é a acta da sessão que teve lugar a e Abril de 1866 em uma assembléa de pessoas nota- l'Assumpção, reunidas com o fim de discutirem a a que vingou de offerecer-se ao grande homem, ma- l Lopez, um album de ouro com a expressão da gra- nacional e as assignaturas dos que concorressem. O usiasmo de um dos membros d'assembléa suggeriu da outro projecto, sem prejuizo do principal, e foi o de erigir-se em uma das praças d'Assumpção um monumento a Lopez, que consistiria em uma columna ou obelisco.

Haveria sinceridade n'essas manifestações enthusiasti- cas? E' possivel que n'essa época, quando ainda se não haviam desenhado bem os traços caracteristicos do egois- mo e revoltante crueldade de Solano Lopez, aquelles conspicuos cidadãos paraguayos, acreditando que elle real- mente defendia a causa nacional, a honra e integridade do Paraguay, se deixassem possuir d'aquelles arroubos en- thusiasticos pela pessoa do marechal presidente.

Se houve sinceridade, como me inclino a crer, a decep- ção deve ter sido cruel e o arrependimento bem amargo; se baixeza houve, soffreu ella terrivel punição. Com effeito, quantos dos que assignaram seus nomes n'essa acta, para maior gloria *del Supremo*, foram depois por ordem d'este açoitados, lanceados, fuzilados, ou quando menos acor- rentados e por longos mezes retidos em sombrios carce- res? Em prova d'isto lá estão as assignaturas do velho Elorduy, lanceado em S. Fernando, as de Barrios, Urda-

pilletas, Ortellados, Recaldes, Dentellas, Valdovinos, Felix Carrilho e de tantas outras victimas do Nero do Novo Mundo.

Os documentos ns. 9 e 9 A são interessantes. Reuniram-se n'Assumpção em principio de 1867 uma assembléa do senhoras, filhas da capital, para a realisação do pensamento de offerecerem ao chefe supremo da republica as joias e objectos de valor do bello sexo, para augmento dos elementos de defesa do paiz. D'essa ideia fôra a principal e estrenua defensora a irmã do bispo, Carmen Palacios, que tanto se distinguira no saque de Corumbá, onde fôra ter acompanhando Innocencia Barrios, mulher do general (então coronel) d'este nome. E' ainda Carmen Palacios e Josefa Carilho, proxima parenta de Lopez, quem assignam estes dois documentos, na qualidade de membros da commissão directora creada pela dita assembléa. O primeiro d'esses documentos é um officio dirigido a varias pessoas notaveis do departamento de Arroyos e Esteros, accusando recepção de outro que por estas ultimas lhes fôra dirigido e em que declaram adherir completamente ás ideias da assembléa.

O segundo é um recibo de 259 *manifestações* de joias e objectos preciosos remettidos pelas senhoras da commissão de Arroyos e Esteros. Quem tiver percorrido este departamento e notado a insignificancia de suas povoações, o diminuto numero de casas dispersas pelo interior, a evidente penuria que em todos os tempos deve ter pesado sobre a mór parte dos habitantes d'esse tão pouco povoado departamento, cujo solo alagadiço, coberto de pantanos, sangas e atoleiros, tão mal se presta á cultura e á creação do gado, sendo porém o mais proprio para desenvolvimento de miasmas insalubres; quem tudo isto viu e notou, é só quem póde fazer uma justa e cabal ideia

rmidade do sacrificio imposto ás infelizes mulheres pobre departamento. Se a collecta teve lugar pro- onalmente á riqueza dos departamentos, então mui a deve ella ter sido; pois que, se um dos mais pobres e elles chegou a fornecer 259 *manifestações*, os ricos tamentos de Villa-Rica, Cordilhera e outros deveriam o décuplo. Caro, bem caro pagou Carmen Palacios nsideravel parte que teve em toda esta vasta extorsão! rte de seu irmão (o bispo) e a sorte de *destinada* em , Curuguaty, Nhandorocay e Espadim, sorte que tambem partilharam sua mãi e prima; taes foram as recom- nsas de seu pharisaico zêlo pela gloria e poder de Lopez e lo exterminio dos brasileiros. Á estes por sua vez ella veiu digalisar adulações baixas quando na companhia de sua mai chegou a Curuguaty no grupo das resgatadas no Espa- dim pelo intrepido tenente-coronel Moura. Por uma sin- gular coincidencia, na mesma occasião foi libertada e entrou em Curuguaty Assumpcion Palacios de Zaldnondo, a quem nos dois officios referidos se havia dirigido Carmen Palacios.

Para fazer crer que o enthusiasmo não arrefecia, e pro- curar assim conservar o moral da tropa e o prestigio á autoridade suprema de Lopez, os seus agentes eram incan- çaveis em promover e mesmo ordenar manifestações, ainda as mais extravagantes e ridiculas, comtanto que tendessem ao desejado fim. D'esta ordem foi a mani- festação das cidadãs de Pirayu pedindo para empu- nharem armas e permissão para usar d'ellas em defesa da patria e do marechal Lopez: é o que consta do documento n. 10.

O documento n. 11 tem sua importancia, pois justifica a conducta dos chefes e tropas brasileiras da pecha, que se lhes quiz irrogar, de haverem entrado em uma cidade

(Assumpção) meramente commercial, e disposto do que dentro d'ella se achava. Esse documento é um bando do vice-presidente da republica Sanchez, datado de 22 de Fevereiro de 1868, declarando Assumpção ponto militar, e determinando que, 48 horas depois de sua publicação, os habitantes evacuariam a cidade, retirando-se para pontos determinados; bem assim que seria fusilado todo aquelle que fosse encontrado roubando pelas casas e ruas. Assim pois, Assumpção era praça de guerra quando n'ella entrou a brigada commandada pelo coronel Hermes, e portanto tudo quanto n'ella se encerrava e que seus habitantes fugitivos não poderam levar comsigo, pertencia ao vencedor; além de que, não obstante a ameaça de fusilamento immediato, muito roubáram na cidade abandonada as proprias autoridades paraguayas, conforme se lê na excellente *Memoria* de Mme Laserre.

O documento n. 12 é a consequencia do precedente e da passagem de Humaytá pelos encouraçados. E' um decreto datado de Passo-Pucú a 25 de Fevereiro de 1868, no qual o presidente marechal declara o territorio da republica em estado de sitio.

O documento n. 13 é uma acta da reunião geral do povo convocado a 11 de Janeiro de 1868 para ouvir a conta que de sua missão tinha de prestar a commissão encarregada de ir offerecer ao marechal presidente uma espada de honra. Encontra-se n'essa peça o discurso do padre Espinosa, relator da commissão, ao entregar e o do marechal ao receber a espada; o primeiro é repassado da mais baixa adulação e o segundo é pretencioso e bombastico. Seguem-se as assignaturas, e logo a primeira é a de Venancio Lopez, irmão do tyranno, que morreu de miseria e máos tratos na estrada de Chiriguêlo; como tambem foram victimas quasi todos os outros signatarios da acta em questão.

E' interessante por mais de um titulo a collecção que trez o numero 14. Trata-se de um convenio entre M. Cuverville (agente consular francez na Assumpção) e as senhoras da commissão directora nomeada e encarregada da realisação do mimo de uma grinalda ou corôa, e de uma gorra triumphal de ouro e brilhantes para offerecer-se ao marechal presidente em nome do bello sexo. Ha duas cópias do convenio, sem datas nem assignaturas. A letra do escripto em francez é, sem questão, do punho de M. Cuverville; julgo que o convenio teve lugar en 1868 antes da passagem dos encouraçados por Humaytá. Cuverville se propõe a mandar fazer a referida encommenda mediante a somma de 40,000 francos ou 500 onças de ouro, sem retirar commissão alguma, mas só para dar provas a S. Ex. de sua respeitosa admiração; entende que taes objectos só em Pariz poderão ser bem feitos e não no Rio de Janeiro. E' notavel que elle chegasse a admittir a possibilidade de que n'esta côrte se fabricasse uma corôa e uma gorra triumphal para Lopez! Quem foi M. Cuverville no Paraguay sabiamos todos e, pois, não nos admirámos de mais uma indignidade de sua parte. Do commensal habitual de Mme Lynch e seu fiel companheiro e de Lopez nas copiosas libações, do agente consular francez que miseravelmente abandonou a cruel sorte que os aguardava seus infelizes compatriotas Leplat, Lasserre, Anglade e outros, para não comprometter-se; do homem revestido de caracter official, que não trepidou em pôr a salvo sob a protecção da gloriosa bandeira de sua nação preciosos objectos (taes como magnifico piano, ricos espelhos e outros) que do palacio da Lynch, onde sem ceremonia se installára, transportou para outra casa, quando foi forçado a abandonar o dito palacio, confessando esta torpeza em publico documento ao fallecido brigadeiro (então coronel) Paranhos; de

quem assim praticou que outra cousa se deveria esperar senão vêl-o rojar-se aos pés de Lopez e mostrar-se-lhe tão dedicado, como mais tarde procurava, diante de Sua Alteza e de todos os brasileiros, mostrar-se adverso ao feroz presidente?

O documento n. 15 é ainda uma acta, datada de 31 de Maio de 1868, de uma assembléa de senhoras reunidas em Luque, com o fim de pedirem que na primeira moeda que se ia cunhar no Paraguay, com o ouro resultante das joias por ellas offerecidas, se ostentasse a effigie do genio e anjo tutelar da republica, e bem assim que nas outras moedas cunhadas d'ahi em diante viesse sempre a dita effigie com a fronte laureada. Susanna Cespedes de Cespedes assigna antes de suas companheiras de Gill, de Haêdo, Deutella, Burguez e outras, parecendo dirigil-as, como mais tarde as capitaneou quando, estando *destinadas* em Passo Espadim, foram as primeiras a fugir através de campos e bosques, guiadas pelo indio Galeano. Ainda mais uma vez Lopez recompensou condignamente a quem tamanha dedicação parecia consagrar-lhe!

O documento n. 16 é bem digno de attenção por mostrar a maneira pela qual eram tratados no Paraguay os prisioneiros, ainda mesmo do sexo feminino. O juiz de paz de Luque participa á autoridade superior que em certa occasião uma prisioneira entreriana, ouvindo gritar: «morra Mitre», revoltára-se contra isso e disséra que mais depressa morreria Lopez; que os circumstantes a amarraram com um cabresto, levaram-na a rastos e apuzeram em um cêpo de laço com os braços bem esticados; e que depois as senhoras e jovens presentes atiraram-se a ella, dando-lhe bofetões e murros pela cara, peito e corpo, distendendo-lhe as pernas e braços, mostrando todos o maior desejo de dar-lhe a morte. Que senhoras e que jovens

sses, que assim praticavam com uma mulher inde-
manietada !

uiz de paz que tanto se comprazia em descrever as
s dos seus administrados era Pedro Burgos, o misé-
pai de Pepa Burgos, querida de Lopez.

cionarei agora alguns escriptos que, se bem que
nham importancia capital, não deixam todavia de
ertar algum interesse pelos detalhes da administração
Lopez em 1869, quando elle ainda dominava nas cor-
iras e no norte do Paraguay; e tambem porque, sem
rerem, as autoridades em alguns d'elles revelavam
nsamento e as esperanças do chefe supremo. De 17
17 H os documentos constam de circulares do vice-
suente Sanchez aos chefes politicos e juizes de paz,
a 1ª datada de 14 de Fevereiro e a ultima de 18 de
o (de 1869). Em todas ellas, depois do imprescin-
l rosario de injurias e imprecações contra os « Ne-
« e seus infames alliados » transparecem os apuros
do governo, seus desejos e fins, embora se procure dis-
farçal-os com mais ou menos habilidade, mais ou menos
hypocrisia. Foi asssim que, sob pretextos religiosos,
exigiu Sanchez uma estatistica dos individuos do sexo
masculino, separando-os em tres classes, a saber: abaixo
de 12 annos, de 12 a 60 e de 60 em diante. Serviu a esta-
tistica para chamar ás armas todos os da 2ª classe.

N'outra circular se recommenda a espionagem das fa-
milias e o segredo ácerca do delator, deixando escapar
a confissão da esperança que sempre animou Lopez. Fal-
lando das familias emigradas dos departamentos occupa-
dos pelos inimigos, diz Sanchez (ou Lopez por seu
intermedio): « inimigos, que parece quererem conten-
tar-se com pisar uma parte do solo sagrado da patria, de
que não tiraram mais vantagem do que consumirem-se

com immensos sacrificios que estão fazendo para abastecerem-se dos meios de subsistencia, trazendo-os de seu proprio paiz. »

Depois recommenda Sanchez muita vigilancia com os espias inimigos, pede segredo e discrição ácerca do arrolamento, informações sobre as armas; reprehende pela não observancia das ordens existentes afim de fomentar-se os trabalhos agricolas, e finalmente exige a remessa de armas de fogo e brancas.

Segue-se uma serie de officios escriptos em quartos de papel, dirigidos ao chefe politico de Caraguatay por Sanchez, Caminos, Ayala, Solalinder e outras autoridades. N'elles exige-se sempre alguma cousa, sejam ferramentas, tachos e sinos para o arsenal de Caacupé,sejam gado,armas, vestuarios, mel, gordura, sal e, emfim, tudo quanto era possivel extorquir áquella misera população de Caraguatay; ou então consistiam em asperas e desabridas reprehensões de Caminos, sobretudo, ácerca do atrazo das sementeiras e da remessa do gado alçado. Exigia Caminos que o pobre chefe politico, sem possuir um só cavallo, fizesse apanhar gado alçado! Isto quando a nossa cavallaria ficava a pé, se ia em semelhantes diligencias, a ponto de tornar-se necessario acabar com ellas, pois que a acquisição de cada rez vinha a importar na perda de um cavallo, o que era anti-economico, por isso que este custava muito mais caro.

A' vista d'isto avalie-se como poderia o chefe politico dar cumprimento ás ordens de Caminos, que, entretanto as reiterava acompanhando-as de ameaças. Ainda no dia 16 de Agosto, quando Lopez e Caminos passaram em fuga por Caraguatay, recebeu o chefe politico ordem d'aquelle ministro para fazer passar além do Iaguy 700 rezes, quando elle nem 7 poderia obter. Tudo isto prova a necessidade

que sempre sentiu o exercito paraguayo de uma reserva de gado, sobretudo marchando para o norte, onde Lopez bem sabia que mui pouco poderia encontrar.

Solalinder em nome do ministro Caminos determina em um officio ao chefe politico Miranda que faça experiencias com uma certa terra existente no seu districto, afim de ver se extrahe sal, e que remetta com toda urgencia qualquer quantidade que porventura possa conseguir.

O sal foi sempre um genero de que os paraguayos tiveram muita necessidade em toda a guerra. N'essa serie de officios escriptos em pedacinhos de papel, mais de uma vez se exige remessa de sal e se manda favorecer com alguma pequena quantidade d'elle a certas pessoas, como por exemplo á mãi do general Caballero ; isso á custa do deposito dos bens dos traidores. Assim eram chamados todos aquelles que possuiam bens para poderem ser confiscados em proveito do governo.

Segue-se uma carta assignada por Lopez e redigida de modo menos aspero e desabrido do que aquelle a que devia estar habituado o chefe Miranda. E' datada de 26 de Abril de 1869 e responde á communicação do dito chefe de que havia feito retirar os moradores para longe de Manduvirá e Iaguay, quando a expedição naval brasileira ao mando do capitão de fragata Gonçalves subiu o primeiro d'estes rios.

Lopez declara que não ha necessidade de que os moradores deixem suas habitações emquanto se tratar sómente de encouraçados e não houver força inimiga por terra ; bastando que se afastem os moradores mais proximos á margem dos rios, para evitar algum golpe de mão . Termina com a infallivel recommendação ácerca do recolhimento e remessa do gado disperso, e com a exigencia de que não haja interrupção nas communicações que do

Norte tenham de ir por Caraguatay á Ascurra; pois que elle (Lopez) temia que com a presença dos couraças os postas do Iaguy estivessem atemorisadas e dispersas, por isso que observava muita irregularidade n'esse serviço.

Para concluir esta exposição, resta-me sómente dizer algumas palavras ácerca da escravidão no Paraguay e da sua extincção real e definitiva,

Como se vê pelo documento n. 20 (que é uma antiga cópia do decreto de 24 de Novembro de 1842 por mim encontrada na capella Duarte) proclamou o governo do Paraguay a liberdade do ventre (art. 1°,), a contar do 1° de Janeiro de 1843, determinando pelo art. 2° que os do sexo masculino serviriam a seus senhores ou patronos até aos 25, e as mulheres até os 24. No art. 6° dispõe que os proprietarios de escravas, que tenham necessidade de vendel-as, não poderão exigir cousa alguma pelos libertos filhos d'ellas, que estivessem na idade de lactação, isto é, que ainda não tiverem tres annos. Se. porém, declara o art. 8, contarem os libertos mais de 6 annos, então haverá convenção entre comprador e vendedor, ácerca de sua posse ou tutoria; mas nunca obrigatoria á entrega absoluta do liberto. Pelo art. 9°. emfim determinava o governo paraguayo que a alienação ou traspasso do liberto ao comprador da mãi escrava nunca se fará por mais de 16 pesos, moeda corrente.

O documento n. 21 mostra como isto se fazia, pois é uma escriptura de venda de uma escrava de impropriedade ou liberta da republica, pelo preço da 16 pesos.

Eis como se achava abolida a escravidão no Paraguay: o liberto tinha de servir até aos 25 annos, isto é, mais dos tres quartos da vida média provavel n'aquelle paiz, sobretudo em condição servil; e, o que mais é, podia ainda

ser vendido, embora por diminuto preço, emquanto não completasse os 25 annos.

Que famosa liberdade!

Forçoso é, todavia, reconhecer que o decreto citado attenuára um pouco os males da escravidão, bem que muito longe estivesse de a abolir, como tem pretendido aquelles que lançam ao Brasil a pecha de imperio escravagista; mas não é menos verdade que, depois da morte do velho Lopez, as pequenas vantagens por elle proporcionadas aos escravos deixaram de ser attendidas, e o decreto em questão cahiu em desuso e foi completamente burlado. Para proval-o bastar-me-ha apresentar o documento n. 22. E' um inventario que encontrei em Valenzuela e tem a data de 14 de Maio de 1869, isto é, 26 annos, 4 mezes e 14 dias depois da data em que começou a vigorar o decreto do ventre livre, e, portanto, quando não poderiam existir escravos senão de idade maior de 26 annos; pois bem, o ultimo objecto ou valor arrecadado n'esse inventario pela autoridade competente vê-se que é uma escrava de 15 annos! Entretanto diz a autoridade que procedeu fiel e legalmente!

Em definitiva, a escravidão nunca fôra abolida no Paraguay, e o decreto que declarára o ventre livre, já em si mesmo tão deficiente e pouco protector do liberto, acabára por ser completamente menoscabado.

A Sua Alteza Real o Sr. conde d'Eu coube a gloria de completar a libertação dos paraguayos, iniciando a idéa da extincção total da escravidão e obtendo do governo provisorio o decreto que pôz termo a ella. Do acampamento de Arecutaguá, em data de 12 de Setembro, dirigiu-se Sua Alteza ao governo provisorio ponderando-lhe que em suas marchas encontrára muita gente que se dizia escrava e lhe pedia a liberdade; que não era justo que,

quando o Paraguay a ella resurgia, ficasse ainda parte de seus filhos jazendo na escravidão. « E' tempo, accrescentou Sua Alteza, de annullar essa violencia feita á humanidade, que ainda pesa sobre parte da livre America. » O governo provisorio não se demorou muito, honra lhe seja feita, em acceder a esta suggestão.

Em data de 6 de Outubro respondeu a Sua Alteza dizendo que « commovido agradecia tão generosa idéa, que elle compartilhava tambem, mas que a communicação de Sua Alteza fizéra amadurecer mais depressa. Que em data de 2 de Outubro (quatro dias antes) elle promulgára um decreto declarando livres todos os escravos nacionaes e todos aquelles que por qualquer circumstancia pisassem no territorio paraguayo. »

O governo provisorio, porém, que n'este officio reconhecia e agradecia a iniciativa do principe, não julgou conveniente patentear esse reconhecimento na publicação do decreto a que se refere, para pleno conhecimento da nação paraguaya e do mundo civilisado; parecendo assim querer attribuir-se todo o merito da medida, como sua era a responsabilidade d'ella. E' contra esta singular omissão do governo provisorio do Paraguay que eu venho aqui protestar no seio d'esta illustrada corporação, a quem tanto deve a historia patria; pois não desejo que facto tão notavel, impulso tão nobre como generosa resolução fiqem desconhecidos, e a outros possa o historiador mais tarde attribuir aquillo mesmo que só pertence ao excelso principe, que por seu valor e constancia superou todas as difficuldades de uma rude campanha e por suas virtudes conquistou os corações de seus soldados e a dedicação de todos aquelles que tiveram a ventura de acompanhal-o de perto.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1870.

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

—

MANOEL DA CUNHA

A constancia no trabalho, o desejo, a vontade energica de tornar-se util á humanidade e á patria, a persistencia no estado quer das artes, quer das sciencias, para angariar um nome e apparecer entre todos é uma virtude.

O homem que, lutando com innumeros obstaculos, vencendo as contrariedades, activo, intelligente e resoluto, não descança emquanto não attinge ao que deseja, e chega pelo seu esforço, pelos seus talentos, pelo afan no trabalho e energia de vontade, a conseguir o que almejára, ou no officio, ou na arte, ou na sciencia, muito merece dos seus concidadãos e da patria, porque é um genio.

O artezão que com a fronte suarenta estuda dia e noite por descobrir o modo mais facil, util e elegante de preparar seus artefactos na madeira, na pedra ou no bronze, e que, apezar do suor lavar-lhe continuamente o rosto, não ouve dos seus concidadãos, da patria, um louvor, mas persiste no trabalho, no estudo, até sacrificar-se como o mestre Domingues, o architecto do convento da Batalha, muito merece dos seus concidadãos e da patria, porque é um genio.

O artista que na pobreza da sua officina cogita, trabalha, esforça-se por embellezar e aperfeiçoar o que esculpe no marmore, lavra na madeira, burila no metal, representa na téla; que, quebrantado pelas enfermidades, arfando-lhe

o peito de fadiga, não ouve, ao largar o escopro, o formão, o buril, ou o pincel, cujos instrumentos produziram primores d'arte, uma voz, um hymno de louvor, mas, apezar d'isso, no ardor do enthusiasmo pela arte, persiste no trabalho, muito merece dos seus concidadãos e da patria, porque é um genio.

O philosopho, o sabio, o historiador, que á luz do estudo consome a vista, deteriora o organismo, que abandona as galas, os prazeres do mundo, e só e recluso no seu gabinete trabalha, e trabalha muito, para devassar o desconhecido e adquirir gloria para a patria, sem recordar-se de que Garção morreu na cadêa, Quita na indigencia, Bocage no desamparo, Filinto no desterro e Antonio José na fogueira, muito merece dos seus concidadãos e da patria, porque é um genio.

E essa luta constante do espirito, esse caminhar sem fim, esse amor decidido pela arte, pela sciencia, esse desejo insaciavel de gloria, esse enthusiasmo vivo, ardente, que anima ao artezão, ao artista, ao poeta, ao sabio, é o melhor incentivo que a natureza emprestou á humanidade para avantajar-se e engrandecer-se.

Apagai essa luz, esse fogo intimo de gloria que agita o artista, o litterato, não tenham elles nas veias, no cerebro, essa insania que os vivifica, essa vontade energica que vence o marasmo, ou o indifferentismo que os cerca, e elles nada crearão, ficarão estacionarios, e a humanidade não progredirá.

O artista cujo vulto vamos esculpturar foi um exemplo vivo do amor ao trabalho; e por isso, e por sua constante vontade de tudo saber, e pelo desejo ardente de adquirir renome, tornou se conhecido entre os mais dignos filhos da arte.

Nascêra escravo da familia do conego Januario da Cunha

Barbosa, que, descobrindo-lhe vocação artistica, enviou-o a Lisboa, onde Manoel da Cunha estudou a arte da pintura. e em pouco tempo tornou-se igual aos mestres, porque, além da propensão decidida que manifestava pela arte de Raphael e Miguel Angelo, tinha a constancia no trabalho que fórma os grandes artistas.

Desejando quebrar os ferros da escravidão que prendiam-n'o, trabalhou muito dia e noite, e reunindo o dinheiro obtido pelo seu pincel ao que alcançára da caridade de José Dias da Cruz obteve a liberdade (1).

Resgatára depois de muita fadiga, de haver sentido cahir-lhe no rosto o suor em bagas, os seus direitos, e fóros sociaes; era livre, era cidadão, tinha regalias iguaes aos outros; mas Manoel da Cunha se não contentou, quiz alcançar mais, desejou distinguir-se, tornar-se um artista notavel, e pelo trabalho infatigavel o conseguiu. A luz da liberdade e a religião do trabalho engrandeceram-n'o; já não era um escravo, um obscuro e humilde cidadão, era um artista distincto.

Se é facil a quem nasceu em berço dourado galgar uma posição social, é difficil e penoso ao pobre, áquelle que deitou-se no enxergão da miseria, junto ao cepo da escravidão, erguer-se e conquistar um nome.

Nada herdára do berço o pobre artista, triste e humilde nascêra, e as primeiras palavras que ouvira pronunciar foram uma condemnação «és escravo»; mas pelo seu esforço, talento e vontade conseguiu apparecer entre os filhos da arte e legar á patria um nome honroso.

(1) O tenente José Dias da Cruz era um negociante rico, esmoler e religioso; dava mensalidades a familias pobres; falleceu em 20 de Junho de 1813 com pouco mais de 81 annos de idade, e deixou valioso patrimonio á Santa Casa da Misericordia, que conserva seu retrato na galeria dos seus bemfeitores.

Regressando ao Rio de Janeiro aperfeiçoou-se na pintura com João de Sousa, e foi dos discipulos d'esse mestre, autor de quasi todos os paineis que vestem as paredes do convento dos Carmelitas, o que mais se distinguiu.

Pintou Manoel da Cunha o retrato em corpo inteiro de Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadella, que ornamenta a sala das sessões da camara municipal da côrte. Este quadro, restaurado em 1842 pelo habil artista nacional Carlos Luiz do Nascimento, traz a seguinte inscripção: —Gomes Freire de Andrada, do conselho de Sua Magestade, mestre de campo, general dos seus exercitos, vice-rei e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, Minas-Geraes, Mato-Grosso e S. Paulo.

E' de Manoel da Cunha o painel do tecto da capellinha do Senhor dos Passos, junto á capella imperial, o qual representa o descimento da cruz.

As figuras d'este quadro são de grandes proporções e parece terem sido pintadas no lugar em que estão, pois, examinando-se cuidadosamente, vêm-se todos os resquicios das taboas do tecto.

O nosso amigo, o artista João Maximiano Mafra, secretario da academia das bellas-artes, referindo-se a esse trabalho, disse-nos:

« O quadro foi retocado por mão inhabil, de sorte que o fundo perdeu a harmonia que devia ter; as figuras não são bem modeladas, todavia é trabalho de merecimento. »

Sahiram do pincel de Manoel da Cunha o Santo André Avelino da igreja de S. Sebastião no Castello, alguns quadros do mosteiro dos benedictinos, diversos retratos de bemfeitores da Misericordia, assim tambem differentes paineis commemorativos da Paixão, os quaes na quinta-feira maior eram levados na procissão dos fachos que sahia da igreja da Santa Casa da Misericordia.

A capella do noviciado da ordem terceira de S. Francisco de Paula, consagrada á Senhora da Victoria, foi dourada pela primeira vez por Manoel da Cunha, que é o autor dos paineis que ornam o tecto e as paredes d'esse pequeno santuario, representando o quadro do tecto o orago da capella, e os das paredes os milagres do patriarcha S. Francisco.

Achando-se enegrecidos pelo fumo das vélas, foram retocados esses quadros por mão pesada e pouco habil, de modo que, diz o Sr. Mafra, se não póde julgar hoje do colorido do artista que os compôz; mas reconhece-se, que se o desenho não é isento de defeitos, não deixa de ser correcto.

Manoel da Cunha não era um artista genio; era de imaginação pouco elevada e de instrucção escassa; se vivesse hoje seria um artista como existem muitos; ou quem sabe! Dotado de energia de vontade como era, podendo beber noções e aperfeiçoar em téla mais vasta o seu pincel, talvez relumbrasse como artista distincto; porém na época em que viveu foi um vulto artistico, uma notabilidade.

Estavam então as artes em sua infancia entre nós, não havia escola, nem animação do governo; encerrado na officina, não tinha o filho da arte modelos a imitar, nem feriam-lhe os ouvidos conselhos salutares dos mestres; permanecia só, sem emulação, sem consideração social; a soberba de muitos e a indifferença de todos deixavam-n'o na obscuridade; assim vivia e assim desapparecia, sem que uma voz se erguesse e clamasse.

« Morreu um homem que pelo trabalho, pelos talentos, pelo amor á arte que professava, illustrou seu nome e deu fama e gloria á patria. »

Residia Manoel da Cunha na rua de S. Pedro entre a dos Ourives e a da Uruguayana; alli estabeleceu uma escola

Em Lisboa foi despachado com mercê do habito da ordem militar de S. Thiago, em que fez profissão. Passou ao Brasil com o caracter de capitão-mór, e ouvidor da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e falleceu a 6 de Abril de 1663 e foi sepultado na igreja do mosteiro de S. Bento da cidade de S. Paulo ao pé do altar de Nossa Senhora dos Remedios que elle fundou. Falleceu D. Maria Raposo de Sipueira a 7 de Maio de 1707 (9). Salvador Cardoso de Almeida e seu irmão o governador Mathias Cardoso foram filhos de Mathias Cardoso, natural da ilha Terceira, e de sua mulher Isabel Furtado, natural de S. Paulo, como se vê do testamento com que falleceu no 1°de Fevereiro de 1690, Salvador Cardoso de Almeida; e tambem o testamento com que falleceu Isabel Furtado, mãi do dito juiz de orphãos, a 17 de Abril de 1683 (10). Do matrimonio de D. Anna Pedroso de Moraes com Salvador Cardoso da Silveira nasceram em S. Paulo oito filhos:

5—1 Luiz Cardoso da Silveira, existe em 1766.

5—2 Francisco Cardoso da Silveira, o mesmo.

5—3 Salvador Cardoso de Almeida, morador em Villa-Bôa de Goyazes.

5—4 João Cardoso de Almeida, existe em 1766.

5—5 D. Catharina Cardoso de Almeida, mulher de Simão de Siqueira Pires, sem geração.

5—6 D. Agueda Cardoso de Almeida, mulher de Francisco Rodrigues Barbosa, natural de S. Paulo, filho de Francisco Rodrigues Barbosa e de sua mulher Joanna Damasceno, ambos de S. Paulo. Neto par parte paterna do

(9) Cartorio de orphãos de S. Paulo, maço 1° letra A, inventario de Antonio Raposo da Silveira. Maço 3° letra M. inventario de D. Maria Raposo de Siqueira.

(10) Cartorio de orphãos de S.Paulo, maço 2°, letra I. inventario de Isabel Furtado. Maço 2°, letra S, inventario de Salvador Cardoso de Almeida.

indios d'aquelle sertão até o Ceará, tendo obrado de sorte n'aquelles vastos sertões, que mereceu a el-rei D. Pedro honral-o com patente de governador absoluto da guerra contra os indios inimigos de todas aquellas campanhas, sem subordinação ao governador geral do Estado do Brasil. D'este paulista não occultará o segredo do tempo o seu grande nome pelas copiosas e abundantes fazendas de gados vaccuns e cavallares que se estabeleceram e fundaram nos sertões, cujos barbaros habitadores elle conquistou (8). Foi Salvador Cardoso de Almeida juiz de orphãos de propriedade da cidade de S. Paulo por cabeça de sua mulher D. Anna Maria Raposo da Silveira, proprietaria do dito officio e filha de Antonio Raposo da Silveira, proprietario do mesmo officio de juiz de orphãos e de sua mulher D. Maria Raposo de Siqueira, que foi irmã direita de João Raposo Bocarro, coronel dos regimentos de ordenanças de S. Paulo, de onde eram naturaes. Antonio Raposo da Silveira seguiu o real serviço no Estado da India, e achando-se no forte da Agueda em Gôa, sendo capitão do dito forte Luiz Teixeira de Macedo, sendo atacado pelo inimigo, se portou Antonio Raposo na defesa de um baluarte do mesmo fôrte com tanto valor, que, destruido o inimigo, mereceu que o armassem cavalleiro de que se lhe passou alvará em Gôa a 12 de Agosto de 1641, que se registrou no livro de matricula geral de India pelo contador Manoel de Figueiredo. Continuou o real serviço até Janeiro de 1645, em que embarcou na náo *Santa Margarida*, da qual era capitão-mór João Rodrigues de Eça, e se lhe passou provisão de mercê em nome de el-rei D. João o IV de escrivão da dita náo, por n'ella ter seus agasalhados, liberdades e privilegios, etc.

(8) Secretaria do governo da capitania de S. Paulo, livro 3° do Reg. Geral a fl. 120 v., na patente do capitão de infantaria Antonio Gonçalves Figueira.

de pintura para doze alumnos; mas, vendo-se abatido pelos annos, afligido pelos padecimentos e cançado de aturar rapazes, reduziu a seis o numero dos discipulos, que no fim de sete annos achavam-se habilitados, e recebiam o salario de duzentos e quarenta réis diarios.

A aula de pintura era no sotão da casa, e no pavimento terreo residia a familia do artista, que era bom marido e melhor pai.

Se, visitando os archivos, folheando os monumentos historicos, havemos conseguido alguma cousa, alegra-nos hoje o poder annunciar n'este recinto que descobrimos o lugar em que foi dormir o somno da morte o pintor Manoel da Cunha.

Havia-nos dito o artista Antonio da Cunha Pereira, que falleceu, contando mais de oitenta annos, em 7 de Maio de 1862, e que foi contemporaneo de Manoel da Cunha, que esse pintor se sepultára na igreja do Hospicio, mas se não recordava em que anno.

Apezar da fastidiosa tarefa de ter de folhear diversos livros de obitos, não desanimámos; a ordem terceira que administra aquella igreja abriu-nos o seu archivo, e, depois de algumas horas gastas em decifrar manuscriptos antigos, carcomidos e quasi apagados, encontrámos a seguinte noticia, que nos indicou o dia do fallecimento de Manoel da Cunha e o lugar do seu jazigo.

Eis o assentamento do obito:

« O irmão Manoel da Cunha veiu sepultar-se n'esta igreja, amortalhado em habito de Santo Antonio, conduzido em uma sege, recebido pelos seus irmãos, encommendado e recommendado pelo coadjutor da Candelaria em 27 do mez de Abril de 1809.» (2)

Dr. *Moreira de Azevedo.*

(2) Pequeno Panorama vol. 2.° pag. 201.

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

4º TRIMESTRE DE 1870

APONTAMENTOS DIPLOMATICOS

SOBRE OS LIMITES DO BRASIL

Offerecidos ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro

POR

ERNESTO FERREIRA FRANÇA FILHO

« E que paiz esse, senhores, para uma nova civilisação e para novo assento das sciencias! Que terra para um grande e vasto Imperio! Banhadas suas costas em triangulo pelas ondas do Atlantico; com um sem numero de rios caudaes, e de ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não ha parte alguma do sertão, que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe póde dar para o trato mercantil, e para o estabelecimento de grandes pescarias. A grande cordilheira que o corta de norte a sul, o divide por ambas as vastas fraldas e pendores em dois mundos differentes, capazes de crear todas as producções da terra inteira. Seu assento central quasi no meio do globo, defronte e á porta com a Africa, que deve senhorear, com a Asia á direita, e com a Europa á esquerda, qual outra região se lhe póde igualar?.... »

José Bonifacio de Andrada e Silva, Discurso historico recitado na Academia Real das Sciencias de Lisboa em sessão publica de 24 de Junho de 1819.

Descoberto a 22 de Abril de 1500 por Pedro Alvares Cabral, que mandado á India se desviou das terras de Africa para fugir ás calmarias da costa de Guiné, e foi arrojado ao

sudoeste por uma tempestade, o Brasil, primeiramente denominado Terra de Santa Cruz, deriva o seu nome da madeira chamada páo brasil (*ibirapitanga*), cuja côr semelha á brasa.

Este immenso territorio, de que tomaram posse os portuguezes por direito de conquista, descobrimento e occupação, foi por D. João III dividido, segundo João de Barros em doze, segundo outros escriptores em nove capitanias hereditarias, que elle concedeu a homens poderosos para n'ellas virem formar colonias. Estes estabelecimentos foram o germen de outras colonias e o ponto de partida de muitas expedições que se entranhavam pelo interior do paiz á procura de minas, fundando povoações e assentando marcos, padrões do seu dominio e posse.

Os francezes foram os primeiros que intentaram apoderar-se do commercio d'esta região e de parte de seu territorio, o que mostra o tratado de paz e alliança celebrado em 1531 entre Portugal e a França.

Estes porém, os hollandezes e os hespanhóes, que por vezes quizeram estabelecer-se no Brasil, todos foram expulsos; sendo os hollandezes aquelles cujo poder mais arraigado estava pelo teor de sua administração, que favorecia a agricultura e assegurava a tranquillidade dos colonos.

Torna-se digno de toda a nossa admiração o patriotismo com que, em um paiz tão novo e que, por ser colonia, não podia gozar plenamente dos seus proprios recursos, os emprehendedores paulistas no sul, ao norte os briosos e valentes pernambucanos, e, em geral, todos os brasileiros repelliam mal soffridos qualquer ataque á integridade do nosso territorio. A guerra dos hollandezes é um dos maiores padrões da gloria brasileira, e entretanto n'esses

tempos ainda podia um alvará prohibir aos filhos do Brasil o fazerem parte dos tribunaes de sua propria terra!

Sendo um paiz tão liberalmente aquinhoado pela natureza, o Brasil, apezar dos brios e do engenho dos seus naturaes, ainda não obteve das differentes administrações que o têm regido aquelle desvelo e apreço de que se faz credor pelas extraordinarias vantagens com que a Providencia o abençoou.

Durante o regimen colonial, o espirito que de ordinario animava os conselhos da metropole era o de pôr pêas ao desenvolvimento do Brasil, cujos progressos assustavam e faziam estremecer a sua dominação. Demais Portugal, comquanto nação heroica na sua fundação, descobrimentos e conquistas, infelizmente veiu a pagar muitas vezes vergonhoso tributo á influencia estrangeira. Ao colligirmos a noticia dos tratados relativos aos nossos limites, mais de uma vez tivemos occasião de lamentar esse predominio estrangeiro, de que forçosamente tivemos tambem de soffrer, pagando com o esquecimento dos nossos direitos a certos territorios o serem attendidos interesses reaes ou imaginarios da metropole; interesses que não deviam nunca exercer sobre o norte do Brasil a mais pequena influencia.

Passaram já mais de 41 annos depois que em 28 de Janeiro de 1808 foram os portos do Brasil franqueados a todas as nações amigas: ha mais de um quarto de seculo que no Ypiranga foi irrevogavelmente proclamada a nossa gloriosa independencia, firmada para todo sempre na honra e valor dos brasileiros: mas, força é dizêl-o, o estudo e aproveitamento dos grandes recursos do nosso abençoado solo, o desenvolvimento de suas grandiosas proporções, não têm sido attendidos pelos poderes do Estado com aquella esclarecida solicitude que cumpre a governos que

respeitam seus deveres. Se alguma administração conscienciosa tem querido dar a devida attenção a objectos de tão alta importancia, não tem encontrado na sua ephemera duração o tempo indispensavel para amadurecer e dar andamento a planos bem concebidos. As proprias camaras legislativas quasi geralmente consomem na agitação de questões ociosas, e na satisfação de odientas e mesquinhas rivalidades, um tempo precioso, que deveram escrupulosamente empregar em investigar e estabelecer os meios de promover o bem commum.

Uma nova éra começou com a fundação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e os numerosos trabalhos de seus sabios membros formam já um precioso thesouro. A elle offerecemos os seguintes apontamentos, apenas como um apoucado testemunho dos nossos bons desejos pelos interesses da patria ; e, se esta fraca mostra de nosso zelo fôr acolhida por esta sabia associação com generosa indulgencia, esperamos ainda um dia poder mais proficuamente acompanhal-a em suas doutas e patrioticas tarefas.

O Imperio do Brasil é um paiz immenso da America Meridional. Limitado ao norte pelo oceano atlantico, Guyanas e antiga Columbia ; ao oeste pelas republicas da Nova Granada, Equador, Perú, Bolivia, Paraguay e Confederação Argentina ; ao sul pela republica do Uruguay ; e a leste pelo oceano Atlantico, confronta em sua vasta extensão com muitos Estados differentes.

E' sabido que, de todas as precauções necessarias para a tranquillidade das nações, a primeira é a fixação dos limites ; sendo indispensavel toda a precisão e clareza na demarcação das fronteiras, com especialidade no que toca aos rios ; porque qualquer equivoco ou ambiguidade a este respeito é causa e pretexto de discordias e guerras com os vizinhos. Por isso julgamos dever contribuir com a nossa

pequena coadjuvação para se vulgarisar o conhecimento dos nossos limites, redigindo brevemente os seguintes apontamentos.

PRIMEIRA PARTE

Confirmado no senhorio da ilha de Cayenna e suas dependencias pelo tratado de Nimegue (1678), mandou Luiz XIV a Lisboa (pelos annos de 1697) um embaixador reclamar a posse e domínio das terras do Cabo Norte até ao Amazonas como dependencias da Guyana franceza.

Para tratar com o embaixador francez nomeou o governo de Portugal uma junta composta de sete membros, e o resultado das suas conferencias foi o tratado provisional de limites que se assignou em Lisboa a 4 de Março de 1700. N'elle se estipula que, por parte de ambas as corôas, procurar-se-hiam e se mandariam vir todos os documentos e informações necessarias para a mais exacta deducção dos direitos de ambas as partes contractantes; e logo a 18 de Junho de 1701 celebrou-se o tratado definitivo de limites, corroborado pelo que, na mesma data, se assignou a favor de Philippe de Anjou, chamado ao throno de Hespanha pelo testamento de Carlos II, cuja aceitação envolveu Luiz XIV n'essa longa e violenta guerra que só terminou em 1713 com a paz de Utrecht.

E' fóra de duvida que muito contribuiram para a moderação do francez os serios embaraços em que lidava e talvez o valoroso denodo com que foi restaurada a fortaleza do Cabo Norte da invocação de Santo Antonio de Macapá, que tinha sido tomada pelos francezes de Cayenna, cujo governador era o marquez do Ferrol.

Ao tratado acima seguiu-se em 11 de Abril de 1713 o de Utrecht entre Portugal e a França o qual fixou os limites do Brasil por esse lado, desistindo o rei da França, pelo art.

8.ª de todas as suas pretenções ás terras chamadas do Cabo Norte, e aceitando por limite o rio Oyapoc ou de Vicente Pinção.

Ou fosse feito por ignorancia, ou por má fé, ou porque o Oyapoc fosse ás vezes chamado rio de Vicente Pinção, por ter sido esse navegante o primeiro que n'elle entrou, a confusão d'estes dois rios foi causa de que os francezes desejosos de se engrandecerem procurassem fazer recuar os seus limites a 2° e 10' norte, latitude de Vicente Pinção; emquanto que o Oyapoc demora a 4,° 11' e 51"» da mesma latitude. Portugal repelliu constantemente esta pretenção.

Por não ter sido ratificado pela corôa portugueza não mencionarei o tratado de 10 de Agosto de 1797, negociado com a republica franceza por Antonio de Araujo e Azevedo, ao depois conde da Barca.

O tratado de Madrid de 29 de Setembro de 1801, assignado por Cypriano Ribeiro Freire e Luciano Bonaparte, que seguiu immediatamente o de Badajoz do mesmo anno ampliava pelo art. 4.° os limites da Guyana Franceza, então França Equinoxial, que ficavam começando no rio Carapanatuba, acima do forte de Macapá.

Vem logo apóz este o tratado de Amiens de 27 de Março de 1802. A Inglaterra, representante dos interesses de Portugal, obteve o contentar-se a França com o rio Arawari por limite.

O art. 7.° d'este tratado marca a linha divisoria entre as duas nações Principia ella n'esse mesmo rio Arawari, que desemboca no oceano acima do Cabo Norte, perto da ilha da Penitencia, a um gráo e um terço de latitude septentrional pouco mais ou menos. A sua embocadura mais distante do mesmo cabo, o seu alveo, a sua nascente; d'ahi em linha recta em procura do Rio Branco, é por onde corria.

A multiplicidade dos tratados n'esta época é illustrativa do quanto são precarias as convenções que não têm por base a justiça, e a conveniencia de ambas as partes contratantes. E' facil de conceber que logo que, estas condições não são consideradas, a sua duração é uma simples questão de força; e que o primeiro ensejo será aproveitado para se procurar restabelecer o equilibrio.

Tendo o principe regente declarado guerra á França por manifesto do 1° de Maio de 1808, foi a Guyana franceza occupada por um corpo de Pernambuco e outras tropas ao mando do tenente-coronel Manoel Marques; capitulando o governador da colonia, Victor Hugues, a 12 de Janeiro de 1809 (1).

O art. 10 do tratado de 30 de Maio de 1814, que se deduz do art. 8.° do mesmo tratado, o primeiro depois d'esta capitulação, estipula a restituição á França por parte de Portugal da Guyana franceza tal qual ella se achava a 1 de Janeiro de 1792. O principe regente não quiz ratificar este artigo, o qual tinha por fim fazer reviver a contestação n'essa epocha existente a respeito dos limites entre o Brasil e a França, e attribuia a um arranjo amigavel, feito sob a mediação da Inglaterra, o ajuste da mesma contestação.

N'este estado permaneceram as cousas até que pelo art. 106 do acto final do congresso de Vienna (9 de Junho de 1815) foi annullada a estipulação contida no art. 10 do tratado

(1) D'entre os officiaes que mais se distinguiram n'esta conquista mencionaremos o Exm. Sr. Luiz da Cunha Moreira, então Capitão-tenente commandante do bergantim *Infante D. Pedro*. Em 1822, nomeado, por causa de seu conhecido brasileirismo e pericia, ministro da marinha, prestou relevantes serviços á nascente armada brasileira, da qual é hoje almirante, sendo, segundo nos informam, o primeiro natural do Brasil elevado a este posto.

de Maio, e substituida pelo o art. 107 do mesmo acto final, pelo qual o principe regente, para patentear ao rei de França, de uma maneira incontestavel, a sua particular consideração, obrigava-se a restituir a Guyana franceza até ao rio Oyapoc, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto gráos de latitude septentrional, limite que Portugal sempre considerou como o que fôra fixado pelo tratado de Utrecht.

O tempo em que devia ser entregue a colonia e a fixação definitiva dos limites das Guyanas brasileira e franceza, conforme a letra do art. 8 do tratado de 11 de Abril de 1713, ficaram para ser determinado, logo que as circumstancias o permittissem, por uma convenção particular entre as duas corôas; convenção esta que se effectuou em Pariz a 28 de Agosto de 1817, assignada por Francisco José Pereira de Brito, por parte do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, e por parte da França pelo duque de Richelieu

Eis a integra do art. 1° da dita convenção, pela qual se regulam presentemente os nossos limites com a França « Sua Magestade Fidelissima, animado do desejo de dar execução ao art. 107 do acto final do congresso de Vienna, se obriga a entregar a Sua Magestade Christianissima dentro de tres mezes, ou antes se fôr possivel, a Guyana franceza *até ao rio Oyapoc*, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto gráos de latitude septentrional, e até aos 322 gráos de longitude a léste da ilha de Ferro, pelo parallelo de dois gráos e vinte e quatro minutos de latitude norte.»

Sobre os nossos limites com a Guyana ingleza temos os importantes trabalhos do distincto engenheiro o Sr. tenente-coronel Frederico Carneiro de Campos, cuja publicação muito aproveitaria para melhor conhecimento d'este importantissimo ponto.

A Inglaterra desde 1843 fez retirar as suas forças do terreno que occupavam no lugar denominado Pirára, áquem da serra Pacaraima, e arrancar os marcos que levantára o commissario britannico Schomburgh: porém, sendo incontestavel o nosso direito ao territorio áquem da cordilheira *Bavacayna* ou *Pacaraima*, não podemos como brasileiro deixar de protestar contra o expediente de declarar-se neutro um terreno que não nos póde ser disputado senão pela má fé, abuso de força e espirito de usurpação, e mais que tudo por causa da nossa propria reprehensivel negligencia.

SEGUNDA PARTE

O Rio da Prata, descoberto em 1514 pelos portuguezes, e a sua margem septentrional foram, desde 1530, o constante pomo de discordia entre Portugal e a Hespanha, sendo um dos fins da armada de Martim Affonso de Sousa, sahida de Lisboa a 13 de Dezembro d'esse mesmo anno, a occupação e talvez colonisação de algum ponto mais importante d'esse mesmo rio.

Contra essa occupação reclamou logo a corôa de Hespanha, sendo este negocio o mais importante e urgente que ahi teve que tratar em 1531 o ministro de Portugal Alvaro Mendes de Vasconcellos, e fazendo o hespanhol valer o direito de antiguidade de posse e não de descobrimento.

Pelo art. 11 do tratado de paz entre Portugal e a Hespanha, concluido a 13 de Fevereiro de 1668, cede o rei da Hespanha ao de Portugal tudo o que tinha e de que esta corôa se achava de posse antes da guerra.

Cedia por este meio a Hespanha todo o direito que por ventura podesse ter adquirido, durante o seu dominio em

Portugal, a qualquer territorio que fizesse parte das possessões d'essa corôa.

Com o intuito de obstar a continuação do estabelecimento de colonos hespanhoes nas vizinhanças do rio Uruguay, estabelecimentos que datavam do tempo em que Portugal esteve sujeito á Hespanha, foi D. Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundar em 1680, por ordem do infante D. Pedro, a Colonia do Sacramento.

E' para notar que, enviado por Carlos V em 1535 para fundar uma colonia, assentou-a D. Pedro de Mendonça no lugar aonde existe hoje a cidade de Buenos-Ayres, e que, sendo esta mesma Colonia destruida em 1539 pelos indios *Maracotos*, foi restabelecida por D. Pedro Ortiz de Zarate, governador de Assumpção, que n'ella fez sua residencia em 1580 por não consentirem os vicentistas, ou paulistas, estabelecimentos hespanhoes na margem septentrional do Rio da Prata, do cabo de Santa Maria até a embocadura do Uruguay; d'onde foram constantemente repellidos sempre que intentaram fazer alli assento para servir de porto á cidade de Assumpção, a que não podiam chegar embarcações de grande porte; motivo este do restabelecimento da colonia de Mendonça, donde se deduz o nenhum fundamento em direito ás suas futuras reclamações e pretenções a essa margem.

Chegando á côrte de Madrid a noticia da fundação d'essa colonia, determinou logo ella ao seu ministro em Lisboa reclamassse contra o estabelecimento da mesma; o que se effectuou em Janeiro de 1680, dando-se assim principio a uma negociação entre ambas as corôas.

A Colonia contava apenas sete mezes quando a 5 de Agosto d'esse mesmo anno de 1680 foi atacada por 4,500 homens ao mando de D. José Garro, que a tomou e arra-

sou; levando prisioneiro o seu fundador, que morreu em Buenos-Ayres, de que era governador o mesmo Garro.

O tratado provisional de 7 de Maio de 1681 restituindo a Portugal a praça e toda artilheria e munições que no anno anterior tinham sido tomadas, não teve em fito mais do que reintegrar *in continenti* a corôa portugueza na posse em que se achava; o que fez effectivamente recebendo-a, por parte do principe regente, Duarte Pereira Chaves no anno immediato; ficando a decisão da controversia sobre a propriedade pendente do ajuste de um congresso, sendo Elvas e Badajoz os lugares designados para as conferencias, e nomeados plenipotenciarios, por parte de Portugal, Manoel Lopes de Oliveira e Sebastião Cardoso de Sampaio.

Não tendo podido chegar a um accordo, appellaram para a côrte de Roma, como se achava estipulado.

Ao de 7 de Maio de 1681 seguiu-se, em 18 de Junho de 1701, entre Philippe V de Hespanha e D. Pedro II de Portugal, um tratado assignado em Lisboa, em que, pelo art. 14, se estatuia que possuisse a corôa portugueza a margem septentrional do Rio da Prata com inteiro dominio e propriedade; disposições que foram confirmadas pelo art. 2º de outro tratado assignado em Lisboa a 16 de Maio de 1703.

Em Março de 1705 foi a Colonia do Sacramento novamente evacuada pelas armas portuguezas, em consequencia do assedio posto pelo governador de Buenos-Ayres.

O tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715, confirmando *expressamente* á corôa portugueza o dominio exclusivo á margem esquerda do Rio da Prata (arts. 6º e 7º), restituiu-lhe a praça da Colonia do Sacramento, restabelecida em Novembro de 1716 por Manoel Gomes Barbosa.

Continuava ella em augmento e prosperidade quando em 1734, chegando a Buenos-Ayres o novo governador, D. Mi-

guel de Salcedo, logo em Março do mesmo anno começou movendo-lhe a guerra mais violenta, sendo por fim rechaçado pelo governador da Colonia, Antonio Pedro de Vasconcellos; o qual, tomando a offensiva, perseguiu o hespanhol pelo Paraguay acima com successos afortunados, até que, em principios de Setembro de 1737, aportando alli a náo *Boa-Viagem*, commandada por Duarte Pereira, trouxe os artigos em que se tinha convindo em Paris a 16 de Março do mesmo anno para ajuste das difficuldades existentes entre as duas corôas, os quaes estipulavam que ficassem as cousas no estado em que se achassem quando lá chegasse a noticia do convenio.

Em consequencia dos tratados que os confirmavam na posse da margem esquerda do Rio da Prata, e para mais firmar o seu dominio, levantaram os portuguezes em 1723, por ordem de el-rei D. João V, um presidio em Montevidéo, que logo depois tiveram de abandonar por falta de viveres e munições. Estimulados por este passo, começaram no anno seguinte os hespanhóes, comtanto mais ardor e previdencia quanto era vivo o desejo de obterem um bom porto para as suas colonias, e inquieto o sentimento da illegitimidade da sua posse, a edificar a praça do mesmo nome, povoando-a com muitos casaes e assegurando as obras com guarnição e artilheria; de sorte que ao voltarem a ella foram os portuguezes repellidos pela força.

« Em 1737 fundou o brigadeiro Paes, na barra do Rio Grande do Sul, um presidio militar, que prosperou maravilhosamente, estendendo-se em breve tempo as fazendas dos proprietarios portuguezes até Castilhos. Após estes successos foi celebrado em Madrid, a 13 de Janeiro de 1750, um tratado entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI da Hespanha que assignou por limites entre as duas corôas uma linha divisoria, a qual (art. 4.º)« principiará na barra que

fórma na costa do mar o regato, que sahe ao pé do monte de Castilhos grande, de cuja fralda continuará a fronteira, buscando em linha recta o mais alto, ou cumes dos montes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa que corre ao norte do dito regato ou para a lagôa Merim ou del Meni; e pela outra parte para a costa que corre do dito regato ao sul, ou para o Rio da Prata: de sorte que os cumes dos montes sirvam de raia do dominio das duas corôas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal e cabeceiras do Rio Negro, e por cima d'ellas continuará até a origem principal do rio Ibicui, proseguindo pelo alveo d'este rio abaixo até onde desemboca na margem oriental do Uruguay; ficando de Portugal todas as vertentes que baixam á dita lagôa, ou ao Rio Grande de S. Pedro e de Hespanha as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata. »

« Art. 5.° Subirá desde a boca do Ibicui pelo alveo do Uruguay, até encontrar o do rio Pepiri ou Pequeri, que desagua na margem occidental do Uruguay; e continuará pelo alveo do Pepiri acima até á sua origem principal; desde a qual proseguirá pelo mais alto do terreno até á cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no Rio Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçú. Pelo alveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçú, ou Rio Grande da Curituba, continuará a raia até onde o mesmo Iguaçú desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca proseguirá pelo alveo do Paraná acima, até onde se lhe ajunta o rio Igurey pela sua margem occidental.

« Art. 6.° Desde a boca do Igurey continuará pelo alveo acima até encontrar a sua origem principal; e d'alli buscará em linha recta pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desagua no Paraguay,

pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam Corrientes, e baixará pelo alveo d'este rio até a sua entrada no Paraguay, desde a qual boca subirá pelo canal principal, que deixa o Paraguay em tempo secco; e pelo seu alveo até encontrar os pantanos, que fórma este rio, chamados a lagôa dos Xarais, e atravessando esta lagôa até a boca do rio Jaurú. »

Este tratado não teve execução plena, porque, encetando-se a demarcação, foram as nossas partidas embaraçadas por troços de indios das missões orientaes do Uruguay.

Ao de 1750 seguem-se os tratados assignados a 17 de Janeiro de 1751; tendo um d'elles um supplemento assignado a 17 de Abril do mesmo anno, e mais dois outros tratados com data de 24 de Junho e 31 de Julho de 1752, que estatuiam os termos para a execução do tratado de 1750, e o modo de dissipar as duvidas e esclarecer a intelligencia das suas disposições.

Pelo tratado assignado no Prado a 12 de Fevereiro de 1761 é annullado o anterior, de 13 de Janeiro de 1750, bem como todos os outros tratados, pactos e convenções, que em consequencia d'elle se celebraram para regular a sua execução; ficando tudo nos termos dos tratados e convenções anteriores a 1750, que ficavam considerados em vigor.

Em consequencia d'este tratado ficavamos nós com direito á margem esquerda do Rio da Prata nos termos do tratado de 18 de Junho de 1701, confirmado pelos posteriores até o de 1750, e, segundo a letra dos artigos de Paris de 16 de Março de 1737, ás conquistas que porventura tivesse feito o governador Antonio Pedro de Vasconcellos quando rechaçou os hespanhoes perseguindo-os pelo Paraguay acima.

Por acto de 10 de Fevereiro de 1763 accede o rei de

Portugal ao tratado da mesma data assignado em Paris entre a França, a Grã-Bretanha e a Hespanha. Estipula elle no art. 21 a respeito das colonias portuguezas que, no caso de mudança, tornariam ao estado em que se achavam em conformidade com os tratados precedentes.

Vem logo depois d'este acto o tratado preliminar de paz e de limites celebrado em Santo Ildefonso no 1° de Outubro de 1777 (roto pela guerra sobrevinda em 1801), o qual pôz termo ás hostilidades que n'estas paragens tinham começado com o tomarem os hespanhoes, em 1762, a colonia do Sacramento, a que se seguiu, no anno immediato, a occupação, por parte dos mesmos, dos fortes de S. Miguel, Santa Theresa e S. Pedro.

Os brasileiros por seu lado penetram pelo interior de Mato-Grosso até os estabelecimentos do Perú, fundam no Paraguay o presidio de Nova Coimbra e rechaçam do Rio-Pardo as tropas hespanholas.

Tendo a ilha de Santa Catharina cahido em poder d'estas a 27 de Fevereiro de 1777, foi em virtude do tratado d'esse mesmo anno restituida aos portuguezes. Recebeu-a o coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Camara e tomou d'ella posse a 4 de Agosto de 1778.

Deve-se notar que os intervallos de paz entre os povos limitrophes eram sempre muito curtos, e os tratados entre as duas potencias mal executados n'estas paragens. Acontecia muitas vezes acharem-se ellas em plena paz e em guerra aberta as colonias ; ou seja por causa da distancia em que se achavam da mãi-patria, ou porque o espirito de conquista e de engrandecimento dictasse instrucções que tinham por fim augmentar um territorio cujo valor aliás desconheciam, ou cujas riquezas não tinham meios de aproveitar colonisando-o.

Os arts. 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 12 do sobredito tra-

de Outubro de 1777 estipulam os limites de
coroas e a demarcação de um territorio neutro
as suas possessões.

Ainda este tratado seja com razão considerado
ivo dos nossos justos interesses, cumpre entre-
otar que no art. 10 (que repete em palavras quasi
nte identicas o art. 7° do tratado de 13 de Janeiro
) diz expressamente que deve « salvar-se sempre a
o do Jaurú, que deve ser privativa dos portugue-
» caminho que costumam fazer de Cuyabá até Mato-
» e determina que se proceda n'essa conformidade
attender a alguma porção mais ou menos de terreno
ssa ficar a uma ou outra parte.»

rt. 12, confirmando o art. 9° do tratado de 1750, es-
que fiquem salvos e « cobertos os estabelecimentos
uezes das margens do rio Japurá e do Negro, como
m a communicação, ou canal, de que se serviam os
os portuguezes, entre estes dois rios, etc....» «sem re-
o pouco mais ou menos de terreno que fique a uma
ou outra corôa; comtanto que se logrem os fins já expli-
cados, até concluir a dita linha, onde findam os dominios
de ambas as monarchias.»

Os arts. 13, 17 e 18 tratam da navegação dos rios, quer commum quer privativa.

O tratado de amizade, garantia e commercio assignado no Prado no 1° de Março de 1778, a que accedeu a França por acto de 15 de Julho de 1784, ratificou o preliminar de Santo Ildefonso do anno anterior.

Em Junho de 1801 chegando ao Rio-Grande do Sul a noticia da guerra entre Portugal e a Hespanha cuidou logo o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral em tratar da defesa de todos os povos d'aquella capitania. Estas medidas assustando o inimigo o fizeram abandonar todas as

vertentes da lagôa Mirim, ficando os nossos estabelecimentos cobertos pelo rio Jaguarão.

Batovy, Taquarembó e o forte do Serro Largo foram tomados, e a fortaleza de Santa Tecla arrasada.

Alguns aventureiros commandados por Manoel dos Santos Pedroso conquistaram em 25 dias os povos das Sete Missões, sendo os hespanhóes batidos por toda a parte, expulsos e perseguidos até além do Uruguay.

Pôz termo a esta guerra o tratado de paz de Bodajoz de 6 de Junho de 1801.

Reclamando o marquez de Sobremonte, general das tropas hespanholas, as divisas assignaladas no tratado de limites de Santo Ildefonso, pretendia que amigavelmente lhe fosse restituido o espaço occupado pelos hespanhóes antes da guerra. Foi-lhe respondido que, rompendo a guerra superveniente os tratados anteriores, deveriam as cousas permanecer no estado em que se achassem, salvo sómente aquellas de que no tratado de paz se fizesse menção especial.

Estas pretenções continuadas pelo gabinete de Madrid foram interrompidas pela invasão de Portugal pela França e Hespanha, o que occasionou a vinda de el-rei D. João VI para o Brasil.

Data de então a guerra que no sul lavrou com differentes successos até que a 20 de Janeiro de 1817 foi occupada a cidade de Montevidéo pelas tropas ao mando do general Lecor; sendo a Colonia do Sacramento e o forte do Serro Largo occupados no mesmo anno.

Convindo traçar uma linha divisoria entre os dois povos limitrophes afim de acabar para sempre qualquer contestação que para o futuro podesse suscitar-se, celebrou-se no anno de 1819 entre o conde da Figueira, governador e capitão-general da provincia do Rio-Grande do Sul, por parte

da côrte do Rio de Janeiro, e D. Prudencio Marguiondo, por parte do cabildo de Montevidéo, uma convenção conforme a qual a linha de limites principiando na costa do mar, na angustura do Castilhos, busca as vertentes da lagôa dos Palmares, a pequena canhada (salvos os serros de S. Miguel) e o arroio de S. Luiz, legua e meia acima da sua barra; segue d'ahi pela costa occidental da lagôa Mirim, salvando sempre a distancia para o sul de dois tiros de canhão de calibre 24; sóbe pelo Jaguarão até a sua confluencia com o Jaguarão Chico, busca o galho mais ao sul, corta em linha recta a serra de Aceguá, vai á Cruz de S. Pedro, d'ahi ao galho principal do Arapey até este desembocar no Uruguay abaixo de Belém.

A 10 de Maio de 1824 assignaram-se as bases da incorporação da Banda Oriental ao Brasil, jurando o cabildo de Montevidéo a constituição recentemente promulgada em tudo o que não prejudicasse as mesmas bases.

Principiou pouco tempo depois a guerra da separação promovida por Buenos-Ayres.

Declarando aquelle governo por nota de 4 de Novembro de 1825 que o congresso reconhecia a provincia Cisplatina como incorporada á republica das provincias unidas do Rio da Prata, publicou o gabinete imperial, a 10 de Dezembro do mesmo anno, um manifesto em que expunha as razões que tinha para declarar-lhe a guerra.

Em 1827 apparecendo no Rio de Janeiro, por parte do mesmo governo, D. Manoel José Garcia com plenos poderes para tratar da paz, celebrou-se a 24 de Maio d'esse mesmo anno uma convenção preliminar de paz e amizade, a qual porém não foi ratificada pelo governo das provincias unidas.

Renovou-se a guerra, novos plenipotenciarios, os gene-

raes Guido e Balcarce, voltam a propôr a paz e celebra-se a convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828.

Estipula ella que, desannexa do imperio do Brasil, a provincia Cisplatina se constitua em Estado independente debaixo da fôrma de governo que julgar mais conveniente.

Em obediencia a um dos artigos, que determinava que, em periodo marcado, cada um dos exercitos devia retirar-se para as suas respectivas fronteiras, o exercito brasileiro tomou as suas posições estendendo-se pela linha divisoria traçada em conformidade á convenção de 1819.

Pela convenção de 1828 ficava reservada a um tratado com o Brasil a demarcação definitiva dos limites. Este tratado ainda se não realizou e os nossos limites são regulados pela convenção de 1819.

TERCEIRA PARTE

Com as mais republicas de lingua hespanhola bem longe estamos de possuir uma linha divisoria traçada perfeitamente, com clareza e precisão em todo seu desenvolvimento.

As tres republicas ao norte e oeste, em que se dividiu a antiga Colombia, nem entre si talvez têm ainda marcado definitivamente suas fronteiras. Conviria por isso que o Brasil, a respeito de alguns pontos territoriaes, tratasse com aquella que mais vantagens lhe offerecesse. O mesmo tem lugar em alguns pontos entre as republicas do Equador e do Perú.

O principio fundamental do nosso direito publico em semelhantes questões de limites é o *uti possidetis*, pois emquanto difficuldades sobrevindas na excução do tratado de Janeiro de 1750 motivavam o de 1761, os brasileiros foram-se estendendo por direito de occupação pelo

...ro que descubriam, povoando os pontos mais ...rtantes e levantando fortificações e monumentos ...sua posse, como Nova Coimbra, Principe da Beira, ...sco, etc. e, caducando com a guerra de 1801 ... de 1777, as nossas fronteiras ficam sendo as que ...adquirimos por descobrimento e occupação, salvos ...ranjos livremente estipulados que para o futuro fizer- por utilidade reciproca.

...le principio (2) base de todos os tratados de paz, ...pre que não existe convenção expressa do contrario, é ...gulador de semelhantes questões, e foi como tal reconhe- pela propria Bolivia em uma nota de 23 de Abril de ...; comquanto esta republica pretendesse depois apoiar- em principios repudiados pelo direito das gentes e ...metralmente oppostos a suas proprias declarações.

A' vista d'estas considerações, é de esperar que, para ...borar a nossa posse, preservar-nos de qualquer inva- e proteger os subditos brasileiros, cuidará immediatamente o governo em fundar em toda a extensão da fronteira colonias e presidios que não sejam abandonados e reduzidos ao misero estado em que se acham os poucos que temos; máo estado que é devido á falta de inspecção, á escolha ás vezes menos acertada dos officiaes commandantes, á sua insufficientissima remuneração, com o inconveniente de permanecerem como que esquecidos constantemente nos mesmos commandos, á falta de recursos para os casos extraordinarios, e até ás vezes, oh desgraça! pas-

(2) Grotius, *De jure belli ac pacis*, lib. III, cap. VI §§ 4.º e 5.º Vattel, *Droit des gens*, liv. III, chap. XIII, §§ 197 e 198. Martens, *Précis du droit des gens*, liv. III, chap. IV, § 282. Kluber, *Droit des gens moderne de l'Europe*, §§ 254 e 259. Wheaton, *Elements du droit international*, chap. IV, § 4.º

sando-se mezes e mezes sem que elles e as praças da guarnição recebam seus mesquinhos vencimentos.

Uma cinta de postos, presidios, fortificações, colonias militares e outros estabelecimentos apropriados deve cercar o imperio em toda a vasta extensão de suas fronteiras; sem esquecer as convenientes estações navaes, e barços de vapor de maior ou menor porte, para não só sustentarem-se os nossos direitos de senhorio fluvial, mas tambem para transmittir a acção administrativa e fazer circular pelo interior do paiz o influxo benefico e vivificador do commercio e da industria.

Para formar-se n'este sentido um plano completo e bem combinado, cumpre nomear uma commissão, composta de pessoas habeis e zelosas do bem do Estado, a qual auxilie o governo com as luzes, dados, exames e indicações que lhe subministrar.

Debaixo das vistas d'esta commissão devem levantar-se seis cartas bem circumstanciadas da nossa fronteira.

1.ª Da que decorre entre o Oyapoc e S. José de Marabitanas.

2.ª Entre S. José de Marabitanas e o forte de S. Francisco Xavier de Tabatinga.

3.ª Entre S. Francisco Xavier de Tabatinga e o forte do Principe da Beira.

4.ª Entre o forte do Principe da Beira e a foz do rio Ipané e cabeceiras d'este rio.

5.ª Desde as cabeceiras do Ipané descendo o rio Igatemy e seguindo pelo Paraná, Curitiba Grande, Santo Antonio, Pepiri, e o Uruguay até S. Borja.

6.ª Finalmente, comprehendendo toda a fronteira do Rio-Grande de S. Pedro do Sul desde S. Borja até o Chuy entrando todo o terreno de Castilhos.

Todas estas cartas devem ser formadas na mesma pro-

jecção geographica, na mesma grandeza d'escala, e com o mesmo meridiano, que deve ser o do Rio de Janeiro, capital do Imperio.

Entretanto para nossa segurança e conservação de direitos é urgente, em nossa opinião, tomar sem perda de tempo as medidas seguintes:

Concertar, reparar e guarnecer convenientemente as fortalezas de S. Joaquim do Rio Branco, S. Carlos e Santo Agostinho, S. José de Marabitanas, S. Gabriel do Rio-Negro, S. Francisco Xavier de Tabatinga, Principe da Beira, Albuquerque, Nova Coimbra e Miranda; e reedificar a praça dos Prazeres na margem esquerda do rio Igatemy a 20 leguas da sua foz no Paraná.

E' indispensavel que estes fortes sejam regularmente providos de viveres e munições, e as guarnições e destacamentos rendidos infallivelmente em certos e determinados dias, sem que por motivo algum possa jámais permanecer por mais de um anno o mesmo destacamento ainda o mais remoto.

Fazer os convenientes estabelecimentos nos pontos seguintes:

1.° Ilha do Bailique.

2.° O Pirára, procurando-se missionar e aldêar por nossa conta os indios *Macuxis*.

3.° A povoação de Taboga, nas margens do Iapurá logo abaixo da foz do rio Enganos.

4.° O posto militar da barra do rio Içá, em frente da povoação Potumayo, mas sem olvidarmos a nossa posse até Tabatinga, que abraça as duas margens do Solimões até esse ponto, comprehendendo assim a fóz do Içá.

5.° Restabelecer a povoação a léste do Madeira, perto do salto do Theotonio, cerca de 8° e 52' de latitude sul:

empregando-se os meios proprios para sua segurança e defesa contra os ataques dos indios.

6.° A ilha que faz o rio Madeira pouco abaixo da juncção do Beni e Mamoré.

7.° Na confluencia do Mamoré e Guaporé ou Itenez, fortificar o ponto em que houve um estacado.

8.° O ponto dos Guarajús, posição elevada na margem esquerda do Guaporé, junto á foz do rio Paragaú : deve ter sufficiente defesa contra as incursões dos vizinhos.

9.° Casal-Vasco : demora a 15° e 19' de latitude sul. Deve chamar-se população para este ponto interessante, que deve ser uma praça fronteira. Alguns são de opinião que para aqui se mude a capital de Mato-Grosso, sendo outros de parecer que esta mudança tenha lugar para Villa-Maria.

10. Salinas do Almeida, em 16° e 20' pouco mais ou menos de latitude meridional, sete leguas ao sudoeste do rio Jaurú ; e o chamado Sitio das Onças.

11. Serra do Insua, na margem direita do Paraguay, em 17° e 43' de latitude.

12. Serra das Pedras de Amolar, na margem direita do Paraguay.

13. A povoação de Albuquerque deve ser levantada do abandono e decadencia em que se acha.

14. Serra ou ponta do Rabicho, extremo oriental das serras de Albuquerque, em frente da fóz do Taquary : deve aqui estabelecer-se um posto.

15. Não negligenciar a missão de Misericordia de Albuquerque, situada em terreno elevado, fertil e sadio, defronte do rio Mondego.

16. Formar um bom estabelecimento e posto militar na margem oriental do Paraguay, no lugar denominado Pão d'Assucar, pouco distante dos Fechos do Paraguay.

17. Levantar um presidio na fóz do Pepiri-Guassú.

18. Outro presidio na confluencia do Santo Antonio com o Iguassú ou Curitiba.

19. Outro junto á fóz do Pepiri-Merim no Uruguay, etc. etc.

Aqui pararemos para não estender demasiadamente estes *Apontamentos*, tanto mais que a fronteira do Rio-Grande requer por muitos motivos um trabalho especial.

Concluiremos finalmente lembrando que n'um paiz tão extenso e despovoado como o Brasil, e confrontando com tantas nações differentes, convem que a segurança das fronteiras forme um ramo especial do serviço publico, afim de que por uma bem entendida centralisação possam partir e transmittir-se com rapidez e energia desde a capital até as mais longinquas raias e angulos do Imperio as ordens, medidas e soccorros que forem necessarios para se manter e desaffrontar a inviolabilidade do territorio brasileiro, inviolabilidade que em todos os paizes cultos constitue um objecto intransigivel do pundonor nacional.

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1849.

Ernesto Ferreira França Filho.

OS PADRES DO PATROCINIO

OU

O PORTO REAL DE ITU'

ESTUDO HISTORICO

Lido em sessão do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 9 de Outubro de 1868

PELO SOCIO EFFECTIVO

CONEGO DR. J. C. FERNANDES PINHEIRO

Poucos serão os brasileiros que não tenham ouvido fallar dos *padres do Patrocinio*, d'esses piedosos varões que na *fidelissima Itú* fizeram-se notaveis pela austeridade dos seus costumes e por uma rigidez de principios, que, frisando com os d'Arnauld, Sacy e Pascal, Nicolle, lhes deram alguns longes de parecença com os famosos adversarios dos jesuitas, conhecidos pela denominação de *Solitarios do Porto-Real.* Nas praticas que temos tido com alguns sabedores das cousas da nossa terra ouvimos algumas vezes, e sempre com muito respeito, articular esse nome; e d'est'arte despertada a nossa curiosidade recorrêmos a um amigo nosso(1), que por intermedio d'um seu amigo (2), que por longos annos foi habitador d' Itú e summamente apaixonado pelas antiguidades do paiz, nos habilitasse para escrevermos uma monographia relativa a objecto que tão curioso e interessante se nos antolhava. Graciosamente annuiram ambos os cavalheiros ao nosso anhelo: e ha annos que guardamos em nossas pastas a informação pedida, sem que nos sobrasse uma nesga

(1) O Exm. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, ex-presidente da provincia do Rio-Grande do Sul.

(2) O Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, illustrado medico irlandez que adoptou o Brasil por segunda patria.

de tempo para coordenarmos as notas e redigirmos o trabalho que intencionavamos sujeitar á apreciação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, como tenue tributo do muito que lhe devemos. Parece-nos haver chegado a almejada sazão, e d'ella vamos utilisar-nos para o desempenho da divida mentalmente contrahida, e em desconto d'outra a que nos haviamos obrigado (3).

Pelos fins do seculo passado, ou começos d'este, mudou-se d' antiga villa de Santos para a d'Itú Jesuino do Monte Carmelo, homem de muitas virtudes, algumas letras e pelos contemporaneos qualificado d'insigne pintor. Apesar do accidente da côr (era pardo), obtivéra a alliança matrimonial com uma senhora pertencente a uma das mais aristocraticas familias da capitania de S. Paulo, e d'esse consorcio houve tres filhos e uma filha. Eliseu foi notavel pintor e esculptor, Elias e Simão ordenaram-se, e Maria Theresa morreu com cheiro de santidade, exercendo o cargo de reitora do recolhimento de Nossa Senhora das Mercês.

Acontecendo enviuvar Jesuino, pensou em obedecer á irresistivel vocação entrando para o sacerdocio, onde foi bem acolhido, graças á reputação de piedade que merecidamente gozava.

Essa reputação assignalou-se por dois factos bem caracteristicos da epocha.

Desejando filiar-se á ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo encontrou uma difficuldade quasi insupperavel, por isso que o compromisso excluia quantos podessem ter sangue judêo e não pertencessem *á pura raça caucasica*. Valiam porém uma excepção, autorisavam um favor, as virtudes do postulante: e a ordem terceira do Carmo impetrou da Santa Sé um breve mandando admittir em seu gremio o padre Jesuino do Monte Carmelo.

(3) A biographia de Duguay-Trouin.

Era o capitão-mór Vicente geralmente tido em conta de soberbo, e pouco afagador dos pobres e dos plebêos. Tocou-o todavia a doçura de caracter do padre Jesuino; e sua sympathia traduziu-se de modo bem singular. Ordenou que nos róes da população, que annualmente se faziam, e na columna destinada á côr, fosse elle declarado *branco!*

Em sua velhice, e com o auxilio de seus dois filhos, que como vimos abraçaram a carreira ecclesiastica, emprehendeu a fabrica d'uma igreja d' elegante architectura, sob a invocação de *Nossa Senhora do Patrocinio*. Fallando d'essa igreja diz o Sr. Zaluar em suas *Peregrinações pela provincia de São Paulo*: «... levantada na rua do mesmo nome, é um templo digno d'admirar-se; pois é construido d'arcadas, e remata em uma cupola ou zimborio. Tem um só altar e duas capellas lateraes... »

A casa do padre Jesuino constituiu-se naturalmente, e sem o menor proposito deliberado, n'uma especie de cenobio. Elle, seus dois filhos (os padres Elias e Simão), um sobrinho por affinidade (padre João Paulo Xavier) e um seu protegido (padre Manoel da Silveira) formaram o nucleo d' uma confraria d'ascetas, que do lugar da residencia, contiguo á igreja em que acabámos de fallar, começaram a ser designados pela denominação de *padres do Patrocinio*. Todos os sacerdotes, conhecidos pela sua piedade, que então viviam em Itú, desejaram fazer parte d'essa associação, incluindo-se n'esse numero Diogo Antonio Feijó, de preclara memoria, e D. Antonio Joaquim de Mello, que falleceu sendo bispo de S. Paulo.

Rezavam esses padres o officio divino em commum; ora em casa, ora na igreja do Patrocinio: observavam rigorosa austeridade de costumes; e nas sextas-feiras da quaresma reuniam-se á noite com muitos outros devotos para se disciplinarem. Cumpre notar que n'esses exer-

ra o padre Feijó um dos mais assiduos, e fiel ob-
te da regra que espontaneamente se haviam traçado.
epocha, a que nos vamos referindo, estavam muito
a em Portugal e suas colonias os principios da *es-*
llicana. Contribuira muito para isso a luta travada
o marquez de Pombal e os jesuitas, e as contestações
se lhe seguiram com a Sé de Roma. Um varão, dis-
to por muitos titulos, mas que teve a fraqueza de sa-
ar por vezes os principios da sciencia que professava
comprazer o poder civil, o padre Antonio Pereira de
eiredo, publicando a sua *Tentativa theologica*, preco-
as doutrinas intituladas *gallicanas* com grande acei-
d'uma parte do clero portuguez e brasileiro. Essa
, hoje quasi cahida em completo olvido, foi mui lida,
nui festejada em sua apparição, e o Sr. Innocencio da
a, afamado bibliographo, d'ella diz: « que deu grande
lo em toda a Europa, sendo traduzida e impressa
linguas latina, italiana, franceza, allemã e hespa-
la. » (1)

Confunde-se d'ordinario o *gallicanismo* com *o jansenismo*, ainda que mui distinctas e diversas sejam as ideias representadas por taes vocabulos: o primeiro é a expressão d'uma mal entendida immunidade que a igreja de França pretendeu arrogar-se, estribada em antigos e pouco authenticos privilegios, colleccionados pelo celebre Pithou, e a que o eximio Bossuet não duvidou emprestar o brilho do seu prestigioso nome: o segundo é uma manifesta heresia relativa á graça, o livre arbitrio, o merito das boas obras, o beneficio da redempção, etc., coutida no livro de Sansonio, appellidado *Augustinus*. Ora, ninguem ha que ignore que Bossuet e os outros notaveis theologos que defederam as mui celebres *liberdades da igreja gallicana* na

(1) *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo I.

famosa assembléa do clero de 1682 viveram e morreram na communhão da igreja catholica, ao passo que o *jansenismo*, através das suas multiplices metamorphoses, foi solemnemente condemnado pela autoridade dos SS. PP. Urbano VIII, Innocencio X, Alexandre VII e Clemente XI.

Costume inveterado é d'adversarios atirarem-se mutuamente ás faces os mais affrontosos epithetos: assim viu-se na magna contenda suscitada no seculo XVIII entre os jesuitas e os parlamentos de França voarem de parte a parte as hervadas setas do *jansenismo* e *molinismo* com que se mimoseavam. Os filhos de Santo Ignacio foram qualificados d'hereges com o mesmo jus com que davam identica denominação aos que se confessavam discipulos do sabio e pio Gerson.

Adduzimos estas considerações para provar que a linha divisoria entre a verdade e o erro não era mui facil de ser distinguida pelos ecclesiasticos itúanos, cuja sciencia theologica não igualava por certo a piedade e austeras virtudes que tanto os recommendavam. Parece pois que nas conferencias semanaes, que publicamente celebravam com assistencia de numerosissimo auditorio, algumas proposições *mal soantes* insinuaram-se nas theses dos paladinos da controversia.

Outra cousa veiu tambem contribuir para derrancar a orthodoxia dos *padres do Patrocinio*. Feijó, que, como dissemos, era membro proeminente d'essa congregação, fazia em seu espirito exaltado um amalgama das idéas liberaes, de que sempre se mostrou enthusiasta, com as maximas da mais severa moral e extraordinario rigor de principios que os jansenistas oppunham á laxidão das doutrinas de seus adversarios. Leituras mal digeridas, a pouco feliz escolha d'expositores, lhe produziram uma fermentação intellectual, aggravada pelo estudo, tambem mal conduzido, da philosophia de Kant, cuja nebulosidade é confessada pelos proprios panegyristas.

Nenhuma incompatibilidade existe entre a razão e a fé: releva porém que as respectivas fronteiras sejão bem demarcadas, e sufficientemente conhecidas. Gravado sobre o dogma em caracteres indeleveis o *non plus ultra* das fabuladas columnas d'Hercules, sirva de pharol a philosophia para arredar-se dos seus recifes e cachopos: sempre porém que pelo raciocinio se quizer penetrar nos aditos dos mysterios tocar-se-ha na heresia, começarão as trevas exteriores do erro.

Por maior que fosse a veneração que soubéra inspirar o grupo patrocinista, cogitaram alguns sacerdotes no perigo que haveria, si sem o minimo protesto deixassem passar algumas idéas, que, ou por si, ou por sua má interpretação, poderiam prejudicar a pureza da fé de um povo que tão grandes gabos grangeára de catholicidade. Os sacerdotes, que, na phrase de S. Paulo, prezaram mais a Deus do que aos homens, foram os padres Antonio Pacheco da Silva, fundador do hospicio dos morpheticos; Melchior Soares do Amaral, primo e intimo amigo de Feijó; frei Ignacio de Santa Justina, famoso theologo que foi mestre de Mont'Alverne, e frei Matheus, typo do missionario catholico. Esses doutos varões ergueram sua pujante voz contra innovações que se lhes antolhavam de perigosas, e, avivando os sulcos da fé, semearam com mais açodado fervor os germens da palavra divina.

Sine pertinacia errare quidem poterò, sed hareticus non ero (5); disse um grande luzeiro da igreja d'occidente, o primeiro dos padres latinos, cuja vida offerece concludente prova da verdade de semelhante asserto. Despertados de seus sonhos mysticos pela caridosa solicitude de seus irmãos os *padres do Patrocinio*, apressaram-se em volver á meta

(5) S. August., *Epist.* XVI.

d'onde haviam partido, e deram publicos e inequivocos testemunhos de lealdade e pureza de suas intenções.

Tem-se visto por mais de uma vez os romeiros do Evangelho desgarrarem-se nas veredas do erro: mas tambem commemora a historia raros exemplos de abnegação, sacrificios voluntarios das mais caras idéas, das mais fundas convicções, quando a cadeira da verdade, assentada sobre o inabalavel rochedo do vaticano, pronuncia seus inexcrutaveis oraculos. A um Tertuliano, a um Lamenais, opporemos um S. Cypriano, um Fénélon.

Sobremodo apreciavel é por certo a circumstancia da prompta submissão dos *padres do Patrocinio* sem que a voz de nenhum pastor se fizesse ouvir; porquanto ignoravam todos que o fogo lavrava tão perto do santuario, ateado pelas proprias mãos dos que deveram extinguil-o. Demos muitas graças a Deus, que d'essa arte poupou-nos o desar que sobre a memoria dos fidelissimos itúanos cahiria, arredando para bem longe de nós o lastimoso espectaculo das lutas religiosas, mais duradouras e funestas do que quaesquer outras.

Como facil é de explicar, os animos dos *patrocinistas* andavam sobresaltados desde que tão imminente viram o despenhadeiro a que a sua ingenuidade e candura, illaqueadas por enganosas doutrinas, os iam insensivelmente arrastando. Cautelosos em suas palavras, obedientes aos seus confessores, redobraram de zelo, de fervorosa devoção para com a Virgem Santissima, a cujo *patrocinio* attribuiam sua salvação espiritual.

Reza a tradição que curta fôra a existencia do pio cenobio. O furacão revolucionario que alluiu os thronos da velha Europa, que derribou os altares da nação que se orgulhava de ser a filha primogenita da Igreja, veiu açoitar com suas ultimas lufadas a virgem terra de Cabral, reboando pelas quebradas onde o Tieté se despenha com pavoroso

fragor. A pacifica Itú acordou do seu secular lethargo, sentiu gyrar-lhe nas veias sangue patriotico, e passando todas as outras preoccupações ergueu-se de salto ao electrico choque da liberdade.

Os padres tambem são cidadãos : os Hidalgos, os Morellos no Mexico hastearam bem alto o estandarte da independencia e fizeram recuar os aguerridos soldados de Fernando VII. Feijó era d'essa tempera ; e, se as circumstancias o tivessem exigido, tel-o-hiamos visto brandindo a espada, ou manejando a escopeta. A marcha natural dos acontecimentos fel-o porém homem de tribuna e de governo ; podendo applicar a si o mui conhecido verso de Cicero :

Cedant arma togæ, concedat laurea linguæ.

No agitado lago da politica não era possivel que placidos nadassem os cysnes da fé ; assim pois dispersou-se a familia patrocinista, retirando-se uns para longes terras, mantendo outros na solidão os austeros principios em que tinham sido educados, e alguns esculpindo seus modestos nomes em monumentos de caridade que ainda hoje desafiam a attenção dos viajantes.

Utilisando-nos dos apontamentos que nos foram generosamente ministrados, esbocemos a largos traços algumas das figuras que mais se destacaram n'esse mystico quadro, e que nas vicissitudes da vida guardaram sempre grata lembrança do seu passado.

O padre Elias é ainda hoje abençoado pelas suas immensas virtudes. O hospital da Misericordia, onde os enfermos encontram carinhoso agasalho e intelligente curativo, o recolhimento de Nossa Senhora das Mercês, onde sete piedosas mulheres soffrem toda a sorte de privações para que as meninas desvalidas achem um abrigo seguro, reconhecem por seu fundador a esse venerando ecclesiastico, que occultava suas boas acções com o mesmo empenho com que os reprobos alardeam das más.

Contrastava a vida activa do padre Elias com a contemplativa do padre Manoel da Silveira. Novo S. Bruno, guardava obstinado silencio: rezado o breviario, consumia o resto do dia em tecer meias. Verdadeiro asceta,entregava-se aos exercicios d'excessiva devoção, acompanhados da mais restricta abstinencia. Attribuiu-lhe a crença popular o dom prophetico, e á efficacia de suas orações julgava-se dever mais d'uma miraculosa cura.

O padre João Paulo Xavier, varão de grandes letras e raras virtudes, e de quem talvez pela circumstancia de ser ainda vivo e não desejar ferir-lhe a modestia tão escassas noticias communicou-nos o nosso informante,limitando-se a lamentar que não tivesse ainda havido um ministro que pedisse para elle um canonicato honorario.

O padre Antonio Joaquim de Mello, ardente neophyto do *Patrocinio*,depois da sua dispersão perseverou na exacta observancia das virtudes que ahi vira praticar, e cujo espirito, fortemente temperado de catholicismo, preservou-o de qualquer aberração dos bons principios. No humilde remanso de um pequeno sitio escoavam-se os dias do piedoso sacerdote, que toda Itú reverenciava como um santo, quando veiu surprehendel-o a carta imperial que o nomeava bispo da diocese de S. Paulo. N'uma missiva que por essa occasião nos fez a honra d'endereçar, manifestou o illustrado prelado todo o seu sossobro por esse que qualificava — infausto acontecimento. Comparando-se com os grandes homens, que haviam empunhado o baculo, e ponderando nos arduos deveres do munus pastoral, sentia-se desfallecer, e a sua humildade fazia-o julgar-se indigno de semelhante cargo. Se o foi, digam os seus diocesanos, que ainda hoje pranteam-lhe a morte, diga o seminario episcopal de S. Paulo por elle fundado á custa d'esmolas, diga-o o convento das religiosas de S. José em Itú, obra tambem sua, onde se dá ao sexo feminino a edu-

cação convinhavel ás futuras mãis de familia, diga-o finalmente o santo padre Pio IX, que o agraciou com o titulo de conde, e o governo imperial, que tantas e tão repetidas provas lhe deu d'estima e consideração.

No decurso d'este tosco escripto havemos por vezes mencionado o nome de Feijó: vimos que fôra elle o principal motor do subito estremecimento que perturbára em seus extases os *solitarios do Patrocinio*: reservamo-nos por isso para mais espaçadamente apreciarmos a influencia que sobre a sua attribulada existencia exercêra o exemplo dos pios varões com que praticára na mocidade, e o leite da doutrina com que fôra amamentado.

Dissemos que as más leituras haviam desvairado o animo naturalmente tão recto do nosso benemerito compatriota: e está na memoria de todos a triste impressão causada por alguns dos seus escriptos, discursos e projectos, ferindo de frente a disciplina da igreja de quem era filho e ministro. Na desordem do tempo, na confusão das idéas, na exacerbação dos espiritos, poder-se-ha deparar com a chave do enigma que surprehenderá os futuros historiadores. Feijó não era um ambicioso vulgar que immola nas aras de mal entendida popularidade tudo o que os homens reconhecem de sagrado: seu desprendimento das honras e grandezas provam-nos varios factos de sua vida, especificadamente a renuncia da regencia com que solveu uma situação tornada insustentavel pelos meios legaes. Não queria seguir as pisadas de Luthero e Calvino, nem se lhe poderia applicar o chistoso dito d'Erasmo fallando dos protestantes (6): o deputado, o senador, o ministro, o regente, não esquecia o breviario, não largava o cilicio que lhe tinham atado os

(6) « Essas questões de protestantes são verdadeiras comedias: acabam sempre por casamentos. »

padres do Patrocinio(7) *Conhecedor dos homens e das cousas*, como elle proprio se expressára no celebre manifesto que dirigira aos brasileiros ao descer da cadeira regencial, lançou o padre Feijó um olhar retrospectivo para a sua vida; e então lhe assaltando á mente a recordação dos pios e doutos colloquios que em verdes annos tivéra, amoravelmente repassando em sua lembrança o placido viver d'Itú, a devota convivencia em casa do padre Jesuino, sentiu um impulso que Deus sempre concede aos grandes homens, e estampou no *Observador Paulistano* (8) a seguinte protestação de fé:

« Tendo eu escripto alguma cousa sobre differentes pontos de disciplina ecclesiastica, havendo tambem pronunciado alguns discursos na camara dos senhores deputados sobre o mesmo objecto, ainda que tudo fizesse persuadido que zelava da mesma igreja catholica, de quem sou filho e ministro, e attentára a bem da salvação dos fieis; comtudo, constando-me que algumas pessoas não só estranharam as minhas opiniões, como algumas expressões pouco decorosas á Igreja e ao seu chefe, não querendo eu em nada separar-me da igreja catholica e ainda menos escandalisar pessoa alguma; por esta declaração revogo e me desdigo de tudo quanto pudesse directa ou indirectamente offender á disciplina ecclesiastica que a mesma igreja julgou dever ser observada, ou á pessoa alguma.

« Esta minha declaração é espontanea, filha unicamente do receio de haver errado, apezar das minhas boas intenções; e é tanto mais desinteressada, que ha pouco acabei de declarar ao governo de S. M. Imperial que nunca aceitei a nomeação de bispo de Marianna, nem a carta d'apresentação que então se me quiz entregar. Deus queira que, se

(7) Devemos esta informação fidedigna ao fallecido conego Geraldo Leite Bastos, intimo amigo de Feijó.

(8) De 18 de Julho de 1838.

algum escandalo hei dado por causa de taes discursos e escriptos, cesse elle com esta minha declaração.»

A magnanima alma de Feijó espelha-se n'esta (como elle proprio denomina) *ingenua declaração*: nenhum motivo humano, nenhuma razão inconfessavel actuaram em seu nobre espirito. Mas, como acção alguma deixa de ter causa, mais ou menos recondita, entendemos, e é para nós quasi convicção, que as reminiscencias do *Patrocinio* determinaram este importante resultado, de que justamente se regozijaram os admiradores do eximio cidadão, do virtuoso sacerdote, cuja morte, epilogo sublime de tão prestimosa vida, foi o começo da bemaventurança, aurora da immortalidade.

Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1868.

NOBILIARCHIA [illegible]

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS [illegible]

Colligida por [illegible]

[illegible]

(Continuada [illegible]

COSTAS [illegible]

A nobre familia [illegible]
de São Miguel e [illegible]
das Costas. O progenitor [illegible]
Manoel da Costa [illegible]
parente do Exm. [illegible]
nimo, que tambem [illegible]
e Andrade. De [illegible]
Arrudas trata [illegible]
Nobiliario, [illegible]
o padre Cord[illegible]
Lisboa em 171[illegible]
cap. 1.º § 1. [illegible]
Cabral, e casou [illegible]
Cardoso, [illegible]
Francisca [illegible]
Mezamfri[illegible]
que foram [illegible]
ram. E[illegible]
parte [illegible]
frio, f[illegible]
dito [illegible]
terra [illegible]
da [illegible]

[illegible]o
[illegible]sem
[illegible] titulo
[illegible]póz diffe-
[illegible] ultima de-

Depois de povoada a villa de Taibaté (*sic*) (foi acclamada em villa em 26 de Dezembro de 1645) pelo seu primeiro fundador e conquistador o capitão-mór Jacques Felix, que de São Paulo passou a penetrar este sertão pelos annos de 1636, conquistando os indios da nação *Puris* e *Geromimis*, que o habitavam (desinfestadas aquellas terras, para as povoarem sahiu muita nobreza de São Paulo já pelos annos pe 1639) se passou a ser morador d'esta villa dito Manoel da Costa Cabral com sua mulher Francisca Cardoso. Alli teve respeito e veneração igual aos merecimentos de sua qualidade, que foi bem conhecida como estimada: e sempre teve as redeas do governo civil d'esta republica, que se diffundiu pelos seus descendentes sem quebra de respeito e veneração. Falleceu em Taibaté Manoel da Costa Cabral em 3 de Abril de 1659, estando já casado segunda vez com Maria Vaz de quem teve um filho chamado Belchior. Sem geração. E sua primeira mulher Francisca Cardoso tinha fallecido a 26 de Novembro de 1654 (Cart. de Orph.de Taib. Inv. letr. F. n. 3, o de Francisca Cardoso e letr. M. n. 80, o de Manoel da Costa Cabral). E teve oito filhos, como consta dos testamentos que se acham nos autos dos inventarios referidos ; e ignoramos a naturalidade d'estes filhos, que alguns nasceram em Mogy, e outros em S. Paulo, onde tinham sido moradores antes de se passarem para o villa de Taibaté. (* O A. diz depois como accrescimo que esses oito filhos nasceram em S. Paulo.

Manoel da Costa Cabral.....Cap. 1.°
Maria Cardoso.....Cap. 2.°
Domingos Velho Cabral.....Cap. 3.°
João de Arruda.....Cap. 4.°
Francisca Romeiro Velho Cabral....Cap. 5.°
Gaspar Velho Cabral.....Cap. 6.°
Lourenço Velho Cabral.....Cap, 7.°
Anna Cabral.....Cap. 8.°

CAPITULO I

Manoel da Costa Cabral, nasceu em S. Paulo e foi verdadeiro imitador de seu nobre pai, desempenhando em tudo o nome e appellidos, que tomou. Foi da republica de Taibaté um grande cidadão, sem ser natural d'ella. Viveu abundantemente e potentado, sem perder as moraes virtudes, de que soube ornar o caracter de pai da patria. Casou com Anna Ribeiro de Alvarenga, natural de S. Paulo, filha de Francisco Bicudo de Brito, e de sua mulher Thomazia de Alvarenga, ambos de S. Paulo. Em titulo de Alvarengas, cap. 3.° § 9. Anna Ribeiro falleceu em Taibaté a 30 de Junho de 1716. E seu marido Manoel da Costa falleceu a 8 de Abril de 1709 (Orph. de Taib. Inv. letr. M. e letr. A. n. 28: e Resid. da ouv. de S. Paulo, maço de testamentos, n. 29, o de Manoel da Costa Cabral.) E teve sete filhos.

Sebastião de Arruda Cabral. § 1.°
Francisco de Arruda..... § 2.°
Victorio de Arruda..... § 3.°
João de Arruda..... § 4.°
Francisco de Arruda..... § 5.°
Anna Maria Cabral..... § 6.°
José de Arruda..... § 7.°

§ 1°

2—1. Sebastião de Arruda Cabral, falleceu em Taibaté a 18 de Março de 1703, natural da mesma villa, casado com Anna Moreira (Orph. de Taib. inv. letra S. n. 17). E teve quatro filhos. (* O A. pôz junto ao nome d'este Sebastião de Arruda supra, que teve filho unico 3—1 : Francisco de Arruda casado primeira vez com Leonor do Prado. Sem geração, segunda vez com Joanna Nardy de Arzão. Em titulo de Arzão, cap. 1° § 2° n. 3— 6 : Mas como tambem pôz differente successão, isto é quatro filhos, segui esta ultima de-

claração por ser feita no lugar competente, como aqui vai. Estes §§ foram riscados, e emendados varias vezes). Os quatro filhos foram

3—1. Francisco.
3—2. Manoel.
3—3. José.
3—4. Salvador.

§§ 2º e 3º

2—2. Francisco de Arruda.

2—3. Victorio de Arruda Cabral, casou com Anna Cabral, como consta do inventario de seu pai Manoel da Costa Cabral, supra citado.

§ 4º

2—4. João de Arruda Cabral, falleceu em Taibaté de d'onde era natural, a 15 de Junho de 1726, casado com Andreza de Castilhos. Em titulo de Moreira de Castilhos. (Orph. de Taibaté, inventarios, let. J. n. 50). E teve onze filhos.

3—1. Mecia.
3—2. Manoel.
3—3. Anna.
3—4. Maria.
3—5. Francisco.
3—6. João.
3—7. Arnaldo.
3—8. Rosa.
3—9. Escholastica.
3—10. Maria.
3—11. Antonio.

§ 5°

2—5. Francisca de Arruda Cabral, casou com o capitão Pedro Leme do Prado. E teve, de que descubrimos documentos, os filhos seguintes:

3—1. Anna Ribeira Leme.
3—2. Thomazia Ribeira.
3—3. Manoel da Costa Cabral.
3—4. Beatriz Barbosa.
3—5. João de Arruda Leme.
3—6. Francisco Barreto.
3—7. Manoel da Costa Cabral.

3—1. Anna Ribeira Leme, casou na matriz de Taibaté a 30 de Agosto de 1699 com Manoel Rodrigues Moreira, filho de Manoel Rodrigues Moreira e de sua mulher Maria Bicudo.

3—2. Thomazia Ribeira casou na matriz de Taibaté a 30 de Setembro de 1713 com Manoel Nunes, filho de Gabriel Nunes e de sua mulher Isabel Pedroso, todos naturaes de Taibaté. E teve a filha 4—1 : Francisca de Arruda Cabral, que na mesma villa casou a 21 de Maio de 1729 com Carlos Paes da Fonseca, filho de Manoel Paes da Fonseca e de sua mulher Joanna do Prado de Siqueira.

3—3. Manoel da Costa Cabral, casou na matriz de Taibaté a 20 de Junho de 1716 com Eugenia Pedroso, filha de Pantaleão Pedroso de Toledo e de sua mulher Antonia da Rosa. Em titulo de Toledos, cap. 3° § 6°. A dita Eugenia Pedroso falleceu em Taibaté, onde se lhe fez inventario dos seus bens a 20 de Setembro de 1727. (Orph. de Taibaté, inv. letra E. n. 5°, o de Eugenia Pedroso). E teve

4—1. Anna.
4—2. Antonia.
4—3. Josepha.
4—4. Ursula.

3—4. Beatriz Barbosa, casou na matriz de Taibaté a 6 de Fevereiro de 1718 com Manoel Nunes Gusmão, natural da villa de Paraty, filho de Matheus Nunes da Costa e de sua mulher D. Anna Zoria.

3—5. João de Arruda Leme, casou na matriz de Taibaté a 8 de Setembro de 1728 com Anna Moreira, filha de Manoel Ferreira de Castilhos, e de sua mulher Helena Rodrigues.

3—6. Francisco Barreto, casou na matriz de Taibaté a 8 de Janeiro de 1730 com Rosa Maria, filha de Miguel Garcia da Cunha e de sua mulher Maria de Gusmão.

3—7. Manoel da Costa Cabral, casou na matriz de Taibaté a 28 de Julho de 1727 com Suzana de Gusmão, filha de Manoel de Figueiredo e de sua mulher Catharina de Freitas.

§ 6º

2—6. Anna Maria Cabral, foi casada com Diogo Barbosa Rego, natural de S. Paulo, filho de Diogo Barbosa Rego, que falleceu em Guaratinguetá a 23 de Agosto de 1661, e de sua mulher Branca Raposo, ambos de S. Paulo. (Orph. de Guaratinguetá, inv. letra D. n. 1). Em titulo de Raposos Bocarros, cap.... Em Taibaté falleceu Diogo Barbosa Rego, marido de Anna Maria Cabral, a 13 de Novembro de 1747. (Orph. de Taibaté, inv. letra D. n. 17). E teve sete filhos.

3—1. Claudio Barbosa, casou na matriz de Taibaté a 14 de Maio de 1725 com Anna Maria Pedroso, filha de Gaspar Corrêa e de sua mulher Anna Pedroso de Moraes.

3—2. Diogo Barbosa, casou.

3—3. Antonio.

3—4. Francisco.

3—5. Quiteria.

3—6. Maria.

3—7. José da Silva, casou na matriz de Taibaté a 14 de Maio de 1725 com Catharina Pedroso de Moraes, filha de Gaspar Corrêa e de Anna Pedroso de Moraes.

§ 7° ultimo

2—7. José de Arruda, falleceu solteiro na Bahia, para onde foi em serviço de el-rei com seu tio Gaspar Velho Cabral, com o governador Estevão Ribeiro Baião Parente; cujo pé de exercito sahiu de S. Paulo em 1671, como temos historiado em titulo de Camargos, cap. 8° §.... tratando do capitão-mór João Amaro Maciel Parente.

CAPITULO II

Maria Cardoso, casou com o capitão Antonio Vieira da Maia. Em titulo de Vieiras Maias, com toda a sua descendencia.

CAPITULO III

Domingos Velho Cabral, falleceu em Guaratinguetá sem testamento; e se lhe fez inventario dos bens em 1662, e foi casado com Anna Leme da Silva. (Cart. de orph. de Guaratinguetá, inv. letra D. n. 2, o de Domingos Velho Cabral). E teve quatro filhos.

§ 1.° Domingos.

§ 2.° Antonio.

§ 3.° João Cabral da Silva, casou na matriz de Taibaté ao 1° de Fevereiro de 1693 com Maria da Veiga, filha de Antonio Corrêa da Veiga e de sua mulher Anna de Siqueira.

§ 4.° Maria.

CAPITULO IV

João de Arruda Cabral.

CAPITULO V

Francisca Romeira Velho Cabral, natural de S. Paulo, casou com Antonio Bicudo Leme, denominado o Viasacra, irmão do alcaide-mór Braz Esteves Leme naturaes de S. Paulo. Em titulo de Bicudos, cap. 1° § 1° n. 3—2; (* Onde se acha largamente descripto as qualidades d'este Antonio Bicudo Leme). E teve oito filhos :

Margarida Bicudo Romeira.....	§ 1°
Maria Bicudo Cabral.....	§ 2°
D. Francisca Romeira Velho Cabral.....	§ 3°
D. Helena do Prado Cabral.....	§ 4°
Isabel Bicudo.....	§ 5°
Fr. Seraphino de Santa Rosa.....	§ 6°
Antonio Bicudo de Brito.....	§ 7°
Manoel da Costa Leme.....	§ 8°

§ 1°

2—1. Margarida Bicudo Romeira, casou com Domingos Gil de Siqueira, natural de S. Paulo, fallecido em Taibaté a 6 de Julho de 1694, filho de Pedro Gil e de sua mulher Violante de Siqueira, ambos de S. Paulo. (Orph. de Taibaté, inv. letra D. n. 8). Em titulo de Dias Teveriçás, cap. 3° § 8° n. 3—3; falleceu Margarida Bicudo em Taibaté em 1732: sendo já fallecido seu marido Domingos Gil. (Orph. de Taibaté, inv. letra M. n. 10). E teve sete filhos naturaes de Taibaté.

3—1. O padre Antonio Bicudo de Siqueira, clerigo que se habilitou de *genere* em 1707, cujos autos existem na camara episcopal de S. Paulo, maço 1° letra A. Foi visitador, vigario da igreja de Taibaté, de Pindamonhangava, de Guaratinguetá e do Caeté em Minas-Geraes.

3—2. O capitão Ignacio Bicudo de Siqueira, casou com Bernarda Rodrigues da Silva, filha de Domingos do

Prado da Costa, e de sua mulher Isabel Rodrigues do Prado. Em titulo de Prados, cap. 6.°

3—3. Francisca Romeira de Siqueira, casou com Manoel Pereira Villanova.

3—4. Violante de Siqueira Leme, natural de Pindamonhangava, falleceu no 1° de Outubro de 1756. (Orph. de Taibaté, inv. letra V. n. 7), e foi casada com Pantaleão Ferreira de Mendonça, natural da villa de Sorocaba, e falleceu em Taibaté a 22 de Setembro de 1761; filho de Julião Ferreira e de sua mulher Maria Bicudo (Orph. de Taibaté, letra P. n. 25). Este Pantaleão Ferreira era viuvo de sua primeira mulher Maria de Abreu, quando casou com Violante de Siqueira Leme. E teve tres filhos

4—1. Domingos Ferreira, que foi pai de Escholastica de..... mulher de Lucas de Freitas Fagundes.

4—2. Margarida Bicudo, mulher de Thomé Portes d'El-Rei em Taibaté a 18 de Junho de 1724, filho de Antonio da Cunha Gago e de sua mulher Martha de Miranda: em titulo de Portes d'El-Rei, cap.....

4—3. Maria da Conceição, mulher do capitão Francisco Vieira de Toledo, viuvo de Anna Fróes Corrêa, e casou em Taibaté a 5 de Fevereiro de 1731 com dita D. Maria da Conceição.

3—5. Maria Bicudo de Siqueira, casou com Estevão Mendes de Oliveira.

3—6. Margarida Bicudo, casou a 23 de Maio de 1721 com Manoel de Magalhães da Fonseca, natural da freguezia de Ferreira de Tendaes do bispado de Lamego, filho de Lourenço Corrêa Botelho e de sua mulher Marianna da Silva Magalhães. Este dito Manoel de Magalhães era sobrinho direito de João Corrêa de Magalhães e de Pedro da Fonseca Magalhães, dos quaes tratamos no § 2° infra n. 3—3 e 3—4.

3—7. Salvador Bicudo de Siqueira, casou com Theodosia Peres de Gusmão.

§ 2°

2—2. Maria Bicudo Cabral, foi casada com o capitão Sebastião de Siqueira Gil, filho de Pedro Gil e de sua mulher Violante de Siqueira, os mesmos de quem tratamos aqui no n. 3—1. E teve oito filhos naturaes de Taibaté.

3—1. Salvador de Siqueira Leme, casou com D. Joanna de Toledo : com geração. Em titulo de Toledos, cap. 3° § 13.

3—2. Francisco de Siqueira Gil, falleceu nas minas de Santa Cruz do caminho de Goyazes. Casou com Anna Ribeira.

3—3. José de Siqueira. Casou com Maria do Pillar; foram de morada para o caminho de Goyazes.

3—4. Maria Bicudo de Siqueira, casou com Manoel da Silva Salgado.

3—5. Francisca Romeira, casou com Fernando Munhoz Garcia, filho de Manoel Garcia da Cunha, e de sua mulher Margarida Gago Bicudo. Em titulo de Munhoz, cap 1.° § 7.°

3—6. Clara Bicudo de Siqueira, casou com Antonio de Siqueira Garcia, irmão de Fernando Munhoz Garcia.

3—7. Maria Bicuda da Conceição, casou com Gaspar Tavares.

3—8 Violante de Siqueira, casou com Domingos Fragoso, natural de Pindamonhangava, onde falleceu com testamento a 28 de Agosto de 1726 (sendo primeira vez casada com Maria Ramos), filho de Gaspar de Campos Fragoso e de sua mulher Isabel de Freitas (Ouv. de S. Paulo, testamento de Domingos Fragoso). E teve só dois filhos.

4—1 Boaventura.

4—2 Sebastião.

§ 3°

2—3. D. Francisca Romeira Velho Cabral, casou em 1683 com João Corrêa Magalhães e Vasconcellos, natural do concelho de Tendaes da comarca de Lamego, da casa e morgado de Sifaens, filho de Lourenço da Silva e de sua mulher Beatriz Corrêa; das principaes familias de Lamego. Neto pela parte paterna da casa e senhor do morgado de Sifaens, do qual era senhor Manoel de Vasconcellos Pereira: (*Isto não leva aquella ordem com que costumava escrever o A. por ser accrescentamentos e emendas). E pela materna neto de Pedro Fernandes Ruivo, e de sua mulher Leonor Corrêa. O referido consta da justificação que fizeram em Tendaes pelos annos de 1684 os dois irmãos ditos João Corrêa de Magalhães e Pedro da Fonseca Magalhães Maldonado; e foi Juiz da Inquisição Francisco de Resende, e escrivão Domingos de Resende Rego, tabellião do judicial e notas do concelho de Tendaes. Acha-se este instrumento registrado na camara de S. Vicente, no livro de registros que principia em 1684, e acaba em 1702 a fl. 31, no qual se mostra a qualificada nobreza d'estes dois irmãos por seus paes e avós paternos e maternos. E teve seis filhos naturaes de Pindamonhangava.

2—1. O Padre Lourenço de Magalhães.

2—2. Antonio da Fonseca.

3—3. José da Silva Magalhães, casou com D. Escholastica Forquim, no arraial dos Forquins, irmã direita de D. Maria Forquim, que foi mulher do capitão-mór João Amaro Maciel Parente, senhor donatario da villa de Santo Antonio da conquista do rio Peroassú no sertão dos *Maracaz* da cidade da Bahia, que elle a vendeu ao coronel Manoel de Araujo de Aragão, como temos narrado em titulo de Camargos, cap. 8.° § 3.° n. 3—9. Foi D. Escholastica Forquim filha do

capitão Antonio Forquim da Luz. Em titulo de Forquins, cap. 1.º § 5.º n. 3—8.

3—4. Francisco Pereira Corrêa de Magalhães.

3—5. D. Francisca Romeira da Silva de Magalhães, casou em Pindamonhangava com Bernardo de Campos Bicudo. Em titulo de Campos, cap. 6º com sua descendencia.

3—6. D. Maria da Silva de Magalhães, casou em Pindamonhangava com o coronel Faustino Pereira da Silva, que se passou a viver nas Geraes, e se estabeleceu no seu engenho de Jesus Maria José, do Rio das Velhas abaixo, comarca do Sabará, onde falleceu a 20 de Janeiro de 1766, natural da villa de Vianna do Minho, irmão direito de Fernando Pereira de Castro, que acabou ajudante de infantaria do presidio e praça da villa de Santos, estando casado n'ella com D. Anna Tavares Cabral: sem geração. Filhos de...

E teve nascidos nas Geraes.

4—1. O Dr. de capello e desembargador Antonio Pereira da Silva, que falleceu na India.

4—2. O Dr. Salvador Pereira da Silva, que, tendo acabado de juiz de fóra em Penella, antes de se lhe tirar residencia do lugar foi despachado para ouvidor geral e corregedor da comarca de S. Paulo, em cuja camara tomou posse em Setembro de 1765 e reside até agora Novembro de 1771.

4—3. O padre Pedro Pereira da Silva, clerigo de S. Pedro, formado em Coimbra, vigario da Roça Grande.

4—4. Fernando Pereira da Silva, capitão da cavallaria auxiliar de Villa Rica. Solteiro.

4—5. Felix Pereira da Silva, tenente da companhia da nobreza auxiliar da villa do Caeté, casou com...

4—6. João Pereira da Silva, solteiro.

4—7. Fructuoso Pereira da Silva, falleceu solteiro.

4—8. D. Maria Pereira Maldonado, casou no sobredito

engenho de seu pai com Francisco Ferreira Velho, natural da Ilha Terceira, que foi alferes pago do presidio da Bahia, cidadão de Villa Rica, onde foi juiz ordinario. Existe em 1771 na sua fazenda do mesmo sitio de Jesus Maria José. E teve oito filhos.

5—1. D. Victoria Pereira de Magalhães, nasceu em Villa Rica e casou em a freguezia da Roça Grande com Manoel Gomes Pereira Jardim, natural da freguezia de Raposo.

5—2. D. Anna Pereira da Silva, nasceu em Villa Rica, solteira, em 1771.

5—3. D. Antonia Maria de Jesus. Recolhida no convento das Macaúbas.

5—4. D. Joanna Pereira da Silva, casou na freguezia da Roça Grande com Alexandre Pereira Montes (1).

5—5. Francisco Ferreira, solteiro.

5—6. Filippe Ferreira da Silva, solteiro.

5—7. Marianno Ferreira da Silva, segue o real serviço em praça de dragão.

5—8. Manoel Antonio Ferreira da Silva, segue estudos.

4—9. Francisca Pereira Maldonado, casou com Bento Barbosa da Silva, natural do Rio de Janeiro.

4—10. D. Ignacia Pereira da Silva, casou com José Martins de Araujo. E teve oito filhos nascidos em Paracatú.

5—1. João Martins de Araujo.

5—2. Antonio Martins de Araujo.

5—3. Salvador.

5—4. José.

5—5. D.....casada com Antonio Machado da Fonseca Velho, sobrinho direito de Francisco Ferreira Velho, acima n. 4—8: excellente grammatico.

(1) Os n. 5—4 a 5—8, nascidos na Roça Grande.

4—11. D. Thomazia .....Solteira.
4—12. D. Theresa Maria de Jesus...Solteira.
4—13. D. Marianna.....Solteira.
4—14. D. Joanna.....Solteira.

§ 4°

2—4. D. Helena do Prado Cabral, casou em Pindamonhangava com Pedro da Fonseca Magalhães, irmão direito de João Corrêa Magalhães do § 3°. E teve

3—1. Pedro da Fonseca Magalhães, que casou em S. Paulo com D.....de Serqueira Leite.

3—2. D. Francisca Romeira Velho Cabral, casou duas vezes; primeira com Manoel Pereira de Castro e Silva natural de Vianna, irmão do coronel Faustino Pereira da Silva retro no § 3°; segunda vez casou com o coronel Hyeronimo Pedroso de Barros, natural de S. Paulo : em titulo de Mesquitas, cap.... § 11.

§ 5°

2—5. Isabel Bicudo, casou com Domingos de Sousa.

§ 6.°

2—6. Frei Seraphino de Santa Rosa, franciscano (chamado Braz no seculo) da provincia da Conceição do Rio de Janeiro, o qual foi provincial e visitador geral, e acabou definidor actual da mesma provincia, e falleceu no convento do Rio, onde o seu grande nome será sempre saudosamente lembrado.

§ 7°

2—7. Antonio Bicudo de Brito, foi sargento-mór nas Minas-Geraes, e casou com Marianna de Camargo. Em titulo de Camargos.

§ 8°

2—8. Manoel da Costa Leme, foi desempenho glorioso de seus nobres ascendentes pelas moraes virtudes de que se ornou. Teve um respeito igual aos seus grandes merecimentos,e sempre o primeiro voto nas materias da republica, tanto na villa de Taibaté, como depois na de Pindamonhangava, que elle foi o que, com grandes cabedaes, concorreu para esta erecção, e obteve da real clemencia do Sr. D. João o 5° a approvação, sem embargo de se ter acclamado a dita villa sem ordem sua, e só por ambição do desembargador João Saraiva de Carvalho, segundo ouvidor geral e corregedor de S. Paulo, que recebeu bons mil cruzados para acclamar villa o lugar e capella de Pindamonhangava, onde a maior parte da nobreza de Taibaté e S. Paulo se achava estabelecida; sendo n'aquelle tempo o dito Manoel da Costa Leme o mais potentado e venerado de todos. Casou na matriz de S. Paulo a 13 de Abril de 1693, com D. Maria Domingues,filha de João Paes Domingues e de sua mulher D. Custodia Dias. Em titulo de Betim, cap.... E teve dois filhos

3—1. João Paes Domingues, casou em Taibaté a 20 de Janeiro de 1725 com Isabel Pedroso, filha do padre Felix Sanches Barreto e de sua mulher (antes de sacerdote) .....Pedroso, natural de S. Paulo : em titulo de Prados, cap. 1° § 8° n. 3—2 a n. 4—1, e seg.

3—2. D. Francisca Romeira Velho,casou com Antonio da Cunha Portes d'El-Rei, tenente-coronel das ordenanças de Pindamonhangava e Taibaté. Em titulo de Portes d'El-Rei, cap....

CAPITULO VI

Gaspar Velho Cabral, sabendo avaliar a honra que têm os vassallos, que sem soldo se empregam no real serviço,

foi um dos paulistas, que teve o merecimento de ir a conquista dos barbaros indios do sertão da Bahia no soccorro que sahiu de S. Paulo em 1671, sendo governador d'esta leva Estevão Ribeiro Baião Parente, como narramos em titulo de Camargos, cap. 8° § 3° n. 3—9. Na Bahia falleceu Gaspar Velho Cabral, solteiro.

CAPITULO VII

Lourenço Velho Cabral, natural de Mogy. Parece que casou com Maria dos Reis Freire, natural de Guaratinguetá, de cujo matrimonio foi filho, natural de dito Guaratinguetá.

§ 2º

Lourenço Velho Cabral, que casou na Atibaya com Marianna de Camargo, filha de Sebastião Preto Cubas e de sua mulher Leonor Domingues de Camargo naturaes de S. Paulo, de cujo matrimonio nasceu na Conceição dos Guarulhos

3—1. O padre João Velho Cabral, que se habilitou de *genere* em 1729 (Camara episcopal de S. Paulo).

CAPITULO VIII

1—8. Anna Cabral, casou na matriz de S. Paulo a 11 de Novembro de 1638 com Domingos Luiz Leme, filho de Antonio Lourenço e de Marianna de Chaves: em titulo de Carvoeiros, cap. 1° § 1º. Este Domingos Luiz Leme se estabeleceu em Guaratinguetá, de cuja villa foi elle um dos seus fundadores e povoadores. N'esta villa falleceu Domingos Luiz a 19 de Abril de 1674 com testamento estando casado segunda vez com Leocadia de Vasconcellos. E teve do primeiro matrimonio sete filhos. (Orph. de Guaratinguetá, inv. letra D. n. 4, o de Domingos Luiz Leme).

Anna Cabral.... § 1.° (*)

(*) Não tem mais no titulo original onde foi accrescentado depois este cap. 8°.

MESQUITAS

(* Este titulo foi escripto por outra letra e emendado pela do A. E não deve ser um titulo separado, mas sim comprehender-se no de Barros, pois que, não procreando mais que uma filha Domingos Rodrigues Mesquita, e casando-se esta com Pedro Vaz de Barros, deve seguir-se a successão d'este no dito titulo de Barros: além de que este de Mesquitas ficou imperfeito, etc.)

O nobre appellido de Mesquita teve origem em Domingos Rodrigues de Mesquita, natural da Torre de Moncorvo, de d'onde veiu para S. Paulo, filho de Jorge Rodrigues, e de sua mulher Beatriz Fernandes de Mesquita. Casou na matriz de S. Paulo aos 20 de Janeiro de 1636, com D. Maria Leite, estando viuva do seu primeiro marido Diniz Cardoso, e foi irmã inteira de Fernando Dias Paes, governador das minas das Esmeraldas. Em titulo de Lemes, cap. 5° §. E teve de seu matrimonio uma filha unica:

D. Maria Leite de Mesquita.

CAPITULO § unico

D. Maria Leite de Mesquita, foi casada com Pedro Vaz de Barros, natural de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 22 de Março de 1695, filho de Antonio Pedroso de Barros e de sua mulher Maria Pires: em titulo de Barros Pedrosos, cap. 2°. (Vide este cavalheiro Pedro Vaz de Barros na *Vida do Padre Belchior de Pontes*, cap. 22 pag. 126 quem foi). Do matrimonio de D. Maria Leite de Mesquita nasceram em S. Paulo, 16 filhos:

D. Beatriz de Barros..... § 1°
D. Luzia Leme..... § 2°
D. Isabel Paes..... § 3°
D. Lucrecia Leme..... § 4°
D. Maria Pires..... § 5°

D. Maria Leite Pedroso..... § 6°
Domingos Rodrigues..... § 7°
Antonio Pedroso de Barros.. § 8°
João Leite de Barros..... § 9°
Valentim Pedroso de Barros. § 10
Hyeronimo Pedroso de Barros. § 11
José de Barros..... § 12, casou com **Anna de Campos**: em titulo de Campos, cap. 8° § 5°
Pedro Vaz de Barros..... § 13, casou com **Gertrudes de Arruda**. Em titulo de Arrudas, cap. 2° § 5° **Com geração.**
Francisco..... § 14
Manoel Pedroso de Barros... § 15 solteiro.
O padre Euzebio Pedroso de Barros..... § 16

§ 1°

2—1. D. Beatriz de Barros, foi casada com Manoel Corrêa Penteado. Em titulo de Penteados, cap. 4°, com sua descendencia.

§ 2°

2—2. D. Luzia Leme de Barros, foi casada com **Paschoal** Leite Penteado. Em titulo de Penteados, cap 5°, com sua descendencia.

§ 3°

2—3. D. Isabel Paes, que foi casada com João Corrêa Penteado. Em titulo de Penteados, cap. 6°, com sua descendencia.

§ 4°

2—4. D. Lucrecia Leme, que foi casada com José Corrêa Penteado. Em titulo de Penteados, cap. 7.°

§ 5°

2—5. D. Maria Pires, que na matriz de S. Paulo aos 26 de Janeiro de 1698 foi casada com Rodrigo Bicudo Chassim. Em titulo de Chassim, cap. 3°, com sua descendencia.

§ 6º

2—6. D. Maria Leite Pedroso, que na matriz de S. Paulo em 2 de Março de 1705 casou com Gaspar Corrêa Leite, filho de Paschoal Leite de Miranda e de sua mulher D. Anna Ribeira. Em titulo de Mirandas, cap. 3º § 3º.

§ 7º

2—7. Domingos Rodrigues.....

§ 8º

2—8. Antonio Pedroso de Barros, casou com D. Anna Ribeiro Leite. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 6º n. 3—2. Com geração: teve filha unica

3—1. D. Potencia Leite Sabuvú, que foi casada com o sargento-mór Bento de Toledo Castelhanos, irmão inteiro do padre mestre Francisco de Toledo.

§ 9º

2—9. João Leite de Barros, que na matriz de S.Paulo em o 1.º de Junho de 1697 casou com Anna Lopes Moreira, filha de Gaspar de Godoy Collaço, e de sua mulher Sebastiana Ribeiro de Moraes. Em titulo de Moraes, cap 3º § 6º com sua descendencia. Em titulo de Godoy, cap. 4º § 10.

§ 10

2—10. Valentim Pedroso de Barros, cujo nome não extinguirá o tempo emquanto durar a villa de Pitangui das Minas Geraes, por ter sido ella o theatro, em que este cavalheiro deu acreditadas mostras do seu grande valor; porque, tendo a espada na mão, com ella fez frente a um numeroso tumulto, que formou a paixão ingrata de um cunhado seu, irmão da propria mulher, e para acabarem a vida de Valentim Pedroso lhe dispararam quasi ao mesmo tempo varios bacamartes. Este desgraçado fim deixou sem

geração ao dito Valentim Pedroso, que se achava casado com D. Escholastica Forquim, filha de Antonio Forquim da Luz e de sua mulher.....Pedrosa.Em titulo de Forquim.

§ 11

2—11. Hyeronimo Pedroso de Barros, que falleceu em S. Paulo em 1759.Foi um dos cavalheiros paulistas do maior respeito e opulencia de cabedaes, que houve nas Minas Geraes. Com elle teve origem o desafio com Manoel Nunes Vianna, principio do levantamento das Minas no fim do anno de 1708. Nas mesmas Minas teve grandes estimações do conde de Assumar D. Pedro de Almeida, que as governava como governador capitão general que era da cidade de S. Paulo; porque, sendo acommettido em seu proprio palacio de residencia pelo corpo tumultuoso, que formou o partido do regulo Paschoal da Silva, se achou o dito conde general com Hyeronimo Pedroso, além de outros paulistas. da primeira nobreza de S. Paulo para o defender; e depois de castigados os soberbos e levantados regulos, morto Paschoal da Silva e arrasadas com fogo as grandes casas da sua habitação, ainda ficaram reliquias que fomentavam alguns occultos sequazes da primeira sedição. E temendo o insulto contra a vida de Hyeronimo Pedroso, como tinha o posto de coronel,lhe mandou o conde general dar uma guarda de dois sargentos pagos, que sempre o acompanhavam sahindo á rua, fazendo-lhe costas os seus escravos mulatos, que os trazia armados, contra qualquer violento assalto. Falleceu na cidade de S. Paulo em 1759. Foi casado duas vezes; a primeira com D. Anna Peres Moreira irmã de Julio Cesar, de Ignacio Xavier Cesar, e outros; filha de Diogo Gonçalves Moreira e Catharina de Miranda. Segunda vez casou nas Minas-Geraes com D. Francisca Romeira Velho Cabral (estando viuva e muito

rica de seu primeiro marido Manoel Pereira de Castro e Silva, natural de Vianna, irmã do coronel Faustino Pereira da Silva) filha de Pedro da Fonseca Magalhães Maldonado, irmão de João Corrêa Magalhães, e de sua mulher D. Helena do Prado Cabral : em titulo de Costas Cabraes, cap. 5.° § 4.°. E no § 3.° se vê a qualidade dos ditos dois irmãos Magalhães.

E do 1.° matrimonio teve seis filhos.

3—1. D. Gertrudes.....casou com José Manoel.

3—2. D. Catharina de Miranda.

PENTEADOS

A nobre familia de Penteados teve origem em S. Paulo em Francisco Rodrigues Penteado, natural de Pernambuco, para onde veio ser morador seu pai Manoel Corrêa com casa, sahindo de Lisboa, e em Pernambuco se estabeleceu com negocio grande. E tendo este filho Francisco Rodrigues Penteado, e já bem instruido em partes liberaes; sendo excellente e com muito mimo na de tanger viola, e destro na arte da musica; seu pai o mandou a Lisboa sobre dependencia de uma herança que alli tinha: o filho porém, vendo-se em uma côrte das mais nobres da Europa e com prendas para conciliar estimações, cuidou só no estrago, que fez do cabedal, que recebeu, consumindo em bom tratamento e amizades. Reflectindo depois, que não estava nos termos de dar satisfação da commissão com que passára de Pernambuco a Lisboa, embarcou na frota do Rio de Janeiro com Salvador Corrêa de Sá e Benavides em 1648, o qual tendo de passar a Angola, como passou para a restaurar dos hollandezes, o deixou na cidade do Rio muito recommendado pelo interesse de lhe instruir nos instrumentos musicos a suas filhas, e ao filho mais velho Martim Corrêa com quem estava unido pela igualdade dos annos. Do Rio de Janeiro, pela demora em Angola do dito Salvador Corrêa de Sá, que ficou feito general d'aquelle reino, passou para a villa de Santos Francisco Rodrigues Penteado; e já d'esta villa subia para S. Paulo contratado para casar com uma sobrinha de Fernando Dias Paes, que foi quem o ajustou para este contrato. Em S. Paulo casou Francisco Rodrigues Penteado com D. Clara de Miranda, que era filha de Antonio Rodrigues de Miranda, nobre cidadão de S. Paulo, natural de Lamego (irmão direito de Manoel Vieira, conego da Sé de Lamego, chamado de alcunha o Al-

mondega, e de Diogo de Madureira, que foi escrivão da relação da cidade do Porto; e todos foram sobrinhos de D. Clara de Miranda, mulher de Diogo Perdigão da Costa. (Em titulo de Mirandas, como temos escripto), e de sua mulher D. Potencia Leite, a qual era irmã inteira de D. Maria Leite, mãi do reverendo Dr. João Leite da Silva, e do governador Fernão Dias Paes Leme, de quem é neto o commendador Pedro Dias Paes Leme (* Expôem todos os titulos d'este): e foi filha D. Potencia Leite de Paschoal Leite Furtado, natural da ilha de Santa Maria: em titulo de Prados, cap. 1º.

Francisco Rodrigues Penteado com sua mulher D. Clara de Miranda fez o seu estabelecimento em fazenda de cultura no termo da villa de Parnahyba. Falleceu dito Penteado com testamento a 13 de Novembro de 1673, e sua mulher D. Clara de Miranda falleceu com testamento a 5 de Julho de 1682 (Cartorio de orph. de Parnahyba, inv. n. 242, o de Francisco Rodrigues Penteado, e n. 310, o de D. Clara de Miranda.) E deixou sete filhos naturaes de S. Paulo.

Francisco Rodrigues Penteado.....Cap. 1.º
Antonio Rodrigues Penteado.....Cap. 2.º
D. Andreza... falleceu solteira.....Cap. 3.º
Manoel Corrêa Penteado.....Cap. 4.º
Paschoal Leite Penteado.....Cap. 5.º
João Corrêa Penteado.....Cap. 6.º
José Corrêa Penteado.....Cap. 7.º

CAPITULO 1.º

1—1. Francisco Rodrigues Penteado, nobre e venerando cidadão de S. Paulo, tendo passado ás Minas Geraes nos primeiros annos depois de descobertas e estabelecidas, se recolheu com grosso cabedal de ouro em pó, que o

fundiu na real casa dos quintos de S. Paulo. Passou-se a ser morador na sua grande fazenda de cultura no sitio de Araçariguama: n'ella fundou a capella, com grandeza, de Nossa Senhora da Piedade, que, como tutelar d'aquella fazenda, ficou ella tomando-lhe o nome, com o qual é e será aquelle sitio sempre recommendavel. Esta igreja foi ornada de capella-mór e cruzeiro com dois altares collateraes: é toda forrada, e os altares com retabulo de excellente talha (por artifices de profissão vindos do reino) todos dourados. N'elles estão collocadas devotissimas imagens de vulto (*O A. estende-se muito;e porisso eu n'este § diminuo aquellas cousas que não são essenciaes.) Emquanto durou a vida do fundador havia annualmente festa da mesma Senhora,que durava um oitavario de missas cantadas com tres distinctas festividades, em que havia sermão, conduzindo-se para ellas a musica da cidade em distancia de onze leguas, e sendo convidadas varias pessoas de autoridade que faziam uma côrte d'aquella opulenta fazenda, na qual em todos os dias reinava a profusão e bom gosto. Completava-se o oitavario com um anniversario pelas almas do purgatorio com officio de 9 lições, musica a canto de orgão, sermão etc. No regresso para a cidade eram conduzidos os hospedes com a mesma grandeza de tratamento, sendo além d'isso brindados com presentes de toucinho e mais pertences de grandes capados, por fórma de viatico para o caminho.

No presente tempo serve esta memoria para maior magoa, porque depois que falleceu o filho o conego Lourenço Leite Penteado, que ficou com administração d'esta capella, e substituindo-lhe o irmão o sargento-mór João Leite Penteado, que logo falleceu, veiu do Cuyabá para a mesma administração o filho, o sargento-mór Francisco Xavier de Salles, que tambem logo falleceu, ficou

a dita capella sem protector zeloso para tratar d'ella (* Nos annos de 1785 e 1792 em que na ida e volta para o Cuyabá me hospedei n'aquella fazenda, de que estava de posse D. Ignacia Buena de Brito do § 2° infra, e depois de sua morte a sua filha D. Maria Custodia por ausencia do irmão Francisco de Salles (porque o outro já era fallecido em Villa Bella, dizia-se missa na mesma capella; e, supposto que as casas da vivenda e hospedarias estavam muito damnificadas pelo tempo, comtudo respirava alli ainda um ar de grandeza, que accusava a do tempo preterito).

Foi Francisco Rodrigues Penteado cheio de moraes virtudes: criou-se abundante, viveu abundantissimo, e soube fazer instruir a todos os filhos nos estudos da grammatica, philosophia e theologia nas aulas dos jesuitas de S. Paulo á custa de muitas despezas. Foi casado com sua prima direita D. Anna Ribeira, filha de Paschoal Leite de Miranda e de sua mulher D. Anna Ribeira. Em titulo de Mirandas, cap. 1° § 1°, e em titulo de Freitas, cap. 2° § 2°. Falleceu dito Penteado na sua fazenda da Piedade em 1746 com testamento; (Cartorio ecclesiastico, maço 1° letra F.) e conduzido o cadaver para a cidade, jaz sepultado na capella da Ordem Terceira do Carmo, da qual tinha sido prior. Sua mulher D. Anna Ribeira sobreviveu muitos annos; e tendo-se passado a viver em S. Paulo em companhia de seu filho o conego Lourenço Leite, falleceu e jaz sepultada na mesma capella da Ordem Terceira, de que fôra priora. E teve quatro filhos naturaes de S. Paulo.

§ 1°

2—1. Lourenço Leite Penteado, tomou o capello de mestre em artes no collegio dos jesuitas de S. Paulo: foi

creado conego pelo primeiro bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira em 1746 no mez de Dezembro, em que este prelado chegou a S. Paulo, e falleceu o mesmo em Novembro de 1758 (* Parece-me haver engano n'esta data): foi o conego Lourenço Leite eleito em cabido em vigario capitular do bispado, que exerceu todo o tempo de Sé vacante com grande aceitação, e falleceu no anno de 1752.

§ 2°

2—2. José Manoel Leite Penteado, tomou o capello de mestre em artes no collegio dos jesuitas de S. Paulo e foi presbytero de S. Pedro. Passou para as minas do Cuyabá, e depois se estabeleceu com numerosa escravatura nas do Mato-Grosso. Gozou sempre de um respeito igual ao seu merecimento, porque foi affavel, cortez, benigno, e muito zeloso dos pobres, e do real serviço, pelo qual não duvidou executar uma acção não só de credito, mas tambem de igual perigo e grossa despeza.

Achava-se o inimigo castelhano no anno de 1762 occupando já com mil e duzentas armas de soldados de tropas regladas do Perú e Buenos-Ayres, e grande corpo de indios, uma fortaleza constituida com grossa estacada na parte opposta da margem do rio Guaporé abaixo da barra do Rio Baures com artilheria grossa, e por commandante d'ella D. Alonço Verdugo. Esta fortaleza impedia totalmente o passo e curso das barcas (em Mato-Grosso chamam igarités a uns pequenos botes, que servem para a navegação d'estes rios, por onde tambem andam botes grandes, vindos nas monções do Pará) que deviam dar o soccorro de gente e de mantimentos ao nosso governador e capitão-general D. Antonio Rolim de Moura, depois conde de Azambuja, que apenas se achava com cem homens. Este fidalgo se achava muito

abaixo da fortaleza na barra do rio Mamoré, destituido totalmente de toda a esperança de ser soccorrido, por se achar cercado de incultos sertões, cortados de pantanaes atoladiços, que ainda não tinham sido penetrados dos sertanistas paulistas. Esta certeza fazia infallivel o triumpho ao castelhano para d'alli passar a conquistar a Villa Bella (* Eu vou contando o que é prolixo n'esta narração). Constando o aperto em que se achava o dito general, formou o padre José Manoel Leite um corpo de armas dos seus familiares e escravos, e unindo a si alguns parentes, como João Raposo da Fonseca filho do capitão-mór José de Góes e Moraes: em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 3º n. 3—1 (* E' João Raposo da Fonseca Góes capitão-mór da Villa Bella desde o anno de 1788, e existe com grande estabelecimento de lavras e engenho. Peles serviços que fez n'esse anno de 1763 lhe fez o conde mercê em nome de S. Magestade da mercê do habito de Christo, que não se tem verificado por não ter tido quem n'esta côrte lhe cuidasse n'isso), Sebastião Pinheiro Raposo, filho natural do brigadeiro Antonio de Almeida Lara; em titulo de Taques, cap. 3º § 6º n. 3—1 a n. 4—2., Bento Dias Botelho, natural da villa de Itú, filho de Paschoal de Arruda Botelho; em titulo de Arrudas. (* Este Bento Dias falleceu em Mato-Grosso capitão-mór de Villa Bella, casado), e o soccorro de 30 homens armados debaixo do commandante d'elles Domingos Moreira, enviados do Cuyabá em 1763 á sua custa pelo capitão José Paes Falcão; em titulo de Taques, cap. 3º § 4º n. 3—4 a n. 4—4 (* Este grande soccorro do capitão José Paes consta de documentos que se acham em meu poder, pertencentes aos filhos o sargento-mór José Paes Falcão das Neves, e o capitão Salvador Paes Falcão; o primeiro dos quaes fez outro semelhante, porém maior serviço no anno de 1766, apresentando-se á sua custa, e sem premio nem estipendio algum com 40 homens armados na

fortaleza da Conceição, hoje chamada do Principe da Beira, nas margens do Guaporé, distante mais de 200 leguas do Cuyabá, na qual residiu no serviço militar com toda a sua gente pelo espaço de dois annos tres mezes e dezesete dias, que principiaram em 29 de Maio de 1766,e findaram em 15 de Setembro de 1768, com grande despeza e perca de jornaes de 23 escravos, que entravam no numero dos 40 soldados; tudo em tempo que governava as capitanias de Mato-Grosso e Cuyabá João Pedro da Camara, sobrinho direito do conde de Azambuja, a quem succedeu no governo. E em contemplação a este grande serviço lhe fez mercê no real nome Luiz Pinto de Sousa Coutinho hoje secretario de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra de um habito de Christo com 30$000 de tença a 24 de Janeiro de 1769, por ter succedido no governo proximamente, da qual mercê agora n'este anno de 1794 estou encarregado de requerer a confirmação);emprehendeu e conseguiu o dito padre José Manoel Leite soccorrer ao general Moura, para cuja facção de tanto credito e utilidade, como depois mostrou o successo,se animou a navegar o rio Guaporé (* O A. escreve Vaporé) contra a força da artilheria do inimigo, que varejava da fortaleza o impedir o soccorro das barcas e canôas, e venceu difficuldades imponderaveis aos olhos dos que tinham conhecimento da natureza d'aquelles impedimentos. Este foi o total soccorro, com que se achou o general Moura, e constava só de homens armados, sem mais disciplina, que o ardor de baterem ao desigual poder do inimigo. O padre José Manoel foi o mestre de campo d'esta importantissima conducta, que comprehendia 40 escravos seus, armados de espingardas, cujos jornaes não duvidou perder nem arriscar as suas vidas, quando elle mesmo expunha a sua e de seus parentes, com tanto ardor e despeza. O estado em que se achava o general Moura,

antes de lhe chegar o inesperado soccorro do padre José Manoel e seus parentes, consta da carta que escreveu com data de 3 de Outubro de 1763, que damos fielmente copiada, em titulo de Taques, já referido (* Alli não está copiada esta carta, talvez por esquecimento: acha-se em meu poder a original, assim como a certidão ou appellação que passou o conde de Azambuja, e outras muitas cartas, cujas cópias pela maior parte estão avulsas n'este titulo de Penteados do A.) D'ella consta tambem o § seguinte, que por indicar alguma parte do que fica dito o damos por cópia :

« Muito certo estou no seu affecto, e no cuidado em que haviam de pôr a Vm. as primeiras noticias que d'aqui foram: eu lhe agradeço todas as rogativas e deprecações, que fez a este respeito,e bem se vê que o patrocinio de Nossa Senhora da Conceição e do Senhor S. José (* O capitão José Paes Falcão era um extraordinario devoto de S.José,em cuja honra fundou uma igreja no seu estabelecimento de Cocaes e dispendeu grossas sommas nas suas festividades até a sua morte em avançada idade), e Santo Antonio é que nos valeu porque o poder do inimigo era muito desproporcionado ao nosso, quando nós nos achavamos apenas com cem armas de fogo, tinham elles algumas mil e duzentas com muitas peças de artilheria, sendo muita parte da gente de dentro do Perú e Buenos-Ayres. A vista d'isto parece que só o conservar-nos aqui era grande temeridade: mas Nossa Senhora da Conceição nos deu tal constancia, que com estes poucos os perseguimos,e lhes matamos em varios encontros bastante gente, e lhe conquistamos a aldêa de S. Miguel, de d'onde entre outras muitas cousas, temos tirado 800 cabeças de gado vaccum e 80 pouco mais ou menos de gado cavallar, muitos porcos, muitas gallinhas; e ainda que a estacada de Itunámás se não levou, fugiram os castelhanos d'aquelle

ataque tão aterrados e abatidos, que, quando chegou o tratado das pazes, estiveram por tudo o que nós quizemos.»

Nas minas de Mato-Grosso falleceu o padre José Manoel Leite Penteado a 20 de Setembro de 1768, deixando um sentimento geral áquelles moradores que o respeitavam como columna de toda a protecção. Na sua casa tinha hospital para curar aos pobres enfermos das carneiradas chamadas sesões malignas; e liberalmente dispendia todos os annos grosso cabedal no curativo e sustento dos enfermos pobres, que a sua grande caridade amorosamente recolhia; e por isso não deixou ouro em pó, e sómente a sua fabrica de minerar. E importaram os seus bens por inventario em 17,400 oitavas de ouro (que n'aquelle tempo valia 1$500 cada oitava) as quaes fazem a reaes 26:100$000. E ordenou no seu testamento, que tres mil cruzados se empregassem em escravos no Rio de Janeiro para trabalharem no engenho de assucar, cujos rendimentos seriam para o patrimonio da sua capella de Nossa Senhora do Pillar, que elle havia fundado.

§ 3°

2—3. Francisco Xavier de Salles, tendo tomado o capello de mestre em artes, como seus irmãos, e sendo excellente estudante, não quiz seguir o estado sacerdotal, nem o de casado. Passou para as minas do Cuyabá, onde tendo occasiões repetidas para adquirir grande cabedal, nenhum lhe chegava a satisfazer o animo, que passou a ser prodigo com desperdicio. N'aquellas minas se fez amado e respeitado geralmente dos naturaes e estranhos. Teve sempre o primeiro voto em todas as assembléas da republica; e foi sargento-mór do regimento, que alli creou Rodrigo Cesar de Menezes passando a estas minas por ordem régia no anno de 1726, em

que estava governador e capitão general de S. Paulo, de d'onde sahiu deixando em seu lugar governador interino ao paulista o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca; e no transito que fez para o porto de Araraytg.ª foi hospedado na casa da piedade de Francisco Rodrigues Penteado, que o demorou, banqueteando-o tres dias com toda a sua comitiva, que era numerosa pelos muitos paulistas e europêos, que por obsequio o iam acompanhando até o dito porto, onde embarcou para o Cuyabá no dia 16 de Julho do mesmo anno de 1726. Com a morte do conego Lourenço Leite sahiu de Cuyabá para S. Paulo Francisco Xavier de Salles, para tomar conta da casa e capella de Nossa Senhora da Piedade; porém durou tão pouco tempo, que só serviu a sua vinda para fazer mais sentida a sua morte aos parentes de S. Paulo, e falleceu em 1759 solteiro.

§ 4° ultimo

2—4. João Leite Penteado, foi o mimo dos pais que nunca lhe consentiram sahisse da sua companhia. Foi nobre cidadão de S. Paulo e da sua comarca, sargento-mór dos auxiliares do regimento d'ella (que havia vagado por morte do sargento-mór Manoel Carvalho da Silva e Aguiar), por patente do general Cesar datada em S. Paulo a 25 de Junho de 1726, (Archivo da camar. de S. Paulo, livro de registro, titulo 1721, pag. 196). Foi juiz ordinario de S. Paulo no anno de 1755, e falleceu no de 1756, estando casado com D. Ignacia Bueno de Brito, natural de Parnahyba, filha do capitão João Bicudo do Brito: em titulo de Bicudos, n. 1 cap. 1° § 4° e seg. E deixou tres filhos de tenros annos.

3—1. Francisco de Salles de Brito.

3—2. José Manoel Leite.

3—3. D. Maria Custodia Ribeira Leite.

CAPITULO 2º

1—2. Antonio Rodrigues Penteado, estabeleceu-se na villa de Sorocaba, onde teve sempre as redeas do governo da republica; e alli foi casado com D. Maria de Lara; em titulo de Taques Pompêos, cap. 3.º § 4.º n. 3—5. Com sua descendencia.

CAPITULO 3º

1—3. D. Andreza Leite, falleceu solteira.

CAPITULO 4º

1—4. Manoel Corrêa Penteado, passou ás Minas-Geraes, e recolheu-se abundante, conservando-se sempre na sua grande fazenda do sitio de Araçariguama do termo da villa de Parnahyba, onde occupou os honrosos cargos da republica, gozando de um respeito igual ao merecimento em que soube ser attendido e venerado. Foi casado com D. Beatriz de Barros. Em titulo de Mesquitas, cap. 1.º. Falleceu Manoel Corrêa Penteado com testamento a 18 de Março de 1745, declarando a sua naturalidade a cidade de S. Paulo, e seus paes. (Cart.de orph. de Parnahyba,inv. n. 652). E teve seis filhos.

§ 1º

2—1. Anna Pires, casou com Antonio Dias da Silva, filha do capitão João Dias da Silva. Em titulo de Pires, cap. 6.º § 4.º n. 3—4. E tem geração.

§ 2º

2—2. Maria Dias de Barros, foi casada na Penha com

Francisco Gonçalves de Oliveira, natural da villa de Vianna do Minho, o qual depois casou com a filha de José de Almeida Lara. Falleceu Maria Dias em 1734 (Parnahyba, inv. n. 585). E teve seis filhos.

3—1. Francisco Xavier de Oliveira.

3—2. José.

3—3. Ignacio.

3—4. Antonio.

3—5. Maria Dias Leite, casou primeira vez com Manoel Dias Ferraz, segunda vez com... Lara Betimk.

3—6. Maria Leite, casada com Ignacio Barbosa de Araujo, natural de Parnahyba.

§ 3°

2—3. Maria Leite da Escada, foi casada com André de S. Payo. Em titulo de Arrudas, n. 3.° cap.3°.: com sua geração. Falleceu Maria Leite em 1727 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 550).

§ 4°

2—4. O padre José de Barros, do habito de S. Pedro, falleceu nas minas de Mato-Grosso, testando um grande cabedal, que o repartiu em legados pios, deixando a cada sobrinho quatro mil cruzados, e por seu testamenteiro para o cumprimento do testamento a Calisto do Rego de S. Payo.

§ 5°

2—5. Fernão Paes de Barros, nobre cidadão da republica de Parnahyba, onde falleceu estando casado com D. Angela de Cerqueira Leite, filha de D. Maria de Cerqueira; em titulo de Moreiras, n. 1° cap. 4° § 1° n. 3—1 a n. 4—3. n. 5—4: com geração em Mirandas. cap .3.° § 4.. n. 3—3.

§ 6°

2—6. Manoel Corrêa de Barros, casado com sua parenta Maria de Campos, filha de Manoel Ferraz de Campos. Em titulo de Campos, cap. 11 § 2° Com geração.

CAPITULO 5°

1—5. Paschoal Leite Penteado, foi nobre cidadão de S. Paulo, e da villa de Parnahyba, casado com D. Luzia Leme de Barros; em titulo de Mesquitas, cap. 2°. E teve oito filhos. Falleceu com testamento a 10 de Dezembro de 1707. Residuo da provedoria de S. Paulo, testamento de Paschoal (Leite Penteado, e Orph. de S. Paulo, inv. letra P. maço 1° n. 57.)

§ 1°

2—1. Pedro Vaz Justiniano, falleceu em Mato-Grosso; e foi casado com Isabel de Arruda, filha de Pedro Dias Leite; em titulo de Arrudas, n. 1° cap. 1.° § 8.° Com geração.

§ 2°

2—2. Francisco Leite Penteado, morador em Cuyabá, solteiro em 1763, em Mato-grosso.

§ 3°

2—3. Manoel Leite, falleceu solteiro em Mato-Grosso.

§ 4°

2—4. José Corrêa Penteado, falleceu solteiro em Cuyabá.

§ 5°

2—5. Antonio Leite Penteado, falleceu solteiro na cidade de S. Paulo.

§ 6°

2—6. D. Maria Pires de Barros, existe em 1769 no estado de viuva de seu marido Francisco Barbosa de Lima, natural e nobre cidadão de S. Paulo, filho do sargento-mór pago Francisco Barbosa de Lima e de D. Isabel Gonçalves Moreira sua mulher. Em titulo de Moreiras, n. 1° cap. 4° § 1° n. 3—1 a n. 4—6. E teve nascidos em S. Paulo cinco filhos.

3—1. O reverendo Ignacio Xavier Moreira Penteado, parocho recommendavel da freguezia de S. João da Atibaya, hoje villa em 1770, onde tendo sido conservado muitos annos, teve successor com a morte do Exm. bispo D. Frei Antonio da Madre de Deus Galvão; porém, ficando com o governo do bispado em 1769 o reverendo arcediago Matheus Lourenço de Carvalho, fez logo restituir aquella saudosa igreja, ou povo d'ella ao reverendo Dr. Ignacio Xavier Moreira, que foi recebido dos seus já antigos freguezes com o alvoroço, que lhes dictava o amor, o respeito e a veneração. (* Eu o vi com saude em S. Paulo em 1793).

3—2. Cosme Gonçalves Moreira, solteiro.

3—3. D. Luzia Leme de Barros, casou com Salvador Corrêa de Lemos, filho do capitão-mór governador Antonio Corrêa de Lemos. Em titulo de Quadros, cap. 4° § 1° n. 3—6. E teve.....

3—4. D. Theresa Pires de Barros, solteira.

3—5. D. Isabel Gonçalves Moreira, mulher de José de Oliveira Bernardes, natural da villa de Parnahyba, filho do capitão Raphael de Oliveira, senhor da fazenda de Senanduva, natural de Jundiahy, e de Barbara Garcia sua mulher, natural de Parnahyba.

§ 7°

2—7. D. Maria Leite de Mesquita, solteira em 1763, mo-

radora da freguezia da Acutia. Falleceu avançada em annos a 22 de Outubro de 1773, e jaz no Carmo de S. Paulo.

§ 8º ultimo

2—8. D. Clara de Miranda, foi casada com Antonio Corrêa de Lemos, filho do capitão-mór governador Antonio Corrêa de Lemos; em titulo de Quadros, cap. 4º § 1º n. 3—2. E teve cinco filhos naturaes de Parnahyba.

3—1. O padre Paschoal Corrêa Leite, vigario da praça de S. Luiz de Guatemim.

3—2. João Corrêa de Lemos, existe solteiro no Cuyabá.

3—3. José Corrêa de Lemos, solteiro, morador na fazenda de Senanduva em 1770.

3—4. Francisco Corrêa, falleceu solteiro na villa de Parnahyba.

3—5. D. Maria Xavier, mulher do capitão José Galvão de França. Em titulo de Mirandas, cap. 3º § 3 n. 3—3 a n. 4—1.

CAPITULO 6º

1—6. João Corrêa Penteado, nobre cidadão de S. Paulo, foi casado com D. Isabel Paes de Barros; em titulo de Mesquitas, cap. 3º. E teve seis filhos naturaes de S. Paulo.

§ 1º

2—1. Pedro, que vôou para o céo em tenros annos.

§ 2º

2—2. Francisco Rodrigues Penteado, nobre cidadão de

de Betimk cap. 7º § 2º n. 3—1; ou em titulo de Pires, cap. 3º § 1º n. 3—1.

3—2. Mathias de Madureira Calheiros.

3—3. Francisco Rodrigues Penteado,(* Ordenou-se de presbytero ha muitos annos na cidade de Buenos-Ayres, e tem sido vigario, e existia em S. Paulo em 1793).

3—4. João Corrêa Penteado.

3—5. Antonio Pires Penteado.

3—6. Ignacio.

3—7. Manoel Joaquim Leite Penteado. (* Depois de ter seguido os estudos em S. Paulo, foi para Mato-Grosso a arrecadar uma herança pertencente a sua avó materna por fallecimento de seu filho Gregorio de Madureira Calheiros; e existia em 1792 em Villa Bella).

3—8. Lourenço.

3- 9. José.

3—10. Bento.

3—11. Bernardino.

3—12. Joaquim.

3—13. Luiz Pedroso de Barros.

§ 3º

2—3. Antonio Rodrigues Penteado, existe em 1769 no estado de viuvo de sua mulher D. Rosa Maria da Luz do Prado, filha do capitão-mór governador Antonio Corrêa de Lemos; em titulo de Quadros, cap. 4º § 1º n. 3—10. E teve doze filhos

3—1. João Corrêa de Lemos Penteado.

3—2. Francisco Xavier Leite, casou em S. Paulo com D. Isabel..... filha de Francisco Corrêa Guedes, e de D. Maria Pinto do Rego, natural de Santos.

3—3. Lourenço Penteado, solteiro.

3—4. Manoel Rodrigues Penteado, solteiro.

3—5. José Rodrigues Penteado, casou em Juquiry com Filippa da Silva, filha de João Bueno da Silva, nobre cidadão.

3—6. D. Maria Leite Penteado, casada com Pedro Ferraz Pacheco, natural de Itú, filho do capitão-mór Manoel de Sampaio Pacheco; em titulo de Arrudas.

3—7. D. Isabel Paes, casada com Manoel Rodrigues Fam, natural da Parnahyba, filha de Manoel Rodrigues Fam, natural de Portugal.

3—8. D. Barbara..... casada com Ignacio de Camargo, filha de Thomaz Lopes de Camargo, e de..... da Costa sua mulher. Em Camargos, cap. 1° §....n. 3—

3—9. D. Anna..... casada com José de Camargo, filho de Thomaz Lopes de Camargo o mesmo do n. 3—8 açima.

3—10. D. Rosa..... casada em Parnahyba com Antonio..,.....

3—11. D. Maria Leite de Mesquita, casou na Parnahyba com Lucas.....

3—12. D. Maria..... casou na Parnahyba com Estevão Franco, natural de S. Paulo.

§ 4°

2—4. Caetano, falleceu menino.

§ 5°

2—5. D. Maria Leite de Barros, falleceu em 1772, viuva de seu marido João Corrêa de Lemos, filho do capitão-mór governador Antonio Corrêa de Lemos; em titulo de Quadros, cap. 4° § 1° n. 3—2. E teve

3—1. Antonino Corrêa de Lemos Leite, capitão-mór da villa de Parnahyba, onde tomou posse no anno de 1761,

casado com D. Marianna Paes, irmã do reverendo Ignacio Paes de Oliveira. Em titulo de Lemos, cap. 5° §....

3—2. Francisco Corrêa de Lemos, nobre cidadão de S. Paulo, que foi juiz ordinario em 1763 e 1767, morador na sua fazenda de Cutahúna do rio Carapucuhyba, e rio Riete; está casado com D. Maria Leite da Fonseca, filha do coronel Hyeronimo Pedroso de Barros, e de sua mulher D. Francisca Romeira Velho Cabral, natural de Taibaté. Em titulo de Costas Cabraes, cap. 5° § 3° e seg. E teve nascidos em S. Paulo doze filhos

4—1. D. Josepha.
4—2. D. Maria.
4—3. D. Anna.
4—4. D. Thereza.
4—5. D. Isabel.
4—6. D. Escholastica.
4—7. D. Thomazia.
4—8. D. Gertrudes.
4—9. D. Maria.
4—10. D. Francisca.
4—11. Vicente.
4—12. Ignacio.

3—3. João Corrêa Lemos, existe solteiro em 1769.

3—4. Ignacio Corrêa de Lemos, existe casado com sua prima D. Isabel Paes de Barros, natural de Parnahyba, filha de João da Rocha do Canto, e de Agueda Xavier de Barros do § 6° abaixo.

3—5. Lourenço Corrêa de Lemos, existe solteiro.

3—6. D. Joanna Xavier de Barros, foi casada com Gregorio Dias Paes, natural das minas de Guarapiranga, filho de Bernardo de Chaves Cabral, e de D. Maria Garcia, irmã direita do guarda-mór Maximiano de Oliveira Leite, professo da Ordem de Christo. Em titulo de Lemes, cap. 5° §.... E teve uma filha que casou na Parnahyba.

3—7. D. Thereza Corrêa de Lemos, casou com Manoel de Chaves Cabral, irmão direito de Gregorio Dias Paes, acima n. 3—6; é morador em Minas-Geraes.

§ 6º ultimo

2—6. D. Agueda Xavier de Barros, casou com João da Rocha do Canto, natural de Parnahyba e seu nobre cidadão, filho de Domingos da Rocha do Canto, e de sua mulher Maria de Lima, natural de Parnahyba, e o dito Rocha Canto, sobrinho de Antonio da Rocha do Canto, o primeiro que procreou na Parnahyba a familia dos seus appellidos Rochas Cantos, e era natural da freguezia de S. Bartholomeu de S. Gens, conselho de Monte-Longo da comarca de Guimarães, filho de João Lopes de Oliveira e de sua mulher Maria da Rocha do Canto; e o dito Antonio da Rocha foi irmão dos Roehas Cantos, da villa de Santos. E teve

3—1. D. Isabel Paes de Barros, existe casada com seu primo Ignacio Corrêa de Lemos, filho de D. Maria Leite de Barros do § 5º d'este cap. 6º

3—2. D.....mulher que foi de Braz Rodrigues da Guerra, filho do capitão Francisco Rodrigues da Guerra; em titulo de Guerras, cap.....

3—3. D.....está casada com João Ferreira dos Santos, natural de Minas-Geraes.

CAPITULO 7º ultimo

1—7. José Corrêa Penteado, natural da villa de Parnahyba, casou com D. Lucrecia Leme de Barros; em titulo de Mesquitas, cap. 4º. Estabeleceu-se no termo da villa de Parnahyba, de cujo republica repetidas vezes occupou os seus honrosos cargos. Falleceu com testamento a 20 de Setembro de 1739 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 622). E D. Lu-

crecia Leme falleceu com testamento a 29 de Dezembro de 1742 (Parnahyba, inv. n. 644). E teve seis filhos naturaes de Parnahyba.

§ 1º

2—1. Pedro Vaz, falleceu solteiro.

§ 2º

2—2. Francisco Rodrigues Penteado, Dr. em artes, casou na Villa Boa de Goyazes, onde existe morador, com D..... filha do capitão-mór Bartholomeu Bueno da Silva: em titulo de Lemes, cap..

§ 3º

2—3. Manoel Dias Penteado, falleceu em Mato-Grosso, solteiro.

§ 4º

2—4. D. Anna Ribeira de Barros, foi casada com Manoel Ferraz de Campos; em titulo de Campos, cap. 11 § 2º. E teve quatro filhos.

3—1. José de Campos, falleceu solteiro.

3—2. Theodosio de Campos, falleceu em Mato-Grosso de morphéa.

3—3. D. Maria de Campos, casou com seu tio Manoel Corrêa de Barros. Em titulo de Campos, cap. 11.

3—4. D. Isabel de Campos, casou com Manoel de Góes de Andrade, filho de João de Brito de Andrade e de Isabel de Andrade, sua mulher.

§ 5º

2—5. Paschoal Leite Penteado, foi casado com..... .....filha de Antonio Soares Paes e de sua primeira mulher. E teve tres filhos

3—1. José.

3—2. Luiz.

3—3. Antonio.

§ 6º ultimo

2—6. José Corrêa Leme, foi casado com Maria Garcia Borba, filha de Antonio Garcia Borba.

ALVARENGAS MONTEIROS

A nobre familia de Alvarengas Monteiros, da capitania de S. Paulo, teve por progenitor a Antonio Rodrigues de Alvarenga natural da cidade de Lamego, legitimos Alvarengas d'aquella comarca, filho de Balthazar de Alvarenga, e de Mecia Monteiro, fidalgos conhecidos de cota de armas, como abaixo fazemos menção. Este Antonio Rodrigues de Alvarenga foi um dos povoadores nobres da villa de S. Vicente de donde veio já casado para S. Paulo proprietario do officio de tabellião do judicial e notas, por mercê do donatario e senhor da capitania de S. Vicente Martim Affonso de Sousa, fundador do dita villa pelos annos de 1531 até 1534, em que se recolheu ao reino deixando a villa de S. Vicente nobremente povoada. Alli casou dito Alvarenga com D. Anna Ribeira natural da cidade do Porto (irmã direita de Cicilia Ribeira: em titulo de Quadros ; de Leonor Pedrosa : em titulo de Moraes Antas, cap. 1.º de Pantaleão Pedroso: em titulo de Moraes Antas, cap. 3.º) filha de Estevão Ribeiro Bayão Parente, natural da cidade de Béja, e de Magdalena Fernandes Feijó de Madureira, da cidade do Porto, de d'onde veio este casal com filhos e filhas povoar a Villa de S. Vicente, o que temos já mostrado em titulo de Quadros. Em S. Paulo se estabeleceu Antonio Rodrigues de Alvarenga e como pessoa tão principal, foi da governança da terra com grande estimação e veneração pela qualidade de sua nobreza. Falleceu com testamento a 14 de Setembro de 1614 ; e sua mulher tambem com testamento a 23 de Outubro de 1647. (Orph. de S. Paulo maço 2.º de Inv. let. A. n. 3, o de Antonio Rodrigues de Alvarenga. Cart. 1.º de Notas de S. Paulo, maço de Inv. antigos, o de Anna Ribeira)

e foi sepultada na capella-mór da igreja do Carmo em jazigo proprio, no qual se havia enterrado seu filho o sargento-mór da comarca Antonio Pedroso de Alvarenga.

Entre os descendentes d'este Antonio Rodrigues de Alvarenga que nos claustros de Nossa Senhora do Carmo, S. Bento, e S. Francisco se fizeram recommendaveis pelos pulpitos, cadeiras, e prelazias, não foi de pequeno nome o padre mestre frei Luiz dos Anjos, carmelita da provincia do Rio de Janeiro,o qual para desabusar alguns incredulos de S. Paulo, da grande nobreza e pureza de sangue de seu bisavô Antonio Rodrigues de Alvarenga,e para confundir a maledicencia d'aquelles cujo odio occulto fazia produzir vozes contra o seu nobre sangue, passou a Lisboa, onde pediu o brasão de armas pertencente á sua familia. E porque este documento não é da natureza de muitos brasões de armas, passados pelo rei de armas do reino sem muita despesa nem exame,como sabemos se pratica no presente tempo, em que um villão ruim, conhecido por tal, vendo-se favorecido dos bens fortuna, se constitue nobre, e fidalgo antigo de cotta de armas; e basta só v. g., ter o appellido de Castro para tirar o brazão das armas dos illustres Castros, damos aqui a copia d'elle para verdadeiro conhecimento da nobreza de Antonio Rodrigues de Alvarenga extrahido do registro do archivo da camara de S. Paulo, livro, titulo 1675,pag.97v. E tambem se acha registrado na camara da villa da Ilha Grande Angra dos Reis em Agosto de 1702, e na camara de Pindamonhangaba, e outras. (* A copia já escrevi no titulo de Chassins, pag. 3.)

Do matrimonio de Antonio Rodrigues de Alvarenga, e de D. Anna Ribeira nasceram em S. Paulo dez filhos.

D. Maria Pedrosa.....Cap. 1°
Ignez Monteiro.....Cap. 2°

Francisco de Alvarenga.....Cap. 3°
Luiz Monteiro.. .....Cap. 4°
Estevão Ribeiro de Alvarenga.....Cap. 5°
Anna de Alvarenga.....Cap. 6°
Antonio Pedroso de Alvarenga.....Cap. 7°
Fr. Bento da Trindade, carmelita....Cap. 8°
Thomazia de Alvarenga.....Cap. 9°
Maria Rodrigues de Alvarenga.....Cap. 10

CAPITULOS 1° E 2°

a 1—1. D. Maria Pedroso, foi casada cómo capitão Sebastião de Freitas, fidalgo cavalleiro, cuja nobre qualidade, naturalidade, sua passagem para o Brasil no serviço d'el-rei em 1591, em que chegou a Bahia. Seus empregos em S. Paulo, seu fallecimento e descendencia tratamos em titulo de Freitas.

b. 1—2. Ignez Monteiro, chamada a Matrona pelo merecimento de suas acções, grandeza do tratamento da sua casa, e capella de Santa Ignez : foi casada com o capitão Salvador Pires. Em titulo de Pires, com sua descendencia cap. 5.°

CAPITULO 3°

[redacted]c 1—3. Francisco de Alvarenga, foi morador da villa de Parnahyba, e capitão da gente d'ella para a reger e governar, e teve um grande respeito como pessoa tão principal, e das primeiras do governo da republica, cujos honrosos cargos occupou repetidas vezes, tendo de antes sido nobre cidadão de S. Paulo sua patria. Foi casado com Luzia Leme em S. Paulo, filha de Aleixo Leme, e sua mulher Ignez Dias. Em titulo de Lemes, livro 3.° cap. 1.°. Falleceu com testamento a 10 de Agosto de 1675, e sua mulher Luzia Leme com testamento a 16 de Outubro de 1653 (Cart. de Orph. de Parnahyba, inv. 250, e n. 83). E teve dez filhos naturaes de S. Paulo.

2—1. Anna Ribeira..... § 1°
2—2. Francisca Leme..... § 2°
2—3. Luzia Leme de Alvarenga..... § 3°
2—4. Fr. Bento da Trindade..... § 4°
2—5. Antonio Pedroso de Alvarenga... § 5°
2—6. Aleixo Leme de Alvarenga..... § 6°
2—7. Sebastião Leme Ribeiro..... § 7°
2—8. Maria Leme de Alvarenga..... § 8°
2—9. Thomazia Ribeira..... § 9°
2—10. Ignez Dias de Alvarenga..... § 10

§ 1°

2—1. Anna Ribeira, casou na matriz de S. Paulo a 11 de Outubro de 1632, com João Bicudo de Brito, filho de Antonio Bicudo e de Maria de Brito sua mulher, todos naturaes de S. Paulo. Em titulo de Bicudos, n. 1° cap. 1° § 3° E teve naturaes de S. Paulo, cinco filhos.

3—1. Antonio Bicudo de Brito.
3—2. Manoel Bicudo de Brito.
3—3. Thomazia de Almeida.
3—4. Sebastião Bicudo de Brito.
3—5. Maria Bicudo de Brito.

3—1. Antonio Bicudo de Brito, casou em Parnahyba a 31 de Janeiro de 1667, com D. Maria de Lima, filha do capitão-mór Guilherme Pompêo de Almeida; foi capitão da villa de Parnahyba, e uma das pessoas do maior respeito d'ella, que occupou sempre os cargos honrosos da sua republica: n'ella falleceu com testamento a 11 de Janeiro de 1687, sem geração. Em titulo de Taques, cap 2° § 2°.

3—2. Manoel Bicudo de Brito, natural de Parnahyba, como consta do seu testamento com que falleceu na dita villa a 29 de Janeiro de 1718 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 501): foi nobre cidadão d'esta villa: casou duas vezes; primeira com Thomazia de Almeida, que alli falleceu em 1717 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 501). E teve onze filhos:

segunda vez casou com Maria Cordeiro de Almada, sem geração. Do 1° matrimonio são os onze filhos os seguintes.

4—1. Miguel Bicudo de Brito, casou.....

4—2. João Bicudo de Brito, casou com Margarida Bicudo, e falleceu em Itú a 19 de Dezembro de 1709 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 455). E teve dois filhos. Em titulo de Campos, cap. 11 § 4.°

5—1. Pedro.

5—2. José.

4—3. José Bicudo de Brito, capitão-mór da villa de Parnahyba, falleceu com testamento a 14 de Setembro de 1753; e foi casado com D. Sebastiana da Silva, sem geração. Instituiu herdeiro de sua fazenda a Nossa Senhora do Carmo, collocada na matriz da Parnahyba;além dos dinheiros que já tinha dado em sua vida para patrimonio da festa annual da Senhora que se executa com salvas, etc.

4—4. Antonio Bicudo de Brito, foi casado com Ignacia de Almeida a qual falleceu com testamento a 29 de Setembro de 1713. (Orph. de Parnahyba,inv. n. 468). E teve quatro filhos.

5—1. Maria.

5—2. Thomazia.

5—3. Anna.

5—4. Escholastica.

4—5. Luzia Bicudo.

4—6. Fernão Bicudo de Brito.

4—7. Francisco Bicudo de Brito, falleceu com testamento a 8 de Junho de 1709; foi casado com Maria de Almeida. (Orph. de Parnahyba, inv. n. 459). E teve tres filhos.

5—1. João Bicudo de Brito.

5—2. Maria Bicudo.

5—3. Anna Ribeira, mulher do capitão Francisco Jorge da Silva.

4—8. Anna Ribeira, foi casada com o capitão Francisco Pires de Camargo. Em titulo de Pires, cap. 6° § 8°, e melhor em titulo de Camargos, cap. 2° § 3° n. 3—3.

4—9. Maria Bicudo, casou com o capitão Francisco Preto.

4—10. Isabel Bicudo de Brito,

4—11. Thomazia de Almeida.

3—3. Thomazia de Almeida. (filha do § 1°) Foi casada com Francisco Vieira Velho. Ella falleceu em Parnahyba a 15 de Julho de 1726 (Orph. de Parnahyba, inv. n. 541) E teve naturaes de Parnahyba dois filhos.

4—1. José Velho Bicudo.

4—2. Isabel,

3—4. Sebastião Bicudo de Brito.

3—5. Maria Bicudo, foi mulher de Paulo de Proença Abreu, natural da villa de Santos. Em titulo de Proenças Abreus, de Parnahyba com sua descendencia.

§ 2°

2—2. Francisca Leme de Alvarenga (pag. 294); foi casada com Domingos Bicudo de Brito, filho de..... Em titulo de Bicudos, n. 1 cap. 1° § 7°, com geração.

§ 3°

2—3. Luzia Leme de Alvarenga, se foi casada, ou falleceu solteira, não descobrimos documento, porém em 1675, em que falleceu seu pai Francisco de Alvarenga estava ainda solteira.

§ 4°

2—4. Frei Bento da Trindade, foi religioso carmelita

na provincia do Rio de Janeiro, como consta dos testamentos de seus pais retro indicados.

§ 4°

2—5. Antonio Pedroso de Alvarenga, casou com Maria de Brito, filha de Antonio Bicudo de Brito. Em titulo de Bicudos, n. 1 cap. 1° § 3°. E teve 3—1. D. Isabel de Brito, mulher de João Tavares de Miranda; em titulo de Cerqueiras, cap. 8° § 3°, com geração.

§ 6°

2—6. Aleixo Leme de Alvarenga, natural de Parnahyba, foi casado com Anna de Proença, natural de Parnahyba, onde falleceu elle com testamento a 17 de Janeiro de 1675. (Orph. de Parnahyba, inv. n. 513). E teve filha unica.

3—1. Luiza Leme.

E teve mais dito Aleixo Leme, em Parnahyba cinco filhos bastardos mamalucos, João Leme, João Pedroso, Domingos Leme, Maria Ribeira mulher de Francisco Peres, Paula Leme.

§ 7°

2—7. Sebastião Leme Ribeiro, casou com D. Marianna de Miranda. Em titulo de Mirandas, cap. 11, com sua descendencia.

§ 8°

2—8. Maria Leme de Alvarenga, natural de S. Paulo, onde casou a 19 de Abril de 1635, com Antonio Bicudo de Brito. Em titulo de Bicudos, n. 1 cap. 1° § 5°, o qual falleceu em Itú em 1662, e sua mulher já era fallecida na Parnahyba com testamento a 14 de Janeiro de 1654. (Orph. de Parnahyba, inv. n. 118, e n. 171). E teve dez filhos que foram.

3—1. Antonio, falleceu solteiro.

3—2. João, falleceu solteiro.

3—3. Bento Bicudo de Alvarenga, foi de morada para Itú, onde casou e falleceu.

3—4. Maria de Brito.

3—5. Maria Leme de Brito, casou com Gonçalo Simões Chassim. Em titulo de Chassins.

3—6. Thomazia.

3—7. Anna Bicudo.

3—8. Maria Bicudo.

3—9. Paschoal Bicudo.

3—10. Luzia Leme Bicudo, falleceu solteira ; deixou testamento a 21 de Agosto de 1653. (Parnahyba, inv. n. 53).

§ 9.°

2—9. Thomazia Ribeira, (filha do cap. 3° pag 294) foi casada com Francisco Bicudo de Brito. Em titulo de Bicudos, n. 1 cap. 1° § 6°, o qual falleceu a 12 de Março de 1654. (Orph. de Parnahyba, inv. n. .) E teve seis filhos naturaes de S. Paulo.

3—1. Anna Ribeira, foi casada com Manoel da Costa Cabral, nobre cidadão de S. Paulo. Em titulo de Costas Cabraes, cap. 1° com sua descendencia.

3—2. Francisco Bicudo de Brito, falleceu em Taubaté com testamento a 8 de Dezembro de 1693, casado com Isabel Cabral de Quevedo. (Orph. de Taubaté inv. F. n. 7 do maço 1). E teve dois filhos.

4—1. Miguel.

4—2. Francisco.

3—3. Maria Leme Bicudo, mulher de Cornelio da Rocha, que era estrangeiro, e que falleceu em Taubaté, com testamento a 6 de Agosto de 1699, filho de Arthur Corte Bello e de sua mulher Magdalena Masuela. (Orph. de Taubaté, inv. C. n. 18). E teve nove filhos. Em titulo de Lemes.

4—1. Antonio da Rocha Leme, nasceu em Parnahyba a 3 de Maio de 1667,casou. Em titulo de Lemes,cap. 1° § 7° n. 3—5.

4—2. Francisco da Rocha, casou.

4—3. Arthur da Rocha, casou na familia dos Vieiras Maias, cap. 7º § 4º.

4—4. Cornelio da Rocha, nasceu em Parnahyba a 6 de Outubro de 1676.

4—5. Manoel da Rocha.

4—6. Thomazia Ribeira, casou com Antonio de Góes: ella nasceu em Parnahyba a 22 de Novembro de 1665.

4—7. Anna da Rocha, casou com Sebastião de Freitas Cardoso. Em titulo de Toledos, cap. 3º § .....

4—8. Maria da Rocha.

4—9. Isabel da Rocha.

3—4. Luzia Leme, falleceu solteira menina.

3—5. Francisca, falleceu solteira.

3—6. Maria Ribeira, mulher de Manoel Antunes Barbosa, moradores de Taubaté.

§ 10 ultimo

2—10. Ignez Dias de Alvarenga,(filha do cap.3 pag. 294) falleceu em Parnahyba, com testamento a 3 de Março de 1642, estando casada com Antonio Corrêa da Silva (que depois casou segunda vez com Andreza Dias, sem geração) natural da cidade de Lisboa, que falleceu em Parnahyba, com testamento a 24 de Julho de 1672, filho de Pedro Corrêa, e de sua mulher Guiomar da Silva. (Parnahyba, inv. n. 32 e n. 228). E teve naturaes de Parnahyba oito filhos.

3—1. Francisco Corrêa de Alvarenga.

3—2. Pedro Corrêa de Alvarenga, foi casado com Benta Dias de Proença. Em titulo de Fernandes Povoadores, cap. 7º § 4°; com geração.

3—3. Luzia Leme.
3—4. Antonio Corrêa de Alvarenga.
3—5. Matheus Corrêa Leme.
3—6. João Corrêa.
3—7. Manoel de Chaves de Alvarenga.
3—8. Estevão Corrêa Ribeiro.

CAPITULO 4º

1—2. Luiz Monteiro, nobre cidadão de S. Paulo; foi casado com Merencia Vaz natural da capitania do Espirito-Santo, donde veio com seu irmão Gaspar Vaz Guedes, que foi marido de Francisca Cardoso, filhos de Antonio Vaz Guedes, natural de Mezamfrio, e de Margarida Corrêa. Em titulo de Guedes. Merencia Vaz falleceu em Santos em 1666 aos 19 de Julho, e foi seputtada no collegio dos jesuitas, por não estar a matriz nova ainda acabada (livro de obitos a fl. 16). Em S. Paulo falleceu Luiz Monteiro com testamento em 1609. (Orph. de S. Paulo, L... Inv. maço 1.º n. 24). E teve filho unico.

§ unico.

2—». Antonio Monteiro de Alvarenga: falleceu em Santos a 19 de Julho de 1666, sepultado no collegio (obitos fl. 77). Foi nobre cidadão de S. Paulo, em cuja matriz casou a 17 de Julho de 1639, com Violante de Siqueira filha de Antonio Alves Couceiro, e de sua mulher Maria Ramires (a qual fizeram os antigos ser natural de Portugal de d'onde viéra com seu pai Gonçalo Vaz Pinto, sahindo da Bahia com o governador geral D. Francisco de Sousa, que chegou a S. Paulo em 1599; porém isto foi engano, porque quando Gonçalo Vaz Pinto veio, era viuvo, e trouxe só o filho Francisco Pinto;e elle falleceu em Santos com testamento a 19 de Agosto de 1680).E o dito Couceiro,

foi natural de Portugal, irmão de Francisco Borjes, marido de Hilaria, Rodrigues, e falleceu em S. Paulo com testamento a 12 de Setembro de 1641 (Orph. de S. Paulo, maço 3º de inv. letra A. n. 4.º). Este Antonio Monteiro se estabeleceu na villa de Mogy das Cruzes. E teve sete filhos que são os que descobrimos por documentos, e ignoramos se foram mais.

3—1. Antonio Pedroso de Alvarenga Pinto
3—2. Luiz Monteiro de Alvarenga
3—3. Anna Pedroso de Alvarenga
3—4. Maria Pinto de Alvarenga
3—5. Isabel de Siqueira
3—6. Maria Ramires
3—7. Iguez Monteiro

3—1. Antonio Pedroso de Alvarenga Pinto, natural de Mogy das Cruzes, onde casou a 29 de Setembro de 1671 com Maria do Rosario de Torres, natural da mesma villa onde falleceu com testamento a 10 de Dezembro de 1731 (Orph. de Mogy, inv. letra M. n. 11); filha de André Gonçalves de Freitas, e de sua mulher Maria da Luz. Esta Maria da Luz é descendente de Lazaro de Tôrres, um dos primeiros povoadores de S. Paulo, e já em 1604 estava casado com Maria de Macedo (era irmã de Francisco Ramalho senhor da aldêa de Guanga. chamado por alcunho o Tamárútaca, que falleceu em 1718, e no inventário feito dos bens de Francisco Ramalho consta que Lazaro de Torres era seu cunhado, casado com sua irmã Maria de Macedo) de cujo matrimonio foi filha Margarida de Torres, que na matriz de S. Paulo casou a 16 de Agosto de 1634 com Sebastião Fernandes Preto, filho de Sebastião Fernandes Preto. Francisco Ramalho e sua irmã Maria de Macedo mulher de Lazaro de Torres, foram netos de João Ramalho, o progenitor de muitas familias de S. Paulo que foi o fundador da povoação de S. André da Borda do Campo, que se acclamou

villa em 8 de Abril de 1553, sendo então o dito Ramalho guarda-mór, e alcaide-mór do campo, e tinha o foro de cavalleiro,(Archivo da camara de S. Paulo,livro 1.° de registros da villa S. André fls e fls. Este João Ramalho veio de Portugal (era natural de Barcellos comarca de Vizeu) na campanhia de Martim Affonso de Sousa no fim do anno de 1530, que como governador das terras da costa do Brasil por carta do Sr. rei D. João 3.° datada na villa do Crato a 20 de Novembro de 1530 (Cart. da prov. da Fazenda livro de reg. de sesmarias, titulo 1554 pg. 42 e pg. 103) fundou a villa de S. Vicente que foi cabeça de capitania de 100 legoas da qual foi senhor donatario por mercê do mesmo rei passada em Evora a 20 de Janeiro de 1535 (Arch. da camara de S. Paulo, livro de registros, titulo 1620, pag. 45 e seg.); e o dito Ramalho foi pai de Joanna Ramalho mulher de Jorge Ferreira, que tinha o foro de cavalleiro fidalgo, e sendo povoador e morador de S. Vicente foi d'esta capitania capitão-mór governador, e ouvidor pelos annos de 15[illegible]6 por mercê do donatario Martim Affonso de Sousa. (Cart. prov. da Fazenda, livro de sesmarias, titulo 1554 79, 1.° 1562 pag. 17). Para ser a povoação de S. André acclamada em villa, fez João Ramalho a sua custa construir uma cerca, e dentro d'ella formou 4 baluartes, em que se cavalgaram peças de artilheria para varejarem contra os repetidos assaltos com que o gentio *Tamoyo* da ribeira do Rio Parahyba costumava invadir aos moradores de Santo André, até que cessaram as hostilidades, e penetravam os PP. jesuitas em Janeiro de 1554 os campos de Piratininga, e celebrou-se a primeira missa no dia 25 de Janeiro de 155[illegible]. (*Vide que n'esta ultima epocha ha erro.*) que por ser dedicada á conversão do apostolo S. Paulo ficou a terra tomando o nome d'este grande santo. A Villa de S. André da Borda do Campo

transmigrou-se para Piratininga de S. Paulo pelos annos de 1567 (*Creio que ha erro n'esta epocha de* 1567, *e deve ser* 1560.) por ordem do governador geral do Estado Mem de Sá,que vindo á S. Vicente triumphante do poder dos *Tamoyos*, e forças de Nicoláo Villagailhon, na enseada do Rio de Janeiro, lhe pediram os jesuitas do collegio d'esta villa se mudassem os moradores da de S. André para o campo de Piratininga, visto que já o cacique Teviriçá estava feito christão (na sagrada fonte ficou chamando-se Martim Affonso Teviriçá em comtemplação do donatario assim chamar-se, (e os P P. conservando boa harmonia com todos os vassalos do dito Teviriçá ; e com effeito logo se executou esta transmigração, ficando com ella sendo villa o campo de Piratininga de S. Paulo desde o anno de 1567. Do matrimonio de Antonio Pedroso de Alvarenga Pinto, e Maria do Rosario, pag. 301, nasceram na villa de Mogy seis filhos.

4--1. Rosa Pedroso de Alvarenga.
4—2. Joaquim Podroso.
4—3. Maria Pedroso.
4—4. Ignez Pedroso.
4—5. Violante Pedroso.
4—6. Joanna Pedroso.

Nota. Deve-se examinar quem foi João de Torres de Macedo, que casou com Maria Pinto de Alvarenga,de cujo matrimonio foram filhos, naturaes de Mogy, Antonio Pinto de Alvarenga, que falleceu a 7 de Junho de 1735, casado com Maria da Cunha Corrêa (Resid. eccles. A. n. 4)—e Manoel Pinto de Alvarenga.

4—1. Rosa Pedroso de Alvarenga, falleceu com testamento no 1º de Setembro de 1750, e foi casada com Antonio Coelho de Azevedo, natural da villa de Bastos, lugar de Adaffe, freguezia de S. Miguel de Gemios (irmão direito de frei João Baptista, religioso leigo de S. Francisco da ci-

dade de Lisboa, onde falleceu adornado de letras e virtudes, deixando alguns livros que compôz com muita erudição e vastidão de noticias,entre as quaes tem muita aceitação o *Paraiso Serafico*,em tres tomos em fólio;e foi commissario da casa santa) que falleceu em 27 de Janeiro de 1735 (Orph. de Mogy, inv. letra A. n. 60-e R. n. 3). E teve sete filhos naturaes de Mogy.

5—1. Frei Domingos Coelho de Santa Rosa, carmelita que existe em 1769 (* Falleceu em 177.) no convento de S.Paulo,tendo acabado (por querer descansar além dos seus achaques) de commercio de terceiros,que exercitou muitos annos com grande zelo do bem espiritual dos seus irmãos terceiros, e igual desinteresse e fervor em utilidade do augmento e ornato da capella no estado completo, em que se acha; tinha já occupado os lugares graves da sua religião: foi prior trienal nos conventos de Mogy e Santos, visitador dos conventos de S.Paulo, Santos e Itú,e tambem difinidor da provincia do Rio de Janeiro.

5—2. José Coelho de Azevedo, casou com Maria do Rosario.

5—3. Victorta Pedroso Coelho, casou com Francisco Leme.

5—4. Anna Pedroso, casou com o capitão Manoel da Fonseca Coelho.

5—5. Maria Pedroso Coelho, casou com Bento de Araujo Ferraz.

5—6. Catharina Pedroso Coelho, casou com Antonio Rodrigues Freire. Vide Godoy

5—7. Josepha Pedroso, casou com Antonio Francisco Franco.

4—2. Joaquim Pedroso, casou em Guaratinguetá, com Archangela de tal, e foram para a Iornoca.

4—3. Maria Pedroso, casou com Miguel de Sampaio

Adorno, da villa de Santos, e falleceu no primeiro parto do qual teve filha.

5—». Anna Pedroso de Alvarenga, que existe casada em Santos com João Martins: sem geração.

4—4. Ignez Pedroso, casou com Manoel Carvalho da Silva, do Porto, e tiveram filhos.

4—5. Violante Pedroso, casou com Antonio Garcia da Silva de Lisboa, e teve um filho unico.

4—6. Joanna Pedroso, casou com João Romeiro, natural de Jacarehy, filho de João Angelo, estrangeiro.

3—2. Luiz Monteiro de Alvarenga (filho de Antonio Monteiro de Alvarenga do § unico retro), falleceu na villa de Mogy, com testamento a 10 de Dezembro de 1713 (Orph. de Mogy, inv. letra L. n. 1, e Residuo da ouvidor. de S. Paulo, testamento de Luiz Monteiro de Alvarenga). Foi casado duas vezes; primeira com Anna Pedroso (legitima descendente de Manoel Affonso Gaia, e de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio, natural de Penaioya. Em titulo de Affonsos Gayos, cap. 1° do n. 3.) que falleceu repentinamente na praia da Bertioga em 1687, (Obitos de Santos, fl 61) de quem teve tres filhos; casou segunda vez com Catharina de Freitas, na villa de Mogy a 20 de Fevereiro de 1689, onde falleceu com testamento a 12 de Dezembro de 1726. (Orph. de Mogy, inv. letra C. n. 1, e Residuo da ouvidoria de S. Paulo o testamento de Catharina de Freitas), filha de André Gançalves de Freitas, de quem já fallámos no n. 3—1 retro *in princ*. E teve quatro filhos do segundo matrimonio.

1° matrimonio com Anna Pedroso.

4—1. Violante de Siqueira, mulher de Manoel Pinto.

4—2. Catharina de Sampaio.

4—3. Diogo Adorno de Sampaio, que se suppoem casou na villa de Mogy das Cruzes.

2° matrimonio com Catharina de Freitas.

4—4. João Monteiro.

4—5. Maria Monteiro, foi casada com Bento Ferreira de Queiroz.

4—6. Antonio Monteiro.

4—7. Timotheo.

3—3. Anna Pedroso de Alvarenga, pag. 301, casou em Mogy a 13 de Outubro de 1670, com Francisco Martins. filho de Domingos Martins de Sousa, e de sua mulher Maria de Gouvêa. (Livro 1º titulo 1670 dos casamentos de Mogy das Cruzes).

3—4. Maria Pinto de Alvarenga, casou em Mogy a 17 de Setembro de 1673, com João de Torres, filho de Lasaro de Torres, e de sua mulher Maria de Macedo.

3—5. Isabel de Siqueira, falleceu na villa de Mogy com testamento a 25 de Agosto de 1709, e foi casada com Nuno de Góes Moniz, natural da capitania do Espirito-Santo como consta do testamento e inv. de sua mulher Isabel de Siqueira. (Orph. de Mogy, inv. letra I. n. 20, e Residuo da ouvidoria de S. Paulo, testamento de Isabel de Siqueira. E teve seis filhos.

4—1. Mathias de Góes.
4—2. Leandro de Góes.
4—3. Thomé de Góes.
4—4. José de Góes.
4—5. Salvador de Góes.
4—6. Margarida Vaz, casou com Luiz de Candia.

3—6. Maria Ramires (filha de Antonio Monteiro de Alvarenga, pag. 301) primeira mulher de Balthazar Pinto de Menezes, de cujo matrimonio foi filha 4— Maria Ramires, que casou com.. ... Caldeira, de cujo matrimonio foi filha 5— » Margarida Corrêa mulher do capitão João Dias Mendes, de cujo matrimonio foi filho 6 — » Marcelino Corrêa que é

pai de Marcolino Corrêa de Mattos, casado com Maria Rodrigues Froes. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 6° e seg.

3—7. Ignez Monteiro de Alvarenga, foi casada com Diogo Adorno de Sampaio, natural da villa de Santos (da nobre descendencia de Gonçalo Vaz Pinto de Sampaio) filho de João Thomé Adorno de Sampaio. Em titulo de Affonso Gaios, n. 3 cap. 1° § 1°. E tiveram.

4—1. João Corrêa de Alvarenga, natural da villa de Santos, falleceu com testamento em Guaratinguetá a 9 de Março de 1719, casado com Maria da Silva Ferreira. (Orph. de Guaratinguetá, inv. letra J. maço 1° n. 13.) E teve dois filhos. Anna e Francisca.

CAPITULO V

1—5. Estevão Ribeiro de Alvarenga, foi nobre cidadão de S. Paulo, e teve estabelecimento de grandes culturas em Juquiry: foi casado com Maria Missel, natural de S. Paulo, onde ella falleceu com testamento a 11 de Maio de 1660, filha de João Missel, que era estrangeiro e progenitor d'este appellido na capitania de S. Paulo e de sua mulher Isabel Gonçalves. (Cart. do 2° tabellião de S. Paulo, maço de inv. antigos de Maria Missel com testamento, e caderno de notas 18 de Fevereiro de 1609 n. 27 fl. 14 na escriptura de dote feito no dito dia, mez e anno, á filha Isabel Gonçalves mulher de Rodrigo Alves). E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

2—1. Isabel Ribeira de Alvarenga..... § 1°
2—2. Maria Ribeira de Alvarenga..... § 2°
2—3. Catharina Rodrigues de Alvarenga.... § 3°
2—4. Antonio Rodrigues de Alvarenga..... § 4°
2—5. João Ribeiro Baião..... § 5°
2—6. Sebastião Pedroso..... § 6°

2—1. Isabel Ribeira de Alvarenga, falleceu em S. Paulo com testamento a 4 de Outubro de 1687, tendo sido casada com Diogo Martins da Costa, natural de Evora, (filho de Belchior Martins da Costa, e de sua mulher Ignez Martins) que falleceu em S. Paulo com testamento a 23 de Abril de 1647. (Cart. de Qrph. de S. Paulo, inv. letra I. maço 2º, n. 17, letra D. maço 2º n. 11). Foram senhores do sitio e fazenda do moinho velho em Buaçava, que no anno de 1673 a vendeu Isabel Ribeira de Alvarenga a Appolonia da Costa por escriptura de 14 de Outubro do mesmo anno celebrada na nota do tabellião de S. Paulo Antonio Pardo. Tiveram para si e seus descendentes sepultura propria na igreja do Carmo de S. Paulo dentro da quadra ao pé do altar de Santo Christo, que ficava em altar collateral, junto ao arco da capella-mór, que hoje é porta, que da igreja sahe para a sachristia pela nova construcção em que ficou o templo depois de reformado, ficando toda a quadra em pavimento raso com o mesmo numero de jazigos, que de antes havia n'elle. E teve naturaes de S. Paulo dezeseis filhos.

3—1. Simão Ribeiro.
3—2. Manoel Martins da Costa.
3—3. Balthazar Martins.
3—4. Diogo Martins da Costa.
3—5. Antonio Pedroso de Alvarenga.
3—6. Estevão Ribeiro de Alvarenga.
3—7. Francisco de Alvarenga.
3—8. Bento de Alvarenga Gutorres.
3—9. Frei João da Luz.
3—10. Frei Luiz dos Anjos.
3—11. Diogo Ribeiro.
3—12. Ignez Pedroso Martins.
3—13. Maria Missel.
3—14. Isabel da Costa.
3—15. Isabel Ribeira de Alvarenga.
3—16. Anna Ribeira de Alvarenga.

3—1. Simão Ribeiro, falleceu solteiro.

3—2. Manoel Martins da Costa, casou na matriz de S. Paulo a 20 de Abril de 1644 com Isabel da Cunha (irmã direita do padre Domingos da Cunha, que foi vigario da vara em S. Paulo, de Anna da Cunha, mulher de Domingos de Oliveira Leitão, filha de Manoel da Cunha, e de Catharina Pinto sua mulher, sem geração.

3—3. Balthazar Martins, falleceu sem geração.

3—4. Diogo Martins da Costa, penetrou o sertão em tropa pelo interesse de conquistar gentios bravos, e falleceu na jornada, estando casado com Isabel Ribeira. (Orph. de S. Paulo, inv. letra D. maço 1° n. 42 nos mesmos autos de Domingos Barbosa Calheiros). E teve tres filhos.

4—1. Diogo Martins.

4—2. Mathias.

4—3. Anna Ribeira.

3—5. Antonio Pedroso de Alvarenga, foi de morada para a Ilha Grande dos Reis onde teve a grande fazenda de Mambucava, com a nobre e bem ornada capella de Nossa Senhora do Rosario. Deixou nobre geração assás conhecida n'aquella villa, onde existem os descendentes de Antonio Pedroso, tão estimados como applaudidos pela sua qualidade, e são os que actualmente servem na republica da mesma ilha.

3—6. Estevão Ribeiro de Alvarenga, casou na matriz de S. Paulo a 30 de Janeiro de 1682, com Catharina do Prado, filha de Mathias Lopes e de Catharina do Prado sua mulher. Em titulo de Prados, cap. 5° § 4° n. 3—1.

3—7. Francisco de Alvarenga, casou e teve filhos como consta nos inventarios de seus pais, e não descobrimos quem foi sua mulher, nem de que familia. Tambem ignoramos o numero dos filhos e como se chamaram, por que faltando-nos documentos que nos dêm a certeza, já se não

consegue noticia alguma, pela falta total, que ha no presente tempo de homens, ou mulheres da idade antiga.

3—8. Bento de Alvarenga Guterres, falleceu em 1670 sem geração, tendo sido casado com Maria Pacheco de Lima filha de Manoel Pacheco de Lima. (Cart. 1° de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Bento de Alvarenga Guterres.

3—9. Frei João da Luz, carmelita, da provincia do Rio de Janeiro, foi baptizado em S. Paulo a 16 de Abril de 1644. Na sua religião foi mestre lente, e occupou os lugares graves, posto que depois com o tempo póde mais a desaffeição alheia de certo prelado, que o merecimento proprio das suas grandes letras e virtudes, por seguir o destino da grande perseguição em que fluctuou seu irmão o grande Frei Luiz dos Anjos, tambem carmelita, que é o que se segue.

3—10. Frei Luiz dos Anjos, carmelita da provincia do Rio de Janeiro. Foi baptizado na matriz de S. Paulo a 28 de Abril de 1646. Na religião foi lente, e um dos matores capellos de toda a provincia, e n'ella se fez recommendavel não só pelo successo, que referimos, como pelas grandes letras e virtudes e excellencia igualmente na cadeira, como nos pulpitos. Perseguido da invejosa emulação de certo prelado provincial, que como grande tambem em letras e cabedal tinha actualmente as redeas de todo o governo da provincia, já como provincial em um trienio, já como commissario do Rvm. padre geral e reformador, e logo, successivamente como provincial em segundo trienio, cujo nome não esquecêra, saudosamente lembrado na provincia carmelitana do Rio de Janeiro. (Nós temos a honra de prender em parentesco de consanguinidade no 4° gráo mixto com o 3° e a gloria de que na sagrada fonte do baptismo em o 1° de Julho de 1714 fosse elle o ministro

d'este sacramento, executado na igreja do Carmo de S. Paulo, com faculdade do parocho Bento Curvello Maciel, sendo actualmente provincial, que então se achava em visita; e como as suas acções todas eram filhas da grandeza do seu animo e cabedaes, fez executar este acto á sua custa, com estrondo de instrumentos musicos, formada no corpo da igreja uma pia toda coberta de sedas, e a torre e janellas do dormitorio da frente da cidade com flamulas de tafetá de varias côres como galhardetes, com que se empavezam as náos nos dias festivos; e ficaram por moveis do mesmo convento para nos dias mais solemnes tremolarem nos sineiras da torre e janellas d'ella, e do dormitorio que se extinguiram com a morte do mesmo prelado pelos annos de 172.), embarcou o padre mestre frei Luiz dos Anjos para a côrte de Lisboa, onde foi estimado pela qualidade de sua nobreza achando de Lamego muitos parentes na mesma côrte. A Sra. rainha D. Maria Sofia Isabel de Neubourg, segunda mulher do Sr. rei D. Pedro II, lhe conferiu incomparaveis honras: fez gosto de ouvil-o nos pulpitos de sua capella-real pelas boas noticias, que lhe haviam dado de um excellente panegyrico, que tinha recitado no convento do Carmo de Lisboa. Foi ouvido o mestre frei Luiz dos Anjos com tanta aceitação dos grandes da côrte, que n'ella conseguiu com felicidade as dependencias, que o fizeram passar a ella. A Sra. rainha o honrou com a régia dadiva de uma cruz de ouro com a preciosa reliquia do sagrado Lenho, pendente de um cordão tambem de ouro. Ao tempo do seu regresso para o Rio de Janeiro estava acabando o trienio de provincial o mesmo prelado, que fôra a causa da sua passagem a Lisboa, e o mestre frei Luiz dos Anjos trazendo motu proprio para tomar posse de provincial, acabando o actual; depois que chegou ao Rio, se passou para o convento da Ilha-Grande a encher o tempo

que faltava para findar o trienio, e achando-se na fazenda e capella de Nossa Senhora do Rosario sitio de Mambucava de seu irmão, Antonio Pedroso de Alvarenga do n 3—5 retro, alli falleceu de repente com não pequenas suspeitas de veneno, mallogrando esta fatalidade e barbara tyrannia (se foi verdadeira a voz que então se espalhou) as bem fundadas esperanças, em que se achava toda a provincia. O seu nome até agora existe saudosamente lembrado e não occultará o segredo do tempo a memoria d'este grande varão na sua provincia carmelitana, emquanto durar na capella do Rosario de Mambucava a sagrada reliquia do S. Lenho que elle deixou para existir sempre n'aquelle templo, onde nos dizem que ainda se guarda esta reliquia na mesma cruz e cordão de ouro, com que a régia liberalidade da Sra. rainha D. Maria Sofia engrandeceu e honrou ao padre mestre frei Luiz dos Anjos.

3—11. Diogo Ribeiro, falleceu solteiro.

3—12. Ignez Pedroso Martins, falleceu com testamento em 1663 estando casada com Antonio de Azevedo Magalhães, o qual falleceu em 1680. (Orph. de S. Paulo, inv. letra A. maço 4 n. 4.) E teve dois filhos.

4—1. Isabel de Aguiar.

4—2. Mathias de Azevedo.

3—13. Maria Missel, casou duas vezes: primeira em 7 de Janeiro de 1681 com Manoel da Cunha Pinto (irmão direito do padre Domingos da Cunha) natural de S. Paulo, filho de Manoel da Cunha, natural da ilha de S. Miguel (filho de Salvador Teixeira, e de sua mulher Maria Mendes) que falleceu em S. Paulo em 1674, e de sua mulher Catharina Pinto. (Orph. de S. Paulo, inv. da letra M. maço 3 n. 21). Falleceu dito Manoel da Cunha Pinto a 29 de Novembro de 1695 (orph. de S. Paulo, inv. letra M. maço 4 n. 32) E teve filho unico.

4—». Manoel.

Casou segunda vez dita Maria Missel com Francisco Pinto Guedes Alcaforado, natural de Entre Douro e Minho, do conselho de Pena-Guião, no lugar de Sernelha, freguezia de Nossa Senhora de Sadiellos, filho de João Pereira da Fonseca Ozorio e de sua mulher Catharina Guedes. Falleceu dito Francisco Pinto Guedes com testamento a 15 de Novembro de 1701. (Orph. de S. Paulo, inv. letra F, maço 1° n. 6) E teve filho unico Antonio Pinto Guedes, que casando com D. Branca de Almeida filha do capitão-mór governador e alcaide-mór Pedro Taques de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 3°. Se extinguiu a geração na filha D. Isabel Ribeira de Alvarenga.

3—14. Isabel da Costa, casou duas vezes, primeira com Amaro Rodrigues; segunda com André de Escudeiros. Sem geração.

3—15. D. Isabel Ribeira de Alvarenga, casou duas vezes; primeira com André de Goes de Siqueira, natural da Bahia, provedor da fazenda R. da capitania de S. Vicente e S. Paulo, irmão do Dr. João de Goes de Araujo, Ouvidor da relação da Bahia etc. Sem geração. Segunda vez com Francisco Furtado natural de S. Paulo onde falleceu com testamento a 12 de Maio de 1691. Em titulo de Furtados, cap. 1.°: com geração de doze filhos que teve.

3—16. Anna Ribeira de Alvarenga (ultima filha de Isabel Ribeira do § 1.° pag. 307), foi baptizada na matriz S. Paulo a 4 de Agosto de 1647. Foi casada com Francisco da Silva que tinha sido alferes de infantaria do presidio da cidade da Bahia, natural da villa de Alemquer, filho de Francisco Luiz, e de sua mulher Maria Ribeira, e falleceu em S. Paulo a 21 de Maio de 1713; e sua mulher falleceu com testamento a 9 de Junho de 1718, e ambos foram sepultados no jazigo proprio, que tinham dentro da quadra da

igreja do Carmo ao pé do altar do Santo Christo, onde ao presente tempo.é porta da parte do Evangelho que sahe para a sachristia,ou antichoro. (Cart. de Orph. de S. Paulo, inv. letra F maço 2º n. 20: letra A, maço 5.º n. 16). E teve nove filhos nascidos em S. Paulo.

4—1. Manoel Martins Collaço
4—2. Henrique da Silva Collaço
4—3. Anna de Alvarenga
4—4. Francisco da Silva, falleceu solteiro
4—5. João Ribeiro, falleceu solteiro
4—6. Luiz Pedroso, falleceu solteiro
4—7. Maria Ribeira da Silva
4—8. Isabel Collaço
4—9. Branca da Silva

4—1. Manoel Martins Collaço, foi casado com Isabel de Almeida, da familia dos Barretos de Cabeço de Vide. Falleceu em S. Paulo em 1726, e sua mulher tambem ; e ambos com testamento no residuo eclesiastico, maço 96. E teve 9 filhos nascidos em S. Paulo.

5—1. Anna Barreto de Almeida, mulher de Ignacio Moreira de Alvarenga,mulherique foi dos Pinheiros. Em titulo de Godoy, cap. 3º § 4º n. 3—6. E teve sete filhos, o primeiro nascido em S. Paulo e os mais no arrayal de Gorapiranga em Minas Geraes.

6—1. Isabel Joanna Moreira de Almeida, casou com Luiz José Ferreira de Gouvêa coronel de Villa Rica. Sem geração.

6—2. João José Moreira, falleceu solteiro em Villa Rica.

6—3. Luiz Collaço Moreira, casou na Campanha do Rio Verde, freguezia de S. Antonio de Val de Piedade com Leonor Domingues de Camargo, natural de S. Paulo, filha de Antonio Cardoso Bicudo, e de sua mulher Maria de Camargo de Almeida.

6—4. Thomé Moreira de Godoy, casou em Val de Piedade com Mecia Ferreira de Almeida, natural de S. Paulo, filho de Antonio Cardoso Bicudo supra, e da mesma mulher.

6—5. Joanna Felicia Moreira, casou em Val de Piedade com Bartholomeu Gomes da Costa.

6—6. Manoel Luiz Moreira, casou em Val de Piedade com Rita Angelica de Toledo Taques.

6—7. Escholastica Joaquina Moreira, solteira em 1765.

5—2. Bento de Alvarenga
5—3. Francisco da Silva Collaço } falleceram em Gorapiranga.

5—4. José Moreira Collaço, casou em Gorapiranga, onde falleceu com geração de tres filhos.—João.—José.—e Isabel.

5—5. Gonçalo de Almeida Collaço, morador na villa de S. José do Rio das Mortes, onde falleceu, estando casado, e deixou filhos.

5—6. João de Almeida, estudante, falleceu solteiro.

5—7. Maria de Almeida, mulher de Manoel dos Santos.

5—8. Branca de Almeida.

5—9. Isabel de Almeida.

4—2. Henrique da Silva Collaço, falleceu com testamento a 13 de Maio de 1738 (Resid. Eccles. testamentos, letra E). Foi morador em Itaguacû, serra do Ajuba; e casou primeira vez com Maria de Siqueira da Rocha, filha de José de Camargo de Siqueira, e de sua mulher Domingas Franca (que segunda vez casou com João de Freitas Collaço). E foi neta dita Maria de Siqueira de Manoel Franco e de Maria da Rocha do Canto. (Orph. de S. Paulo, inv. letra D, maço 1° n. 46.) E teve dois filhos.

5—1. Sebastião.

5—2. Anna Ribeira, mulher de João de Oliveira Sousa.

4—3. Anna de Alvarenga, casou tres vezes: primeira com Domingos Cardoso Coutinho, excellente poeta, e autor da *Relação Panegyrica*, em oitava rima da vida e acções do governador Fernão Dias Paes, descobridor das esmeraldas no reino dos *Mapáxos*, em cujo sertão acompanhou sete annos ao dito governador Fernão Dias Paes; era natural da cidade de Lamego, filho de Simão Vaz e de sua mulher Maria Dias: e falleceu com testamento em S. Paulo a 23 de Setembro de 1683. Sem geração. (Cart. 2° de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos.) Segunda vez casou com Gaspar Sardinha, de quem teve filha unica.

5—». Catharina Sardinha.

Casou terceira vez dita Anna de Alvarenga em S. Paulo a 19 de Janeiro de 1698 com Braz Ferreira Cardoso, filho de Filippe Ferreira e de Francisca Cardoso. Sem geração.

4—4. 4—5. 4—6. Falleceram solteiros

4—7. Maria Ribeira foi casada com Joaquim Pedroso de Moraes, nobre cidadão de S. Paulo, onde occupou todos os honrosos cargos da republica, filho de João de Freitas e de Anna de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 7° n. 3—3: falleceu Maria Ribeira da Silva em S. Paulo com testamento a 16 de Maio de 1701. (Cart. de orph. inv. letra M, maço 6° n. 14, e seu marido Joaquim já era fallecido nas Geraes.) E teve onze filhos nascidos em S. Paulo.

5—1. Anna de Moraes, casou em S. Paulo a 29 de Agosto de 1700 com Duarte de Tavora Gambôa, natural de Alhos Vedros, filho de Antonio de Tavora e de sua mulher Catharina de Macedo. (Este Gambôa casou depois em Itú com Maria de Cerqueira Leme, filha de Antonio Pedroso de Oliveira e de sua mulher Maria de Almeida. Em titulo de Cerqueiras, cap. 5° § 6° n. 3—2 a n. 4—2, e se passou dito Gambôa a viver em Parnaguá.) E teve seis filhos nascidos em S. Paulo.

6—1. Antonio de Macedo, morador na Piedade.

6—2. Duarte de Tavora Gambôa, que mudou o nome em Bernardino: casou em Sergipe d'El-Rei.

6—3. Joaquim Pedroso de Moraes, morador em Parnaguá.

6—4. Thomé de Mattos Netto, morador de Guaratinguetá.

6—5. Anna, falleceu solteira.

6—6. Emerenciana, falleceu solteira.

5—2. Maria Ribeira, falleceu solteira.

5—3. Francisca de Moraes, casou com Gaspar João Barreto. Em titulo de Barbosas Limas.

5—4. José de Freitas, foi morto pelos gentios Gataguazes, solteiro.

5—5. Lourenço Collaço, foi morto em S. Paulo pela tyrannia de Valentim Pedroso.

5—6. Ignez Pedrosa,casou com Estanisláo Corrêa Ribeiro, natural de Parnahyba,e cidadão de S. Paulo, de cuja camara foi escrivão, e falleceu em Parnaguá em 1732, filho de Lourenço Corrêa Ribeiro e de sua mulher Maria Pereira de Azevedo, esta natural de Parnahyba e aquelle da villa de Itú. Neto por parte paterna de Serafino Corrêa Ribeiro, natural de Guimarães (filho de Lourenço Corrêa e de sua mulher Margarida Bernardes) e de sua mulher Isabel de Anhaya (irmã de João de Anhaya de Almeida,capitão-mór da villa de Itú), natural de S. Paulo, em cuja matriz casaram a 8 de Fevereiro de 1634, e ella era filha de Paulo de Anhaya, natural da cidade do Porto. Em titulo de Almeidas Castanhos cap. § n. E neto pela parte materna de Antonio Pereira de Azevedo,nobre cidadão de S. Paulo, de d'onde sahiu em posto de capitão da leva para a Bahia em 1647 pedida por Antonio Telles da Silva, governador geral do Estado em tres cartas, etc. (* As cópias d'ellas, e o

que passou, e premio que teve dito Antonio Pereira de Azevedo, acha-se em titulo de Almeidas Castanhos, pag. e seg. no n. 5—4). E teve onze filhos naturaes de S. Paulo.

6—1. Francisco Pedroso Navarro, nobre republicano da villa de Mogy das Cruzes, onde tem servido todos os honrosos cargos, e existe casado com D. Anna Xavier de Jesus, irmã direita do M. R. conego Faustino Xavier do Prado. Em titulo de Prados,cap. 8° § 3° n. 3—1 a n. 4—1. Com geração de quatro filhos, o padre Faustino Xaxier de Moraes, e Anna Maria do Espirito-Santo mulher de José Lopes de Oliveira. Em titulo de Cunhas Gagos,cap. 1° § 1° n. 4—6: de Isabel da Cunha Lobo e de João Lopes de Miranda;

6—2. Maria Pereira de Azevedo, casou com João Cordeiro, natural de Parnahyba. Em titulo de Cordeiros : com geração.

6—3. Francisco Xavier de Moraes, foi casado: sem geração.

6—4. Lourenço Corrêa Ribeiro, natural de Itú, existe casado em Sorocaba na familia de Forquim: com geração.

6—5. Joaquim Pedroso de Moraes, casou em Mogy das Cruzes: sem geração.

6—6. Pedro Alexandrino de Moraes, natural de Parnahyba, existe nas minas da Ribeira, casou na familia de Forquim, com geração.

6—7. Josepha Ribeira da Silva, existe em Parnaguá, casou primeira vez com Antonio Pereira da Silva, natural de Parn. Segunda com Antonio da Costa Ramos, natural de Parnaguá : com geração de ambos matrimonios.

6—8. Maria Ribeira da Silva, existe em Parnaguá, casada com Vicente de Souza Pereira: com geração.

6—9. Estanisláo.

6—10. Escholastica, falleceu solteira.

6—11. Escholastica, falleceu solteira.

5—7. Isabel Ribeira (filha do n. 4—7 retro), casou com....

5—8. Josepha de Moraes, casou duas vezes: primeira com Antonio Pereira de Azevedo, irmão inteiro de Estanisláo Corrêa Ribeiro do n. 5—6 retro: sem geração. Segunda voz com Salvador Nunes, natural de S. Sebastião, morador no Inficionado em Minas-Geraes: com geração.

5—9. João de Freitas Collaço, falleceu sem geração.

5—10. Anna de Moraes, casou com Antonio de França: sem geração.

5—11. Maria, falleceu solteira.

4—8. Isabel Collaço (filha de Anna Ribeira de Alvarenga, e Francisco da Silva do n. 3—16 retro, pag. 313), falleceu em 1688, estando casada com Jorge Lopes Ribeiro, natural de S. Paulo. (Orph. de S. Paulo, inv. letra I, maço 2° n. 27), filho de....

E teve:

5—1. Simão Ribeiro, foi casado com Catharina Guedes, irmã direita de José Pinto Guedes, natural de S. Paulo e cidadão d'ella. Em titulo de Pintos Guedes, cap. 2°: sem geração.

5—2. Isabel Collaço, foi casada com Luiz Teixeira de Azevedo, natural da cidade do Porto, freguezia de S. Nicolão, que foi ajudante das ordenanças de S. Paulo com exercicio na execução das ordens do governador e capitão-geral Rodrigo Cesar de Menezes: passou a ser morador de Paru. onde falleceu. E teve em S. Paulo sete filhos.

6—1. Rosa Teixeira, existe casada com Antonio Castanho da Silva morador e cidadão da Parnahyba: com geração. Em titulo de Laras, cap. 7° § 3° n. 3—9.

6—2. José Teixeira de Azevedo, falleceu solteiro.

6—3. Antonio Teixeira de Guimão, falleceu solteiro, em Cuyabá.

6—4. Miguel Teixeira, falleceu solteiro.

6—5. Luzia de Guimão, falleceu solteira, em Pará.

6—6. Martha Maria de Guimão, casou em Pará. com Manoel da Costa Santos, morador em Pará. com geração.

6—7. Gertrudes de Guimão, casou em Pará. com o guarda-mór José Francisco Paiva, e alli morador: com geração.

4—9. D. Branca da Silva (filha ultima do n. 3—16), foi casada com o coronel Antonio de Oliveira Leitão, natural e cidadão de S. Paulo, cuja nobre qualidade lhe revogou a sentença de forca que lhe fôra dada pela relação da Bahia, e lavrou-lhe a segunda, que teve para morrer degolado em cadafalso alto. Produzio esta sentença o crime de morte que elle executou, levado de animo precipitado e arrebatado, que lhe gerou melindres de honra antes de haver exame na offensa d'ella: assim obra o ardor da nescia desconfiança quando se deixa vencer dos primeiros impulsos da colera; e, concebendo presumpções de offensa, tirou a vida a uma filha donzella. Da imaginada culpa, e nota de impureza estava inteiramente innocente a infeliz dama, e quiz a Divina Providencia patentear-lhe a virtude então e para o futuro, permittindo, que o sangue que rubricou a parede do lugar da tyrannia (na violencia do punhal, que lhe atravessou o peito, não se apagasse com o decurso do tempo; e sendo passados muitos annos ainda se conserva com viva côr para padrão da innocencia. Arrebatou-se o pai pelos estimulos da paixão do primeiro impulso, e preso o discurso ao grilhão da imprudencia faltou o exame, e teve lugar a barbaridade. Esta foi o agente para a execução: porque, encontrando com a filha á porta da entrada de um quarto que tinha sahida para o quintal das casas, e havendo n'elle

visto tremular um lenço que a mesma filha tinha levado para se enxugar ao sol, concebeu que era senha praticada de algum occulto offensor, que lhe manchava a honra; e descendo as escadas para examinar no quintal a imaginada senha encontrou no quarto baixo com a filha, que se recolhia da diligencia de haver posto ao sol aquelle lenço a enxugar: ficou tão cego da violenta paixão, que o dominava, que, sem mais averiguação nem assenso, sacou de uma faca de ponta, que actualmente trazia na algibeira do calção, cingindo-lhe a coxa direita (indesculpavel adorno nos moradores do Brasil, assim nacionaes como europêos) e com ella lhe atravessou o peito, e cahiu morta a filha. Esta mancha pôz em odio a todos os moradores, que na comarca de Ouro-Preto respeitavam com applauso e veneração ao coronel Antonio de Oliveira Leitão, que,occupando o lugar de ouvidor-geral e corregedor da comarca, quando estando servindo de juiz ordinario mais velho da cabeça da comarca faltou d'ella o proprietario. Ainda antes d'este emprego desfructava grandes estimações por sua qualidade, liberalidade e prendas moraes,sendo muito destro no manejo da cavallaria,brandura de redeas,gentileza na figura,etc,. Nas festas executadas em S. Paulo pela acclamação de cidade no anno de 1712,foi um dos mantenedores da escaramuça a dois fios, e no jogo das sertilhas teve applausos pela excellencia das sortes, cuja acclamação subiu a todo o auge, quando de um golpe separou com a espada o pescoço de um touro. Com estas prendas, grandeza do animo e cabedal estava o coronel Leitão muito estimado em Minas-Geraes, porém tudo cahiu da estimação dos povos pelo successo referido,e offendida a republica,pela virtude das leis,não lhe livrou o respeito para que o Dr. ouvidor e corregedor da comarca com o general o conde de Assumar D. Pedro de Almeida o não fizesse remetter preso para a cidade da Bahia,

por cuja relação teve sentença contra si, que se executou cortando-se-lhe a cabeça em publico e alto cadafalso no dia 16 de Junho de 1721 (Orph. de S. Paulo, inv. letra A, maço 4 n. 10). Foi filho de Domingos de Oliveira Leitão, natural de Santos, que falleceu em S. Paulo com testamento a 23 de Novembro de 1691, e de sua mulher Anna da Cunha, irmã direita do R. Domingos da Cunha, de quem fallámos no n. 3—1 d'este parrafo, e por seu pai foi o dito coronel Leitão legitimo descendente de Antonio de Oliveira, que veio a S. Vicente em 1538, feito capitão-mór, governador e ouvidor loco-tenente do donatario Martim Affonso, e tinha o fôro de cavalleiro fidalgo, e trouxe para S. Vicente sua mulher, D. Genebra Leitão de Vasconcellos, cuja qualificada nobreza se tem diffundido pelo Rio de Janeiro e Ilha Grande de Angra dos Reis. E teve cinco filhos, que foram os que se acharam vivos em 1721, nascidos em S. Paulo:

5—1. João de Oliveira e Vasconcellos, foi estudar grammatica latina no seminario de Belém da Bahia, e depois fez um tal estudo n'esta lingua, de sorte que no seu tempo não teria quem o excedesse. Depois de residir em Minas feito mestre de grammatica, passou a Coimbra já em idade maior. Alli, depois de alguns annos de matriculas, falleceu perdendo-se as bem fundadas esperanças que davam a sua excessiva applicação acompanhada de uma vida exemplar em costumes; falleceu em 1734 com testamento, no qual deixou a sua alma por herdeira e varios legados pios do cabedal em moeda com que se achava, além do que se lhe devia por assignados em Minas-Geraes, onde tambem constituiu testamenteiros, que com estragada consciencia têm mettido em si tudo quanto cobraram e apuraram dos bens que em ditas Minas tinha deixado o testador.

5—2. Apolinario de Oliveira Leitão, foi de morada para o Cuyabá com sua mulher Angela de Arruda, natural

de Itú,em 1763, filha de José de Arruda, e de D. Maria de Araujo sua mulher. Em titulo de Arrudas, n. 1° cap. 7° § 5°.

5—3. Simeão de Oliveira, foi na arte da cavallaria um dos mais excellentes cavalleiros do seu tempo ; e tudo que n'esta arte ha de bom executava com a maior perfeição. Passou solteiro para o Cuyabá, onde casou.

5—4. Margarida de Oliveira, ainda existe em S. Paulo em 1769; casou tres vezes : primeira em vida de seus pais com Antonio Alves Rosa, que falleceu a 14 de Janeiro de 1722, e de quem teve duas filhas; segunda com Bernardino Antunes, que falleceu no Cuyabá,sem geração; terceira vez casou, estando já quinquagenaria, com José dos Santos Rosa, que existe.

Do primeiro matrimonio teve duas filhas:

6—1. Isabel da Rosa, mulher de Antonio Lopes Thomaz.

6—2. Maria de Oliveira, mulher de José de Figueiró da Silva.

5—5. Timothea de Oliveira (filha ultima do coronel Leitão), falleceu de bexigas, e foi sepultada na quadra da capella da Luz, sitio de Guarê do Rocio da cidade de S. Paulo, estando casada com José Pinto Guedes, nobre cidadão que occupou todos os honrosos cargos da republica, filho de Francisco Pinto Guedes Alcaforado, o mesmo de quem tratámos n'este § 1 n. 3—13, e de sua terceira mulher Marianna de Camargo, filha de D. Balthazar Lemos de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 3° n. 3—1. E teve sómente filhas,sem varão algum, e foram tantas que passaram de dez, das quaes umas são fallecidas solteiras, outras se passaram para Goyazes na companhia de uma irmã casada com Miguel de Passos da Silva,sendo soldado da companhia dos dragões das mesmas Minas;e outras passaram para a cidade do Rio de Janeiro, e entre todas merece particular

memoria Josepha de Oliveira, que existe em 1769, moradora actualmente na sua fazenda de culturas e curral de gados vaccuns e cavallares do rio Pirayossára, casada com Francisco Xavier Gonçalves, natural de S. Paulo, filho de Luiz Gonçalves Palmella, natural da villa d'este nome, freguezia de S. Pedro (filho de Luiz Gonçalves e de sua mulher Luzia Rodrigues), e de sua mulher Agueda Vieira, natural de S. Paulo, irmã direita de Ignacio Vieira Antunes, que foi casado com Maria da Cunha. Em titulo de Prados, cap. 6º § 2º n 3—10 a 4—1 : onde mostramos os pais e mãis ascendentes d'este Ignacio Vieira Antunes e sua irmã Agueda Vieira.

§ 2º

2—2. Maria Ribeira (filha de Estevão Ribeiro de Alvarenga pag. 308). Foi casada duas vezes: primeira com Francisco Lourenço, da nobre familia de Carvoeiros, fundadores e padroeiros da capella de Nossa Senhora da Luz no sitio de Guarê de S. Paulo, onde falleceu em 1624 (Orph. de S. Paulo, inv. letra F maço 1º n. 3 —3). E teve tres filhos. Casou segunda vez com Domingos da Silva, que falleceu no sertão (Orph. de S. Paulo, inv. letra D maço 2º n. 17). E teve dez filhos todos nascidos em S. Paulo.

Do primeiro matrimonio teve tres :

3—1. Pedro, falleceu solteiro.

3—2. Francisco, falleceu solteiro.

3—3. Anna Ribeira, mulher de Domingos Dias; o que consta do inv. de orph. letra D maço 2º n. 17.

Filhos do segundo matrimonio com Domingos da Silva, onze.

3 —4. Maria Missel, casou segunda vez com Antonio Pacheco Jorge. Em titulo de Pachecos Jorges, com tres fi-

lhos. Antes d'este segundo casamento tinha sido casada dita Maria Missel com Gaspar Luiz Soares, como consta do testamento com que ella falleceu, da qual teve tres filhos:

4—1 Isabel Ribeira Soares.
4—2. Catharina de Moraes.
4—3. Domingos Luiz Soares.

4—1. Isabel Ribeira Soares casou duas vezes: primeira com Domingos de Almeida Viegas, de quem teve cinco filhos (Orph. de S. Paulo, inv. liv. 4 maço 1° n. 40); segunda com Antonio das Neves Moniz (irmão de Manoel Moniz das Neves, pai do conego Antonio Moniz), que falleceu em S. Paulo com testamento a 22 de Fevereiro de 1682, natural de S. Vicente, filho de Antonio Moniz de Gusmão e de sua mulher Maria das Neves (Orph de S. Paulo, inv. A maço 3° n. 41). E teve duas filhas.

Do 1° matrimonio cinco.

5—1. Anna de Moraes, casada com João Lisbôa de Lima.

5—2. Maria das Neves, casada com Domingos Teixeira, com geração em Minas-Geraes, onde ainda existem os filhos seguintes. 6—1. Amaro das Neves Moraes, que foi ou escrivão, ou guarda-mór das minas da Juruoca. 6—2. José Teixeira, que foi morador na Juruoca, de onde se passou com seus irmãos para Pitanguy.

5—3. Domingos Teixeira de Moraes, existe em S. Paulo em 1774, em casas proprias, e casou em....

5—4. Cosme de Almeida, casou duas vezes, e falleceu na campanha do Rio-Verde.

5—5. Francisco Xavier, falleceu solteiro, afogado, na Juruoca.

Do 2° matrimonio de Isabel Ribeira Soares com Antonio das Neves Moniz:

5—6. Anna.

5—7. Maria.

4—2. Catharina de Moraes, casou com Manoel Machado Barreto.

4—3. Domingos Luiz Soares, casou e teve tres filhos, que foram :

5—1. Matheus Luiz Soares.

5—2. Antonia Soares, mulher de Sebastião Nunes do Passo.

5—3. Thomazia Ribeira, mulher de Fernão Soares de Almeida.

3—5. Mecia Ribeira (filha do § 2º retro). Casou duas vezes: primeira com Manoel Gonçalves Cadime, natural da ilha de S. Miguel e cidadão de S. Paulo, onde falleceu em 1638 (Orph. de S. Paulo, inv. M maço 5º n. 26). Viveram no sitio no Itahim para Jaraguá. A nobreza d'este Manoel Gonçalves Cadime consta por justificação de titulos de maior excepção em S. Paulo no juizo ecclesiastico anno de 1723, feita por seu neto Sebastião do Prado Cortez: Segunda vez casou com João Corrêa Marvão, natural da freguezia de Caçaraba do Rio de Janeiro, o qual falleceu com testamento a 3 de Novembro de 1684, filho de João Corrêa Marvão e de sua mulher Sebastiana Fernandes (Orph. de S. Paulo, inv. J, n. 44). A dita Mecia Ribeira falleceu a 21 de Agosto de 1709 (Residuo da ouvidoria de S. Paulo, testamento de Mecia Ribeira). E teve do 1º matrimonio um filho e do 2º outro.

Do 1.º matrimonio:

4—1. Antonio Gonçalves, casou com Maria Leme da Silva. Em titulo de Taques Pompêo, cap. 5º § 1º, com descendencia.

Do 2º matrimonio:

4—2. Thomaz Corrêa Marvão, sem geração.

3—6. Ignez Pedroso (filha do § 2º retro). Casou duas

vezes: primeira com Francisco Corrêa, e a segunda com Miguel da Costa Gil, que foi morador no seu sitio proprio no bairro de Jaraguá, no lugar que hoje é chamado Cachoeira das Lavras de Antonio Bicudo, que é cabeceira do ribeirão Amaitinga,que comprou em 1678 a sua sogra Maria Ribeira do § 2° retro, o qual sitio ficou depois possuindo uma filha mamaluca do dito Gil chamada Antonia Rodrigues, além da qual teve mais Gregorio da Costa Gil, que existe em Mogy Guassú e é avô da mulher de Pedro Vaz Pires. Estevão da Costa Gil, official de patronas, que falleceu em Parn. e Violante da Costa, que falleceu em Parn. todos mamalucos), que falleceram em 1700, sem geração.

Do 1° matrimonio houve filho unico:

4—». Manoel Corrêa de Carvalho, chamado em estudante por alcunha Melquara, casou oito vezes. Sem geração.

3—7. Magdalena Ribeira, pagnia,foi casada com Antonio da Silva, chamado capitão da polvora, que foi morador em Santo Amaro. E tevé filho unico:

4—». Assenso Ribeiro, natural de Santo 'Amaro.

3—8. Catharina Ribeira, falleceu solteira.

3—9. Isabel Ribeira, casou na matriz de S. Paulo a 20 de Novembro de 1639 com Francisco Furtado, filho de Leonel Furtado e de sua mulher Gracia Mendes: foram morar em Santo Amaro. Em titulo de Furtados, cap. 1°. Com geração.

3—10. Maria da Silva, casou com Manoel Gonçalves.

3—11. Anna Maria Ribeira (filha do § 2°),falleceu em S. João da Atibaia com testamento a 19 de Novembro de 1684 (Orph. inv.,letra A maço 1° n. 2°). Casou duas vezes: primeira com João Rodrigues Preto (que já era viuvo de Branca Cabral, irmã de Luiz da Costa Cabral) e que falle-

ceu com testamento a 27 de Março de 1656 (idem letra I maço 1° n. 8); segunda vez casou com Francisco da Fonseca (idem letra D maço 2° n. 17). E teve do 1°, matrimonio tres filhos e do 2° seis.

Do 1° matrimonio com João Rodrigues Preto:

4—1. Antonio Rodrigues Preto.
4—2. Estevão Ribeiro.--Cego.
4—3. Francisco Rodrigues Preto.

Do 2° matrimonio com Francisco da Fonseca:

4—4. Lucas da Fonseca.
4—5. Manoel da Fonseca.
4—6. Antonio da Fonseca.
4—7. Anna Ribeira.
4—8. Maria da Fonseca.
4—9. Catharina da Fonseca.

3—12. Maria da Silva, filha do § 2° no 2° matrimonio foi casada com Manoel Gonçalves, como consta do inv. de seu pai retro citado.

3—13. Isabel Rodrigues.

3—14. Isabel da Silva (filha ultima do § 2°).

§ 3°

2—3. Catharina Rodrigues de Alvarenga (filha de Estevão Ribeiro do cap. 5°), falleceu solteira.

§ 4°

2—4. Antonio Rodrigues de Alvarenga, casou com Isabel Ribeira, que falleceu com testamento a 7 de Julho de 1662 (Orph., inv. letra I n. 103), filha de Isabel Affonso, a qual tinha jazigo proprio para si e seus descendentes no Carmo de S. Paulo. E teve

3—1. Maria Rodrigues, que falleceu com testamento a 19 de Setembro de 1668, declarando o nome de seus pais,

e se mandou enterrar no jazigo de sua avó Isabel Affonso no Carmo, e foi casada com Domingos Affonso de Escudeiro, que falleceu em 1685 (D. 52 e M. 175). E teve dez filhos:

4—1. Pedro de Escudeiro, falleceu solteiro.

4—2. Eugenia Rodrigues, casou primeira vez com João Pinto Guedes. Em titulo de Pinto Guedes. Segunda vez com o alferes Diogo Alves Pestana.

4—3. Antonio Rodrigues de Escudeiro, casou com Maria de Siqueira Baruel D. viuva de Asseuso de Moraes cap. 2° § 5.°

4—4. Domingas Rodrigues, casou com Manoel Pinto Guedes (irmã do supra). Em titulo dito Guedes.

4—5. Domingos Affonso de Escudeiro.

4—6. Leonor Rodrigues, casou com José Rodrigues de Faria.

4—7. André de Escudeiro.

4—8. Benta, falleceu solteira.

4—9. Cyriaco de Escudeiro, casou com Maria de Moraes. Em titulo de Moraes, cap. 2° § 5°

4—10. Martinho; falleceu solteiro.

§ 5°

2—5. João Ribeiro, casou na matriz de S. Paulo a 3 de Julho de 1631 com Antonia Gago, filha de João Gago e de sua mulher Catharina do Prado. Em titulo de Prados, cap. 5° § 3.° Vide seu testamento em Itú letra I, n. 36. E teve sete filhos.

§ 6°

2—6. Sebastião Pedroso, ultimo filho de Estevão Ribeiro, do cap. 5°, foi casado com Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Gil e de Catharina Gonçalves (irmã de Alvaro Rodrigues e de Maria Gonçalves), que falleceu com testamento cu

S. Paulo a 9 de Janeiro de 1637 (Orph. de S. Paulo, inv. letra C, maço 1° n. 11). Neta materna de Clemente Alves e de sua mulher Maria Alves, o qual gastou 14 annos em exames de minas de ouro, prata e mais metaes, que com effeito descubriu e manifestou á camara de S. Paulo.

1—6. Anna de Alvarenga, falleceu em S. Paulo com testamento a 22 de Julho de 1644, foi casada tres vezes : primeira com Domingos Rodrigues : sem geração : segunda com Pedro de Araujo natural de Refoios de Ponte de Lima, parente de Sebastião Fernandes Corrêa, primeiro provedor e contador da fazenda real de S. Paulo, proprietario em 1644; filho de legitimo matrimonio de Catharina de Araujo, da mesma familia de que foi descendente o Rev. Dr. Gaspar Gonçalves de Araujo, deão da Sé do Rio de Janeiro, commissario do Santo Officio; o qual tambem é legitimo terneto de Antonio Rodrigues de Alvarenga e de D. Anna Ribeira. Este Pedro de Araujo falleceu no sertão de Paraupava no arraial do capitão da tropa Antonio Pedroso de Alvarenga, seu cunhado, em 1616 a 25 de Abril (Orph. de S. Paulo, inv. letra A, maço 5° n. 6. e letra P n. 18): terceira vez casou dita Anna de Alvarenga com Pedro da Silva, nobre cidadão de S. Paulo, que se achava viuvo de Luzia Sardinha, filha do afamado paulista o capitão Affonso Sardinha, primeiro descobridor das minas de ouro, etc. Falleceu Pedro da Silva com testamento a 21 de Março de 1666 e foi sepultado na igreja do Carmo de S. Paulo em jazigo proprio que n'ella tinha (2° cart. de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Pedro da Silva). E teve dois filhos nascidos em S. Paulo.

Do 2° matrimonio com Pedro de Araujo, teve unico filho:

2 §—1. Pedro de Araujo, que casou com Isabel Vaz Coelho, de quem teve tres : Anna de Alvarenga, que casou na Parnahyba aos 16 de Abril de 1673 com Belchior Moreira,

filho de João Moreira e de Gregoria da Silva. Em titulo do G. Lopes.

Do 3° matrimonio com Pedro da Silva teve dois filhos :

§ 2° Anna de Alvarenga, casou em S. Paulo a 30 de Abril de 1634 com Gaspar de Godoy. Em titulo de Godoy, cap. 3° com sua descendencia.

§ 3° Isabel da Silva, casou em S. Paulo a 4 de Fevereiro de 1663 com Sebastião Gil de Godoy. Em titulo de Godoy, cap. 6° com sua descendencia.

CAPITULO 7°

1—7. Antonio Pedroso de Alvarenga, foi nobre cidadão de S. Paulo com grande respeito, e potentado em arcos de indios, que conquistou no sertão, que penetrou em varias entradas. Depois que em 10 de Junho de 1611 falleceu em S. Paulo D. Francisco de Sousa, que havia chegado em 1609 feito governador administrador geral das minas das tres capitanias do Rio de Janeiro, do Espirito Santo e de S. Paulo, trazendo a mercê de marquez das minas com trinta mil cruzados de juro herdade, e com os mais amplos poderes que até então se tinham concedido a vassallo algum sem sobordinação ao governador-geral do Estado, e com alvarás do rei para dar habitos de Christo aos mineiros, dar o fôro de fidalgo da casa, o de cavalleiro fidalgo e o de moço da camara; e ultimamente para em sua ausencia deixar em seu lugar a quem entendesse, nada conseguiu, por que a morte atalhou o progresso dos descobrimentos a que tinha vindo; e nomeando em seu lugar ao filho D. Luiz de Sousa, este tomou posse na camara de S. Paulo no dia 11 do mesmo mez e anno de 1611. Animando aos paulistas mais poderosos, e experientes dos sertões para a empreza de intentarem descobrimentos de minas de ouro ou prata, se encarregou d'esta importantissima conducta Antonio Pedroso

de Alvarenga, que, formando uma grande tropa á sua custa, com ella penetrou distante de S. Paulo mais de 300 leguas, e se achou em 1616 postado no centro do sertão do grande rio Paraupava ao norte na capitania, que hoje de Goyazes,e encaminha o curso das suas aguas a sepultal-as no caudaloso rio do Maranhão. No seu arraial falleceu o cunhado Pedro de Araujo, de quem tratámos no cap. retro. Recolhido d'esta diligencia, sendo constante o seu serviço, foi depois premiado com o posto de sargento-mór da commarca da capitania de S. Vicente e S. Paulo com o soldo de 80$000, com que o dito posto tinha sido creado, e tomou posse na camara de S. Paulo a 27 de Março de 1638, (Archivo da camara de S. Paulo, l. de Reg. titulo 1636 pag. 48 v.). Foi o sargento-mór Antonio Pedroso de Alvarenga casado com D. Anna Corrêa, natural da capitania do Espirito-Santo, irmã direita de Merencia Vaz, mulher de Luiz Monteiro de Alvarenga, irmão do dito sargento-mór (do cap. 4). Como de seu matrimonio não houve filhos, dispozeram do seu cabedal em obras pias,fazendo de mão commum o seu testamento, no qual se vê a grandeza do catholico animo do dito sargento-mór. Havia destinado para seu jazigo e de sua mulher D. Anna Corrêa o lugar da capella-mór da igreja dos RR carmelitas debaixo da lampada, como se vê do dito testamento, que se acha junto aos autos do inventario dos bens do dito sargento-mór, feito em 1643 (Cart. 1º de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Antonio Pedroso de Alvarenga). Foi muito devoto de Nossa Senhora do Carmo, a cujo convento deixou o que consta do seu testamento. A viuva D. Anna Corrêa casou depois com o capitão Francisco Borges de Mesquita; ambos falleceram em Santos em 1673 (Obitos de Santos, fl 5 e fl 32).

CAPITULO 8º

1—8. Fr. Bento da Trindade, foi religioso carmelita da provincia do Rio de Janeiro, cujo sagrado habito tomou ainda em vida de seus pais; e não faça equivocação com outro frei Bento da Trindade, sobrinho direito, de quem tratámos no cap. 3º § 4.º.

CAPITULO 9º

1 – 9. Thomazia de Alvarenga, falleceu com testamento a 18 de Maio de 1631 (Orph. de S. Paulo, inventarios, letra T, maço 1º n. 9), e por elle consta que fôra casada duas vezes: primeira com Francisco de Almeida, que, acompanhando a seu cunhado Antonio Pedroso de Alvarenga ao sertão, falleceu no arraial do rio Paraupava com testamento que alli fez a 8 de Janeiro de 1616 (Orph. de S. Paulo, inv. letra F, maço 1º n. 8); segunda vez casou, como declara no seu testamento, com Manoel Rodrigues Mexilhão, sem geração. E teve do seu 1º matrimonio naturaes de S. Paulo tres filhos:

2—1. Isabel de Almeida.....§ 1º
2—2. Francisco de Almeida.....§ 2º
2—3. Anna Ribeira.....§ 3º

§ 1º

2—1. Isabel de Almeida, casou com Fernando Dias Borges, natural de S. Paulo, filho de Simão Borges Cerqueira, moço da camara de El-rei. Em titulo de Cerqueiras, cap. 1º. Com geração.

§ 2º

2—2. Francisco de Almeida, casou na matriz de S. Paulo a 13 de Fevereiro de 1634 com Maria de Albernaz, filha de

Luiz de Albernaz e de sua mulher Andreza Gonçalves. Ignoramos se teve filhos.

§ 3° e ultimo

2—3. Anna Ribeira, casou na matriz de S. Paulo a 8 de Abril de 1630: a primeira vez com Domingos Cordeiro (viuvo de sua primeira mulher Antonia de Paiva, (em titulo de Cordeiros Paivas), natural da villa do Espinhel, filho de Domingos Fernandes e de sua mulher Maria Luiza Cordeiro: sem geração; casou segunda vez com Manoel Alves Claro, natural da villa de Vianna (filho de Domingos Alves Claro e de sua mulher Nataria de Amorim), que falleceu a 29 de Janeiro de 1650 (Cart. 2° de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Manoel Alves Claro, com testamento). Sem geração.

CAPITULO 10 e ultimo

1—10. Maria Rodrigues de Alvarenga, falleceu com testamento a 20 de Abril de 1646 (Cart. 1° de notas de S. Paulo, maço de inv. antigos, o de Maria Rodrigues de Alvarenga, com testamento); e foi casada com Manoel Mourato Coelho. E teve filha unica nascida em S. Paulo:

§ unico

2—». Anna Mourato, casou em S. Paulo a 5 de Junho de 1634 com Valentim Cordeiro, natural da villa do Espinhel, sobrinho de Domingos Cordeiro, do cap. 9 § 3° retro, e filho de Gaspar Cordeiro e de sua mulher Anna Mathoso; o dito Valentim Cordeiro falleceu em 1643 (Orph. de S. Paulo, inv. letra V, maço 1° n. 4). E teve filha unica.

3—». Anna Mathoso Mourato, casou em S. Paulo com Manoel de Lemos Conde, natural da villa de Borba, que foi provedor dos reaes quintos da fazenda de Parnaguá

e que em 1681 se degolou por suas proprias mãos, estando preso e sequestrado. Em titulo de Cordeiros. Com geração. E vide aut. *de genere*, dos netos Ignacio [illegible] rato. Com geração.

Entre muitos familiares que procederam da familia de Alvarengas foram tambem estes:

O Dr. Gaspar Gonçalves de Araujo, deão da Sé do Rio de Janeiro, commissario do Santo Officio, terceiro neto do tronco.

O capitão João Vaz Cardoso de Toledo, familiar.

O R. José de Sousa Ribeiro e Araujo, doutor dé capello, arcediago, e depois thesoureiro-mór do Rio de Janeiro, commissario do Santo Officio. José de Góes Moreira 4° provedor proprietario da Fazenda Real de Santos, familiar.

Continúa.

1

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS DISTINCTOS POR LETRAS, ARMAS, VIRTUDES, ETC.

JOÃO CAETANO DOS SANTOS

Ha homens que personificam uma época, constituem a historia de uma geração, imprimem por seus talentos, suas idéas, actividade, trabalhos e tentativas um caracter peculiar ás letras, ás artes no tempo em que vivem : entes predestinados, Deus pelo genio, na bella linguagem de Lerminier, cercam-se esses homens de uma aureola e prestigio que os engrandece, transforma-os em apostolos da civilisação, em levitas da luz, e elles caminham illuminando o periodo em que vivem. Sacerdotes das letras ou das artes, trabalham, afadigam-se até cahirem exanimes, mas deixam após si raios perfulgentes de luz ; dominados por uma idéa, desconhecem o cansaço, avantajam-se nas lides das sciencias, no mundo das artes, e só os detem uma barreira invencivel—a morte ; então adormecem no somno eterno, porém fica de seus nomes uma recordação gloriosa, porque os homens uteis, como dizia Horacio de si e do seu talento, não morrem inteiramente.

Percorrei os monumentos historicos de cada nação, de cada povo, e vereis esses vultos que chamamos genios exerçendo decidida influencia no dominio das letras ou das artes no tempo em que existiram, e vereis cada povo endeosar, glorificar a esses sacerdotes da civilisação, porque seus nomes exprimem progresso, seus nomes são raios de luz.

Vêm de molde estas ligeiras considerações no esboço biographico de um homem que, emquanto existiu, exerceu manifesta influencia na arte dramatica no Brasil; todos conheceram-n'o, e quasi todos glorificaram-n'o, porque elle era um genio; porém n'este recinto que um monarcha nos reservou, e onde entregues ao estudo e á meditação traduzimos o nosso passado, devemos franca e sinceramente fallar á posteridade, enumerando as qualidades eminentes e tambem os defeitos d'esse notavel artista brasileiro.

Nasceu João Caetano dos Santos, em 27 de Janeiro de 1808, e foram seus pais o capitão de ordenanças João Caetano dos Santos e D. Joaquina Maria Rosa dos Santos.

Estava no verdor da idade, nos annos da juventude, quando assentou praça de cadete no batalhão do imperador, e durante sete annos serviu á patria nas fileiras do exercito, guardando na vida militar uma rigidez e disciplina no procedimento, que louvavam-n'o os seus chefes e respeitavam-n'o os seus camaradas; marchou para as planicies do Rio-Grande do Sul, foi a Montevidéo pelejar pela patria, e nos campos de combate se não desmentiu sua coragem, nem arrefeceu o seu amor pela ordem e disciplina militar.

O venerando general que, por assignalados feitos praticados na prolongada e sangrenta guerra do Paraguay, mereceu o titulo de duque de Caxias prezava ao cadete João Caetano, e repetia-lhe animando-o: « Continue a proceder assim, e conquistará as dragonas de official. »

Mas não eram no campo de Mavorte que lhe estavam reservados os louros; nem sobre as trincheiras, sobre os muros das fortificações, nas carretas de artilheria, que havia de encontrar as corôas que deviam engrinaldar-lhe a fronte; os bravos, as palmas, os ramalhetes, as corôas, os

hymnos, esperavam-n'o em outro recinto, onde as musas se abraçam, onde Apollo se ostenta no Parnaso. Era nos dominios de Thalia, no theatro, que se devia alistar como simples soldado, para logo depois attingir os mais elevados postos.

Desde menino entregára-se ao exercicio da scena em theatrinhos particulares, erguidos aqui ou alli em diversas ruas da cidade, e entre todos que pisavam as taboas d'esses theatros de meninos era João Caetano quem mostrava mais aptidão para o palco.

Como Napoleão, o simples estudante, que simulava combates arremessando contra seus condiscipulos pedras de gelo; como Bocage e Voltaire que aos oito annos faziam versos, revelando seus talentos e inspiração, annunciava João Caetano, ainda menino, n'esses divertimentos infantis, a propensão que tinha para o mundo scenico, o renome que havia de alcançar no theatro.

Apezar da opposição de seus paes, dos conselhos de seus parentes, das admoestações dos seus amigos, desprezando os preconceitos, os aviltamentos que se atiravam ao homem que era actor, despiu João Caetano a farda, e vestiu a toga, que foi para Talma um manto real.

Appareceu em scena pela primeira vez em 1827 em um theatro particular da villa de Itaborahy, desempenhando no drama *O Carpinteiro da Livonia* o papel de Carlos.

A sua estréa foi um triumpho; os bravos, os applausos surprenderam-n'o e embriagaram-n'o : o joven actor anteviu no futuro uma carreira de gloria; e ufano, resoluto, animado pela estrella que guiava-o nos dominios da scena veiu para o theatro de Nictheroy, onde abriu uma assignatura de dez recitas.

Preencheram essas dez recitas os seguintes dramas e tragedias:

Othelo, *Antonio José*, *Catharina Howard*, *Torre de Nesle*, *Desertor Francez*, *Akmek e Rakima*, *Fayel*, *Oscar o Filho de Ossian*, *Aristodemo* e a *Ultima Assembléa dos Condes Livres*.

De Nictheroy passou João Caetano para o theatro Constitucional Fluminense, chamado antes de S. João, depois de S. Pedro de Alcantara, hoje conhecido por este ultimo nome, e contratou-se vencendo o ordenado mensal de 30$000.

Era esse theatro dirigido por uma empreza portugueza, e, como incendidos andavam os odios entre brasileiros e portuguezes, para abaterem ao artista nacional e afastar-lhe as sympathias populares, encarregaram-n'o os directores do papel de um velho no drama *D. José II visitando os carceres*. João Caetano não negou-se ao desempenho da personagem, que não estava no seu caracter; estudou, esforçou-se, e quando appareceu em scena transformado em velho, quando fez os primeiros gestos, balbuciou as primeiras palavras de Edmundo, o homem que envelhecêra nas prisões, o povo saudou-o com bravos e palmas, e acolheu-o ao som ruidoso de applausos.

Foi uma decepção para os directores do theatro, o artista erguêra-se e conquistára louvores: mas era preciso inutilisal-o, expôl-o ao escarneo, á pateada d'esse mesmo povo que o applaudira tanto, e por isso sujeitaram-n'o a representar na comedia o *Chapéo Pardo*, executando o papel de Manuelinho.

Não era João Caetano actor do genero comico; mas como escusar-se ao estudo dos papeis que lhe destinavam? Não necessitava viver do theatro, não desejava, cioso de gloria, apparecer mais vezes no tablado para alcançar applausos e gabos?!

Entrou na comedia, e em cada scena obteve um trium-

pho; o povo festejou-o e considerou-o artista notavel. Mas lavrava a discordia e o ciume entre os actores; João Caetano tinha contra si a sua nacionalidade, pelo que teve de despedir-se do palco em que pisava.

Protegido por Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois marquez de Paraná, reconstruiu o theatro de Nictheroy, tornou-o mais espaçoso e mais elegante, e, concluido esse edificio, reuniu uma companhia de actores brasileiros, que estreou no drama *O principe amante da liberdade ou a independencia da Escossia.*

Deve-se a João Caetano a iniciação da primeira companhia dramatica nacional; foi elle quem organisou no paiz o theatro brasileiro, quem conglobou os primeiros actores nacionaes, deu-lhes ordenado fixo, e afastou-os da miseria em que se estorciam, por não poderem escripturar-se nos theatros da côrte, cujos directores attendiam aos odios politicos, que, como dissemos, eram infelizmente encandescidos entre brasileiros e portuguezes.

No theatro de Nictheroy exhibiu João Caetano em scena os dramas de seu repertorio, e pelo estudo, e pelas qualidades eminentes que manifestava para o palco, applaudia-o o povo freneticamente, e já o acclamava principe da scena.

Entre outros mimos que recebeu do povo n'esse theatro nota-se uma medalha de ouro offerecida em 1838, a qual tinha de um lado—*João Caetano dos Santos*—e no verso—*Ao Talma do Brasil—a fama—a gloria!*

Desejoso de colher applausos na capital do imperio influiu no animo dos seus amigos persuadindo-os a levantarem um theatro na rua do Valongo, hoje da Imperatriz; e de feito em pouco tempo ergueu-se esse edificio com tres ordens de camarotes, denominado theatro de S. Pedro,

onde João Caetano e sua companhia appareceram em scena no drama *O principe amante da liberdade.*

Pequeno, mal situado, attrahia o theatro de S. Pedro ou do Valongo escassa concurrencia; rara era a noite de representação em que se não contassem vazios muitos camarotes e a maior parte da platéa; pelo que, faltando-lhe dinheiro para sustentar a empreza, retirou-se João Caetano para Mangaratiba e Angra dos Reis, onde deu algumas representações, que produziram-lhe merecidos louvores e avantajados lucros. Regressou ao theatro do Valongo, mas pouco tempo depois deixou-o para ir trabalhar no theatro de S. Pedro de Alcantara, que alugára ao Banco do Brasil, incetando os seus trabalhos em scena no drama a *Expulsão dos hollandezes.*

N'esse edificio vasto, collocado no centro da cidade e convenientemente preparado, ostentou João Caetano os recursos do seu genio; cada noite em que pisava as taboas da scena adquiria um triumpho, os applausos echoavam na rotunda do theatro, os bravos abafavam muitas vezes a voz do actor, e os ramalhetes envolviam-n'o em uma atmosphera de flôres.

A torre de Nesle, Catharina Howard, Seis Degráos do Crime, Ricardo Harlington, D. Cesar de Basan, Aristodemo, Hamleto, Antonio José, Othelo, Clotilde, Thereza, Kean ou Desordem e Genio e outros dramas e tragedias patentearam o genio artistico de João Caetano.

Procedendo á sua liquidação, levou o Banco do Brasil o theatro de S. Pedro á praça, e, passando o edificio a novos possuidores, retirou-se João Caetano para Nictheroy, onde resolveu edificar um magestoso theatro na esquina da rua de El-Rei; a assembléa provincial concedeu-lhe loterias, lançou-se a pedra fundamental do edificio, elevaram-se os alicerces e as primeiras paredes; mas, reconhecendo-se que

não havia necessidade de tão vasto edificio para representações dramaticas em uma cidade nascente, e cuja população era diminuta,suspendeu-se a obra, e correram as loterias em beneficio do theatro mais tarde conhecido pelo nome de Santa Thereza.

Ide a Nictheroy, e vereis cobertas de beldroegas e parasitas, esboroadas e ennegrecidas pelo sôpro do tempo,essas paredes que deviam sustentar um theatro vasto e elegante; e quasi defronte avistareis outro edificio tambem derruido; é o theatro de Santa Thereza, reconstruido por João Caetano, e que logo depois do actor adormecer no somno dos finados abateu, desmoronaram-se as paredes e o edificio cahiu em ruinas.

Representava João Caetano no theatro de S. Januario em 1839 quando foi convidado para entrar na companhia dramatica que trabalhava no theatro Constitucional Fluminense ou de S. Pedro; contratou-se e mostrou-se em scena, em 22 de Dezembro d'aquelle anno, na tragedia de Voltaire *Zaira* executando o papel de Orosman; mas nos dominios de Melpomene facil é rebentarem discordias, levantarem-se ciumes, surgirem odios e organisarem-se partidos fataos aos actores e ao publico; são communs as desintelligencias no mundo dos bastidores; o pomo da discordia é fructo que vergontêa continuamente nos resquicios das taboas da scena, e com o seu aroma alpestre irrita o afasta os actores; João Caetano retirou-se do theatro Constitucional, e determinou reedificar o theatro de S. Francisco, que pertencia a uma companhia franceza particular.

Sua actividade, seu genio artistico e dedicação pela arte arcaram todos os obstaculos; o edificio, que só constava de uma varanda, com uma porta larga de entrada, era em pouco tempo um theatro com duas ordens de camarotes elegantemente adornados. O novo templo das artes escancarou

as portas ao publico em 2 de Maio de 1841, representando-se o drama de Mendes Leal os *Dous Renegados*. O Imperador tinha de comparecer ao espectaculo, porém ás 7 horas mandou participação contraria; o emprezario foi festejado, applaudido e chamado á scena que se achava tapisada de flôres; Paula Brito compôz e distribuiu uma peesia dedicada á princeza D. Francisca.

Conhecido pelo nome de theatro de S. Francisco de Paula, recebeu, quando João Caetano restaurou-o, o nome de S. Francisco,em honra da princeza, irmã do Imperador, e em 1855 o de Gymnasio Dramatico, denominação esta que ainda conserva.

No theatro de S. Francisco appareceu João Caetano nos melhores dramas do seu repertorio, merecendo sempre applausos e ovações que grangearam-lhe fama e gloria para si e para a patria.

Approximando-se o casamento do Sr. D. Pedro II, convidou a empreza do theatro de S. Pedro á companhia de João Caetano para, reunida á d'aquelle theatro, darem um espectaculo em grande gala; prestou-se o artista nacional, e apresentou-se em scena, em 11 de Setembro de 1843, no drama em verso *Triumpho de Trajano*.

Vindo Jacques Arago ao Brasil em 1849, foi assistir á representação do seu drama a *Gargalhada*, em que João Caetano executava o principal papel; o illustre cego mostrou-se abalado, experimentou fortes emoções ao ouvir a expressão da voz do actor brasileiro, teceu-lhe os maiores elogios, declarou-lhe que a elle devia o seu drama o valimento e a vida, e entre lagrimas de prazer e commoção, abraçado ao actor, cingiu-lhe a fronte com uma corôa de louros,que este lhe viéra offertar no camarote. O povo, que enthusiasmado assistira a essa scena, cobriu de applausos ao litterato e ao artista.

Na sua obra *Voyage autour du monde sans la lettre A* diz Jacques Arago, fallando de João Caetano:

« Oh! que ne m'est-il permis de vous citer ici un comedien d'élite que l'Europe serait fière de posséder, qui ne s'est inspiré que de lui-même, et qui possède son Schiller, son Corneille, les chefs d'œuvre de nos poëtes, et les interpréte si dignement, si energiquement, que je vous porte le defi de rester froid s'il vous ordonne de pleurer, de trembler, de fremir!.... Cet homme est une des gloires brésiliennes.» (*)

Dirigindo-se á provincia da Bahia, recebeu João Caetano no theatro applausos geraes, contou os triumphos pelas vezes que appareceu em scena, e, entre outros presentes que offertaram-lhe, mencionam-se uma riquissima corôa de pennas, um retrato do Imperador feito a canivete sobre o papel, e um primoroso quadro. Em Pernambuco excitou geral enthusiasmo, transformou o theatro em uma arena de triumpho, e o povo presenteou-o em scena com uma corôa de louro e diamantes.

Regressando á côrte, encarregou-se João Caetano da empreza do theatro de S. Pedro, e inaugurou os seus trabalhos em 12 de Março de 1851 com o drama *Lazaro o Pastor*; as pessoas imperiaes assistiram ao espectaculo.

N'esse mesmo anno, em 9 de Agosto, o theatro de S. Pedro, que já uma vez ardêra em 25 de Março de 1824, foi consumido pelo fogo, que, violento e rapido em sua destruição, abrazou em poucas horas todo o edificio, do qual só restaram as paredes principaes, mas fendidas, esboroadas e destruidas pelas labaredas; desappareceram nas

(*) Jacques Arago voltou para a Europa em 1852, mas em 1854 regressou ao Brasil com sua sobrinha Hortencia, hospedou-se em casa de João Caetano, e ahi falleceu.

chammas os archivos de dramas, comedias e musicas das companhias dramatica e lyrica, avaliados em mais de 12 contos, a guarda-roupa, scenarios, machinismos e instrumentos de musica, e apenas salvaram-se os livros do escriptorio, uma mesa com algum dinheiro e os moveis da sala de entrada do camarote particular do Imperador, pelos esforços do actor João Antonio da Costa, que recolheu esses objectos ao corredor da casa da sua habitação, onde collocou-se uma sentinella.

Muitos dias fumegaram as ruinas do edificio entre as quatro paredes calcinadas e ennegrecidas pela fumaça.

Levou João Caetano a sua companhia para o theatro de S. Januario, onde abriu os espectaculos em 17 de Agosto; mas, reconhecendo que esse theatro, por se achar em um extremo da cidade, era pouco concorrido, emprehendeu reedificar o theatro de S. Pedro; estabeleceu accionistas de camarotes e cadeiras por quatrocentas recitas, e, com o dinheiro d'essas assignaturas, deu começo á obra, que marchou apressadamente; em um anno reappareceu o vasto salão de S. Pedro, e em 18 de Agosto de 1852 saudaram os espectadores ao primeiro actor brasileiro no drama de Leon Gozlan *O Livro Negro*.

Finda a representação, pediu o povo á orchestra que tocasse o hymno da independencia, chamou o actor João Caetano á scena, e festejando-o fervorosamente offertou-lhe uma corôa de ouro esmaltada de verde com brilhantes, outra de prata, muitos ramalhetes e grinaldas; os poetas entoaram enthusiasticos hymnos em honra do artista rei reedificador do theatro, e o Imperador presenteou-o com um lindo alfinete de brilhantes. Durante a representação distribuira-se o retrato do actor revestido da toga romana e corôado de louros.

O edificio surgira mais elegante e com diversas modificações determinadas pelo progresso das artes.

Em 1834 dirigiu-se João Caetano á provincia do Rio Grande do Sul, onde soube attrahir o amor e o enthusiasmo do povo. Colheu em scena o applauso de todos, e foi festejado como nenhum artista o havia sido n'essa provincia. Na noite de sua despedida recitou uma saudação aos rio-grandenses, que acompanharam-n'o até á sua residencia ao som de hymnos, de acclamações e á luz de archotes.

Partindo para a côrte, presenciou em 26 de Janeiro de 1856 o incendio do theatro de S. Pedro,que, no curto intervallo de 32 annos, ardia pela terceira vez.

O povo despertou apavorado pelo tanger dos sinos e pelo clarão avermelhado que illuminava a cidade.

— E' um castigo; alli, na base d'aquelle edificio, enterraram pedras que pertenceram a uma igreja, bradavam uns.

— E' a fatalidade que persegue ao actor João Caetano, sentenciavam outros.

— Ha um ente sinistro que atêa os incendios n'aquelle edificio, repetiam muitos.

E estas atoardas, o dobrar dos sinos, o calor, a claridão, as nuvens de fumo, as labaredas de fogo, aterravam aos mais timoratos, e davam ao acontecimento um caracter assustador.

Dobrados alguns instantes só restavam do edificio quatro paredes isoladas, e no centro pedras calcinadas, madeiras abrazeadas, chammas, cinzas, pó, ruinas, e o vacuo. Consumira o fogo, além de outros objectos de preço, os ricos scenarios dos dramas *D. João de Marana, Camões e Milagres de Santo Antonio* no valor maior a 26 contos de réis, a guarda-roupa, adornos, um musêo de animaes, passaros

e mineraes, e muita madeira apparelhada para construcção do diversos predios em Nictheroy do artista João Caetano.

Esta desgraça abateu os animos do actor brasileiro, que, prestes a colher o fructo dos seus esforços e trabalhos, por estarem quasi findas as recitas dos accionistas, via desvanecidas suas esperanças e destruidos em poucos instantes seus cabedaes.

O governo attendeu á sorte precaria em que se achava o actor João Caetano, e para protegêl-o permittiu-lhe representar aos domingos no theatro provisorio.

Mas tinha de resurgir pela terceira vez da cinza e do pó o theatro de S. Pedro; essas quatro paredes, que já tres vézes haviam resistido ao calor e á vehemencia das chammas, ainda tinham de fechar um templo consagrado ás artes.

Multiplicou esforços, afadigou-se, empenhou seus trabalhos por doze annos, conglobou uma companhia de accionistas, cujo gozo de camarotes e cadeiras ia até aquelle tempo, e deu João Caetano começo á reedificação do theatro. Em nove mezes rejuvenesceu a vasta rotunda do antigo monumento, que em 3 de Janeiro de 1857 abrigava o povo enthusiasmado em saudar o artista e emprezario no drama *Affonso l'rieto*.

Os vivas, os applausos, as acclamações, echoaram no bojo do theatro ao apparecer o artista predilecto do publico, e terminado o espectaculo o povo acompanhou o actor ao som de hymnos, ao atroar de vivas e á luz de tochas, até a sua residencia na rua do Lavradio.

Os artistas brindaram-n'o com um annel de brilhantes, os estudantes da escola central com um rico album, e a maçonaria, da qual era João Caetano membro, presenteou-o com outro album.

No theatro de S. Pedro, que renascêra ostentando galas e brilho na ornamentação, assistiu o povo ás representações dos melhores dramas de João Caetano, os quaes traziam-lhe todas as noites ao tablado numerosa concurrencia, applausos, gabos, palmas e flôres. *D. João de Marana*, *Camões* de Antonio de Castilho, *Frei Luiz de Souza*, *Os Sete Infantes de Lara*, o *Prestigiador*, *Magdalena*, o *Cabo Simão*, a *Dama de S. Tropez*, o *Trapeiro de Pariz*, *Ernani*, a *Gargalhada*, *Othelo*, *Antonio José*, *D. Cesar de Basan*, *Clotilde*, *Hamleto*, *Kean*, *Seis Degrdos do Crime*, o *Desertor Francez*, *Oscar*, *Fayel*, *Thereza* e outros, são nomes que assignalam glorias e triumphos do afamado actor brasileiro.

Em 1859 representou com muito applauso o drama de José Romano 29 *ou Honra e Gloria*. Antes de viajar á Europa, onde desejava beber novos conhecimentos da arte em que elle era eminente, representou em beneficio o drama o *Cabo Simão*, em que sobejaram-lhe applausos, e recebeu um ramalhete de flôres de prata.

Entre outros presentes valiosos que teve esse actor mencionam-se uma linda corrente de ouro de relogio, offertada pela cantora Stoltz, e um retrato representando-o na tragedia *Othelo*, pintado pelo artista Lima. O habil artista Chaves Pinheiro fez a estatua d'esse actor apresentando-o em uma das scenas da tragedia *Oscar*. Esse trabalho pertence á academia das bellas-artes, que comprou-o por 800$000. Em 25 de Setembro de 1860 partiu João Caetano para Lisboa, onde appareceu em scena em Novembro do mesmo anno no drama *Dama de S. Tropez*; o rei D. Pedro V, D. Fernando e os principes assistiram ao espectaculo, e a duqueza de Palmella, no meio das saudações populares dirigidas ao artista brasileiro, offertou-lhe uma corôa de louros. Tendo ido a Pariz, regressou a Lisboa, onde a pedido de alguns litteratos, como Alexandre Herculano, Cas-

tilho e outros, representou João Caetano, em lugar reservado, diversas scenas dos melhores dramas do seu repertorio; todos que se achavam presentes felicitaram-n'o e lisongearam-o tanto, que o artista contou essa noite como uma das mais felizes e gloriosas de sua vida artistica.

O habil litterato Julio Cesar Machado escreveu estas phrases de louvor em honra do actor brasileiro:

« Estima-se mais a gloria, não pelo que ella nos dá, mas pelo que ella nos custa; é todavia o Sr. João Caetano dos Santos um dos raros privilegiados que deve amar os seus triumphos pelo que elles lhe custam e pelo que elles lhe dão. Vem de si e de si só a intelligencia, a arte, o tom supremo do genio que lhe admiramos. Com um rasgo de seu olhar esplendido alumia através da acção limpidos abysmos, voragens do coração humano que ninguem suspeitava. Transforma um ruim drama em um poema. Quando entra em scena tudo se agita e se anima, e o que era um máo esboceto a [illegible] toma as côres de um quadro de mestre. Julgamos ouvir uma scena de amor, de ciume ou de piedade... lêde a peça... não está lá nada disso, foi João Caetano que escreveu tudo erguendo os olhos ao céo, ajoelhando, apostrophando ou abençoando.»

De El-Rei de Portugal recebeu o distincto actor o titulo de moço da camara e a venera da ordem de Christo.

Regressando para os lares patrios, pouco viveu o irmão de Talmá; exacerbaram-lhe as molestias chronicas de que padecia, e prostrado no leito soffreu agonias lancinantes dias e mezes; e n'essas horas de tormentos e afflicções patenteou tanta resignação e humildade que commovia aos que abeiravam-lhe o leito; prostrado, com os olhos em Christo, repetia fervorosamente as orações que entoava-lhe um frade barbono!

Em um dos dias menos afflictivos ergueu-se o doente e

dictou o seu testamento. Merecem escriptura as palavras da verba respeito ao enterro:

« Vistam o meu cadaver no habito de S. Francisco, colloquem-lhe no peito o habito de Christo com que meu pai foi sepultado, encerrem-n'o em um caixão pintado ou forrado de panninho, e conduzam-o ao cemiterio na sege mais pobre que houver, acompanhando-o sómente o meu compadre Affonso e o capuchinho frei Luiz. »

-Esgotaram-se as forças do doente, empanaram-se-lhe os olhos, decompuzeram-se as feições, a pelle formou vincos nas faces e na testa, appareceu o suor qualiquativo, e corridos instantes apagou o anjo da morte com um sôpro imperceptivel o ultimo lampejo de vida que fazia pulsar o coração; o moribundo expirou ás 6 horas da manhã de 24 de Agosto de 1863.

Conduzido o cadaver á mão pela companhia João Caetano do Caminho Velho de Botafogo para a rua do Lavradio, onde residira o afamado actor, foi embalsamado pelo Dr. Costa Ferraz, que não exigiu paga d'esse trabalho.

Por cumprir a vontade do artista, que pedira não houvesse pompa no seu funeral, deliberaram os actores do theatro de S. Pedro seguil-o a pé até o cemiterio, sendo acompanhados n'essa resolução pelas companhias dos theatros Gymnasio e Athenêo Dramatico. Effectuou-se o sahimento ás 4 horas da tarde do dia 25; occupava as immediações crescido concurso de povo, e quando começou a desfilar o prestito via-se em todos os semblantes o sentimento pela morte do grande actor, que emquanto existiu não encontrou rival na scena brasileira.

Era numeroso o prestito e compunha-se não só de admiradores do grande artista, que muitos eram, senão de pobres e desvalidos, que em suas lagrimas recordavam os be-

neficios recebidos de João Caetano, cuja bolsa se não fechava diante dos infelizes.

No cemiterio foi o feretro transportado nos hombros dos artistas e de uma commissão da Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas e Liberaes; junto ao ataúde oraram o Dr. Araujo por parte do Jury Dramatico, João Pereira Barbosa pela companhia do theatro de S. Pedro, Pedro Joaquim da Silva Amaral pela Sociedade Dramatica, Moutinho em nome do Athenêo Dramatico, Santos Neves, Dias Guimarães, Bethencourt da Silva e outros.

Depositado o feretro na capella do cemiterio, foi transportado no dia seguinte para o carneiro n. 3,164, assistindo a esse acto os actores do theatro de S. Pedro.

Desejou a Sociedade Madrepora prestar posthuma homenagem á inesgotavel caridade do primeiro actor brasileiro, e um dos seus directores, o artista Miguel Couto dos Santos, satisfez completamente á espectativa da associação, offerecendo uma grade de ferro fundida em suas officinas para o jazigo do celebrisado artista.

Prende-se a grade a quatro fachos voltados, symbolisando a extincção da luz da vida; nos extremos e nos planos lateraes notam-se dezoito corôas de louro fechadas por uma saudade recordando os fastos do artista e a saudade que deixou seu prematuro fallecimento, e entrelaçadas a estes emblemas vêm-se folhas de cyprestes, papoulas e dormideiras, symbolos do eterno somno.

Realizando-se em Outubro de 1867 um beneficio no theatro Lyrico, promovido por Moura Guimarães, comprou-se a posse perpetua do jazigo em que adormeceu no somno sem fim o distincto artista.

No dia em que houve esse espectaculo appareceu nos jornaes uma poesia que terminava assim:

Hoje porém a arte tem amigos
Promptos a soccorrêl-a se taes p'rigos
a vêm ameaçar;
Hoje reina a luz; o mundo é novo,
A arte é protegida pelo povo
que a sabe avaliar.
Hoje se vê o povo vir ufano
O cadaver salvar d'um João Caetano;
é sua a gloria;
Hoje encontra o genio valimento,
Não morre, nunca sae do pensamento
sua memoria.

João Caetano deixou a familia na pobreza, porque o dinheiro que a arte lhe dava parte esbanjou-o no fausto da vida e parte repartiu pelos pobres; mas encontrou a familia do actor decidida protecção na munificencia imperial; do seu bolsinho particular assegurou-lhe o Imperador a pensão annual de 600$000.

Registrar um acto d'estes é memorar uma virtude, e são as virtudes e as acções meritorias dos reis que reunem em redor dos thronos almas devotadas e corações agradecidos.

Na carreira do palco deixou João Caetano um nome notavel. Dotado de genio artistico, illuminado por esse fogo sagrado que Deus liberalisa aos entes predestinados, sabia arrebatar o povo com um simples olhar, com um simples gesto. A mobilidade da physionomia, a expressão do olhar, a regularidade e nobreza dos gestos, a dicção clara e correcta, as transições rapidas e felizes de afflicção e alegria, de dôr e prazer, de loucura e verdade, a entoação das palavras amoldada ás idéas e ao profundo sentir da alma do actor, e outras qualidades e dotes que se não ensinam nem se aprendem, deram-lhe um nome immortal na historia do

palco. Tinha summa intelligencia para desempenhar os differentes caracteres scenicos de que se encarregava, percebia, adivinhava em cada periodo, em cada phrase o sentido do escriptor ou do poeta. Quando creou o papel de *Antonio José* na tragedia do distincto poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães, interpretou-o tão fielmente que o poeta dedicou-lhe um soneto em que lêm-se estes versos

Uma estatua compuz, dei-lhe a palavra,
E tu lhe déste o movimento e vida.

Cada papel que representava era uma nova creação que fazia, um caracter distincto, uma nova personagem que apparecia em scena; e apossava-se tanto do sentimento do papel que desempenhava, que, segundo refere em suas *Lições dramaticas*, publicadas em 1862, representando a tragedia *Antonio José* compenetrou-se tão vivamente da personagem nas ultimas scenas, que mal pôde chegar ao fim suffocado pelo pranto e pelos soluços, e longo tempo permaneceu em seu camarim em estado quasi de alienação.

Outro facto igual succedeu-lhe na representação do *Hamleto*. O actor o expõe assim:

« Tendo a desgraça de perder meu querido e adorado pai, logo que a dôr d'esta perda irreparavel me deu lugar, fiz a minha reentrada em scena em um beneficio que tinha sido transferido por esse doloroso motivo. Na magnifica scena em que Hamleto, abraçado com a urna, falla ás cinzas de seu pai, um frio tremor se apoderou de mim, e foi tal a minha emoção que cahi sobre uma cadeira sem poder proseguir, e as lagrimas, os soluços, a dôr, tudo que soffri então era semelhante ao que eu havia soffrido no momento fatal em que vi meu pai nos meus braços exhalar o suspiro derradeiro. »

No entanto convém observar que, levar-se o actor pelo sentimento de seu papel tocando á realidade, é um defeito que mais tarde João Caetano reconheceu; deve o artista imitar a natureza, mas não apossar-se realmente das paixões que manifesta, para não acontecer-lhe como a Isopo, actor romano, que, representando em uma tragedia e tendo a espada desembainhada, encheu-se de tal furor, que atravessou-a em um escravo que appareceu no tablado.

Se possuia dotes naturaes e genio para a vida artistica, tinha João Caetano alguns defeitos; ás vezes era exagerado em seus transportes, era assaz orgulhoso, rejeitava as observações que dirigiam-lhe, as censuras molestavam-n'o, julgava-se rei da scena e simples comparsas os actores que acompanhavam-n'o. Não se esforçava por transmittir os conhecimentos da arte que exercia, não queria ter imitadores, nem discipulos; a arte era elle e com elle devia morrer. Enlevado pelos seus triumphos, pela gloria adquirida no palco, esquecia-se de tudo, e avoejava o espirito ás regiões aerias, sonhando com a immortalidade; nunca procurou formar escola; publicou nos ultimos annos de existencia suas *Lições dramaticas*, mas se não esforçou em realizar suas idéas; e esse seu egoismo afastou de si habeis artistas que procuraram os theatros das provincias, desunindo-se d'esse modo a companhia mais regular que tinhamos. A desharmonia, o desanimo e a falta de emulação, que começaram a apparecer entre os artistas, por não terem quem os guiasse e dirigisse, tornou-os negligentes em seus deveres, e não encontrando o povo no theatro agradavel e variado passatempo, se foi afastando e despovoando os espectaculos. Haviam chegado as cousas a esse estado quando abriu-se a sepultura que devia receber o cadaver de João Caetano. A arte dramatica vestiu-se de luto, os artistas ficaram va-

cillantes, perplexos; nenhum julgava-se assaz autorisado para reunir seus collegas e reorganisar uma companhia; não havia quem podesse chamar-se mestre, porque o mestre, orgulhoso e egoista, morrêra sem deixar discipulos; continuaram separados, desunidos, e em vez de colligarem-se todos, dividiram-se em grupos, nos quaes os mais ousados arvoraram-se em emprezarios. Mas não podiam alguns artistas, domiciliados n'este ou n'aquelle theatro, trazer á scena espectaculos que satisfizessem ao publico; e por isso ás representações dramaticas preferiu o publico o alcaçar lyrico. Para satisfazer ao gosto corrompido da época, ao paladar estragado do povo, recorreram os emprezarios dramaticos ao repertorio d'aquelle theatro francez, e transplantaram para a scena brasileira as parodias informes, burlescas e indecentes dos vaudevilles francezes; composições ridiculas, sem nexo, despidas de valor litterario, que vivem algumas noites nas gargalhadas, e depois desapparecem e ficam para sempre esquecidas; sem jogo scenico, sem sentimento, sem belleza na fórma e na ordidura, não necessitam taes composições de ser interpretadas por habeis actores; qualquer mais ou menos escorreito vai alli afinar a garganta para entoar mais ou menos bem as musicas de Offenbach, Hervé, Auber e de outros, e movimentos desordenados, burlescos, posições pouco decorosas, bordaduras e lentejoulas nos vestidos e outros accessorios completam o quadro; chovem as palmas, e colhem os emprezarios pingues lucros d'essas especulações materiaes de commercio; mas o homem sensato que vai analysar essas composições não sabe classifical-as, e aborrido deixa o theatro, repetindo as palavras de Laplace ao sahir da representação de uma tragedia: « Qu' est que cela prouve ! »

E porque chegou nosso theatro a esse estado degradante e retrogrado; será por ser o povo embrutecido, por agradar-

lhe só essas composições mesquinhas!? Não; tem o povo bons instinctos, coração para sentir, alma para admirar, mas se deve confessar que não está ainda sufficientemente educado para o theatro, afim de avaliar com reflexão os trabalhos de habeis escriptores, que, com a inspiração do genio, apresentam em suas composições a poesia, o sentimento intimo e profundo do coração humano.

Se o governo tivesse fundado um theatro normal, um theatro escola, em que habilmente ensaiados soubessem os actores interpretar os bons dramas, certamente ter-se-hia educado o gosto litterario do publico; se reconhecesse a influencia directa que sobre a sociedade, sobre os costumes publicos exerce o drama; que o theatro é um templo da sociedade moderna, porque alli se reproduzem os factos da humanidade, alli as artes se abraçam para celebrar a civilisação do mundo, alli se representam todos os caracteres, se avaliam todos os costumes, e se experimentam todas as paixões; se reflectisse na grande missão do theatro, na sua influencia sobre a civilisação pelos conselhos que alli se bebem e pelo ensino que alli se encontra; se animasse e recompensasse aos habeis escriptores dramaticos, muitos d'elles se não occultariam em seus gabinetes, enriqueceriam a litteratura patria com composições de subido valor litterario; se fundasse um theatro dramatico nacional, se creasse artistas, e educasse o povo, animasse e auxiliasse ás vocações poeticas, a arte dramatica progrediria, se aperfeiçoaria a lingua nacional e as letras, as artes se avantajariam n'este vasto imperio abençoado por Deus na creação dos mundos.

Dr. Moreira de Azevedo

ACTAS DAS SESSÕES EM 1870

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 21 DE MARÇO DE 1870

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 5 horas da tarde acham-se reunidos na sala das sessões do Instituto os Srs. visconde de Sapucahy, Joaquim Norberto, Dr. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Perdigão Malheiro, J. M. da S. Paranhos Junior, conselheiro Jardim, Homem de Mello, Braz Rubim, Pinheiro de Campos e Coruja, faltando por doentes os Srs. Drs. Macedo e conego Fernandes Pinheiro.

O Sr. presidente abriu a sessão, e declarou que a tinha convocado extraordinariamente em consequencia da feliz noticia da terminação da guerra, e dava a palavra áquelles senhores socios que a quizessem para indicar a maneira pela qual devia o Instituto tomar parte no regozijo nacional, pelo glorioso feito d'armas que pôz termo á longa campanha que o Brasil, por sua honra ultrajada, foi obrigado a sustentar pelo longo periodo de 5 annos, e gloriosamente terminada com o ultimo combate dado nas margens do Aquidaban, onde succumbiu aquelle que a provocou.

Depois de uma breve discussão em que tomaram parte os Srs. Joaquim Norberto, Drs. Homem de Mello e Perdigão Malheiro, resolveu o Instituto o seguinte:

Que fosse uma deputação d'entre os seus membros, amanhã 22 do corrente, ás 5 horas da tarde, felicitar a Sua Magestade o Imperador pela terminação da guerra do Paraguay;

Que se dirigisse um voto de recophecimento e gratidão a Sua Alteza o Sr. condé d'Eu, general em chefe do exercito brasileiro, pelos triumphos obtidos n'essa longa campanha, concluida gloriosamente no combate de Aquidaban, em que tanto se distinguiu o valente visconde de Pelotas.

Em seguida, o Sr. presidente convidou a todos os membros presentes do Instituto para fazerem parte da deputação que tem de felicitar a Sua Magestade, e mandou que se désse publicidade nas folhas diarias do dia seguinte á resolução tomada, para sciencia dos membros que não compareceram, e levantou a sessão ás 6 1/2 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo.

SECRETARIO SUPPLENTE.

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 4 DE MAIO DE 1870

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 5 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Drs. conego Fernandes Pinheiro, Pinheiro de Campos, Gabaglia, Perdigão Malheiro, Capanema, Coruja, capitão de fragata Costa Azevedo e Dr. Candido Mendes, o Sr. presidente abriu a sessão,e declarou que a tinha convocado para o fim de ser nomeada uma commissão para felicitar a Sua Alteza o Sr. conde d'Eu pelos triumphos gloriosos alcançados pelas armas brasileiras, sob o seu commando em chefe, no Paraguay, e pelo seu regresso a esta côrte. Em seguida, e com approvação unanime, nomeou a sobredita commissão, que ficou composta de todos os socios presentes e do orador do Instituto, Dr. Macedo,que, por se achar ausente,

deveria ser avisado; devendo ella comparecer no palacio Isabel ás 6 horas da tarde do dia em que, para desempenho de sua missão, fosse annunciado nos jornaes diarios. E levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

SECRETARIO SUPPLENTE.

1ª SESSÃO ORDINARIA EM 3 DE JUNHO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, Dr. Macedo, Joaquim Norberto, Dr. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Perdigão Malheiro, Lagos, Pinheiro de Campos, Capanema, João Ribeiro de Almeida, Gabaglia, Braz Rubim e Coruja, annunciou-se a chegada de Sua Magestade o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Foram lidas e approvadas as actas das sessões extraordinarias de 21 de Março e 4 de Maio do corrente anno.

O Sr. Dr. Sousa Fontes, 2º secretario servindo de 1º, deu conta do expediente, que constou do seguinte:

Carta do Sr. conego Fernandes Pinheiro, communicando que não podia comparecer á sessão por achar-se doente.

Dita do Sr. Dr. Paranhos Junior, tambem declarando que não podia comparecer por impedido na camara dos deputados.

Officios dos Srs. presidentes das provincias do Paraná, Matto-Grosso, Maranhão, Ceará, Sergipe e Bahia, remettendo diversos *Relatorios*.

Dito do Sr. presidente da provincia do Rio-Grande do Sul, remettendo um exemplar da *Collecção de Leis* promulgadas pela assembléa provincial na sessão do corrente anno.

Dito do Sr. official-maior interino da secretaria do senado, remettendo, de ordem do mesmo, uma collecção dos *Annaes do Senado* da sessão de 1860 e um exemplar do 2º tomo dos *Pareceres* da mesa.

Dito do Sr. secretario do Instituto Polytechnico, remettendo o tomo 2º n. 2 da *Revista* do mesmo instituto.

Seis ditos do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, remettendo, da cidade do Maranhão, o seguinte: um exemplar da obra intitulada *A meus filhos, ou os fructos do bom exemplo por Prospero Blanchard*, e traduzido pelo offertante; tres numeros do periodico *Nação*; tres ditos do *Paiz*, e um do *Publicador Maranhense*, onde se acham publicados artigos historicos sobre a villa, freguezia e comarca de Pastos-Bons, sobre a ilha de S. João, sobre a junta da administração da real fazenda, e sobre a instrucção publica; os ns. 29 e 30 da *Nação*, onde se acham publicados artigos sobre o Maranhão, etymologia do nome, a que rio ou territorio compete o nome Maranhão; os ns. 139 e 146 do *Paiz*, onde se acham os artigos sobre a historia do tribunal da relação do Maranhão; e o n. 33 do *Publicador*, com um artigo relativo á hygiene; *Almanak administrativo da provincia do Amazonas*, e um exemplar da *Descripção do edificio e das festas da inauguração do hospital portuguez da real sociedade humanitaria do Maranhão*.

Dito do Sr. A. José dos Santos Neves, offerecendo para a bibliotheca do Instituto um exemplar da sua obra: *Ho-*

menagem aos heróes brasileiros na guerra contra o governo do Paraguay.

Dito do Sr. Antonio José Victorino de Barros, offerecendo um exemplar da *Biographia*, por elle escripta, do visconde de Inhaúma.

Dito do Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, offerecendo dois volumes das *Poesias* e outro da *Rhetorica Nacional* de Luiz José Junqueira Freire, sendo o 1° volume publicado pelo autor, e o 2° e 3° pelo offertante posteriormente á morte d'aquelle.

Dito do Sr. secretario da Academia Real de Sciencias de Madrid, agradecendo ao Instituto a remessa que lhe fez de suas *Revistas.*

Carta do Sr. Ricardo José Corrêa de Miranda, enviando um exemplar de sua obra *Vôos do Tambique.*

Dita do Sr. José Marcellino Pereira de Vasconcellos, offerecendo ao Instituto a *Vida do padre Vieira, escripta por André de Barros*, e um exemplar de sua obra *Selecta Brasiliense, ou noticias, descobertas, observações, factos, curiosidades, em relação aos homens, á historia e cousas do Brasil.*

Dita dos Srs. Alvarenga Netto e Azevedo Coimbra, offerecendo os ns. 1, 2 e 3 do jornal *D. Pedro II* no 3° anno da sua existencia.

Dita do Sr. Constantino do Amaral Tavares, declarando que, achando-se actualmente occupado com a organisação de um *Diccionario biographico* de todas as personagens nacionaes ou estrangeiras que se tornaram notaveis na historia do Brasil, e de um *Diccionario* de datas tambem da historia patria, tinha por isso necessidade, para facilitar o seu trabalho, que este Instituto lhe concedesse uma collecção de suas *Revistas*. Resolveu o Instituto que se satisfizesse o pedido.

Foram feitas as seguintes offertas :

Pela secretaria da camara dos deputados, os *Annaes* da mesma camara de 1869.

Pela Imperial Sociedade dos Naturalistas de Moscow, os *Boletins* da mesma de 1868.

Pelo Sr. Dr. Candido Mendes de Almeida, o *Codigo Philippino ou ordenações do reino de Portugal*, 14ª *edição, annotada e additada* pelo offertante.

Pelo Sr. conselheiro Filippe José Pereira Leal, ministro do Brasil no Perú, *Historia politica de los establecimientos ultramarinos de las naciones europeas, por Eduardo Malo de Luque*, 5 vol., 1784 ; *Politica indiana, compuesta por el Dr. D. Juan de Solorzano Pereira*, Madrid 1736, 2 vol.; *Espetaculo de la nuturalesa e conversaciones acerca de las particularidades de la historia natural que han parecido mas a proposito para excitar la curiosidad, por el Abade M. Pluche. Republica de Colombia, o noticia de sus limites, extencion, montanas, rios, producciones, comercio, poblacion, habitantes, educacion, leys, religion e historia, por el Dr. Lorenzo M. Llevas, Valencia*, 1841.

Pelo Sr. Pessanha Povoas, *Legendas da provincia do Espirito-Santo.*

Pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, *Repertorio da constituição politica do imperio do Brasil e do acto addicional. Opusculo de moral religiosa. Curso pratico de pedagogia. Repertorio da directoria de instrucção publica da provincia de Pernambuco no anno de* 1868, e *Resumo de logica do compendio de philosophia de Mr. Barbe.*

Pela Sociedade de Geographia de Paris, os *Boletins* da mesma, dos mezes de Outubro e Novembro de 1869 e Janeiro e Fevereiro de 1870.

Pelo Instituto Historico de França, o *Investigador*, jornal

do mesmo instituto, dos mezes de Setembro a Dezembro de 1869 e Janeiro e Fevereiro de 1870.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, o seu jornal.

Pelo Sr. conego Dr. Manoel da Costa Honorato, por intermedio do Sr. Dr. Carlos Honorio, *Eloquencia poetica e critica litteraria. Descripção topographica e historica da ilha do Bom Jesus e do asylo de invalidos da patria, e Esboço historico e topographico da cidade de corrientes com a planta da mesma cidade.*

Pelo Sr. Dr. Angelo Justiniano Carranza, por intermedio do Sr. Dr. Moreira de Azevedo, *Rasgos biograficos del coronel Quintin Quevedo, enviado extraordinario y ministro plenipotenciario de Bolivia en el Brasil y republicas del Plata. Critica literaria, rectificacions a los Apuntes historicos sobre el partido de San Isidro, por M. A. Pelliza. Una lagrima sobre la tumba del Sr. D. Mauro Carranza. Descripcion historica de la antigua provincia del Paraguay por D. Mariano Antonio Molas, corrijida y anotada por el Dr. Anjel Justiniano Carranza. Epitome sobre la vida intima y publica del presbytero D. Escolastico Zegada, por A. J. Carranza.*

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Leram-se e ficaram sobre a mesa dois pareceres; um da commissão de historia e outro da de admissão de socios.

O Sr. J. Norberto de S. Silva occupou a attenção do Instituto, lendo a *Biographia*, por elle escripta, de Casimiro de Abreu.

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade o Imperador, levantou a sessão.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo

SECRETARIO SUPPLENTE.

2ª SESSÃO EM 17 DE JUNHO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Macedo, Norberto, Moreira de Azevedo, Carlos Honorio, Lagos, Coruja, Marques de Carvalho, Xavier de Brito, Miguel Antonio da Silva, Pinheiro de Campos, Escragnolle Taunay e Boulanger, annunciou-se a chegada de Sua Magestade o Imperador, que foi recebido com as honras do costume.

Em seguida o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, secretario supplente, leu a acta da sessão anterior, que foi approvada, e o Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1° secretario, deu conta do expediente, que constou do seguinte:

Cartas dos Srs. conego Pinheiro, 1° secretario, e Dr. Sousa Fontes, 2º dito, communicando não poderem comparecer á sessão por doentes.

Igual communicação fez verbalmente o Sr. presidente, da parte do Sr. vice-presidente barão do Bom-Retiro.

Aviso do Exm. Sr. ministro do Imperio, datado de 18 de Janeiro do corrente anno, declarando ficar inteirado, pela relação que lhe foi remettida em officio de 28 de Dezembro do anno proximo passado, do resultado da eleição a que este Instituto procedeu para os lugares de membros da mesa e commissões que têm de servir no corrente anno.

Officio do Sr. presidente da provincia de Minas-Geraes, remettendo um exemplar do *Almanak* d'aquella provincia, para o anno de 1870.

Dito do Sr. presidente da provincia do Espirito-Santo, remettendo tres *Relatorios* da presidencia d'aquella provincia.

Dito do Sr. presidente da provincia do Maranhão, remettendo um exemplar da *Collecção das leis* promulgadas pela assembléa provincial na sessão do anno proximo passado, e um dito dos *Regulamentos* expedidos pela presidencia, no mesmo anno.

Dito do Exm. Sr. barão de Lorena, acompanhado de um manuscripto, que offerece ao Instituto, contendo uma *Noticia circumstanciada sobre a fundação do recolhimento da Luz da Divina Providencia, na cidade de S. Paulo, no anno de 1764*, e a *Vida de sua fundadora, Madre Helena Maria do Espirito-Santo.*

Dito do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, fazendo considerações sobre a revolução de 1817, quaes os seus autores principaes, a côr da bandeira adoptada pelos revoltosos da provincia do Maranhão, a sua divisa—Maranonia respublica Equatoris Rebus publicis federata, etc.

OFFERTAS

Pelo Sr. Innocencio Francisco da Silva foi offerecido o seguinte: *Apontamentos biographicos dcerca de D. Luiz Francisco de Assis Sanches de Baena, Lisboa*, 1869. *Memoria de epidemologia portugueza por Joaquim da Cunha Vieira de Meirelles*, e *Osteologia, resposta aos pontos propostos pela faculdade de medicina da universidade de Coimbra em* 1863.

Pelo Sr. tenente-coronel P. T. Xavier de Brito, *Instrucções para a collocação dos guardas-raios nos edificios publicos e particulares, memoria apresentada ao Instituto Polytechnico Brasileiro.*

Pelo Sr. Dr. Perdigão Malheiro, *Supplemento ao manual do procurador dos feitos da fazenda nacional.*

Pelo Sr. Dr. Moreira de Azevedo, *Os Francezes no Rio de Janeiro, romance historico*; e *Mozaico Brasileiro, collecção*

de ditos, respostas, pensamentos, epigrammas, p
anecdotas, etc.

Pelo Sr. Vivien de Saint-Martin, *L'Année géograp*
revue annuelle, 1869.

Pela Sociedade de Geographia de Paris, *Boletim* d
ma do mez de Março do corrente anno.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional,
jornaes de Fevereiro, Março e Abril do corrente an

Pelo Gabinete Portuguez de leitura do Rio de J.
Catalogo supplementar dos livros do mesmo gabinet

Pelo Sr. director geral dos correios de Buenos-A
Annuario de correios da republica Argentina do a
1869.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas resp
redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Foi lida e remettida á commissão de admissão de
a seguinte proposta:

« Proponho para membro correspondente do Inst
Sr. general D. Wenceslão Paunero, servindo de ti
admissão a sua *Memoria* sobre os limites entre a co
ração Argentina e a republica da Bolivia. Rio de J.
17 de Junho de 1870.—*J. M. de Macedo.*»

Foi igualmente lido, approvado e remettido á com
de admissão de socios o parecer da de historia favo
Memoria do Sr. Dr. D. Domingos de Santa Maria.

Foi unanimemente approvado por escrutinio o par
commissão de admissão de socios favoravel ao Ex. S
Joaquim Pires Machado Portella, sendo este senhor
mado pelo Sr. presidente membro correspondente
tituto.

Ficou sobre a mesa o parecer da commissão de historia dado sobre os trabalhos historicos e geographicos do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, e sobre o plano que este adoptou para a formação de um *Diccionario topographico da provincia do Maranhão.*

O Sr. M. F. Lagos leu a introducção, e parte do seu *Vocabulario dos termos usados na provincia do Ceará, e que se não encontram nos diccionarios.*

Levantou-se a sessão ás 8 horas.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo

SECRETARIO SUPPLENTE.

3ª SESSÃO EM 1º DE JULHO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Joaquim Norberto, Drs. Carlos Honorio, Pinheiro de Campos, conselheiro Freire Allemão, barão de S. Lourenço, Lagos, Marques de Carvalho, Miguel A. da Silva, Xavier de Brito, Braz Rubim e Escragnolle Taunay, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, o qual foi recebido com as devidas honras, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Occupou a cadeira de 1º secretario o Sr. secretario supplente Dr. Carlos Honorio, que leu a acta da sessão antecedente, a qual foi approvada, e deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. 1º secretario, conego Fernandes Pinhei-

ro, declarando que, por continuarem seus incommodos de saude, não podia comparecer á sessão.

Iguaes communicações foram feitas pelos Srs. 2º secretario, Dr. Sousa Fontes, e thesoureiro, Coruja.

Officio do Sr. director geral da secretaria de estrangeiros, remettendo, de ordem do Sr. ministro da mesma repartição, um exemplar do *Relatorio* que este apresentou á assembléa geral legislativa na actual sessão.

Dito do Sr. presidente da provincia da Bahia, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que abriu a assembléa legislativa provincial do corrente anno.

Dois ditos do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, remettendo uma *Relação dos governadores, capitães-generaes e presidentes que têm fallecido na cidade de S. Luiz do Maranhão* e o n. 51 do *Paiz*, onde se acha publicado um artigo historico sobre a igreja de S. José do Desterro da mesma provincia do Maranhão.

Dito dos Srs. presidente e secretario da Sociedade Belga de Geographia, ultimamente installada em Antuerpia, remettendo os *Estatutos* da mesma e pedindo a troca das *Revistas* do Instituto com as suas publicações.

Carta do Sr. Antonio de Assis Martins, solicitando uma relação do pessoal de que se compõe a direcção d'este Instituto, para ser transcripta no *Almanak da provincia de Minas-Geraes*, que vai publicar.

OFFERTAS FEITAS AO INSTITUTO

Pelo Sr. Dr. Felisardo Pinheiro de Campos foi offerecido um folheto com o titulo *A Converção dos bens das ordens regulares em apolices da divida publica intransferiveis.*

Pela secretaria de Estado dos negocios da marinha, um exemplar do *Relatorio* apresentado á assembléa geral legis-

lativa na actual sessão pelo Sr. ministro da mesma repartição, barão de Cotegipe.

Pela secretaría da fazenda, um exemplar da *Proposta e Relatorio* apresentados á assembléa geral na actual sessão pelo Sr. ministro visconde de Itaborahy.

Pelo Sr. E. Dupont, o *Curso de litteratura brasileira colligido por Mello Moraes Filho.*

Pelo Sr. conselheiro Manoel da Cunha Galvão, *Noticia sobre as estradas de ferro do Brasil.*

Pela typographia nacional, *Collecção de leis e decisões do governo do imperio do Brasil de* 1869.

Pelo Sr. J. D. da C. Lima, um opusculo com o titulo *Algumas considerações sobre o discurso do nobre senador pela provincia do Espirito-Santo, em 13 de Setembro de* 1869, *com relação á estrada de ferro projectada de Santa Catharina a S. Pedro do Sul.*

Pela Sociedade Smithsonian dos Estados-Unidos, varias obras em continuação ás que tem remettido anteriormente ao Instituto.

Varios jornaes remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Foi approvado o parecer da commissão de historia dado sobre os trabalhos historicos e geographicos do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, e a respeito do plano por este adoptado para a formação do *Diccionario topographico da provincia do Maranhão*, que pretende publicar.

O Sr. commendador Lagos proseguiu na leitura do seu *Vocabulario dos termos usados na provincia do Ceará, que não se encontram nos diccionarios.*

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo a imperial venia, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.
SECRETARIO SUPPLENTE.

4ª SESSÃO EM 15 DE JUNHO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Drs. Macedo, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Homem de Mello, Lagos, Coruja, Couto de Magalhães, Pinheiro de Campos, Miguel Antonio da Silva, João Ribeiro de Almeida, Xavier de Brito, Braz Rubim, Escragnolle Taunay e Piros Portella, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de 2º secretario, leu a acta da antecedente, a qual foi approvada, e o Sr. Dr. Carlos Honorio, servindo de 1º, deu conta do expediente, que foi o seguinte:

Officios dos Srs. Drs. conego Pinheiro, 1º secretario, e Sousa Fontes, 2º dito, communicando que, continuando seus incommodos de saude, não podiam comparecer á sessão.

Dito do Sr. vice-presidente da provincia da Bahia, remettendo dois exemplares do *Relatorio* com que o Exm. Sr. barão de S. Lourenço passou-lhe a administração da provincia no dia 23 de Maio proximo passado.

Dito do Sr. conselheiro Miguel Maria Lisboa, offerecendo, por parte do Sr. marquez de Sá da Bandeira, residente

em Lisboa, o seguinte manuscripto *Respostas aos quesitos sobre o commercio e possessão de escravos, chegando-se ao melhor juizo pela entrega de si.*

Carta do Sr. Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, offerecendo, por intermedio do Sr. Coruja, a obra *Chronicis of Eri, etc , em 2 vols., edição de Londres de* 1822.

OFFERTAS

Foram feitas as seguintes offertas:

Pelo Sr. C. Abreu, de um exemplar da sua obra com o titulo *Evangelina ou os companheiros da morte, historieta romantica.*

Pelo Sr. Dr. José de Saldanha da Gama, de um exemplar de suas *Cartas sobre botanica.*

E pelo Sr. padre Francisco Pedro da Cunha, da *Oração de acção de graças pela feliz terminação da guerra do Paraguay, por elle recitada no solemne Te-Deum celebrado pela camara municipal da cidade do Desterro em Santa Catharina.*

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

O Sr. Dr. João Ribeiro de Almeida offereceu ao Instituto uma collecção dos *Semanarios*, periodico publicado em Assumpção, e varios documentos, impressos e manuscriptos, sobre a guerra do Paraguay, acompanhados de uma exposição, que leu, na qual aprecia com seu reconhecido criterio cada um d'esses documentos.

Em seguida o Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, obtendo a palavra, leu a introducção de sua *Memoria historica sobre a catechese dos indigenas pelos jesuitas e do que actualmente se póde fazer.*

Finalmente, occupou a attenção do Instituto o S Rubim, lendo a 1ª e 2ª parte do seu trabalho *Breve* *ções sobre a linguistica comparada, seguida de* *mentos sobre os vocabulos indigenas e outros intro* *no seu vulgar.*

A's 8 horas levantou-se a sessão, depois de obtid de S. M. o Imperador.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azeve

SECRETARIO SUPPLENTE.

5ª SESSAO EM 12 DE AGOSTO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPI

Presidencia do Illm. Sr. Visconde de Sapuc

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes o Visconde de Sapucahy, Drs. Carlos Honorio, More Azevedo, Lagos, Coruja, Perdigão Malheiro, Ma Portella, Miguel Antonio da Silva, Couto de Mag Pinheiro de Campos, Braz Rubim, José Christino, Ribeiro de Almeida e Escragnolle Taunay, annu se a chegada de S. M. o Imperador, o qual foi bido com as honras do estylo, e, tomando asse Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo, servindo de S cretario, leu a acta da sessão antecedente, e qu approvada.

E o Sr. Carlos Honorio, servindo de 1º secr deu conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. 1° secretario conego Fernandes Pinheiro, declarando que a continuação de sua enfermidade o impossibilita de comparecer á sessão.

Dito do Sr. director geral da secretaria de Estado dos negocios da guerra, remettendo um exemplar do *Relatorio* que o Exm. Sr. ministro d'aquella repartição apresentou á assembléa geral legislativa na actual sessão.

Dito do Sr. presidente da provincia de Goyaz, remettendo um exemplar do *Relatorio* que apresentou á assembléa provincial no acto de sua installação no dia 1° de Junho do corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia do Paraná, remettendo o *Relatorio* com que foi installada, no corrente anno, a 1ª sessão da 9ª legislatura da assembléa provincial.

Dito do Sr. secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, agradecendo ao Instituto a remessa que fez áquella academia do ultimo tomo da *Revista Trimensal*, e pedindo que se lhe remetta o vol. 28, o trimestre 4° do vol. 30 de 1867, e os trimestres 3° e 4.° do vol. 31 de 1868, para ficar completa a sua collecção, que se acha truncada em estas faltas.

Dito do Sr. secretario da Imperial Sociedade dos Naturalistas de Moscow agradecendo a remessa do tomo 32 da *Revista* d'este Instituto, feita pelo Sr. 1° secretario.

Dito do Sr. J. R. Guterrez, offerecendo um exemplar, por elle publicado, sobre a questão de limites entre a Bolivia e o Brasil, e desejando que este trabalho sirva de titulo de sua admissão ao gremio d'este Instituto.

Dito do Sr. Constantino do Amaral Tavares, agradecendo ao Instituto a remessa que lhe fez de uma col-

lecção de suas *Revistas*, que solicitou para auxiliar os seus trabalhos historicos, e remettendo as obras que tem já publicado.

Dito do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o 1º vice-presidente da provincia do Maranhão abriu a sessão ordinaria do presente anno.

Dois ditos do Sr. Dr. Antonio Pereira Rebouças Filho, offerecendo por parte do Sr. brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha, varios documentos manuscriptos concernentes á historia da conquista e occupação dos campos de Guarapuava na provincia do Paraná. E por sua parte, como titulo de admissão de socio, offerece o *Relatorio da commissão exploradora da estrada de Matto-Grosso através da provincia do Paraná* e os *Apontamentos sobre a via de communicação do rio Madeira*.

Foram feitas as seguintes offertas:

Pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de um exemplar do *Relatorio* que o Exm. Sr. ministro d'aquella repartição apresentou a assembléa geral legislativa na presente sessão. Varios *Relatorios* e *collecções de leis provinciaes*, e um exemplar do 2º vol. da *Compilação de consultas sobre negocios ecclesiasticos*.

Pelo Sr. Dr. Feliciano Pinheiro de Campos, de um impresso contendo esclarecimentos sobre a provincia do Loreto, situada no Imperio do Peru e confinante ao norte com a provincia do Amazonas, e do *Jornal do Rio de Janeiro* onde se acha a narração das exequias feitas por ordem do governo aos militares do exercito e armada que fallecêram na guerra do Paraguay.

Pelo Sr. B. Antonio da Costa, da cidade de Lisboa, foi offerecida a sua obra com o titulo *Instrucção Nacional*.

Pela Real Sociedade de Geographia de Londres, o seu jornal de 1869.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, um numero de sua Revista.

Pela Sociedade Geographica de Italia o seu *Boletim* do mez de Junho do corrente anno.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Leu-se e foi remettida á commissão de geographia a seguinte proposta: « Proponho para membro correspondente do Instituto o Sr. coronel João Wilkens de Mattos, ex-presidente da provincia do Amazonas, servindo de titulo de admissão além de seus diversos trabalhos publicados, a sua *Memoria inedita sobre a Goyana Franceza*. Sala das sessões, 12 de Agosto de 1870.—*Miguel Antonio da Silva.*»

O Sr. Manoel F. Lagos pede a palavra para apresentar uma proposta, que julga de grande importancia e utilidade. Pondéra que, sendo um dos principaes fins do Instituto colligir e methodisar os documentos interessantes á historia, geographia e ethnographia do Brasil, divulgando-os por meio da imprensa, até hoje tem elle cumprido religiosamente este preceito de sua lei organica, como o provam os 33 volumes publicados da *Revista Trimensal*, que formam um promptuario de noticias indispensaveis aos que se dedicarem a escrever sobre esta parte da America Meridional.

Além da ampla compillação que já tem dado á luz, possue o Instituto nos seus archivos tão grande cópia de escriptos ineditos que a impressão d'estes abrangerá pelo menos

outros 33 volumes iguaes, e por consequencia só no fim de 33 annos, a proceder como vai, conseguirá esgotar o material reunido. Ora, se a esse numero avultado de manuscriptos accrescentar-se os trabalhos que durante o mencionado periodo hão de ser apresentados pelos membros do Instituto, os codices que por sem duvida ainda receberá, os que param em mãos particulares, e os espalhados por todo o imperio nas diversas repartições publicas, não haverá exageração, mas antes muita certeza, avançando-se que a *Revista Trimensal* se acha provida de alimento para 60 volumes, ou por outra para 60 annos, o que equivale a uma vida humana. A continuar-se assim, a geração actual ficará privada do conhecimento d'esses escriptos, que de tanto auxilio lhe serviam.

« Segundo o regimento interno do Instituto, aliás bem concebido, os manuscriptos não sahem da casa, e nem os socios podem consultal-os com vagar, attendendo-se ao dimi-nuto tempo que lhes é franqueada a bibliotheca : são diamantes enterrados em mina de difficil exploração.

« O Instituto, continúa o Sr. Lagos, muito tem feito, todos o confessam; porém com algum esforço e boa vontade muito mais poderá fazer. De que maneira ? E' simples: ampliando as suas publicações, fazendo imprimir, além do que tiver cabimento na *Revista Trimensal*, e a começar desde já, em collecção separada, aquelles trabalhos que forem julgados de maior transcendencia. Esta minha idéa, que tenho a honra de submetter á vossa consideração, não é nova, pois não é de agora que se faz sentir o *desideratum* em questão: pretendi realisal-a, mas faltaram-me os meios, os bons desejos não. Eis o plano que eu então havia traçado, e cuja leitura melhor vos esclarecerá o meu pensamento.

PROSPECTO

« *Bibliotheca brasileira, ou Collecção de obras e documentos relativos á historia e geographia do Brasil.*

« A *Bibliotheca Brasileira* é destinada não só para a publicação de trabalhos ineditos, antigos e modernos, sobre a historia e geographia do Brasil, mas tambem para reimpressão de noticias, memorias, narrações, diarios, roteiros, viagens, descripções, ou outras quaesquer obras e documentos relativos ao mesmo assumpto.

« No desempenho da primeira parte, de muito nos valerá a espontanea coadjuvação promettida por alguns de nossos mais distinctos litteratos, além de já termos colligido cerca de duzentos manuscriptos importantes, e esperarmos alcançar outros de cuja existencia sabemos, assim como onde param. Estes codices ineditos e originaes abterão preferencia nas paginas da *Bibliotheca Brasileira*.

« Quanto á segunda parte, faremos selecção dos melhores escriptos, reimprimindo principalmente aquelles que se têm tornado raros, ou que por se acharem intercalados em collecções volumosas e de elevado preço não podem chegar ao conhecimento de todos. Debalde se procuraria hoje alguns dos impressos reunidos pelo incansavel abbade de Sever, com o titulo de *Noticias historicas e militares da America*, compillação unica e preciosissima existente na bibliotheca publica d'esta côrte.

Como é sabido, muito e bom se encontra a respeito do Brasil na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, e nas *Memorias* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, no *Jornal de Coimbra*, no *Investigador Portuguez*, nos *Annaes das viagens* e no *Boletim* da Sociedade de Geographia de Pariz, etc., etc.

« Mais longe vai o nosso plano, que se não limita a vulgarisar unicamente as producções dadas á luz no idioma portuguez. Póde-se dizer que é quasi desconhecida uma grande quantidade de opusculos concernentes a este paiz, impressos em latim, italiano, francez, hespanhol, inglez, allemão e hollandez, e por isso encarregaremos da sua traducção a pessoas habilitadas, e quando fôr possivel irão acompanhados de notas. E não nos esqueceremos de extractar das narrativas dos viajantes estrangeiros, que com diverso destino por acaso tocaram no Brasil, os trechos relativos a este imperio.

« Do exposto se deduz que é nosso principal fito formar um promptuario dos escriptos avulsamente publicados em varias épocas, e que assim reunidos, além de pouparem a fadiga de pesquizas longas e ás vezes infructuosas, serão necessarios adminiculos para o estudo da historia e da geographia do Brasil.

« Como a *Bibliotheca Brasileira* deverá servir de complemento ás interessantes publicações do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, teremos o maior cuidado de não reproduzir os documentos estampados na *Revista Trimensal*.

« Bastante temos dito, e passamos sem mais demora a apresentar a nossa proposta nos seguintes termos:

« 1.° Proponho que o Instituto dê principio quanto antes a uma nova publicação com o titulo de *Bibliotheca Brasileira*, ou outro qualquer que escolher, na conformidade do plano acima indicado, ou com as modificações mais convenientes.

« 2.° A redacção da *Bibliotheca Brasileira* será confiada a um membro d'esta sociedade, o qual pelo seu trabalho não receberá estipendio, como até hoje se tem praticado.

« 3.° O redactor da *Bibliotheca Brasileira* procurará

quanto lhe fôr possivel publicar documentos ineditos que não existam no archivo do Instituto, ao qual recorrerá sómente em ultimo caso, entendendo-se para isso com o Sr. 1° secretario.

« 4.° Obrigar-se-ha a inserir nas paginas da *Bibliotheca Brasileira* qualquer escripto que por ordem do Instituto lhe fôr transmittido com esse fim.

« 5.° A *Bibliotheca Brasileira* será publicada no mesmo formato da *Revista Trimensal* e por volumes de 500 paginas, acompanhados das estampas e mappas indispensaveis.

« 6.° O Instituto resolverá se os volumes deverão ser divididos em entregas trimensaes, como a sua *Revista*, ou sómente distribuidos depois de completos.

« 7.° O preço dos volumes da *Bibliotheca Brasileira* será o mesmo da *Revista Trimensal*.

« 8.° Todos os socios do Instituto têm direito a um exemplar.

« 9.° A venda e distribuição ficará á cargo do Sr. thesoureiro do Instituto.

« Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 29 de Julho de 1870. — *Manoel Ferreira Lagos.*»

Ficou sobre a mesa para ser discutida na proxima sessão.

PARECERES

Leu-se, approvou-se e foi remettido á commissão de admissão de socios, o parecer da segunda commissão de geographia dado sobre o 1° vol. da *Historia do Ceará*, escripta pelo Sr. desembargador Tristão de Alencar Araripe.

Leu-se; igualmente, e ficou sobre a mesa para ser votado na 1ª sessão, o parecer da commissão de admissão de socios favoravel ao Sr. Dr. D. Domingos Santa Maria, proposto para membro correspondente do Instituto.

LEITURA

O Sr. Braz da Costa Rubim leu a ultima parte do seu trabalho *Breves reflexões sobre a linguistica comparada, seguida de apontamentos sobre os vocabulos indigenas, e outros introduzidos no seu vulgar.*

E o Sr. Dr. José V. Couto de Magalhães proseguiu na leitura da sua *Memoria historica sobre a catechese dos indigenas pelos jesuitas e do que actualmente se póde fazer.*

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo a imperial venia, levantou a sessão.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo
SECRETARIO SUPPLENTE.

SEXTA SESSÃO EM 26 DE AGOSTO DE 1780

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. Visconde de Sapucahy.

A's 6 horas da tarde, acham-se reunidos na sala do Instituto os Srs. Visconde de Sapucahy, Barão do Bom-Retiro, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Machado Portella, Lagos, Miguel Antonio da Silva, Pinheiro de Campos, José Christino, Escragnolle Taunay e Capanema, faltando por doentes os Srs. conego Pinheiro e Coruja. Annunciando-se a chegada de

S. M. o Imperador, foi o mesmo augusto senhor recebido com as honras do estylo, e tomando assento o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão antecedente, o Sr. Dr. Sousa Fontes, 2° secretario servindo de 1°, deu conta do seguinte

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. tenente-coronel João Wilkens de Mattos, offerecendo para o archivo do Instituto dois exemplares do *Relatorio* por elle apresentado á assembléa legislativa da provincia do Amazonas no dia 25 de Março d'este anno.

Carta do Sr. Carlos Augusto Flôres, offerecendo um exemplar do folheto com o titulo *O Duque de Caxias na guerra do Paraguay*, e outro dito do *Discurso proferido a 21 de Novembro de 1869 na solemnidade da distribuição dos premios aos alumnos do Gymnasio Dramatico Bahiano*, que seu autor, Satyro de Oliveira Dias, remette ao Instituto.

Dito do Sr. secretario da Sociedade Smithsonian de Washington, remettendo uma caixa com livros, e pedindo que sejam enviadas áquella sociedade as *Revistas* do Instituto que se forem publicando e as que faltam para completar a sua collecção.

Dito do Sr. Dr. Ernesto Ferreira França, pedindo que seja impressa na proxima *Revista* trimensal a *Memoria* que ha cerca de 20 annos, elle offereceu, sobre limites do Brasil.—Foi ao Sr. 1° secretario para informar.

OFFERTAS

Pela Sociedade de Geographia de Paris foi offerecid o seu *Boletim* de Abril e Maio do corrente anno.

Pelo Sr. marquez de Sá da Bandeira, *Correspondenc entre o Visconde de Sá da Bandeira e os ministros pl nipotenciarios e outros agentes das potencias signatari do protocollo de 21 de Maio de* 1847, e quatro exemplar da obra escripta em portuguez, francez, inglez e allemã sobre *O trafico da escravatura e o bill de lord Pa merston*, escripta pelo visconde de Sá da Bandeira e im pressa em Lisboa em 1848.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Foi unanimemente approvado, por escrutinio, o parece da commissão de admissão de socios, favoravel ao Sr. D. D. Domingos Santa Maria, sendo este senhor proclamad membro correspondente do Instituto.

Entrando em discussão a proposta do Sr. M. F. Lago sobre a creação da revista com o titulo *Bibliotheca Brasilei ra*, depois de observações feitas por seu autor e pelos Srs barão do Bom-Retiro e Dr. Moreira de Azevedo, por indi cação d'este, foi a mesma proposta remettida á commissã de fundos e orçamento para esta dar o seu parecer quant á parte relativa á despeza que o Instituto tem de fazer com esta nova publicação.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo leu a *Biographia de João Caetano dos Santos*. Terminada a leitura, o Sr. presidente obtendo a imperial venia, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.
2° SECRETARIO INTERINO

7ª SESSÃO EM 9 DE SETEMBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Drs. Macedo, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Pinheiro de Campos, Lagos, Capanema, Machado Portella, barão de S. Lourenço, Costa Cabral, Marques de Carvalho, monsenhor Pinto de Campos, Miguel Antonio da Silva e Couto de Magalhães, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e, tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, leu a acta da ultima sessão, a qual foi approvada.

O Sr. Dr. Sousa Fontes, 2° secretario, servindo de 1°, deu conta do expediente, que constou do seguinte :

De officios dos Srs. conego Fernandes Pinheiro e Coruja, nos quaes participam que, por incommodados, não podem comparecer á sessão.

De um dito do Sr. presidente da provincia do Espirito-Santo, remettendo dois exemplares da *Collecção de Leis e Resoluções* da assembléa legislativa provincial, promulgadas no anno proximo passado.

De outro do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, remettendo um exemplar do *Manual Ecclesiastico*, que seu autor, o Sr. conego Dr. Manoel Tavares da Silva, offerece ao Instituto.

De um numero do *Diario do Rio de Janeiro*, offerecido pelo Sr. Dr. Felisardo Pinheiro de Campos, em cuja folha se acha a descripção da festa que teve lugar no dia 7 de Setembro corrente, por occasião do lançamento da pedra fun-

damental e inauguração da escola de S. Sebastião da freguezia de Sant'Anna d'esta côrte.

De varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

O Sr. barão de S. Lourenço, obtendo a palavra, declarou que a commissão nomeada por este Instituto para felicitar a S. M. o Imperador, pelo faustoso anniversario da independencia do Brasil, cumpriu o seu dever, e elle, como orador d'ella, dirigiu a allocução do estylo; ao que Sua Magestade se dignou responder.

A resposta de Sua Magestade é recebida pelo Instituto com profundo acatamento.

ORDEM DO DIA

Leu-se, e foi remettida á commissão de admissão de socios, uma proposta assignada pelos Srs. monsenhor Pinto de Campos, Dr. Carlos Honorio e José Christino da Costa Cabral, para que seja admittido ao gremio do Instituto, como socio honorario, o illustre historiador Cesar Cantu.

O Sr. Lagos occupou a attenção do Instituto, lendo a introducção de uma memoria sua, com o titulo *Erros populares sobre a historia natural do Brasil.*

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade, levantrou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2° SECRETARIO INTERINO

8ª SESSÃO EM 23 DE SETEMBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Machado Portella, Braz Rubim, Marques de Carvalho, Lagos, Pinheiro de Campos, Capanema, Miguel Antonio da Silva, monsenhor Pinto de Campos e barão de S. Lourenço, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do costume, e tomando assento, o Sr. presidente declarou aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 2º secretario, servindo de 1º, deu conta do seguinte

EXPEDIENTE.

Um officio do Sr. conego Fernandes Pinheiro, 1º secretario, declarando que, por ainda continuar sua molestia, não póde comparecer á sessão; e informando sobre a conveniencia de ser impressa na proxima *Revista* do Instituto, conforme deseja o seu autor o Sr. Dr. Ernesto Ferreira França, a memoria com o titulo *Apontamentos diplomaticos sobre os limites do Brasil.*

Dito do Sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro, remettendo dois exemplares do *Relatorio* com que o ex-presidente da provincia, desembargador Diogo Teixeira de Macedo, passou a administração ao 1º vice-presidente, desembargador Manoel José de Freitas Travassos.

Dito do Sr. presidente da provincia da Bahia, remettendo

dois exemplares da *Collecção de leis* da mesma provincia, promulgadas no corrente anno.

Carta do Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, offerecendo ao Instituto o 4° tomo da sua obra sobre os *Tratados do Brasil* com differentes Estados.

Pelo Sr. Dr. José Tito Nabuco de Araujo, por intermedio do Sr. Dr. Pinheiro de Campos, foi offerecido um exemplar impresso da *Biographia do general Hilario Maximiano A. Gurjão*, que serviu de titulo de admissão de seu autor.

Pela secretaria do imperio, varios relatorios de presidentes de provincia.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Por proposta do Sr. Machado Portella, o Instituto resolveu que fosse remettida ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano uma collecção de suas *Revistas*.

ORDEM DO DIA

Os Srs. Drs. Marques de Carvalho e Carlos Honorio propuzeram para membro correspondente do Instituto o Sr. José Dias da Cruz Lima, servindo de titulo de admissão as *Biographias*, escriptas pelo mesmo senhor, dos fallecidos socios d'este Instituto o bispo de Anemuria, marquez de Paranaguá e barão de Cayrú, e uma *Memoria* sobre a guerra do Paraguay.—Foi a proposta remettida á commissão de admissão de socios.

O Sr. Braz da Costa Rubim continuou com a leitura do seu *Vocabulario dos termos indigenas*.

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo a imperial venia, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2° SECRETARIO INTERINO

9ª SESSÃO EM 7 DE OUTUBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, barão do Bom-Retiro, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Lagos, Candido Mendes, Pinheiro de Campos, Costa Cabral, Marques de Carvalho, Capanema e Escragnolle Taunay, annunciou-se a chegada de S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

O Sr. Dr. Carlos Honorio, secretario supplente, leu a acta da antecedente, a qual foi approvada.

O Sr. Dr. Sousa Fontes, 2º secretario servindo de 1º, deu conta do seguinte

EXPEDIENTE.

Um officio do Sr. conselheiro director geral da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, remettendo, de ordem de S. Ex. o Sr. ministro d'aquella repartição, um exemplar dos *Annexos ao Relatorio* apresentado ao corpo legislativo na sessão do corrente anno.

Dito do Sr. presidente da provincia de Santa Catharina, Dr. Francisco Ferreira Corrêa, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que o 1º vice-presidente Dr. Manoel Vieira Tosta passou-lhe a administração ; e um dito da *Collecção de leis* da mesma provincia, promulgadas no presente anno.

Uma carta do Sr. conselheiro Miguel Maria Lisboa, offerecendo para a bibliotheca do Instituto a obra com o titulo

*O Muata Cazemba, e os povos marave*s, *chevas, muizas, muembas, lundas da Africa Austral, publicada sob os auspicios do marquez de Sá da Bandeira, pelo major A. C. P. Gamitto, em* 1854.

OFFERTAS

Foram offerecidas as seguintes obras :

Pelo Sr. desembargador Polycarpo Lopes de Leão, a sua obra sobre o elemento servil.

Pelo Sr. conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro — *Memoria sobre a questão de limites entre o imperio do Brasil e a republica da Nova-Granada.*

Pelo Sr. conselheiro C. F. França — *Biographia do Dr. Antonio Ferreira França.*

Pela Sociedade de Geographia de Paris, o seu *Boletim* de Junho do corrente anno.

Pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, os numeros de sua *Revista* dos mezes de Junho, Julho e Agosto do presente anno.

Pelo Sr. José Luiz Alves, o — *Elogio Historico do visconde da Guaratiba, Joaquim Antonio Ferreira.*

Pelo Sr. Dr. Peçanha Povoas, a sua obra — *Annos Academicos.*

Pela secretaria de Estado dos negocios do imperio—*Collecção de leis da provincia do Rio-Grande do Norte*, do anno de 1870, e o *Relatorio* com que o vice-presidente da provincia de Goyaz, o Sr. desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira, entregou a administração da mesma ao Sr. Dr. Augusto Ferreira França.

Pelo Sr. Dr. Manoel Francisco Corrêa — *Consultas do conselho de Estado sobre negocios ecclesiasticos, compiladas por ordem do Sr. ministro do imperio, etc.; — Censo da*

população do Imperio do Brasil, organisado por J. N. de Sousa e Silva.

Pelo Sr. A. S. Chrotter, secretario geral da Academia de de Vienna, varias obras publicadas pela dita academia.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Foram lidas e remettidas á 1ª e 2ª commissão de historia as seguintes propostas:

« Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, servindo de titulo para admissão a *Biographia historica* de Junquira Freire, que precede ás obras posthumas do mesmo, publicadas pelo Sr. Franklin.

« Sala das sessões do Instituto, em 7 de Outubro de 1870. —*Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes.* — *Carlos Honorio de Figueiredo.* —*Dr. Maximiano Marques de Carvalho.*»

« Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o Illm. Sr. Dr. J. J. Peçanha Povoas, advogado d'esta côrte, servindo de titulo de sua admissão os seus trabalhos litterarios intitulados *Annos Academicos.*

« Sala das sessões do Instituto, em 7 de Outubro de 1870. —*Maximiano Marques de Carvalho.* —*Carlos Honorio de Figueiredo.*

Leram-se, e ficaram sobre a mesa para serem votados na proxima sessão, tres pareceres da commissão de admissão de socios, favoraveis aos Srs. Cesar Cantu, general Wenceslão Paunero e desembargador Tristão de Alencar Araripe, para serem admittidos ao gremio do Instituto, o

primeiro como socio honorario e os dois ultimos como socios correspondentes.

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade, levantou a sessão ás 8 horas.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2° SECRETARIO INTERINO

10ª SESSÃO EM 21 DE OUTUBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se reunidos na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Macedo, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Lagos, Moreira de Azevedo, Coruja, Capanema, Costa Cabral, Marques de Carvalho, Candido Mendes, Pinheiro de Campos e monsenhor Pinto de Campos, annunciou-se a chegada de Sua Magestade o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 2° secretario, servindo de 1°, deu conta do expediente, que constou do seguinte:

Um officio do Sr. Braz Rubim, com municando não poder comparecer á sessão por doente, e remettendo um manuscripto com o titulo: *Abreviada e resumida demonstração dos trabalhos da policia em todo o tempo que a serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Vianna*, e alguns documentos sobre o mesmo assumpto.

Dito do Sr. capitão Antonio de Sena Madureira, offerecendo um exemplar da sua obra *Guerra do Paraguay*

em resposta á que escreveu o Sr. Jorge Thompson, annotada pelos Srs. D. Lewis e A. Estrada.

Carta do Sr. Luiz Henrique Ferreira de Aguiar, consul geral do Brasil nos Estados-Unidos, accusando o recebimento da que lhe dirigiu o Sr. 1° secretario d'este Instituto, em 6 de Junho findo, pedindo informações a respeito da entrega das *Revistas*, remettidas a diversas associações d'aquelles Estados.

Dita do Sr. Dr. Renard, secretario da sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscow, accusando o recebimento das *Revistas* d'este Instituto remettidas pelo Sr. 1° secretario, e enviando quatro numeros dos boletins d'aquella sociedade.

O Sr. arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes, residente em Porto-Alegre, por intermedio do Sr. Coruja, offereceu ao Instituto uma *Memoria* manuscripta sobre a instrucção particular e publica da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul.

Pela redacção da *Revista Phenix Litteraria*, da cidade de Campos, o primeiro numero do seu jornal.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Votou-se em escrutinio sobre os pareceres da commissão de admissão de socios, que haviam ficado sobre a mesa, favoraveis aos Srs. Cesar Cantu, general D. Wenceslão Paunero e desembargador Tristão de Alencar Araripe, sendo estes senhores proclamados socios do Instituto, o primeiro honorario, e os dois ultimos correspondentes.

O Sr. Lagos continuou com a leitura da sua Memoria *Erros populares sobre a historia natural do Brasil.*

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade o Imperador, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.
2° SECRETARIO INTERINO

11ª SESSÃO EM 4 DE NOVEMBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes na sala do Instituto os Exms. Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Macedo, Sousa Fontes, Carlos Honorio, Pinheiro de Campos, Lagos, Candido Mendes e Capanema, faltando por incommodados os Srs. conego Pinheiro e Joaquim Norberto, annunciando-se a chegada de Sua Magestade o Imperador, foi o mesmo augusto senhor, recebido com as honras do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 2° secretario, servindo de 1°, deu conta do expediente, que constou do seguinte :

Um officio do Sr. presidente da provincia das Alagôas, remettendo um exemplar do *Relatorio* com que foi aberta a sessão da assembléa provincial, em 18 de Março ultimo.

Carta do Sr. conselheiro Antonio Pereira Rebouças, offerecendo um exemplar da sua obra *Recordações da Vida Parlamentar*.

Dita do Sr. Antonio de Assis Martins, redactor do *Almanak da provincia de Minas*, solicitando do Instituto uma collecção das *Revistas* do corrente anno.

Dita dos Srs. Dr. J. C. Alvarenga Netto e Azevedo Coimbra, offerecendo os ns. 1 a 11 do jornal *D. Pedro* II e as quatro primeiras cadernetas do 1° vol. das obras poeticas d'aquelle primeiro.

Dita do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, dando conhecimento ao Instituto da Imagem do Senhor Crucificado, mandada collocar, pelo sabio naturalista Dr. Martius, na igreja matriz da cidade de Santarem, em signal de sua pia gratidão ao Todo-Poderoso, por haver-lhe livrado de um imminente naufragio no rio Amazonas junto á villa de Santarem, e a inscripção feita pelo mesmo Dr. Martius d'esse successo, em 18 de Setembro de 1819, quando elle então viajava por estas regiões americanas investigando a Natureza, por ordem do rei Maximiliano da Baviera.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas são recebidas com agrado.

Não havendo propostas, nem pareceres de commissões, e não estando presente membro algum inscripto para leitura de trabalhos, o Sr. presidente, obtendo a imperial venia, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.
2° SECRETARIO INTERINO.

12ª SESSÃO EM 18 DE NOVEMBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, reunidos na sala do Instituto os Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Sousa Fontes, Carlos Ho-

norio, Lagos, Moreira de Azevedo, Marques de Carv
Capanema, Coruja, Braz Rubim, Boulanger, tenente-
nel Xavier de Brito, Drs. Pinto Junior, Escragnolle
nay e Miguel Antonio da Silva, annunciou-se a chega
S. M. o Imperador, que foi recebido com as honras d
tylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sess

Lida e approvada a acta da antecedente, passou-

expediente, que constou do seguinte :

Um officio do Sr. conselheiro director geral da secr
do imperio, remettendo dois exemplares do 1° vol. d
rographia Brasilica do Dr. Mello Moraes.

Ditos dos Srs. presidentes das provincias de Go
Rio-Grande do Norte, remettendo exemplares dos
torios com que abriram as respectivas assembléas pr
ciaes no corrente anno.

Dito do Sr. 1° secretario conego Fernandes Pinh
declarando que não podia comparecer por doente;
mettendo dois pareceres da commissão de fundos e
mento ; um sobre as contas do Sr. thesoureiro e rec
despeza do Instituto, e outro a respeito da despeza q
tem de fazer com a publicação da nova Revista, *Biblio
Brasileira*.

Dito do Sr. Dr. Cesar Augusto Marques, remetten
ns. 107, 119 e 124 do jornal *Paiz*, onde se acham p
cados os seus artigos historicos sobre medicos e cirur
que tem tido a provincia do Maranhão.

Dito do Sr. Dr. Alfredo de Escragnolle Taunay, o
cendo uma collecção, encadernada, de alguns perio
publicados na republica do Paraguay, e por elle offer
recolhidos em Peribebuy, por occasião da tomada d'aq
praça.

Dito do Sr. gerente do *Diario do Rio de Janeiro*, o

cendo ao Instituto as columnas d'esta folha para as suas publicações.

OFFERTAS

Pelo Revm. Sr. arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes, por intermedio do Sr. Coruja, foi offerecida uma collecção de documentos pertencentes ao archivo da extincta revolução do Rio-Grande do Sul, encontrados no espolio do fallecido padre Francisco das Chagas Martins Avila e Sousa, ex-vigario apostolico n'aquella revolução.—Foram remettidos ao Sr. Lagos para examinal-os e dar parecer.

Pela redacção do *Archivo Litterario Portuguez* foi offerecido um volume de suas publicações.

Pelo Sr. Bruno Seabra, o seguinte :—*Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a côrte do Rio de Janeiro, feita pelo coronel Sebastião Gomes da Silva Belford*, impressa em 1810. *Alforge da Boa-Razão*, livro para meninos ; e *Della Ragione di Stato, libri dieci : del sig. Giovanni Boteri Benese*, in-12.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas foram recebidas com agrado.

Foram lidos, e ficaram adiados, os dois pareceres da commissão de fundos e orçamento acima referidos.

O Sr. Dr. Moreira de Azevedo leu a *Biographia*, por elle escripta, do padre José Mauricio.

A's 8 horas, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2° SECRETARIO INTERINO.

13ª SESSÃO EM 9 DE DEZEMBRO DE 1870

HONRADA COM A AUGUSTA PRESENÇA DE S. M. O IMPERADOR

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes os Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Moreira de Azevedo, Lagos, Coruja, Escragnolle Taunay, Capanema, Marques de Carvalho, Braz Rubim, Pinheiro de Campos e José Christino, annunciou-se a chegada de Sua Magestade o Imperador, que foi recebido com as honras do estylo, e tomando assento, o Sr. presidente abriu a sessão.

Lida e approvada a acta da antecedente, o Sr. 2º secretario, servindo de 1º, deu conta do expediente, que foi o seguinte:

Um officio do Sr. 1º secretario conego Fernandes Pinheiro, communicando que, por conselho dos medicos, retira-se para a provincia do Maranhão, onde offerece os seus serviços, e espera as ordens do Instituto.

Uma carta do Sr. Dr. Domingos Santa Maria, agradecendo o titulo de membro correspondente que o Instituto lhe enviou por intermedio do Sr. 1º secretario; e offerecendo os seus serviços na cidade do Chile, onde reside.

Dita do mesmo senhor, offerecendo ao Instituto as seguintes obras: *Historia de Chili por Gay*, 27 *vol. Viaje al desierto de Atacama, por Philippi*, 1 *vol. Historia general de la Republica de Chile*, 3 *vol.*, *e Viaje en las regiones septentrionales, por Cox*, 1 *vol.*

Pelo Sr. Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, foi offerecida a *Historia Medico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas campanhas do Uruguay e Paraguay, etc.*, Rio de Janeiro, 1870.

Pelo Sr. A. C. Teixeira de Aragão, *Descripção historica das moedas romanas existentes no gabinete numismatico de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Luiz I.* Lisboa, 1870.

Varios jornaes e periodicos remettidos pelas respectivas redacções.

Todas as offertas foram recebidas com agrado.

ORDEM DO DIA

Entrando em discussão o parecer, adiado, da commissão de fundos, dado sobre as contas do Sr. thesoureiro e o orçamento da receita e despeza do Instituto, para o proximo anno de 1871, conjunctamente com o officio explicativo do Sr. 1° secretario, tomaram parte n'ella os Srs. Dr. Moreira de Azevedo, Lagos, José Christino, Marques de Carvalho, Dr. Sousa Fontes, Coruja, Capanema, Escragnolle Taunay e Braz Rubim, e foram afinal o parecer e orçamento approvados com modificações; e nomeada uma commissão especial, composta dos Srs. Drs. Capanema, Escragnolle Taunay e José Christino, para formular juizo ácerca das observações feitas pela commissão e explicações dadas pelo Sr. 1° secretario.

Achando-se a hora adiantada, o Sr. presidente, obtendo venia de Sua Magestade, levantou a sessão.

Carlos Honorio de Figueiredo.

2° SECRETARIO INTERINO

SESSÃO D'ASSEMBLÉA GERAL DE ELEIÇÕES EM 28 DE DEZEMBRO DE 1870

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 5 horas da tarde, achando-se presente os Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Marques de Carvalho, Lagos, Pinheiro de Campos, Escragnolle Taunay, Coruja, Filgueiras e Homem de Mello, o Sr. presidente abriu a sessão da assembléa geral de eleição dos membros da mesa e das commissões, que devem servir no futuro anno de 1871, e sendo designados para escrutadores os Srs. Drs. Carlos Honorio e Marques de Carvalho, procedeu-se á eleição na fórma dos estatutos, e sahiram eleitos os Srs.:

PRESIDENTE

Conselheiro d'Estado visconde de Sapucahy, reeleito.

1º VICE-PRESIDENTE

Conselheiro d'Estado Barão do Bom-Retiro, idem.

2º VICE-PRESIDENTE

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, idem.

3º VICE-PRESIDENTE

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, idem.

2º SECRETARIO

Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, idem.

SECRETARIOS SUPPLENTES

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, idem.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, idem.

ORADOR

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, idem.

THESOUREIRO

Antonio Alvares Pereira Coruja, reeleito.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

João José de Sousa Silva Rio, idem.
Braz da Costa Rubim, idem.
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Conselheiro d'Estado barão do Bom-Retiro, reeleito.
Conselheiro Francisco Freire Allemão.
Conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira.

COMMISSÃO DE REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.
José Christino da Costa Cabral.
João Baptista Callogeras.

COMMISSÃO DE TRABALHOS HISTORICOS

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, reeleito.
Dr. Joaquim Manoel de Macedo, idem.
Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, idem.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS HISTORICOS

Dr. João Ribeiro de Almeida, reeleito.
Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, idem.
Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.

COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, reeleito
Dr. Guilherme Schüch de Capanema, idem.
Conselheiro Ricardo José Gomes Jardim, idem.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Dr. Giacomo Raja Gabaglia, reeleito.
Tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito, idem
Dr. José de Saldanha da Gama, idem

SESSÃO D'ASSEMBLÉA GERAL DE ELEIÇÕES EM 28 DE DEZEMBRO DE 1870

Presidencia do Exm. Sr. visconde de Sapucahy

A's 5 horas da tarde, achando-se presente os Srs. visconde de Sapucahy, Drs. Sousa Fontes, Carlos Honorio, Marques de Carvalho, Lagos, Pinheiro de Campos, Escragnolle Taunay, Coruja, Filgueiras e Homem de Mello, o Sr. presidente abriu a sessão da assembléa geral de eleição dos membros da mesa e das commissões, que devem servir no futuro anno de 1871, e sendo designados para escrutadores os Srs. Drs. Carlos Honorio e Marques de Carvalho, procedeu-se á eleição na fórma dos estatutos, e sahiram eleitos os Srs.:

PRESIDENTE

Conselheiro d'Estado visconde de Sapucahy, reeleito.

1º VICE-PRESIDENTE

Conselheiro d'Estado Barão do Bom-Retiro, idem.

2º VICE-PRESIDENTE

Dr. Joaquim Manoel de Macedo, idem.

3º VICE-PRESIDENTE

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, idem.

2º SECRETARIO

Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes, idem.

SECRETARIOS SUPPLENTES

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo, id

Dr. Manoel Duarte Moreira de Aze

ORADOR

Dr. Joaquim Manoel de M

THESOUREIRO

Antonio Alvares Pereira Coruja, reeleito.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

João José de Sousa Silva Rio, idem.
Braz da Costa Rubim, idem.
Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Conselheiro d'Estado barão do Bom-Retiro, reeleito.
Conselheiro Francisco Freire Allemão.
Conselheiro D. Francisco Balthazar da Silveira.

COMMISSÃO DE REVISÃO DE MANUSCRIPTOS

Dr. Carlos Honorio de Figueiredo.
José Christino da Costa Cabral.
João Baptista Callogeras.

COMMISSÃO DE TRABALHOS HISTORICOS

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, reeleito.
Dr. Joaquim Manoel de Macedo, idem.
Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, idem.

COMMISSÃO SUBSIDIARIA DE TRABALHOS HISTORICOS

Dr. João Ribeiro de Almeida, reeleito.
Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, idem.
Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.

COMMISSÃO DE TRABALHOS GEOGRAPHICOS

Conselhe[illegible]rique de Beaurepaire Rohan, reelei[illegible]
Dr. Gu[illegible]oüch de Capanema, idem.
Cons[illegible]rdo José G[illegible] Jardim, idem.

[illegible]IDIARIA [illegible]OS GEOGRAPH[illegible]
[illegible]o Gu[illegible]o.
[illegible]vier de Br[illegible]

Desde então occupa e exerce o lugar de director geral da instrucção publica, salvo uma interrupção de 1863 a 1868.

Terceiro vice presidente da provincia, esteve mais de 6 mezes em 1857 no exercicio do cargo; e como 2º vice presidente, igualmente em 1861 e 1862.

Foi deputado provincial desde 1852 a 1863; supplente de deputado geral pelo circulo de Goiana em 1856; deputado geral em 1863; e na actual legislatura.

E' condecorado com o officialato da Imperial ordem da rosa.

Desde 1858 tem feito parte de commissões de exames preparatorios no collegio das artes da faculdade de direito, quer por parte d'esta, quer em qualidade de commissario do governo.

Foi professor de geographia, historia, e philosophia em alguns collegios.

E' membro do conservatorio dramatico de Pernambuco, socio honorario da associação commercial beneficente e de outras litterarias e scientificas.

Socio installador do Instituto Archeologico e geographico de sua provincia, foi seu presidente interino, e desde a 1ª eleição até hoje é seu 1º vice-presidente.

Além de artigos e trabalhos publicados na revista d'esse Instituto, tem o Dr. Joaquim Pires Machado Portella publicado: *Opusculo de moral religiosa* — 1863 — traduzido. — *Repertorio da constituição politica do Brasil* — 1865. — *Curso pratico de pedagogia* — 1865 — traduzido. — *Resumo da logica* de Barbe — 1866. — *Relatorio da directoria geral da instrucção publica de Pernambuco* — 1869.

Rio, 3 de Junho de 1870.

A. M. Perdigão Malheiro.

A commissão de admissão de socios, tendo na devida consideração a proposta do consocio o Sr. conselheiro Lopes Netto, de 22 de Outubro de 1869, sobre o candidato Dr. D. Domingo Santa Maria, cujos titulos constam da mesma proposta, e bem assim á vista do parecer favoravel da commissão de historia quanto á *Memoria historica* offerecida como titulo de admissão, de 2 de Junho do corrente anno, é de parecer que o mesmo senhor está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto em qualidade de socio correspondente.

Sala do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 12 de Agosto de 1870.

A. M. Perdigão Malheiro.
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.
Manoel Ferreira Lagos.

A commissão de historia, a que foi presente a *Memoria historica* de D. Domingo Santa Maria, em que se faz menção de muitos successos relativos á historia da republica do Chile, julga-a digna para servir de titulo de admissão de socio correspondente, como deseja o seu autor, e assim é de parecer que se remetta á respectiva commissão para tomal-a na consideração que merecer.

Sala das sessões do Instituto Historico, em 2 de Junho de 1870.

J. M. de Macedo.
J. Norberto de S. S.

A commissão de admissão de socios, apreciando devidamente a proposta de 9 de Setembro do corrente anno, assignada pelos consocios os Srs. J. Pinto de Campos,

J. C. da Costa Cabral e C. H. de Figueiredo, é de parecer que o Sr. Cezar Cantu, autor da *Historia Universal*, está no caso de ser admittido ao gremio d'este Instituto Historico e Geographico, como membro honorario. E' um nome illustre no mundo litterario, universalmente reconhecido por tal; basta pronuncial-o.

Sala das conferencias. Em 7 de Outubro de 1870.

A. M. Perdigão Malheiro.
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.
Manoel Ferreira Lagos.

A commissão de admissão socios, tomando como proposta o final do parecer da commissão subsidiaria de trabalhos historicos, de 1 de Julho do corrente anno, assignados pelos consocios os Srs. Drs. José Maria da Silva Paranhos Junior e João Ribeiro de Almeida, é de opinião que o candidato o Sr. desembargador Tristão de Alencar Araripe, autor da *Historia do Ceará*, sobre cujo 1° volume é favoravel aquelle parecer, está no caso de ser admittido como socio correspondente ao gremio de nosso Instituto. O nome do candidato é conhecido, como juiz, como parlamentar e nas letras.

Sala das conferencias. Rio, 7 de Outubro de 1870.

A. M. Perdigão Malheiro.
Manoel Ferreira Lagos.
Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

A commissão subsidiaria de trabalhos historicos examinou com a devida attenção o 1° volume da *Historia do Ceará*, escripta pelo Sr. desembargador Tristão de Alencar Araripe, e por elle offerecida ao Instituto. Contém o referido volume dados preciosos e interessantes sobre o descobrimento

e povoação d'essa provincia, assim como a narração dos successos que n'ella tiveram lugar durante largo periodo dos tempos coloniaes. A segunda parte d'esse importante escripto, que infelizmente não viu ainda a luz da publicidade, deve comprehender a historia circumstanciada dos acontecimentos e lutas politicas de que foi theatro o Ceará desde o começo d'este seculo até o anno de 1850. O autor promette igualmente publicar com o 2º volume os documentos ineditos que o guiaram em seu trabalho, e que elle conseguiu desenterrar dos archivos de sua provincia natal depois de muitos annos de laboriosas pesquizas. Entende a commissão que o volume com que o Sr. Alencar Araripe enriqueceu a bibliotheca do Instituto é titulo sufficiente para que esta associação o receba em seu gremio.

Sala das sessões, em 1º de Julho de 1870.

J. M. da Silva Paranhos Junior.

Dr. João Ribeiro de Almeida.

A commissão de admissão de socios, tendo em vista a proposta de 17 de Junho d'este anno, assignada pelo consocio o Sr. Dr. J. M. de Macedo, relativa ao candidato o Sr. general D. Wenceslão Paunero, e abstendo-se por justos e ponderosos motivos de emittir juizo sobre o trabalho offerecido para titulo de admissão, *Memoria sobre os limites entre a confederação Argentina e a republica de Bolivia*, reconhece no mesmo senhor, com prazer, as condições para membro correspondente d'este Instituto, sendo como tal admtttido.

Sala das conferencias. Rio, 7 de Outubro de 1870.

A. M. Perdigão Malheiro.

Manoel Ferreira Lagos.

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

PARECER ACERCA DO PLANO PARA A FORMAÇÃO DO DICCIONARIO HISTORICO E GEOGRAPHICO DA PROVINCIA DO MARANHÃO.

A' commissão de historia foram presentes varios trabalhos historicos e geographicos devidos ao illustrado socio correspondente o Sr. Cesar Augusto Marques, os quaes não elaborados á proporção que vae obtendo os necessarios subsidios, e publicados nos jornaes da cidade de S. Luiz, capital da provincia do Maranhão, afim de suscitar emendas pela discussão da critica, e depois de bem depurados formar o *Diccionario historico e geographico* de sua provincia natal.

Na Europa, onde as obras de semelhante genero têm a necessaria extracção para cubrir não só as despezas de sua impressão como compensar o trabalho despendido na sua composição, afóra gloria a que resulta de taes acommettimentos, ellas se melhoram sobre as suas repetidas edições, e a critica sizuda e austera serve-lhes de pharol. Entre nós a mais supperficial leitura entra em ultimo lugar na escala das distracções da sociedade brasileira, e a extracção da maior parte das obras meramente historicas e geographicas é tão difficil como desanimadora. As despezas da impressão, toda estrangeira, excepto e isso mesmo em parte; a mão de obra, pesam sobre os hombros dos editores com o empate dos capitaes, sendo que por via de regra geral não são os mesmos editores em sua maxima parte os mais habilitados pelos seus haveres para taes emprezas, e as suadas economias, roubadas ao bolsinho da familia, paralysam-se e por fim desapparecem, não deixando-lhes meios nem animo para novas impressões.

Assim pois o methodo seguido pelo nosso consocio offerece duas faces, uma favoravel ao seu trabalho e outra prejudicial a seus interesses, e vem a ser a publicação

prévia de sua obra em fragmentos, que ao passo que abre campo ás discussões da critica judiciosa lhe diminuirá os leitores para a sua publicação em volume.

A commissão não entra na apreciação historica e geographica dos artigos do *Diccionario* do Sr. Cesar Augusto Marques, não só porque seria necessario ouvir tambem os seus collegas da commissão de geographia, como porque não tem presentes todos os mencionados artigos. Limita-se pois a pergunta feita pelo mesmo senhor relativamente á approvação do plano que adoptára, e acha que elle se basêa no plano geralmente seguido pelos autores de obras de identica natureza. Com taes subsidios concorre o nosso consocio com os materiaes necessarios para o grande diccionario geographico e historico do nosso paiz, monumento que mãos mais possantes e alentos mais felizes erguerão em porvir não mui remoto e menos desfavoravel, quando colherem os fructos das arvores cujas sementes apenas agora nos é dado confiar ao solo. Como obreiros do futuro, tudo quanto produzimos deve ser bem aceito dos vindouros, pesadas as difficuldades da actualidade, e a elles, melhor do que a nós, cumpre joeirar o trigo.

A commissão de historia é pois de parecer que n'estes termos se responda ao nosso consocio, agradecendo em nome da nossa associação os seus desvelados esforços em prol da geographia e historia da patria, e animando-o a que não desacorçôe na sua difficil e laboriosa tarefa, porque sómente os que na nossa terra dão-se a ellas sabem o quanto é desanimadoura e como amargos são os seus fructos.

Sala das sessões do Instituto Historico e Geographico Brazileiro em 22 de Novembro de 1869.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva.
J. M. de Macedo.

PARECER DA COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTO

Do minucioso exame a que procedeu a commissão de fundos e orçamento do Instituto Historico e Geographico do Brasil, nas contas apresentadas pelo Sr. thesoureiro, relativas ao anno social de 1869, resulta que a receita propria do anno montou a Rs. 9:084$524, inclusiva a quantia de Rs. 205$000, differença entre o valor real e o nominal de uma apolice da divida publica de Rs. 1:000$000 com que foram augmentados os fundos do Instituto.

Addicionando-se a esta receita o saldo de Rs. 8:175$374 que existia em 31 de Dezembro de 1868, eleva-se a Rs. 17:259$898; e deduzida a despeza de Rs. 7:732$190 fica o saldo de Rs. 9:527$708, que passou para o anno corrente de 1870.

Convém todavia notar-se que este saldo se elevará a Rs. 9:533$708 por ter de ser debitada em receita do Sr. thesoureiro a quantia de Rs. 6$000, que por equivoco foi levada á despeza do documento n. 33, o qual importando em Rs. 342$ foi lançado em 348$000.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA

§§	Orçada	Arrecadada
1.° Jorias.....	80$000	45$000
2.° Prestações semestraes..	800$000	744$000
3.° Cobrança da divida activa.	400$000	312$000
4.° Venda da *Revista*.....	150$000	173$000
5.° Dividendo de acções...	400$000	425$000
6.° Juros de apolices.....	180$000	180$000
7.° Dito de contas correntes.	10$000	3$524
8.° Subvenção do thesouro.	7:000$000	7:000$000
	9:020$000	8:879$524

Transporte	9:020$00	8:879$524
Agio na compra de uma apolice.....		205$000
	9:020$000	9:084$524
Saldo de 1868.....		8:175$374
		17:259$898

DEMONSTRAÇÃO DA DESPEZA

§§	Fixada	Effectuada
1.º Impressão da *Revista*....	4:000$000	3:793$000
2.º Compra de livros e manuscriptos.....	1:600$000	799$139
3.º Ordenados e agencia....	2:000$000	1:995$600
4.º Expediente e eventuaes..	820$000	1:138$460
Despeza real.....		7:726$190
Differença no documento n. 33.....		6$000
		7:732$190

Demonstração do saldo:

Em dinheiro na caixa economica.....	180$305
Em vinte e cinco acções do Banco Rural e Hypothecario.....	5:000$000
Quatro apolices de fundos publicos.....	4:000$000
Em dinheiro em poder do Sr. thesoureiro.	347$403
Rs.	9:527$708

Sala das sessões, 30 de Junho de 1870.

J. J. de Sousa Silva Rio, relator.

Braz da Costa Rubim.

[illegible] e orçamento do Instituto Historico e Geographico do Brasil, de accordo com o Sr. 1º secretario, tem a honra de apresentar e submetter á approvação do Instituto o seguinte :

ORÇAMENTO

ART. 1.º E' orçada a receita para o anno social de 1870 Rs. 18:479$000, a saber :

§ 1.º Joias.....	40$000	
§ 2.º Prestações semestraes...	750$000	
§ 3.º Cobrança da divida activa.	300$000	
§ 4.º Venda da *Revista*.....	180$000	
§ 5.º Dividendo de acções....	425$000	
§ 6.º Juros de apolices.....	240$000	
§ 7.º Dito de contas correntes.	10$292	
§ 8.º Consignação do thesouro nacional.....	7:000$000	8:945$292
Saldo de 1869.....		9:533$708
Rs.		18:479$000

ART. 2.º E' fixada a despeza em réis 8:945$292, distribuida pelas seguintes verbas :

§ 1.º Impressão e reimpressão da *Revista*.	4:200$000
§ 2.º Compra de livros e manuscriptos...	1:800$000
§ 3.º Ordenados e agencias.....	2:000$000
§ 4.º Expediente e eventuaes.....	945$292
Rs.	8:945$292

ART. 3.º Continuam em vigor as disposições do orçamento anterior, relativas a despeza e applicação dos saldos.

ART. 4.º O Sr. thesoureiro apresentará com as contas do anno a demonstração da divida passiva do Instituto. Estas contas, logo que forem encerradas, serão remettidas á commissão de exame.

Sala das sessões, em 30 de Junho de 1870.

J. J. de Sousa Silva Rio, relator.
Braz da Costa Rubim.

SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1870

DISCURSO

DO PRESIDENE O SR. VISCONDE DE SAPUCAHY

O Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro completou trinta e dois annos de existencia.

Congratulemo-nos, dignos consocios, pela efficacia de nossos esforços e pela dedicação dos distinctos litteratos que nos têm auxiliado, por quasi um terço de seculo, na execução da ardua empreza em que embarcámos.

O Instituto, senhores, começou como esses rios que, absolutamente pobres na origem, engrossam a torrente recebendo o feudo de infinitos regatos que depois de algumas leguas de curso o tornam magestoso e pujante.

Seus archivos se foram passo a passo enriquecendo com a acquisição de preciosos escriptos historicos e geographicos, que de certo seriam perdidos na voragem dos tempos, ou de nenhuma utilidade para a historia geral da patria, se existissem derramados, esquecidos, e por isso mesmo expostos aos lamentaveis descaminhos que têm levado infinitas lucubrações de brasileiros, aliás bem recommendaveis por suas letras.

D'este inestimavel thesouro, que constitue abundante promptuario aos escriptores de historia e geographia, têm

sido e vão sendo [illegible] importantes na *Revista Trimensal*.

Não cabendo, porém, nos limites d'esta a ostentação de tanto cabedal, attento o modo como é actualmente feita a publicação, tarde poderão ser conhecidos e apreciados documentos mui valiosos.

Para occorrer a este inconveniente, dado que é forçoso preencher fielmente os fins da instituição, cumpre idear medidas que harmonisem entre si a necessidade da publicação e os recursos pecuniarios da sociedade.

E' este o problema que o Instituto tem de resolver, tomando em devida consideração a proposta de um dos mais antigos e benemeritos de seus membros, já examinada pela commissão de fundos e orçamento.

[illegible]

[illegible] cargo, desempenhado de tal sorte, que foi em todo o ponto confirmado o bom conceito que as habilitações scientificas do nosso illustrado consocio lhe têm grangeado.

Dura ainda o impedimento do erudito 1° secretario, o qual, não obstante a deterioração da saude, desendividou-se galhardamente das obrigações do cargo, com excepção sómente do comparecimento nas sessões, até o dia em que communicou ao Instituto a necessidade de ausentar-se da côrte partindo para o Maranhão por conselho de medicos.

Na chronica do anno vereis trabalhos interessantes da propria lavra de prestimosos socios. Vereis as alterações occorridas em nosso quadro, para onde entraram bem augurados obreiros, e de onde sahiram arrebatados pela morte respeitaveis lidadores, dos quaes fallará o illustre membro o Sr. 1° tenente bacharel Alfredo de Escragnolle Taunay,

cujos talentos não vulgares afiançam cabal desempenho da melindrosa tarefa.

Assim que, não ouvireis d'esta vez os magicos accentos da voz fascinadora do eloquente orador, 2º vice-presidente, o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo: pertinaz doença o afasta hoje dos nossos olhos.

Entre os illustres finados a respeito dos quaes o nobre orador tem de occupar nossa attenção, dois sobresahem por circumstancias que me são peculiares, e me induzem a pedir venia para anticipar algumas considerações.

O conselheiro Alexandre Maria de Mariz Sarmento foi um dos doze membros que comigo formaram o primeiro conselho administrativo do nascente Instituto. D'elles sobrevive apenas quem agora vos dirige a palavra.

Emquanto enfermidades o permitttiram, o conselheiro Mariz frequentou com proveito da associação todas as suas sessões, e exerceu as funcções de relator da commissão de fundos, além de outros trabalhos que habilmente executou.

Do venerando marquez de Olinda não posso fallar sem o sentimento de saudade que desperta a recordação de estreitas relações entre nós na vida publica, desde que alvoreceu na patria a liberdade symbolisada pelo governo monarchico constitucional representativo.

A assembléa constituinte, as legislativas, o senado, onde me collocou a sua escolha, como regente, acompanhando os votos benevolos de meus comprovincianos, os generosos eleitores de Minas-Geraes, essas corporações politicas nos viram reunidos em seus recintos. Por onde sobejas razões tenho de conhecer a vasta capacidade do eminente estadista.

Sobreleva ainda o trato intimo de 20 annos na qualidade de membros da secção do conselho de Estado que consulta

sobre os negocios pertencentes ás secretarias do Imperio e da agricultura. Quem não vê o reciproco conhecimento que devem ter seus membros das respectivas habilitações?

Nos pareceres da secção se exhibem provas irrefragaveis do variado saber do marquez de Olinda nas sciencias sociaes e juridicas, e ainda na litteratura patria e estrangeira. Ahi estão provas de incansavel actividade e amor ao trabalho; e sobretudo de nunca mentido patriotismo e profunda dedicação ao systema politico adoptado pela nação, cujo primeiro representante foi sempre tratado por elle com religiosa veneração.

Não faltam, senhores, ao Brasil talentos transcendentes, mas, em meu conceito, não será facil encontrar, na esphera em que o contemplo, quem leve grande vantagem ao eximio e egregio consocio cuja perda deploro.

Concluirei agradecendo aos eruditos cidadãos presentes [illegible] da sociedade.

A' Vossa Magestade Imperial, senhor, rendo graças pelos beneficios incessantemente largueados ao Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro, e a Vossa Magestade Imperial, Senhora, pela subida mercê que benigna nos outorga honrando e amenisando esta festa academica com sua augusta e graciosa presença.

RELATORIO

DO SEGUNDO SECRETARIO

O DR. JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA FONTES

Ha um anno, senhores, fui obrigado a mostrar-vos, apenas em pallido esboço, os trabalhos do Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro, porque a longa e pertinaz enfermidade que acommetteu ao seu 1° secretario não lhe permittiu que viesse fazer-vos a historia da nossa associação no correr do anno de 1869 ; hoje o mesmo motivo vos priva, ainda uma vez, do prazer de o ouvirdes, com sua eloquente e doce voz, com a severidade de sua logica e pureza de dicção, narrar, entre nós, n'este momento solemne, os feitos dos companheiros da jornada de 1870 (como tantas outras vezes fel-o acerca de outros), acompanhando-os do juizo critico e severo, que seu espirito robustecido por aturado estudo e cheio de amabilidade costuma vos offerecer.

Ainda uma vez, em observancia da nossa lei organica e desempenho do lugar em que vossa bondade me collocou, eu vou occupar por alguns momentos a attenção do respeitabilissimo auditorio, fazendo a resenha dos trabalhos dos nossos consocios e expondo o estado da associação.

Cheio de bem fundados receios, ponho mãos á obra, mas o que me cumpre é obedecer, e eu obedeço.

Senhores, voltar os olhos para o passado e avistar a estrada já trilhada, ainda cheia de barrancos que foram vencidos, e dos escabrosos penhascos que tanto embaraçaram o viandante em sua marcha, é agradavel, é deleitoso, porque o espirito humano, ambicioso de boa fama, anhela a gloria ; quando, porém, esta estrada é a das

letras, e, illuminada pelo facho do amor da patria, conduz ao conhecimento da historia do paiz que se idolatra, o viajante que a trilhou se extasia, se enche de nobre jubilo, e, longe de procurar, no fim da lide, a lage que, junta de frondosa arvore e na borda do regato, o convida ao repouso para resarcir as gastas forças, elle segue avante, porque seu unico alimento é esse amor, tão puro e santo como o amor materno, é o amor da patria, porque o unico refrigerio para a sêde que o devora é a verdade historica, e porque, finalmente, o unico catre em que espera repousar é o leito da consciencia, em cujas sanefas e alcatifas devem estar bordados com variados matizes os emblemas que symbolisam aquillo que a patria exigiu d'elle e o que por ella fez.

Tal tem sido, senhores, o procedimento dos obreiros laboriosos d'esta associação. Perscrutadores infatigaveis dos annaes patrios, elles não procuram descansar na jornada encetada. As idéas que lhes foram despertadas pela variedade do caminho não entorpeceram a funccionalidade de seus cerebros; pelo contrario, aguçaram-lhes o engenho, e açodados buscam a occasião para depôr no altar da patria o que para ella colheram, euxergando-se cheios de gloria na consciencia do bem que fizeram, e pelo qual o futuro os abençoará.

O anno social que termina talvez offerecesse a um habil pintor um panorama cheio de tão bellos e variados paineis de optimas paisagens, que com seu adestrado pincel, contente, os copiaria, para vir cheio de verdadeiro enthusiasmo vol-os offerecer como ornamento n'esta festa litteraria. O poeta, favorecido das musas, o tornaria fertil, ainda quando tivesse sido esteril, porque, como bem o sabeis, para esses genios tudo é facil e grandioso. O historiador, amestrado na busca dos factos os mais reconditos,

n'elle encontraria alguns que, grupados com arte, formariam ramalhetes, com os quaes, sem duvida, abrilhantaria muito esta solemnidade : mas o fraco anatomico que vos falla, acostumado sómente a manejar o rude escalpello, não pôde descobrir n'este periodo de tempo, embora uberrimo, nada que o desviasse da aridez da descripção a que está affeito, ou da singeleza da phrase com que enuncia a verdade, sempre despida das flôres rhetoricas.

Quando ainda repousavam das fadigas do anno de 1869, foram os membros do Instituto chamados a seus postos pelo seu dignissimo presidente, que, pressuroso, desejava ligar-se aos companheiros de trabalho e unir-se ao povo brasileiro, que, embriagado de prazer pelas novas que lhe vinham de Aquidaban, corria cheio de satisfação para o palacio d'aquelle a quem tanto devia, para com o osculo significativo do amor e reverencia, insculpido em sua sagrada e bemfazeja mão pelo buril da gratidão ingenua e justa, symbolisar o reconhecimento sincero que transbordava de suas almas. Acudindo a tão justo reclamo, reuniu-se crescido numero de socios no dia 24 de Março, na sala das sessões, e teve lugar a primeira para o fim de se indicar a maneira pela qual devia o Instituto tomar parte no regozijo nacional, pelo glorioso feito de armas que pôz termo á longa campanha que o Brasil, por sua honra ultrajada, foi obrigado a sustentar por longo periodo de cinco annos, e gloriosamente terminada com o ultimo combate em Serro Corá, onde succumbiu aquelle que a provocou. Depois de breve discussão resolveu-se que no dia seguinte uma commissão, composta dos membros presentes, e dos que a esses se quizessem reunir, fosse felicitar a Sua Magestade o Imperador pela terminação da guerra do Paraguay ; e que se dirigisse um voto de gratidão e reconhecimento a Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, general em chefe do exercito

brasileiro,pelos triumphos obtidos n'essa longa campanha, concluida gloriosamente no referido combate.

Pouco mais de um mez se havia passado, quando a 6 de Maio reuniram-se os socios do Instituto no mesmo lugar, ainda por convite de seu presidente, o Exm. Sr. visconde de Sapucahy, para nomear uma commissão, afim de felicitar a Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu pelos successivos triumphos gloriosamente alcançados pelas armas brasileiras sob seu commando em chefe n'aquellas regiões desconhecidas do Paraguay, e pelo seu regresso a esta côrte. Por unanime approvação resolveu-se que a commissão fosse composta dos socios então presentes e do nobre orador do Instituto.

Ambas as commissões cumpriram as mensagens que lhes foram confiadas, e, recebidas por Sua Magestade e seu augusto genro com a amabilidade paternal que todos conhecemos, fizeram sciente ao Instituto de mais esta prova de acolhimento que lhe havia sido prodigalisada, e o Instituto aceitou esta grata communicação com profundo acatamento.

Estes motivos memoraveis deram começo ás sessões do corrente anno, das quaes, em numero de 15, duas foram extraordinarias, como as causas que as motivaram.

Mais ou menos concorridas foram todas ellas, e com indizivel prazer declaramos que Sua Magestade o Imperador honrou com sua augusta presença a todas, á excepção das duas primeiras, provando com sua pontual assiduidade o apreço em que tem esta associação, o interesse que toma pelo seu bem estar e pelo honroso futuro que lhe é destinado.

Em minha humilde opinião a colheita de 1870 não foi tão pingue como a de outros anteriores; a seára, porém, conserva em si, como em celleiro mais proprio, as semen-

tes que em propicia occasião germinarão com viço, se regadas forem pelo suor dos historiadores, e produzirão sazonados fructos para futuras vindimas.

E' facto, senhores, que limitado foi o numero de trabalhos lidos pelos socios este anno, mas nem por isso suponde que as sessões fossem completamente estereis. A guerra que terminou no começo do nosso anno academico, e a que principiou no meio de seu curso, distrahindo os espiritos das questões historicas que pesquizavam, foram, sem duvida, as causas da apparente esterilidade.

Do exame do expediente, relatado em nossas actas, se póde concluir que é mui elevado o apreço em que é tida esta associação, não só pela correspondencia entretida com varias corporações scientificas, nacionaes e estrangeiras, como tambem com pessoas altamente collocadas e de diversas nacionalidades. O afan com que nos remettem uns as proprias e alheias producções scientificas, e outros buscam alcançar as do Instituto, prova sobejamente o como esta associação tem sabido preencher o fim de sua instituição.

Compulsando as mesmas actas, ver-se-ha que propostas com fins differentes e bem elaborados pareceres de commissões foram submettidos á consideração dos membros d'esta casa, que alguns dos seus soçios inscriptos leram os trabalhos a que estavam obrigados, e, finalmente, que crescido foi o numero das offertas recebidas, tanto em manuscriptos como em obras impressas.

Com o fim de encher os claros que a fouce cegadoura da vida havia aberto nas listas dos membros do Instituto, do que vos dará conta fiel o nosso mui digno orador, foram propostos os novos obreiros que passo a mencionar-vos.

Na sessão de 17 de Junho, o Sr. Dr. Macedo propôz para membro correspondente o Sr. general Paunero, servindo-lhe de titulo de admissão a sua *Memoria sobre*

limites entre a Confederação Argentina e a republica da Bolivia; na de 12 de Agosto o Sr. Dr. Miguel Antonio da Silva propôz para socio na mesma categoria o Sr. coronel João Wilkens de Mattos, servindo-lhe de titulo a sua *Memoria sobre a Goyana Franceza*; na de 9 de Setembro os Srs. monsenhor Pinto de Campos, Dr. Carlos Honorio e José Christino da Costa Cabral propuzeram para membro honorario o Sr. Cesar Cantu, autor da bem conhecida *Historia Universal.* Estes distinctos cavalheiros foram aceitos e proclamados membros do Instituto nas categorias para que tinham sido propostos.

Na sessão de 17 de Junho foi tambem recebido como membro correspondente o Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, que havia sido proposto em 24 de Setembro de 1869 pelos Srs. Dr. Carlos Honorio e Braz Rubim. Em 26 de Agosto foi recebido na mesma categoria o Sr. Dr. D. Domingo de Santa Maria, proposto em 22 de Outubro do anno anterior pelo Sr. conselheiro Lopes Netto; e em 31 de Outubro o Sr. desembargador Tristão de Alencar Araripe.

Dependem ainda de pareceres da commisão de admissão de socios as deliberações do Instituto ácerca das propostas feitas em 23 de Setembro e 7 de Outubro, nas quaes foram apresentados para socios tambem correspondentes os Srs. José Dias da Cruz Lima, Franklin Americo de Menezes Doria e J. J. Peçanha Povoas.

Em 12 de Agosto o Sr. M. F. Lagos propôz que se ampliassem as publicações do Instituto, mandando-se imprimir, desde já, em collecção separada, aquelles trabalhos que forem julgados de maior transcendencia, em um jornal denominado *Bibliotheca Brasileira ou collecção de obras e documentos relativos á historia e geographia do Brasil.*

Como razões fundamentaes d'essa proposta deu: 1°, a

riqueza do archivo do Instituto, que não póde ser diffundida favoràvelmente só com a publicação da *Revista Trimensal*; 2º, a impossibilidade de serem consultados os manuscriptos preciosos e outros documentos da nossa bibliotheca; 3º, o longo tempo que seria mister para a *Revista* dar á luz da publicidade essa parte da nossa riqueza historica, visto como para esse fim seria preciso tanto tempo que a geração actual ficaria privada de sua utilidade, porque 60 ou mais annos são escassos para trasladar-se para as paginas da *Revista Trimensal* os codices já possuidos, os que forem vindo e os trabalhos que os membros do Instituto offerecerem d'aqui em diante. Tomada na devida consideração, foi na sessão immediata discutida essa proposta, e remettida á commissão de fundos e orçamento para interpôr o seu parecer na parte relativa á despeza que se deverá fazer com essa publicação. Apresentado o parecer em sessão de 18 de Novembro, foi lido e adiado.

Em 23 de Setembro o Sr. Dr. J. P. Machado Portella propôz, e foi approvado, que o Instituto remettesse uma collecção de suas *Revistas* e os numeros que se forem publicando ao Instituto Archeologico de Pernambuco.

A' solicitude das commissões de admissão de socios e de geographia devemos os pareceres que foram lidos e approvados em nossas sessões, e, embora tenham ainda entre mãos alguns trabalhos que o Instituto espera para ulteriores resoluções, seus membros tornaram-se dignos da gratidão do mesmo Instituto.

A sessão de 3 de Junho foi a primeira celebrada no corrente anno, e logo ahi aquelle mesmo robusto trabalhador, que na ultima do anno passado havia com a leitura do canto epico transportado o Instituto Historico ao antigo arraial de Estacio de Sá, para assistir aos ultimos instantes

do guerreiro martyr, se apresentou rico de espirito e de bellezas, fazendo a biographia do poeta Casimiro de Abreu, com tanta doçura e amenidade, que não posso deixar de applicar ao nosso consocio o Sr. Norberto o mesmo juizo que, ácerca de Casimiro de Abreu, formulou elle em sua biographia.

O nosso 3º vice-presidente pintou o poeta com tanta naturalidade, que podemos dizer d'elle, sem receio de errar: «a phrase lhe sahe do bico da penna já prompta. O escriptor não lima, modula como o passarinho as suas modias, e com felicidade variissima apresenta bellas imagens, delicadas metaphoras e trechos que por si sós constituiriam obras de grã belleza.»

Não é exageração, senhores, ; lêde a biographia a que me refiro, e vereis a verdade que acabo de enunciar-vos.

Com extrema naturalidade, depois de ter o Sr. Norberto dito quanto bastava para saber-se qual o lugar que foi berço de Casimiro de Abreu e o dia de seu nascimento, elle acompanha o poeta desde os seus brincos infantis até a derradeira hora terrivel; mostra que já no berço as musas o cercavam e a poesia, abraçando-o e beijando-o, acariciava-o como ao filho predilecto; pinta-nos os seus amores; faz-nos sentir as contrariedades soffridas pelo poeta; querendo obedecer ao pai e suffocando em seu peito a vocação; sua viagem a Portugal, sua nostalgia, seu regresso aos patrios lares; ainda a luta entre a vontade paterna e a vocação do filho, o triumpho do pae em começo e mais tarde o d'aquelle; a molestia que promaturamente pôz termo a seus dias, tudo é descripto com belleza e invejavel naturalidade.

Não contente com tanto que já havia feito, o nosso collega analysa as *Primaveras* escriptas pelo poeta, e depois

de severa critica fez elle o mesmo juizo que do Sr. Norberto formamos.

Coube ao nosso prestimoso consocio o Sr. Ferreira Lagos occupar deleitosamente a attencção do Instituto em quatro de suas sessões com a leitura de dois de seus trabalhos, intitulados : o 1° *Vocabulario dos termos usados na provincia do Ceará, que não se encontram nos diccionarios* ; e o 2° *Erros populares sobre historia natural do Brasil.*

Não pôde o nosso laborioso collega, por escassez de tempo, completar a leitura d'esses trabalhos, e por isso não pude examinal-os para vos apresentar o resultado da analyse que lhes devêra fazer. Além d'isso cumpre-me declarar que são trabalhos de longo folego e sua analyse não caberia nos limites de um relatorio. Para dar-vos d'elles apenas uma idéa transcreverei aqui alguns trechos da introducção do vocabulario, que me foram fornecidos pelo Sr. Lagos, pelos quaes formareis idéa da natureza e dos fins que o autor teve em vista :

«Covencido da importancia de um diccionario dos termos peculiares a cada provincia, entreguei-me á tarefa de compilar o vocabulario respectivo ao Ceará, que, reunido a outros já existentes, constituirá principio do Lexicon desejado. No meio de muito cascalho topar-se-hão bellos diamantes de valor ; e demais, disse um eloquente escriptor que hoje vive entre nós : « O vocabulario é a photographia do saber de um povo;é o psychographico que indica e deixa registrados os successivos gráos por onde o espirito humano foi ascendendo. » N'esses vocabulos provinciaes encontrar-se-hão muitos termos expressivos e harmoniosos que poderemos adoptar, ainda quando haja synonymos que exprimam o mesmo conceito, pois estamos persuadidos com D. frei Francisco de S. Luiz «que convém a qualquer idioma ter não só vocabulos correspondentes a

cada idéa, mas ainda variedade d'elles com o mesmo significado, para que o douto e avisado escriptor possa escolher a seu arbitrio, segundo a natureza e qualidade de sua composição, evitando a fastidiosa repetição dos mesmos termos e a cansada uniformidade da locução e estylo.

« Para melhor frisar a força e o sentido das palavras, entendi conveniente ajuntar a cada vocabulo alguns exemplos da maneira com que o vi empregado, verificando-se dest'arte a sua significação com mais certeza. Limitei-me ás expressões usuaes, e não ás apanhadas de um ou outro individuo, como talvez se possa crer; e indico tanto os termos que se não encontram nos diccionarios, como aquelles a que dão uma accepção diversa. Havendo-me demorado alguns mezes na capital do Ceará, e percorrido por espaço de cerca de dois annos o interior da provincia, tive opportunidade de notar que muitas phrases e termos usados no sertão tornaram-se tambem vulgares nas cidades, onde o uso os sanccionou, seja por imitação, ou visto como os objectos que designam não são conhecidos por outros nomes. Omitti, outrosim, os termos e phrases que, embora se não encontrem nos diccionarios, são igualmente empregados entre nós e communs a outras provincias.

« Como seria obra de longo folego fazer menção de todos os nomes de plantas, arvores e animaes, preferimos supprimil-os, apenas escolhendo de passagem um ou outro mais notavel, por attendermos a que para semelhante nomenclatura ter valor, conviria que fosse acompanhada da synonymia scientifica a par dos nomes vulgares dados tambem n'esta e em outras provincias a identicos vegetaes e animaes, que aqui e alli existem diversamente qualificados.

« Organisando o *Vocabulario Cearense* não pretendemos patente de invenção; nada mais fizemos do que imitar o bom exemplo de dois prestantes collegas nossos, o Sr. An-

tonio Alvares Pereira Coruja, que em 1851 fez imprimir na *Revista Trimensal* uma *Collecção de vocabulos e phrases usados na provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul*, e o Sr. Braz da Costa Rubim, que em 1853 publicou o seu *Vocabulario brasileiro para servir de complemento dos diccionarios da lingua portugueza.*

« E' de lamentar que tão luminosa idéa até hoje não tenha sido apresentada por outros, e estejamos ainda privados de vocabularios respectivos a cada provincia. Consolemo-nos em parte de que o nosso incansavel lexicographo o Sr. Rubim não esmorece no empenho de ampliar o seu vocabulario, o qual, segundo nos consta, já excede a 16;000 termos, e espera entregar ao prelo em 2ª edição mais correcta. »

Estes trabalhos, cujos titulos bem lhes marcam o merecimento, estão feitos com tanta minucia, que confirmam o 1º, não só o genio laborioso do autor, como o espirito severo com que analysou os usos e costumes do povo cearense durante o tempo em que esteve o nosso collega n'aquella provincia; e o 2º, sua predilecção para as sciencias naturaes.

Acompanhando a Sua Alteza o Sr. conde d'Eu ao Paraguay, o nosso distincto collega, o Sr. Dr. João Ribeiro de Almeida, não se esqueceu que, na qualidade de membro do Instituto Historico, podia colleccionar alguns documentos, com os quaes elucidasse pontos pouco claros, relativos á historia da nossa guerra e conseguintemente á da patria.

Em cumprimento d'este dever, que, voluntariamente e por amor ao Instituto, elle havia imposto a si proprio, offereceu uma estimavel collecção, acompanhando-a de judiciosas considerações, tendentes a realçar o valor de cada um d'esses documentos, que a compunham. Seu escripto se

torna recommendavel não só pelo criterio e clareza do estylo do autor como tambem pela vantagem de ter sido o nosso collega testemunha de muitos dos factos que relata.

Nas sessões de 15 de Julho e 12 de Agosto, o nosso consocio o Sr. Dr. Couto de Magalhães leu a introducção de sua « *Memoria historica sobre a catechese dos indigenas do Brasil pelos jesuitas, e do que se póde actualmente fazer.* »

O titulo, só por si, é sufficiente para fazer conhecer, nas nossas circumstancias, o merecimento do trabalho.

Bem comprehendendo o nosso laborioso consocio o Sr. Braz Rubim, que o averiguar a verdadeira natureza das palavras de uma lingua e seus differentes usos na enunciação das idéas, bem como sua analogia ou diversidade de sentido, não eram cousas indifferentes e sim de muita utilidade, não só para o conhecimento da propria lingua, como tambem para seu conveniente emprego nos diversos ramos das sciencias, pois que sem o conhecimento exacto da etymologia se póde muitas vezes conduzir a erro os leitores, sem ficarem isentos d'esses mesmos erros os proprios autores, empregou as horas do descanso no estudo comparado da linguistica, e occupou a attenção do Instituto em diversas sessões do corrente anno, lendo a sua memoria intitulada *Breves reflexões sobre a linguistica comparada, seguida de apontamentos sobre os vocabulos indigenas e outros introduzidos no uso vulgar.*

Este trabalho foi pelo nosso consocio dividido em duas partes. Na primeira mostra o autor a necessidade do estudo da linguistica comparada, e com exemplos torna evidente que o desprezo d'este estudo póde conduzir o historiador a commetter erros como os que se vêêm em algumas memorias já impressas, nas quaes se consideram nações distinctas os indigenas de uma só familia; mostra tambem

que os nomes dos diversos grupos de indigenas não indicam identidade entre o povo e o solo, e são apenas alcunhas dadas pelos contrarios ou vizinhos, devendo-se ter attenção em distinguir d'estas as que existiam ao tempo do descobrimento, das que foram dadas pelos colonos ou seus descendentes, as quaes algumas vezes são palavras corrompidas, que nada significam ou não têm propriedade.

Abundando em considerações, com as quaes prova que o estudo da linguistica comparada aproveita muito á historia, organisou um quadro polyglotha, acompanhado de reflexões baseadas nos codices, e conclue que os indigenas do litoral não são da raça guarany, e que os vocabularios que correm impressos, chamados da lingua tupi, não representam senão esta lingua alterada pelos collecionadores, e a tal ponto, que n'elles introduziram vocabulos portuguezes corrompidos e adoptados pelos indigenas civilisados, do que nos dá uma tabella curiosa.

Termina esta primeira parte com observações sobre a applicação da linguistica á zoologia e á botanica, rectificando alguns erros de nomenclatura. A segunda parte, onde se nota não menor numero de observações curiosas, compõe-se da critica sobre os vocabulos indigenas, africanos e hespanhóes introduzidos no uso geral, sobre a orthographia de todos elles, que, na opinião do autor, anda errada em muitos casos; e das differenças na prosodia, segundo as localidades. Trata da necessidade de banir-se certos erros introduzidos na orthographia dos nossos indigenas, e termina com uma serie de vocabulos introduzidos pela convivencia dos indigenas com os colonos africanos, ou abraçados das povoações hespanholas limitrophes do Brasil, com as suas etymologias, accepções, synonymia, proverbios, usos e costumes dos mesmos povos.

Senhores, a Italia, a Allemanha, a França, se ufanam ao pronunciar-se os famosos nomes de Spontini, Bellini, Verdi, Rossini, Werber, Meyarbeer, Boieldieu, Herold e Auber, e o Brasil, ainda em sua infancia, ouve com respeito repetir os de Francisco Manoel, padre José Mauricio e Carlos Gomes, aquelles como insignes cultores que foram das musicas sacras e das de concerto, e este como genio transcendente, que actualmente se distingue no genero dramatico, com admiração e reverencia da propria Europa.

Em todas as classes sociaes encontra o imperio de Santa Cruz filhos que podem ser postos em parallelo com esses vultos que, no velho e novo mundo, têm ennobrecido suas patrias. Não precisamos sahir d'esta casa para provarmos esta asserção. Se recorrermos á lista dos nossos finados, receiosos de offendermos a modestia dos vivos, encontraremos nomes venerandos e immorredores de brasileiros, dos quaes qualquer paiz se ufanaria de lhes ter sido berço como o Brasil.

D'entre os seus filhos que com distincção pisaram o palco, o Brasil se gloria, embora não possuisse Garrick, Lekain, Lavive e Kemble, por vêr nascido em seu solo um Talma, o fluminense João Caetano dos Santos.

Pois bem, o nosso consocio o Sr. Dr. Moreira de Azevedo, sempre solicito indagador da historia patria, não pôde deixar em olvido os nomes distinctos que entre nós marcaram épocas notaveis no theatro e na musica.

Cheio d'aquelle patriotismo que modestamente costuma manifestar por suas pesquizas historicas, nos trouxe este anno as biographias de João Caetano dos Santos e do padre José Mauricio.

Na primeira recordou a vida da scena, os triumphos dramaticos do seu heróe; lembrou o nome do drama e do theatro em que iniciou sua carreira; apresentou-o como o

primeiro que conglobou uma companhia dramatica nacional; fez ver que, por seus esforços e amor á arte que professára, construiu-se o theatro do Valongo e reconstruiram-se os de Santa Theresa, S. Francisco e o de S. Pedro; pôz em relevo os actos de beneficencia d'esse distincto brasileiro, bem como sua resignação durante a molestia de que succumbiu; pintou fielmente a saudade que produziu seu prematuro passamento; e terminou o seu trabalho, fazendo considerações sobre a arte dramatica no Brasil.

Na segunda, depois de ter lembrado os serviços do padre José Mauricio Nunes Garcia, na capella real, relata seus triumphos, suas glorias nas festividades religiosas; os elogios que recebêra d'El-Rei o Sr. D. João VI, do qual era o artista predilecto; mencionou suas obras mais apreciadas; e, acompanhando-o desde o berço até o tumulo, saudou-o como uma gloria patria, como um artista digno do respeito dos mestres, da admiração do povo e da lembrança da posteridade.

Não se contentou, porém, o Sr. Dr. Moreira de Azevedo sómente com a satisfação d'esse tributo, que veio pagar á historia patria. Offereceu ao Instituto este anno o *Mosaico Brasileiro*, collecção de ditos, respostas, pensamentos, epigrammas, poesias, anecdotas, curiosidades e factos historicos de brasileiros illustres, obra que seu titulo lhe marca o quilate e dá idéa das pesquizas que foram precisas para elaboral-a.

Offereceu mais o romance historico os *Francezes no Rio de Janeiro*, em que, depois de haver folheado as chronicas e os archivos para estudar uma época historica, descreveu as invasões dos francezes no Rio de Janeiro em 1710 e 1711, ligando esses acontecimentos á vida placida e caritativa de frei Fabiano de Christo, religioso franciscano, notavel por suas virtudes e actos de paciencia e resignação,

e cujo nome tem atravessado os tempos e merecido ser contemplado entre os dos mais justos e devotados apostolos da humanidade.

Resta-me ainda tratar de outros assumptos, e passarei a fazêl-o com brevidade, para não vos fatigar por muito tempo.

Os altos poderes do Estado continuam a offerecer ao Instituto provas não equivocas de muita consideração. Em nome d'esta associação agradecêmos com respeito e cordialidade os favores recebidos.

Os Exms. Srs. ministros e secretarios de Estado, bem como os Exms. Srs. presidentes de provincia e outras autoridades do paiz, nos têm offertado os seus *Relatorios* e muitos outros documentos valiosos para a nossa historia e geographia. O Instituto se apraz em manifestar sua gratidão a tão respeitaveis cavalheiros.

Não foram sómente as autoridades que nos obsequiaram: annexos a este relatorio seguir-se-hão os nomes das pessoas que mimosearam o Instituto, bem como os titulos das obras e dos manuscriptos que lhe foram offerecidos. A tão distinctos senhores o Instituto se reconhece grato por tão apreciaveis finezas.

A nossa *Revista* se acha publicada em dia, e com os saldos anteriores se têm reimpresso os volumes, cujas edições se achavam esgotadas: presentemente reimprime-se o 10º, e já o foram todos os que o precedem.

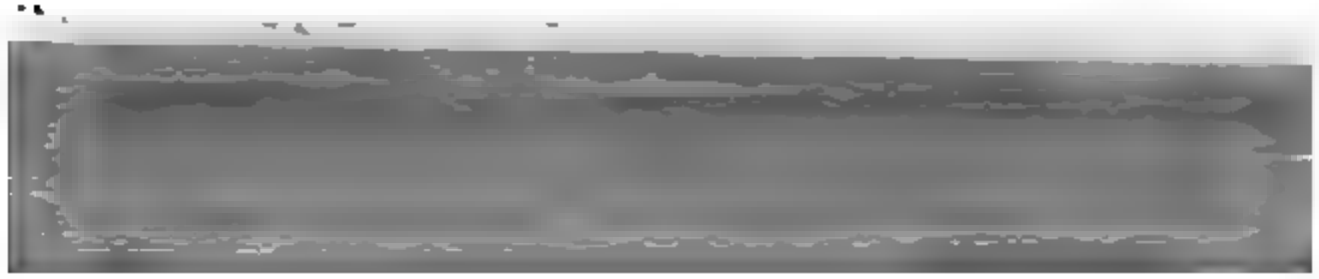
Continúa a *Revista* a ser procurada tanto por assignaturas como por numeros avulsos e por collecções.

O estado das finanças é lisonjeiro, graças ao zelo do nosso mui digno thesoureiro o Sr. Antonio Alvares Pereira Coruja, cujos serviços e dedicação são superiores a qualquer elogio. Em nome do Instituto, consinta o nobre consocio que lhe agradeçamos sua solicitude no desempenho do seu oneroso encargo.

Os empregados do Instituto, sempre zelosos no desempenho de seus deveres, são dignos de justos louvores.

Eis-nos, senhores, chegados ao termo da jornada. Ella foi para mim laboriosa e fatigante, porque me faltavam a cada passo as forças, e o bordão a que me arrimava era fraco : para vós foi esteril e fastidiosa, eu o sei, e sómente á vossa bondade devo a nimia attenção que me prestastes e não ao merito do discurso. Mas quem foi o culpado de tudo isto? Eu principalmente por consentir sobre meus hombros peso superior ás forças de que dispunha, e vós porque já podieis estar prevenidos, tendo collocado em meu lugar quem melhor cumprisse o vosso mandato. Mas, já que assim o quizestes, eu obedeci ; resta-me agradecer ao respeitavel auditorio e a vós a benevola attenção que me prestastes, e pedir-vos que me desculpeis por não ter sido vosso fiel interprete.

Senhor, Senhora, com profundo acatamento e indizivel gratidão agradeço-vos a honra que nos haveis prodigalisado, assistindo a esta festa litteraria. Eu quizéra ter eloquencia com que pudesse significar-vos o muito que todos vos devemos e principalmente eu : faltam-me, porém, os meios, e me resta sómente a crença inabalavel de que nos virtuosos dotes que possuem vossos coraçõe encontrarei seguro garante do perdão, que vos peço, por ter abusado por tanto tempo de vossas attenções.



DISCURSO

DO ORADOR O SR. DR. ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

« Senhor ! — O Instituto Historico e Geographico Brasileiro conta já largo periodo de existencia ; viu passar por diante de si muitos e muitos annos e entretanto na successão dos episodios variados e multiplos de sua vida social, jámais presenciou espectaculo comparavel com aquelle que hoje occorre em seu seio.

Na verdade, no momento o mais solemne de suas reuniões, na sua sessão magna anniversaria, costuma levantar-se d'este lugar de honra um litterato conspicuo, um orador abalisado, cuja palavra, autorisada e ouvida com respeito, relembra os factos capitaes da vida dos consocios fallecidos durante o anno e dá existencia nova a illustres entidades que já pertenciam ao mundo do esquecimento.

Desde annos sobretudo preenchia com inexcedivel brilhantismo essa tarefa um dos primeiros vultos de nossa litteratura, o Exm. Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, e cada uma d'estas sessões era mais um triumpho para as letras, por isso que era motivo de uma manifestação de sua vigorosa intelligencia.

Hoje dá-se uma inversão completa ; a um dos mais notaveis membros d'esta casa, a um de seus mais infatigaveis lidadores succede repentinamente, no desempenho do mesmo encargo, uma individualidade obscura na arena litteraria e novél nas labutações oratorias.

Cabal e perfeita justificação têm, pois, os olhares de

pasmo e de sorpreza que, de todos os pontos d'esta augusta sala, se fixam sobre mim.

Fôra como se de subito valente columna se abatesse, para que o edificio, com toda a grandeza de sua massa, descançasse sobre flexivel e debil esteio.

Eis a origem de meu esmorecimento ao erguer-me ousadamente e fazer minha voz encher a amplidão d'estes espaços, affeitos a outros échos: eis a causa de meu abecimento, pois trago na execução da audacia o sentimento da fraqueza, e se, tão bem penetrado d'ella, não fugi da incumbencia arriscada, é aquelle mesmo orador consummado, aquelle homem tão grande nas letras dignou-se de indicar-me para substituil-o n'esta grave occasião.

Ha provas de confiança que obrigam esforços extremos.

O mestre, o amigo, tocado de pertinaz enfermidade e levado de sympathia ou de demasiada benevolencia para com o discipulo, depôz-lhe entre mãos o mandato augusto, e eil-o—o mesquinho—attonito, arrependido de sua tibieza na denegação, impellido da força do dever, inspirado no ardente desejo de levar ao cabo a empreza e de caminhar pela trilha que lhe apontaram e em que elle reconhece pégadas tão illustres.

Senhor! A Vossa Magestade Imperial peço n'este instante o exercicio de um dos predicados mais necessarios aos poderosos da terra e de que Vossa Magestade a cada passo dá provas irrefragaveis: a longanimidade.

Certo d'ella, tenho por sem duvida que a coragem renascerá em mim para poder desempenhar o papel que emprestada e impropriamente represento n'esta imponente ceremonia.

Senhores! Ha vózes que evócam os mortos! Ellos resoam nos mundos de alêm e imperiosas chamam á scena

da vida personagens sobre quem já cahira a lapida não levadiça da tumba.

A esses esqueletos o talento dá carnes, côres e movimentos; os faz actuar e fallar, restabelece para elles a sociedade em que se agitaram, e, enleiando a attenção dos vivos, como que mistura o presente com o passado para desenrolar os factos caracteristicos d'aquellas existencias.

Ainda o anno passado, com que energia não usou o orador do Instituto Historico d'essa prerogativa preciosa, fallando-nos do immortal Martius, do denodado visconde de Inhaúma e do famigerado Affonso de Lamartine ?!

E quanto não fôra para desejar agora o seu influxo vivificador, quando deparo com o nome do marquez de Olinda no numero dos socios d'este Instituto, arrebatados de nosso gremio durante o anno que chega a seus ultimos dias?!

Quanto, senhores?!

Possam as difficuldades com que arco dar-me aquelle alento inesperado que surge por vezes das situações criticas e intrincadas.

Pedro de Araujo Lima nasceu no dia 22 de Dezembro de 1793 no lugar denominado Antas, na provincia de Pernambuco, de pais de linhagem nobre, pois descendiam de antigos portuguezes de boa familia, vindos com os primeiros colonisadores d'aquella capitania.

Seus pais, o capitão Manoel de Araujo Lima e D. Anna Teixeira Cavalcanti, deram-lhe a educação primaria possivel n'aquella época em terras brasileiras e tão longe levaram os instantes cuidados que, quando mandaram, a 10 de Abril de 1813, o querido filho para Coimbra, como era de rigoroso costume entre a gente abastada, já tinha elle quasi todos os preparatorios exigidos para a matricula na universidade.

Dezenove annos e poucos mezes contava então o joven Araujo Lima, e hoje, que de longe contemplamos as phases de sua vida, damos largas á imaginação para figurarmos os pensamentos que lhe feriam na mente, ao apartar-se das patrias plagas e ir buscar na velha Europa a madureza completa de seu talento. Poderia elle porventura sonhar com os acontecimentos em que a fortuna destinava-lhe tão larga parte? Poderia prevêr essa carreira tão cheia, tão longa e resplendente, que só por si constitue vastas paginas da historia do paiz que elle então deixava?

Não, de certo.

Araujo Lima só cuidava ir beber illustração em Portugal, sem consciencia ainda de que essa era a arma mais poderosa que lhe dariam para lutar a bem da patria, protestar contra a exorbitancia na acção da metropole e ajudar emfim a derrubar o seu dominio.

No dia 1° de Agosto de 1819, depois de bons estudos, obteve elle o gráo de doutor em canones, materia a que se dedicára de coração, e, regressando ao Brasil a 11 de Dezembro do mesmo anno, foi nomeado ouvidor da comarca de Paracatú na provincia de Minas-Geraes.

Antes, porém, que o magistrado seguisse a preencher aquelle lugar, foi elle, nas eleições feitas em Olinda no dia 1° de Junho de 1821, escolhido deputado por Pernambuco, para ir a Lisboa advogar os interesses da grande colonia na assembléa constituinte que em Portugal nascêra da revolução de 24 de Agosto de 1820.

N'esta segunda partida, a 8 de Julho de 1821, Araujo Lima devia já lobrigar mais desvendado o futuro, e, sentindo em si elementos de grande valor moral, comprehender que começavam para elle a éra dos embates e as occasiões de gloria.

Com mais cinco companheiros de deputação, cujos no-

mes, Domingos Malaquias, Manoel Zeferino dos Santos, João Ferreira da Silva Telles, José Tavares e padre Moniz, vigario de Jaboatão, as chronicas pernambucanas conservam, chegou elle dos primeiros a Lisboa.

Cincoenta eram os filhos da terra de Santa-Cruz, enviados para a assembléa constituinte, em que pujante maioria abafava qualquer tentativa em favor do Brasil e suffocava os generosos commettimentos de ardente e talentosa minoria.

N'essa conjunctura, extremando-se as paixões, os deputados mais valentes na tribuna tiveram que fugir para escapar da sanha d'aquelles que, á todo o transe, queriam arrôxar as cadêas nos pulsos já impacientes do povo brasileiro. Entretanto, a constituição portugueza foi em parte decretada, e a assignatura de Araujo Lima pareceria contradictoria, depois de muitos de seus discursos abrasados de ardor patrio, caso não fosse ella a significação de um sentimento que sempre imperou em toda a sua vida parlamentar: o respeito ás maiorias.

A 21 de Fevereiro de 1833 elle embarcou em navio inglez com destino á Inglaterra, e alli esperou opportunidade de voltar á terra natal, em que passavam-se successos grandiosos, talhando-se n'elles um lugar em que sua vasta aptidão podesse se mostrar desaffrontada.

A Providencia marcára com effeito a época da independencia do Brasil, obcecando aquelles que só com grande moderação de politica e amenidade de mando poderiam, por algum tempo ainda, conservar a mais preciosa e linda joia da corôa de Portugal.

Sómente o facto, hoje não muito commum, de ter vivido Araujo Lima no tempo em que deu-se o movimento augusto que transformou a colonia Brasil em Imperio livre bastaria para rodear o seu nome d'aquelle prestigio que, á

maneira de aureola santa, cérca a fronte dos patriarchas de nossa independencia.

Cresce, porém, de ponto a veneração que lhe é devida, quando o vemos, não simples espectador ou adherente enthusiastico, mas sim um dos organisadores do novo estado social e politico, um dos indefessos trabalhadores para bem firmar o que ainda vacillava e assentar com acerto tudo quanto carecia de apoio.

A 30 de Abril de 1823 chegou elle ao Rio de Janeiro, e, havendo sido convocada a assembléa constituinte para formular os artigos fundamentaes de nosso pacto social, foi para ella eleito a 23 de Março do mesmo anno, tomando a 3 de Maio assento entre os membros d'aquella assembléa, que patenteou tão fecundos e portentosos talentos na sua tempestuosa tribuna.

A moderação de suas fallas, a sensatez de seus conceitos, a calma de sua argumentação durante as discussões, fizeram com que, dissolvida a constituinte, fosse o nome do ex-deputado, a 14 de Novembro ainda de 1823, apontado pelo Sr. D. Pedro I para entrar na composição do ministerio então formado.

A recusa que elle julgou de obrigação dar, ou o curto prazo de tres dias, em que, segundo algumas versões, esteve na pasta dos negocios estrangeiros, tornou-se motivo de polemica e interpretações, se bem em nada alterasse a consideração que já grangeára, pois na terceira sessão legislativa de 1827 mereceu, de volta de uma viagem á França e Italia, ser eleito presidente da camara, d'onde foi chamado a 2 de Novembro d'aquelle anno para a pasta do ministerio do imperio, a qual elle deixou a 15 de Junho do anno seguinte.

Novamente escolhido por sua provincia, em 1829 occupou Araujo Lima ainda a cadeira de presidente, a de vice-

presidente em 1831, 1832, 1833, e em 1837 tornou a dirigir os trabalhos legislativos.

N'este periodo voltou elle a prestar suas luzes a um ministerio, o de 3 de Agosto de 1832, no qual preencheu as duas pastas da justiça e estrangeiros.

Por decreto de 5 de Setembro de 1837 foi nomeado senador do Imperio.

A época desde muito não era para tibios nem pusillanimes. Os negocios publicos haviam-se complicado por modo tal que os espiritos mais esforçados começavam a duvidar do futuro do Brasil e a sentir o desanimo infundir-se-lhes no intimo e empecer as mais nobres e urgentes resoluções.

Desde a abdicação do imperador D. Pedro I, que entregára cavalheirosamente o seu filho menor ao povo brasileiro e a corôa dynastica á lealdade dos politicos, perigos gravissimos, nas circumstancias anormaes em que se achava a America Meridional, ameaçavam o nascente imperio.

A guerra civil lavrava terrifica entre os vizinhos, e os verdadeiros patriotas ou os estrangeiros amigos da nova nacionalidade com razão receiavam que a conflagração se estendesse contaminadora e retalhasse em mil pedaços aquella unidade tão bella e tão bem estabelecida em todo o Brasil pela identidade de idéas, costumes e sentimentos.

Deus tal não quiz, e hoje colhemos os fructos da extremosa dedicação d'aquelles que, como Pedro de Araujo Lima, não desampararam o seu posto nas horas as mais amargas e de completa desesperança.

A menoridade corria tormentosa. No palacio de S. Christovão o imperial menino, ao lado de duas queridas irmãs, recebia educação esmerada, ao passo que ondas revoltas bramiam ao derredor, e, bem que possantes, iam esbarrar de encontro áquella vivenda em que o estudo e a innocencia eram os unicos guardas.

O regente Diogo Antonio Feijó, homem de tempera espartana, sentira as suas forças perdidas na luta contra poderosa maioria das camaras, e a 18 de Setembro de 1837 demittia-se do alto cargo em que estivéra desde 7 de Abril de 1835.

Araujo Lima, ministro do imperio n'essa occasião, teve que assumir a 20 de Setembro a regencia interina, sendo empossado da effectividade por eleição de 22 de Abril de 1838.

O predicamento a que chegára era capaz de satisfazer a mais lata ambição, mas, como em todas as posições altorosas, milhares de espinhos faziam sentir a Araujo Lima que a tranquillidade de corpo e de alma não se encontra nos fócos de luz, porém sim n'essa claridade semi-frouxa que representa a mediania de condição.

Mas os homens que a sorte assignalou para os combates não podem senão n'elles contentar os impulsos internos.

A hydra da revolução levantára ousado collo em diversos pontos do Imperio. O Pará ainda estremecia; a guerra fratricida devastava assustadora o Rio-Grande do Sul, e eis que a sabinada na Bahia e no Maranhão a balaiada sobremaneira complicavam os obices do governo.

Mas um pensamento fixo dominava o espirito d'aquelles que, sob a presidencia do Araujo Lima, empunhavam o leme de direcção, e esse pensamento em sua pratica foi a felicidade da patria e a gloria dos estadistas honestos que, a bem de seus destinos, a dirigiam então.

Ante a grandeza dos perigos as almas fortes alteam-se e de momento fazem por sobreleval-os pela apreciação calma e um tanto desdenhosa. Envolvidas no torvelinho, não se deixam subjugar pela contingencia funesta; procuram de continuo ter peito á sua corrente; cedem por vezes á violencia d'ella mas não desanimam e, como o naufrago que se

quer salvar, amiudam as tentativas para emfim vencer ou então morrer, cahindo em regra, a modo do gladiador romano na arena do circo.

Assim procedem os espiritos varonis que aspiram outra cousa mais de que encher simplesmente o curso da existencia.

A energia desenvolvida pelo regente Araujo Lima viu-se auxiliada de modo efficaz,e a 15 de Março de 1838 a cidade da Bahia rendia-se, ao passo que no Maranhão os talentos militares do tenente-coronel Luiz Alves de Lima e Silva assentavam o primeiro e glorioso marco da carreira a mais ostentosa e mais bem preenchida de entre todos quantos no Imperio do Brasil envergam os honrosos distinctivos da farda.

Na provincia do Rio-Grande do Sul os rebeldes haviam tomado proporções de se constituir em forças aggressivas para invadir a provincia de Santa Catharina e se apoderar da cidade da Laguna, d'onde foram expulsos pelo presidente Andréa, posteriormente barão de Caçapava.

Repetindo certeiros golpes, a legalidade tratou de circumscrever o incendio aos lugares d'onde havia partido, ao mesmo tempo que protestos energicos junto ás republicas platinas, dominadas já pelo espirito perfido e lethal de Rosas, impediam que soccorros fossem ministrados áquelles que se empenhavam na causa fatal da dissolução do Imperio.

A revolução comtudó não pôde ser então completamente suffocada.

A regencia continuava inabalavel em seu proposito; entretanto nas camaras originou-se grave opposição, que talvez a derrubasse, caso não sobreviesse facto de alta monta, que deu outra feição aos acontecimentos, introduzindo elemento novo na politica: a maioridade de Sua Magestade o Sr. D. Pedro II a 23 de Julho de 1840.

Esta data terminal representa um dia de gloria immensa para Araujo Lima, por isso que elle entregou ás mãos do soberano a integra herança que lhe havia sido confiada, que influencias maleficas haviam tentado damnificar, e que só a poder de muito patriotismo de sua parte e da de um circulo de bons brasileiros ficára preservada de macula e de dilacerações.

A parte mais violenta e atribulada de sua vida attingira o seu limite, mas abria-se outra em que melhor apreciado, gozou elle com tranquillidade das regalias de intelligencia superior.

Depois de oito annos de relativo descanço, Pedro de Araujo Lima, que por occasião da corôação recebêra o titulo de visconde de Olinda com grandeza, foi chamado para organisar um ministerio, em cuja composição entraram os nomes mais conhecidos e prestigiosos do partido conservador.

A 6 de Outubro de 1848 o nobre visconde deixou a pasta da fazenda, que exercêra interinamente desde 29 de Setembro, e a 6 de Outubro do anno seguinte sahiu do gabinete, que foi recomposto.

O visconde de Olinda, agraciado em 1854 com o titulo de marquez, durante o periodo de nove annos em que esteve fóra de ministerios manteve, sem quebra de uma só feita, a reputação de fecundo orador e publicista notavel, que desde muito ganhára ou discutindo no senado com toda a consciencia, illustração e tino as questões que mais de perto interessavam a felicidade do Brasil, ou destrinçando, em luminosos pareceres, as difficuldades que subiam até o conselho de Estado, de que elle formava parte desde 5 de Fevereiro de 1842.

Com a morte do marquez de Paraná, a 3 de Setembro de 1856, enfraqueceu-se o ministerio de 27 de Janeiro de

1855, e foi substituido por outro formado pelo marquez de Olinda a 4 de Maio de 1857.

Já desde muito era elle considerado como um d'esses entes venerandos que a mesma morte parece respeitar, e que, verdadeiros Nestores, servem para resolver crises que inopinadamente occorrem no caminhar da sociedade politica.

A 30 de Maio de 1862 o marquez de Olinda foi novamente encarregado de reunir um gabinete ministerial, e em sua organisação deu ainda provas de grande finura e habilidade, congregando ao redor de si membros que, com excepção de um unico, o deviam acompanhar e auxiliar na adopção de medidas que elle julgára de conveniencia e premeditára.

Temos entrado em época por demais chegada a nós para que qualquer juizo possa resaltar dos factos com aquella pureza de intenções e imparcialidade só proprias dos historiadores alheios á acção apaixonada do momento.

O mais importante periodo do ministerio de 30 de Maio ficou marcado por um acontecimento que trouxe todo o Imperio alvoroçado em sua tranquillidade moral durante muitos mezes—a questão ingleza—esse episodio de nossos dias que manifestou quanto o monarcha prezava os brios da nação de que é chefe, e quanto era ella digna de tel-o para seu guia em assumptos de honra ; grandioso caso em que o soberano congraçou com o povo para juntos repellirem a offensa immerecida que lhes irrogára o representante de uma potencia que faz timbre de obrar com prudencia e moderação.

Na grave pendencia internacional, que produziu as dolorosas represalias a que se julgou com direito o ministro Christie, não esteve o ministerio somenos das circumstancias, e a renhida discussão diplomatica, que se travou com

vantagem para o funccionalismo brasileiro, pôz á mostra quanto vigor tinham aquelles velhos politicos, que tudo podiam sacrificar menos a dignidade da terra em que haviam nascido e que tinham erigido á categoria de nação não desprezivel.

Decorrem poucos annos e reapparece o nome do marquez de Olinda na formação do ministerio de 12 de Maio de 1865.

Setenta e dois annos para elle haviam já soado ; setenta e dois annos que curvavam para a terra o seu corpo, mas não dobravam a altaneria de seu espirito ; setenta e dois annos que faziam tremer-lhe as mãos, augmentavam a surdez, de que padecia ha muito, mas deixavam o entendimento desembaraçado no gyro de infindas preoccupações.

Em Maio de 1865 o Brasil lutava já com o Paraguay, cujos recursos iam se descortinando para dar razão á ambição do dictador Lopez e á facilidade com que elle se abalançára a uma guerra tremenda.

A anxiedade era grande, os dias solemnes e preságos de desgraças pavorosas ou de triumphos esplendidos.

A nação em peso estremecia ao sopro irresistivel do enthusiasmo que abalava tanto as mais illustradas e generosas camadas da grande familia brasileira, quanto as mais obscuras e derradeiras.

Tudo movia-se ao chamado da patria.

No fundo mais recondito dos sertões, nas choupanas, nas casas, nos palacios, os filhos recebiam a benção ultima de seus paes, os maridos diziam adeus ás suas mulheres, e todos pressurosos vinham alistar-se n'esses batalhões que marchavam para paizes desconhecidos, só povoados de inimigos e febres pestilenciaes.

Todas as classes se confundiam : uns offereciam sua

vida, outros seu dinheiro, estes seus filhos, aquelles seus parentes, seus escravos, e elles mesmos,com os corações a pulsarem de dôr e de patriotismo, os vinham entregar aos vapores, que a todo o instante partiam prenhes de gente para um verdadeiro sorvedouro de vidas.

Esses embarques nas provincias, no Rio de Janeiro, eram magestosos. Victoriados á maneira de victimas, caminhavam os noveis guerreiros, e os abraços de despedida que na praia os soldados da patria davam aos penhores de sua amizade e amor faziam rebentar novas explosões de arrebatamento e creavam novos soldados.

A figura augusta do monarcha dominava aquelle movimento colossal que repercutia, com rugidos estranhos, até as florestas do Amazonas e as solidões longinquas de Goyaz.

E' a mais bella phase do reinado do Sr. D. Pedro II : é essa em que elle, como pai de todo o brasileiro, sentia o seu coração despedaçado pela partida para a morte d'esses milhares de valentes, ouvia os brados de agonia de duas provincias invadidas e saqueadas, e na larga fronte ostentava serenidade que não tinha no intimo, placidez que sua alma não conhecia.

Elle impellia os batalhões de voluntarios uns atrás dos outros ; incessante, pedia-os á nação, e ella obedecia a essa voz que clamava em nome da honra e da salvação da bandeira.

Todos possuiam-se de uma grande verdade ; todos buscavam seu incitamento em uma mesma fonte, conscios de que, se fosse necessario para a dignidade do Brasil, o Imperador, novo Códro, precipitar-se-ia no abysmo para salval-a.

Momentos immensos em que a effusão do patriotismo era sem eiva !

Foi o marquez de Olinda quem a 5 de Junho de 1865 annunciou ás camaras a partida do Sr. D. Pedro II para a provincia do Rio-Grande do Sul, então calcada por pé inimigo.

Qual de vós, senhores, esqueceu ou esquecerá jámais aquelle dia, aquella hora, em que a população em peso d'esta capital affluiu ás praias para acclamar o defensor perpetuo da integridade nacional, que corria em soccorro de uma das filhas do Brasil?! Qual de vós deixou de pagar o abundante tributo de lagrimas que inquieta emoção arrancava de vosso peito?!

O orador que a vós se dirige estava então nos remotos e lodacentos retiros de Mato-Grosso, mas, quando, mezes depois, chegaram, como écho amortecido de estrondo atroador, estas simples palavras: « O Imperador partiu para o Sul », o abalo que elle e seus companheiros tiveram foi immenso. As acções grandiosas ferem o sentimento com descarga electrica.

Senhores, perdoai-me a digressão, talvez extemporanea. A desculpa acha-se inteira nos poucos annos d'aquelle que vos falla e que ainda não póde ter mão nos impetos de enthusiasmo.

Demais, resumbra d'esse traço ligeiro de scenas gigantescas um elogio ao marquez de Olinda.

Quaes na verdade eram aquelles que supportavam em cheio os bulcões, as rajadas mais violentas do temporal que abalava o Brasil?

N'aquella emergencia, em que, para acudir ás necessidades do governo, tornava-se precisa a actividade vertiginosa de um joven, o venerando ancião, o velho presidente do conselho, dirigia os negocios como se para elle houvessem voltado as forças da mocidade.

A 2 de Agosto de 1866 o marquez de Olinda deixou o

ministerio, sem por isso retirar-se da politica militante. Apezar de enfermidades e da fraqueza corporea inherente aos annos, assistia assiduo ás sessões do senado e estudava acuradamente todas as questões que do conselho de Estado a elle tocava resolver.

A morte já desde muito segava incansavel ao redor de sua pessoa, arrebatando amigos de outr'ora, collegas inseparaveis de lides parlamentares, confrades em lutas de partido, antagonistas em todo tempo, e entretanto elle ainda não sentira affrouxar a resolução de esperar a inevitavel visitadora, mettido no ruido da politica e na azafama da sociedade.

Como Vespasiano queria morrer de pé, cumprindo com o dever de cidadão, emquanto folego lhe restasse.

Coragem não pequena despendia, comtudo, na vida intima, hora por hora, minuto por minuto, vendo a sua esposa, companheira durante 42 annos, victima de cruel enfermidade, que ainda n'este momento não a abandonou.

Nos primeiros dias de Junho do anno que finda, o marquez de Olinda foi ainda ao senado.

Eram os ultimos adeuses áquella casa veneranda, onde tantas e tantas vezes elle combatêra nos dissidios da tribuna.

Atacado de uma congestão cerebral, exhalou, ás 4 horas da madrugada de 7 d'aquelle mez, o ultimo suspiro, entregando sua alma á eternidade.

E' bem possivel que essa immortal essencia, antes de tomar o vôo para regiões ignotas, pairasse por instantes e contemplasse saudosa aquelle corpo que ella abandonava para sempre e com quem tanto havia trabalhado.

O cadaver, depois de embalsamado, foi levado ao cemiterio de S. Francisco de Paula, em Catumby, acompanhado

de sequito numerosissimo que prestava homenagem a tão respeitaveis restos.

Tombára por fim uma das pedras angulares que formavam o corucheo de nosso edificio social, e com sua quéda os termos vizinhos ficaram, á maneira das ruinas do Egypto e da Assyria, juncados de destroços que a posteridade contemplará admirada e reconhecida ; seus actos, suas palavras, suas leis e muitos de seus exemplos.

O marquez de Olinda foi official da imperial ordem do Cruzeiro e grã-cruz das ordens de Christo do Brasil, de Santo Estevão da Hungria, Legião de Honra da França, Nossa Senhora de Guadalupe do Mexico, S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, e Medjedié da Turquia. Nomeado director da academia de direito de Olinda a 12 de Outubro de 1827, dia em que o Sr. D. Pedro I condecorou-o com a commenda de Christo, tomou posse d'aquelle lugar a 1 de Março de 1830, demorando-se n'elle só quinze dias.

Socio fundador e logo após honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, seu nome apparece na matricula de 1° de Desembro de 1838, bem que tão sómente um anno depois se reunisse a primeira sessão.

Offuscadas as vistas com quererem fixar luz por demais resplandescente, grato é trazêl-as para nucleos menos luminosos e cuja pureza melhor póde ser apreciada.

Lamenta tambem o Instituto Historico a perda do conselheiro Alexandre Maria de Mariz Sarmento, cuja vida longa e bem especificada não tem os esplendores d'aquella, que, ha pouco, deixámos esboçada, mas constitue somelhantemente um cabedal não insignificante de regras para quem quizer ser util á sociedade em que vive.

Nascido na cidade do Porto no dia 9 de Novembro de 1791 , era o conselheiro Mariz Sarmento filho do Dr. Fran-

cisco Luiz de Mariz Sarmento e de D. Maria Amalia de Figueiredo.

Veiu com seus pais para o Brasil no anno de 1799 e a 3 de Dezembro de 1803 entrou na vida publica, sendo por El-Rei D. João VI nomeado para servir o lugar de praticante da contadoria da junta de fazenda da capitania do Ceará Grande, com o ordenado annual de 70$ reis além dos emolumentos, prós e precalços. Tres annos depois passou a ser, na mesma provincia, empregado como escrivão da receita e despeza do hospital militar, e a 7 de Fevereiro de 1807 foi, com o ordenado annuo de 120$, exercitar o lugar de 2° official da junta de fazenda, no qual, com pouco mais de 16 mezes de frequencia, conseguiu promoção de 1° official.

Vindo a 1 de Abril de 1811 para o Rio de Janeiro, d'onde nunca mais sahiu, occupou, por decreto de 8 de Maio d'aquelle anno, o cargo de 3° escripturario do real erario com exercicio na thesouraria-mór, sendo no anno seguinte encarregado de escripturar a entrada e sahida dos diamantes na fabrica de lapidação d'elles, sem prejuizo de accesso no emprego de fazenda.

Acompanhando a vida de Mariz Sarmento, vê-se o, passo a passo, ir galgando os postos a que fizéra jus por seus serviços sempre louvados, por sua assiduidade nunca desmentida, e paciencia aturada.

Custosos e bem custosos são comtudo esses annos de trabalho fadigoso que, nas posições subalternas, raramente apparece, que muito poucos podem avaliar e acoroçoar, mas sem os quaes fôra impossivel o andamento da machina do Estado.

Peças imperceptiveis no progredir geral dos negocios publicos, é d'ellas e de seu consciencioso movimento que

resulta muitas vezes a harmonia da economia interna das nações.

Escrivão da fabrica de lapidação em 1813 e em 1821 2º escripturario do erario, foi Mariz Sarmento nomeado posteriormente administrador d'aquella fabrica e, depois de varias commissões de revisão de contas, em que bem claro ficou o seu espirito meticuloso em questões de dinheiros publicos, obteve elle em 1828 o habito de Christo.

Durante a regencia subiu ao lugar de official da contadoria de revisão do tribunal do thesouro.

Membro effectivo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional desde 4 de Fevereiro de 1837 e do Instituto Historico e Geographico desde 19 de Novembro de 1838, começou Mariz Sarmento a prestar os serviços que d'elle eram de esperar, não só exercendo cargos de confiança, como o de thesoureiro n'esta ultima associação, mas tambem concorrendo com donativos quantiosos, para que ellas continuassem a subsistir.

O Instituto recorda hoje com gratidão esta particularidade.

Conhecido desde muito por sua extrema probidade e aptidões financeiras, teve a 10 de Setembro de 1840 a nomeação de official-maior da contadoria geral de revisão; a 17 d'aquelle mez a carta de conselho e a 2 de Dezembro do mesmo anno a commenda de Christo.

Deputado geral pelo Ceará em 1842, foi em 1844 contador geral do thesouro e seis annos depois director geral da despeza, em cujo caracter se aposentou a 29 de Janeiro de 1859.

No começo do anno de 1862, o conselheiro Mariz Sarmento aceitou a nomeação de membro do conselho inspector e fiscal da caixa economica e monte do soccorro do Rio de Janeiro e a 4 de Junho, d'aquelle anno a de presidente do mesmo conselho.

Foi só em 1866 que elle pediu, de prostrado, a sua exoneração.

O velho servidor de feito alinhára cifras, numeros, contas de receitas e despezas durante 61 annos de existencia, que pertenceram exclusivamente ao Estado, e gastára a vista no exame cauteloso das combinações ideographicas.

Que historia viva não era elle de todas as gradações por que passára a renda do Brasil, desde o tempo em que seus portos ficavam trancados ao commercio e á actividade universaes, até nossos dias,em que navios do mundo inteiro os procuram, avidos de despejarem o carregamento para permutal-o pelo precioso café e pelos outros productos que nosso clima e nossa industria offerecem ? !

Dotado de senilidade robusta, que é sempre a recompensa nunca assaz abençoada de uma mocidade calma e bem regulada, apartára-se o conselheiro Mariz Sarmento ao retiro que sua cegueira aconselhava, e nas trevas em que viveu um lustro esperou tranquillo que a morte viesse dar á sua alma luz, já que a ella se haviam fechado os olhos do corpo.

No dia 7 de Outubro do anno cadente expirou elle depois de curta enfermidade. De seus haveres, superiores a 400:000$, deixou em testamento para estabelecimentos pios e uteis 245:000$, dos quaes 100:000$ tocaram á Casa da Misericordia da côrte.

O conselheiro Mariz Sarmento foi dignitario da ordem da Rosa.

De outro consocio encanecido no serviço nacional,em que igualmente muitas provas inconcussas deu de amor e dedicação á patria, deplora o Instituto o lastimavel desapparecimento.

Chegado tambem á idade avançada, pertencia a esse

grupo de velhos varões que não como que os representantes beneficos d'aquillo que a sociedade de outr'ora tinha de bom e de digna imitação.

Basta o facto de haverem attingido aos ultimos annos da vida normal do homem com a sanidade do corpo completa, para que sejam merecedores do acatamento d'aquelles que, começando a viver, caminham todos para a anciandade.

De feito, não é com o desrespeito nem com o indifferentismo pelas instituições sagradas e sociaes, não é com o imprudente voltear pelo campo da méra materialidade, que se preparam para a velhice um coração honesto, e quando não uma intelligencia clara, pelo menos e sobretudo um organismo capaz de resistir á influencia terrivel dos annos.

O conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida nasceu a 14 de Junho de 1792 na capital da provincia do Rio Grande do Norte. Filho de Thomaz Xavier Garcia, foi estudar em Coimbra, e, obtendo o gráo de bacharel em direito em 1818, alcançou ser nomeado a 22 de Janeiro de 1823 juiz de fóra da cidade do Recife.

Em 1827 foi dirigir a provincia de S. Paulo, a de Pernambuco de 1828 a 1829, a da Bahia de 1838 a 1840 e a de Pernambuco novamente de 1844 a 1845.

Estas commissões de confiança demonstram o alto apreço em que pelo governo eram então tidas as suas qualidades administrativas e a sua firmeza em impedir o incremento da anarchia, pois, n'aquelles differentes pontos, continuos eram os tentamens em favor da desordem.

Não se contentava Thomaz Xavier com reprimir os estremecimentos da rebellião, quando na gerencia dos negocios; a bem da lei offerecia tambem seu peito á bala; pois pertenceu, como militante, ás columnas que debellaram os levantamentos de Pernambuco em 1824 e da Bahia em 1837.

Entretanto as condições de moderação e clemencia, em quem tem que lutar com os horrores de uma guerra interna, tornaram-se bem claras n'elle, por isso que, sendo nomeado juiz relator da commissão militar para julgar os chefes da revolução de 1824, procedeu n'aquelle difficil inquerito com toda a independencia e benignidade.

Premiado a 6 de Maio de 1829 com a dignitaria da ordem do Cruzeiro e a 20 de Outubro d'aquelle anno com a commenda de Christo, foi por vezes deputado geral pelas provincias do Rio-Grande do Norte e Pernambuco, recebeu a carta do conselho a 2 de Agosto de 1841 e por quatro vezes entrou na lista triplice para senador por aquellas provincias.

Como magistrado, o conselheiro Thomaz Xavier, depois de 28 annos de serviço, foi nomeado ministro do supremo tribunal de justiça, em cujo cargo teve a sua aposentadoria.

Com 78 annos de idade, falleceu elle no dia 11 de Janeiro d'este anno de um derramamento cerebral.

Socios fundadores do Instituto Historico e Geographico foram todos esses altos funccionarios de que me tenho occupado. Com magoa a elles ajunto dois membros correspondentes, cuja noticia de fallecimento nos fins do anno anterior só em meiado d'este foi a esta casa communicada, o cavalleiro José de Luca e o commendador João Carlos Pereira Pinto, consul do Brasil em Buenas-Ayres desde 1850.

A ceifa da morte não tem estações.

Terminava já bastante lutuoso o anno para o Instituto, quando, de chofre, pesado golpe cahiu sobre nós e abateu no chão da sepultura mais um consocio, cujo nome bastará em sua simples enunciação para proclamar quão fundo e cruciante foi elle.

No dia 7 do corrente mez, o Dr. Urbano Sabino Pessoa

de Mello succumbiu a um ataque de apoplexia fulminante, que rematou, aos 60 annos de idade, uma vida toda cortada de bellas peripecias, quer se a considere debaixo de ponto social, quer politico. Pai de familia exemplar, advogado de reputação, homem de idéas firmes, enthusiasta de coração, era inimigo tão figadal da mentira que sempre soube dizer a verdade, ainda quando agradavel a seus adversarios politicos, a seus mesmos amigos embora dolorosa, e, quando foi preciso, usou d'ella em relação a si proprio.

Que melhor elogio póde merecer aquelle campeão denodado?

Que melhor signal de sua passagem por entre nós poderia ter deixado?

Bemdito aquelle que, sem viver no seculo de Epaminondas, jámais se afastou da norma querida do illustre thebano!

Como esta, não fallecem repetidas provas da nobreza de alma do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello, mas a mesma grandeza do assumpto e a escassez de tempo de todo impediram que eu, detidamente e como fóra de obrigação, seguisse os passos d'aquelle ardido pelejador na liça da liberdade, e tanto mais para lamentar é semelhante falta quanto quizéra agora pôr fecho rutilante a esta oração, avivando a pallidez do seu contexto com mais alguns raios desferidos d'aquella brilhante e agitada existencia.

Senhores! Nova commoção se apodera de mim, ao approximar-se o momento em que devo agradecer-vos a attenção que me haveis dispensado.

Tão honrosa distincção me encheria de louca vaidade, caso mais reflectida e arrazoadamente não a interpretasse eu como homenagem prestada á dignidade do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e como sujeição tribu-

tada á memoria dos eminentes membros que elle com profunda dôr viu este anno desapparecer de seu gremio e de entre ao fileiras dos vivos.

Senhor! Ao começar, appellei para a benevolencia inexhaurivel de Vossa Magestade Imperial, e mais uma vez ficou provado que, quando um de vossos subditos soccorre-se ao vosso magnanimo coração, a sua supplica jámais fica sem resposta.

Esta verdade, que o Brasil em peso reconhece, constitue diadema cujo fulgor dá mais realce á corôa que vos cinge a fronte, de soberano d'este immenso Imperio. Disse!

MANUSCRIPTOS OFFERECIDOS AO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1870.

PELO EXM. SR. BARÃO DE LORENA

Noticia da fundação do recolhimento de N. S. da Luz da Divina Providencia; e vida de sua fundadora, madre Helena Maria do Espirito-Santo. S. Paulo

PELO SR. BRIGADEIRO FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA

Varios documentos manuscriptos concernentes á historia da conquista e occupação dos campos de Guarapuava, na provincia do Paraná.

PELO SR. BRAZ DA COSTA RUBIM

Abreviada e resumida demonstração dos trabalhos da policia em todo o tempo que a serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Vianna; e documentos para servir de auxilio á mesma demonstração.

PELO SR. ARCEDIAGO VICENTE ZEFERINO DIAS LOPES

Apontamentos sobre a instrucção particular e publica da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul. Papeis pertencentes ao archivo da extincta revolução do Rio Grande do Sul, encontrados no espolio do fallecido padre Francisco das Chagas Martins Avila e Sousa, ex-vigario apostolico n'aquella revolução.

RELATORIOS E DOCUMENTOS REMETTIDOS AO INSTITUTO PELAS SECRETARIAS DE ESTADO, DURANTE O ANNO DE 1870

SECRETARIA DO IMPERIO

Relatorios dos presidentes de provincias, a saber:

Amazonas—Relatorio de 1869.— Exposição de 24 de Agosto de 1868.

Alagôas—Relatorios de 1868,1869.—Exposição de 2 de Outubro de 1868.

Bahia—Relatorios de 1868, 1870.—Exposições de 2 de Outubro de 1869 e 29 de Maio de 1870.

Ceará—Relatorios de 1868 e 1869.—Exposições de 22 de Abril, 31 de Julho de 1868, 27 de Agosto de 1868, 24 de Abril de 1869 e 26 de Julho de 1869.

Espirito-Santo—Relatorios de 1868, 1869.—Exposições de 18 de Janeiro de 1869 e 16 de Setembro de 1869.

Goyaz— Relatorios de 1865, 1866 e 1869.— Exposição de 29 de Abril de 1867.

Maranhão—Relatorio de 1869.— Exposições de 13 de Abril e 16 de Junho de 1869.

Matto-Grosso—Relatorio de 1869.

Minas—Exposição de 14 de Maio de 1869.

Pará—Relatorio de 1869.—Exposições de 16 de Maio 1869 e 17 de Abril de 1870.

Parahyba— Relatorios de 1868, 1869 e 1870,—Exposições de 29 Julho e 16 de Agosto de 1868, 16, 19 de Abril e 14 de Junho de 1869.

Paraná—Relatorio de 1869.— Exposições do 1º de Setembro, 5 de Dezembro de 1869.

Pernambuco—Relatorios de 1868, 1869 e 1870.—Ex-

posições de 23 de Julho, 28 de Julho, 23 Agosto de 1868 e 5 de Novembro de 1869.

Rio de Janeiro—Relatorio de 1870.—Exposição de 18 de Maio de 1869.

Santa Catharina—Relatorio de 1869.—Exposições de 11 de Agosto, 22 de Novembro de 1869 e 3 de Janeiro de 1870.

S. Paulo—Relatorio de 1870.—Exposições de 25 de Abril de 1869.

S. Pedro—Exposição de 20 de Maio e 14 de Junho de 1869.

Sergipe—Relatorios de 1868 a 1870.—Exposições de 27 Novembro de 1868, 17 de Junho e 7 de Novembro de 1869.

Consultas do conselho de Estado sobre negocios ecclesiasticos, compiladas por ordem de S. Ex. o Sr. ministro do imperio. Rio de Janeiro, 1870. 2 vol.

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo Exm. Sr. ministro do Imperio, conselheiro Paulino José Soares de Sousa.

Relatorio com que o vice-presidente da provincia de Goyaz, o desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira, entregou a presidencia da mesma ao Sr. Dr. Augusto Ferreira França. Goyaz, 1867.

SECRETARIA DA FAZENDA

Proposta e relatorio apresentados á assembléa geral legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda, visconde de Itaborahy. Rio de Janeiro, 1870.

SECRETARIA DA MARINHA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na

2ª sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha, barão de Cotegipe. Rio de Janeiro, 1870.

SECRETARIA DA JUSTIÇA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça, Joaquim Octavio Nebias. Rio de Janeiro, 1870.

SECRETARIA DE ESTRANGEIROS

Relatorio da repartição dos negocios estrangeiros apresentado á assembléa geral legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado interino barão de Cotegipe. Rio de Janeiro, 1870. E annexos ao mesmo relatorio.

SECRETARIA DA GUERRA

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 2ª sessão 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado, barão de Muritiba. Rio de Janeiro, 1870.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS

Relatorio apresentado á assembléa geral legislativa na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo ministro e secretario de Estado, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro, 1870.

RIO DE JANEIRO

Relatorio apresentado ao Exm. vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, desembargador Manoel José de Freitas Travassos, pelo ex-presidente, desembargador Diogo

Teixeira de Macedo, por occasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 5 de Maio de 1870. Rio de Janeiro, 1870.

PARANA'

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. vice-presidente, Dr. Agostinho Ermelindo de Leão, pelo Exm. Sr. vice-presidente, Dr. Antonio Augusto da Fonseca, por occasião de passar-lhe a administração da provincia. Coritiba, 1869.

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. presidente, Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, pelo vice-presidente, Dr. Agostinho Ermelindo de Leão, por occasião de passar-lhe a administração. Coritiba, 1870.

Relatorio apresentado á assembléa legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura, pelo presidente, Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de Fevereiro de 1870. Coritiba, 1870.

MARANHÃO

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José da Silva Maia passou a administração da provincia ao Exm. Sr. Dr. Braz Florentino Henriques de Sousa no dia 16 de Agosto de 1869. S. Luiz do Maranhão, 1869.

Collecção de leis promulgadas pela assembléa provincial e regulamentos expedidos pela presidencia no anno de 1869.

Relatorio que S. Ex. o Sr. vice-presidente da provincia, Dr. José da Silva Maia, apresentou no dia 18 de Maio de de 1870 á assembléa legislativa provincial do Maranhão. S. Luiz, 1870.

PROVINCIA DE SERGIPE

Relatorio com que o 2º vice-presidente da provincia, Dr. Dyonisio Rodrigues Dantas, passou a administração da mesma, no dia 2 de Dezembro de 1869, ao Exm. Sr. presidente, Dr. Francisco José Cardoso Junior. Aracajú, 1869.

Relatorio com que o 1º vice-presidente, o Sr. barão de Proprié, passou a administração da provincia de Sergipe no dia 7 de Novembro de 1869 ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Dyonisio Rodrigues Dantas, Aracajú, 1869.

CEARA'

Relatorio apresentado ao Exm. Sr. presidente da provincia do Ceará, desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, pelo 2º vice-presidente coronel Joaquim da Cunha Freire, em 26 de Julho de 1869. Fortaleza, 1869.

ALAGÔAS

Relatorio apresentado á assembléa provincial no acto de sua installação em 18 de Março de 1870, pelo presidente da provincia José Bento da Cunha Figueiredo Junior.

PROVINCIA DO RIO-GRANDE DO SUL

Collecção das leis, resoluções e actos da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul. Tomo 23—1869.

BAHIA

Exposição com que o Exm. Sr. vice-presidente Antonio Ladisláo de Figueiredo Rocha passou a administração da provincia ao seu presidente, Exm. Sr. barão de S. Lourenço, em 21 de Outubro de 1869. Bahia, 1869.

Relatorio apresentado á assembléa provincial pelo Exm. Sr. presidente barão de S. Lourenço. Bahia, 1870.

Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro barão de S. Lourenço passou a administração da provincia ao 1° vice-presidente, o desembargador João José de Almeida Couto, em 20 de Maio de 1870. Bahia, 1870.

Lei do orçamento da receita e despeza das camaras municipaes da Bahia do 1° de Outubro de 1870 a 30 de Setembro de 1871, vol. 2°. Bahia, 1870.

Collecção de leis e resoluções da provincia da Bahia promulgadas no anno de 1870. Bahia, 1870.

MATTO-GROSSO

Relatorio do presidente da provincia de Matto-Grosso, o chefe de esquadra barão de Melgaço na abertura da sessão ordinaria da assembléa legislativa provincial em 20 de Setembro de 1869. Cuyabá.

ESPIRITO-SANTO

Relatorio com que o Sr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro passou a administração da provincia do Espirito-Santo ao 1° vice-presidente. Victoria, 1869.

Livro das leis da provincia do Espirito-Santo, contendo as leis e resoluções da assembléa legislativa na sessão ordinaria de 1869. Victoria, 1870.

MINAS-GERAES

Almanak da provincia de Minas, 1870.

Relatorio apresentado á assembléa legislativa provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria de 1869 pelo presidente da mesma provincia, Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. PRESIDENTE DA PROVINCIA DE GOYAZ

Relatorio que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Augusto Pereira,

presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da assembléa legislativa da mesma provincia no dia 1° de Junho de 1869.

SANTA CATHARINA

Collecção de leis da provincia de Santa Catharina promulgadas na sessão de 1870. Desterro, 1870.

Relatorio que o presidente da provincia de Santa Catharina Dr. André Cordeiro de Araujo Lima, dirigiu á assembléa legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 25 de Março de 1870. Cidade do Desterro, 1870.

Relatorio apresentado pelo 1° vice-presidente de Santa Catharina, Manoel Vieira Tosta, ao presidente Dr. Francisco Ferreira Corrêa por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 18 de Maio de 1870. Desterro, 1870.

OBRAS E DOCUMENTOS OFFERECIDOS POR DIVERSAS PESSOAS AO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1870.

PELO SR. INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA

Apontamentos biographicos ácerca de D. Luiz Francisco de Assis Sanches. Lisboa, 1869.

Da Osteologia, resposta aos pontos propostos pela faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, 1863.

Memorias de epidemologia portugueza, por Joaquim da Cunha Vieira Meirelles. Coimbra, 1866.

PELO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO

Catalogo supplementar dos livros do mesmo gabinete. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. VIVIEN DE SAINT-MARTIN.—L'Année géographique, revue annuelle. Paris, 1870, huitième année, 1869.

PELA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL

Jornal da mesma dos mezes de Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto de 1870.

PELO SR. DIRECTOR GERAL DOS CORREIOS DE BUENOS-AYRES

Anuario de correos de la republica Argentina. Buenos-Ayres, 1870.

PELO SR. TENENTE-CORONEL PEDRO TORQUATO XAVIER DE BRITO

Instrucções para a collocação dos guardas-raios nos edificios publicos e particulares. Memoria apresentada ao Instituto Polytechnico Brasileiro.

PELO EXM. SR. DR. AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIRO

Supplemento ao Manual do Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, Rio de Janeiro, 1870, 1 vol. in-8.

PELO SR. DR. MOREIRA DE AZEVEDO

Os Francezes no Rio de Janeiro, romance historico. Rio de Janeiro, 1870, in-8.

Mosaico Brasileiro ou collecção de ditos, respostas, pensamentos, epigrammas, poesias, anecdotas, curiosidades. Rio de Janeiro, 1870, in-8.

PELO SR. J. I. PESSANHA POVOAS

Legendas religiosas da provincia do Espirito-Santo. Rio de Janeiro, 1870.

nos academicos. S. Paulo 1860—1864. Rio de Ja-
..., 1870.— 1 vol. in-8.

PELO SR. RICARDO JOSE' CORREIA DE MIRANDA

Vôos do Tambique. Manáos, 1869.

PELO SR. CONEGO DR. MANOEL DA COSTA HONORATO

...ncia poetica e critica litteraria. Rio de Janeiro,

...cripção topographica e historica da Ilha do Bom
...s e do Asylo dos In... s da Patria.
...sboço historico e t... hico da cidade de Corrientes
e planta da mesma cidade ... o de Janeiro, 1870.

PELO ... ES MACHADO PORTELLA

Repertorio da Constit... Politica do Imperio do Brasil
e do Acto Addicional, etc. Rio de Janeiro, 1865.

Opusculo de moral religiosa para leitura nas escolas primarias, por Mr. Ambrosio Rendu. Recife, 1863.

Curso Pratico de Pedagogia destinado aos alumnos das escolas normaes primarias e aos instituidores em exercicio por Mr. Dalingault. Recife, 1865—Traduzido pelo Dr. J. P. Machado Portella.

Relatorio da Directoria Geral da Instrucção Publica da provincia de Pernambuco no anno de 1868, pelo Dr. J. P. Machado Portella. Recife, 1869.

Resumo da logica do compendio de philosophia de Mr. Barbe. Pernambuco, 1866.

PELO SR. J. M. PEREIRA DE VASCONCELLOS

Selecta Brasileira ou noticias, descobertas, observações e factos, curiosidades, em relação aos homens, á historia, e cousas do Brasil. Rio de Janeiro.

PELO SR. A. J. DOS SANTOS NEVES

Homenagem aos heróes brasileiros na guerra contra o governo do Paraguay—Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. DR. ANGELO JUSTINIANO CARRANZA

Rasgos biograficos del coronel Quintin Quevedo. enviado extraordinario y ministro plenipotenciario de Bolivia en el Brasil y republicas del Plata. Buenos-Ayres, 1868.

Critica literaria : rectificaciones a los apuntes historicos sobre el partido de San Isidro, por M. A. Pelliza. Buenos Ayres, 1869.

Una lagrima sobre la tumba del Sr. D. Mauro Carranza. Buenos—Ayres, 1869.

Descripcion historica de la antigua provincia del Paraguay, por D. Mariano Antonio Molas, correjida y anotada por el Dr. Anjel Justiniano Carranza. Buenos-Ayres, 1868.

Epitome sobre la vida intima y publica del presbitero Don Escolástico Zegada, por Anjel Justiniano Carranza. Buenos-Ayres, 1869.

PELO EXM. SR. CONSELHEIRO FILIPPE JOSE' PEREIRA LEAL

Historia politica de los establecimientos ultramarinos de las naciones europeas,' por Eduardo Malo de Luque. Madrid, 1784—1790. 5 vol.

Politica indiana,compuesta por el Dr. D Juan de Solorzano Pereira. Madrid, 1736, 2 vol. in-fol.

Republica de Colombia o noticia de sus limites, extencion, montañas, rios producciones, comercio, poblacion, habitantes, educacion, leyes, religion, e historia, por el Dr. Lorenzo M. Lleras. Valencia, 1841, in-8.

PELA SECRETARIA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

[illegible]nes da mesma, anno de 1869.

PELA SECRETARIA DO SENADO

[illegible]nes do senado do Imperio do Brasil, 1ª sessão de [illegible]

[illegible]ose dos objectos pendentes de deliberação.

[illegible]ão da correspondencia da mesa do senado da sessão de [illegible]nnos 5º e 6º [illegible]neiro.

SOCIEDADE IM[illegible] NATURALISTAS DE MOSCOW

Boletins da mesma, os [illegible] 3 e 4 do anno de 1869. Moscow, 1869.

[illegible]CHNICO BRASILEIRO

[illegible] 1870. Tomo 2º n. 2, Rio de

PELO SR. GIUSEPPO DE LEONARDIS

Canto in morte dell' illustre cav. Ferdinandi de Luca. Firenze, 1869.

Sugli Spettri prismatici delle stelle fisse. Memoria del R. P. A. Sechi. Roma, 1868.

PELO EXM. SR. DR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

Codigo Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal. 14ª edição. Rio de Janeiro, 1870, in-fol.

PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE PARIZ

Boletins da mesma, dos mezes de Outubro e Novembro de 1869, e Janeiro, Fevereiro, Abril, Maio e Junho de 1870, 7 numeros.

PELO INSTITUTO HISTORICO DE FRANÇA

O Investigador, jornal do mesmo Instituto dos mezes de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1869 ; e Janeiro e Fevereiro de 1870.

PELO AUTOR O SR. ANTONIO JOSÉ VICTORINO DE BARROS

Guerra do Paraguay. O almirante visconde de Inhaúma. Rio de Janeiro, 1870, 1 vol. in-8.

PELO SR. DR. FRANKLIN AMERICO DE MENEZES DORIA

Poesias de Luiz José Junqueira Freire, 2 vol. in-8.
Rhetorica do mesmo Freire. Rio de Janeiro, 1870, 1 vol.

PELO SR. DR. FELIZARDO PINHEIRO DE CAMPOS

Conversão dos bens das ordens religiosas em apolices da divida publica intransferiveis. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. DR. CESAR AUGUSTO MARQUES

A meus filhos ou os fructos do bom exemplo, por Prospero Blanchard, traduzido pelo offertante.

Almanak Administrativo da provincia do Amazonas.

Descripção do edificio e das festas da inauguração do hospital portuguez da real sociedade humanitaria do Maranhão.

Varios numeros dos periodicos *Publicador Maranhense*, *Paiz e Nação*, em os quaes se acham publicados artigos sobre a villa, freguezia e comarca de Pastos-Bons ; Ilha de S. João ; Junta da Administração da Real Fazenda ; Instrucção Publica ; Maranhão, etymologia do nome, etc ; Tribunal da Relação do Maranhão Hygiene Publica. etc.

PELA TYPOGRAPHIA NACIONAL

Collecção das leis e decisões do governo do Imperio do Brasil de 1869. Rio de Janeiro, 1870, 2 vol. in-8.

PELO AUTOR J. D. DA CRUZ LIMA

Algumas considerações sobre o discurso do nobre senador pela provincia do Espirito-Santo em 13 de Setembro de 1869 com relação á estrada de ferro projectada de Santa Catharina a S. Pedro do Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. DUPONT.

Curso [illegible]ira, colligido por Mello Moraes Filho. [illegible], 1870.

PELO SR. CONSELHEIRO MANOEL DA C. GALVÃO

Noticia sobre as estradas de ferro do Brasil. Rio de Janeiro, 1869, 1 vol. in-8.

PELA SOCIEDADE SMITHSONIAN DOS ESTADOS UNIDOS

Annual report of the board of Regents of the Smithsonian institution, etc. Washington, 1868.

Military Medical and surgical essays prepared for the United States sanitary comission 1862-64, Washington, 1865, in-8.

Annual Report of the commissioner of patents for the year 1866. Washington, 1867, 3 vol.

Hospital transports : a memoir of the embarkation of the Sick and Wounded from the Peninsula of Virginia in the Summer of 1862. Boston, 1863.

Contributions relating to the causation and prevention of disease and to camp diseases, etc. New-York, 1867, 1 vol, in-8.

Investigations in the military and anthropological statistics of american soldiers : by Benjamin Apthorp Gould. New-York, 1869.

Tenth annual Statement of the trade and commerce of Chicago, for the year ending March 31, 1868, reported to the Chicago board of trade : by John F. Beaty, secretary. Chicago, 1868. 1 vol. in-8.

Bulletin de l'Academie Imperiale des Sciences de St. Pétersbourg. 7 fasciculos dos tomos 12 e 13.

The Sanitary reporter, vol. I and II. May 1863 to August 1865. New-York, 1866, in-4.

Twenty-second annual report of the board of trustees of the city of Washington, 1867, in-8.

Tenth annual report of the Columbia institution for the deaf and dumb, for the year ending June 30, 1867, in-8.

Thirteenth annual report of the trustees of the State lunatic hospital at Northampton. Boston, 1869.

PELO AUTOR

Oração de acção de graças pela feliz terminação da guerra do Paraguay, recitada no solemne Te-Deum mandado celebrar pela camara municipal da cidade do Desterro pelo padre Francisco Pedro da Costa. Santa Catharina 1870.

PELO SR. DR. JOSÉ DE SALDANHA DA GAMA

Cartas sobre botanica, por José de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. DR. RICARDO GUMBLETON DAUNT

Chronicles of Eri being the history of the Gaal Iber. London, 1822, 2 vol. in-8.

PELO SR. C. ABREU

vangelina ou os companheiros da morte, historieta. de Janeiro, 1870.

PELO SR. DR. JOÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

El Semanario : jornal do Paraguay dos annos de 1855 f, incompletos.

PE EREIRA REBOUÇAS FILHO

Relatorio da comi ão exploradora da estrada para Matto-Grosso, pela pro ia do Paraná, passando por Guarapuava e o baixo y. Por A. P. Rebouças filho.

Apontamentos sobre o vor de communicação do rio Madeira pelo engenheiro A nio Rebouças. Rio de Janeiro 1870.

PELO SR. D. A ONIO DA COSTA

A Instrucção nacional. Lisboa, 1870.

PELO SR. J. R. GUTERRE

Question de limites entre Bolivia y el Brasil o sea el articulo 2° del tratado de 27 de Março de 1867. La Paz, 1868.

PELO SR. CONSTANTINO DO AMARAL TAVARES

Pavilhão de sangue. Bahia, 1863.

Minhas poesias. Bahia, 1856.

Os tempos da independencia, drama historico em 3 actos, por C. do Amaral Tavares. Bahia, 1861.

S. Gregorio, o thaumaturgo, drama sacro em 3 actos. Bahia. 1859.

Gonzaga, drama historico em 3 actos. Rio de Janeiro, 1869.

Lição para meninos, pelo offertante. Bahia, 1864.

O Conde de Zampiére, drama em 5 actos por Constantino do Amaral Tavares. Bahia, 1850.

PELA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LONDRES.

O seu jornal de 1868, London.

PELA SOCIEDADE GEOGRAPHICA ITALIANA.

Bolletino della societá Geografica Italiana, fasciculo 5°. Giugno. Firenze, 1870.

FELO SR. SATYRO DE OLIVEIRA DIAS.

Discurso proferido a 21 de Novembro de 1869 na solemnidade da distribuição de premios aos alumnos do Gymnasio Bahiano. Bahia, 1869.

O Duque de Caxias e a guerra do Paraguay, estudo critico e historico. Bahia, 1870.

PELO SR. MARQUEZ DE SA' DA BANDEIRA

Correspondencia entre o visconde de Sá da Bandeira e os ministros plenipotenciarios e outros agentes das potencias signatarias, do protocollo de 21 de Maio de 1847. Lisboa, 1848.

O Trafico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston pel visconde de Sá da Bandeira. Lisboa 1840.

A mesma obra em inglez, francez e allemão.

PELO SR. TENENTE-CORONEL JOÃO WILKENS DE MATTOS

Relatorio lido pelo Exm. Sr. presidente da provincia do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na

sessão da abertura da assembléa legislativa provincial a 25 de Março de 1870, Manáos, 1870.

PELO SR. CONEGO MANOEL TAVARES DA SILVA

Manual Ecclesiastico ou collecção de formulas para qualquer pessoa ecclesiastica ou secular poder regular-se nos negocios que tiver a tratar no fôro gracioso ou livre, e contecioso da igreja, etc. S. Luiz, 1870.

PELO SR. DR. ANTONIO PEREIRA PINTO

Apontamentos para o direito internacional ou collecção completa de Trtados celebrados pelo Brasil com differentes nações estrangeiras , etc. Rio de Janeiro, 1870, tomo 4.º

PELO SR. DR. POLYCARPO LOPES DE LEÃO

Como pensa sobre o elemento servil o Dr. Polycarpo Lopes de Leão. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. CONSELHEIRO MIGUEL MARIA LISBOA

O Muata Casembe e os povos Maraves, Chévás, Muizas, Muembas e Lundas da Africa Austral. Escripta pelo major A. C. P. Gamitto. Lisboa, 1854.

PELO SR. JOSE' LUIZ ALVES

Elogio historico do visconde da Guaratiba. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. CONSELHEIRO DUARTE DA PONTE RIBEIRO.

Memoria sobre as questões de limites entre o Imperio do Brasil e a republica da Nova-Granada. Rio de Janeiro, 1870.

PELO SR. DR. MANOEL FRANCISCO CORRÊA

Consultas do conselho d'Estado sobre negocios ecclesiasticos. Rio de Janeiro, 1870, 3 vol.

Censo da população geral do Imperio do Brasil, Rio de Janeiro, 1870.

PELA REDACÇÃO DA PHENIX

A sua revista mensal, n. 1°. Campos de Goytacazes, 1870.

PELO AUTOR O SR. A. SENNA MADUREIRA

Resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da Guerra del Paraguay e aos annotadores argentinos D. Sewis e A. Estrada. Rio de Janeiro, 1870.

PELA SOCIEDADE IMPERIAL DOS NATURALISTAS DE MOSCOW

Boletins da mesma ns. 1, 2, 3 e 4 de 1869.

PELO SR. CONSELHEIRO ANTONIO PEREIRA REBOUÇAS

Recordações da vida parlamentar do advogado Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro, 1870, 2 vol. in-8.

PELO SR. DR. ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

Collecção de varios periodicos publicados na Republica do Paraguay, e por elle recolhidos em Peribebuy, por occasião da tomada d'aquella praça, etc.

PELO SR. DR. CARLOS FREDERICO DOS SANTOS XAVIER AZEVEDO

Historia Medico-Cirurgica da esquadra brasileira nas

campanhas do Uruguay e Paraguay. Rio de Janeiro, 1870. 1. vol. in-8.

PELO SR. A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO

Descripção Historica das moedas romanas, existentes no gabinete numismatico de S. M. El-Rei o Sr. D. Luiz I. Lisboa, 1870.

PELO SR. BRUNO SEABRA

Alforge da boa razão, livrinho para meninos. Rio de Janeiro, 1870.

Roteiro e mappa da viagem de S. Luiz do Maranhão até a côrte do Rio de Janeiro, feita por ordem do governador e capitão-general d'aquella capitania, pelo coronel Sebastião Gomes da Silva Belfort.

Della Razione de Stato, libri dieci del Sig. Giovanni Boteri Benese. Turin, 1596.

De Absolutione Complicis Juxta Constitutionem Sacramentum pœnitentiœ à SS. D. Benedicto XIV., editam anno 1741.

PELO SR. DR. D. DOMINGOS SANTA MARIA

Historia de Chile por Gay, 27 vol.

Viaje al Desierto de Atacama, por Philipi, 1 vol.

Historia jeneral de la Republica de Chili, 3 vol.

Viaje a las Regiones Septentrionales de la Patagonia, por Cox, 1 vol.

MEMBROS ADMITTIDOS AO GREMIO DO INSTITUTO DURANTE O ANNO DE 1870.

CORRESPONDENTES

Dr. Joaquim Pires Machado Portella.
Dr. D. Domingos de Santa Maria
General D. Wenceslão Paunero.
Desembargador Tristão de Alencar Araripe.

HONORARIO

Cesar Cantu.

FIM DO TOMO XXXIII, PARTE II.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NO TOMO XXXIII PARTE SEGUNDA

TERCEIRO TRIMESTRE

O COMBATE DA ILHA DO CABRITA. Memoria lida no Instituto Historico, em sessão de 8 de Outubro de 1869, pelo Dr. Moreira de Azevedo..... 5

NOTICIA ácerca da introducção da arte lithographica e do estado de perfeição em que se acha a cartographia no Imperio do Brasil, lida no Instituto Historico e Geographico, em Setembro de 1869, pelo Bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito..... 21

NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo, colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (continuada da pag. 157, 2º trimestre, tomo XXXIII, parte primeira).

TITULO DOS ANTAS MORAES da capitania de S. Paulo... 27

COPIA FIEL DO TITULO DE LARAS..... 37

PRADOS..... 80

BREVES CONSIDERAÇÕES ácerca de alguns documentos trazidos do Paraguay, pelo Dr. João Ribeiro de Almeida..... 186

BIOGRAPHIA dos brasileiros illustres por armas, letras, virtudes, etc.

MANOEL DA CUNHA. pelo Dr. Moreira de Azevedo..... 206

QUARTO TRIMESTRE

APONTAMENTOS DIPLOMATICOS sobre os limites do Brasil, por Ernesto Ferreira França Filho..... 213

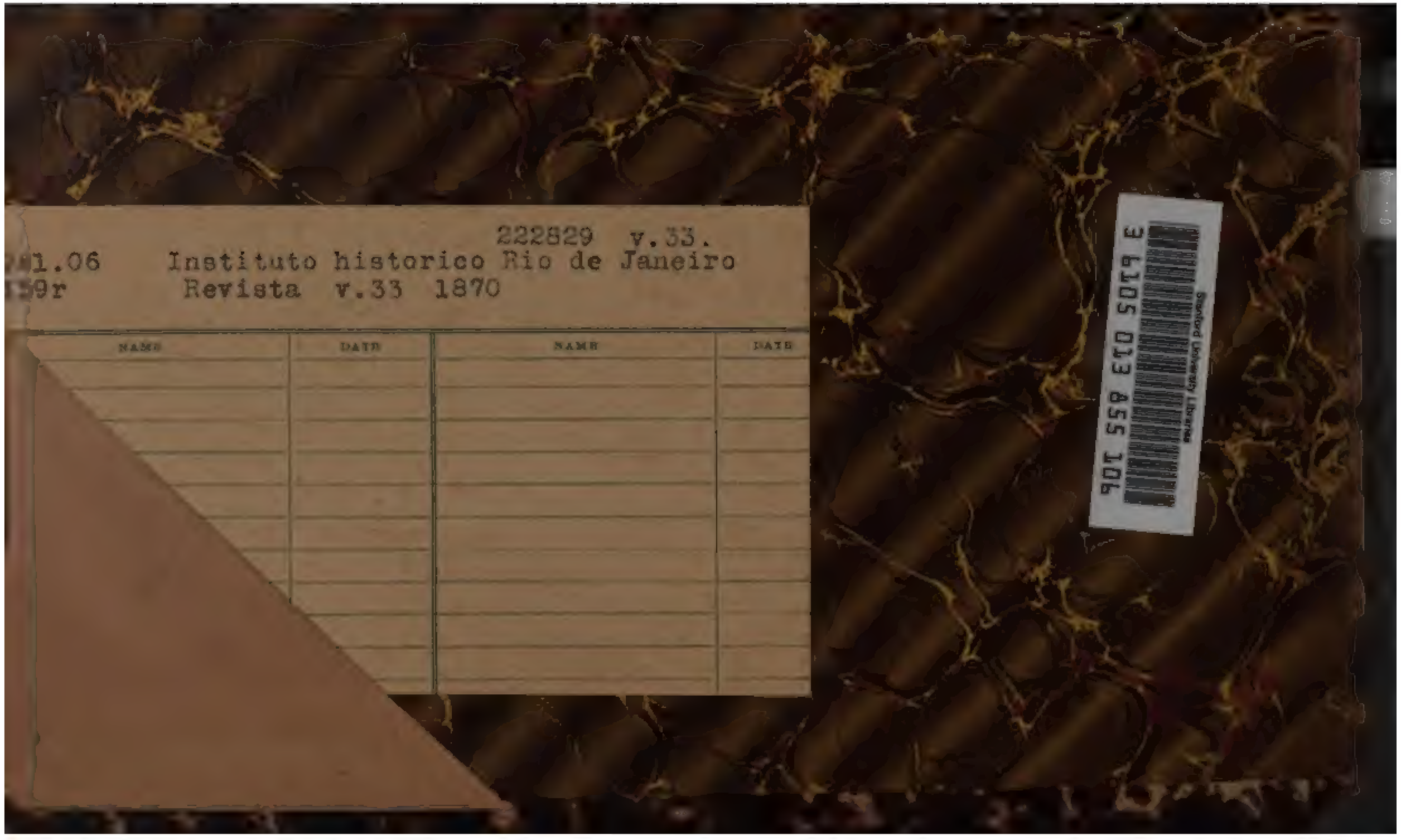
OS PADRES DO PATROCINIO, ou o Porto Real de Itú. Estudo historico, lido em sessão do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 9 de Outubro de 1868, pelo Conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro..... 237

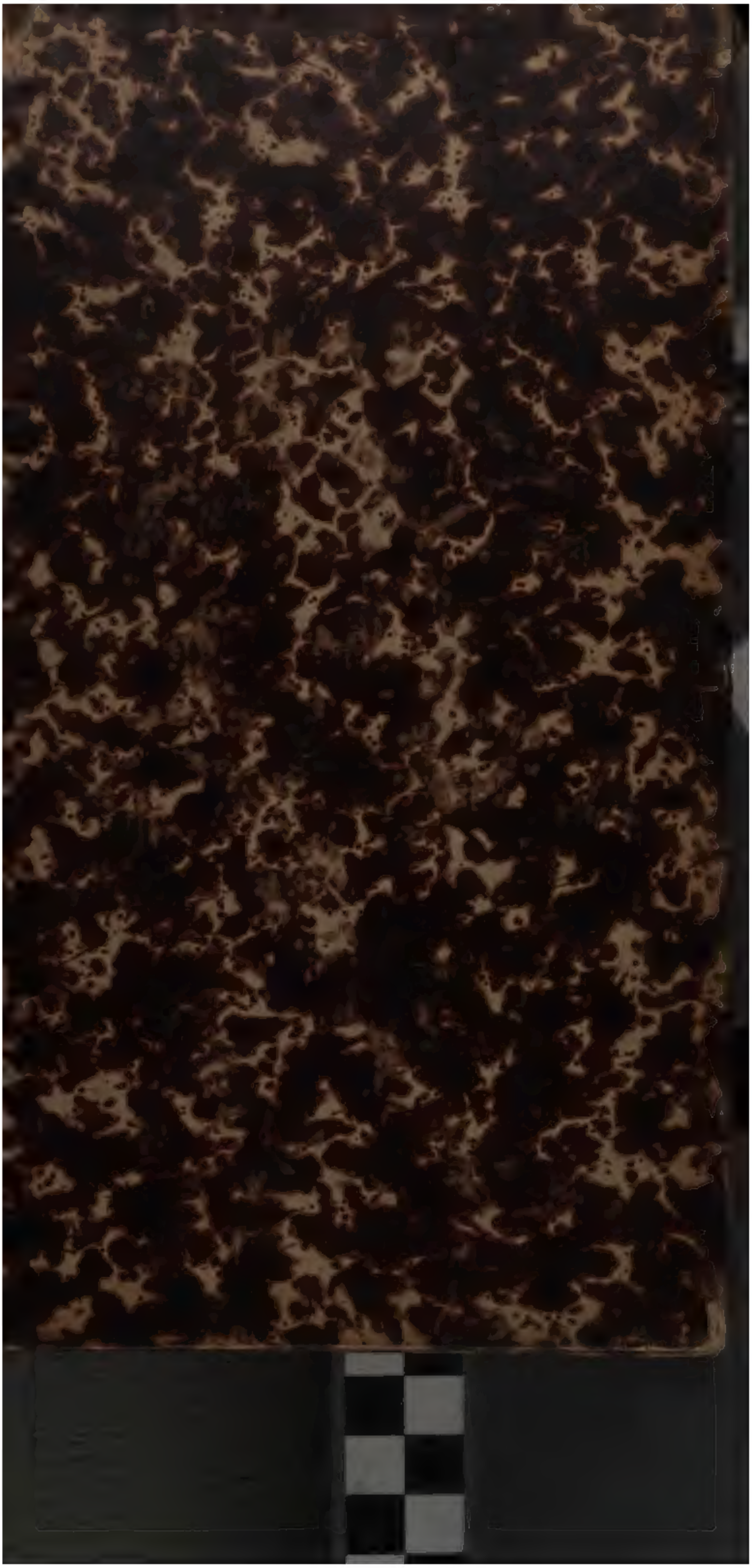
NOBILIARCHIA PAULISTANA. Genealogia das principaes familias de S. Paulo; colligidas pelas infatigaveis diligencias

do distincto paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (continuado da pag. 185).
COSTAS CABRAES 149
MESQUITAS,..... ... 165
PENTEADOS 270
ALVARENGAS MONTEIROS..... 291
BIOGRAPHIA dos brasileiros distinctos por letras, armas, virtudes, etc.
JOÃO CAETANO DOS SANTOS,pelo Dr. Moreira de Azevedo 337
ACTAS DAS SESSÕES em 1870..... 359
PARECERES de commissões ou commissarios especiaes
PARECERES de admissão de socios..... 403
PARECER ácerca do plano para a formação do Diccionario historico e geographico da provincia do Maranhão..... 408
PARECER da commissão de fundos e orçamento..... 410
SESSÃO MAGNA ANNIVERSARIA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro no dia 15 de Dezembro de 1870
DISCURSO do presidente o Sr. visconde de Sapucahy... 415
RELATORIO do segundo secretario o Sr. Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes..... 419
DISCURSO do orador o Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay..... 437
MANUSCRIPTOS offerecidos ao Instituto durante o anno de 1870 461
RELATORIOS e documentos remettidos ao Instituto pelas secretarias de Estado durante o anno de 1870..... 462
OBRAS E DOCUMENTOS offerecidos por diversas pessoas ao Instituto durante o anno de 1870..... 468
MEMBROS admittidos ao gremio do Instituto durante o anno de 1870..... 481

ERRATA

Da pag. 238 até 268 numerou-se por engano 138 até 168.


222829 v.33.
1.06 Instituto historico Rio de Janeiro
59r Revista v.33 1870

NAME | DATE | NAME | DATE

Stanford University Libraries
3 6105 013 855 104